

Castigar a rir.

O humor na imprensa periódica em Portugal (1797-1835)

João Pedro Rosa Ferreira

**Tese de Doutoramento em História e Teoria das Ideias,
especialidade Pensamento, Cultura e Política**

Vol. I

Janeiro 2018

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Doutor em História
e Teoria das Ideias – especialidade Pensamento, Cultura e Política,
realizada sob a orientação científica
do Professor Doutor João Luís Lisboa.

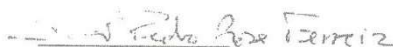
Com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia,
comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.



[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 12 de Janeiro de 2018.

Declaro que esta tese/Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 12 de Janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível graças ao apoio de um conjunto de pessoas e instituições a quem quero manifestar o meu agradecimento.

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a bolsa de doutoramento concedida em 2017, que permitiu a redacção final deste trabalho. Agradeço igualmente ao CHAM – Centro de Humanidades a confiança depositada neste projecto através da bolsa de investigação que me foi atribuída entre 2015 e 2017.

Este projecto foi acolhido inicialmente pelo Centro de História da Cultura (CHC) e depois pelo CHAM – Centro de Humanidades, tendo beneficiado sempre das condições excelentes para o desenvolvimento da investigação ali proporcionadas, incluindo o apoio administrativo e os recursos que permitiram a concretização de actividades científicas, de divulgação e disseminação do trabalho, em Portugal e no estrangeiro, num ambiente académico de estímulo e exigência permanentes. A ambos os Centros expresso o meu reconhecimento nas pessoas dos respectivos directores, Professor Doutor João Luís Lisboa e Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa.

Ao Professor Doutor Artur Anselmo, coordenador do grupo de investigação Leitura e Formas de Escrita, e aos investigadores do grupo agradeço a possibilidade que me deram de frequentar assiduamente um espaço de partilha de conhecimentos e de discussão elevada de ideias, que contribuiu de forma marcante para o aprofundamento das reflexões plasmadas neste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor João Luís Lisboa, estou grato, antes de mais, pela confiança contida no desafio a um investigador «retirado» para regressar ao estudo a tempo inteiro. Agradeço-lhe também a disponibilidade constante, a preocupação incansável, a actualização bibliográfica, o empréstimo de livros, a lição científica solidamente alicerçada, o debate fecundo, a crítica implacável, a sugestão certa e o conselho amigo.

Agradeço ao Professor Doutor José Esteves Pereira o interesse que sempre demonstrou por este trabalho, bem como a sua generosidade por ter colocado à minha disposição uma cópia de um manuscrito por ele localizado. Agradeço à Professora Doutora Maria Teresa Payan Martins a disponibilização de uma fonte manuscrita esclarecedora, conforme indico no texto. À Professora Doutora Ana Cristina Araújo estou grato por me ter facilitado o acesso ao seu trabalho. Ainda no que toca à facilitação de fontes e bibliografia, críticas, esclarecimentos e apoio, agradeço à

Professora Doutora Maria Ivone de Ornelas de Andrade, ao Professor Doutor José Augusto dos Santos Alves, ao Professor Doutor Júlio Rodrigues da Silva, à Professora Doutora Teresa Alves Pereira e à Dra. Mary Jolly.

No campo específico dos estudos sobre o humor agradeço ao Professor Doutor Rui Zink, à Professora Doutora Joanna Wilk-Racięska, à Professora Doutora Thaís Leão Vieira e ao Professor Doutor Elias Thomé Saliba. À Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) agradeço a atribuição de uma bolsa ao abrigo do programa Bolsas Papers que me permitiu apresentar uma comunicação ao XV Congresso da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies (ISLHHS), nos EUA.

Quero prestar homenagem à memória do Professor Doutor José Sebastião da Silva Dias, lembrando que este projecto é o ponto de chegada de um percurso académico iniciado sob a sua orientação, no curso de mestrado em História Cultural e Política na FCSH.

Esta tese não existiria sem o apoio inabalável e incondicional da Piedade e das minhas filhas, Teresa e Leonor, a quem é dedicada.

Castigar a rir. O humor na imprensa periódica em Portugal (1797-1835)

Resumo

Esta tese tem por objecto o impacto dos processos humorísticos na formação do Portugal contemporâneo, desde o início da utilização sistemática desses processos nos periódicos, com o *Almocreve de Petas* (1797-1800), até à publicação de *O Quinquilheiro*, em 1835, no primeiro ano após a guerra civil. Através de uma investigação interdisciplinar, histórica, cultural e política, analisam-se as manifestações de humor periodístico e identificam-se os seus alvos, contextualizando-os no quadro político, social e cultural. Pensa-se o humor dos periódicos como problema: partindo da tensão face ao diferente, procura-se compreender o lugar do humor na cristalização e integração das diferenças e na descoberta da alteridade. Indaga-se o papel do humor na construção da opinião pública e na inserção de Portugal nos cruzamentos culturais no ocidente europeu da época, bem como o lugar da leitura e da edição no âmbito de processos globais de afirmação da cultura escrita e da circulação de periódicos no espaço europeu e transatlântico. Trabalha-se as fronteiras do humor, designadamente entre lícito e ilícito, mentira e verdade, sério e risível, oral e escrito. Pretende-se compreender o lugar do humor no modo como se desenvolveu a comunicação impressa em Portugal no período de transição do Antigo Regime para o Estado liberal e também entender o peso das contradições que o humor revela, seja no plano social seja no político.

Palavras-chave: História das ideias; história da cultura; história da leitura e da edição; imprensa periódica; humor; opinião pública; séculos XVIII-XIX.

Correcting by laughter. Humor in Portuguese periodical press (1797-1835)

Abstract

The purpose of this thesis is to explore the impact of humorous processes on the emergence of modern Portugal, from the onset of the systematic use of those processes in the periodical press, from the publication of *Almocreve de Petas* (1797-1800) to the issue of *O Quinquilheiro* in 1835, shortly after the Portuguese civil war. Humor in the

periodical press is analyzed from an interdisciplinary perspective and its targets are identified in their political, social and cultural contexts. The nuanced approach allows showing the role of humor in the crystallization and integration of the *otherness* of its targets – as a phenomenon of the new and the different becomes a butt of a joke its otherness is being acknowledged, thus making the discovery of alterity in the diversity possible. Amongst other aspects under study is the role of humor in the building of public opinion and in the insertion of Portugal in the Western European cultural crossroads. Concurrently, the role of reading and publishing in the global processes of affirmation of written culture and the circulation of periodicals in the European and Transatlantic space are explored. The research also looks into the boundaries of humor and the fine lines between the licit and the illicit, truth and falsehood, serious and risible, as well as oral and written humor forms. Finally, the work is intended to discern the place of humor in the development of printed communication in Portugal during the transition from Absolutism to the Liberal state and to grasp the social and political contradictions of humor in that period.

Keywords: History of ideas; cultural history; history of reading and publishing; periodical press; humor studies; public opinion; eighteenth to nineteenth centuries.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

Cf. – Conferir

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

Ed. – Edição

FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Fl. – Folha

Fig. – Figura

Ib. – Ibidem

Id. – Idem

Ms. – Manuscrito

N.i. – Não identificado

Org. – Organização

P. – Página

S.l. – Sine loco

S.n. – Sine nomine

Sep. – Separata

v. – Verso

V. – Vide

Vol. – Volume

NORMAS UTILIZADAS

Ortografia

Na redacção da presente tese não se adoptou o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, uma vez que a investigação foi iniciada antes da introdução do Novo Acordo no sistema educativo.

Citações e transcrições

As citações e referências bibliográficas seguem a Norma Portuguesa 405 (405-1, 405-2, 405-3, 405-4), harmonizada com a norma internacional ISO 690, publicada pelo Instituto Português de Qualidade em 1995, acessível em: <http://www.ipq.pt/>.

As transcrições de documentos manuscritos ou impressos mantêm a ortografia, a sintaxe e a pontuação do texto original.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
i. Objecto de estudo	1
ii. Enquadramento teórico e metodológico.....	4
ii.1. De que falamos quando falamos de humor	4
ii.2. No princípio eram os humores... ..	6
ii.3. Uma sensação de superioridade	7
ii.4. A incongruência que dá vontade de rir	10
ii.5. Um alívio	13
ii.6. Evolução: jogo e selecção	14
ii.7. De Wittgenstein e Koestler à Teoria Geral e ao humor cibernético e quântico	15
ii.8. Depois de Auschwitz ou os limites do humor.....	17
iii. Balizas cronológicas e fontes.....	20
iv. Os problemas.....	22
1ª PARTE. O LUGAR DO HUMOR: TEMAS E FORMAS	25
CAPÍTULO I. À DESCOBERTA DO OUTRO NO <i>ALMOCREVE DE PETAS</i>	26
I.1. O uso sistemático do humor.....	26
I.2. O periódico	27
I.3. Recepção.....	29
I.4. Os temas.....	31
I.5. Os alvos.....	37
I.6. O humor face à diferença.....	53
I.7. «Tudo tem tido mudança»: humor e crítica social.....	57
I.8. A constatação do outro.....	63
CAPÍTULO II. CONTRADIÇÕES DO HUMOR EM <i>O ESPREITADOR DO MUNDO NOVO</i>	65
II.1. Espreitar o mundo.....	65
II.2. Obra crítica, moral e divertida	65
II.3. <i>O Espreitor</i> e o espaço público.....	67
II.4. Os temas	67
II.5. Os alvos	72
II.6. Conformismo político, conservadorismo social	75
II.7. Na pré-história da reportagem	76
II.8. Auto-promoção.....	78

II.9. O dito e o não dito: ambiguidade do humor	79
CAPÍTULO III. «GATO ESCALDADO, ETC.»: LUGARES-COMUNS, PROVÉRBIOS E BORDÕES	81
III.1 Em busca das origens dos «idiotismos»	81
III.2. «Adágios de carregação»	83
III.3. Bordões «enjoativos»	86
III.4. «Toda a pessoa que deles precisar, fique sem eles»	87
2ª PARTE. FRONTEIRAS DO HUMOR	89
CAPÍTULO IV. O «REINO PETISTA»: MENTIRA E VERDADE NOS FOLHETOS HUMORÍSTICOS DE JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA	90
IV.1. «Verdade co'a mentira se mistura»	90
IV.2. <i>Almocreve de Petas</i> ou Correio das Verdades?	91
IV.3. Ópios	93
IV.4. Verdade e mentira na guerra dos sexos	94
IV.5. Fingimento	95
IV.6. Verdades alternativas	97
IV.7. Postiços	98
IV.8. Contra o anonimato e as «equivocações»	99
IV.9. «Epidemias»	99
IV. 10. «Com toda a certeza, se não for mentira»	100
CAPÍTULO V. HUMOR, INSULTO E POLÍTICA NOS PERIÓDICOS DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO	104
V.1. «Debaixo da capa de hum gracejo»	104
V.2. Um criador literário com uma vida agitada	104
V.3. Polémico até no nome	106
V.4. Periódicos para além dos limites	108
V.5. «Alimpem a mão à parede»: <i>A Tripa Virada</i>	109
V.6. «Uma disenteria de riso»: <i>Tripa por Huma Vez</i>	113
V.7. «A gemer com dores»: periodicidade irregular d' <i>A Besta Esfolada</i>	118
V.8. «O estilo facêto em que seraõ expostos os maiores horrores»	120
V.9. Vândalo, eu?	122
V.10. A arma do ridículo e o estilo da zombaria	123
V.11. Palmela, o «anglómano»	124
V.12. A desumanização do outro	126
V.13. «Estejam calados!»	128

V.14. Liberdade de imprensa: «Não querem revoluções? Pois não haja periódicos».....	129
V.15. Senhoras Malhadas: «Querem moral sem freio, por isso se metem a políticas».....	131
V.16. «Desmoralização geral»	132
V.17. «Fedor de catinga» e «origem macacal»: o racismo como munição.....	133
V.18. «Esta pena é um arrocho: pois aí vai uma arrochada»: uma violência «alegre»	135
V.19. O riso: «a arma mais custosa de manejar»	137
V. 20. <i>O Desengano</i>	138
V.21. Um jornal sério com «não intempestivos gracejos».....	140
V.22. Os alvos	141
V.22.1. Revolução e revolucionários	141
V.22.2. Os filósofos.....	143
V.22.3. As «classes revolucionárias».....	145
V.23. Imprensa: «Todos os periódicos do mundo se têm feito para enganar».....	147
V.24. O outro: diabolização, racismo, violência	148
V.25. «Doentíssimo, decrepito e moribundo»: vitimização e auto-promoção	152
V.26. Recepção, circulação e apropriação	153
V.27. José Agostinho de Macedo e os limites do humor	155
3ª PARTE. ESPAÇO PÚBLICO E OPINIÃO PÚBLICA.....	158
CAPÍTULO VI. O HUMOR NA CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E DA OPINIÃO PÚBLICA.....	159
VI.1. O uso público da razão.....	159
VI.2. Da <i>doxa</i> à opinião pública, passando pelos humores de Maquiavel	162
VI.3. Humor e esfera pública	167
VI.4. O humor dos periódicos e a construção da esfera pública em Portugal.....	169
VI.5. Crítica, dessacralização, opinião	169
CAPÍTULO VII. QUEM ENFIA AS CARAPUÇAS D'O PIOLHO VIAJANTE?.....	171
VII.1. «Dividida nos tomos que forem». Cronologia da publicação.....	171
VII.2. «O Piolho é Português, filho de Lisboa». O problema da autoria	172
VII.3. «Este Prólogo não serve mais que encher papel»	173
VII.4. «Mil e uma carapuças». Ou setenta e duas	176
VII.5. «Pobre com rico não faz boa liga». Crítica social	202
VII.6. «Não queira que a este A lhe juntem mais três letras e lho digam na cara». A polémica com José Daniel Rodrigues da Costa	205
VII.7. «A obra não é tão ridícula como a muitos parece». Recepção e circulação	208

VII.8. «Unindo a moral com o riso». O humor de <i>O Piolho Viajante</i> na formação da opinião pública	210
CAPÍTULO VIII. O HUMOR NOS PERIÓDICOS LIBERAIS DO FIM DA GUERRA CIVIL: <i>CHEGOU O PAPÃO E O QUINQUILHEIRO</i>	212
VIII.1. Dois periódicos efêmeros	212
VIII.2. <i>Chegou o Papão</i>	212
VIII.2.1. Parada e resposta	213
VIII.2.2. Réplica a quente	215
VIII.2.3. Da Imprensa Régia à Imprensa Nacional.....	216
VIII.2.4. O último a rir	220
VIII.3. <i>O Quinquilheiro</i>	223
VIII.3.1. O lugar do diálogo curto: «Quem tem duas pernas sobe mais depressa que aquele que tem só uma!»	224
VIII.3.2. «Um emprego faz os homens/ Mudarem d'opinião;/ Se isto faz um só emprego,/ Muitos juntos que farão?»	225
VIII.3.3. «Quando principia a venda dos bens nacionais?»	228
VIII.3.4. «Será de moda/ N'outras Nações/ Quando estão pobres/ Dar dotações?».....	229
VIII.3.5. Pasquins.....	230
VIII.3.6. «Ocupados em virar casacas».....	233
VIII.4. Uma nova fase do humor periodístico.....	236
4ª PARTE. O HUMOR NA INSERÇÃO DE PORTUGAL NOS CRUZAMENTOS CULTURAIS DO OCIDENTE EUROPEU	238
CAPÍTULO IX. DA TRADUÇÃO À APROPRIAÇÃO: LIVROS ESTRANGEIROS EM PERIÓDICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX	239
IX.1. «Diferentes gostos... e não persistentes».....	239
IX.2. «O Traductor, coitadinho»	240
IX.3. Um dicionário cómico.....	241
IX.4. As traduções do <i>Correio Braziliense</i>	242
IX.5. Apropriação ou plágio?	246
IX.6. Novas ideias nos cruzamentos culturais transeuropeus e transatlânticos.....	248
CAPÍTULO X. «TENHAM TANTAS FELICIDADES COMO DE 40 RÉIS ME METERAM NA ALGIBEIRA»	250
X.1. «A desgraça de ser Author»	250
X.2. Homem rico, homem pobre, trabalhadores e mandriões.....	251
X.3. «Não faz liga o dinheiro com poesia»: valor literário e valor monetário	253

X.4. «Não há coisa que deixe de valer sempre alguma coisa»: um estímulo para a economia	256
X.5. «Ornatos»: anedotas, adivinhas, jogos, «sinceridades galantes».....	258
X.6. «Quanto vale uma Obra destas?»	259
X.7. «Para lucrar é que trabalho».....	261
X.8. «Nós somos os ecos uns dos outros»: apropriação, fontes, concorrência, plágio	262
X.9. «Vende-se esta Obra nas lojas seguintes»: indicadores de circulação e recepção	264
X.10. O valor do trabalho do autor.....	267
CAPÍTULO XI. UM PERIÓDICO HUMORÍSTICO FALHADO: O MANUSCRITO DE <i>O AMOR D'ESTRANJA</i> E A PROMESSA NÃO CUMPRIDA DOS DRAMAS JOCO-SÉRIOS DE HIPÓLITO DA COSTA	269
XI.1. Uma «extravagante incursão».....	269
XI.2. O título, a assinatura e a dedicatória	269
XI.3. As epígrafes	270
XI.4. O prólogo	271
XI.5. O texto.....	272
XI.6. Contexto, circulação e recepção.....	275
CONCLUSÃO. CASTIGAR A RIR: DA CRÍTICA DE COSTUMES À CRÍTICA SOCIAL E POLÍTICA.....	280
BIBLIOGRAFIA.....	287
I. Fontes.....	287
I. 1. Manuscrita.....	287
I. 2. Impressas	287
II. Estudos	290
II. 1. Humor.....	290
II. 2. Outras obras de referência	301
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	317
LISTA DE ANEXOS – VOLUME II	337

INTRODUÇÃO

i. Objecto de estudo

Esta tese tem por objecto o impacto dos processos humorísticos na formação do Portugal contemporâneo, desde o início da utilização sistemática desses processos nos periódicos, com o *Almocreve de Petas* (1797-1800), até à publicação de *O Quinquilheiro*, em 1835, no primeiro ano após a guerra civil.

Através de uma investigação interdisciplinar, histórica, cultural e política, analisam-se as manifestações de humor periodístico e identificam-se os seus alvos, contextualizando-os no quadro político, social e cultural. Pensa-se o humor dos periódicos como problema: partindo da tensão face ao diferente, procura-se compreender o lugar do humor na cristalização e integração das diferenças e na descoberta da alteridade. Indaga-se o papel do humor na construção da opinião pública e na inserção de Portugal nos cruzamentos culturais no ocidente europeu da época, bem como o lugar da leitura e da edição no âmbito de processos globais de afirmação da cultura escrita e da circulação de periódicos no espaço europeu e transatlântico. Trabalha-se as fronteiras do humor, designadamente entre lícito e ilícito, mentira e verdade, sério e risível, oral e escrito.

Pretende-se compreender o lugar do humor no modo como se desenvolveu a comunicação impressa em Portugal no período de transição do Antigo Regime para o Estado liberal. Procura-se entender o peso das contradições que o humor revela, seja no plano social, seja no político.

O *corpus* foi tratado sistematicamente de modo a levantar as formas de que se reveste o humor nos periódicos; elencar e questionar os temas dessas manifestações, identificando *topoi* recorrentes na cultura portuguesa; apontando os seus alvos: instituições (políticas, religiosas, culturais), tipos sociais, étnicos, de género, etários; questionando o papel do humor face à diferença (fronteira entre «eu» e o «outro»). Dá-se conta, nos periódicos, do desrespeito pelos lugares sociais na sociedade de ordens, questionando o papel do humor na aceitação ou no combate à mudança na fronteira da ordem social; apura-se o papel do humor na construção da opinião pública; problematiza-se os limites do humor (fronteira entre o lícito e o ilícito); analisa-se a relação entre os temas de que se fez o humor em Portugal e os temas veiculados em publicações francesas e britânicas, questionando as modalidades e possibilidade do

humor fora das fronteiras de uma área cultural e linguística, e o seu papel nos cruzamentos e contaminações culturais no ocidente europeu entre finais do século XVIII e inícios do século XIX.

O humor é hoje reconhecido internacionalmente como um tema da maior relevância no âmbito das relações entre culturas, no questionamento dos estereótipos e do outro, na relação entre memória e riso, entre riso e subversão. O debate sobre os limites/fronteiras do humor está na ordem do dia.

O humor tem sido sistematicamente tratado em algumas áreas do saber, particularmente na linguística, na análise literária, na medicina, na psicologia, na cibernética ou na matemática quântica. Esta tese não se enquadra nesses domínios. Refere-os, mas não desenvolve análises que lhes seriam próprias, como no caso, por exemplo, das múltiplas figuras de estilo. O estudo do humor pertence, aqui, ao âmbito da história, particularmente da história das ideias.

Sociedades científicas internacionais editam publicações e promovem conferências regulares dedicadas aos estudos sobre o humor. São disso exemplo as revistas *HUMOR*¹, *Humoresques*; *The Israeli Journal of Humor Research*; *The European Journal of Humour Research*; ou os encontros científicos anuais da International Society for Luso-Hispanic Humor Studies. Temos, nestes estudos, três tipos de dados de partida: os temas fortes, com destaque para a identificação de estereótipos; um conhecimento aprofundado das fontes literárias; e o questionamento das características sociológicas e filosóficas do humor e dos conceitos operatórios para a sua compreensão². Estudos mais recentes têm-se dedicado sobretudo ao debate sobre os limites do humor e o seu papel no reconhecimento do outro³.

¹ Cujo antigo editor-chefe, Salvatore Attardo, coordenou a mais completa súmula de estudos sobre o humor. Ver ATTARDO, Salvatore (ed.) – *Encyclopedia of Humor Studies*. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC: Sage, 2014.

² Ver BERGSON, Henri – *O Riso*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991 [1900]; KIERKEGAARD, Sören – *The Concept of Irony With Continual Reference to Socrates. Together with Notes of Schelling's Berlin Lectures*. Princeton: Princeton University Press, 1992; JANKÉLÉVITCH, Vladimir – *L'Ironie*. Paris : Flammarion, 1964; MINOIS, Georges – *Histoire du Rire et de la Dérision*. Paris : Fayard, 2000.

³ SERNA, Pierre – «Ou, morts... d'en rire !». In SERNA, Pierre (dir.) – *La Politique du Rire: Satires, caricatures et blasphèmes XVIe-XXIe siècles*. Ceyzérieu: ChampVallon, 2015, p. 11-47; COULSON, Shea – «Funnier than Unhappiness: Adorno and the Art of Laughter». *New German Critique*. [Em linha]. 100, Vol. 34, No 1, 2007, p. 141-163. [Consult. 25-07-2017]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27669190>; DARNTON, Robert – *The Devil in the Holy Water, or the Art of Slander from Louis XIV to Napoleon*. Philadelphia: Penn – University of Pennsylvania Press, 2010; DELIGNE, Alain – «De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 29-46; LAUTERWEIN, Andréa (dir.) e STRAUSS-HIVA, Colette (colab.) – *Rire*,

Para o conhecimento do humor em Portugal são de referência os estudos de João Palma-Ferreira⁴; de Alberto Pimenta⁵; de Abel Barros Baptista⁶; ou de Rui Zink⁷. Da perspectiva da história cultural, vejam-se as publicações de João Luís Lisboa⁸ e Ana Cristina Araújo⁹. A referência mais actualizada para a história da imprensa é José Tengarrinha¹⁰. A relação entre o periodismo e o desenvolvimento da opinião pública tem sido estudada pelo mesmo autor¹¹ e por José Augusto dos Santos Alves¹².

Deve ainda seguir-se o que, no Brasil, tem sido produzido sobre o humor, sobretudo por Elias Thomé Saliba¹³, Sírio Possenti¹⁴ e Isabel Lustosa¹⁵, bem como sobre a circulação internacional de textos e leituras, com destaque para Márcia Abreu¹⁶.

Mémoire, Shoah. [Em linha]. Paris: Éditions de l'Éclat, 2009. [Consult. 20-07-2017]. Disponível em <http://www.lyber-eclat.net/lyber/rirememoireshoah/avertissement.html>.

- ⁴ PALMA-FERREIRA, João – Prefácio, glossário e notas. In SILVA, António Manuel Policarpo da – *O Piolho Viajante. Divididas as Viagens em Mil e Uma Carapuças*. Lisboa: Estúdios Cor, 1973; *Idem* – Seleção, prefácio, leitura e notas. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O Almocreve de Petas e outras prosas*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974; *Idem* – *Obscuros e Marginados*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980; *Idem* – *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1981.
- ⁵ PIMENTA, Alberto – Prefácio e notas. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O balão aos habitantes da lua*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- ⁶ BAPTISTA, Abel Barros – *Ensaio Facetos*. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.
- ⁷ ZINK, Rui – *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- ⁸ LISBOA, João Luís – «O Anatômico entre os papéis jocosos setecentistas». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Op. cit.*, p. 391-406; *Idem* – «Read, watch and laugh (with eighteenth century humorous books)». In FERRÃO, Leonor e BERNARDO, Luís M. (ed.) – *Views on Eighteenth Century Culture, Design, Books and Ideas*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015, p. 346-357.
- ⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – «Vocabulário, imagens e modalidades irónicas de comunicação política em finais de Antigo Regime. O caso de José Daniel Rodrigues da Costa». In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães – Do Absolutismo ao Liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009, p. 147-173.
- ¹⁰ TENGARRINHA, José – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- ¹¹ *Idem* – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- ¹² ALVES, José Augusto Santos – *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005; *Idem* – *Glória, Memória e Mito: O periodismo vintista (1820-1823)*. Porto: Media XXI, 2013; *Idem* – *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Porto: Media XXI, 2015.
- ¹³ SALIBA, Elias Thomé – *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; *Idem* – «História cultural do humor: Balanço provisório e perspectivas de pesquisas». *Revista de História (São Paulo)*. [Em linha]. Nº 176, a01017, 2017, p. 1-39. [Consult. 21.11.2017]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332>. O mesmo autor coordena o grupo de pesquisa Humor e História, Universidade de São Paulo, cujo trabalho está disponível Em linha em <https://humorhistoria.wordpress.com/grupo-pesquisa/>. [Consul. 30.07.2017].
- ¹⁴ POSSENTI, Sírio – *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.
- ¹⁵ LUSTOSA, Isabel – *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Idem* (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ¹⁶ ABREU, Márcia – *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAPESP, 2008; *idem* e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *A Circulação Atlântica dos Impressos – Conexões*. [Em linha]. Campinas: UNICAMP/Setor de Publicações, 2014. [Consult. 20-07-2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

ii. Enquadramento teórico e metodológico

A metodologia utilizada é a análise textual, paratextual e contextual do *corpus* construído a partir do universo das fontes. O enquadramento teórico que fundamenta essa metodologia é tributário de uma perspectiva interdisciplinar, segundo a qual a leitura é um processo de construção de sentido, no cruzamento entre os leitores (com as suas práticas e competências) e os textos, cujo significado está dependente de dispositivos discursivos e formais, de que resultam práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação¹⁷.

A abordagem dos periódicos incluídos no *corpus* da investigação teve em atenção aquelas noções – de apropriação, representação, prática – mas também as de delimitação e de distinção¹⁸, levando em linha de conta que os protocolos de leitura inscritos nos textos e os seus efeitos de legitimidade¹⁹ decorrem de percepções do social que não são discursos neutros: produzem estratégias, legitimam projectos e justificam escolhas que correspondem a mecanismos de poder e de dominação²⁰.

ii.1. De que falamos quando falamos de humor

Questão prévia consiste em saber do que falamos quando falamos de humor, isto é, percorrer a distância da palavra ao conceito²¹: acompanhar a construção do conceito

¹⁷ CHARTIER, Roger – *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 16-28. Sobre a história do livro e da leitura, ver FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000; ANSELMO, Artur – «Fronteiras da História do Livro». *Cultura*. Vol. IX, II série, p. 15-22; e BAPTISTA, Abel Barros – «‘Vem de longe a marca do suporte material’: Uma entrevista com João Luís Lisboa». *MATLIT: Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura*. [Em linha]. Centro de Literatura Portuguesa, Vol. 2, nº 1, 2014, p. 159-164. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830_2-1_8.

¹⁸ Ver BOURDIEU, Pierre – *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris : Les Editions de Minuit, 1979.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger – «A leitura: uma prática cultural». In CHARTIER, Roger (dir.) – *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 229-253.

²⁰ «Ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitações não é afastar-se do social como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas – muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais» (CHARTIER, Roger – *Op. cit.*, p. 17). Sobre as questões do poder e da dominação ver FOUCAULT, Michel – «Le pouvoir: comment s'exerce-t-il?» In DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul – *Michel Foucault. Un parcours philosophique*. Paris : Gallimard, 1984, p. 308-321; e HABERMAS, Jürgen – *La technique et la science comme «idéologie»*. Paris: Denoël, 1973, p. 133-162.

²¹ «Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda a palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissémicos [...] Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados [...] No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação [...] A linguagem conceitual é, em si, um meio consistente para problematizar a

de humor e a sua evolução. Na verdade, o campo semântico recoberto pelo conceito de humor é vasto²², abrangendo noções passíveis de estudos parcelares do ponto de vista da linguística, mas cuja abordagem integrada faz sentido do ponto de vista da história²³, particularmente da história das ideias, numa perspectiva sincrónica e diacrónica²⁴, pondo em evidência, como demonstra Reinhart Koselleck, «a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes»²⁵.

É essa evolução do conceito que faz com que seja frequente o leitor actual encontrar alguma dificuldade em apreender o sentido humorístico em textos de épocas passadas,

[...] um humor que, com o passar dos anos, foge ao entendimento, que se capta dificilmente, que depende do contexto e do gosto do momento. É verdade que o grotesco é universalizável, embora tantas vezes identifique situações concretas que, também estas, passam e se perdem. Ou seja, percebe-se o elemento de humor, embora se possa perder um determinado alvo concreto. Mas, enquanto o humor violento explicita, o moderado sugere. O humor escabroso recorre a expedientes reconhecíveis, enquanto o subtil não se deixa entender e não passa sem os referentes que lhe dão sentido²⁶.

capacidade de experiência e a dimensão teórica [...] O método da história dos conceitos é capaz de superar o círculo vicioso da palavra em relação ao objeto e vice-versa» (KOSSELLECK, Reinhart – *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2011, p. 108-110.

²² O humor é aqui encarado na acepção mais lata proposta por Bremmer e Roodenburg: «[...] we see humour as any message – transmitted in action, speech, writing, images or music – intended to produce a smile or a laugh. This definition allows us not only to extend our investigations to antiquity, the Middle Ages and the beginning of the early modern period, but also to pose questions of interest to cultural historians: who transmits what humour in which way to whom, where and when?» (BREMNER, Jan e RODENBURG, Herman (ed.) – *A Cultural History of Humour*, Cambridge: Polity Press, 1997. p.1). Inclui, portanto, termos que, apesar da sua especificidade, designadamente linguística, são cobertos pelo conceito, como paródia, sarcasmo, facécia, jocosidade, sátira, troça ou ironia. Ver DYNEL, Marta – «Isn't it ironic? Defining the scope of humorous irony». *HUMOR International Journal of Humor Research*. Vol. 27, Nº. 4, 2014, p. 619-639; PINHARANDA, João, SANTOS, José Manuel dos, SILVA, Nuno Artur e CRESPO, Nuno – «Riso: modos de usar». In CRESPO, Nuno (coord.) – *Riso*. Catálogo da Exposição realizada no Museu da Electricidade entre 19 de Outubro de 2012 e 17 de Março de 2013. Lisboa: Tinta da China, 2012, p. 20-41.

²³ Sobre a relevância do estudo do riso e do humor para a história: «Il me semble que la réflexion sur le rire dans l'histoire, objet pluri- et interdisciplinaire par excellence, peut jouer son rôle dans la nouvelle alliance que l'histoire et les sciences sociales doivent élaborer. Je crois que, après le tournant critique, et dans la recherche sinon d'un nouveau paradigme, du moins de nouvelles façons de "faire de l'histoire", le rire est bon à penser» (LE GOFF, Jacques – «Une enquête sur le rire». *Annales Histoire, Sciences Sociales*. Nº 3, 1997, p. 455).

²⁴ «A história dos conceitos prioriza a decifração, pela alternância das análises sincrónica e diacrónica, do período de duração de experiências passadas, assim como da capacidade de resistência das teorias do passado» (KOSSELLECK – *Op. cit.*, p. 114).

²⁵ *Ibidem*, p. 115.

²⁶ LISBOA, João Luís, «O Anatômico entre os papéis jocosos setecentistas». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Op. cit.*, p. 391-392.

Daí a importância da definição dos conceitos²⁷ e da abordagem histórica da «tensão dinâmica» entre a realidade e os conceitos, que «por sua vez auxiliam a identificar, do ponto de vista teórico, a relação cronológica entre o acontecimento e a estrutura, ou a justaposição de permanência e alteração»²⁸.

ii.2. No princípio eram os humores...

De acordo com a releitura que Michel Foucault faz de Nietzsche, um dos usos da história é a paródia, o efeito cômico destruidor da realidade²⁹. Esse efeito iconoclástico passa pelo fornecimento de «identidades de substituição», sob a forma de disfarces – máscaras –, que se vão sucedendo num «grande carnaval do tempo»³⁰. A metáfora carnavalesca adequa-se ao «desfile» de significados que participaram na construção do conceito de humor ao longo da sua evolução histórica. A começar pelo termo médico que lhe está na origem: os «humores», no sentido de fluidos corporais ou secreções, designação utilizada por Pitágoras e Empédocles (séculos VI a.C.-V a.C.) e desenvolvida por Hipócrates (meados do séc. V a.C.) e por Galeno nos séculos II e III da nossa era³¹.

Segundo esta concepção, o corpo humano manter-se-ia vivo graças ao equilíbrio entre quatro humores (associados por Empédocles aos quatro elementos da Natureza): o sangue, quente e húmido, segregado pelo coração, relacionado com o ar; a bílis amarela, quente e seca, segregada pelo fígado, relacionada com o fogo; a bílis negra, fria e seca, segregada pelo baço, relacionada com a terra; e a fleuma, fria e húmida, segregada pelo sistema respiratório, relacionada com a água. O predomínio de um dos humores caracterizaria o temperamento da pessoa: sanguíneo (alegre e activo, graças ao predomínio do sangue); colérico (agressivo, com predomínio da bílis amarela);

²⁷ «Conceitos que abarcam fatos, circunstâncias e processos do passado, tornam-se, para o historiador social que deles se serve em sequência, categorias formais, estabelecidas como condição de existência de uma história possível» (KOSELLECK – *Op. cit.*, p. 116).

²⁸ *Ibidem*, p. 117.

²⁹ FOUCAULT, Michel – «Nietzsche, la généalogie, l'histoire». In BACHELARD, Suzanne *et al.* – *Hommage à Jean Hyppolite*. Paris : Presses Universitaires de France, 1971, p. 145-172.

³⁰ «Le bon historien, le généalogiste, saura ce qu'il faut penser de toute cette mascarade. Non point qu'il la repousse par esprit de sérieux; il veut au contraire la pousser à l'extrême: il veut mettre en oeuvre un grand carnaval du temps, où les masques ne cesseront de revenir [...] Car cette identité, bien faible pourtant, que nous essayons d'assurer et d'assembler sous un masque, n'est elle-même qu'une parodie» (*Ibidem*, p. 169-170).

³¹ ESCARPIT, Robert – *L'Humour*. Paris : Presses Universitaires de France, 1994 [1960], p. 11-20; GOLDBERG, Brenda, «A Genealogy of the Ridiculous: From 'Humours' to Humour». *Outlines. Critical Social Studies*. [Em linha]. Vol. 1, nº 1, 1999, p. 61. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em .

melancólico (desconsolado, predomínio da bÍlis negra); e fleumático (cerebral, predomínio da fleuma).

As doenças eram consideradas o resultado do desequilíbrio provocado pela segregação em excesso de um dos humores relativamente aos outros; a terapêutica consistia em expulsar o humor excessivo – o «mau humor» – para repor o equilíbrio³².

Foram os dramaturgos ingleses da época isabelina que iniciaram a mudança de sentido da palavra: pegando no conceito fisiológico dos humores corporais e dos tipos de comportamento por eles determinados, criaram peças teatrais que ficaram conhecidas como «comédias de humores», procurando suscitar o riso do público ao expor personagens dominadas até à obsessão pelas características dos diferentes fluidos.

O primeiro foi George Chapman, em *An Humorous Day's Mirth*, representada em 1597 e publicada em 1599³³, logo seguido por Ben Jonson, considerado o responsável pela generalização da passagem do termo ao sentido figurado, com *Every Man In His Humour* (1598)³⁴ e a respectiva sequência *Every Man Out of His Humour* (1599), em cujo prólogo explicita a sua opção inovadora através do recurso à metáfora:

The choller, melancholy, flegme and bloud,/ By reason that they flow continually/ In some one part, and are not continent,/ Receive the name of Humours. Now thus farre/ It may, by *Metaphore*, apply it selfe/ Unto generall disposition:/ As when some one peculiar quality/ Doth so possesse a man, that it doth draw/ All his affects, his spirits, and his powers,/ In their confluents, all to runne one way,/ This may be truly said to be a Humour³⁵.

ii.3. Uma sensação de superioridade

As diferentes teorias do humor fazem, contudo, remontar a provocação deliberada do riso a épocas bem mais remotas. A mais antiga é a teoria da

³² *Ibidem*, p. 62-63.

³³ CHAPMAN, George – *An Humorous Day's Mirth*. (Quarto1, 1599). Ed. Eleanor Lowe [Em linha]. Digital Renaissance Editions, n.d [Consult.20.07.2017]. Disponível em http://digitalrenaissance.uvic.ca/doc/AHDM_Q1/scene/Titlepage/.

³⁴ JONSON, Ben – *Every Man In His Humour*. [Em linha]. Project Gutenberg, 2009 [1601]. [Consult. 20.07. 2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/3694>.

³⁵ *Idem* – *Every Man Out of His Humour*. [Em linha]. Project Gutenberg, 2009 [1600]. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/3695>. «C'est avec Ben Jonson et sa pièce *Every Man Out of His Humour* (1599) que le terme passe vraiment du sens physique au sens figuré. *Humour* ne désigne plus seulement l'humeur médicale (ou même le tempérament que celle-ci provoque) mais (par métaphorisation) tout caractère excessif. Ce que fonde Ben Jonson c'est une comédie de caractères dans laquelle le public rira de ces monomaniaques dont le *humour* est en perpétuel décalage avec les situations de la vie» (GENDREL, Bernard e MORAN, Patrick – «Humour: Panorama de la notion». *Fabula: La Recherche en Littérature*. [em linha]. École Normale Supérieure, 2007. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em http://www.fabula.org/atelier.php?Humour%3A_panorama_de_la_notion.

superioridade, segundo a qual o riso resulta de uma percepção de superioridade perante outra pessoa ou perante uma determinada situação. Decorre da depreciação do outro, das convenções sociais, da ética, da moral, da política, até mesmo das regras da gramática. Da Grécia antiga até ao início do Iluminismo, quem se ri, ri-se de alguém ou de alguma coisa. O motivo é o ridículo provocado por um defeito, uma deformidade, qualquer coisa no outro que o torne inferior aos olhos daquele a quem provoca o riso³⁶. Demócrito ria-se dos tolos (todos os outros) porque se achava superior a todos os seus concidadãos³⁷. Platão, no *Filebo*, aponta como ridículos aqueles que se acham sabedores e perfeitos, sendo além disso fracos e incapazes de se vingar de quem faz pouco deles, suscitando, como na comédia, uma mistura de prazer e de dor³⁸.

Aristóteles, por outro lado, usa o exemplo da comédia para explicar o que entende por ridículo: «A comédia é, como dissemos, uma imitação de caracteres inferiores, não contudo em toda a sua vileza, mas apenas na parte do vício que é ridícula. O ridículo é um defeito e uma deformação nem dolorosa nem destruidora, tal como, por exemplo, a máscara cômica é feia e deformada mas não exprime dor»³⁹. Da Grécia a Roma, séculos mais tarde, em 55 a.C., Cícero confirma, em *Do Orador*, que o lugar e a região do ridículo são determinados pela fealdade e deformação⁴⁰.

³⁶ Ver KEANE, Catherine – «Defining the Art of Blame: Classical Satire». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire. Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 31-51; e BREMMER, Jan, «Jokes, Jokers and Jokebooks in Ancient Greek Culture». In BREMMER e ROODENBURG (ed.) – *Op. cit.*, p. 11-28.

³⁷ Ver GEIER, Manfred – *Do que Riem as Pessoas Inteligentes?*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011, p. 37-83; e RICHARDOT, Anne – «Un philosophe au purgatoire des Lumières: Démocrite». *Dix-huitième siècle: Le Rire*. Nº 32, 2000, p. 197-212.

³⁸ «Sais-tu que dans la comédie même notre âme est ainsi disposée, et qu'il y a en elle un mélange de plaisir et de douleur? [...] Il en est plus davantage qui se croient plus grands, plus beaux qu'ils ne sont, et doués de toutes les qualités du corps dans un degré supérieur à la vérité [...] Mais le plus grand nombre, à ce que je pense, est de ceux qui se trompent à l'égard des qualités de l'âme, s'imaginant, en fait de vertu, être meilleurs qu'ils ne le sont [...] Distingue-les donc ainsi: et si tu appelles ridicules ceux d'entre eux qui, avec une telle opinion d'eux-mêmes, sont faibles et incapables de se venger lorsqu'on se moque d'eux, tu ne diras que la vérité [...] l'ignorance accompagnée de faiblesse est pour nous le partage des personnages ridicules» (PLATÃO – *Oeuvres de Platon Traduites par Victor Cousin*, [Em linha]. T. 2, Paris, Rey, 1846, p. 408-413. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://archive.org/stream/worksfrenc1846o1a2platuoft#page/412/mode/2up>).

³⁹ ARISTÓTELES – *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 45-46.

⁴⁰ «O seu campo [do riso] está limitado por alguma torpeza ou deformidade; porque as coisas que fazem rir, de forma simples ou estridente, marcam e designam de maneira não torpe alguma torpeza. Por outro lado [...] é claramente próprio do orador provocar o riso; ou porque a própria hilaridade é benévola àquele que a desperta ou porque todos adoram uma agudeza contida, muitas vezes, numa palavra, sobretudo de quem responde, e às vezes de quem ataca; ou porque enfraquece o adversário; ou o constrange, diminui, afugenta; ou porque o refuta; ou também, pode ser, porque mostra como o próprio orador é um homem polido, erudito, urbano; ou, sobretudo, porque muitas vezes mitiga e branda a tristeza, a severidade e as coisas desagradáveis. O gracejo e o riso dissolvem aquilo que não é fácil de ser diluído com argumentos» (CÍCERO – *Do orador*, apud MARQUES JÚNIOR, Ivan – O riso segundo Cícero e Quintiliano: tradução e comentários de *De Oratore*, livro II, 216-291

Ao longo da Idade Média verificou-se uma extensão dos temas e do humor greco-latino, com os membros do clero e da nobreza a salientar-se como alvos da sátira⁴¹. Os alvares do Renascimento revelaram a existência de toda uma cultura popular europeia dominada pelo riso, em oposição à cultura oficial imposta pelo clero e marcada pelo medo, o sofrimento e a auto-flagelação. O carnaval foi apresentado como um momento de inversão dos valores sociais e culturais, caracterizado pelo realismo grotesco e a subversão do poder, como ficou patente nas obras de Rabelais⁴².

Mas, a partir do Renascimento, começam, gradualmente, a abrir-se brechas na concepção do humor como manifestação de superioridade sobre o outro. Montaigne ri de desdém e assume o seu desprezo pelo ridículo – mas conclui o ensaio dedicado a Demócrito com a sentença: «Notre propre et péculière condition est autant ridicule que risible»⁴³.

Descartes, em *As Paixões da Alma* (1649), distingue *moquerie*, o escárnio provocado pela descoberta de um pequeno erro numa pessoa, de *raillerie modeste*, que inclui, entre as qualidades do «homem honesto», a que «faz aparecer a alegria do seu humor»⁴⁴. Apenas dois anos mais tarde, Hobbes, por seu lado, conclui ser a percepção de um defeito noutra pessoa a provocar um orgulho repentino (*sudden glory*), que desencadeia o riso⁴⁵. Ainda na segunda metade do século XVII, a expressão latina

(*De ridiculis*) e da *Institutio Oratoria*, livro VI, 3 (*De risu*). [Em linha]. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, p. 48. [Consult. 30-10-2017]. Disponível em file:///C:/Users/Maria%20Ferreira/Downloads/IVAN_NEVES_MARQUES_JUNIOR.pdf. Ver também GRAF, Fritz – «Cicero, Plautus and Roman Laughter». In BREMMER e ROODENBURG – *Op. cit.*, p. 29-39.

⁴¹ LE GOFF, Jacques – *Op. cit.*, p. 40-53; e KENDRICK, Laura – «Medieval Satire». In QUINTERO, *Op. cit.*, p. 52-69.

⁴² BAKHTINE, Mikhail – *L'Oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970. Quase meio século depois da sua publicação original, em 1965, este livro continua a ser um estudo de referência sobre o tema, pela abordagem inovadora, pelas pistas de investigação que desbravou, bem como pelas novas contribuições que suscitou e lhe apontam limitações teóricas e metodológicas. Ver GUREVICH, Aaron – «Bakhtin and his Theory of Carnival». In BREMMER e ROODENBURG – *Op. cit.*, p. 54-60; e DUVAL, Edwin M. – «Rabelais and French Renaissance Satire». In QUINTERO – *Op. cit.*, p. 70-85.

⁴³ MONTAIGNE, Michel de – *Essais*. Livre I. Paris: Gallimard, 1965, p. 422.

⁴⁴ «Pour ce qui est de la Raillerie modeste, qui reprent utilement les vices en les faisant paroître ridicules, sans toutefois qu'on en rie soymesme, ny qu'on tesmoigne aucune haine contre les personnes, elle n'est pas une Passion, mais une qualité d'honneste homme, laquelle fait paroître la gayeté de son humeur, & la tranquillité de son âme, qui sont des marques de vertu, & souvent aussi l'adresse de son esprit, en ce qu'il sçait donner une apparence agreable aux choses dont il se moque» (DESCARTES, René – *Les Passions de l'Âme*. [Em linha]. Paris: Chez Henry Le Gras, 1649, p. 245 [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8601505n/f295.image.r=descartes%20les%20passions%20de%20l%27ame.langFR>.

⁴⁵ «*Sudden Glory*, is the passion which maketh those *Grimaces* called LAUGHTER; and is caused either by some sudden act of their own, that pleaseth them; or by the apprehension of some deformed thing

Castigat ridendo mores foi adoptada como o lema da comédia, atribuída a Jean de Santeul ou Santeuil (1630-1697), que a fez dizer ao cómico Dominique (Domenico Biancolelli), ao interpretar o personagem de Arlequim⁴⁶.

No início do século XVIII a sensibilidade altera-se. Em 1709, Shaftesbury, em *Sensus Communis*, compraz-se em submeter o fanatismo à prova (ou teste) do ridículo – mas recusa o riso grosseiro (*buffoonery*), preferindo-lhe a «piada fina» (*genteel wit*)⁴⁷, que deve ser partilhada entre *gentlemen*, num ambiente amigável: chegava o «bom-humor». Pela mesma altura, em 1710, Pope opera a distinção fundamental entre rir a propósito de alguma coisa ou situação e rir à custa de alguém, estabelecendo a diferença entre cómico e ridículo⁴⁸. O escárnio e o humor agressivo passam a ser mal vistos: «So pernicious a thing is Wit, when it is not tempered with Virtue and Humanity»⁴⁹.

ii.4. A incongruência que dá vontade de rir

Na época das Luzes, o riso tende a perder o carácter malévolo e passa a valorizar a incongruência entre coisas ou situações deslocadas. A incongruência não é ridícula – é cómica. O riso que provoca não é de arrogância nem de desprezo: é sinal de um carácter

in another, by comparison whereof they suddenly applaud themselves. And it is incident most to them, that are conscious of the fewest abilities in themselves; who are forced to keep themselves in their own favour, by observing the imperfections of other men. And therefore much Laughter at the defects of others, is a signe of Pusillanimity. For of great minds, one of the proper works is, to help and free others from scorn; and compare themselves onely with the most able» (HOBBS, Thomas – *Leviathan*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1981 [1651], p. 125). Além de indagar sobre a origem do riso no capítulo 6 de *Leviathan*, o próprio Hobbes não resiste a fazer humor (negro) no capítulo 21 da mesma obra, sobre a coerência entre o medo e a liberdade, notando que, por medo do naufrágio, um homem é capaz de lançar ao mar os seus bens com «muita vontade»: «Feare and Liberty are consistent; as when a man throweth His goods into the Sea for *feare* the ship should sink, he doth it nevertheless very willingly» (*Ibidem*, p. 262). Ver SKINNER, Quentin – «Hobbes and the classical theory of laughter». In *Visions of Politics. Volume 3: Hobbes and Civil Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 142-176; *Idem* – *Hobbes and Republican Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 135.

⁴⁶ FOURNIER, Édouard – *L'Esprit des Autres*. [Em linha]. Paris: E. Dentu Éditeur, 6e. éd., 1881, p. 42. [Consult. 01.08.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202362p/f44.image>.

⁴⁷ SHAFTESBURY, Anthony Ashley Cooper, conde de – «*Sensus Communis*; an Essay on the Freedom of Wit and Humour». In *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*, [Em linha]. Fourth edition, S.L., 1727 [1709], p. 63. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em http://books.google.pt/books?id=PvSyAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

⁴⁸ «There is a difference too betwixt laughing *about* a thing and laughing *at* a thing [...] those are my friends I laugh with, and those are not I laugh at» (POPE, Alexander – «Alexander Pope and Oliver Cromwell». In SHERBURN, George (ed.) – *Pope. Correspondence*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1956, p. 111.

⁴⁹ ADDISON, Joseph – *Spectator*. [Em linha]. Nº 23, 27 de Março de 1711. [Consult. 30.10.2017]. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/12030/12030-h/SV1/Spectator1.html#section23>.

afável e cordial. Hutcheson sustenta, em 1725, que a vontade de rir resulta do contraste entre a afirmação de um ideal elevado, como grandeza, dignidade, santidade ou perfeição, associado a uma situação de baixeza ou mesquinhez – por exemplo, quando alguém vestido com grande pompa e a andar com arrogância tropeça é motivo de riso. A vontade de rir provém do contraste entre a dignidade e a mesquinhez, não de um sentimento de superioridade do espectador⁵⁰.

Segundo esta teoria da incongruência, a piada ou gracejo (*mot d'esprit*) será tanto mais *espirituosa* quanto conseguir relacionar dois elementos contrastantes e o seu êxito é garantido pela existência de um público familiarizado com as duas ideias em contraste que estabelecem a relação inusitada. O humorista tem de conhecer as características sociais e culturais da audiência para obter o efeito cómico: certas relações de ideias podem ser incongruentes para um determinado público e não para outro (por exemplo, o público da revista à portuguesa e o público dos *Monthy Python*). Outros estudiosos da teoria da incongruência defendem que o humor resulta de uma mudança de perspectiva cognitiva súbita ou inesperada⁵¹.

Para Kant, o absurdo é indispensável ao riso⁵², entendido também como factor de alívio na fisiologia humana – daí a importância do pensamento do filósofo de Königsberg para ambas as teorias do humor. No entanto, Kant valoriza o «carácter agradável» da «maneira humorística»⁵³, sublinhando o «prazer afectuoso» resultante da dissipação «em nada» de uma expectativa de tensão⁵⁴.

⁵⁰ «[...] opposition of ideas of dignity and meanness» (HUTCHESON, Francis – «Hibernicus' Letters». In *Collected Works*. Vol. 7. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1971, p. 116). Ver também BERGER, Peter Ludwig – *Redeeming Laughter: The Comic Dimension of Human Experience*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1997, p. 22.

⁵¹ Ver LATTA, Robert – *The Basic Humor Process. A Cognitive-Shift Theory and the Case against Incongruity*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1999; e MORREALL, John – *Taking Laughter Seriously*. Albany: State University of New York Press, 1983.

⁵² «Em tudo o que pode suscitar um riso vivo e abalador tem que haver algo absurdo (em que portanto o entendimento não pode em si encontrar nenhum comprazimento). O riso é um afecto resultante da súbita transformação em nada de uma tensa expectativa» (KANT, Immanuel – *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992 [1790], p. 225). Sobre a centralidade das categorias do absurdo, do riso e do «humor no bom sentido» na *Crítica da Faculdade do Juízo* ver MENNINGHAUS, Winfried – «Le mouvement du rire chez Kant». *Dix-huitième siècle: Le Rire*. Nº 32, 2000, p. 265-277.

⁵³ «Entre aquilo que, alegrando, é bastante afim ao deleite proveniente do riso e pertence à originalidade do espírito, mas não precisamente ao talento da bela arte, pode-se contar também a maneira humorística. Humor no bom sentido significa o talento de poder arbitrariamente transpor-se para uma certa disposição mental, em que todas as coisas são ajuizadas de modo inteiramente diverso do habitual (até inversamente a ele) e contudo em conformidade a certos princípios da razão numa tal disposição. Quem é involuntariamente submetido a tais mudanças chama-se “caprichoso”; quem porém é capaz de admiti-las arbitrária e conformemente a fins (com vista a uma apresentação viva, através de um contraste que suscite riso), chama-se – ele e o seu modo de falar – humorístico. Esta maneira pertence, contudo, mais à arte agradável do que à arte bela, porque o objecto da última

Já no século XIX, Schopenhauer concorda que «o riso se origina sempre e sem exceção da incongruência subitamente percebida entre um conceito e os objetos reais que foram por ele pensados em algum tipo de relação, sendo o riso ele mesmo exatamente a expressão de semelhante incongruência»⁵⁵. Por outro lado, Kierkegaard conclui que o motivo do riso é a contradição entre o concreto existencial e todas as abstrações, diferindo do trágico na medida em que este é uma contradição dolorosa e o cômico uma contradição «sem dor»⁵⁶. Sublinhe-se, ainda, a associação do humor ao absurdo⁵⁷ e a distinção estabelecida pelo filósofo dinamarquês entre humor e ironia, atribuindo ao humor um cepticismo «muito mais profundo»⁵⁸ e uma dimensão «lírica», enquanto a ironia permanece egocêntrica⁵⁹.

A teoria da incongruência foi desenvolvida por Henri Bergson, no limiar do século XX. Segundo o filósofo francês, o riso é provocado pela incongruência entre a elasticidade dos corpos vivos e os mecanismos estáticos. Resulta da contradição entre o elã vital, a mudança contínua, a dinâmica própria da vida humana e a uniformização monótona, a mecanização do corpo, a coisificação do homem à semelhança da máquina, o enrijecimento do carácter – enfim, a expansão do artificial e a supressão do natural. Para Bergson, a rigidez, a automatização e a mecanização funcionam como motivos

sempre tem que mostrar em si alguma dignidade e por isso requer uma certa seriedade na apresentação, assim como o gosto no julgamento» (KANT – *Op. cit.*, p. 230).

⁵⁴ «Se alguém conta que um índio – que à mesa de um inglês em Surate viu abrirem uma garrafa de cerveja e toda ela, transformada em espuma, derramar-se – mostrava com muitas exclamações a sua grande estupefação, e à pergunta do inglês – “que há aqui para tanta admiração?” – respondeu: “eu também não me admiro que isso saia, mas de como vocês conseguiram metê-lo aí dentro”, então rimos e sentimos um afectuoso prazer, não porque porventura nos consideremos mais inteligentes que esse néscio, ou por algo comprazente que o entendimento nos tenha permitido observar aí; mas a nossa expectativa era de tensão e subitamente dissipa-se em nada» (*Ibidem*, p. 226).

⁵⁵ SCHOPENHAUER, Arthur – *O mundo como vontade e como representação*. Tomo I. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 109.

⁵⁶ KIERKEGAARD, Sören – *Post-scriptum définitif et non scientifique aux miettes philosophiques*. Paris: Editions de l'Orante, 1977, p. 203.

⁵⁷ «We recognize humor immediately only in such a reply as *credo quia absurdum* [I believe because it is absurd]» (KIERKEGAARD, Sören – *The Concept of Irony With Continual Reference to Socrates. Together with Notes of Schelling's Berlin Lectures*. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 446).

⁵⁸ «Humor has a far more profound skepticism than irony, because there the focus is on sinfulness, not on finitude» (*Ibidem*, p. 329).

⁵⁹ «Irony is *egotistical* (it contends with the bourgeois, philistine mentality and yet it retains it even though in the individual it mounts in the air like a songbird, little by little throwing out its cargo, until it runs the risk of ending with an egotistical ‘Go to the devil’, for irony has not yet slain itself by looking at itself, in the sense that the individual sees himself in the light of irony). Humor is *lyrical* (it is the most profound earnestness about life – profound poetry, which cannot form itself as such and therefore crystallizes in the most baroque forms – it is hemorrhoidal *non fluens* [non-flowing] – the *molimina* [exertions] of the higher life [...]) Some say that irony and humor are basically the same with only a degree of difference. I will answer with Paul. Where he talks about the relationship of Christianity to Judaism: *Everything is new in Christ*» (*Ibidem*, p. 431-432).

cômicos: «Um homem, que ia a correr pela rua, tropeça e cai: os transeuntes riem-se. Não se ririam, penso eu, se pudessem supor que o homem tivera a fantasia de se sentar no chão. Riem-se em virtude do facto de ele se ter sentado involuntariamente. Portanto, não é a sua brusca mudança de atitude que faz rir, mas o que há de involuntário nessa mudança, o seu modo desajeitado. Talvez houvesse uma pedra no caminho. O homem deveria ter mudado de passo ou contornar o obstáculo. Mas por falta de agilidade, por distração ou obstinação do corpo, *por um efeito de rigidez ou de velocidade adquirida*, os músculos continuaram a realizar o mesmo movimento quando as circunstâncias pediam coisa diferente. Foi por isso que o homem caiu, e é disso que os transeuntes riem»⁶⁰.

Segundo Bergson, quando as pessoas agem de maneira rígida e mecânica, o riso ameaça-as como um castigo. O riso é um «gesto social»: «[...] uma certa rigidez do corpo, do espírito e do carácter, que a sociedade gostaria também de eliminar a fim de obter dos seus membros maior elasticidade e a mais elevada sociabilidade possíveis. Essa rigidez é o cômico, e o riso o seu castigo»⁶¹.

Robert Escarpit, já na segunda metade do século XX, revisita esta teoria e leva-a mais longe, ao realçar o que designa como a «dialéctica do humor»⁶² e ao sublinhar o papel da ironia no paradoxo humorístico (além da redução ao absurdo), com recurso particularmente eficaz à transposição estilística e à lítotes⁶³, também valorizada por Jankélévitch⁶⁴.

ii.5. Um alívio

Além de notar que o riso resulta da constatação de uma incongruência, Kant tinha realçado a sua importância para a saúde humana ao proporcionar o alívio das tensões⁶⁵. Spencer desenvolveu esta ideia em *A Fisiologia do Riso* (1860),

⁶⁰ BERGSON, Henri – *Op. cit.*, p. 17-18. Para uma análise da obra ver MORGADO, Paulo – *O Riso em Bergson. Mecanismos do Cômico*. Lisboa: Verbo, 2011.

⁶¹ BERGSON, Henri – *Op. cit.*, p. 24.

⁶² ESCARPIT, Robert – *Op. cit.*, p. 73-92.

⁶³ *Ibidem*, p. 98-102.

⁶⁴ JANKÉLEVITCH, Vladimir – *Op. cit.*, p. 80-97.

⁶⁵ «Pois se se admite que a todos os nossos pensamentos se liga harmoniosamente ao mesmo tempo algum movimento nos órgãos do corpo, compreender-se-á razoavelmente como àquela súbita transposição do ânimo ora a um ponto de vista ora a outro para contemplar o seu objecto pode corresponder uma recíproca tensão e distensão das partes elásticas das nossas vísceras, que se comunica ao diafragma (idêntica à que sentem pessoas que têm cócegas), de modo que o pulmão expelle o ar a intervalos rapidamente sucessivos e assim efectua um movimento favorável à saúde, o qual unicamente e não o que ocorre no ânimo é a verdadeira causa do deleite num pensamento, que no fundo não representa nada» (KANT – *Op. cit.*, p. 227-228).

apresentando-o como um «efluxo», isto é, o escoar de tensões dentro do sistema nervoso, uma espécie de purga de energia nervosa libertada subitamente⁶⁶.

Freud vai aplicar esta dimensão higiénico-terapêutica à saúde mental. Para o fundador da psicanálise, a tensão é o resultado da censura (interdito ou proibição interna) que provoca a frustração e o recalçamento das pulsões (impulsos naturais, como a fome ou o desejo sexual). O humor permite enganar (sublimar) essa censura quebrando um interdito. O engano (sublimação) ocorre quando a quebra do interdito é disfarçada por uma ideia que não denota qualquer coisa interdita – por exemplo, quando um insulto é dito como se fosse um elogio. Em *Le Mot d'Esprit et sa Relation à l'Inconscient*, Freud inclui as noções de alívio e de efluxo no conceito de catarse, fazendo a analogia entre a piada e o trabalho do sonho e usando técnicas de condensação e deslocamento em jogos de palavras, como no diálogo anedótico entre o cego e o paralítico: «*Comment ça marche?*», demande un jour l'aveugle au paralytique. «*Comme vous le voyez*», répond le paralytique à l'aveugle»⁶⁷.

Ainda de acordo com Freud, o riso é um fenómeno social. O prazer a que dá origem é um prazer colectivo: para que as piadas funcionem é preciso uma audiência, um «terceiro». Produz-se então o «fenómeno»: a terceira pessoa tem mais prazer com a piada do que o seu próprio autor⁶⁸.

ii.6. Evolução: jogo e selecção

Ao longo do século passado, diferentes áreas do conhecimento debruçaram-se sobre o humor. Max Eastman encontrou analogias com o humor no comportamento animal, por exemplo, a reacção dos chimpanzés às cócegas com um «proto-riso». Ao alargar a definição de riso de modo a englobar outras respostas rítmicas ao prazer, Eastman considerou o agitar da cauda dos cães em sinal de satisfação como uma forma

⁶⁶ SPENCER, Herbert – «The Physiology of Laughter». In *Essays, scientific, political and speculative*. Vol. VII (The Works of Herbert Spencer XIV). Osnabrück: Otto Zeller, 1966, p. 452-466.

⁶⁷ FREUD, Sigmund – *Le Mot d'Esprit et sa Relation à l'Inconscient*. Paris : Gallimard, 2005 [1905], p. 87. Itálicos no original.

⁶⁸ «Un certain degré de bonne disposition ou une certaine indifférence, l'absence de tous les facteurs pouvant provoquer des sentiments puissants opposés à la tendance, telle est la condition indispensable si l'on veut que la tierce personne apporte son concours à l'accomplissement du processus du mot d'esprit. Là où de tels obstacles empêchant le mot d'esprit d'obtenir son effet n'existent pas, il se produit un phénomène que notre recherche va désormais prendre pour objet, à savoir que le plaisir procuré par le mot d'esprit apparaît plus nettement chez la tierce personne que chez l'auteur du mot d'esprit» (*Ibidem*, p. 266). Ver também ROUGEMONT, Martine de – «Le rire de la parodie. Freud ou Bergson?». *Dix-huitième siècle: Le Rire*. N° 32, 2000, p. 51-66.

de «riso»⁶⁹. O humor é assim considerado uma forma de jogo/brincadeira porque envolve uma atitude desinteressada, porque alguns tipos de humor incluem uma paródia de agressões e insultos e porque algumas formas de jogo resultam em situações humorísticas: as brincadeiras.

Mais recentemente, o psicólogo Geoffrey Miller veio defender que o humor surgiu e evoluiu devido à selecção sexual: teria sido valorizado como um indicador de outras características indispensáveis à sobrevivência, como a inteligência⁷⁰. Outros investigadores explicam a evolução do humor pelo facto de reforçar a capacidade do cérebro para detectar raciocínios errados. O humor seria, assim, indicador de um importante traço de sobrevivência e, ao mesmo tempo, um mecanismo que permite ao cérebro resolver problemas práticos⁷¹.

ii.7. De Wittgenstein e Koestler à Teoria Geral e ao humor cibernético e quântico

A proposição de Wittgenstein segundo a qual «o humor não é um estado de espírito, mas uma visão do mundo»⁷² ajuda a perspectivar a concepção de humor avançada por Koestler, para quem o riso se torna possível quando a razão ganha uma certa autonomia relativamente à emoção⁷³. A abordagem analítica e linguística está na base da Teoria Geral do Humor Verbal (General Theory of Verbal Humor, GTVH), exposta em 1991 por Victor Raskin e Salvatore Attardo, como um desenvolvimento da teoria do guião semântico (Semantic Script Theory of Humor, ou SSTH, proposta por Raskin em 1985). Esta teoria identifica um modelo semântico capaz de exprimir incongruências entre «guiões» semânticos no humor verbal⁷⁴.

⁶⁹ «We come into the world endowed with an instinctive tendency to laugh and have this feeling in response to pains presented painfully» (EASTMAN, Max – *Enjoyment of Laughter*. New York: Halcyon House, 1936, p. 45).

⁷⁰ MILLER, Geoffrey – *The Mating Mind: How sexual choice shaped the evolution of human nature*. Londres: Heineman, 2000, p. 416.

⁷¹ HURLEY, Matthew M., DENNETT, Daniel C. e ADAMS, Reginald B. Jr. – *Inside Jokes: Using Humor to Reverse-Engineer the Mind*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2011.

⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig – *Cultura e Valor*. Lisboa: Edições 70, 2000.

⁷³ «Laughter is a luxury reflex which could arise only in a creature whose reason has gained a degree of autonomy from the urges of emotion, and enables him to perceive his own emotions as redundant – to realise that he has been fooled» (KOESTLER, Arthur – *The Act of Creation*. Londres: Hutchinson & Co, 1964, p. 96). Como exemplo cita uma anedota na qual um marquês da corte de Luís XIV entrou um dia no quarto da sua mulher e encontrou-a nos braços de um bispo. Perante isso, dirigiu-se calmamente à janela do palácio e começou a fazer o gesto de abençoar as pessoas que estavam na rua. Quando a marquesa, aflita, lhe perguntou o que estava a fazer, ele respondeu: «O bispo está a desempenhar as minhas funções, por isso eu desempenho as dele» (*Ibidem*).

⁷⁴ ATTARDO, Salvatore – *Humorous Texts: A Semantic and Pragmatic Analysis*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2011; *Idem* – *Linguistic Theories of Humor*. Berlin/New York: Walter de Gruyter,

A aplicação da informática aos estudos sobre o humor deu origem à teoria computacional-neural, desenvolvida por Suslov. A sua investigação do esquema geral do processamento de informação revelou a possibilidade da existência de um mau funcionamento específico, condicionado pela necessidade de apagar rapidamente da consciência uma versão falsa daquela informação. Este mau funcionamento pode ser identificado com um efeito humorístico no terreno da psicologia e corresponde à teoria da resolução da incongruência. A novidade é que acrescenta a esta um novo ingrediente: o tempo despendido nessa resolução, ou o papel do *timing*. Em termos biológicos, o humor é um desenvolvimento inevitável do processo de evolução: a sua função consiste em acelerar a transmissão da informação processada à consciência e em garantir uma utilização mais eficaz dos recursos do cérebro.

A aplicação do algoritmo desenvolvido por Suslov nas redes cerebrais justifica a hipótese de Spencer para explicar o mecanismo do riso: apagar uma versão falsa corresponde a «pôr a zeros» alguma parte da rede neural, sendo a energia em excesso (produzida pelos neurónios) expulsa para o córtex motor, dando origem a contracções musculares que causam o riso⁷⁵.

Mais recentemente, Gabora e Kitto propuseram uma teoria quântica do humor, visando construir um modelo matemático do aspecto cognitivo do humor. Admitindo ter procedido a uma abordagem ainda «rudimentar», a exigir investigação mais aprofundada, o facto de o teste preliminar – realizado para determinar se o humor numa anedota viola a lei da probabilidade total – «parecer sugerir que há razão em supor que um modelo de inspiração quântica é apropriado» leva as autoras a concluir tratar-se de um «primeiro passo» para a elaboração de uma teoria formal do humor⁷⁶.

1994; e *Idem* e RASKIN, Victor – «Script theory revis(it)ed: joke similarity and joke representation model». *HUMOR - International Journal of Humor Research*. Vol. 4, nº 3, 1991, p. 293-347.

⁷⁵ SUSLOV, I.M. – «Computer Model of “a Sense of Humour”. I. General Algorithm». *Biofizika SSSR*. [Em linha]. Vol. 37, nº 318 (1992) [*Biophysics*, 37, 242 (1992)]. [Consult. 24.07.2017]. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/0711.2058v1.pdf>; *Idem* – «Computer Model of “a Sense of Humour”. II. Realization in Neural Networks». *Biofizika SSSR* [em linha]. Vol. 37, nº 325 (1992) [*Biophysics* 37, 249 (1992)]. [Consult. 24.07.2017]. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/0711.2061v1.pdf>.

⁷⁶ GABORA, Liane and KITTO, Kirsty – «Toward a Quantum Theory of Humor». *Frontiers in Physics*. [Em linha]. Vol. 4, nº 53, 2017. doi: 10.3389/fphy.2016.00053 [Consult. 26.07.2017]. Disponível em <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fphy.2016.00053/full>. Ver também GABORA, Liane, THOMPSON, Samantha and KITTO, Kirsty – «A layperson introduction to the quantum approach to humor». In RUCH, Willibald (ed.) – *Humor: Transdisciplinary approaches*. [Em linha]. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia Press, 2017. [Consult. 26.07.2017]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316187880_A_Layperson_Introduction_to_the_Quantum_Approach_to_Humor.

ii.8. Depois de Auschwitz ou os limites do humor

Aceitando que a ironia é «[...] uma consciência da necessidade e da irreverência, que contesta o imobilismo e dessacraliza as atitudes mais solenes, jogando, ridicularizando e brincando com o medo de criticar»⁷⁷, torna-se necessário problematizar os limites do humor. A questão é abordada por Deligne, que a coloca mais no domínio da *praxis* do que no da *poïesis*, defendendo a existência de uma «tensão “virtuosa” que define a «qualidade ética do riso» e justifica que «nem tudo é sempre possível. A racionalidade ética inclui um saber quanto ao que pode ser sátira ou quanto ao que a sátira pode ser»⁷⁸. A sua reflexão leva-o a concluir que «todo o problema é perceber, no sentido normativo do termo, a economia do respeito e do desrespeito às restrições temporais, locais, pessoais ou finais, quer a norma venha do exterior ou de si mesmo; ou que a transgressão seja inconsciente ou sistematicamente voluntária»⁷⁹.

Antes disso, Adorno fizera uma pergunta perturbadora: «A arte é alegre?» E respondera, glosando o verso final do prólogo a *Wallenstein*, de Schiller – «Séria é a vida, alegre é a arte» –, inspirado por sua vez nos *Tristes*, de Ovídio, para chegar a uma conclusão negativa:

There is something of bourgeois personal freedom in light heartedness, though it also shares there by in the historical fate of the bourgeoisie. What was once humor becomes irretrievably dull; the later variety degenerates into the hearty contentment of complicity. In the end it becomes intolerable. After that, however, who could still laugh at *Don Quixote* and its sadistic mockery of the man who breaks down in the face of the bourgeois reality principle? [...] The more profoundly society fails to deliver the reconciliation that the bourgeois spirit promised as the enlightenment of myth, the more irresistibly humor is pulled down into the netherworld, and laughter, once the image of humanness, becomes a regression to inhumanity⁸⁰.

A explicação proposta remete para a história e justifica a extensa citação:

Art, which is no longer possible if it is not reflective, must renounce lightheartedness of its own accord. It is forced to do so above all by what has recently happened. The statement that it is not possible to write poetry after Auschwitz does not hold absolutely, but it is certain that after Auschwitz, because Auschwitz was possible and remains possible for the foreseeable future, lighthearted art is no longer conceivable. Objectively, it degenerates

⁷⁷ ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Porto: Media XXI, 2015, p. 17.

⁷⁸ DELIGNE, Alain – «De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?». In LUSTOSA (org.) – *Op. cit.*, p. 32-33.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 43.

⁸⁰ ADORNO, Theodor A – «Is Art Lighthearted?». *Notes to Literature*. Vol. 2. New York: Columbia University Press, 1992, p. 250-251.

into cynicism, no matter how much it relies on kindness and understanding [...] Humor has turned into polemical parody. There it finds a temporary refuge as long as it remains unreconciled, taking no notice of the concept of reconciliation that was once allied to the concept of humor. By now the polemical form of humor has become questionable as well. I can no longer count on being understood, and polemic, of all artistic forms, cannot survive in a vacuum. Several years ago there was a debate about whether fascism could be presented in comic or parodistic form without that constituting an outrage against its victims [...] The historical forces that produced the horror derive from the inherent nature of the social structure. They are not superficial forces, and they are much too powerful for anyone to have the prerogative of treating them as though he had world history behind him and the Führers actually were the clowns whose nonsense their murderous talk came to resemble only afterwards⁸¹.

A saída apontada por Adorno é o absurdo, a sátira da sátira, à maneira de Kafka ou de Beckett⁸².

A discussão sobre os limites do humor – importa ter em conta o seu papel tanto enquanto arma de protesto social, realçada por Hart⁸³, como enquanto instrumento de controlo social, sublinhado por Billig⁸⁴ – é um debate em curso⁸⁵, cujo impacto na

⁸¹ *Ibidem*, p. 251-252. Ver também HERZOG, Rudolph – *Dead Funny. Humor in Hitler's Germany*. New York: Melville House, 2011.

⁸² «The artful meaninglessness and silliness characteristic of radical contemporary works of art, characteristics that are so irritating to those with a positive outlook, represent not so much the regression of art to an infantile stage as its humorous judgment on humor. Wedekind's *piece à clef* directed against the publisher of *Simplizissimus* bears the subtitle: satire on satire. There is something similar in Kafka, whose shock-prose was experienced by some of his interpreters, Thomas Mann among them, as humor, and whose relationship to Hasek is being studied by Slovakian authors. In the face of Beckett's plays especially, the category of the tragic surrenders to laughter, just as his plays cut off all humor that accepts the status quo. They bear witness to a state of consciousness that no longer admits the alternative of seriousness and lightheartedness, nor the composite tragicomedy. Tragedy evaporates because the claims of the subjectivity that was to have been tragic are so obviously inconsequential. A dried up, tearless weeping takes the place of laughter» (ADORNO – *Op. cit.*, p. 252). Ver também COULSON, Shea – *Op. cit.*, p. 141-163.

⁸³ HART, Marjolein't – Introduction. In HART, Marjolein't e BOS, Dennis (ed.) – *International Review of Social History: Supplement 15: Humour and Social Protest*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1-20.

⁸⁴ BILLIG, Michael – *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. London: Sage, 2005, p. 235 *passim*.

⁸⁵ «Mais de quel rire parle-t-on? Le rire se limite-t-il à la dérision? Est-il forcément impudique, agressif, triomphateur, assassin? Ne pourrait-on imaginer un rire qui préserve la crainte ou la compassion, la pudeur? Où placer ce moment utopique sans pour autant nier l'obscurité de l'événement? Un rire qui cherche (et parfois trouve) la complicité avec les morts. Un rire qui rend rarement heureux, un rire réflexif. Un rire qui ne rit pas d'Auschwitz mais d'"Auschwitz", de ce qui est devenu une métaphore détachée de l'histoire. Un rire d'impuissance provoqué par l'horrible de l'Histoire, par notre incapacité de la reconstituer et de nous en approcher [...] L'humour repose sur une expérience du contraste et se définit par rapport à une norme; comment peut-on maintenir un sentiment du comique quand la norme est brouillée, voire inversée? Loin de capituler devant le nazisme, la phrase de Karl Kraus, "mir fällt zu Hitler nicht sein" [Hitler ne m'inspire pas] signifie que la satire a perdu sa légitimité quand la réalité prend les traits les plus invraisemblables de la satire» (LAUTERWEIN, Andréa – «Introduction». In LAUTERWEIN, Andréa (dir.), e STRAUSS-HIVA, Colette (colab.) – *Op. Cit.*

sociedade actual se tornou patente na sequência dos atentados de Janeiro de 2015 em Paris, problematizados por Serna⁸⁶.

No âmbito desse debate não deverá deixar de ser tida em conta a dimensão do riso como um sinal de alteridade⁸⁷ ou como «uma estratégia para reagir ao sofrimento»⁸⁸. Os limites do humor são lugares de amoralidade (mais do que de imoralidade)⁸⁹, de crítica abusiva mas também da crítica do abuso⁹⁰. Apesar da ameaçadora chamada à ordem bíblica de Lucas, 6, 25 («Ai de vocês, os que agora riem, pois vão ter muito que lamentar e chorar»⁹¹), e do paradoxo do riso sardónico⁹², a ambiguidade do riso é, ainda, a fresta por onde aflora a sua vertente subversiva⁹³. Ou libertadora, mesmo que apenas temporariamente: «[...] o riso tem o poder de esconjurar o medo, mas só durante algum tempo, talvez apenas durante o tempo que dura a gargalhada. Às vezes, nem tanto»⁹⁴.

⁸⁶ SERNA, Pierre – *Op. Cit.*, p. 11-47.

⁸⁷ «Qual o grau de tolerância, qual o risco de aceitação, qual a razão da exclusão e quais os modos como o grupo/sociedade assume essa intrusão, a deixa envolver-se ou a exclui e a persegue? [...] O riso, por aquilo que o provoca, que é o cómico, suscita o sentido do diferente, é um sinal de alteridade, desvenda algo que ultrapassa a realidade quotidiana, dando existência àquilo que estava oculto» (NASCIMENTO, Aires A. – «O riso do homem medieval». In ESTEVES, Elisa Nunes, DIAS, Isabel Barros e REFFÓIOS, Margarida (coord.) – *O Riso. Teorizações. Leituras. Realizações*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015, p. 15-16).

⁸⁸ PEREIRA, Ricardo Araújo – *A Doença, o Sofrimento e a Morte Entram num Bar*. Lisboa: Tinta da China, 2016, p. 25.

⁸⁹ CARROLL, Noël – *Humour. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 86-117.

⁹⁰ WILKINS, John – «Abusive Criticism and the Criticism of Abuse». In CAMERON, Keith (pres.) – *Humour and History*. Oxford: Intellect Books, 1993, p. 41-55.

⁹¹ *Bíblia Sagrada em Português Corrente*. Trad. António Augusto Tavares *et al.*. Lisboa: Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), 1996, p. 1326.

⁹² DELON, Michel – «Le rire sardonique ou la limite du rire». *Dix-huitième Siècle*, nº 32, 2000, p. 255-264.

⁹³ «O riso subverte o medo. Corrói-o, domina-o, torna-o mais pequeno [...] Sem medo não há reverência. Daqui decorre, evidentemente, que o que devasta o medo devasta o respeito» (PEREIRA, Ricardo Araújo – *Op. cit.*, p. 107).

⁹⁴ *Ibidem*, p. 110.

iii. Balizas cronológicas e fontes

Apesar da presença de manifestações de humor nos almanaques manuscritos setecentistas, em grande parte jocosos, e em impressos como *Anatómico Jocosos*⁹⁵ ou *Palestras Críticas e Semi-Jocozas*⁹⁶, só com a publicação do *Almocreve de Petas*, em 1797, os recursos humorísticos se instalam de forma sistemática nos periódicos⁹⁷. É essa, portanto, a baliza cronológica inicial desta tese, cuja baliza final – *O Quinquilheiro*⁹⁸ – se localiza em 1835, ainda durante o «ano 1» da vigência definitiva da monarquia constitucional. Com o fim da guerra civil, em 1834, criam-se as condições para a «abertura à contemporaneidade»⁹⁹ da imprensa e inicia-se uma nova fase do periodismo humorístico. Nesse período de 38 anos, Portugal viveu a transição do Antigo Regime¹⁰⁰ para o Estado liberal¹⁰¹, porventura a maior transformação política e social da história do país.

O levantamento bibliográfico permitiu a construção do *corpus*, para o qual se seleccionaram fontes¹⁰² representativas da utilização do humor ao serviço de estratégias diversas, tendo em conta que, ao fazer história das ideias, deve procurar-se não só compreender o que os autores escreveram, mas, também, a intenção subjacente a esse acto de comunicação¹⁰³.

⁹⁵ SANTA CATARINA, Lucas de – *Anatomico Jocosos, Que Em Diversas Operaçoens Manifesta A Ruindade Do Corpo Humano, Para Emenda do Vicioso*. Lisboa: Na Officina do Doutor Manoel Alvares Solano, 1755-1758. Ver LISBOA, João Luís – «O *Anatómico* entre os papéis jocosos setecentistas». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Op. cit.*, p. 391-406.

⁹⁶ COSTA, Caetano Ferreira da – *Palestras Críticas e Semi-Jocozas*. Lisboa: Na Offic. de Caetano Ferreira da Costa, 1771.

⁹⁷ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Almocreve de Petas, ou Moral Disfarçada, Para Correccção Das Miudezas da Vida*. Segunda Edição. Lisboa: Na Officina de J. F. M. de Campos, 1819 [1797-1800]. Ver PALMA-FERREIRA, João – Prefácio. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O Almocreve de Petas e outras prosas*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974, p. 9-38.

⁹⁸ *O Quinquilheiro*. Lisboa: Na Imprensa de João Maria Rodrigues e Castro, 1835.

⁹⁹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 473. Sobre a profusão de periódicos no período considerado ver RAFAEL, Gina Guedes, e SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2002.

¹⁰⁰ PEREIRA, José Esteves – *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983; HESPANHA, António Manuel (coord.) – «O Antigo Regime». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Quarto Volume. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993; *Idem* (ed.) – *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

¹⁰¹ DIAS, Graça e José Sebastião da Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portuga*. Vol. I, Tomos I e II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Lisboa: Texto Editores, 2010; VALENTE, Vasco Pulido – *A Revolução Liberal (1834-1836) – Os «Devoristas»*. Lisboa: Alêtheia, 2007.

¹⁰² Na acepção dada por PEREIRA, José Esteves – *Sobre a História das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 1992, p. 68-81.

¹⁰³ SKINNER, Quentin – *Visões da Política. Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel, 2005, p. 117.

O *corpus* é, assim, constituído essencialmente por periódicos em que o humor é utilizado de forma sistemática, com destaque para os da autoria de José Daniel Rodrigues da Costa¹⁰⁴; o *Piolho Viajante*, de António Manuel Policarpo da Silva; *A Tripa Virada*, *Tripa por Huma Vez*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, entre os redigidos por José Agostinho de Macedo; *Chegou o papão* e *O Quinquilheiro*, na fase final da guerra civil e imediatamente após a instauração definitiva do regime constitucional.

Mas o humor aflora também em periódicos políticos, caso do *Correio Braziliense*, cujo público-alvo era a burguesia comercial de Lisboa, Porto e Brasil e a comunidade luso-brasileira de Londres, além da corte do Rio de Janeiro. A perspectiva da realidade portuguesa, filtrada pelos olhos de um brasileiro expatriado em Londres, justifica a sua inclusão. O redactor do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, fez também uma incursão pelo humor, em 1811, com *O Amor d'Estranja*, uma peça apresentada como a primeira de uma série de dramas joco-sérios destinados a satirizar a sociedade portuguesa. A experiência não teve continuidade – surge neste trabalho como exemplo de um periódico humorístico falhado –, porventura por se tratar de uma tentativa menos conseguida no conjunto da obra do patriarca do jornalismo liberal em Portugal e no Brasil¹⁰⁵.

A representatividade do *corpus* é sustentada pelo lugar ocupado pelo humor nos periódicos escolhidos e também porque estes correspondem a processos e posições político-morais diferentes. No intervalo cronológico considerado, a embrionária opinião pública passou da discussão moral (incluindo a crítica de costumes) à discussão política. Tal foi possível devido às duas traves da grande expansão da leitura na passagem do século XVIII para o século XIX: os periódicos e a política. Os periódicos proporcionavam um entretenimento admissível (papel que depois foi ocupado pelo romance), abrindo a fresta por onde a política acabaria por entrar. O humor serve-se disso – as piadas funcionam como elemento de atracção de leitores – ao mesmo tempo que serve essa abertura política e social: é fundamental para a construção daquelas duas traves da leitura.

¹⁰⁴ ARAÚJO, Ana Cristina – *Op cit., passim*.

¹⁰⁵ FERREIRA, João Pedro Rosa – *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense 1808-1822*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 204-238.

iv. Os problemas

O humor exige proximidade: comporta jogos de palavras e de sentido que, originalmente, se destinam a ser vistos e ouvidos e não tanto lidos. A distância em relação à área cultural em que as piadas foram criadas dificulta a sua compreensão. No entanto, e apesar de o sentido das piadas poder mudar à medida que se afasta no espaço e no tempo do seu lugar de produção, o humor também pode ser entendido à distância, precisamente através da leitura – nomeadamente da leitura de periódicos, para cuja expansão as piadas contribuíram como factor de atracção de leitores para uma mesma «comunidade de riso»¹⁰⁶.

Para apresentar os problemas suscitados e as pistas para as respectivas respostas possíveis no actual estado dos conhecimentos, este trabalho encontra-se estruturado em três partes, subdivididas a primeira, terceira e quarta em três capítulos cada, e a segunda em dois capítulos.

A primeira parte averigua o lugar do humor nos seus temas e formas. No capítulo I, que parte à descoberta do outro no *Almocreve de Petas*, indaga-se o papel do humor na cristalização e integração das diferenças através da leitura sistemática de um periódico cuja linha editorial, embora marcada pelo conformismo político e o preconceito social, questiona a padronização dos costumes e, ao constatar e confrontar o outro, cria as condições para o reconhecimento da alteridade.

No capítulo II identificam-se as contradições do humor n’*O Espreitor do Mundo Novo*, em que a crítica de costumes ridiculariza a novidade pela novidade e promove uma visão idealizada do Mundo Velho, tanto no plano social como no político.

O capítulo III – «“Gato escaldado, etc.”: Lugares-comuns, provérbios e bordões» – debruça-se sobre a utilização destas expressões populares ou «idiotismos» nos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa para obter efeitos jocosos. Constatar que muitos daqueles lugares-comuns continuam a fazer sentido, a ser usados com o mesmo significado e a suscitar o riso (ou pelo menos um sorriso) passados mais de duzentos anos é motivo de interesse suplementar para o leitor do século XXI.

A segunda parte percorre o terreno acidentado das fronteiras do humor. O capítulo IV viaja pelo «reino petista» (subtítulo do periódico *Comboy de Mentiras*), ao

¹⁰⁶ «El factor que selecciona a los miembros de una comunidad de la risa es lo que los hace reír», WILK-RACIEŃSKA, Joanna – «La definición de comunidad de risa reformulada». In FERREIRA, João P. R., e VIEIRA, Thais L. (org.) – *Humor, Língua e Linguagem: Representações culturais*. São Paulo: Edições Verona, 2017, p. 109-124.

sabor da relação entre mentira e verdade nos folhetos humorísticos de José Daniel Rodrigues da Costa. O exagero das petas com que o autor “tempera” as verdades chama a atenção dos leitores para a “verdade encoberta” sob as convenções das práticas sociais, numa dialética do ser com o dever ser em que a ambiguidade do humor permite desvendar a verdade para lá do fingimento e da falsidade, no limite do lícito e do ilícito.

O capítulo V, «Humor, insulto e política nos periódicos de José Agostinho de Macedo», analisa a componente humorística nos periódicos *A Tripa Virada*, *Tripa por Huma Vez*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, em que os excessos de linguagem são a parte mais visível de uma utilização amoral do humor ao serviço de uma estratégia política para além do limite entre o sério e o risível.

A terceira parte é dedicada ao espaço público e à opinião pública. No capítulo VI traça-se a evolução diacrónica do conceito de opinião pública e apresenta-se, historicamente, a criação da esfera pública, no sentido atribuído à expressão por Habermas¹⁰⁷, para sustentar que o humor dos periódicos desempenhou um papel na construção da esfera pública e da opinião pública em Portugal na viragem do século XVIII para o século XIX.

O capítulo VII, «Quem enfia as carapuças d’*O Piolho Viajante?*», resulta da análise de uma fonte fundamental para o estudo do papel do humor na formação da opinião pública e para a aferição da eficácia do humor periodístico, nomeadamente no que toca à crítica social. Dá-se conta, ainda, da importância da recepção deste periódico, desde a primeira edição (1802) até à segunda metade do século XIX.

O capítulo VIII aborda o humor em dois periódicos liberais do fim da guerra civil: *Chegou o Papão* e *O Quinquilheiro*. Além de estudar o papel do humor na formação da opinião pública no início da monarquia constitucional, coloca – e procura responder – ao problema: a implantação definitiva do liberalismo correspondeu a uma nova fase do periodismo humorístico?

A quarta parte procura acompanhar o humor na inserção de Portugal nos cruzamentos culturais do ocidente europeu. O capítulo IX, «Da tradução à apropriação: livros estrangeiros em periódicos de língua portuguesa no final do século XVIII e início do século XIX», sublinha o papel dos periódicos – humorísticos e não só – na circulação, recepção e apropriação da cultura impressa em línguas estrangeiras.

¹⁰⁷ HABERMAS, Jürgen – *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p. 69-102 e 389-407.

Pretende-se, ainda, contribuir para a inclusão do humor periodístico numa história da edição em Portugal.

O capítulo X, «“Tenham tantas felicidades como de 40 réis me meteram na algibeira”: o valor do trabalho do autor», mostra o ponto de vista do autor/editor de periódicos humorísticos sobre o valor material do seu trabalho. Parte da utilização do tópico da auto-depreciação por parte de José Daniel Rodrigues da Costa, nos prólogos, nas «falas do editor» e nas «falas de despedida», integrando-o numa estratégia de valorização qualitativa e, sobretudo, quantitativa (e quantificada) do seu trabalho.

O capítulo XI trata de um periódico humorístico falhado: o manuscrito de *O Amor d'Estranja* e a promessa não cumprida dos dramas joco-sérios de Hipólito da Costa. Marginalizado pelo próprio Hipólito da Costa na representação da sua figuração autoral e no processo de produção do sentido e de construção da significação do seu discurso, esta obra menor interessa sobretudo pelo eco que faz do ressentimento de sectores da burguesia urbana portuguesa, nomeadamente lisboeta, face ao comportamento dos aliados/ocupantes britânicos durante a Guerra Peninsular.

1ª PARTE. O LUGAR DO HUMOR: TEMAS E FORMAS

CAPÍTULO I. À DESCOBERTA DO OUTRO NO *ALMOCREVE DE PETAS*

I.1. O uso sistemático do humor

A publicação do *Almocreve de Petas*, entre 11 Janeiro de 1797 e Março de 1800¹⁰⁸, marca o início da utilização sistemática do humor na imprensa periódica portuguesa¹⁰⁹. A montante ficam manuscritos setecentistas e impressos como o *Anatómico Jocosos*, de 1755 a 1758¹¹⁰, ou *Palestras Críticas e Semi-Jocosas* (1771), com afloramentos mais ou menos significativos de contributos humorísticos – mas ainda não com o humor como fio condutor dos textos publicados.

É esse uso sistemático do humor – nas suas diversas acepções: escárnio, paródia, troça, sarcasmo, anedota, cómico, dito ridículo, gracejo, chiste, dito espirituoso, facécia, hilariedade, jovialidade, dito picante, ironia, dito jocoso, pilhéria ou sátira – como recurso principal do periódico para atrair, captar e manter a atenção, o interesse e o favor dos leitores, que confere ao *Almocreve de Petas* o carácter de pedra angular do *corpus* da investigação sobre o humor na imprensa periódica portuguesa de finais de Setecentos e o primeiro terço de Oitocentos.

Nas páginas do *Almocreve* encontramos sátiras, paródias, anedotas, sob a forma de coloridas reportagens e crónicas de costumes, localizadas em ruas, travessas, becos e calçadas, perfeitamente identificadas na toponímia de Lisboa – muitas delas com os nomes que ainda hoje mantêm. Fruto das notícias do tempo que não eram apropriadas para publicação na *Gazeta* oficial, as «petas» do *Almocreve* são em geral credíveis ou, no mínimo, verosímeis, mesmo que apimentadas pela imaginação de José Daniel Rodrigues da Costa¹¹¹. Este foi, provavelmente, o autor mais prolífico das letras portuguesas do seu tempo: poeta, dramaturgo, redator, editor – além de empresário, funcionário do fisco e oficial do exército – e ainda, sempre que a oportunidade se

¹⁰⁸ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Almocreve de Petas, ou Moral Disfarçada, Para Correção Das Miudezas da Vida*. Segunda Edição. Lisboa: Na Officina de J. F. M. de Campos, 1819 [1797-1800], Parte CXL, p. 1.

¹⁰⁹ ARAÚJO, Ana Cristina – *Op. cit.*, p. 147-173; PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, p. 23; TENGARRINHA – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013, p. 138.

¹¹⁰ LISBOA – *Op. cit.*, p. 391-405.

¹¹¹ BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico – «José Daniel Rodrigues da Costa e a imprensa periódica jocosa de Portugal do século XVIII». *Gragoatá*. Vol. 22, n. 43, 2017, p. 672-695.

oferecia, vendedor dos seus folhetos¹¹². Balbi reconheceu a originalidade de José Daniel no «género burlesco», mas verberou-lhe a falta de gosto, notando que a sua sátira de costumes poderia ser lida com prazer se fosse expressa numa linguagem mais depurada¹¹³. O mesmo autor faz uma referência inusitada à participação da mulher de Rodrigues da Costa nos trabalhos literários do marido¹¹⁴.

O objectivo deste capítulo é identificar, numa perspectiva interdisciplinar em que a história das ideias se socorre de outros saberes¹¹⁵, os principais temas e alvos da crítica de costumes do periódico, questionando o papel do seu humor face à diferença: ao troçar, satirizar e fazer ironia à custa do outro, o *Almocreve* receia-o e recusa-o ou, reconhecendo o outro, descobre a alteridade¹¹⁶?

Do mesmo modo, em relação à crítica social, ao apontar o desrespeito pelos lugares sociais «naturais» na sociedade de ordens, o humor do *Almocreve* está a conceber – aceitando, promovendo ou combatendo? – a mudança na ordem social¹¹⁷.

1.2. O periódico

Almocreve de Petas, ou Moral Disfarçada, Para Correção Das Miudezas da Vida, Por José Daniel Rodrigues da Costa, Entre os Pastores do Tejo, Josino Leiriense – assim se apresenta o periódico publicado em 140 folhetos semanais, de 1797 a 1800, coligido em dois tomos, para a primeira edição, e em três, para a segunda¹¹⁸.

O frontispício do Tomo I inclui uma citação de António Ferreira, da «Carta ao Cardeal Ifante D. Anrique, regente»: «De arêa, cal, e pedra os que edificação/ Baixas, mas

¹¹² FERREIRA, Maria Isabel Lopes – «José Daniel Rodrigues da Costa (1755/56-1832). Um autor ao serviço da “educação dos povos”». Dissertação de Mestrado em Estudos Românicos, Departamento de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

¹¹³ «C'est un écrivain assez original dans le genre burlesque, mais manquant de goût. Il est auteur de plusieurs ouvrages périodiques populaires, dans lesquels on trouve parfois des conceptions assez piquantes, et une satire des mœurs qu'on pourrait lire avec plaisir, si elle était exprimée en langage plus châtié» (BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Tome Second. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, p. cxlvi).

¹¹⁴ «Son épouse, qui est une femme de beaucoup d'esprit, l'aide dans ses travaux littéraires» (*Ibidem*).

¹¹⁵ ATTARDO, Salvatore – *Linguistic Theories of Humor*, Berlim/Nova Iorque: Walter de Gruyter, 1994; GOATLY, Andrew – *Meaning and Humour*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

¹¹⁶ FREUD, Sigmund – *Op. cit.*

¹¹⁷ BERGSON, Henri – *Op. cit.*; BILLIG, Michael – *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. London: Sage, 2005.

¹¹⁸ As transcrições do *Almocreve de Petas* respeitam a grafia, pontuação e itálicos originais.

necessarias miudezas,/ As Torres erguem, que tão altas ficão. *Ferr. Cav. 2. Liv. II*»¹¹⁹. Indica ainda o número da edição (foi consultada a segunda edição), bem como o local de edição (Lisboa), o impressor (Na Officina de J.F.M. de Campos; a primeira edição foi impressa por Simão Thaddeo Ferreira) e a data (1819), além da indicação «Com licença do Desembargo do Paço». No verso, outra epígrafe de António Ferreira: «*A Aranha da boa flor faz má peçonha;/ O estômago damnado, em mal converte,/ Qualquer, que nelle bom licor supponha. Ferr. Cart. XII. Liv. II*»¹²⁰.

Na página seguinte surge o Prólogo:

Como a pirula amargosa/ Se doura ao triste doente,/ Para ser menos tediosa;/
Assim á moral pungente,/ Doura huma frase jocosa:/ E a mocidade imprudente,/ Vendo-a dourada, e vistosa,/ A toma insensivelmente.//
Guindados Heróes não sigo.../ Altos voos não porsigo.../ Nestas noticias, que dou,/ Fôfas expressões não digo,/ Só vícios cortando vou...

Após os paratextos do volume, inicia-se a publicação dos folhetos propriamente ditos, com indicação do número das partes em numeração romana (na primeira edição Parte I a Parte LXXXVIII do Tomo I e Parte I a Parte LII do Tomo II; na segunda edição a numeração dos três tomos é corrida, de Parte I a Parte CXL). A primeira página de cada folheto é ilustrada por uma gravura representando, na primeira edição, o almocreve a pé, com o cavalo pela rédea, virado para a esquerda. Na segunda edição, o almocreve vai a cavalo, também para a esquerda¹²¹.

O escopo do periódico é apresentado no primeiro folheto:

Leitor applicado, e curioso, o Homem occupado dos negocios mais sérios se encontra na rua o Urso bailando; não se dispensa sde lhe botar os olhos, se he que não pára, dando o seu sorriso: o Homem cheio de afflicções, que vê no Rocio o Pobre tocando viôla com os pés, demora-se, gosta, e ás vezes larga os seus cobres; finalmente a Camara-Optica, a Alenterna Magica, tudo isto attrahe o Homem mais sisudo; pos assim como a vista necessita da variedade das cores, e dos differentes objectos, igualmente o Espirito precisa variar de ponderações, e de assumptos, que o molestem; isto mesmo nos dá a entender o sabio Esopo no célebre conto, que traduzido se segue: razão porque me disponho a dar-vos a presente Obra para desafogo das horas vagas, em que ambos teremos o nosso recreio, eu em compôr, e vós em comprar (I, p. 1).

¹¹⁹ FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 322.

¹²⁰ O periodista deve ter lido a segunda edição dos *Poemas*: FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira*. Segunda Impressão. Tomo II, Livro II, Carta XII. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1771 [1598], p. 111.

¹²¹ Note-se a simbologia da figuração escolhida: a imagem do almocreve com o seu cavalo, vendendo artigos de terra em terra, remete para a circulação de notícias, de histórias, da tradicional literatura de cordel. Ver ARAÚJO – *Op. cit.*, p. 153.

Isto é, o *Almocreve de Petas* propõe-se relatar aquilo que, por insólito, atrai a curiosidade e suscita o interesse¹²². Ou, à maneira dos média actuais, notícia é o homem que mordeu o cão.

As diferentes «petas» – histórias, crónicas, reportagens – têm indicação de lugar e data. No primeiro folheto, por exemplo, ocorreram no Cais do Sodré a 11 de Janeiro; Pampulha a 30 de Dezembro; Bairro Alto a 5 de Janeiro; Boqueirão da Moita a 10 de Dezembro; Bica do Sapato a 7 de Março; Alfama a 1 de Abril; Arroios a 17 de Abril...

A concluir a primeira parte, José Daniel Rodrigues da Costa inclui uma «Protestação do Author», habitual nas suas obras – estratégia defensiva para evitar eventuais litígios, perseguições e problemas com a censura¹²³:

Assegura, e protesta o Escritor desta Obra, que não he sua intenção remoquear, ou alludir a pessoa alguma em particular com as palavras, e narrações ficticias, e jocosas, de que nella se serve, pois só procura facilitar por este modo a recreação do espirito, e ainda a lição de muitas cousas miudas da vida, pois os casos, que contém, são de mera invenção, sem satyras, ou invectivas aos Leitores, etc. (I, p. 8).

No entanto, acabaria por admitir na «*Falla de despedida do Editor desta Obra*», no último folheto: «[...] devendo-lhes chamar correio das verdades, lhe puz Almocreve de Petas» (CXL, p. 1-3).

I.3. Recepção

Os folhetos estavam disponíveis nos principais postos de venda de Lisboa:

Vende se esta Obra e todas as mais partes de que he composta, e vão sahindo successivamente, nas lojas seguintes: Na de António Manoel Polycarpo na Arcada do Senado: Na de Francisco Xavier de Carvalho ao Chiado defronte da rua de S. Francisco: Na de João Henriques na rua Augusta junto ao Terreiro do Paço: Na de Desiderio Marques Leão ao Calhariz N° 12: Na de António Pedro Lopes na rua do Ouro junto á da Gazeta: E em Belém na de Capella de José Tiburcio. Também se achão na mesma Officina em que se fazem (V, p. 8).

Eram também vendidos pelas ruas pelos membros da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, a quem tinha sido concedido o exclusivo da venda ambulante de folhas volantes, pequenos livros e livros usados¹²⁴.

¹²² ROCHE, Daniel – «Le rire bleu. Comique et transgression dans la littérature de colportage». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 19-32.

¹²³ Ver abaixo p. 92, nota 200 e também MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, p. 82, nota 1.

¹²⁴ DOMINGOS, Manuela – *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, p. 59.

Um primeiro sinal de que o *Almocreve* conquistou leitores foi o rápido aparecimento de concorrência socorrendo-se do mesmo título. É o caso do *Retorno do Almocreve de Petas*, impresso em Lisboa, na Officina Nunesiana, entre Maio de 1797 e Janeiro de 1798. Composto por vinte e dois folhetos de oito páginas in 8º, glosava os temas abordados pelo original e alimentava polémicas com ele. A própria gravura imitava a da primeira edição do *Almocreve*, com a diferença de que, enquanto no original o cavalo está virado para a esquerda, no *Retorno* está virado para a direita.

Testemunha da audiência conquistada pelo periódico e pelo seu autor é o soneto «Ao machucho poetarrão», que lhes foi dedicado por Bocage. O poeta, que tinha por José Daniel Rodrigues da Costa e pelos seus folhetos um ódio de estimação, parodia um episódio narrado no *Almocreve* (Parte II, p. 3-4), chamando-lhe «a melhor obra que tens composto»¹²⁵.

O *Almocreve de Petas* e José Daniel Rodrigues da Costa são também mencionados por José Agostinho de Macedo no *Motim Literário em Forma de Solilóquios*¹²⁶, que os usa como termo de comparação com Voltaire.

O periódico circulou não só em Portugal mas também no espaço lusófono, estando documentado o seu envio para o Brasil. Chegou pela primeira vez a Pernambuco em 1799 e teve nova encomenda em 1800. Dois exemplares constam da lista de livros remetidos para a província da Paraíba a 21 de julho de 1808 pelo livreiro António Manuel Policarpo da Silva¹²⁷.

A confirmação da ampla circulação do *Almocreve de Petas* é atestada pela sua reedição em 1819, em três volumes impressos na oficina de J. F. M. de Campos. A popularidade do periódico perdurou na memória das gerações seguintes: em 1871 foi publicado por Luiz de Araújo o *Novo Almocreve das Petas. Livro alegre e folgazão no*

¹²⁵ «Das petas o almocreve é obra tua,/ Bem se vê, Daniel, na phrase o gosto:/ Adiça três de Abril, ou seis de Agosto,/ É de quem vende as rimas pela rua.// Cheira a teu nome o roubo da perua,/ E entre o tostado arroz o gato posto;/ Eis a obra melhor que tens composto,/ Inda que de artificio e graças nua.// A gente por Lisboa anda pasmada/ Vendo-te farto, e cheio como um ovo,/ Dos alvos pintos que te deu por nada;/ E frio de terror sussurra o povo,/ Que a tua estupidez anda pejada,/ E que cedo se espera um parto novo» (BOCAGE, M. M. Barbosa du – *Obra Completa*. Edição de Daniel Pires. Vol. 1. Porto: Caixotim, 2004, p. 268-269).

¹²⁶ MACEDO, José Agostinho de – *Motim Literário em Forma de Solilóquios* [Em linha]. 3ª edição. Vol. 2. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1841 [1811], p. 191-192. [Consult. 28.03.2017]. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320144/or1320144.pdf.

¹²⁷ VERRI, Gilda Maria Whitaker – «Livros na Capitania da Paraíba no Século XVIII». In BARBOSA, S. F. P. (org.) – *Livros e Periódicos nos Séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 90 e 98-99.

gosto do antigo Almocreve das Petas do célebre José Daniel Rodrigues da Costa, editado em Lisboa por Joaquim José Bordalo, com nova edição em 1879¹²⁸.

I.4. Os temas

As festas e respetivos protagonistas – mulheres e homens mundanos, «margalhudos apaixonados [...] cujas cabeças são mais tabuletas de modas que estantes de livros» (II, p. 3) – são temas favoritos do humor do periódico. Uma dessas festas, tendo por cenário o bairro lisboeta da Mouraria, é pretexto para uma crónica exemplar na utilização de diferentes recursos estilísticos, como a hipérbole, o contraste, a metáfora, o disfemismo, a associação depreciativa, a litotes hiperbólica, a sinestesia, a aliteração, a zoossemia e o provérbio¹²⁹, com o objetivo de enfatizar a ironia, o sarcasmo e a sátira:

Moiraria 24 de Fevereiro. Hontem á noite hia aqui succedendo huma desgraça formidável; juntáron-se em huma casa varios ranchos de Senhoras, para fazerem as comadres, havião alguns Margalhudos apaixonados, destes que campão pelos cabedaes, e nao pela sciencia, cujas cabeças são mais tabuletas de modas, que estantes de livros, e tomarão á sua conta a despeza de toda a cêa; mandarão ao Pasteleiro fazer com arroz hum gordo peru, em quanto o Padre Lyeu os ajudava, e lhes apanhava os cavaquinhos, para fazerem filhozes: houverao empadas de pimentão, coscorões de estopa, e outras muitas peças, que a alegria Bacchanal lhes suggerio; chegarão-se as horas da cêa, e mandarão hum galucho, criado de hum Morgado do rancho, buscar a merendolla, eis que dous maganões sem casca (porque erao descascados) atracão o Galego, para lhe tirar o alguidar que levava o arroz, e o peru; e não obstante os gritos do mesmo Galego, elles mais espertos tiverão léo de lhe tirar o peru, e metter em seu lugar enterrado pelo arroz dentro hum gato morto, que acharão na rua: o Galego não via esta substituição, e mui lampeiro foi para casa poz-se a meza, veio sellada, azeitonas, vinhos, &c., e o esperado peru, para que todos tinham a guella aparelhada; foi o Morgado, amo do Galego, o eleito trinchante que entrou a talhar as pernas do gato, que estava encoberto no arroz, e as Senhoras, que comião, pasmavao, dizendo, que inda não tinham visto perus calçados, foi o trinchante abrindo a praça no referido alguidar, e ao mesmo tempo, descobrindo o corpo do pasmoso gato, que por estar ainda fresco, não deixava de fazer appetite; porém Senhoras, que quasi todas são de má boca, humas cuspião fora, outras tapavão o nariz com os lenços, a isto se ouvirão os apaixonados, *café para a Senhora D. Fulana, licor á Senhora D. Sicrana*, fumaças a humas, ventosas a outras, foi tal o labyrintho, que a bulha dos vômitos, e a bulha que fizerão os que acudirão, transtornou a casa da Assembléa em enfermaria de doidos porque de ordinário nas aflições faz mais bulha quem acode, que quem padece; os visinhos de baixo, não

¹²⁸ ARAÚJO, Luiz – *Novo Almocreve das Petas. Livro alegre e folgazão no gosto do antigo Almocreve das Petas do célebre José Daniel Rodrigues da Costa*. Lisboa: Joaquim José Bordalo, 1871 (2ª edição 1879).

¹²⁹ PAIVA, Maria Helena Novais – *Contribuição para uma Estilística da Ironia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos/Instituto de Alta Cultura, 1961, p. 470-480.

sabendo do estratagema, já se achavão roucos de gritar pelos chuços, porém os filhos da chuxa não quizerão sahir, por se não constiparem; e como em casa onde não ha pão, todos ralhão, ninguém tem razão, brigarão as comadres, descobrirão-se as verdades, e aqui temos nova bulha; porque hum dos meus Senhores da função, por tolo, cahio em descobrir ser elle hum dos que vendêrão gato por lebre, de que se seguio miarem-lhe todos, e ficar muito bem arranhado de pescoções; e he para acreditar, que não tornará a ser inventor de peças, porque gato escaldado, &c. (II, p. 3-4)¹³⁰.

A moda nas suas mais diversas manifestações é um *topos* omnipresente nas páginas do *Almocreve*. A crítica de José Daniel Rodrigues da Costa tanto incide sobre o vestuário como sobre a linguagem, pondo a ridículo os novos costumes e sublinhando o contraste com os usos antigos de uma «idade de ouro», obviamente idealizada, sem relação factual com a realidade histórica. Um bom exemplo é este texto em que, recorrendo à literalização da metáfora¹³¹, à ironia e sobretudo à antropomorfização (da língua portuguesa, do galicismo, do sal ático) satiriza a decadência do português corrompido por barbarismos:

Lisboa 12 de Março. A Maior parte dos Sabios desta Capital lamentão quasi sem remedio a grande perdição a que chegou a Senhora D. Lingua Portuguesa; esta nobre Senhora, que já não tem nada de menina, enviuvou de hum Cavalheiro chamado Sal Attico, desconhecido de muitos, e presado por poucos; esta boa Viuva por morte de seu Marido ficou totalmente desamparada, pois tudo quanto tinha de melhor, andava por mãos alheias, e tão pouco seguras, que a tudo lhe dêrão fim; passado algum tempo, vários Cavalheiros modernos, que a tomarão á sua conta, concorrendo-lhe com tudo, vestirão-na toda de escuro, como pedia o seu miserável estado, fizerão-lhe hum vestido de *Nigri mestos, e pelentifes crepes*; dêrão-lhe huns brincos de *trimilumes espelhantes chapas*; não lhe faltando fumos para ornatos na cabeça, cujos enfeites, ainda que fúnebres, a tem feito á primeira vista muito formosa, e Mr. Gallecismo tem com ella despendido grandes sommas; além deste beneficio, alguns Estrangeiros mais lhe tem consignado duzias, e duzias de palavras par a sua sustentação; caridade esta, que a vai arruinando de todo; porque mais não cuidará em resarcir o perdido, fiada no que lhe tem consignado; porém a pezar de tantos socorros, todos a estranhão pela melancolia em que se acha, quando inda há bem poucos annos se azia celebre, pelos seus bons ditos, graça, e descrição (V, p.1-2).

Associada à modernidade, a moda tem sempre uma conotação negativa e, por isso, é ridicularizada: «*Rua direita dos Paulistas 20 de Outubro.* Tem chegado a multidão das modas no presente seculo ao ponto de desordenar a maior parte das casas; falta-se a tudo, que he de mais precisão, e não se falta á moda; aonde hirá isto dar ninguém atina [...]» (CXXVII, p. 1).

¹³⁰ A propósito deste episódio escreveu Bocage o soneto «Ao machucho poetarrão». Ver acima, p. 30, nota 125.

¹³¹ GOATLY – *Op. cit.*, p. 180-181.

Um exemplo de como o *Almocreve* apresenta a moda masculina, numa noite de S. Pedro, num dos locais mais concorridos de Lisboa:

Passeio Público 29 de Junho. ...tres rapazolas, rodeados de sectarios da escola moderna, a quem não tinha mordido a pulga, por ser esta huma das noites em que ninguem vai á cama, como o tem mostrado a experiencia em todos os seculos: elles estavam vestidos não só ao gosto estrangeiro, como ao desafogo de fóra da terra, chapéos redondos, e na frente, em lugar de fivela, que aperta a cópa, medalhas com os retratos das suas Cloris de cachimbo, por elles serem de sigarro; çapatinhos de ponta de passador, com seus laços de fitas de côres, argolas nas orelhas, signal para serem achados, no caso de se perderem (CXI, p. 2).

A moda «à francesa» é visada com frequência, tanto nas «petas», a zona noticiosa do periódico, como nas secções do *Almocreve*, por exemplo nas glosas.

Glosa. *Entre madrinha, e afilhada*

Madrinha: Amesendada á janella,/ Toda engomada e brunida,/ De Tafula fazes vida? [...]/ Haja ou não haja despeza,/ Trajas á moda Franceza;/ Andas louca por costume;/ Isto só faz, quem presume/ *De que tem rara belleza.* //

Afilhada: Madrinha, ouvio, se está tonta,/ Não estou para a soffrer,/ Quero andar, como eu quizer,/ Que não he da sua conta:/ Anda comigo de ponta,/ Por eu á moda me pôr;/ Inda que seja uma flor,/ Qualquer menina d'agora,/ Se he Jarreta, e não namora,/ *Fica perdendo o valor.* //

Madrinha: Que feia tafularia,/ Cabellos desgadelhados!/ Traje, qual o de enforcados,/ E há quem se case hoje em dia!/ Já ser firme he grifaria!/ Vestir à séria he pobreza! //

Afilh: Madrinha, tenha a certeza,/ Que Amante a nenhuma falha,/ Se vestir bem á bandalha,/ *Se for falta de firmeza* (XXXI, p. 6-7).

De destacar a diferença de idades entre as participantes no diálogo (madrinha e afilhada) e a classificação da jovem como «tafula», isto é, seguidora da moda. Do ponto de vista da própria, o antónimo de tafula é «jarreta» – e a consequência de não andar à moda é ser ostracizada: «não namora» e, em resultado disso, «fica perdendo o valor». A madrinha antiquada bem pode acusar a afilhada de trazer os cabelos «desgadelhados» e lamentar-se de que «vestir à séria é pobreza». A jovem remata com um argumento irrespondível: «Amante a nenhuma falha, se vestir bem à bandalha».

O tema do amor faz algumas incursões no *Almocreve*. Numa delas, datada do «Chafariz de Dentro, 1 de Junho», ao comentar a natureza daquele sentimento, José Daniel não atribui autoria aos versos que cita, do padre, poeta e músico brasileiro Domingos Caldas Barbosa, então figura grada da sociedade lisboeta. A propósito de um tiful que se apaixonara por uma peixeira, o redactor põe-se a filosofar sobre o amor, acerca do qual «os maiores Doutores tem balbuceado no discernimento» e «tem-se-lhe chamado muito nome». Sublinha os efeitos contraditórios do amor, tema tão em voga «que até produziu uma modinha»: «Ninguem sabe, ninguem sabe/ Ninguem sabe o que

he Amor»¹³². À sua maneira peculiar, José Daniel remata a questão com uma lição de moral sustentada na *vox populi*:

Porém o que nós todos sabemos he, que *por Amor*, o rico se faz pobre, o pobre se faz rico: graças aos velhos forretas, que paixão mal, e enthesourão para o genro depois andar de cavallo; o certo he, que quem diz *Amor*, diz *Loucura*, porque ha pedaço de affecto, que he mesmo huma dor de alma, ver aonde se dirige, a que muitos respondem o adagio vulgar, *que quem o feio ama, bonito lhe parece* (LIX, p. 1).

O *Almocreve* gosta de estatísticas, que apresenta sob a forma de listas («cálculos»), com intuitos pedagógicos e também satíricos. O «Cálculo da despeza de um Taful» aponta os gastos de um figurão «que não tendo três réis de seu», para cumprir os ditames da moda e os protocolos sociais a ela associados, empresta, dá esmola, repara estragos, paga almoços, ceias, café, licor e rapé, além de sustentar criado e contratar fretes com galegos. Pelas contas do autor, a diária não ficava abaixo de 6.580 réis.

Por piedade omittimos, ou mettemos no escuro a *Sege de aluguer, a Tarde dos Touros, a Platea na Opera, a perda do Jogo, a despeza em huma Feira com Madamas*, e quando Deos quer como debaixo dos pés se levantão os... *tanto de Sala livre, tanto de Carceragem, Mandarins*, etc. que tudo está muito caro; e todas estas despezas juntas com as da casa se ha familia, he necessário para a sua sustentação *tres mil Cruzados de renda*; com tudo ha laberco, que não tendo tres reis de seu, não falta a nada disto; assentão os Politicos que como o *Cavalheiro Pinete* andou por este mundo, deitou tantos Discipulos, quantos são os Pelotiqueiros que sem nada fazem tanto (XXXVII, pp. 3-5).

Já o «*Calculo certo da despeza, que faz huma Senhora para se pôr na rua com a moda, desde os bicos dos pés até á cabeça, na função para que foi convidada, dos annos da Prima*» demonstra que ser *fashion victim* e ir a uma festa de aniversário no limiar do século XIX não custava menos de 76.700 réis, sobretudo em vestidos, rendas, fitas, jóias, acessórios e cosméticos. Conclui José Daniel: «Ou ha grande multidão de calotes, ou anda pelo mundo occulta a varinha de condão, com que minha Avó me embalou» (LXIV, pp. 2-4).

Outra lista enumera o «*Calculo da despeza da guerra dos Calotes, que tem havido em Lisboa, e seu Termo, segundo a variedade do modo de os pregar; e isto desde Janeiro de 1798 até 30 de Dezembro de 1799*», subdivididos em «calotes políticos» e «calotes descarados», onde arrola diversas formas de burla, incluindo o

¹³² TINHORÃO, José Ramos – *Domingos Caldas Barbosa: o poeta da viola, da modinha e do lundu (1740-1800)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 97.

«gato por lebre» e os empréstimos sobre penhores em que «quem conta hum conto, que sempre lhe acrescenta hum ponto», encarecendo o preço do resgate (CXXXIII, pp. 1-3).

Mais curta é a lista que escarnece de um dos mais respeitados protocolos sociais da época – as visitas – no «Calculo do tempo que gastão as Senhoras nas despedidas das suas amigas».

[...] preparão-se para a visita toda a tarde, sahirão ás seis, chegarão a casa das amigas ás sete, levantarão-se para se despedirem ás nove, descêrão pela escada ás onze; e chegarão a casa á meia noite; e ainda pelo caminho algumas disserão mal á sua vida por lhe ter esquecido certas cousinhas, que inda lá tinhão que dizer (XCIX, p. 4).

A educação é um tema particularmente sensível, dada a sua vulnerabilidade à ofensiva das modas e da inovação. O avanço da modernidade provoca um desabafo ao autor:

Rua de S. Vicente 14 de Novembro [...] eu vejo-me doido! isto então crianças que ainda o outro dia cheiravão aos coeiros, e hoje estão dando Leis, e razões que só ellas entendem; em fim saber, e ver até morrer [...] he verdade que as filhas erão menos prendadas nisto de cantarolas, e danças altas, mas assim mesmo bixos do mato, sabia o Noivo o que levava em matéria de governo; porém hoje já [os pais] as vão criando [as filhas] á moderna, mettendo a sua colherada em tudo que se falla, mas sem saberem caiar huma casa, nem desmanchar hum porco [...] nem sabem para si, nem para ensinar ás criadas quando chegão a ser Senhoras do seu nariz [...] finalmente ha muitas que nem sabem fazer huma camisa, porque os Pais só as vão emestrando em calculos, e multiplicações geograficas, cousinhas que lhes fazem andar a cabeça á roda; no cabo em se pilhando sabias, entrão a dissertar nos secantes, e tangentes, sem que se lhe seque a prosa, e tangendo bem com engano aquelles, que por infelicidade lhes cahirão nas unhas (CXXX, p. 1-2).

Sinal da importância que lhe é reconhecida, o tema é desenvolvido em sucessivos folhetos do periódico.

Exame critico feito no modo com que presentemente se cria huma Menina em todas as idades, de sorte que vem a ser depois o chefe das invenções, e denguiques [...] mudão-se os tempos, mudão-se os costumes, e por consequência temos novas educações [...] Logo que a Senhora se desmama, ou começa a fallar, já a Mãe, ou a sua Aia, lhe principia a inspirar toda a espécie de melindres [...] quando a menina sente de noite cães na rua a ladrar, se lhe diz que he o papão [...] a menina fica no costume de ter medo de tudo [...] de criança se vai costumando a queixar-se toda a sua vida [...] chovem os desdens ao fallar, as invenções ao comer, as nequices ao vestir, as impertinencias ao pentear, os medos ao sahir fóra, e finalmente os montões de exquisitices em todas as suas acções: se lhe vão á mão á sua vontade, he logo surpreendida de letargos, convulsões, e desesperos [...] se chega a desposar-se trata o bem aventurado com hum génio de velubridade, trata-o de resto, só cuida nos próprios enfeites, e mostra huma total despligencia para os trastes do Marido [...] e no fim do mez manda-lhe hum rol de alto abaixo da divida do Capellista, e Mercador: se acaso ha filhos, já a Senhora lhe não pega ao colo, por se não amarrotar, nem os leva comsigo fora, por se

não dizer, que já he Mãe de filhos; que esta he agora a ultima moda: na idade avançada fica atreita a flatos, e erzipula, que nunca se lhe despede, e tão rabugenta de genio, que ninguém a póde aturar, até que Deos compadecido de nós a leva para si, ficando o mundo livre de mais este flagello (CXXXVII, p. 5-7).

Até na medicina as modas são factor de perturbação – «o curativo vai por modas» –, conforme testemunha a resposta de um doente ao médico que lhe receitara um purgante, incluída na secção de Anedotas:

Senhor Licenciado, como ainda espero que venha tempo, em que este purgante se não approve, quero-me já prevenir em o não tomar. Respondeo-lhe o Cirurgião; hui, Senhor, pois V. m. duvida do meu curativo? Disse-lheo enfermo, duvido, sim senhor, assim como Vv. mm. outros duvidão do curativo daquelles, que erão tidos por grandes homens nesta matéria, e fundo-me em que algum dia negavão ao malignado huma sede d'agoa, hoje quanta o enfermo possa beber; prohibião-se laranjas á noite hoje mandão que se coma a toda a hora. Em cima da lagosta, camarão, pepino, melancia, e ovos mandavão fugir d'agoa, como o demo da Cruz, hoje applica-se-lhe agoa, e mais agoa. Os banhos sempre forão de agoa morna, hoje so se querem d'agoa fria; algum dia sangrava-se muito, hoje não se sangra ninguém; nestes termos meu amigo, como o curativo vai por modas, aqui conservarei o purgante até vêr em que ellas pãrão (LXXXII, p. 7).

Espaço ainda para a crítica à superstição, denotando da parte de José Daniel uma preocupação pedagógica ao usar a ironia para afastar os leitores da credence e de bruxas, duendes, vampiros, etc.: «São certíssimos; o que tem é que nunca apparecem se não a pessoas de poucos estudos e alguma coisa fanáticas».

Alfama 29 de Abril. Não querem crer que ha Bruxas, ha, e mais que ha; que importa que estes Senhores modernos com as suas modernas filosofias filosofando á moderna, se fação todos pirrónicos, duvidando de tudo, se a experiencia, e a tradição dos nossos velhos conscriptos nos mostrão o contrario? Quem poderá negar, que a minha Avó quando era pequena vio hum negrinho de mão furada, com o seu barrete encarnado, sahir-lhe debaixo da chaminé bailando as chigansas? [...] Os Duendes, ou Vampiros são certíssimos; o que tem he que nunca apparecem se não a pessoas de poucos estudos, e alguma cousa fanáticas; mas isto mesmo he gyria nos taes Vampiros, por se livrarem de argumentos, porque se apparecessem a algum sábio, este lhe provaria, que elles não existião, e que era só hum delirio da imaginação dos que os vião (CII, p. 1).

O auto-elogio, por vezes irónico¹³³, é constante no *Almocreve de Petas*, como aliás em todos os periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa¹³⁴. Além dos constantes apelos à compra dos folhetos e à angariação de assinaturas, passando pela publicação de cartas e a invenção de correspondentes em diferentes cidades do reino e do império

¹³³ PAIVA – *Op. cit.*, p. 196.

¹³⁴ SANTOS, Maria do Carmo dos, BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico – «A Sátira e a técnicas retóricas nas cartas jocosas de O Almocreve de Petas (1798-1799)», *Cadernos Literários*. Vol. 23, n. 1, 2015, p. 60-84.

(designadamente do Brasil) e ainda pelas polémicas com a concorrência, sobretudo o *Retorno do Almocreve de Petas* e o *Café Jocosso*, sucedem-se as «falas» aos leitores. A «Falla de despedida do Editor desta Obra» é apenas um exemplo:

Presadissimos Portuguezes, antigos, e modernos, masculinos, e femininos, tenho a honra de lhes fazer ver, que finalisa neste anno o decimo oitavo seculo, que he o mesmo que mil e oitocentos, assim no presente mez as Petas do meu Almocreve, que pouco mais ou menos andarão pela mesma conta, podem agora botar as linguas de remolho para outra ocasião, os immensos inimigos que tiverão as pobres petas, desde que vierão á luz em onze de Janeiro de 1797 que á maneira dos pintos tiverão a felicidade de ir com a mãe ao poleiro: louvado Deos! Confesso que me custou muito enxotar os milhafres, que de longe, e de perto as accommettião, porque os maganões descascados, e os de casca tão dura que nada lhes entra [...] não cessavão de abocanhar o miseravel almocreve [...] fazião tal mixordia de criticas, que elles mesmos se não entendião; o certo he, que alguma razão tiverão em satyrisarem estes folhetos, pois fui tão louco, que devendo-lhes chamar correio das verdades, lhe puz Almocreve de Petas; mas fica-me a gloria de não ter desperdiçado o meu tempo, porque se não compuz huma Obra pensamenteada, sublime, energica, e grandiloca, onde a imaginação võe, e o discurso se extasie [...] ao menos compuz hum papel, que me aqueitou a algibeira, e arranjou alguns negalhos, que me fez huma arrumação como lhe não sei dizer; além disso o meu alfaiate, o meu çapateiro, o meu barbeiro, o galucho que serve a casa, que tambem sabe ler, sendo todos cabisbaixos, sorumbaticos, e tristes como o *noite bó*, divertirão-se tanto, que lhe servirão estes folhetos de agua de cerejas pretas contra os flatos hipicondriacos; e elles mesmos me confessarão, que já estavam enjoados de ler Carlos Magno¹³⁵ [...] e como não ha cousa que deixe de valer sempre alguma cousa, por isso lhe puz o preço de quarenta réis, que á vista da carestia a que chegou a bala de papel, foi o mais pequeno balasio que lhe pude arrumar: agora só me resta pedir perdão ás Senhoras do pouco que fallei nellas em toda a Obra [...] devo igualmente bemquistar-me com os meus Leitores, dando-lhe a entender, que terei o maior gosto em que algum delles continue estes folhetos, munindo-os daquella graça, que se não tem achado nos meus, e com isto não devo incomodallos mais; tenham tantas felicidades, como de quarenta réis me mettêrão na algibeira (CXL, p. 1-3).

1.5. Os alvos

É nos alvos do humor do *Almocreve* que se torna possível identificar todos aqueles que constituem o “outro”. Tipos socio-profissionais (o taful «escravo da moda», o criado, a criada, o amo, a senhora, o avarento, o que aspira a subir na escala social, o pobre, o ocioso...); culturais (o estudante, o moço do poeta, o poeta falhado, a rústica, o pseudo-erudito «taful da língua» que usa frases incompreensíveis a partir de sinónimos

¹³⁵ A *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, de autor anónimo, é recorrente nas listas de livros mais vendidos em Portugal e também enviados para o Brasil (ABREU, Márcia – «Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil». *Tempo*. [Em linha]. Vol. 12, nº 24, 2008, p. 84. [Consult. 31.10.2017]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>).

inapropriados e retirados do contexto); étnicos (o «preto», a «preta velha», a «criada preta» e até uma «preta cativa»); de género (a referência à mulher é quase sempre pretexto para assumir posições misóginas; o transgressor da norma incorre numa violenta diatribe); etários (o velho, a velha, o jovem tolo); o guloso; o estrangeiro; o portador de deficiência física (todo aquele que foi «marcado pela natureza»: anão, calvo, coxo, corcunda, com seis dedos) – todos são objeto de irrisão.

O alvo favorito é o taul. Tal como casquilho, peralta ou peralvilho, o termo era comum, na época, para designar, em tom pejorativo, os seguidores da moda e do novo. Os equivalentes femininos são tafula, adela ou sécia. A secção «*Maximas do Velho de Romulares*»¹³⁶, habituando o leitor a sentenças moralistas, por vezes em verso, usa uma expressão que atravessou os séculos: «Mandas fazer hum vestido/ Para o corpo te cubrir,/ Porém, por desvanecido,/ Taulão e pouco esperto,/ És tão **escravo da moda**,/ Que andas sempre mal cuberto» (XC, p. 6).

A visão satírica do taul surge também associada a quem deseja dar-se ares de ter subido na vida e conhecer os protocolos mundanos:

Largo da Esperança 23 de Abril. Haverá seis mezes que hum rapaz de dezoito annos bem puxados acabou de preencher o tempo dos seus annos, que dava a hum Estrangeiro, que lhe ensinou a manufacturar luvas para os pés das Senhoras, cujo rapaz sahio tão perito, que deixou o Estrangeiro a perder de vista, andando por isto nas palmas de todas as suas freguezas [...] Principiou a tufar como peru, e até arrastando a aza, com grandes desejos de ser hum completo Taulão [...] Vendo entrar e sahir os Chefes da peraltice, gostando do feitio do vestido á Paqueta, azul com golla encarnada, ou amarello com golla verde, fingindo os que trazem os Agentes das Nações Estrangeiras [...] á noite vai pelas famosas Casas do Café, aonde só a barafunda de pedir ponxe, filipina, capilé, e licores fórma hum alarido, que confunde o mais habil Caixeiro; e decorando os nomes das bebidas para as pedir com aquella arrogância, e liberdade com que qualquer Taul, fazendo huma carinha de anojado entra, pede, bebe, e satisfaz o ambicioso bandulho (CI, p.2).

A sátira tem quase sempre uma moral: o taul acaba por ser castigado, denunciando a sua origem social (popular) e o desconforto sofrido ao tentar integrar-se na vida da «sociedade» cujas regras mostra, com estrondo, desconhecer.

[...] ultimamente deo comsigo na Opera do Salitre, onde fez pateada com a mais Padaria, e á voz de *dá cápo* dizia ele muito presumido *dá cabo, dá cabo*: concluida a primeira scena vio que sahia muita gente, sahio elle tambem porque não queria ficar atraz; e como estava afflicto com o calor, e com o pezo da casaca, foi como hum raio á loja de bebidas fronteira a tempo que hum alli pedio café com leite; e elle para o imitar pedio limonada com leite; rirão-se muito os que o ouvirão, e o bom do caixeiro lhe perguntou

¹³⁶ Corruptela de Remolares. A rua e travessa dos Remolares, em Lisboa, ainda existem com esse nome; a praça dos Remolares é o actual Cais do Sodré. Remolares eram os fabricantes de remos.

como queria aquelle ingrediente? Ao que elle respondeo, que queria o leite quente, e a limonada fria, mas tudo junto: assim se lhe fez, bebo o rapaz, e estantaneamente se lhe poz o ventre em hum desordem, entrando logo a fazer versos, huns curtos, e outros compridos, deo a Opera por acabada, e a bom salvamento dizem que escapou de morrer de bexigas, por ser bebida muito boa para sarampo (CI, p. 2-3).

Seguir a moda pode ser motivo de equívocos embaraçosos. Note-se a preocupação em registar com rigor a localização dos episódios no tempo e no espaço, mesmo tratando-se de «petas»:

Rua dos Confeiteiros 3 de Dezembro. Neste instante nos chega á noticia hum caso succedido no dia 31 de Agosto, dia memoravel, porque foi aquelle em que derão fim os caniculares do presente anno [...] era lusque fusque, já tinham dado Ave-marias na Sé havia cousa de hum quarto, e a lua parecia hum talhada de melancia sem miolo, por signal fazia hum luar tão reles, que se não enxergava quasi nada [...] Quando o grande *Semeão de Bulhões*, homem Camponio [...] tendo vindo pela primeira vez a Lisboa [...] ao voltar de hum esquina encontrou hum Tafula, vestida toda de branco, com estes vestidos que começam com a cintura ao pescoço, com hum barretina na cabeça, feita de palhinha, que parecia ametade de hum melão com a pevide fóra, e justamente o nosso *Semeão de Bulhões*, pois que nunca tal tinha visto, ajuizou, que aquella Senhora era doida, e que vinha em camisa pela rua fóra; e como se persuadissem disto, no mesmo momento em que a vio, *pro honestitate*, tira o gabão dos hombros e bota-lho por cima. A Senhora, que inopinadamente vê cahir sobre si aquella montanha de çaragoça, e baeta, igualmente assentou, que aquelle homem era doido, e pôz-se a gritar *segurem neste doido, agarrem neste doido*: ele para outro lado a bradar, *agarrem nesta doida: segurem nesta doida*: foi-se juntando gente de roda a ver a scena, até que a prudencia de alguns circunstantes fez serenar a tempestade, e cada hum foi para sua parte; ella protestando de nunca mais se pôr em corpo na rua, vestida de branco, e elle jurando de nunca se espantar do que visse nesta lôba (CXXXIV, p. 5-6).

Os mal-entendidos provocados pelos excessos da moda – neste caso de penteados – chegavam a causar desavenças familiares.

Rua de São de Paulo 22 de Julho. Aos homens de senso não faz expectação os extravagantes, e exquisitos penteados das Senhoras Modistas [...] Ora contarei o que succedeo de próximo a certa Senhora a respeito do tal penteado de geringonça: Mandou chamar *Monsieur Serveté*, mestre affamado de perucas, para a pentear no ultimo ponto da moda, pois havia ir aos annos de sua Cunhada [...] com caracões soltos: Veio o mestre, pôz-se á chirinola, e disse-lhe: *Senhora, já se não usão pós, o chefe da moda he ir o cabelo como azeviche; aqui trago hum vidrinho de oleo de nozes, que he com que o cabelo póde ir negro, e lustroso*. Ficou a Senhora saltando de contente, fez-lhe o mestre toda a cabeça em caracões do tamanho de carambolas de jogo de bilhar, com muita sinalefa pelo meio, e o cabelo escorrendo em óleo [...] no fim da festa tanto o marido, como os mais milords, que a segurarão parecião huns azeiteiros; porque aonde a Senhora arrumou a cabeça cheia de oleo de nozes, deixava os vestidos hum miserica (LXVII, 1-3).

Por vezes a história tem um final moralizador: o pai e marido, que acreditara que os cabelos curtos da mulher e das filhas era resultado de doença grave, acaba por impor «reforma» na casa, transformando as escravas da moda em modelo das «antigas e modestas portuguesas»:

Poiaes de S. Bento 29 de Novembro. Chegámos finalmente á época da maior parte dos homens casados se fazerem doidos; não bastava aos tristes o flagelo de andarem grangeando os vinténs [...] se não também vir inquietallos a multidão de modas das desvanecidas mulheres! [...] chegou o pobre homem aturdido [...] *Vossês por compaixão me querem occultar o que cá se passou na minha ausencia, mas eu o infiro pelo que vejo, paciencia, são molestias que Deos dá, devemos ter toda a conformidade; já sei que saltarão as [febres] malinas na minha casa, e corrêrão por todas vossês, que se virão obrigadas a cortar os seus ricos cabellos, e a botar cabelleiras, inda que mo negassem as suas cabeças o estão mostrando, mas humas coifas fazião o mesmo.* Porém que transporte foi o deste homem, quando a mulher lhe disse, que por causa da moda he que tinham cortado o cabelo, e usado de crespá cabelleira! [...] Consta-nos [...] que ha tal reforma nesta casa, que já Mãi, e filhas são o fiel modelo das antigas, e modestas Portuguezas, á custa do Pai servir naquelles primeiros dias de Guardaportão da sua casa, a despedir os Tafues franxinotes, que hião conviver com as prendas das Meninas, todas as noites de Mandolins, e Guitarras (CXXXII, p. 2-3).

Assim como «reforma» os costumes da mulher e das filhas, o pai «à antiga» castiga o filho que persiste em seguir modas estrangeiras que trazem a desordem à ordem estabelecida:

Chiado 25 de Novembro. A soberba do homem fez nos passados seculos confundir em Babylonia a materna linguagem dos nossos primeiros Pais; e a loucura do homem tem feito nos presentes séculos confundir os trages dos nossos primeiros Povoadores. Erão algum dia os Portuguezes conhecidos á legoa em todas as partes do Mundo por onde viajavão, ou por onde a ventura os alongava: Hoje em dia no centro de Lisboa os vemos confundidos huns com os outros, pela sua perspectiva, affectando meios *Portuguezes*, meios *Alemãos*, meios *Inglezes*, meios *Polacos*, meios *Ungaros*, meios *Holandezes*, meios *Suiços*, e meios *Suecos*, e com muita brevidade os espero vêr, no trage, meios *Turcos*, meios *Mahometanos*; pois que tão junto de nós andão os modelos; huns com botas, e çapatos de unha de Grão-besta, outros com os calções, que fazem lembrar o ditado, *Calçotes mana calçotas*, e tudo o mais que serve de compostura ao homem, desorganizado, e fora dos eixos, chapéo, penteado, gravata, casaca, sobrecasaca, e mais huma albardinha, vestia, e calção, meias, e botinhas, tudo sem ordem, tudo a fogir, que nem para se usar dão espera, desafiando de propósito o luxo, para se arruinarem asi, e a todos aquelles, que principião a abrir os olhos da razão, como succedeo, ha oito dias neste Bairro a hum filho de hum Negociante rico, a quem a loucura fez comer mal pelo seu dinheiro. Porque passando o Pai pelo desgosto de lhe dizerem os Amigos, que seu filho já não merecia a pena de lhe chamarem Portuguez, mas sim Arlequim, fez este Velho huma seria reflexão; foi para casa, e como pai honrado chamou o filho, e tudo que era do seu vestuário, cortou, rasgou, esbandalhou, e fez em fanicos. E não satisfeito, pegou em hum páo, e malhou no filho, como quem malha em senteio verde (LXXXIV, p. 1-2).

Mas não é só através do vestuário que se denuncia o taul. A taularia é todo um estilo de vida. Sinónimo Vaz Mendes é um «taul da língua»: só usa palavras difíceis, transformando qualquer tentativa de diálogo num exercício de descodificação de frases enigmáticas.

Bairro Alto 14 de Novembro. Mudou-se estes seis mezes hum sugeito para este Bairro, chamado Sinomino Vaz Mendes por alcunha, o qual falla huma linguagem, que nem o Diabo o poderá entender, ao mesmo tempo que presume de muito sábio, e de manejar a lingoa perfeitamente, substituindo ás palavras os sinónimos. Hontem á noite descompoz de rustico, e de ignorante hum seu creado, porque o não entendeo, quando lhe disse, *hoje quero andar de habitação quadrúpede, firmeza, Ison, aquella agora na mesma, que espara frio*. Ora vamos á interpretação, que o nosso Taul da lingoa deo a esta nigromancia. *Hoje quero andar de habitação quadrupede*, quer dizer *quero andar de cação*, porque caza he o mesmo que habitação, e cão o mesmo que quadrupede. *Firmeza, Ison aquella agora na mesma*, quer dizer *fecha aquella janella: firmeza* he o mesmo que *fê*, e *Ison*, o mesmo que chá, logo diz *fecha: agora* he o mesmo que *já*, e *na mesma* o mesmo que *nella*, logo faz *janella: que espara frio* quer dizer que *está frio*; porque *pára* he o mesmo que *tá* logo *espara* diz *está*, vindo a dizer toda esta perlenga, *hoje quero andar de cação, fecha aquella janella, que está frio*. Muitos dos seus amigos vem de longe tomar a sua casa barrigadinhas de riso com esta lingoagem, que elle com toda a seriedade julga perfeita. *Ás nuvens* nunca chama senão *despido aproximaste*, dizendo que *despido* he o mesmo que *nú*, e *aproximaste* he o mesmo que *vens*. *Ao canapé* nunca chama senão *ouco arbusto pata*; porque *cana* he hum *arbusto ouco*, e *pé* he o mesmo que *pata*. Fica-se esperando até á Lua que vem que mude de lingoagem; que senão mudar, sahirá despachado para Lente de lingoa Portuguesa, dando-se-lhe casas, e ração gratuita, em quanto viver, no Hospital Real (LXXXIII, p. 1-2).

Inseparável da sátira das modas é a crítica das mulheres:

Rua das Janellas verdes 30 de Agosto. A que ponto não chega a vaidade das mulheres! Mas a sua inveja he igual á sua vaidade. Nenhuma quer ser excedida por outra, nem ainda nas mesmas faltas, ou defeitos. Juntarão-se huma noite destas em huma casa deste Bairro quatro Senhoras, a qual mais presumida, e invejosa, e porque huma dellas disse que era muito delicada, logo as outras tres o quizerão ser mais do que ella: conversou-se, e vindo a preguiça *ad rem*, todas se quizerão exceder em preguiçosas; daqui entrarão a alterar sobre a delicadeza, e preguiça, de sorte que fizerão largas apostas.... Eu, tornou outra vez a primeira, *sou tão preguiçosa, que estando sentada no meu jardim, veio huma vespa para me morder, e por não levantar o braço para a enxotar, levei huma ferroadela, que me fez immensas dores*: Disse então a segunda; *Estando eu hum dia encostada ao fê de hum repucho da minha Quinta, rebentou este, e eu não só por não fogir, me deixei alagar, mas estando com sede não abri a boca para beber: Mais tenho eu feito*, disse a terceira; *Levantando-se hum dia hum pé de vento em hum passeio, que dei, e erguendo-se huma grande nuvem de poeira; foi tal a minha preguiça, que por não fechar os olhos, consenti que nelles me entrasse tanta terra que hum mez não pude ver*: Respondeo logo a quarta muito delambida “*Ao meu ver, nenhuma me excede, pois estando sentada em minha casa, por descuido pegou fogo, e eu por preguiça de fugir, hia morrendo queimada, se não viesse gente, que me levou ao collo dalli para fora* (LXXI, p. 6-7).

Contra a mulher («má como as cobras»), o autor chega a fazer a apologia do homicídio, muito para além do que era socialmente tolerado na época, rematando a narrativa com uma moral – «a toda aquella que for de máo genio, com perdão de vv. mm., eu lhe desejo hum marido do mesmo molde»:

Rua dos Alamos 14 de Março. Pelas ultimas cartas recebidas da Gollegã nos foi noticiada a célebre invenção de um Lavrador matreiro: Erão indisiveis os flagellos que este homem tal, e qual passava com sua mulher, a qual era má como as cobras, e por esta razão intentou desfazer-se della, mas por modo que a Justiça lhe não podesse imputar crime algum; ajustou com huns amigos, e outras mulheres conhecidas, e visinhas, hirem hum Domingo a Santarém, todos de cavallo, ora o tal Lavrador tinha hum mulla nova muito valente, e espantadiça, e três dias antes do mencionado Domingo a teve sem beber agoa: chegada a hora da partida disse-lhe a mulher, que também queria ir, ao que elle de maganão, que lhe conhecia o genio, respondeo: *Que não podia ser, porque não tinha se não hum mulla, que era muito brava, e hum burro velho, que tropeçava, e que ella não havia querer ir na mulla por ser espantadiça, que sim a levaria no burro, porém que se encommodava muito, e havia dar muita quéda:* a mulher que era hum vibora, logo lhe replicou: *Essas escusas, para mim não valem nada, vossê quer-se apanhar só com o ranchinho para as suas extravagancias, pois desengane-se que na mulla he que eu hei de ir: Está bem, está bem não se afflija,* lhe disse o paciente do marido, *depois não se queixe se lhe succeder alguma desgraça. Não me hei de queixar,* lhe tornou ella, *e se a fizer não ha de ser a vossê,* callou-se o marido, albardou-lhe a mulla, segurou-a para ella montar, elle cavalgou no jumentinho, e forão com roda a mais companhia á projectada romagem. Como a mulla estava desesperada com sede, apenas sentio a agoa do Tejo deo em correr a toda a brida saltando troncos, e barrancos, e deo hum pulo por cima de huma rebanceira, que margiava o rio, e precipitadamente se lançou della abaixo, e ficou tão maltratada a mulher que morreo dahi a duas horas: eis-aqui tem vv. mm. o modo muito politico com que este bom varão se desfez da mulher que tinha, que tanto o intisicava, e já se lhe conhece a differença, pois dizem que ha cinco dias que não toma leite de burras, e com tudo já tem engordado outro tanto: a toda aquella que for de máo genio, com perdão de vv. mm., eu lhe desejo hum marido do mesmo molde (XCVII, p. 1-2).

A homossexualidade, tanto masculina como feminina, surge no *Almocreve* em dois folhetos afastados no tempo, o primeiro com uma profusão inusitada de estereótipos e uma chamada de atenção hiperbólica, com recurso a exclamações sucessivas:

Escolas Geraes 27 de Outubro. He boa historia esta! Não ha hum caso assim! O character do homem prevertido, a ordem da natureza alterada! *As Senhoras* vestidas como homens, e *os homens* vestidos como as Senhoras! He boa historia esta! Hum mutação simples, que faz pôr em confusão a mesma natureza! *O homem* exhalando de si afeminados cheiros, e enfeitando-se com melindre! vestido com hum casaca até aos pés, e com roupinhas, parecendo a casaca depois de abotoada hum saia: he boa historia esta! Sugeitando-se para figurar de Senhora, a fiar na força do seu maior negocio; até cozendo pela boa digestão do estomago a sua fornada, com agilidade propriamente mulheril, não só para arrimar hum baú de roupa, mas

desarimar dois, ou tres, o ponto he chegar-lhe quando tem vocação; fallando de falcete, e amaricado, figurando em si o mundo ás avessas, sómente por capricho; he boa historia esta! *A Senhora* com o cabello desgadelhado, chapéo na cabeça, lenço no pescoço em ar de gravata, ou pescocinho; capote de mangas, e çapatos de cunha, passeando com varonil desembaraço, indo á Praça da Figueira tratar do seu negocio, se lhe he preciso, mette mão á sua espada, e corta com ella peor que as columbinas, he boa historia esta! Se ha occasião agarra a sua cabelleira como hum homem, fallando com voz de trovão, para affectar homem, figurando de Amazona sómente por liviandade: he boa historia esta! Sexta Feira passada andavao neste sitio os rapazes da escola á aposta com as suas materias, e vendo ao longe huma figura destas, se forao a ella como gato a bofes, e entrão a gritar huns daqui, outros dalli, *senhor homem dê aqui o seu voto nesta materia*, cujos votos senão derão não porque os não soubesse dar a quem os merecesse a tal figura, mas porque hum dos rapazes dos ultimos, que chegarão, desmanchou a festa, pois conhecendo que era huma tia sua a quem estavam pedindo os votos, lhe entrou a dar sorriadas, e então he que conhecêrão que era mulher quando se desembuçou para deitar a benção ao sobrinho; a razão deste engano dos rapazes está conhecida; foi porque a tal figura vinha de chapéo redondo na cabeça, capote de mangas, çapatos de cunha, embuçada, e arregaçada por amor das lamas, e por isso lhes pareceo que era homem, he boa historia esta! Logo mais abaixo sahindo as raparigas da Mestra se foi huma abraçar por detrás a hum homem destes que representam de saias, pois se enganou com a cor do vestido, e cuidava que abraçava sua Madrinha: he boa historia esta! Ah bom *Simão de Orates*, só tu sabias curar isto sem páo nem pedra; e tudo o mais he historia (LXXX, pp. 1-2).

Outro momento semelhante encontra-se na secção “Máximas do Velho de Romulares” e inclui uma referência ao estrangeiro seguidor de uma religião diferente («descendente dos grandes de Meca»): «Todo o homem maricas, funéca,/ Com perfumes, e pós pela cara,/ Descendente dos Grandes de Meca,/ Que em tregeitos, e mômos não pára;/ Deve andar de manteo pela rua,/ E ser dos prudentes mandado á tábua» (CXXVI, p. 6).

Com um tom mais social – discriminação de quem está mais abaixo na escala – surge o criado como alvo da troça do Almocreve. Pouco inteligente, incapaz de discorrer para entender situações e resolver problemas, o serviçal é «asno» e «simples».

Cruz de Santa Helena 9 de Outubro. Já está na rua, louvado o Ceo! Muito lhe soffreo seu Amo! Não se topa criado mais asno [...] Quando este Amo tomou este moço para casa, para que andasse aceado, ajustou, além do salário, vestillo, e calçallo, para apparecer com decencia ás visitas, que o procurassem, visto ser criado de escada acima. Ficou o moço em casa, protestando cumprir com a sua obrigação. No dia seguinte derão oito horas, derão nove, derão dez, e o bom do mocinho mettido na cama. O Amo, cansado de esperar por elle, entrou no seu quarto, pensando que estaria morto: Quando entrou, vio-o com o olho muito aberto, e logo se sentou nú em cima da cama, dizendo ao Amo: *Ora graças a Deos, que já appareceo! Se eu alguma vez tardar com a minha obrigação, V. m. he quem dá o exemplo.* O Amo ficou estupefacto do que lhe ouvia; e perguntou-lhe, o que vinha a dizer naquellas palavras? *Oi: lhe torna o mocinho: Pois V. m. não*

ajustou comigo vestir-me, e calçar-me? Estava esperando que mo viesse fazer. Ao mesmo tempo que isto deo vontade de rir ao Amo, não deixou de o agoniar, por vêr a simplicidade do marmanjo [...] Passou-se o dia, e ao deitar na cama, disse-lhe o Amo, que se queria levantar muito cedo, e que o chamasse pelas seis horas da manhã. O moço, que era muito vigilante, naquella noite não se deitou, para cumprir com os seus deveres; e mal que ouvio dar quatro horas, foi á cama do Amo, acordando-o, e lhe disse: Ó Senhor meu Amo, Senhor meu Amo; ainda pôde dormir mais duas horas, porque agora dêrão quatro. O pobre dono da casa tanto se impacientou com a simplicidade, que lhe atirou com hum orinol á cabeça; pôz-se a pé, ajustou-lhe a conta, e mandou-o embora (XXVII, p. 1-2).

A imagem da criada (alguém que vem de fora e se instala na casa de uma família confiante) é a da ladra que, de forma premeditada, procura a oportunidade de roubar os patrões. Para a história acabar bem e todos ocuparem os seus «lugares naturais», vai condenada ao degredo para a Guiné, partilhando o destino de outras como ela.

*Rua do Barão 5 de Novembro. Senhores Amos, que estais na posse de fareis servir as vossas familias com criadas volantes, não tendo da sua conducta o menor conhecimento [...] succedeo a huma família que tinha em sua casa huma destas inimigas não escusadas, esta Menina, que era Mestra Abelha em arte *surripianibus*, dispoz a seus Amos huma tramóia, que os hia deixando a pedir huma esmóla [...] esta Ave de rapina domestica [...] porém está na resolução de se passar a Bissáo, onde tem parentes, que forão daqui com iguaes commissões (CXXIX, p. 4).*

A visão do pobre como o outro surge na narrativa de uma cena canalha protagonizada por dois pescadores, o Respinga e o Pampulha, que disputam os amores de uma peixeira, «a filha da Algarvia de Setúbal», num bairro popular de Lisboa.

Ponte de Alcantara 1º de Janeiro. Neste dia 1 de Janeiro da era de dezoito tostões, que he mil e oitocentos [...] formalizando-se huma bulha porca, porque pela brevidade entrãrão a atirar huns aos outros com tudo quanto achávão na rua: porque o calor da acção não dava lugar a fazer separações: foi-se ajuntando gente de todos os bairros, e em menos de hum quarto de hora já se não sabia os que erão da bulha, porque o soco, e a paulada foi geral, e tão basta, que basta que diga a vv. mm. que bastará o que lhe conto para discorrerem de seu vagar, a que ponto chegou a desordem; porém sabe-se de certo, que de mortes, e feridas escapárão todos (CXXXV, p. 2).

O velho mulherengo é outro alvo, que acaba roubado e coberto de ridículo:

*Calçada das Necessidades 16 de Junho [...] sempre nadou em dinheiro, e foi na sua infancia robusto [...] perfeito, esbelto [...] entusiasmado este Adonis, que a sua presença namoraria todas as Senhoras, que olhassem para elle, tem consumido todo o seu tempo com esta mal fundada suspeita, até ao estado em que se acha velho, cheio de rugas, desdentado, e trôpego; porém peralta, e desvanecido: quis ultimamente Amor, para lhe acabar mais depressa o tormento em que vive, que passassem pela ponte d'Alcantara duas Ciganas muito tafulas [...] e como a sua conducta, por se não poder conter, lhe fizesse dizer das suas costumadas, com offerecimentos cheios de engraçados risos, as duas labercas [...] perguntárão-lhe por onde se hia para as Necessidades. Respondeo elle; *que* estimaria muito a fortuna de as*

acompanhar [...] huma dellas, que era fina como hum coral, piscou-lhe hum dente: elle vendo-se favorecido, entrou a arrotar postas de pescada, vitella assada, pasteis, empadas, e tudo o mais que quizessem merendar: a outra [...] com a maior ligeireza sacou-lhe a bolsa, porque a vio recolher na algibeira da casaca, segundo a moda [...] deo elle em andar para sima, e ellas para baixo [...] e assim que perdêrão de vista o nosso namorado, safárão-se, tendo-lhe a outra tambem já tirado hum lenço branco. Chegou o tal meu Senhor ao Chafariz, e querendo alimpar o suor com o seu lenço, não o achou; lembra-se da bolsa, despeja as algibeiras, e acha-se roubado, augmenta-se-lhe o suor, e hum flato sobre o coração tão forte, que cahio; acudirão-lhe valeo-lhe então muito estar tão perto do Chafariz, mas sempre o levárão em braços para casa [...] lição bem empregada, e que devem tomar todos aquelles que crem de leve (LXI, p. 1-2).

A mulher mais velha – viúva e «com fama de rica» – que volta a casar-se com um homem mais novo comete uma transgressão à norma do que é aceite pela comunidade, o que a coloca na mira da discriminação de género, etária e social:

S. João dos Bem-Casados 30 d'Abril. Havia neste bairro huma Senhora viuva de cincoenta e quatro annos de idade, a quem a arte de compôr ajudava a desfarçar os defeitos do tempo, e da natureza, era voz constante entre todos a fama de rica, segundo se colligia do seu tratamento, por cuja razão era igualmente requestada de immensos pertendentes para segundas Nupcias [...] chegado finalmente o ditoso dia, concluiu-se este acto com a reunião de vontades dos dois Contrahentes, houve naquelle lance muita festa para a festa, as Aias, e os criados, todos de galla nova, o Noivo, e a Noiva de pannos largos, porque assim o pedia a função: terminada esta com a alta noite achava se o Noivo muito afflicto por ter reparado, que a Noiva todo o dia não tinha tirado a mão esquerda da cintura, e que de hum olho era a vista mais espantada que do outro, porém disfarçou o caso até chegar o tempo de tomar conta da casa, inda que já tinha recebido da mão da Noiva huma bolça com cem moedas de ouro por prenda [...] e como chegasse a hora de se recolherem [...] chamou a sua Aia para a despir [...] foi a Aia destoucando-a, e desenrolou-lhe hum horroso crescente de cabello achorinado, que a deixou calva de todo, e o Noivo vendo aquella desarmação ficou traspasado, depois, tirou-lhe a Aia hum olho de vidro [...]; passou depois a tirar-lhe o queixo debaixo, que deixou o Noivo de queixo cahido; e antes de lhe tirar o vestido principiou a Aia a alargar-lhe os laços de huma ligadura da banda do hombro direito que he donde prendia hum braço de páo, esquerdo, que suppia o que não tinha: o Noivo que se não podia já suster, acudio a isto dizendo: *minha Senhora, ousa-me antes que se desfaça de todo; se se desarma por meu respeito, escusa ter esse incommodo, porque pela manhã ha de custar a soldar tanto bocado junto: eu a despenso de tudo, e por tudo, e conceda-me licença:* pegou immediatamente no chapéo, e desceo pela escada abaixo: já dizem que se passou ao Alem-Têjo a contratar em presuntos com as cem moedas que recebêra, deixando a noiva ás boas noites (CIII, p. 1-2).

Também o jovem tolo é apontado como mau exemplo. O tipo é personificado num rapaz que só diz e faz disparates, em histórias continuadas em sucessivos folhetos. O título vai variando entre «destemperos», «tolices» ou «materialidades do senhor André, irmão do senhor António e filho da Senhora D. Brígida».

Rua do Carvalho 23 de Janeiro. Antonio, leva teu irmão hoje contigo, coitado, que também he gente, e quer-se divertir, isto dizia D. Brigida a seu filho mais velho, que tinha tanto de esperto, e prudente, quanto o queridinho da Mãe tinha de tolo. Senhora, lhe respondeo elle: V. m. não sabe o que elle he? acaso ignora, que o rapaz não abre boca que não diga asneira, nem faz acção, que não obre parvoíce? respondeo-lhe a Mãe, a pesar disso, leva-o contigo, e elle que não falle, nem faça acção que tu lhe não determines (XCI, p. 2. Ver também XCII, p. 7-8 e CXI, p. 2-5).

As jovens com «males de amor» estão igualmente no alvo de José Daniel. O pai da protagonista deste episódio, quando descobriu a causa dos sintomas que passavam por doença, foi buscar o «remédio». Note-se a ironia e o eufemismo com a polissemia de «botica» e «remédio»¹³⁷:

Travessa das Freiras 15 de Maio. Mora ali uma menina bonita e prendada [...] padece esta menina há mezes huns frenezins sobre naturaes [chorava, gritava, dizia coisas sem nexos. O pai, aflito, mandou vir médicos que diagnosticaram picada de tarântula. Mas a avó é que revelou a origem da moléstia...] não se cansem vv. mm., porque quem mordeo a minha neta não foi a Tarantóla, foi o Tarantólo; o mal que ella padece he o mal Cupidista, que lho pegou hum Taful destes de mil e setecentos e noventa e oito, o qual passeava por esta travessa fazendo-lhe mil gaifonas, e esta pobre innocente a cahir como hum patinho: porém a semana passada soube de huma Prima sua que elle era casado, e apaixonou-se de tal sorte, que se pôz no estado em que a vêmos. Apenas o Pai ouviu isto despedio os Medicos; dizendo, que em hum tal Botica, que tinha em casa, conservava hum remedio famoso para aquelle contagio. Sabe-se hoje que lho vai applicando em pequenas doses, segundo os gritos que se ouvem em casa. Todo o Pai de familia se deve prevenir em ter Botica sua de curiosidade, porque pôde dar este mal fóra de horas, e sempre he incommodo andar batendo de noite pelas Boticas do Bairro (CIV, p. 2-4).

A idade aparece ainda, nas páginas do *Almocreve*, associada à discriminação pelo aspecto físico.

Val escuro, 29 de Junho. Hontem em hum Quintal deste sitio illuminado, se accendeo huma pasmosa fogueira, e conviverão vários ranchos muito luzidos [...] cantou-se muita modinha [...] seguindo-se em tudo a mais decente ordem. Achava-se nesta companhia hum sugeito muito feio, quasi anão; muito asseado, e presumido, o qual foi tirado para dançar por huma Senhora muito formosa, e esta eleição o deixou a elle na maior vaidade, e tanto que dizendo-lhe suas finezas de namorado, não se pôde ter, que lhe não perguntasse, que motivo a obrigou a eIlegello para seu par [...] ao que com o maior desembaraço lhe respondeo a Senhora: A razão, que me obrigou, foi dizer-me meu marido, o qual he alguma coisa cioso, que não elegessee para meu par, senão pessoa que lhe tirasse toda a suspeita; e como a mais feia, e informe figura, que aqui se acha, he V. m., não quiz deixar de fazer a vontade ao meu homem, absteve-se o sugeito da confiança, que hia tomando, e continuou a brincar, por não motivar dissabor, ficando muito certo em nunca mais dizer graças, a quem não conhecer. Neste mesmo ajuntamento tratando-se de idades em conversa, se perguntou a huma Senhora, que idade

¹³⁷ KRÖLL, Heinz – *O Eufemismo e o Disfemismo no Português Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, p. 68-71; PAIVA – *Op. cit.*, p. 30-37.

tinha, ao que respondeo muita vermelha, *que trinta annos*; então outro sujeito da companhia, botando conta ao tempo, lhe disse: *Que assim devia ser, porque havia dezesete annos que ella lhe tinha dito, que tinha trinta e quatro* (XX, p. 1-2).

Se uma mulher desapossada de atributos de beleza era, em simultâneo, escrava da moda, o *Almocreve* cobria-a de ridículo sem contemplações. Revelador do conceito de beleza dominante na época, o adjetivo “alta” tem uma conotação negativa:

Largo das Amoreiras 15 de Maio [...] Ora julguem vv. mm. que figura faria a Senhora D. Eduviges Angelica, alta, trigueira, magra, torta, bexigosa, aleijada de hum pé, e demais a mais por entusiasmos de bella com a boca á banda, encolhida dos hombros, e puchada das sobrançelhas, com huma cabelleira da moda, que lhe estava mal como a fortuna [...] que se apresentou no meio da casa a figura mais rata que se podia dar [...] por vaidosa [um taful tinha-a a convencido que ficava mais bonita se pusesse aqueles trejeitos]. Cuidem muito as Senhoras Tafulas em conservarem a muita, ou pouca belleza, que deos lhes deo, e não farão pouco, porque a que quer affectar mais do que he, vem a fazer-se peor do que era (CXIX, p. 2-3).

Nos folhetos do *Almocreve* sucedem-se as referências à deficiência física, agravada quando o outro é estrangeiro¹³⁸. Exemplos: o estrangeiro coxo.

Calçada da Estrella o 1º de Dezembro. Aqui aconteeo hontem hum caso, que ao mesmo tempo que podia encher todos de compaixão, era capaz de fazer rir huma pedra; chegou em hum Navio Sueco hum Ragusano coxo, o qual querendo vir á Corte tratar de seus negócios, para lhe não verem o defeito, que tinha na perna, mandou alugar hum cavallo, de que mal se servio neste dia; pois montando, partio para a Esperança, onde mesmo a cavallo fallou com hum sujeito, e voltou a este sitio. Tropeçou o cavallo na calçada, deitou o pobre coxo no chão, e fugio. O miserável entrou a gritar com as dores, a que acudio muita gente a socorrello: pozerão-no em pé, e como o virão coxiar muito, cuidarão que isto lhe provinha da queda: desabotoarão-no, descalçarão-lhe a bota, e entrarão-lhe a puxar pela perna. O miserável mais gritava, dizendo como podia, que a queda lhe não tinha feito aquelle mal, que elle era coxo ha muitos annos, porém como ninguem o entendia, julgavão que elle dizia, que lhe puxassem mais, e o fazião com tanta mais anciã, quanto mais elle gritava [...] e já estava tanto povo de roda, que parecia dia de Feira, até que chegou hum Negociante, que lhe entendia a lingua, e livrou o infeliz coxo das garras dos caritativos importunos, que querião emendar-lhe o defeito da natureza, e que se póde vêr o quanto em Paiz Estrangeiro he nocivo ignorar a língua commum, onde as boas intenções muitas vezes fomentão damnos (XXXV, p. 3-4).

O ladrão com polidactilia, «assinalado pela natureza»:

Praça do Commercio 12 de Novembro [...] por desgraça lhe ficou atraz hum sogeito assinalado da natureza, que tinha seis unhas em cada mão, o qual subtilmente lhe foi cortando os botões das pregas da cazaca, e depois passando para o seu lado, lhe foi arrancando o resto. O Milord embebido na Comedia, que se estava representando (e era *Precipicios de Faetonte*) não tinha percebido nada do furto; porém no penúltimo botão, que se lhe arrancava, vio por acaso a mão habil do larapio; disfarçou, e mettendo mão a

¹³⁸ CARROLL – *Op. cit.*, p. 86-115.

hum a faca que trazia na algibeira, a toda a pressa lhe cortou hum a orelha fora: Eis o ladrão aos gritos com as dores. O Tافل a lamentar a perda dos seus botões, o povo amotinado, o ladrão lavado em sangue pedindo justiça, a tempo que o Milord já lhe offerecia a orelha, com tanto, que lhe desse os seus botões. Clamava o ladrão, que tornassem as cousas ao estado antigo, que lhe pegasse a orelha, que elle lhe pegaria os botões (LXXXII, p. 2-3).

Ou o gago. Merece especial atenção a frase introdutória, devendo sublinhar-se o uso da adversativa: «nunca temos culpa dos defeitos com que nascemos, mas». Este «mas» é premonitório e muito significativo para a comédia de enganos narrada e para os efeitos de humor negro¹³⁹.

Rua da Cruz 25 de Setembro. He certo que nunca temos culpa dos defeitos com que nascemos, mas ha casos que de ordinário concorrem para serem a causa de jogarmos as cristas huns com os outros: Ha nesta rua hum a casa onde mora hum cavalheiro casado, que he gago, tendo de mais a mais o acerto da Senhora tambem o ser, não ficando no escuro hum a prima, que tambem o he; e por não se perder a igualdade, quis a sorte, que hum criado que servia a casa o fosse tambem. Antes de hontem succedeo vir hum sugeito procurar o dono da casa, cujo sugeito lhe pegava falla, que o fazia gago no ultimo ponto: bateo á porta, e perguntou, *está em, em, em, em taza o tinhor pê pê pê Pedro tá tá tá Tavares*: como viesse o criado saber quem era que alli estava, perguntou, *e o que que que que ter o tinhor*: persuade-se o homem, que o criado o arremedava, enfurece-se, prêga-lhe hum bofetão; salta-me o mocinho nelle aos murros, apparece o dono da casa, dizendo, *que que que que itória he éta?* Vem a Senhora de dentro, e diz, *pô pô pô pôca vergonha de de de dezafoó*: a Prima, que vio todos engasganhados chega á janella, e grita *áque que que que dédei, ó du du du du susso*: em fim, foi tal o labyrintho, porque para mais ajuda até o cabo dos Chuços era tataro, que cresceo a desordem gritando o cabo, *etão pê pê pê pezos, botem tátátá pa fôa êêê effes maotos*: acudio gente immensa, que não desejando que a prisão se effectuasse, só gostavão que a comedia tivesse sete, ou oito actos. De então para cá tomou esta familia hum lingua para casa, de sorte que lhe fallão em segredo tudo o que he preciso, para elle depois verter em boa linguagem. Consta porém que ás vezes se transtorna o sentido da oração porque o lingua he surdo (CXXIII, p. 1-2).

Em todos os casos referidos é constante a desconfiança do outro, a segregação do que é diferente com base no aspeto fisico ou na deficiência – «marcado pela natureza» ou «a natureza o marcou»: «[...] recomendando [...] que se livrasse de coxos, cegos, e calvos; porque não sei que demo tem estes assignalados da natureza, que quasi sempre ninguém quer nada com eles» (CXXX, p. 3-5).

As cartas de uma mãe ao filho estudante em Coimbra e de uma avó ao neto embarcado no Brasil fazem troça da ortografia e da sintaxe (e também da pronúncia) de pessoas «rústicas». Os erros de Teodósia Maria nas cartas ao filho estudante são ridicularizados em sucessivos folhetos (CXV, p. 4; CXXXV, p. 7-8; CXXXVI, p. 3-4).

¹³⁹ CARROLL – *Op. cit.*, p. 32-33 e 114.

Do mesmo modo, as cartas ditadas por Marta Sofia dirigidas ao neto no Brasil buscam o mesmo efeito. Em ambos os casos, o objetivo é marcar a diferença entre os que pertencem à comunidade dos que partilham a norma (ortográfica e gramática), por oposição ao outro.

A primeira carta de Teodósia Maria tem o interesse acrescido de incluir uma das muito raras referências políticas no *Almocreve* – Napoleão, a propósito da Campanha do Egipto e da expedição à Terra Santa (que antecedeu o Golpe de Estado do 18 do Brumário) –, com recurso, respectivamente, à paranomásia e à antonomásia:

Carta, que escreveo Theodozia Maria a seu filho, que anda em Coimbra. [...] agora as novidades são, que há guelras com o filho da Impenatriz das Russas, e que o General Bacamarte, que fez tanta ostrução naquella gente, que he mesmo huma cousa, porém dizem que morrêra tysico no cabiz baixo, lá para as bandas do Presepio, e estas novidades são certas que as disse hum Crelgo, que he Padre, e mora paredes mesmas comnosco (CXV, p. 4).

No outro exemplo troça da ignorância e da maneira de falar da septuagenária Marta Sofia.

Rua dos Remedios 15 de Julho. Martha Sofia, mulher de setenta annos, foi ter com huma sua visinha, a fim de que esta lhe respondesse a huma Carta, que lhe tinha escrito hum Neto do Brazil, trabalho de que a visinha se não pôde escusar [...] Meu Neto, cá arrecebi as tuas perniciosas letras, que muito sinto por saber, que tens passado alguns, incomios, indas que antances me incherão de grólia as tuas impressões: cá me contou Gerolmo Fagulha, filho da Agachada, que tinha embarcado no Trintão, que tu já tinhas chegado ao Posto de Grumbete, e que já estavas nisto desne as oitavas do S. João passado [...] estive dez dias a caldos, e eu que tinha a natureza muito fraca; cando me ergui, parecia a estatula da morte, agora estou com pataratas nos olhos [...] todos dizião, Martha morre, Martha morre, não me querião dar de comer, mas erguime, e fui ao almario, e dixei, morra Martha, morra farta, e dei na pá do bucho com meio arratli de assucari mesmo cru (XVI, p. 3-4).

O vício do álcool, por seu lado, é castigado pelo ridículo e não só.

Loires 13 de Novembro [...] foi-se como hum passarinho; bom homem, bom homem, o único defeito que tinha era gostar da sua pinguinha [...] não comia quasi nada, todo o seu sustento era vinho, e tinha com elle contrahido tal amizade, que lhe queria mais que á sua propria mulher [...] este excesso de amizade o fazia andar mais magro do que hum espeto [...] o nosso doente, a quem se tinha prohibido o uso de bebidas, descendentes da cepa [...] chamou [...] a mulher, oh Maria, oh Maria, enche-me a minha borracha de vinho, e pendura-ma aqui fora, porque já que o não bebo por não morrer, ao menos quero vê-lo. Depois que a Maria lhe fez a vontade, pedio-lhe elle hum caldo, e em quanto ella foi dentro, levantou-se o doente, agarrou na borracha, pôla á boca, e disse, adeos Maria, reza-me por alma. Consta que não foi desta, mas pouco durou (CXXXII, p. 4).

O avaro é protagonista de alguns folhetos, com nome escolhido a preceito, Zanga Sovina Mirra das Dores.

Arco de S. João da Praça 15 de Maio. Com as faces amarellas, os olhos estourados, cabelo arripiado, e penugem pela cara, hum avarento usurário sentindo agastamentos, entrou em huma casa de pasto deste sitio, para alimentar o individuo, porém temendo gastar, pedia sómente pão, e caldo (LVI, p. 4).

Rua do Corrião 25 de Março. Ficão a perder de vista todas as economias dos antigos, comparadas com as do Senhor *Zanga Sovina Mirra das Dores*, homem bem digno de ser decantado pela boca da lazeira nos hospitaes da fome [...] a sua delicadeza chega ao maior auge da perfeição: guardar os grãos da pimenta de humas para outras vezes, temperar com o molho da celada do Domingo a celada de toda a semana, etc. são economias, como já disse, grosseiras: *oh Zanga Sovina Mirra das Dores!* [...] não lembrarei que comes com as mãos por não gastares a prata de huma colher que tens; não direi que tiras as biqueiras ás meias de algodão que compras, para fazeres torcidas á candeia [...] isto que fazes, e eu vou contar he maior que tudo: oh viventes ouvi-me, ficareis pasmados; sabeis até onde chega a economia do nosso *Zanga Sovina Mirra das Dores?* chega a não por pontinhos nos ii quando escreve, por não gastar a tinta (XCIX, p. 4. Ver também CXIII, p. 4).

E o «escravo da penúria desgraçado» até teve direito a versos dedicados:

Versos do moço do poeta ao Senhor *Zanga Sovina Mirra das Dores. Ao Avarento.* O cofre chapeado,/ Escondido no fúnebre aposento,/ Com dez chaves fechado,/ Encerra dentro em si o pensamento,/ E a alma vil do sórdido Avarento.// Negra frugalidade,/ Cobre a faminta meza noite, e dia;/ [...] De que serve o dinheiro?/ Escravo da penúria desgraçado!/ O vigilante herdeiro,/ Que espia a tua morte arrenegado/ Da tua duração tem blasfemado (CXXXII, p. 5-7).

Os estudantes de Coimbra e as praxes académicas não escaparam à pena afiada de José Daniel, ele próprio um autodidacta cuja ambição literária se ficou por versos, peças de teatro e folhetos de rendimento seguro, mas sem o reconhecimento da crítica ou dos que ele gostaria de ter como pares.

Rocio 6 de Junho. Pelas ultimas cartas vindas de Coimbra, consta de huma grande Feira, que se fizera na Ponte Domingo passado, a qual se compunha toda de Batinas novas: quasi todos os Estudantes enfeirarão pelo módico preço porque se vendião: Houve novato que á sua parte, fez sortimento de meia dúzia dellas, e a todos causou admiração o diluvio de Batinas, que pejava as guardas da ponte; porém como sempre ha más lingoas que badalem, soube-se, que toda esta Batinada era o despojo de hum Estudante veterano, que comprava as Batinas velhas por quasi nada, aos que acabavão os estudos; e em vendo novato de Batina nova mettia-lhe na cabeça, que para se livrar das investidas, e parecer veterano, trouxesse sempre Batina velha, e taes lérias lhe encaixava, que chuppando-lhe a nova, lhe impingia huma velha, recebendo tornas ainda em sima (XVIII, p. 2-3).

Lugar ainda ao aspirante a poeta apanhado numa comédia de enganos: a intromissão de um burro na leitura de um poema gerou um equívoco baseado na polissemia do verbo zurrar, acabando por transformar uma festa de aniversário num arraial de pancadaria.

Rua da Cruz 17 de Agosto. Acabou á cacheirada huma tão celebre função, vejão Vv. mm. o que he a gente estar de má fé, e desconfiar de si! Hum morador desta rua, homem provecto, prezado de lido [...] determinou celebrar os seus annos, para o que convidou huma grande orquestra, Poetas, muitos amigos, e Senhoras do seu conhecimento. A casa do Bródio ficava por cima de huma loja, onde se recolhia hum burro do mesmo Patrão; e estando a salla prompta [...] surdirão os curiosos de Poesia [...] Ora, entre estes celebrados Vates, vinha hum aprendiz de Cirurgião, que costumava anatomizar os versos alheios [...] desenrolou este Menino hum portocolo, e dizendo: *Ode nos faustos annos do Senhor, &c.* Pôz-se tão influido a ler, e a olhar para o Elogiado, que não dava assenso a mais nada: por acaso neste tempo o burro, que ficava por baixo, entrou descommmedidamente a zurrar, e o Elogiado dono da casa [...], disse todo impaciente, *fação calar esse burro*: o inflammado Poeta, que só dava assenso ao que lia, tomando a palavra ao pé da letra, e o freio nos dentes, feixa o papel, ergue-se em pé, e responde, *o tollo sou eu; eu he que sou o desavergonhado em cá vir repetir-lhe obras aos seus annos, que vossê nunca ha de entender.* Hum parente do Patrão, que não soffria injúrias, lançou-se logo ao Poeta, acodem os amigos deste [...], racharão-se cabeças, esmurrarão-se ventas, houve seu dente fóra, as Senhoras com desmaios, [...] até que resultou [...] ir o dono da casa [...] acabar de fazer os seus annos ao Limoeiro, onde fez termo de nunca mais lhe entrarem era casa Poetas colericos, nem burro zurrador (LXX, p. 4-5).

O negro é apresentado no *Almocreve* como o outro em contextos diversos. Há referências a festas mistas, com brancos convidados para casamentos de negros – em que o noivo é membro de uma irmandade, logo, bem integrado na comunidade. Mas acontece uma «bulha» e no fim só ficam «os da mesma cor».

Maria Antonia, mulher preta, e rapariga, cazou nesta rua com hum pretinho muito azevichado, homem que na sua Irmandade já tem servido todos os cargos, e que ainda hoje por accesso anda de pandeiro, e cabelleira, quando ao Domingo, e dia Santo sahe com os companheiros a tirar esmolos: preto que baila o lundum no ultimo ponto de perfeição; preto que sendo preto tem posto de ponto em branco meia Lisboa. Pintor de paredes velhas o mais insigne: este mesmo foi o Noivo da nossa Maria Antonia nas vesporas do entrudo: dia em que fizerão huma vòda a mais luzida, tanto em meza, como em companhia: entrar naquelle dia nesta caza, era o mesmo que ir a Guiné por terra, tiverão a politica lembrança de convidarem hum TafuI senhorio das suas cazas, hum Barbeiro visinho, hum Cabelleireiro, que teve a habilidade de pregar a Noiva de cabellos, fazendo-lhe hum penteado na carapinha com tanto custo, que quebrou três pentes no rissado, e outros muitos: pelo meio da tarde appareceo o dito TafuI com huma idéa, que tendo bastante graça, hia pondo tudo na maior desordem, e confusão: puxou este por huma caixa de cevadilha, e foi dando a todos os convidados, e chegando-se as horas de se sentarem á voda, nunca se vio maior labyrintho do que então se fez, porque todos os que tinham tomado da caixa de minuto a minuto sahião com hum choveiro de espirros: hum daqui espirrava sem se poder suster, outro dalli espirrava sem se poder isentar daquelle lance: houve tal que deo quarenta e três espirros: os Noivos a olharem hum para o outro já tão desconfiados, que chegavão ao ponto de descompor os circunstantes: os convidados matavão-se em satisfações, porém no meio dellas vinhão dez, e doze espirros; e vendo que de todo se não podião conter, alguns sahirão para fóra, outros forão desafiados pelos Padrinhos, a Noiva agarrando o Noivo a gritar: *oh meu rico fio, meu rico fio não perca vozo a vira por meu respeito;*

e tanta era a bulha de dentro de casa, quanta a que fazia a multidão de povo, que se lhe ajuntava á porta: a bom salvamento puzerão tudo fóra, fechárão a porta, e só ficarão de dentro os da mesma côr para se não perderem de todos os guizados (XCIV, p. 1-2).

Quando o alvo é uma «preta cativa já polvilhada pela natureza»¹⁴⁰ que acalentava o sonho de casar com um jovem oficial branco, o *Almocreve* evidencia um humor cruel, em que não faltam versos jocosos.

Belém 3 de Março. Ahi vem o sioro Arferes, o sioro Arferes o Afiaro ro meu coração: muita festa, muito contentamento, abrio-se a porta da rua, sobio o Senhor Alteres, entrou o Senhor Alferes, comprimntou o Senhor Alferes a dona da casa com a qual tinha sincera amizade; porém havia nesta mesma casa huma preta cativa já polvilhada pela natureza, muito vaidosa [...] Estava inteiramente incasquetada de que o Senhor Alferes lhe queria bem; e entrando a tolla vaidade naquelle monte de graxa, tomou com elle o parentesco de Madrinha, e Afilhado, dizendo-lhe nos seus á partes que lhe tinha muito amor [...] e elle [...] ás escondidas, fez as seguintes cantigas, que entregou á chamuscada Madrinha [...] Recebendo a pretinha [...] esta trova a titolo de Carta de Amores, foi logo desabafar com sua Senhora velha dizendo: [...] *se mia siora dás licença eu casa com elle*, respondeo a Senhora: *Se elle quizer casar comtigo, eu te darei carta de alforria*: Corre D. Domingas saltando de contente, arde toda aquella ferruge na chaminé do Amor [O alferes revela por fim que esteve o tempo todo a troçar de Domingas, com a convivência da patroa e das outras criadas da casa] virando immediatamente para a preta lhe fez esta decima, que foi com que botou agoa em toda aquella fervura. Domingas o grande amor,/ Que tenho á negra beleza,/ Passa fóra da grandeza,/ Déssa agigantada flor:/ Copido, esse cão traidor,/ Peior que as feras dos matos,/ Depois de fazer-me tratos,/ Em ti me dá hum thesouro;/ Offerecendo-me o teu couro,/ Para botas, e çapatos.// Eis-aqui a negrinha desesperada, toma o folgo, cahe no chão, porém sem mudar de côr, mas a poder de bofetões da Senhora tornou a si, rogando muitas pragas ao Senhor Alferes; fervião as risadas em todos, e tomou tal odio aos homens que não quer ver nem o Agoadeiro da casa (XCVIII, p. 6-7).

Este humor tendo como alvo a mulher negra é, porém, questionado noutro folheto, em que uma negra recém-casada com um branco confronta a família do marido e, de forma assertiva, recusa qualquer tipo de paternalismo ou outra relação de subordinação: «*esta cor foi um accidente, eu não tenho mais nem menos que as outras mulheres.... e as minhas qualidades não merecião menos; e se [o marido] se vir em*

¹⁴⁰ A referência à cativa (escrava) e à carta de alforria servem para enfatizar a idade avançada da negra, uma vez que a introdução de escravos no reino de Portugal (mas não nas colónias) fora proibida em 1761, no reinado de D. José, por iniciativa do marquês de Pombal: «Proibia-se, pura e simplesmente, o embarque ou desembarque de negros na Metrópole; os que chegassem em data posterior seriam libertos e não careciam de carta de alforria [...] A lei josefina não se applicava aos negros que já viviam no Reino ou que chegaram antes de expirar o tempo indicado no diploma» (SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol.VI: *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1982, p. 137).

algum vexame, eu, e minha Mãe valemos muito para o socorrermos. Isto foi dito com tanta graça, que todos os Cunhados invejaram a ventura do Noivo» (CI, p. 4-5)¹⁴¹.

I.6. O humor face à diferença

Identificados os alvos, importa questionar o papel do humor do *Almocreve* face à diferença. Ao troçar, satirizar e fazer ironia à custa do outro, José Daniel Rodrigues da Costa receia-o e recusa a alteridade ou, reconhecendo o outro, descobre essa alteridade?

De salientar, desde logo, a presença avulsa de notas autocríticas sobre a comunidade:

Alfama, 18 de Maio [...] vendo tanto povo ao Edital, demorou-se na explicação daquelle Enigma, porque havia sujeito de tanta curiosidade, que estava olhando para o papel desde as sete horas da manhã até ao meio dia, costume antigo de Lisboa, que em parando hum homem, párao logo meia dúzia ao pé delle, e alli ficão sem saberem para que párao (LVII, p. 2).

Por outro lado, se o autor manifesta a sua adesão à ordem vigente, assumindo o preconceito social contra os pobres e os fracos, os que estão mais em baixo na escala – «A esperteza, e a vilhacaria quasi sempre andão annexas aos moços de servir, únicos dotes com que a natureza os enriquece» (CXVIII, p. 1) – há episódios que denotam uma espécie de vingança dos de baixo, numa inversão dos «lugares naturais» característicos de uma sociedade pré-moderna. É o caso do camponês («rústico da aldeia») que dá o troco ao «cavalheiro» que o comparara a um porco, comparando-o por sua vez a um burro.

Perguntou hum Cavalheiro a hum rustico em huma Aldêa, qual era o tempo no anno da sua maior alegria, respondeo-lhe o rustico que o tempo da castanha, porque á noite as assavão ó fogão conversando muito, e comendo-as, e depois se hião deitar: disse-lhe o Cavalheiro, *sois vós justamente como os porcos, que se deitão depois de fartos*; tornou-lhe o rústico: *ora Senhor, se tanto vos mereço, haveis dizer-me também qual he o tempo do vosso maior gosto*: disse-lhe o Cavalheiro, *nós outros gostamos muito da Primavera, principalmente do mez de Maio, porque he muito agradavel ouvirem-se cantar as aves, ver os campos floridos, e nisso temos o maior contentamento*: respondeo-lhe então o rustico: *pois Senhor sois vós justamente como o meu burro, que tambem no mez de Maio se enche da maior alegria a zurrar muito* (CXXXIX, p. 6-7).

O mesmo se verifica noutro exemplo, quando reconhece a inteligência vinda de onde menos esperava. Uma rapariga de 17 anos, filha de um pescador, aproveitava as saídas do pai para o mar para receber em casa o amante. Num dia de temporal, o

¹⁴¹ Ver abaixo, p. 63.

pescador ficou em casa e podia ter apanhado o intruso, mas este foi avisado *in extremis* pela moça quando já estava a arranhar a porta da casa. Ela pegou numa roca e sentou-se junto à porta a cantar uma cantiga cuja letra preveniu o amante do perigo, permitindo-lhe retirar-se a tempo de evitar a ira paterna. O episódio suscitou de imediato a comparação: se era assim com «gente rude e baixa», que faria com as «senhoras polidas»...

Barreiro 14 de Agosto. O certo he que a finura, e as idéas delicadas se tem hoje estendido até aos mais remotos lugares, achando-se até nas pessoas mais rusticas o modo mais subtil de enganar, e de prevenir os lances mais arriscados.... e foi deste modo, que a pobre rapariga encobrio ao Pai a sua leviandade. Ora julguem vv. mm. quando na gente rude, e baixa se encontra huma subtileza destas, que farão estas Senhoras polidas, vestidas á trágica, onde as lunetas andão sempre nos olhos, e as filosofias na ponta da lingua! (CXVII, p. 2-3)

A visão misógina da mulher está patente nos estereótipos que alimentaram uma polémica fictícia. Foi uma «guerra dos sexos» travada ao longo de sucessivos folhetos.

Carta que do Porto escreveo hum sugeito a hum seu Amigo de Lisboa, dando-lhe parte do mal que se dava com sua mulher [...] Infelizmente me acho casado, porque invejando o Matrimonio de alguns Amigos meus, me apaixonei por huma mulher, sem me lembrar da desigualdade de génios, de que se compõe este sexo. Agora vejo bem a meu pesar, que ha mulheres que formão hum composto de labyrintho, onde o homem se não sabe entender, nem entendêlas. Questionarão certos Filósofos, em que tempo a mulher era boa, melhor, e óptima, e assentarão que era boa, quando morria, melhor quando morria logo, e óptima se deixava o marido rico. Também questionarão quando era má, pêor, e pessima; e igualmente assentárão, que era má sempre, pêor quando a tratavão bem, e péssima quando a tratavão mal [...] poucas merecerão a excepção desta regra. Se lhes dá em serem doentes, os ais são immensos, as queixas são eternas, as convulsões, os estericos, as epicondrias, tudo anda em contínuo gyro de hora a hora, até que huma dóze de Opera, de Quinta, ou de Assembléa tomada a miudo, faz serenar por huma noite aquella tormenta. Se lhes dá em serem soberbas, divinização-se nas fallas, as mesuras são de cabeça, como que se arrependem no meio dellas, tudo lhe faz hum dissabor, tudo lhes ha de render vassalagem [...] Se lhes dá em serem vaidosas, não querem se não companhias, onde se fação ver; janella, onde todos as cortejem; cumprimentos de Milords, que de minuto a minuto despendão hum chuvaire de lisonjas, e mais que tudo assentando que a belleza dos 20 dura nos 60; e que a roda do tempo parou a seu respeito. Algumas se esquecem do estado, que tem; dos filhos, que crião, e do respeito que devem conciliar. Se lhes dá em serem perguiçosas, a manhã leva-se de cama, a tarde na Quinta, a noite nas visitas [...] Se lhes dá em serem golosas, sahem humas perfeitas Conserveiras, e chamando a isto governo, não ha doce que não fação; nada avistão que não desejem, e são peiores de que os próprios filhos, quando passeião na Feira por lugares de bonitos de crianças. Se lhes dá em serem enxovalhadas, cuidão só nas apparencias, e todo o interior da casa he hum nojo continuado, os filhos immundos, a cosinha em podridão [...] Se lhes dá em serem discretas, de tudo entendem, de tudo fallão, e são logo Mathematicas, Filosoficas, Francezas, e do que mais devião ser, não são, pois não sabem ser humas boas

donas de suas casas. Em fim chorão, e riem juntamente, affagão, e escandalisão [...] querem ser livres, e que os homens sejam huns escravos. Eis-aqui as condições da desordenada máquina de huma grande parte deste sexo [...] Se o homem se agrada da mulher porque esta tem alguma cousa de seu, e ella lhe pilha huma tal paixão, faz-se muito humilde, muito meiga, muito extremosa; porém apenas se casa, quer ser fidalga, quer tratamento de ostentação, lançando em rosto que trouxe com que.... Huma barraca, que trouxe, que seja tida por hum Palácio; hum Quintal por huma Quinta.... Estas puras verdades, de que sem pejo o sexo femenino se ri, tendo-as por petas, são o nosso flagello, e de immensos indivíduos, que se calão, por não agravarem mais as suas feridas; e nós tambem assim faremos, visto que a nossa enfermidade já não tem cura (LXXXIV, p. 2-5).

Para alimentar a polémica de modo a manter o interesse dos leitores – e leitoras –, José Daniel publica no folheto seguinte a «Resposta que dá uma Senhora». Ali se rebatem, ponto por ponto, os motivos de queixa expostos, num argumentário igualmente estereotipado. A réplica devolve as acusações e apresenta os homens como os responsáveis dos «defeitos» das mulheres. Uma pseudo-denúncia que nem por ser oportunista deixa de reconhecer as razões do outro – a mulher, apresentada sempre à luz do preconceito¹⁴²:

Resposta que dá huma Senhora á Carta que se publicou no Folheto passado, desaggravando o seu sexo [...] sendo para nós outras tão sensivel o vermos que quasi todos os homens atirão ao nosso sexo, increpando-nos de defeitos, de que muitas vezes os homens são motivo, passo em nome de todas a advogar nesta causa pela melhor forma de direito, fazendo vêr que o nosso sexo tem assáz toda a razão para mostrar aos olhos do Mundo, e da verdade os homens, por suas culpas, representados na mais triste figura [...] Provará que os homens são huns inquietadores de nós outras, pois ainda não consta que huma só se tirasse de sua casa para hir buscar hum homem, com quem caze, antes elles valendo-se das assembléas, das funções públicas, dos passeios, das introduções nas casas de cada huma; hum porque canta, o outro porque toca, este porque dança, aquelle porque faz versos, e muitos porque são d'aquem e d'além, Morgados disto, e daquillo, até, com bem magoa minha o digo, se valem dos lugares mais sagrados, sómente para o fim de inquietar-nos.

Provará que as molestias sempre forão pensão da humanidade, e que a mulher doente por mais enferma que esteja, não perde da lembrança o governo da sua casa [...], porque o homem com qualquer dôr de cabeça logo perde o animo, e deseja metter em casa quantos Medicos ha, e quantas Boticas tem Lisboa, julgando-se ás portas da morte [...]

Provará que elles são huns soberbos [...] pois destroindo quanto a favorecida mulher trouxe, deixão-se a si, e a toda a família pedindo huma esmola, e conservando apenas os fumos da abundancia, que já tiverão, fazem da mulher huma escrava, onde a necessidade augmenta o odio, e fulmina o seu máo comportamento, pensando que isto de receber huma mulher, he o mesmo que alugar humas casas, d'onde se muda, quando se não dá bem.

¹⁴² Para uma reavaliação do sarcasmo no humor baseado na percepção do papel social do género ver DRUCKER *et al.* – «On sarcasm, social awareness, and gender». *Humor-International Journal of Humor Research*. Vol. 27, N° 4, 2014, p. 551-573.

Provará que a vaidade nasceo nos homens [...] O solteiro por vaidade julga que todas lhe querem bem, trazendo enganadas dez, e vinte ao mesmo tempo [...] elles na confusão deste labyrintho, nem se canção em fazer escolha: Inquietão a velha, a rapariga, a ama, a creada para braço da sua grande lista, e bazofia. O viúvo gabando muito a primeira, chorando por ella, anda palmando onde acha maior somma para se conchegar; com a vaidade de ficar melhor, que da primeira vez. O velho com entusiasmo de rapaz he hum baboso continuado [...] certamente não ha para as Madamas hum papel de tanto gosto, como o vêr hum Ginja namorado.

Provará que ha homens de perguiça, e tao poltrões, que aferrados á ociosidade, faltão até aos deveres dos seus officios [...] casa, em que habitão solteiros, he hum chiqueiro, onde então melhor se mostra a falta daquelle pique, e aninho feminil para o asseio.

Provará que são tão golotões [...] que fazendo gasto diario na sua casa, andão pelas de pasto porque ha *bifesteques*, *vitellas de leite*, *podins*, *guizadinhos* fomentadores das boas feições, chegando os individuos ao ponto, até de se recolherem bebados para suas casas, onde nós outras vivemos sacrificadas a ouvir os gritos, a vêr os máos modos, como victimas da bebedeira para que não concorremos.

Provará que são tao enxovalhados, que de contínuo fazem andar a triste familia sempre de ferro na mão; porque a camisa engomada apenas serve huma vez, o colete, o calção, são os estragadores de quanta greda ha; e quanto mais se lhes manifestaria este defeito, se nós, as pobres mulheres os desamparássemos! [...]

Provará que, passando ao fingimento de que somos accusadas, elles homens são muito mais fingidos; em quanto amantes são huns alfenis, em quanto casados huns tigres, em quanto pobres huns servos humildes, em quanto ricos huns Neros tyrannos; elles na dependencia tem lagrimas nos olhos, mel nos beiços, e fel no coração [...] e finalmente huma, e muitas vezes *Provará* o nosso sexo, em defeza propria, com a verdade sabida, que o homem he huma Camera optica, onde com agradáveis côres se mostrão os vicios, e as virtudes, em continuada confusão; e ou se componhão nesta demanda, refreando a lingua a nosso respeito, ou acharão em mim huma Advogada, que lhes faça com ajustadas razões, mais immortaes no Theatro do Mundo as suas desenvolturas (LXXXV, p. 1-4).

Até mesmo na omnipresente crítica das modas e das novidades vindas do estrangeiro o *Almocreve* permite vislumbrar um discurso de aceitação da mudança. Por entre um extenso rol de estereótipos culturais e gastronómicos, o passado é colocado em perspectiva – e não há maneira de voltar atrás. «Como quer v. m. que tornemos a esse tempo?» É que o tempo mudou e agora «as coisas estão todas alteradas». Como se não bastasse que «este país» seja «composto de diferentes gostos» – uma inusitada declaração de reconhecimento da diferença –, ainda por cima trata-se de «gostos que não são persistentes» (CXXXVII, p. 2). Apesar do distanciamento crítico e do tom moralista, o que fica é a cristalização de uma outra realidade.

I.7. «Tudo tem tido mudança»: humor e crítica social

Ao contrário da crítica de costumes, a crítica social é menos evidente nos folhetos do *Almocreve de Petas*. Pode questionar-se se tal resulta do conformismo político e ideológico do autor, perfeitamente integrado na ordem vigente e protegido de António Joaquim de Pina Manique, o já falecido irmão do influente intendente da Polícia¹⁴³. No entanto, através de uma ou outra «peta», o leitor acaba por deparar-se com alguma parábola denunciando, com recurso a metáforas e ironias, um problema concreto.

É o caso da falta e carestia da água para os moradores de Lisboa, denunciadas num texto em que os chafarizes da cidade (Janelas Verdes, Esperança, Praia, Arroios, Fontainhas, Amoreiras, Rato, da Rua Formosa, Fonte Santa, S. Pedro de Alcântara, Loreto, Carmo, Praça da Alegria, Campo de Santana, d'ElRei, de Dentro, Bica do Sapato), convenientemente antropomorfizados, festejam os anos da «desejadíssima, gostosíssima, e sempre fresquíssima Senhora D. Fonte da Pipa». Terminada a festa é revelada a razão da «peta», que afinal era verdadeira: «uma grande falta de água nas casas de Lisboa, que se chegou a dar seis vinténs por um barril».

Ginjal 11 de Junho. Chegado o dia, em que fazia annos a desejadissima, gostosissima, e sempre fresquissima *Senhora D. Fonte da Pipa* [...] Os primeiros figurões, que chegarão á outra banda, com aquella decencia, que permittia hum tal dia, forão o *Chafariz das Janellas Verdes*, e o da *Esperança*, pois como mais rapazes, não queriam perder hum instante de huma companhia de tanto sabor: depois chegou o *Chafariz da Praia*, como parente mais chegado, trazendo na sua companhia a *Preclarissima Senhora D. Fonte de Mello* vestida á jaqué, de Melania de ondas azul celeste, guarnecida de pingos de agua, que com a refracção dos raios do Sol, mostravão o fogo dos brilhantes da Asia: seguio-se o *Chafariz d'Arroios* de botas, e esporas, trazendo pelo braço a *suavissima Ponte do Loiro*, vestida de verde á pastora, guarnecido de espeguilha de prata de reima de caracol, que lhe estava a matar, acompanhada das suas criadas as *Fontainhas* vestidas á saloya, gibões de hicterra alagartado, feitos nas Caldas, que as fazião tão luzidas, que parecião de vidro; chegou logo o *Chafariz das Amoreiras*, e o do *Rato*, acompanhando a *bellissima Senhora D. Fonte coberta*, que vinha

¹⁴³ Cf. o poema «Canção», dedicado «Aos Illustrissimos Senhores Diogo Ignacio de Pina Manique, e Antonio Joaquim de Pina Manique»: «Tu pois, que na Policia astuto velas,/ Desterrando os insultos,/ Que as candidas virtudes tanto zelas,/ Prevenindo os tumultos,/ Que enches a Capital de tantas luzes,/Sem que jamais do teu poder abuse» (COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Rimas Offerecidas ao Illustrissimo Senhor Theotonio Gomes de Carvalho por José Daniel Rodrigues da Costa, Entre os Pastores do Tejo, Josino, Leiriense*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1795, p. 130); e no epicédio por ocasião da morte de António Joaquim de Pina Manique: «Vejo o teu Caro Irmão inconsolavel,/ Em vão tentando reprimir o pranto,/ E a quantos amparavas,/ Lamentando comigo/ Falta de Pai, de Protector, de Amigo.//[...] Os Cargos, as Grandezas,/ os Thesouros,/ Que tanto iludem os Mortaes sem tino,/ A vida não prolongão,/ Nada he permanente,/ Só a virtude vive eternamente.// E tu, Senhor, que regas com teu pranto/ Do caro, justo Irmão, as cinzas frias,/ Aceita os ternos votos/ De hum triste desvalido,/ Que para infaustos golpes foi nascido» (*Ibidem*, p. 142-143).

em habitos menores, por ser huma das que havia de servir no banquete, e por isso vinha disfarçada. Seguio-se depois o *Chafariz da Rua Formosa*, que com sua graça dava realce á *estimadissima Senhora D. Fonte Santa*, que vinha vestida de nobreza branca, daquella com que a enriqueceo a natureza, cuja brandura repartia com todos, por ser muito dada, como o tem experimentado muitos, que tem gozado dos seus prazeres. Vinha ella seguida do *Chafariz de S. Pedro de Alcantara*, do *Chafariz do Loreto*, do do *Carmo*, do da *Praça d'Alegria*, do do *Campo de Santa Anna*, e ultimamente do *Chafariz d'ElRei*, acompanhado do seu criado *Chafariz de dentro* [...] sómente quem faltou a esta companhia linfática, foi a *Senhora D. Bica do Çapato*, por velha, e por exhalar de si aquelle pestifero cheiro de suor de pés, achaque, que só a morte lhe pôde curar: subirão todos para a grande sala, que se tinha pedido emprestada para este dia ao *Padre Téjo*, que tambem não assistio ao banquete por comprazer com certas *Nynfas*, a quem era preciso administrar a virtude das suas aguas nos banhos, que a Medicina lhes applicou, tomados na Praia da Junqueira; passados os cumprimentos [...] seguio-se o jantar, o qual principiou pelas tres horas, e acabou pela meia noite [...] Seguio-se o primeiro prato, de que todos gostarão, por ser de *agua estufada, guarnecido de camarões*, brinde, que fizera o *Caes de Villa Franca*, já que não pôde vir, por se achar tirando huma devassa sobre huma briga, que tiverão os barqueiros por occasião dos vinhos novos. Depois veio outro prato de *agua açada no espeto, com molho de filtração*, que teve igual merecimento. Logo outro prato de *Agua de Inglaterra com santolas recheadas de lodo*, que estava hum portentoso. Este prato veio no Pacote de proposito para esta função, de que todos gostarão, por ser cousa estrangeira. Seguirão-se diferentes pratos huns de *Agua de Melicias feitas em Meleças*, outros de *aguas salutiferas das Caldas*, alguns de *agua da Rainha de Hungria*, que servia em lugar de mostarda para incitar o appetite, e logo depois hum prato de *esperregado de arrãs com seus bixinhos de conta em lugar de alcaparra*. Apareceo muito direita *huma formosa torta de miolos de caracões*, e humas travesinhas Inglezas para guarnição de *cabidella de cágados*, guizado exquisito. Fizerão-se varias saúdes com *agua do Estoril*, e entrarão as sobremezias de *agua de Flor, agua rozada, agua mel, agua de coco, e agua nevada*. Concluido que fosse o jantar, lavarão as mãos em *agua de murta*, e tomarão em lugar de Café *agua-ardente*, para que o estomago fizesse boa digestão [...] finalizando tudo em cantarem duas das *Fontainhas* hum terceto com o *Chafariz da Esperança* [...] Assim que se acabou de cantar, todos enriquecêrão com prendas a *Senhora D. Fonte da Pipa*, huns com *anneis d'agua*, outros com *adereces de cristaes d'agua*, e *huma grande flor de peito com huma pedra no meio d'agua marinha, circulada de pingos d'agua*, razão porque se sentio estes primeiros dias huma grande falta de agua nas casas de Lisboa, que se chegou a dar seis vintens por hum barril (LX, p. 1-4).

Outro *topos* que permite questionar o humor do *Almocreve* é a crítica da ambição de mudar de estatuto social, ir contra os «lugares naturais» da sociedade tradicional, impostos pelo nascimento. Querer subir na vida é dar o flanco para se ser exposto ao ridículo¹⁴⁴. Um exemplo deste tipo de troça que toma por alvo a burguesia ascendente é o poema sobre a multiplicação (e consequente desvalorização) do título

¹⁴⁴ BILLIG – *Op. cit.*, p. 200-202.

dom antes do nome – a «praga de *dons*», que leva o autor a concluir que «se acaso as modas nisto dão,/ não vereis cão nem gato sem ter *Dom*»:

O moço do Poeta hindo huma noite destas assistir a hum casamento da Enteadada do seu çapateiro, para que fora convidado, e vendo que em toda aquella companhia fervião os *Dons*, pois a Irmã do dono da casa era *D. Aniceta*, a mãe viuva *D. Victorina*, huma sobrinha *D. Mauricia*, e até huma criada em honra do Dia, peitou os officiaes, e aprendizes para lhe chamarem *D. Alberta*, desembrulhou-se este maroto daquella praga de *Dons* com o seguinte

SONETO.

Senhora *Dona Moda* chegue cá,/ Com *Dona Contradança* venha aqui;/
Porque a *Dona Farofia* agora ouvi/ Dizer, que já sem *Dom* Damas não ha://
A criada que esfrega, ou traz o chá,/ Com *Dom* em certa casa ha pouco vi;/
E se isto vai avante per ahi,/ O toque de *Dom, Dom*, em fogo dá.//
Ha muitas que não tem dez réis de pão./ Querendo lhe dem *Dom* sem tom nem som,/ E
só do ar do *Dom* vivendo vão:// Nada, meninas, isto não vai bom!/ Porque se
acaso as modas nisto dão,/ Não vereis cão nem gato sem ter *Dom* (LXXIV, p. 6-7).

O estatuto reconhecido tradicionalmente aos portadores do título de dom origina todo um conjunto de manobras para a sua obtenção, mesmo que ilegítima à luz dos usos em vigor. O humor de José Daniel ridiculariza esses esquemas, numa crítica social implacável:

Cruz de Santa Elena 23 de Setembro [...] Havia nesta rua huma Senhora, que cheia de hum desvanecimento bastardo, respirava certa porção de fofice, que por demasiada dose lhe punha alguma cousa em duvida a sua qualidade [...] Intentou o marido no mez de Junho próximo passado, por motivos de utilidade á sua occupação mudar-se das casas em que ha dezeseis annos assistia: a Senhora que tinha tido a sagacidade de inxirir, com reverendas falsas no seu nome num grande Dom logo no principio delle [...] entrou no empenho de não querer mudar-se batendo com o pé na casa, dizendo ao marido: *Não Senhor; não Senhor; daqui não me quero mudar; porque aonde me conhecem honra me fazem, só se for para casas, que quem passar por ellas conheça, que a gente que mora dentro tem Dom*: respondeu-lhe o marido, *não se agonie, que tudo se pôde remediar; em se pondo hum leteiro em cima da porta, que diga, aqui mora quem tem Dom, já todos ficão de aviso; e para isto não he preciso escolha de bairro*: amofinou-se a Senhora muito com a mangação (CXXIII, p. 2-3).

No mesmo sentido aponta outro texto, em que a sátira ao desejo de mobilidade social procura embaraçar os implicados, obtendo, assim, um efeito disciplinador¹⁴⁵:

Porto 9 de Julho. Hum Vossa Senhoria (de humas, que ha sem pés, nem cabeça) que vivia já enfastiado de Senhoria, e tinha grandissimos desejos de arrogar a si hum Vossa Excellencia, entrou a filosofar como a poderia ingerir

¹⁴⁵ Billig sublinha a dimensão socializadora e disciplinadora do ridículo e a relação ambivalente entre o embaraço e o humor na sua função social: «It can function to protect the social order, keeping social actors in line, but simultaneously it can express pleasure at subverting that same order [...] One might suppose that ridicule is universally useful both as a means of socialization and as a means of preserving everyday social order through the disciplines of embarrassment» (BILLIG – *Op. cit.*, p. 235).

sem muito custo, ou repugnancia; e lembrando-se, que para ter o exito que elle pertendia devêra principiar esta pelos seus domesticos, isto he, instruindo-os para que lha dessem: chamou o seu Criado grave [...] *devo-te agora avisar para que de hoje em diante me dês o tratamento de Excellencia, este mesmo aviso farás aos moços da seje, e o comunicarás ás pessoas que me procurarem* [...] Sahio logo o criadinho para fóra com as dadivas na mão, porém dando-lhe muito em que entender a quem ficaria a Senhoria, que seu Amo deixava; e porque não levava a bem que huma Senhoria deixada em tão bom uso se perdesse, tomou o partido de se cobrir com ella; foi descendo para a loja, e disse aos moços: *olhem vossês que de hoje em diante devem tratar nosso Amo por Excellencia, e a mim por Senhoria* [...] assentarão os moços [...] que em tendo barriga farta, e paga prompta até dará Reverendissima se o obrigarem a isso, callarão-se, e forão cumprindo á risca o que lhes determinou [Ao jantar gerou-se a confusão: entrou um boleeiro e, conforme fora industriado, tratou o criado por Vossa Senhoria, perante o patrão e os convidados] ficarão todos os circunstantes estupefactos, e o dono da casa muito mais; e zangado da asneira perguntou ao Criado para quem fora aquella Senhoria? a que o Senhor Ignacio de Lemos respondeo promptamente: *foi para mim: e por onde te vem esse tratamento novo?* disse o Amo: tornou-lhe o Criado: *como sempre vi que os Criados tem todo o direito a tudo que seus Amos deixão, e V. Excellencia deixou a Senhoria de que usava, achei que não escandalisava a V. Excellencia em querer esta Senhoria para mim; porém se V. Excellencia inda tem tenção de se aproveitar da tal Senhoria, e leva isto a mal, eu não devo usar de huma cousa contra vontade de seu dono: perdoe V. Excellencia, e eu largo a Senhoria outra vez, com a mesma brevidade com que V. Excellencia a deixou.* Rirão-se todos muito, porém o Amo ficou com a Excellencia, e Senhoria atravessada na garganta de tal sorte, que não pôde mais naquella hora engolir bocado: Consta porém que como a Excellencia, e a Senhoria forão enxertadas, e o anno para enxertos, pelos frios que houverão tem corrido contrario, nem huma nem outra pegou (CXII, p. 1-2).

Para que não restem dúvidas, o *Almocreve* prega com alarde o seu conformismo social. Uma das Máximas do Velho de Romulares sentencia: «Criado que se faz amo;/ Cabo que se faz Alferes;/ Mulher que em si põe o ramo;/ Tendeirinho com seus teres;/ Arrotão tantos poderes;/ Vomitação tanta pancada;/ Que do vomito no impulso/ Té vem postas de pescada» (CXXVII, p. 5.).

Um dos textos mais violentos e reveladores do pensamento do autor toma como alvo os caloteiros ociosos que passam a vida nas «duas mil casas de café» de Lisboa¹⁴⁶, «mandriões» e «sanguessugas» que contrastam com os «ânimos honrados que se empregam em adquirir o que têm com o suor do seu rosto», de quem são o «flagelo eterno». Esta crítica da ociosidade e do luxo, em aparente contradição com as manifestações de conformismo ideológico que se sucedem nos folhetos do *Almocreve*,

¹⁴⁶ Número exagerado, mas que, no contexto das «petas», visa transmitir a ideia do grande número de cafés e da sua propagação acelerada em diferentes locais da cidade. José-Augusto França sublinha o papel destes «cafés, tendinhas e botequins» para a «pequena boémia poética e intelectual» (FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 479).

permite conceber um distanciamento relativamente à ordem social alicerçada numa hierarquia com base no privilégio de nascimento, que só muito lentamente vai começando a admitir a ascensão por mérito.

12 de Dezembro. Justos motivos que tem dado causa á fermentação da guerra dos Calotes, a qual inda hoje se vê bem lonje da paz geral a este respeito, por ter crescido o numero dos Mandriões, flagello eterno dos animos honrados, que tanto se empregão em adquirir o que tem, com o suor do seu rosto. Sabido he de todos que a ociosidade he a raiz lamentavel de todos os vicios, e que o homem cuidadoso da sua casa, do seu estado, e ainda da utilidade publica, não descança em huma contínua applicação, de adquirir para si, e para todos aquelles, que tem arrogado hum innegavel direito, ao seu acolhimento; e como a este lhe seja forçoso valer-se dos meios honrados, segundo as suas boas qualidades para o referido fim, aqui o temos pondo em agitação a sua argencia, para a qual cooperão os seus estudos, e a sua habilidade, em que elle utiliza, e o Público igualmente com elle; porque se vale dos seus inventos, com que se enriquecem as Artes mecanicas, ou aproveita o subtil, e judicioso modo do seu pensar nas Obras que compõe, com que se augmenta o thesouro das sciencias. Ora quam differentes se nos representão immensos individuos, que entregues a huma languidez se deixão cahir de preguiça nos braços da miseria, levados pelas mãos de seus enormes vicios! [...] Ha em Lisboa nada menos que duas mil casas de café; cada casa destas tem quatro Assignantes effectivos da palestra de manhã, de tarde, e á noite recostados a huma meza, feitos esponjas dos abrasantes licores, que lhes servem de almoço, lantar, e ceia: Sendo pois as lojas duas mil, e estas a quatro palestrantes cada huma, temos infallivelmente oito mil homens ociosos, e humas esfaimadas sanguexugas, que de contínuo se lanção a chupar o sangue [dos] que trabalham para o seu honesto, e decente passadio [...] O auge a que tem chegado o luxo, não he ramo menos importante para a fermentação dos calotes, e nesta parte vão melhor os Peraltinhas do tempo, porque hoje figurão mais pelos trajes, que pela bolsa (CXXXIV, p. 1-3).

De características inéditas no conjunto dos folhetos do *Almocreve de Petas*, um episódio vem questionar anteriores tomadas de posição relativamente aos negros, numa manifestação de incoerência que pode ser lida, pelo contrário, de forma coerente com uma crítica social latente, sob uma espessa camada de conformismo exibido à saciedade. Mais uma vez o negro é o outro, mas agora surge à luz da tolerância resultante do reconhecimento de uma diferença valorada positivamente¹⁴⁷:

Rua das Pretas 19 de Abril. Assiste bem no meio desta rua Luzia da Penha, mulher de preta côr, a qual tem huma filha Crioila, linda como o ouro preto, muito formosa (pois neste genero tambem ha formosura) muito rosada, e muito branca, não só em acções, como no nome, porque se chama Clara da Luz, que com ella faz ver que o seu sangue tambem he vermelho, ainda que muitos dizem que nunca lhe virão fazer a face desta côr [casou-se com um rapaz da Chamusca e este avisou a família que tinha casado em Lisboa com «huma rapariga muito formosa»; a família veio conhecê-la] e olhando para ella todos, disse huma das Irmãs, *pois ella he preta? Não podéra ser azul respondeo a Noiva muito airosa, esta cor foi um accidente, eu não tenho*

¹⁴⁷ Ver acima p. 53.

mais nem menos que as outras mulheres; o Senhor Benedicto Bonifacio o estimo como se fora hum Fidalgo, e as minhas qualidades não merecião menos; e se o Senhor Benedicto Bonifacio se vir em algum vexame, eu, e minha Mãe valemos muito para o socorrer-mos. Isto foi dito com tanta graça, que todos os Cunhados invejãrão a ventura do Noivo» (CI, p. 4-5).

O reconhecimento da mudança volta a afirmar-se nas páginas do periódico a propósito da paisagem urbana. A descrição das novidades de Lisboa a alguém que visitou a cidade há muito tempo serve de pretexto para carregar as cores do contraste entre o antes e o depois, na moda, nos costumes e até na designação dos bens e serviços à disposição de moradores e forasteiros. Essa constatação, no entanto, é feita num tom de aceitação resignada.

Carta do Correspondente de Lisboa escrita a D. Sonho Sonhé, Cavalheiro annuciado nos Sonhos de alguns folhetos desta Obra [...] Lisboa está em muitas cousas transtornada, e mui differente do tempo em que v. m. aqui esteve: he o Caes da Pedra o sitio onde melhor se annalsão as differentes figuras, que a povoão: nestas tardes, e noites de verão se ajunta aquella variedade de vestidos, e penteados que não deixão de ter sua graça pela mesclanea que fórmão: entre Senhoras, e homens he galantissimo o rompimento daquella scena; hum se veste á Franceza, outra se pentea á Turca; hum affecta de Inglez no passeio, outra de Chineza no traje; e elles, e ellas põe tudo em tal confusão, que custa a perceber de donde são naturaes: nas ruas da Cidade nova mudou tudo de tom; vê-se huma porta tendo as paredes por fóra guarnecidas de taboas pintadas, vai-se a examinar, e acha-se ser huma loja de ferragem, com mais fazenda pintada por fóra do que tem dentro em vulto; o dono he tratado por Negociante, e vai aos pulos daqui para cima, quando algum dia huma ceira de prégos á porta, com duas escovas he que figuravão de taboleta, hoje he hum frontispicio que parece hum portal da Praça dos Touros: vemos mais adiante outra loja que tem por dentro as paredes guarnecidas de garrafas [...] isto he guardado por fóra com huma respeitavel cancella tinta de cinzento á Ingleza; e chama-se a isto casa de negocio de vinhos; quando algum dia se lhe chamava Taberna com meias portas de incerado, que tinham de pintura garrafa, e copos [...] Por este pequeno extracto verá v. m. que tudo tem tido mudança (C, p. 5-6).

Digna de nota pelo seu carácter nada habitual no *Almocreve* é uma insólita menção de eventuais consequências práticas – políticas? sociais? – do seu labor:

Praça do Commercio 13 de Maio. Cuidei que tinha malhado em ferro frio, porém já vejo em parte reproduzido o fructo do meu trabalho, pois como entra a romper a Aurora da razão sobre os apaixonados do luxo, esta destruirá o systema Tafúlico; abolirá as fantasias perálticas, e desterrará os abusos Estrangeiros, que nesta parte se tem introduzido geralmente (CIV, p. 1).

Poderá referir-se a alguma iniciativa de Pina Manique, irmão do protetor de José Daniel, contra as influências «tafúlicas». É sabido que o intendente da Polícia não se fazia rogado para prender e desterrar estrangeiros e estrangeirados, por vezes identificados apenas pelo seu aspeto revelador de «fantasias perálticas». Em todo o

caso, a satisfação por não ter «malhado em ferro frio» e ver enfim o «fruto do seu trabalho» é mais um sinal da complexidade do papel do humor do *Almocreve de Petas*.

I.8. A constatação do outro

Comum à forma como usa o humor para pôr a ridículo os alvos identificados que, de algum modo, questionam a padronização dos costumes, sobressai no *Almocreve de Petas* o preconceito contra o outro, um preconceito sobretudo social, sustentáculo do conformismo político que marca a linha editorial do periódico.

O outro são os pobres, os saloios, os galegos, os alentejanos, os estrangeiros, os negros, as mulheres, os velhos, os jovens em busca de afirmação. Preconceito contra as modas, a novidade, a mudança. Mas também, e às vezes de forma surpreendente, esse outro – agente de mudança – é apresentado sob traços favoráveis, como no já referido folheto em que elogia a crioula Clara de Luz casada com o rapaz da Chamusca, a quem atribui uma resposta que constitui um momento de modernidade nas páginas do jornal¹⁴⁸.

O tratamento jocoso reservado aos ociosos que vivem do trabalho alheio e aos que ostentam títulos (dom, senhoria, excelência) sem merecimento é sempre complementado por uma «peta» que envolve o castigo daqueles – além de alvo do riso são enganados, roubados, por vezes mesmo sovados – dá, deste modo, voz a uma certa vingança dos «de baixo». A adesão aos padrões da ordem social, declarada de forma enfática, mesmo caricatural, por parte do *Almocreve*, pode encobrir uma «recôndita revolta»¹⁴⁹.

Essa «revolta» da linguagem discernível no periódico decorre da natureza ambígua da(s) função(ões) social(is) do humor, que «parece libertar mas também controla, por vezes de um modo cruel ou agressivo»¹⁵⁰. A troça e o sarcasmo, instrumentos de denúncia da rigidez que está na base do efeito cómico¹⁵¹, são constantes no retrato de Lisboa na passagem do século XVIII para o XIX, com as suas ruas, praças e becos e os tipos humanos que dão corpo e alma às petas – que, afinal, não seriam assim tão mentirosas: «[...] fui tão louco, que devendo-lhes chamar correio das verdades, lhe puz *Almocreve de Petas*» (CXL, p. 2).

¹⁴⁸ Ver acima p. 53 e 61.

¹⁴⁹ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, p. 30

¹⁵⁰ GOATLY – *Op. cit.*, p. 310.

¹⁵¹ BERGSON – *Op. cit.*, p. 17-24.

Entre a repetição insistente da crítica da crítica, o estar contra quem está contra¹⁵², é impossível passar ao lado do silêncio gritante do periódico sobre instituições e lugares do poder (Corte, Governo, Igreja, Inquisição)¹⁵³. Sabe-se hoje que José Daniel tomou boa nota dos reparos feitos pelo censor Francisco Xavier de Oliveira quando, em Agosto de 1796, requereu à Mesa do Desembargo do Paço licença para imprimir os 2º e 3º tomos das suas obras poéticas. A autorização foi condicionada ao expurgo de algumas partes, nomeadamente às que ridicularizavam cerimónias religiosas como os Círios e Festas de Arraial. Além disso, a resposta a um dos seus contraópios foi censurada por ter publicado o nome da pessoa visada¹⁵⁴. Os estudantes de Coimbra são alvo de uma «peta» (XVIII, pp. 2-3) – mas não a Universidade. Não será por acaso que a única referência concreta a um protagonista da política coeva seja a Bonaparte, através do trocadilho (paranomásia) «general Bacamarte»¹⁵⁵.

Mas a crítica jocosa do outro, do novo e da mudança (incluindo a ambição de ultrapassar os obstáculos à mobilidade social ascendente) tem como corolário a possibilidade de conceber o outro e a mudança. O humor do *Almocreve* não traz consigo a aceitação do outro, mas, ao constata-lo/confrontá-lo, cria as condições para o reconhecimento da alteridade. Questionar esse humor – e os seus limites confirma a dimensão complexa e ambígua do riso¹⁵⁶.

¹⁵² Atente-se, a propósito, na distinção entre humor e ironia proposta por KIERKEGAARD – *Op. cit.*, 1992, p. 329 e 431-432.

¹⁵³ Palma-Ferreira atribui a «quase ausência de referências satíricas ao clero e à Igreja em geral» à eficácia da repressão censória, além do facto de José Daniel não ter sido um «observador imparcial», antes um «louvaminheiro do absolutismo» (*Ibidem*, p. 31).

¹⁵⁴ Ver acima p. 29, nota 123.

¹⁵⁵ *Almocreve*, CV, p. 4. Ver PAIVA – *Op. cit.*, p. 309.

¹⁵⁶ «[...] une stratégie, un *savoir-faire*, un pouvoir être, une posture, une revendication, une affirmation de sa liberté et de sa capacité plus qu'à agresser, à désarmer son adversaire [...] au service du pouvoir, contre le pouvoir, usé, manipulé par les puissants pour se moquer des faibles et les tourner en ridicule, joué et maîtrisé par les opprimés pour supporter l'horreur d'une vie de misère» (SERNA – *Op. cit.*, p. 14-16). Ver também LISBOA – *Op. cit.*, 2015, p. 355-357.

CAPÍTULO II. CONTRADIÇÕES DO HUMOR EM *O ESPREITADOR DO MUNDO NOVO*

II.1. Espreitar o mundo

Este capítulo tem por objectivo identificar, analisar e problematizar as manifestações de humor no periódico *O Espreitor do Mundo Novo*, editado por José Daniel Rodrigues da Costa, em Lisboa, em 1802. Procura-se elencar os temas tratados pelo periódico, despistar os seus alvos, designadamente os estereótipos sociais, profissionais, etários e de género, e reconhecer posições ideológicas e políticas. Além disso, integra-se o humor do *Espreitor* na construção da esfera pública em Portugal no início do século XIX, patente nos cenários escolhidos para as narrativas – praças, cafés, feiras, casas, cadeias, igrejas, passeios, romarias, touradas, assembleias (festas particulares), ópera –, outros tantos espaços de sociabilidade e de socialização. Neste, como em outros periódicos da época, o humor impresso situa-se no cruzamento da cultura e da política, em espaços que se alargavam com a participação dos leitores.

II.2. Obra crítica, moral e divertida

O Espreitor do Mundo Novo. Obra Critica, Moral e Divertida foi publicado sob a forma de 12 folhetos mensais ao longo de 1802. O frontispício identifica o número do folheto e o mês, é ilustrado por uma gravura representando um homem a espreitar por um óculo uma cidade iluminada pelo sol e uma velha corcunda a olhar para a lua e as estrelas, legendada pela quadra: «A Velhice procura o Mundo velho,/ Sagaz Espreitor indaga o novo,/ Ambos absortos ficão porque encontrão,/ Outro trato, outros usos, outro Povo». Inclui ainda o nome do autor («Por José Daniel Rodrigues da Costa»), o local de edição e a data («Lisboa. MDCCCII»), o impressor («Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira») e a licença («Com Licença da Meza do Desembargo do Paço»). Teve segunda edição em 1819, impressa por J. F. M. de Campos. Na página seguinte apresenta a epígrafe: *Quid verum, atque decens, turo & rogo, & omnis in hoc sum/ Condo, & compono, que mox depromere possim*. Horat. Epist. I. L. I. v. 11 e 12. Acompanha a respectiva tradução: «Cuido em ser verdadeiro, em ser decente,/ Pergunto, vejo, observo, e tudo guardo:/ Reflexiono depois, de nada abuso,/ E de quanto indaguei, faço bom uso». Na última página surge o anúncio: «*Vende-se esta Obra do*

Espreitador do Mundo novo nas Lojas seguintes: Na da Viuva Bertrand, e Filhos ao Chiado, ao pé da Igreja de N.S. dos Martyres, N. 45».

O escopo do periódico é apresentado na nota introdutória Ao Leitor:

Eu não trato de prometter nestes Folhetos cousas grandes, porque os meus talentos são pequenos; e não quero que me digão, que promettendo muito, não dou nada. O que asseguro he não escandalisar os ouvidos dos Leitores, seja Homem, ou Senhora, porque os hei de fazer confessar, que he verdade, o que digo, e que pinto ao natural, o que se está vendo; além de servir de lição para que os dois séxos se acautelem de tratantes, vindo por todos os lados esta Obra a ser util. Nella envolverei com o sério a juvenalidade, que huma critica tal poder admittir, reprehendendo os vicios, e dando hum refrigerio aos genios melancolicos (*Espreitador*, Janeiro, p. 6).

Também ali José Daniel inclui o *disclaimer* habitual nas suas obras, de modo a evitar litígios¹⁵⁷:

E muito embora me tenham por hum impertinente indagador dos costumes, que a generalidade com que fallo, não deixa lugar para que pessoa alguma se offenda. Eu não fallo de todas, fallo de muitas, e não conheço huma só, que podesse apontar, quando isso me fosse licito (Janeiro, p. 7).

Logo,

[...] o fim he meramente corrigir os vicios.... Por este motivo fica bem entendido, que não he da minha intenção, como já disse, atacar pessoa alguma; porque no meu *Almocreve de Petas*, nos meus *Ópios*, no meu *Comboy de Mentiras*, no meu *Espelho de Jogadores*, e em todas as minhas *Obras* cuido muito em guardar esta mesma decencia, e Deos sabe se nestes mesmo vicios, que pinto, e reprehendo, a mim mesmo me reprehendo, e pinto! (Janeiro, p. 8-9).

Os doze folhetos incluem narrativas curtas, que hoje poderiam ser classificadas, se não como reportagens, pelo menos como reportagens ficcionadas ou crónicas de instantâneos do quotidiano lisboeta, com uma geografia precisa dos bairros da cidade e arredores: a Praça da Alegria, o Rossio, o Bairro Alto, Cacilhas ou a Costa. As prosas são entrecortadas por poesias, que tanto podem ser relacionadas com o tema do mês como integrarem a *Opíada*, o longo poema que o autor publica por partes ao longo do periódico.

¹⁵⁷ Ver acima p. 29, nota 123.

II.3. O Espreitor e o espaço público

Publicado segundo o plano apresentado no primeiro número – *O Espreitor na Praça* (Janeiro); *O Espreitor nos Cafés* (Fevereiro); *O Espreitor nas Feiras* (Março); *O Espreitor nas Casas* (Abril); *O Espreitor nas Cadeias* (Maio); *O Espreitor na Igreja* (Junho); *O Espreitor nos Passeios* (Julho); *O Espreitor na Romaria* (Agosto); *O Espreitor nos Touros* (Setembro); *O Espreitor nas Assembleias* (Outubro); *O Espreitor na Ópera* (Novembro); *O Espreitor em Geral* (Dezembro) –, José Daniel Rodrigues da Costa conduz o leitor numa viagem que percorre diferentes espaços de sociabilidade onde o convívio (até o convívio forçado, como na cadeia) proporciona discussão, denúncia de vícios, assunção de preconceitos e atavismos, exibição de modas e até a construção de um ideal cívico.

Esses espaços funcionam como «lugares de opinião»¹⁵⁸, em geral de acesso público (mesmo quando se trata de espaços privados são de algum modo abertos ao público, como no caso das assembleias; as casas são a exceção mas, ainda assim, surgem como cenário de situações que o *Espreitor* quer oferecer para reflexão e debate públicos), correspondem a instituições colocadas por Habermas na génese da esfera pública¹⁵⁹, sendo o próprio periódico uma das instâncias dessa esfera constitutiva da opinião pública¹⁶⁰.

II.4. Os temas

A moda é o tema preferido do *Espreitor*, recorrente desde a nota introdutória Ao Leitor – os «rediculos trages d’agora» (Janeiro, p. 8). Sucedem-se as críticas à moda feminina: «Agora he hum vestido, quasi nada,/ Com hum dedo de umbreira;/ Dos ombros magros ossos apparecem,/ Os braços andão nús, nunca arrefecem [...] Da nudez fazem hoje alto capricho,/ Nos mais publicos actos;/ O peito á véla todo, as costas nuas» (Janeiro, p. 31-32).

Ou:

¹⁵⁸ ARAÚJO – *Op. cit.*, p. 163.

¹⁵⁹ HABERMAS, Jürgen – *Op. cit.*, 2012. Ver também TOWNSEND, Mary Lee – «Humour and the Public Sphere in Nineteenth-Century Germany». In BREMMER, Jan, e ROODENBURG, Herman (eds.) – *Op. cit.*, p. 200-221; PALMERI, Frank – «Narrative Satire in the Nineteenth Century». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 371-372; e ALVES, José Augusto dos Santos – *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005, p. 128.

¹⁶⁰ HABERMAS – *Op. cit.*, p. 123-125.

Que scena tão galante he ver a dama,/ De lenço na cabeça;/ Assentando, que a moda bem lhe fica,/ Como a preta, que vende fava rica [...] Hoje vestem-se todas de retalhos,/ Como pobres de porta,/ Huma manga he cinzenta, outra encarnada,/ O corpo azul, a saia esbranquiçada.// Muitas tirinhas, muitas filigranas,/ Armadas de andarilhas;/ Pulceiras, braceletes, e medalha,/ Mil ganduxos, que a moda louca espalha (Abril, p. 25-27).

E ainda:

Eu vi certo marido lamentando/ Os enganos que teve:[...] *He possível, [...]/ Que eu casasse co'as modas?/ Que buscando mulher, nestes instantes/ Não ache mais que fitas, e volantes!!! Que visse huma mulher, fazendo vulto/ Anafada, e vistosa!! Que depois de casar, neste conflicto/ Em lugar de mulher, ache hum palito.*// Por este modo o triste se queixava,/ Como espelho dos outros:/ *Ninguém busque casar, sem mais exames,/ C'huma mulher armada por arames* (Junho, p. 31-32).

Mas o *Espreitador* também zurze a moda masculina:

[...] em lugar de hum capacete, apresentão hum chapelinho redondo posto meio no ar: em lugar de hum peito de aço, trazem hum coletinho de mimoso fustão pintado: em lugar de huma farda, que lhes dê honra, vestem huma casaquinha de quartos tizicos, que parecem da cintura para baixo duas badanas de bacalhão, que lhe batem nas curvas [...]; e aqui temos exactamente o rediculo trage destes cinco figurões (Abril, p. 11-12).

E, sobretudo, a moda de imitar o que vem do estrangeiro:

[...] no Passeio Público [...] se achavão assentadas em hum banco de pedra quatro meninas estrangeiras, que pela sua meia língua estavam murmurando de tudo quanto entrava, ou sahia [...] Que lhe parece, Madama Tarilêta, aquella que acolá vem naquelle rancho vestida à Lafayeta? Respondeo-lhe a outra: ella bem quer affectar de estrangeira; porém falta-lhe a graça natural, que nós temos [...] Ó Madama Cintilina, não se lembra quando eu melhorei das bexigas, e fiquei sem cabello, que a touca, que puz na cabeça guarneçada de flores, me estava a matar? pois a primeira vez, que sahi fora com ella, agradou tanto a minha vista, que todas, as que ma virão na cabeça, julgarão ser hum novo enfeite; e logo se vio na Cidade toda, propagada a invenção das toucas na cabeça (Julho, p. 1-2).

Os riscos de certas modas são contados de maneira picaresca, como no episódio em que o vendedor de barretinas de palha deixou o cesto à porta de um café, à Praça da Alegria. Na porta ao lado estava presa uma mula, deu-lhe o cheiro a palha, estendeu o pescoço e comeu os chapéus:

[...] como se ella estivesse á mangedoura; e assim mesmo por debique comeo cinco, e abocanhou duas [...] E como as barretinas não erão suas, estava na maior afflicção, por ter de as pagar a sua dona. Veirão vv.mm. em que perigo se acha huma Peralta d'agora, se passar com barretina de palha ao pé de alguma cavalgadura esfaimada: isto he o que nunca succedeo aos honestos mantos, que encobrião a feia, e fazião mais appetecida a formosa (Julho, p. 15).

Por detrás da crítica da moda está a crítica da novidade que põe em causa a ordem social acatada pelo *Espreitador*: «Porém ninguém ignora, que a causa deste

escandaloso comportamento nasce da mocidade d'agora estar em hum tempo, em que só se conduz pelo vicio, pela moda, pelo capricho, e pelas ocasiões» (Junho, p. 6).

E José Daniel até aponta o momento de charneira que separou para sempre o Velho do Novo: o culpado foi o Terramoto de 1755, devidamente antropomorfizado:

Ora Senhor Terremoto, v.m. a fez, como eu não esperava! Antes de v.m. abalar Lisboa, os homens tinham juízo, e honra; e as mulheres tinham gravidade, e recto; porém depois que v.m. embrulhou quasi tudo, embrulhárão-se quasi todos, e já não lembra Santa Barbara, senão quando faz trovões: os homens vivem, sem tantos conhecimentos do Mundo, com mais acerto, as mulheres vivem, sem tanto luxo, com mais decencia. He verdade que ellas não sabem tanto, como agora sabem, sem serem já donas de sua casa; e hoje de quinze annos, e de menos com os vestidinhos traçados, correm quantos becos tem a Cidade, humas vezes sós, e outras mal acompanhadas. He verdade que os homens desse tempo, se vissem os bonecos authómatos, que estiverão nas salas da Opera em São Carlos, terião por bruxaria andar hum boneco por si mesmo, e não serião tão senhores das causas naturaes, como hoje que lhes servem para tudo, quaes charopes de botica; porém he certo que se não disfiguravão as cousas, como hoje se disfigurão em todo o sentido (Junho, p. 9)¹⁶¹.

Outro tema favorito da crítica do *Espreitador* é a vontade/ambiçào de mudar de estatuto social, de ir contra os «lugares naturais» da sociedade impostos pelo nascimento¹⁶². Querer subir na vida é dar o flanco para se ser exposto ao ridículo:

[...] hoje que os criados, querem ser amos; os officiaes, mestres; os caixeiros, patrões; os escreventes, Letrados; os Alcaldes, Ministros; e os filhos, donos da casa.” (Fev., p. 18). “O caixeiro de certa corporação, que em outro tempo nunca montou mais, que em hum burro, quando veio da terra, hoje se apresentou em hum soberbo cavallo, ajaezado de selim, sem saber de picaria, e querendo ser Picador [...] pois, como huma pella, foi o caixeirinho despedido pelo bruto ao meio do chão, onde se quebrou hum braço, e abriu a cabeça. Em semelhantes casos assentão os minores, que antes huma albarda, que hum selim (Março, p. 10-11).

Nesta mesma casa he que o Espreitador observou cousas galantissimas. Primeiramente achou todas as senhoras apegadas a hum Dom, que não tinha mais de hum anno; porque a que era até alli Felicia dos Anjos, já se achava feita a Senhora D. Felicia dos Anjos Vilarina Alperce de Torlaya (Outubro, p. 9).

Mal vistos pela norma social vigente, os casamentos desiguais também excitam a pena vingadora de Rodrigues da Costa:

[...] hum rapaz de vinte e hum annos, a ponto de ir degradado para a India, por ser hum menino dos da qualidade de bem nascidos, e muito mal creados; sendo o seu crime o ter dado veneno a sua mulher [...] E quando se procurava a origem da desordem, sempre se achava ser feita pelo tal Adonis, em huma briga continuada com a sua Esposa, em que as mais das

¹⁶¹ Sobre a ridicularização do novo, incluindo a ciência e a filosofia, ver CAVE, Christophe – «Le rire des anti-philosophes». *Dix-Huitième Siècle*, n° 32, 2000, p. 227-239.

¹⁶² Ver ARAÚJO, Ana Cristina – *Op. cit.*, p. 167.

vezes fervião os bofetões, as pauladas, e as descomposturas; por ter sido este casamento desigual em tudo, desigual na idade, desigual nos genios, desigual nos teres, e desigual no juizo; porque a Senhora tinha setenta e dois annos, quando casou, e elle Cupidinho da moda tinha vinte. Triste casamento, que os pôz a ambos em hum horroroso inferno. Ella era rica, elle pobre: ella pertendia ser querida, elle queria ser respeitado: ella queria governar o que era seu, elle queria ser Senhor do que não tinha: ella era ciosa pela idade, em que o via, elle amava-lhe o interesse, e aborrecia-lhe a pessoa: ella amorosa queria ser tratada, como se fora rapariga, elle bandalho descompunha-a de velha [...] Hum dia á cêa preparou elle á miserável mulher hum prato de arroz, adubado com vidro moído [...] mas a pobre Senhora, que já andava meia desconfiava [sic] delle, pelas persuasões de huma fiel criada, logo ao primeiro bocado teve seus enjoamentos de estomago, e exgotando-se-lhe de todo a paciência, com a ajuda dos visinhos pregou com elle prezo (Maio, p. 13-14).

O preconceito de género aliado ao de idade dá azo a retratos cruéis:

He nesta mesma Feira, que se vê entrar hum sege de aluguel tão desmembrada, e mal segura, que mais parece carroça da lama, que carruagem de dia de função [...] e pelos óculos, já sem vidros, se pesquisava hum Senhora, ou para melhor dizer hum estupor cheio de cor, e alvaiade, já com sessenta annos no bucho, a cara encrespada a ferro, a boca negra, os dentes amarellos, e toda ella a Bicha de sete cabeças; mas que desgraça! Pilha a sege hum sobre roda, tomba-se e sahe aquelle monstro de dentro, mas de gatinhas, com tanta infelicidade, que cahindo-lhe com o balanço da quéda a cabelleira de canudinhos, que levava, appareceo de calva muito lisa como a palma da mão. Dêrão-lhe agua por causa do susto, e nas afflicções, querendo-se affectar convulsa, forão tantos os tregeitos que fez, e momices, que todos arrebetarão com riso daquela lastima; e o que mais divertia o povo, era o brejeiro do boleeiro arremedando-a nas caretas, com tanta propriedade, que tudo se escangalhava com galhofa (Março, p. 15-16).

Ou noutro registo sarcástico não menos cruel:

Senhora Dona Belarmina Bombarda Alhosvedros se dispôz a fazer em sua casa hum Assembléa em honra, e louvor dos seus desencadernados cincoenta annos [...] Outra, que era tátara, e fanhosa, querendo também fazer o seu comprimento, principiava com estas palavras: *Te Vomecê tizé ateditá pô cincéo o meu todação, não teiçadá de me sê affetta, po o munto, que a etimo, e tesejo, e a seu tepeito é t'eu atóda ati venho, paa te muntos annos tonte tom munta fotuna* (Outubro, p. 1-2).

A mudança de estatuto em sentido descendente, caso da fidalguia arruinada, também é tema de reflexão.

[...] em outra casa se observa hum perdição continua; porque tendo sido aquella família em outro tempo abastada, entrou o Pai a cuidar toda a sua vida no rumo, que havia de dar aos filhos, projectando grandes empregos a huns, e grandes casamentos a outras. Neste meio tempo morre este homem; e cada qual, dando cabo do que lhe pertencia, ficarão por fim arrastados, e só com a lembrança da Fidalguia passada (Abril, p. 10).

Maus tratos e violência doméstica resultam dos vícios do marido e pai:

[...] nesta mesma rua, que se ouvem gritos em huma casa de hum marido, que está dando em sua mulher, porque esta lhe não dá dinheiro para sustentar os vícios, que tem; e mulher, sôgro, e sógra, tudo vai raso com pancadaria, e até de raiva abre a cabeça a hum filho; e quando o querem prender, pucha por estes, e aquelles privilegios, que tem, que só naquella intalação he que se lembra, que he homem de bem, e o quer persuadir aos outros (Abril, p. 11).

O *Espreitador* também aponta a falta de educação e de higiene, em contraste com a patente de fidalguia.

Desde que aquella familia alli mora, que se contão 14 annos nunca mais as paredes virão cal, nem o sobrado vio agua, mais do que aquella que por desmazello se entorna. O fartum logo que se entra tomba [...] O que se guarda em huma cómmoda com muito recato, são humas patentes antigas, por onde veio o Dom arrastado áquella familia [...] A Mãe na janella he quem regista os amantes das filhas. Tristes consequências, infeliz desarranjo! Maldita criação, desmazelado Pai! [...] A boa educação vale mais do que a nobreza. Rapazes entregues somente á materialidade, qual será o seu fim? Conheça quem os tem á sua conta, que a mocidade quer indispensavelmente tres P.P., pão para o sustento, páo para o castigo, e panno para se vestir. Honrados Pais são aquelles, que cuidão mais na educação de seus filhos, que em si próprios (Abril, p. 20-21).

Bem como as más companhias:

Serão cinco horas da tarde, quando vinha por huma rua hum asseado rapaz, com cara de moribundo, amparado por tres figurões destes de chapéo redondo, brinco na orelha, e cabeça de cão d'agua, sem se poder ter nas pernas, nem governar a cabeça [...] o desgraçadinho Tافل era filho de hum Pai honrado, e homem muito de bem; e que fôra feito bêbado por força, pelas más companhias, com que andava; porque sendo hum rapaz bem morigerado, até com Offício público, indo jantar a huma casa de pasto, guiado por cabeças de avelãs, o mettêrão no fim do jantar em huma grande diversidade de licores, não faltando *charotos*, que em Portugal se chamão cigarros, com que o fizerão fumar contra sua vontade: seguiu-se daqui ficar como bebado com o espirito das bebidas, e com a diabolica fumadura: de sorte, que fumando hum charoto inteiro, ficou de profundis, e a clamar com tantos despropósitos, que parecia berrarem-lhe nas tripas os diabos todos: ora queria brigar, ora camava nomes injuriosos á companhia, de fôrma que se obrigarão os seus collegas a levarem-no a casa naquelle misero estado (Julho, p. 8).

O periódico dá também lições de poupança aos leitores.

Ora como os tempos vão correndo com escacez, e carestias, tem isto aperfeiçoado muito os professores da economia. Agora de proximo apparece nesta Cidade hum homem, que para se livrar do vicio do tabaco, em lugar de caxa, traz sempre hum palito na mão; e quando lhe lembra tomar a pitada, faz com o mesmo palito humas cócegas no nariz, que o fazem espirrar seis, e sete vezes; e diz elle abertamente, que por effeitos do palito tem conseguido o fim, para que tomava tabaco, sem despeza alguma: e o mais he que até se livra de brindar os seus amigos, porque pitadas daquella qualidade não servem para nariz alheio (Novembro, p. 12).

Ainda a pretexto do vício do tabaco, José Daniel narra uma situação caricata, aproveitando para elogiar o intendente da Polícia Pina Manique, irmão do seu falecido protector, responsável pela iluminação pública de Lisboa, concluindo uma história que misturava confusão e superstição com um sensato «porque já os candeeiros e o luar não dão lugar a semelhantes enganos¹⁶³:

[...] huma familia numerosa vinha do Rocio, correndo espavorida para a parte do Passeio Público [...] gritando que no Rocio havia bruxas, que ella mesma vira muitos lumezinhos, que ora se accendião huns, ora se apagavão outros, e que até ouvira dellas muitas risadas [...] Quanto mais a velha affirmava, mais o Espreitor se soffocava de riso: quando sabidas as contas, as tais bruxasinhas erão alguns quatorze, ou quinze Aulistas, e Militares, que vinhão em fileira rindo, e conversando, todos de cigarro na boca, da nova invenção accesos, que com o escuro apparecião os lumes em fileira, e occultavão-se os vultos. Custou a desenganar desta verdade toda aquella espavorida gente, e nisto se mostra bem de que cor são os testemunhos do nosso tempo: succedeo isto em Dezembro, mas, graças ao Ceo, que estamos livres que torne a succeder; porque já os candeeiros, e o luar não dão lugar a semelhantes enganos (Julho, pp. 4-5).

II.5. Os alvos

Tal como em relação aos temas, o *Espreitor* evidencia uma predilecção por determinados alvos. É o caso dos jovens: um «rapaz de vinte anos [...] foi a pouco, e pouco roubando a Viuva, e fazendo fundo para commerciar sobre si» (Janeiro, p. 11); o «Cupidinho da moda», rapaz de vinte e um anos que tentou envenenar a mulher de setenta e dois (Maio, p. 13-14); os rapazes frequentadores dos touros: «Concorrem ao sanguinolento espectáculo [...] rapazes de todos os bairros, que deixão os porteiros estafados; porque hum mette-se, como furão, e foge-lhes para dentro, outro [...] escapa-lhes pelo telhado [...] até se vio já hum mandrião taludo pedir esmola, para ir ver os Touros» (Setembro, p. 3). Ou o malcriado que acabou por receber castigo:

Foi neste mesmo dia pelas oito horas da noite, que o nosso bom Espreitor encontrou no largo de S. Roque hum ajuntamento, onde vinha hum rapaz muito asseado vestido em corpo com duas estocadas [...] tinha o depravado costume de ser pouco honesto nas suas fallas em presença de Senhoras, e era um tólo o mais conhecido, que se tem visto, e atrevido com todas as meninas nas casas dos seus conhecimentos. Seguindo pela rua todos os ranchos de Senhoras, que via, sem medir a qualidade, sem respeito a quem as acompanhava, a tudo envestia [...] dizendo palavrinhas picantes, e descompostas. E hindo por aquella rua huma familia, com duas meninas bastantemente sérias, o tólo assentando que hião morrendo de amores por elle, tal graça lhe disse, e tão obscena, que hum tio, que as acompanhava,

¹⁶³ Ver acima p. 57, nota 143. Note-se o duplo sentido do verso «Que enches a Capital de tantas luzes» (COSTA – *Op. cit.*, p. 130).

inflammando-se, e puxando do seu espadim, lhe deo duas estocadas. Eis o premio dos atrevidos (Julho, p. 16-17).

Já não «rapazes», mas adultos jovens são os «tafuis»¹⁶⁴, seguidores da moda e dos desmandos dos novos tempos: «Rompendo a multidão de Povo, dando encontrões nos mais, que estão accommodados, entra hum grande Tافل enteriçado de pescoço, e todo o seu forte he querer ouvir Missa bem ao pé das Senhoras» (Junho, p. 2). E também

Eis-que o Tافل ouvio semelhante reprehensão, encheo-se de cólera, e quis saltar no velho. Levantou o velhinho da bangalla, vermelho como hum cravo d'arrochella, e atirou-lhe duas bangalladas. O Tافل, que se queria defender, e a necessidade o obrigava a murro soco, porque já se não usam floretes, pegou n'huma cadeira, para lhe atirar com ella. Huma Senhora para alli gritando *Á que d'ElRei*; a velha avó mettida em hum convulsão, com o pescoço estendido, que era hum molho de nervos, deo com a cabeça, e com os braços em hum peanoforte, e ficou debaixo delle: toda a mais Tافullaria a apartarem os dois, foi tal o barulho, forão taes os gritos, e tanta a desordem, que se deo tudo por acabado (Outubro, p. 16).

À «tafularia» pertencem naturalmente aqueles e aquelas que frequentam a igreja para namoriscar:

Acabou a Missa da Festa, a que assistirão indecentemente aquelles joviaes individuos, com trejeitos, desembaraços, e namorações: e são estes os primeiros que sahem fóra, fazendo duas alas ás Mães, e filhas, onde trovejão as risadas, chovem os ditos, e relampejão os olhos com taes geitinhos, que por milagre do Ceo não ficão tortos de hum a vez [...] alli vem tres delambidas, e tão grulhas, que parecem gralhas na fallacia, que se lhes ouve: hum a deixa cahir o leque nos degrãos do adro, fingindo descuido, e logo acha hum prompto mestre de ceremonias para lho levantar; outra finge que no lugar, em que estava, lhe ficara hum lenço, só para tornar a traz, e receber em hum escrito novas de seu avô torto [...] e he deste modo que aquella gente indiscreta fecha aquelle pio acto. Porém ninguém ignora, que a causa deste escandaloso comportamento nasce da mocidade d'agora estar em hum tempo, em que só se conduz pelo vicio, pela moda, pelo capricho, e pelas occasiões (Junho, p. 6).

A «desordem do mundo» – título do longo poema publicado nos folhetos de Agosto e Setembro – é, em grande medida, resultado do papel cada vez mais activo conquistado pelas mulheres no Mundo Novo: «Ter a mulher elevada/ Por mulher de grande estudo,/ Com genio de endiabrada;/ A mulher mandando tudo,/ E o pobre marido nada:/ Entenda-o quem o tem visto:/ Eu não sei entender isto!» (Setembro, p. 16).

As ciumentas são particularmente visadas.

[...] anda hum a mulher com seu marido, mas tão ciosa, que o desvia de todas as barracas, onde estão mais Senhoras [...] se o pobre por acaso

¹⁶⁴ Tافل, casquilho, peralta ou peralvilho são termos usados no *Espreitador* para designar, em tom pejorativo, os seguidores da moda – e do novo. Os equivalentes femininos são tafula, adela ou sécia. Ver acima, p. 38.

olhou para alguma com olhos de carneiro morto, adeos minhas encomendas! leva da mulher cada beliscão, que e parto (Março, p. 3-4).

Mas as «tafulas» ou «madamas» também estão debaixo da mira do *Espreitador*.

[...] huma Senhora muito tafula de modas, e de cara (deixe-me-lhe assim dizer, creio que todos entendem) muito formosa (Julho, p. 13).

Alli [à ópera] chega outra Senhora, attrahindo a vista de todos, e deixando alguns sem vista; e por este motivo lhe disparão todos seus tiros de luneta: e isto porque vestia huma túnica de transparente cassa, e tão transparente, que muitos a vião por dentro, fazendo esta Madama gala da nudez, em que se via. O que sendo observado pela *magna comitante caterva*, foi constante a assoada [...] a isto se expõe quem não olha para a sua decência (Novembro, p. 3-4).

A misoginia é ainda mais claramente assumida na fala de despedida do *Espreitador*:

[...] ha de haver maganão do rancho dos meus Leitores, que ha de estar á espera de que este Espreitador diga das Senhoras outro tanto [...] Porém deve advertir, que a delicadeza deste sexo faz com que elle o trate com o maior respeito; e não parecia bem, que elle dissesse, que as Senhoras usavão agora de coroa, e seta na cabeça, porque a tem tão leve, que já não sabem o que lhe hão de pôr, para lhes fazer pezo [...] Não havia de certamente lembrar-se de Senhoras, que levão quatro horas a vestir-se em casa, para apparecerem na rua quasi nuas [...] Às Senhoras modernas devo tudo, e tanto, que muito mais, (com perdão das mesmas Senhoras) eu tenho que dizer dellas; e dos productos das obras, que faço, até devia dar alguns dotes ás mais necessitadas, coitadinhas, visto terem sido o instrumento de alguma felicidade minha: isto he, fallando com as que são mais raparigas; porque as de cincoenta annos para cima, nenhuma precisão tem do meu acolhimento (Dezembro, p. 14-18).

As críticas mais acerbadas estão, contudo, guardadas para as mais velhas, somando o preconceito etário à misoginia, como foi referido acima. No último folheto redobra as invectivas:

Alegrem-se todas as velhas do tempo presente, que estão em hum Seculo, em que hão de ter sahida por força, o calculo he bom de fazer, e a razão he esta. Os homens velhos largarão as cabelleiras, que lhes encobrião a idade: pozerão-se de cabelo, e cabelo tão branco, que parece que trazem na cabeça hum reboco de cal. Nesta situação já as moças não Olhão para hum homem de calva á vela, e de cabelo ruço, porque a Cidade está contaminada de meninos amarrados, que sempre são outra qualidade de objectos; e os velhos, vendo que não pertencem a esta classe, aqui os temos namorando as velhas em timbre do desprezo, que as moças lhes fazem (Dezembro, pp. 18-19).

Os velhos são outro alvo fácil:

De outro lado se via hum velho impertinente, e namorado, teimoso em querer, que huma das senhoras lhe tenha amor; e tão doudinho estava o bom do velho, que já passava os limites da civilidade, cahindo em atrevido, e alguma cousa insoffrivel de palavras, parecendo-lhe, que por aquelle modo

faria o barco agua, sem se lembrar, que o homem ao abrigo da velhice, nunca deve perder os bons costumes, pois que já mais nada lhe resta, do que partir da velhice para a morte; e por isso deveria discorrer, que os moços nos seus vícios tem que combater só a razão, e os velhos a razão, e a vergonha.” (Outubro, p. 3).

O *Espreitador* investe também contra os casados mulherengos:

[...] aqui temos outra desordem; porque havia nesta função homens casados, namorando outras de fora, e algumas já com filhos sustentando o mesmo systema. Havia alguns mais commedidos, que se moldavão ao tempo, namorando pela sonça, e sem escândalo; outros contentavão-se de longe só com algumas gargalhadas: e esta namoricação risonha he a que os Tafues de bom gosto adoptão presentemente por menos trabalhosa; porque estamos em hum tempo, em que as Senhoras já não precisam escritos, feitiços, desmaios, e falladuras de noite: bastão os olhos d’agora, que a certos geitos dizem *amo-te* (Outubro, p. 4).

Não ficam imunes o «cavalheiro solteiro das Ilhas, da Provincia, ou da Côrte», que vive na ociosidade (Abril, p. 1-2); o usurário e o gastador, sua vítima (Janeiro, p. 12); os comerciantes monopolistas (Janeiro, p. 13); o jogador (Janeiro, p. 15); os políticos de café (Fevereiro, p. 3); os aspirantes a poetas (Fevereiro, p. 4); ou os murmuradores «que cortam nas vidas» alheias (Fevereiro, p. 18). E muito menos os tolos:

[...] assim como ha muitas diversidades de malinas, ha huma epidemia de tolices de differentes lotes: este nosso Espreitador, querendo indagar de onde provém os males, que tanto inquietão os viventes, e desordenão a máquina, achou que todos os damnos tinham a origem no contagio da tollice; e armando-se de paciência, e vagar, teve o bom gosto de contar nada menos que dezeseis classes de tôlos, isto he, dos mais circunstanciados, que bem definidos vem a ser: Tôlo bom, tôlo máo: tôlo manso: tôlo bravo: tôlo por arte: tôlo por natureza: tôlo presumido: tôlo de meia idade por diante: tôlo toda a sua vida: tôlo que se emenda: tôlo que julga por si os mais: tôlo que nunca se entende: tôlo que logo se dá a conhecer: tôlo que faz a outra gente tôla: tôlo que em tudo se mette: e tôlo para humas cousas, e de juizo para as outras (Dezembro, p. 2).

II.6. Conformismo político, conservadorismo social

O preconceito social é um sustentáculo do conformismo político do *Espreitador*:

Tres cousas são encarregadas ao bom Vassallo, amor ao Throno, submissão ás leis, e respeito aos Magistrados; perdida esta ordem, temos o Mundo reduzido á confusão de Babel. Ora como os homens velhacos, quasi sempre vivem pobres, que assim lho permite a Providencia, para venderem baratos os seus delictos (Maio, p. 4).

E o preconceito contra os pobres repete-se contra os saloios: «He nesta mesma Feira, que se vê quanto mesquinhos são os ânimos de gente saloya» (Março, p. 13).

A mesma mundividência leva José Daniel a apontar a dedo os lisboetas que, já em 1802, viviam acima das suas possibilidades.

O povo de Lisboa para alongar os seus dias deo na fina, que he comer, beber, e passear; e isto se prova com duas mil casas de pasto, e outras tantas de café, que ha na Cidade, sempre cheias a botar gente fora (Novembro, p. 10).

Em prosa e em verso: «Eu canto o luxo estafador das gentes,/ Que perde o louco Mundo» (*Opiada*, Parte I, Janeiro, p. 23).

Em contraponto ao conservadorismo predominante no *Espreitador* surge a denúncia do «divertimento bárbaro» dos touros, a par da condenação do racismo:

[...] não era justo, que elle [*Espreitador*] se descuidasse de entrar em hum sitio, como he huma praça de Touros, divertimento bárbaro, objecto, que sendo para rir, muitas vezes faz chorar. E como se tem prometido nesta obra atacar os vícios, preciso se faz, que o nosso Espreitador comprehenda na sua correcção este imprudente recreio, que principia por huma trópa de mandriões mascarados [...] saltou hum Touro á trincheira, depois de ter já estripado hum vaqueiro, morto hum preto, quebrado huma perna a hum dos Cavalleiros, e aberto a cabeça a hum curioso peralvilho de casaca, que sem entender nada daquillo, se metteo a esperto [...] Não havia mãos a medir para levar corpos para dentro, porque a Praça estava fazendo a vista de hum cemiterio. Foi então que o Espreitador ouviu a muita gente: *Nunca houve huma tarde mais divertida do que esta!* E até houve huma alma damnada, que disse: *Muito gostei, quando vi morrer o preto, forte Touro! pilhou-o bem em cheio; tive dó de o matarem á espada, eis-alli hum Touro, que devia ser guardado para outras occasiões* (Setembro, p. 1-8).

A denúncia do racismo volta a encontrar-se a propósito de um desacato na ópera:

[...] chega a outro camarote huma Senhora, que trouxe consigo [...] huma velha, huma mulata, e huma pretinha, que era a sua familia. Faz isto hum tal rumor na platéa, que ninguém se entende com o alarido: batem-lhes huma marcha de páos, e coices, fervem os assobios, e a final temos a casa da Ópera tornada em praça de touros (Novembro, p. 3).

II.7. Na pré-história da reportagem

Alguns episódios que alimentam os folhetos mensais prefiguram a reportagem ou a crónica de costumes, instantâneos da vida da cidade. É o caso da história que levou dois burlões à cadeia:

[...] dois marujos amarrados, com os crimes de contrabandistas, e ladrões de subtilidade. Ouvião-se contar pelas Praças de Lisboa mil historias de astutas ladroeiras, e ninguém conhecia os tratantes, donde ellas emanavão, até que felizmente se descobrio a malhada; porque andando aquelles dois individuos accomettendo de dia algumas pessoas de bem, para que lhes comprassem latas grandes de chá, em huma compra, que se fez de quatro latas das mesmas, veio o sujeito comprador muito contente á loja de um Capellista seu amigo, sem se fatar de gabar o acerto, que tivera, tanto por ser muito barato, como pela boa qualidade [...] porém como cada lata só trazia ao de cima tres

arrateis de chá bom, ainda agora está nas balanças a sahir serradura, que he o que vinha por baixo [...] sahio da loja, e ainda teve a felicidade de encontrar naquelle dia os reprovados negoceadores, que fez logo prender: de que se tem seguido confessarem toda a qualidade de crime; e o mesmo que succedeo com o chá, succedia com rapé, com açúcar, e com toda a qualidade de género, que pudesse admittir semelhante engano. Nunca se vio em Lisboa serradura mais cara (Maio, p. 14-15).

Uma romaria frustrada à Costa justifica a extensão da transcrição:

Foi a cinco deste mez, que cinco sугeitos de fabrica moderna convierão em fazer huma função de romaria ao sitio da Costa, por quererem tirar o ventre de miséria de peixe: e onde se poderia pilhar mais fresco, do que alli ao tirar da rede? Oh gostosa caldeirada [...] Esperem os pargos, detenhão-se os roballos, não appareção por ora os gorazes, nem os congros, em quanto estes cinco viajantes se não põem a caminho para os tirar do lanço! [...] Pelas seis horas da manhã embarcou o rancho no Caes da Pedra com excessivo contentamento; e de alforje sómente hum cruzado novo de pão [...] todos em jejum para poderem abranger a grandeza da caldeirada. Chegárão a Cacilhas [...] Apenas o rancho saltou no Caes, saltarão tambem no rancho vinte e dois garotos de grande marca, offerecendo burros ás Senhoras [...] Tantas erão as Senhoras, tantas forão as quedas, que se derão [...] o machinho de sella, que era manhoso, se pôz aos couces de forma que sacudio o cavalheiro, abrindo-lhe a cabeça na esquina de huma pedra [...] Chovem lenços a apertar a cabeça do enfermo, elle branco como a cal da parede, esforça-se por não se mostrar maricas [...] Chegou o rancho á Costa, e dado á costa com fome do tamanho de todo aquelle areal [...] o mar encapellado, e negro, relampagos successivos, trovões amiudados, e agua a cantaros, fazia tudo huma caldeirada, que se não podia tragar [...] Desenganado pois o rancho de que não havia com que matar a fome, já corrião as barracas daquelle sitio, onde não acharão mais que duas postas de bacalhão muita encortiçado, e quatro cebôlas cozidas [...] Desconsoladamente votou o rancho das Senhoras em marchar logo daquellas praias, e pondo-se tudo outra vez a caminho com caras de Monges d'Arrabida, se até alli as tinham de Anjinhos de presepio, chegarão a Cacilhas pingando: e naquelle lugar, com carapás fritos, que foi o que se achou, puzerão huma rolha na boca á fome. Houve suas descomposturas [...] e mais palavra, menos palavra, affretou-se huma falúa para ser transportado o rancho para Lisboa. Vinhão aquellas almas capazes de se pedir para ellas; porque vinhão ensopadas, agoniadas, esfaimadas, enxovalhadas, zangadas, e tudo o mais, que aqui se lhes poder ajuntar, que acabe em adas (Agosto, p. 8-12).

Ou ainda o relato de uma assembleia (festa) em casa de uma viúva com seis filhas:

[...] todas cantavão, e bailavão bem o lundum, davão todos os dias a sua partida em casa, com chá, fatias, e modinhas Brasileiras, e a Mãi muito gostosa de ver as meninas tão obsequiadas dos concorrentes. Era hum gosto ver os differentes estafermos, que alli se juntavão; nunca se vio pobreza mais alegre; espera-se, que em poucos mezes sáião á luz todas casadas, levando por dote as encantadoras prendas [...] Seriam dez horas da noite: criada aos gritos entalada numa fresta do muro do quintal quando tentava passar para o quintal vizinho para ir ter com o namorado. Foi preciso vir um pedreiro deitar abaixo parte do muro para soltá-la (Outubro, p. 7-8).

II.8. Auto-promoção

A exemplo dos outros periódicos da vasta obra de Rodrigues da Costa, o discurso auto-legitimador é uma constante no *Espreitador*¹⁶⁵. Não falta sequer a polémica com intuitos auto-promocionais, na «Resposta a um papel intitulado Contra Ópio ou defeza das mulheres, contra os poemas satíricos de JDRC», incluída no folheto de Setembro, e a resposta a cartas de leitores (reais ou fictícias):

Meu Amigo, trabalhe a inveja como quizer, que lhe não posso chamar outra cousa: hei de escrever, hei de compor, e hei de lucrar, huma vez que o Ceo me pôz nesta ordem de vida para a minha subsistência: não devo desprezar, nem pôr em inacção esta pouca habilidade, que foi servido conferir-me (Junho, p. 18).

Uma dessas respostas termina de forma curiosa, com um *post-scriptum* rematado por um provérbio ainda hoje em uso: «P.S. *Se quer campar de discreto,/ Faça huma obra bem feita;/ Mas olhe que quem torto nasce,/ Tarde, ou nunca se endireita*» (Agosto, p. 15).

O autor dirige-se ao leitor por mais de uma vez para justificar o tom do periódico:

Ou estes Folhetos sejam em parte mais jocosos, ou mais sérios, com tudo sempre são mais úteis, que sátiras determinadas, com que alguns Poetas se degolão huns aos outros.... Quem assignala o homem no Mundo por máo, ou por bom, são as virtudes, ou os vícios; e por isso não há tempo mais bem empregado, do que quando se louvã aquellas, e reprehendem estes.” (Maio, p. 21). “A graça, para deleitar, ha de ser natural, e decente; a moral para instruir nunca deve exceder os limites da civilidade, para que não degenerem em sátira.... Que bonita cousa he reprehender-se o vicio com prudencia, e louvar-se a virtude com juizo!” (Novembro, p. 2).

Da campanha auto-promocional faz parte o discurso de despedida, no folheto de Dezembro, que serve para publicitar o periódico seguinte, de modo a angariar as tão necessárias assinaturas:

Acabou-se a obra, acabou-se o anno, e sinto a paciencia tambem quasi extincta com estas Obras Periodicas. Eu bem vejo que o Público necessita de hum divertimento decente, como este; mas esta curiosidade insensivelmente vai arruinando de todo a minha pouca saude. Porém se os meus benignos Assignantes, que tanto me tem lisongeados, e obrigado com as suas promptas assignaturas, quizerem, apesar do meu incómodo, que eu lhes continue este divertimento, vão pôr com muita pressa outros dez tostões na loja da Gazeta, com os nomes das ruas em que morão, e os números das suas portas, que sempre lhes darei á luz para o anno, que vem de 1803 Folhetos, que mereção esta quantia em huma Obra periódica, intitulada: *O Barco da Carreira dos Tólos* (Dezembro, pp. 16-17).

¹⁶⁵ Ver BOURDIEU, Pierre – «Le champ littéraire». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* [Em linha]. Vol. 89, Nº 1, 1991, p. 3-46. [Consult.02.11.2017]. Disponível em http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_89_1_2986.

II.9. O dito e o não dito: ambiguidade do humor

No *Espreitador*, como aliás nos outros periódicos jocosos de José Daniel Rodrigues da Costa, há silêncios significativos. Nem sombra de um remoque à igreja, ao clero ou à Inquisição, nem uma referência – a não ser reverente – ao poder e à ordem vigente. A cautela em não personalizar as suas arremetidas não visa apenas protegê-lo de litígios¹⁶⁶. Insere-se numa tradição secular que, já na Idade Média, destrinchava o escárnio do maldizer¹⁶⁷: José Daniel distingue entre a sátira e a repreensão dos vícios – uma «crítica jovial» (Dezembro, p. 17), precursora do humor irónico que faria escola na literatura portuguesa a partir de meados do século XIX¹⁶⁸.

O periódico toma como alvo aqueles que se afastam da norma, os seguidores das modas e os apologistas do novo. Quando especifica «he a moda em França» (Junho, p. 32), o que pretende atacar é o potencial apelativo das ideias provenientes de além-Pirenéus, num contexto em que, não obstante a Revolução já ter «terminado», na sequência do golpe de 18 do Brumário, o primeiro cônsul Bonaparte estava em vias de tornar-se o imperador Napoleão – e de incendiar o Mundo Velho. A crítica de costumes e das modas no *Espreitador* visa a novidade pela novidade, mas não só: serve o propósito de perpetuar o *statu quo*. Ridiculariza o Mundo Novo e promove uma visão idealizada do Velho. O «senhor Terramoto» é responsabilizado pela nova desordem de costumes, de hierarquias, de um novo e perturbador relacionamento entre patrões e empregados, mestres e aprendizes, marido e mulher, pais e filhos.

O *Espreitador* critica de forma veemente, mordaz, jocosa a ambição de subir na vida. Quem fura a barreira do estatuto social é ridicularizado sem contemplações: o caixeiro que se atreve a andar de cavalo de sela em vez de burro de albarda, como as vizinhas que passam a tratar-se por donas. O preconceito de género alia-se ao preconceito etário e a misoginia torna-se cruel na descrição implacável das velhas que querem parecer mais novas e das que ousam casar com homens mais novos. Aí é constante a tirada moralista com laivos de fatalismo – casamentos desiguais votados ao fracasso, muitas vezes à tragédia e ao crime (o marido de vinte anos que tenta envenenar a mulher septuagenária).

Assinalem-se, porém, duas exceções ao conservadorismo generalizado: o distanciamento do racismo e do «divertimento bárbaro» das touradas. Em duas ocasiões

¹⁶⁶ Ver acima p. 29, nota 123, e p. 66.

¹⁶⁷ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, p. 29.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 31-35.

– na praça de touros e na ópera –, critica a desumanidade da «alma danada» que se diverte com a morte de um negro pela investida do touro (e que ao mesmo tempo «teve dó» de matarem o touro à espada) e a celeuma gerada no teatro lírico pela chegada de uma senhora que levou para o seu camarote «uma mulata e uma pretinha», a quem tratava como se fossem da família.

Além de veicular conteúdos destinados a obter vantagens pessoais para o autor – lembre-se o constante discurso de auto-legitimação e de auto-promoção, bem como o elogio de Pina Manique, irmão do protector de José Daniel, no episódio dos cigarros que conclui com a referência laudatória à iluminação pública, obra do intendente – o humor do *Espreitador* é conservador e conformista do ponto de vista político¹⁶⁹ e social¹⁷⁰.

¹⁶⁹ «[...] amor ao Throno, submissão ás leis, e respeito aos Magistrados; perdida esta ordem, temos o Mundo reduzido á confusão de Babel» (Maio, p. 4).

¹⁷⁰ «[...] os homens velhacos, quasi sempre vivem pobres, que assim lho permite a Providencia, para venderem baratos os seus delictos» (*Ibidem*).

CAPÍTULO III. «GATO ESCALDADO, ETC.»: LUGARES-COMUNS, PROVÉRBIOS E BORDÕES

III.1 Em busca das origens dos «idiotismos»

A par de outras estratégias retóricas utilizadas por José Daniel Rodrigues da Costa nos seus periódicos para obter efeitos jocosos, o autor recorre a expressões populares, provérbios e lugares-comuns¹⁷¹. Mas não se contenta em reproduzir esses adágios no contexto das «petas»: propõe-se, com frequência, indagar a sua origem. Por vezes, à falta de melhor explicação, sugere ele próprio uma genealogia cómica.

Logo no segundo folheto do *Almocreve de Petas*, no episódio que ganhou notoriedade graças ao soneto de Bocage «Ao machucho poetarrão»¹⁷², encontram-se as expressões «vender gato por lebre» e «gato escaldado de água fria tem medo»¹⁷³. Esta última tem a particularidade de aparecer truncada («gato escaldado, etc.»), fazendo jus a outro lugar-comum cuja origem o autor do periódico explicará mais tarde: «a bom entendedor, meia palavra lhe basta» (*Almocreve*, CXV, p. 5).

A origem de expressões que se tornaram populares pelo uso generalizado é um tema presente ao longo do *Almocreve de Petas*. O autor refere-se-lhe logo na Parte XIV, num dos anúncios facetos incluídos na secção Avisos, a fechar o periódico¹⁷⁴.

O autor volta ao assunto meses mais tarde, apresentando-o como uma investigação de um colaborador do jornal sobre a origem de expressões idiomáticas («idiotismos»). De notar que algumas dessas expressões continuam a ser usadas na

¹⁷¹ Ver SANTOS, Maria do Carmo dos, BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico – «A Sátira e a técnicas retóricas nas cartas jocosas de O Almocreve de Petas (1798-1799)», *Cadernos Literários*. Vol. 23, n. 1, 2015, p. 60-84; MOSS, Ann – *Printed Commonplace-books and the Structuring of Renaissance Thought*. Oxford: Clarendon Press, 1996; LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 236-238; e POÇAS, Licínio – *Vade-Mécum de Lugares-comuns*. Lisboa: Arcádia, 2012.

¹⁷² BOCAGE – *Op. cit.*, p. 268-269. Ver acima, p. 30, nota 125.

¹⁷³ «[...] e aqui temos nova bulha; porque hum dos meus Senhores da função, por tolo, cahio em descobrir ser elle hum dos que vendêrão gato por lebre, de que se seguio miarem-lhe todos, e ficar muito bem arranhado de pescoções; e he para acreditar, que não tornará a ser inventor de peças, porque gato escaldado, &c.» (*Almocreve*, II, p. 4).

¹⁷⁴ «Por detraz das casas, que ficão da parte da Praia, defronte de huma tenda, que terá batatas á porta, no segundo andar á esquerda, se estabeleceo huma Aula de fallar perfeitamente a Língua de Preto, de Algarve, e de Galego, com explicações da Lingua Portuguesa, aonde se faz ver, com a maior facilidade, a origem de algumas frases, como por exemplo: *disse das bogas: barbas te deo Maio: tem dente de coelho: aqui torce a porca o rabo*, etc. As pessoas, que lá não quizerem hir, o poderão fazer» (*Almocreve*, XIV, p. 8). Noutro «aviso» é anunciada a publicação da «História da Carochinha»: «Sahio á luz o primeiro Tomo da Historia da Caroxinha, com tudo quanto lhe pertence, e traduzida por hum genio habil para divertimento da mocidade, e tem no fim hum bonito *Epicedio á morte de João Ratão*; fica-se apromptando a continuação desta Obra, se vv. mm. quizerem» (*Almocreve*, XL, p. 8).

actualidade (como por exemplo «essa é de cabo de esquadra»), não obstante as modificações sofridas ao longo dos últimos dois séculos, designadamente por corruptela, caso de «deu com tudo em pantana» («pantanas») ou «disse das bogas» («das boas»)¹⁷⁵. No folheto seguinte propõe a explicação da origem de «andar em papos de aranha» e «velho gaiteiro», além das hoje em dia menos familiares «caros alhos, compadre», «não me peça demasias» ou «sabe a gaitas»¹⁷⁶.

Após um interregno de meses, o «amigo aplicado» ao estudo retoma a sua investigação e esclarece a origem de aforismos ainda correntes no século XXI, como

¹⁷⁵ «Rua d'Atalaya 25 de Abril. O Amigo aplicado a experiencias económicas mostra que se tem cansado em depurar a nossa Lingua Portuguesa, pela seguinte Dissertação, que offerece. Todas as Linguas tem seus idiotismos particulares, e palavras, que se introduzem, que no fim dos Seculos ficão confundidas, por se ignorar a sua derivação: nós faremos hum beneficio á Posteridade, se memorarmos a origem de algumas frases, e palavras, que temos no nosso Idioma, como por exemplo: *deo com tudo em pantana: essa he de Oeiras, ou de Cabo de Esquadra: disse das bogas: fez vispere*; e estas serão o assumpto da presente dissertação. Nós chamamos ás lagoas *Pantanos*; e porque segundo a gentilidade, o Averno era cortado de rios, e lagôas, lhe chamarão Reino Pantanoso, daqui veio *corrupto vocabulo* chamarem *Pantana* ao Tartaro, ou Inferno, no sentido Poetico; e porque de lá não torna a vir nada, por isso quando alguém decipa dos seus bens, se diz, *deo com tudo em Pantana*, que he o mesmo que dizer, perdê-os para sempre.

A Oeiras foi um Cabo de Esquadra procurar onde morava seu Pai, que lhe queria fallar, e tomar-lhe a satisfação porque morreo, e não lhe deixou nada; e como esta asneira foi remarcavel, por isso quando se ouve alguma muito grande, dizemos: *essa he de Oeiras: essa he de Cabo de Esquadra*.

Huma cozinheira estava frigindo humas *bogas*, teve fome, comeo humas poucas; perguntou-lhe a dona da casa por ellas, e a moça imputou a culpa ao gato: hum Papagaio, que observára tudo, revelou o segredo; a moça em vingança atirou-lhe com agua fervendo á cabeça, de sorte que o pelou, melhorou o Papagaio, e estando hum dia á janella, vio vir hum calvo, então lembrado do seu caso, gritou, *ó calvo, tambem tu disseste das bogas?* E eis-aqui donde vem este ditado» (*Almocreve*, LIII, p. 5-6. Negritos meus).

¹⁷⁶ «Hum homem sabendo que seu Compadre hia á Feira; deo-lhe hum peça, por não ter outro troco, para lhe comprar duas navalhas de meio tostão, hum vara de panno de linho de doze vinténs, três varas de fita preta de três vinténs, e quatro resteas de alhos: o Compadre quando veio, trouxe-lhe todas as encomendas, mas não lhe deo demazia; o outro deixando-se de comprimentos, pedio-lhe o resto, a que o Compadre respondeo: *não me peça demazias, porque duas navalhas a 50 réis fazem 100, com 240 de panno faz dezesete, com três varas de fita a 60 réis faz 520, e o resto foi o que custarão as quatro resteas de alhos, a que v. m. não estipulou preço*; respondeo o outro logo: *caros alhos Compadre*; e porque este caso foi público, daqui vierão os dous ditos.

Todos os homens antigos tinham por costume aprender a tocar gaita, mas pelas suas distracções nunca vinhão a ser perfeitos, senão quando erão velhos, e então como já o seu toque não enfastiava, tocavão continuamente; como isto era quasi geral, em se vendo hum *velho*, já lhes chamavão *gaiteiro*: e como a estes homens nada mais lhe agradava que o toque da sua gaita, e he uso todos tirarem as comparações do Officio, de que fazem vida, como v. g. o Marujo, quando quer dizer que chegou, diz: *fiz hum bordo*, quando quer dizer, Fulano, vai depressa, diz: *leva vento em popa*, assim estes tocadores, como achavão tanto sabor no seu toque, quando explicavão que alguma cousa lhe sabia bem, logo dizião: *sabe a gaitas*.

A aranha, insecto bissexo, na sua propagação forma huns pequenos saccos, ou papos cheios de humor espermatico, donde, passados alguns tempos, nascem immensos aranhões; porém primeiro formão hum tã, donde os pendurão; mas as criadas de servir quando varrem a caza, em vispando estes papos, pregão-lhe tamanha vassourada, que os lanção pelos ares com tã, e tudo, e por isso quando alguem anda de esquentilhão, ou faz alguma cousa depressa, atabalhoadamente, logo se lhe diz: *que tudo vai em papos de aranha*» (*Ibidem*, LIV, pp. 5-6. Negritos meus).

«burro velho não aprende línguas»¹⁷⁷ ou os já citados «gato escaldado de água fria tem medo»¹⁷⁸ e «para bom entendedor meia palavra basta»¹⁷⁹. O adágio que começa por «da mulher e da sardinha» é, actualmente, mais conhecido pela variante «quer-se da mais pequenina»¹⁸⁰. Pelo contrário, «vá encostar-se ao que comeu hoje» parece ter caído em desuso¹⁸¹.

No periódico lançado por José Daniel Rodrigues da Costa para suceder ao *Almocreve de Petas, Comboy de Mentiras*, cuja primeira edição data de 1801, é apresentada uma curiosa proposta sobre a origem da expressão de ameaça «ir ao canastro», incluída num mapa sobre os diferentes tipos de jogos, incluindo os jogos de cartas¹⁸².

III.2. «Adágios de carregação»

Outra espécie de lugares-comuns são os modismos ou «adágios de carregação», como lhes chama José Daniel – frases que «pegam» e ficam na moda, invadindo o discurso até que caem em desuso, desaparecendo por vezes tão rapidamente como chegaram. O *Almocreve* enumera algumas:

De cada vez se vai aumentando, e enriquecendo mais a nossa língoa Portuguesa, com adagios de carregação, huns que vem nos comboios nas bocas da equipagem dos Navios, outros compostos pelos brejeiros cá Nacionaes, que tanta honra dão á Praia de Santos, e ás tabernas de Lisboa:

¹⁷⁷ «He o tempo voraz destruidor da natureza [...] na idade da decadencia, esfria o sangue, nubla-se o cérebro, e as potencias da alma desvigorizam-se, e destas primicias se tira, que **burro velho não aprende língua**» (*Ibidem*, CX, pp. 4-5. Negritos meus).

¹⁷⁸ «A cada momento observamos immensas provas; todos os animaes conservão idéas como já disse, e tem reminiscência, ou maior, ou menor conforme a disposição, ou organização do animal mais, ou menos perfeito, buscando cada hum o bem, e temendo, ou fugindo ao mal; por cujo motivo se prova, que o **gato escaldado da agoa fria tem medo**» (*Ibidem*, CXII, p. 4. Negritos meus).

¹⁷⁹ «[...] o homem intelligente combina, e deduz das primicias o concluso das cousas, segue-se, que **para o bom entendedor meia palavra basta**» (*Ibidem*, CXV, p. 5. Negritos meus).

¹⁸⁰ «Quando a natureza excede, ou transcende os limites taxados, ou marcados pela mesma natureza, as suas producções são mais fracas, ainda que sobresaíam em tamanho: as pessoas de figura agigantada quasi sempre são pusilânimes [...] assim o espirito proprio para animar huma pessoa mediana em estatura; enserrado em corpo pequeno, fica muito opprimido, e quer por todas as partes rebentar: este he o motivo porque gente pequena tem sempre o coração ao pé da boca: ora como estes argumentos servem para ambos os sexos, e igualmente para os animaes, os quaes tambem são dotados de huma alma irracional, mas que opera com analogia á nossa, se prova claramente que não errão os sábios quando dizem que **da mulher, e da sardinha, nem da maior, nem da mais pequenina**» (*Ibidem*, CXIV, pp. 5-6. Negritos meus).

¹⁸¹ «[...] donde se segue, que todo o homem para continuar a viver, necessita comer, o qual nisto vai buscar hum encosto para a natureza, e por esta mesma razão não he destituído de fundamento o dizermos: **vá-se encostar ao que comeo hoje**» (*Ibidem*, CXIII, p. 6. Negritos meus).

¹⁸² «**Canastras**. Foi este jogo inventado pelos aprendizes dos canasteiros de Casellas, no 4º anno das testemunhas falsas, em que seus mestres por causa deste jogo lhes tem feito ver por muitas vezes o fundo da canastra; e deste mesmo jogo se tirou o termo político de cada hum dizer no meio da sua ira, **olha que te vou ao canastro**» (*Comboy*, 15, p. 10. Negritos meus).

que sequito não teve, *Está bom José põe lá?* quanto se não louvou: *ó carinhas vamos às Barraquinhas?* Que immensas vezes se não repetio por mofa aos Valentes: *tenha dó que faz a creança em pó?* Porque bocas não andou: *pois sim mata-te bem que a macaca logo vem?* Onde fica a memoria: *de Izabel Beata com o seu treliquetim, treliquetim, treliquitó*, onde fica: *Poe a meza Louricá com o seu Zigue Zágue?* (*Almocreve*, CVIII, p. 1).

Uma frase suscita particular interesse ao editor: «Ó paisinho compra o melro?» Seria, na altura, recente – «um novo ditado» – e de uso generalizado: «domina em todas as ruas». José Daniel dedica-lhe uma explicação minuciosa¹⁸³.

Outros aforismos curiosos, alguns usados ainda hoje com o mesmo significado, surgem no *Almocreve de Petas*, como «morra Marta, morra farta»¹⁸⁴, «ir buscar lâ e vir tosquiado»¹⁸⁵, «quem espera por sapatos de defunto morre descalço» (truncada)¹⁸⁶, «achar uma agulha num palheiro»¹⁸⁷.

No *Comboy de Mentiras*, assinale-se a referência à expressão «esperem-lhe a pancada», hoje mais usada na variante «esperem-lhe pela pancada», numa lista das «várias qualidades a que são propensos os homens», como atributo dos «dissimulados»¹⁸⁸.

¹⁸³ «Ora se estes, e outros ditérios tem merecido a maior aprovação nesta incansavel qualidade de gente, porque não descobriremos a origem de hum novo ditado que hoje domina em todas as ruas: *Ó Paisinho compra o Melro?* Soavão as trombetas, as rabecas, os tambores, as trompas, as castanholas, e as marimbas [...] a gritaria [...] que acompanhava o instrumental tudo deixava perceber, que era festa de Pretos: hum Mestre Çapateiro curioso de todos os quatro costados, que se não dava hum espirro na rua, que elle não soubesse logo quem o tinha dado [...] destrancou a porta, para ver o que aquillo era, mas como sentisse que a folia hia para diante, foi acompanhar o farrancho, e com o escuro da noite introduzio-se na manada [...] depois de uma grande balharota, e tocadella, se determinou o brequefesta [corruptela de *breakfast*] da côdea [o sapateiro comeu e bebeu até que...] deu hum espirro, aqui encordoarão todos, repararão no intruzo, e disserão: *que quer cá este Merro*. O Mestresinho enfeitou-se logo, e respondeo: *Este Melro vende-se, se algum tem barbas de o comprar ha de lhe custar caro*, huns algarves que estavam pelo mar, dentro de hum bote entrarão a gritar, *ó Paisinho compra o Melro*: enfureceo-se o Çapateiro, prega hum bofetão em hum dos pretos, atirão-lhe estes com as garrafas, chama-se pela ronda, fojem os festeiros, e foi o pobre Mestre com cara de bezerro para o Limoeiro; e daqui vem que quando se diz a hum preto *ó Paisinho compra o Melro?* elle muito soberbo responde: *tem gaiora?* Que he o mesmo que dizer *quer cadeia a horas de ceia*» (*Almocreve*, CVIII, p. 1-2).

¹⁸⁴ «[...] não me querião dar de comer, mas erguime, e fui ao almario, e dixe, morra Martha, morra farta, e dei na pá do bucho com meio arratli de assucari mesmo crú, que pilhei; mas inda aqui estou» (*Ibidem*, XVI, p. 4).

¹⁸⁵ «.....o miserável, que não levava real, não teve mais remedio, que deixar as fivellas de prata dos çapatos, succedendo-lhe o mesmo, que succedeo ao Amado, que foi buscar lâ, e veio tosqueado.» (*Ibidem*, XVI, p. 3)

¹⁸⁶ «[...] o pobre homem consta que foi para casa descalço esperar pelo pobre, a quem fez a esmola, como quem espera por çapatos de defuntos» (*Ibidem*, XXVIII, p. 1-2). Cfr. o filme *Quem Espera por Sapatos de Defunto Morre Descalço*, de João César Monteiro (1971).

¹⁸⁷ «*Victorina Thereza de Biscaia* perdeo os dias passados huma agulha de cozer [...] indo buscar hum cesto de palha a hum palheiro para botar huma gallinha; e porque a dita agulha lhe faz grande falta para as suas costuras [...], promete boas alviças a quem lha entregar, porque sabe que nesta Cidade ha gente capaz de achar *huma agulha em hum palheiro*» (*Almocreve*, LIII, p. 8).

¹⁸⁸ «Certos observadores, que ha neste Reino Petista, tomárão por sua curiosidade a empreza de descortinarem as varias qualidades a que são propensos os homens, dos sinaes apontados da lista

Quatro anos depois, no *Hospital do Mundo*, o autor usa, invertendo a ordem habitual da frase, um provérbio ainda hoje em voga: «o segredo é a alma do negócio», a que acrescenta: «a graça da panela é o sal, a alegria do mundo é o sol e a máquina eléctrica dos Autores é o gasto das suas obras»¹⁸⁹.

No mesmo periódico surge ainda o adágio «dá Deus nozes a quem não tem dentes», num contexto inesperado que lhe confere comicidade, com uma nota de humor negro na «receita» final¹⁹⁰.

Ao criticar um dos seus alvos favoritos – os velhos que se desviam da norma social vigente, assumindo comportamentos que se esperava fossem exclusivos dos jovens –, o conformista José Daniel, obediente à máxima «Nunca contrafaça a natureza» (*Hospital*, VII, p. 17), cita um provérbio hoje pouco usado, mas corrente pelo menos desde o século XVI: «enfeitai o cepo, parecer-vos-á mancebo»¹⁹¹.

seguinte; e aqui se remette para cada hum de per si ver se está nella incluído [...] O dissimulado – *Esperem-lhe a pancada*» (*Comboy*, 14, p. 8).

¹⁸⁹ «Cada vez estimo mais empregar-me nestes Folhetos, porque me recreio, e applico; e como todos temos obrigação de não sermos ociosos, antes quero que se diga de mim: *muito tem trabalhado este homem!* do que se pergunte, *em que occupa este homem o seu tempo?* Nestes termos ajudem-me Vv. mm., e verão como me animo á empreza; **a alma do negocio he o segredo**, a graça da panella he o sal, a alegria do mundo he o Sol, e a Máquina Electrica dos Authores he o gasto das suas Obras» (*Hospital do Mundo*, VI, p. 21-23. Negritos meus).

¹⁹⁰ «ENFERMEIRO.

Aqui está, Senhor Doutor, este homem, que assim como ha muitos, que se sangrão em saude, assim quer elle arrancar todos os dentes da boca, não lhe doendo, nem tendo hum só, que seja podre; e vem aqui para saber se desta operação lhe póde resultar algum prejuizo; porque a perigar a sua vida, então não se quer expôr; mas desenganado de que se lhe não seguirá damno algum, está resolvido a começar a operação. Quando tal lhe ouvi, fiquei mais tôlo do que elle; e querendo indagar a origem de semelhante mania, respondeo-me: que elle possuía huma fazenda muito abundante de nogueiras, as quaes, logo que comprou a dita fazenda, lhe davão lucro sufficiente para a sua subsistencia; porém que ha dois annos a esta parte, lhe não dão as nogueiras nem huma só noz: o que lhe tem feito huma differença grande nos seus interesses. E como sempre ouvira dizer a muita gente: **dá Deos nozes a quem não tem dentes**, he a razão porque quer arrancar os seus, para ver se as nogueiras assim lhe produzem, lembrando-se que do mal o menos, que antes não ter dentes, do que morrer de fome.

MEDICO.

Com effeito custa a crer o que se passa neste Hospital, e a variedade de juizos, que se encontram por esse mundo! Huns querem arrancar os dentes para terem nozes, outros darião quantas nozes há por terem dentes. Pela informação, vejo que esse homem acha certa antipathia entre as nozes, e os dentes: e com effeito não se engana, que se tem quebrado muitos dentes, por quererem partir nozes. Se elle semeando os seus dentes, lhe nascessem nozes, era justo que arrancasse a dentuça; porém como isto não he da ordem da natureza, e esse homem no seu modo de pensar he hum tôlo de cabeça esquentada. *Recipe*. Huns banhos do mar, e estar sempre acompanhado de alguém, que o vigie; porque não succeda pôr os dentes com outro dono; e de repente, sem que elle o saiba, cortem-lhe as nogueiras da fazenda, para lhe fazer perder por este modo o prejuizo, em que está do ditado que ouvio. E se ainda assim persistir na mesma teima, enfermaria dos doudos com elle, que em lugar de nozes, cá se lhe darão as amêndoas» (*Ibidem*, VII, p. 9-10. Negritos meus).

¹⁹¹ «Quer V. m. huma lista das modas, talvez lembrando-se do adagio *enfeitai o cépo, parecer-vos-ha mancebo*. Que importa que as casas tenham novo o frontespicio, se o madeiramento interior se desfaz em caruncho! Órgão velho, faltando-lhe algumas teclas, tudo quanto sôa he desafinado; e por mais que o pintem por fôra, nem por isso muda de tom. Huma lista de modas, usadas por hum homem de sessenta e nove annos, fazem nelle tanto effeito, como huma vela acceza posta á luz do meio dia»

III.3. Bordões «enjoativos»

Diferentes dos aforismos e dos provérbios são os bordões de linguagem, usados sobretudo na oralidade para tornar o discurso mais fluente. A atenção crítica que lhes dedica José Daniel, enumerando-os em jeito de aviso aos leitores, sempre com uma nota de ironia, é sinal da importância atribuída à oralidade: os folhetos destinavam-se, em larga medida, a ser lidos em voz alta, perante uma audiência¹⁹². Numa sociedade composta por uma maioria esmagadora de analfabetos, o seu êxito residia na atracção que exerciam não apenas junto dos leitores, mas, sobretudo, dos ouvintes.

Avisos. *Pimentel Torrado da Costa* avisa ao público, que vista a grande falsificação de bordões, que hoje se vendem para os instrumentos, elle tem huma grande partida delles, que são verdadeiros, e bons, pois apenas falla, diz mais de cem vezes: = *foi elle* = *com effeito* = *vai se não quando* = *não tem dúvida*: além de outros que tem ajuntado de varias pessoas, como por exemplo = *vamos ao que importa*: = *ora pois*: = *quero dizer*: = *tal sim senhor, e cousa que o valha*: = *todavia*: = *deixe-me assim dizer*: = *por exemplo*: = *faça v. m. de conta*, etc. toda a pessoa que delles precisar fique sem elles, se os não quizer (*Almocreve*, CXIV, p. 8)¹⁹³.

Também o *Comboy de Mentiras* trazia «avisos». Um deles anunciava: «Sahio á luz *Arte de fallar Portuguez por espaço de duas horas sem se entender palavra*, segundo o affectado modernismo: o mais fica para a vista» (*Comboy*, 21, p. 16). E logo no folheto seguinte voltava ao tema dos bordões, sublinhando ser o seu uso «enjoativo»¹⁹⁴.

(*Ibidem*, IX, p. 20). Ver SANTOS, Maria do Rosário Calisto Laureano – «A *Comédia Ulissipo* de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Estudo e edição crítica». [Em linha]. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa do Séc. XV e XVI. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 123. [Consult. 02.11. 2017]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/15004>.

¹⁹² CHARTIER, Roger – «Introdução. A cultura do objecto impresso». In CHARTIER, Roger (coord.) – *As Utilizações do Objecto Impresso*. Lisboa: Difel, 1998, p. 18-19.

¹⁹³ Outras listas de bordões: «Faz-se saber pela repartição dos que andão á pesca do candeio, a respeito dos que dizem a sua asneira nas sociedades ao pé da letra, para logo lhe direm á mão, que se não deve dizer = *v. m. para fazer isso ainda ha de comer hum moio de sal* = porque os taes amigos levados da curiosidade, protestão ceder todo o domínio directo, que tem em algumas marinhas sitas na banda d'além, se acaso algum dos Senhores, ou Senhoras, em quanto viverem, comerem hum moio deste género» (*Almocreve*, CXXV, p. 8). «Sahio á luz hum livro intitulado *compendio de apegadilhos*, em que se mostram os que há em muitas conversas, como por exemplo, = *neste cumenos* = *á certa confita* = *vai senão quando* = *havéra de fazer* = *tim tim por tim tim* = *nanja que eu tal diga* = *o meu creto perdido* = *eu truve para aqui* = *ouvisto dizer* = *má ochas* = *heide ir em cata delle* = *ora faça v. m. de conta* = *bonda isto* = *salva tal lugar* = e outros muitos desta natureza, recheando estas conversas com mais de trezentos, e *dahi, e dahi, e dahi*; quem se quizer estruir nesta linguagem, compre o livro, e eu delle, que o mais he botar o seu dinheiro na rua» (*Ibidem*, CXXI, p. 7-8).

¹⁹⁴ «Aqui appareceo hum homem galantissimo na sua conversação, pelo bordão que tem, em tudo quanto conta, pois apenas principia huma historia introduz pelo meio della o bordão seguinte: *Tem para o*

III.4. «Toda a pessoa que deles precisar, fique sem eles»

Coligidos em livros que desempenharam um papel importante na cultura e na estruturação dos quadros mentais de toda a Europa ocidental, os lugares-comuns foram um recurso didáctico indispensável, sobretudo na Idade Média e no Renascimento. Os livros de lugares-comuns entraram em declínio no século XVII, mas continuaram a ter ampla circulação e a marcar as mentalidades, designadamente através da reprodução de elementos retóricos e valores estereotipados¹⁹⁵. Sinal disso é o lugar de destaque ocupado pelos lugares-comuns no «reino petista» de José Daniel Rodrigues da Costa. O seu uso nos folhetos surge, frequentemente, num contexto de concordância: resumem a moral do episódio narrado (não raro com intuítos moralistas), desempenham um papel pedagógico, até pela sua fácil memorização, na denúncia dos vícios seleccionados pelo autor, na exposição do que neles é risível e no seu castigo através do riso. Indagar a origem destas frases ou «idiotismos» é fazer um «benefício à posteridade».

Passados dois séculos, muitos daqueles lugares-comuns continuam a fazer sentido, a ser usados com o mesmo significado e a suscitar o riso. Estão neste caso «vender gato por lebre», «gato escaldado de água fria tem medo», «para bom entendedor, meia palavra basta» ou «burro velho não aprende línguas», além de «essa é de cabo de esquadra» ou de «ir ao canastro», este capaz de deixar tudo «em papos de aranha».

Igualmente interessante é descobrir que lugares-comuns de uso corrente na actualidade tiveram uma evolução acidentada, sofrendo variantes e alterações às palavras e sentido originais, como o divertido «disse-lhe das bogas».

Outros, no entanto, caíram em desuso e, como algumas piadas datadas, não suscitam hoje qualquer reacção, como o enigmático – antes da movimentada explicação dada por José Daniel – «ó paizinho compra o melro?»

Susceptível de comparação com a realidade actual é o fenómeno dos «adágios de carregaço», como o autor chama aos modismos que, então como agora, chegam, vêm, vencem... e desaparecem. «Está bom José põe lá», «ó carinhas vamos às barraquinhas»,

mar, tem para a terra, vento em popa, maré de rosas, deixemos caçar a foroa, o que he nosso á mão nos ha de vir, estamos despachados, tudo mais juntamente, da mesma sorte, cousa nenhuma, nem nada, tal sim Senhor, e cousa que o valha. E he de tal sorte injoativo nesta repetição, que em elle começando com ella, já os amigos no meio da historia vão dar seu paccio até elle acabar o bordão» (Comboy, 22, p. 15).

¹⁹⁵ MOSS – *Op. cit.*, p. v-ix, 1-23 e 255-281.

«tenha dó que faz a criança em pó» ou «pois sim mata-te bem que a macaca logo vem» cumpriram, para os leitores – e ouvintes de leituras públicas ou em família – da viragem do século XVIII para o XIX uma função semelhante à dos mais ou menos recentes «Ponha, ponha, ponha», «ó tu que fumas», «ó careca tira a boina», «ó calinas cala a boca», «o verdadeiro artista», «não havia necessidade» ou «já dei para esse peditório», popularizados pelo teatro de revista, pela televisão e, nos últimos anos, pelas redes sociais.

Os bordões de linguagem são equiparados aos vícios e postos a ridículo nos periódicos de José Daniel. Se ainda hoje há quem persista em contar tudo «tim tim por tim tim» e no Brasil se mantém o estereótipo do português começar as frases, invariavelmente, por «ora pois», já não se ouve com tanta insistência «vai senão quando», «vamos ao que importa», «tal sim senhor e cousa que o valha», ou «faça v. m. de conta». Foram substituídos no papel de muletas pelos já decadentes, mas «resilientes», «prontos» e «portanto» ou pelos epidémicos «é assim» e «sendo que». Apegadilhos enjoativos, chamou-lhes o editor do *Almocreve de Petas*. Quem precisar, fique sem eles¹⁹⁶.

¹⁹⁶ «[...] l'ironie fait semblant afin de ruiner les faux-semblants; elle est une force exigeante et qui nous oblige à expérimenter tour à tour toutes les formes de l'irrespect, à proférer toutes les insolences, à parcourir le circuit complet des blasphèmes, à concentrer toujours d'avantage l'essentialité de l'essence et la spiritualité de l'esprit. L'ironie, en somme, sauve ce qui peut être sauvé» (JANKÉLÉVITCH, Vladimir – *L'Ironie*. Paris : Flammarion, 1964, p. 181).

2ª PARTE. FRONTEIRAS DO HUMOR

CAPÍTULO IV. O «REINO PETISTA»: MENTIRA E VERDADE NOS FOLHETOS HUMORÍSTICOS DE JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA

IV.1. «Verdade co'a mentira se mistura»

A mentira¹⁹⁷ tem uma presença constante, quase obsessiva, na obra humorística de José Daniel Rodrigues da Costa. A começar pelos títulos dos primeiros periódicos: se o *Almocreve de Petas*, cuja primeira edição foi publicada entre 1797 e 1800, a introduzia através de um sinónimo em que a força da palavra surge de algum modo mitigada, o seguinte, lançado em 1801, ostenta um título que é todo ele uma declaração de princípios: *Comboy de Mentiras, vindo do Reino Petista, com a fragata Verdade Encoberta por Capitânia*.

Em *O Espreitor do Mundo Novo* (1802), a tónica é posta na descoberta da verdade pelo óculo curioso da figura que lhe dá o nome e que aparece representada na gravura da página de rosto. No *Barco da Carreira dos Tolos* (1803), mentira e verdade defrontam-se nos folhetos mensais, enquanto no *Hospital do Mundo* (1805), o subtítulo desta «obra crítica, moral e divertida» explica que ali «é médico o desengano e enfermeiro o tempo».

Já na *Câmara Óptica*, que teve uma existência atribulada – iniciada em 1807, sofreu duas interrupções prolongadas, a primeira de vários meses, entre meados de 1808 e Dezembro do mesmo, a segunda de dois anos, entre 1809 e 1811 –, o subtítulo remete para as «vistas às avessas» que «mostram o mundo às direitas». Ali refere,

¹⁹⁷ Sobre o conceito de mentira ver AGOSTINHO, Santo – «On Lying (De Mendacio)». In SCHAFF, Philip (ed.) – *Nicene and Post-Nicene Fathers First Series. Vol. III. St. Augustine*. [Em linha]. Nova Iorque: Cosimo Classics, 2007, p. 457-477. [Consult. 03.1.2017]. Disponível em http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf103/Page_457.html; CONSTANT, Benjamin – *Des Réactions Politiques*. [Em linha]. Paris: s.n., 1796, p. 75-76. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6267088v/>; DERRIDA, Jacques – *Histoire du Mensonge. Prolegomènes*. Paris: Editions Galilée, 2012; KANT, I. – *Sobre um Suposto Direito de Mentir por Amor à Humanidade*. Trad.: Artur Morão. [Em linha]. S.l.: Lusosofia, 1997. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_sobre_um_suposto_direito_de_mentir.pdf. 1997; NIETZSCHE, Friedrich – «Acerca da Verdade e da Mentira no sentido extramoral (versão de 1873)». In *O Nascimento da Tragédia e Acerca da Verdade e da Mentira*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997, p. 213-222. Sobre humor e a ocultação da verdade na comunicação ver DYNEL, Marta – «But seriously: On conversational humour and (un)truthfulness». *Lingua*. [Em linha]. Vol. 197, 2017, p. 83-102. [Consult. 11-10-2017]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2017.05.004>; e ATTARDO, Salvatore – «The Violation of Grice's Maxims in Jokes». *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1990, p. 355-362.

significativamente, «as minhas verdades, temperadas com as petas» (*Câmara Óptica*, VII, p. 19).

Noutras obras, não periódicas, do universo de José Daniel Rodrigues da Costa, como as *Rimas*, de 1795, ou *Ideias Vagas Sobre Vários Assuntos* (1822), afloram igualmente a verdade e o desengano, de um lado; mentiras, petas, ópios, fingimento, de outro, numa relação aparentemente dicotómica mas que por vezes assume uma forma dialéctica¹⁹⁸, de que é exemplo o verso «Verdade co'a mentira se mistura» (*Ideias Vagas*, Soneto XXII, p. 226).

IV.2. *Almocreve de Petas* ou Correio das Verdades?

Logo no primeiro folheto do *Almocreve de Petas*, em Janeiro de 1797, José Daniel Rodrigues da Costa previne os leitores na «Protestação do Author»¹⁹⁹, habitual nas suas obras para evitar litígios e problemas com a censura. A experiência adquirida ajuda a explicar esta estratégia de defesa preventiva. Em Agosto de 1796, José Daniel requereu à Mesa do Desembargo do Paço licença para imprimir os 2º e 3º tomos das suas obras poéticas. O censor Francisco Xavier de Oliveira emitiu parecer favorável e até elogiou «os talentos do Author para a Poesia Comica». Não obstante, condicionou a autorização ao expurgo de algumas partes, incluindo dois epigramas «satiricos, petulantes, [qu]e ofendem a mais respeitavel Ordem da Sociedade Civil». Sublinhou a «diferença entre censurar costumes, e satirisa-los», lembrando que Horácio, Pérsio e Juvenal «não corrôperão as suas Satiras com chocarrices, e ditos burlescos, que fazendo rir a plebe, enchem de indignação aos homens sisudos». Verberou o requerente por ridicularizar os Círios e Festas de Arraial: «se este uso he mao, a sua reforma compete aos Prelados Ecclesiasticos, e não a hũ leigo declamador, e Poeta de profissão, a quem he só concedido escolher assũptos mundanos, para objecto dos seus golpes satiricos, e de nenhũ modo aquelles que a Religião faz sagrados por estarem debaixo da sua bandeira». Por fim, censura ainda a resposta a um contraópio do autor, «por ser assás picante, e offender a pessoa de Caetano Roldão», cujo nome fora impresso²⁰⁰. José Daniel mostrou ter aprendido a lição:

¹⁹⁸ ESCARPIT – *Op. cit.*, p. 73-92.

¹⁹⁹ Sobre as Protestações e o seu papel nas obras do século XVIII ver ANSELMO, Artur – «Fronteiras da História do Livro». *Cultura*. Vol. IX, II série, 1997, p. 20.

²⁰⁰ ANTT, Desembargo do Paço, Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 682, caixa 603. A cópia do documento foi gentilmente cedida pela Prof.ª Doutora Maria Teresa Payan Martins. Ver MARTINS, Maria Teresa

Assegura, e protesta o Escritor desta Obra, que não he sua intenção remoquear, ou alludir a pessoa alguma em particular com as palavras, e narrações ficticias, e jocosas, de que nella se serve, pois só procura facilitar por este modo a recreação do espirito, e ainda a lição de muitas cousas miudas da vida, pois os casos, que contém, são de mera invenção, sem satyras, ou invectivas aos Leitores, etc. (*Almocreve*, I, p. 8).

As «petas» – notícias, crónicas de costumes, reportagens sobre o dia-a-dia da Lisboa popular da época –, seriam «narrações fictícias», «de mera invenção». No entanto, a «*Falla de despedida do Editor desta Obra*», no último folheto, em Fevereiro de 1800, acaba por desmentir essa estratégia defensiva. A troça e o sarcasmo, instrumentos de denúncia da rigidez que está na base do efeito cómico²⁰¹ são constantes no retrato de Lisboa na passagem do século XVIII para o XIX, com as suas ruas, praças e becos e os tipos humanos que dão corpo e alma às petas – que, afinal, não seriam assim tão mentirosas:

[...] Os immensos inimigos que tiverão as pobres petas.... alguma razão tiverão em satyrisarem estes folhetos, pois fui tão louco, que devendo-lhes chamar correio das verdades, lhe puz Almocreve de Petas (*Almocreve*, CXL, p. 2).

Talvez por isso emende a mão em *O Espreitor do Mundo Novo* (1802), quando se dirige directamente ao leitor, prometendo-lhe verdade nas histórias que ali conta:

Eu não trato de prometter nestes Folhetos cousas grandes, porque os meus talentos são pequenos; e não quero que me digão, que promettendo muito, não dou nada. O que asseguro he não escandalisar os ouvidos dos Leitores, seja Homem, ou Senhora, porque os hei de fazer confessar, que he verdade, o que digo, e que pinto ao natural, o que se está vendo; além de servir de lição para que os dois séxos se acautelem de tratantes, vindo por todos os lados esta Obra a ser util. Nella envolverei com o sério a juvenalidade, que huma critica tal poder admittir, reprehendendo os vícios, e dando hum refrigerio aos génios melancolicos²⁰² (*Espreitor*, I, p. 6).

E se muitos me chamarem prégador importuno, lembrem-se, que a verdade, e a moral, devem-se estimar, como se estima o Sol, que não enjôa por apparecer todos os dias. E muito embora me tenham por hum impertinente indagador dos costumes, que a generalidade com que fallo, não deixa lugar para que pessoa alguma se offenda. Eu não fallo de todas, fallo de muitas, e não conheço huma só, que podesse apontar, quando isso me fosse licito. Pelos effeitos he que estou convencido, que os bons costumes se prevertêrão. Quando fallo de muitos homens, igualmente ouço queixarem-se outros tantos, e pela mesma fraze com que eu fallo (*Ibidem*, p. 7).

Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, p. 82, nota 1.

²⁰¹ BERGSON – *Op. cit.*, p. 17-24.

²⁰² Conceção próxima da «turina» do *Anatómico Jocosos*. Ver LISBOA – *Op. cit.*, 2011, p. 391-405.

IV.3. Ópios

No campo oposto, o autor coloca os ópios²⁰³, enganos, aparências que, mascarando-a, encobrem a verdade mas que, por isso mesmo são susceptíveis de serem denunciados e, como máscaras, arrancados para a deixarem à mostra:

Sempre do luxo foi o ópio filho,/ Que em todos se sustenta;/ Todo o que vive de ópio lhe dá vida,/ A troco de palavra mal cumprida. // Da parte do meu ópio principio,/ A castigar os vícios;/ E como o que eu disser, verdades são/ Queira o Ceo, que aproveite a pregação. // Eu não vou criticar vidas alheias,/ Sim os ópios do Mundo;/ A minha correcção o Mundo ature,/ E quem tiver a queixa, que se cure (*Ibidem*, I, p. 24).

Já nas *Rimas*, editadas em 1795, José Daniel publicara um soneto dedicado aos ópios:

He ópio dar em casa huma função,/ He ópio o andar sempre sem real,/ São ópio boas festas no Natal,/ Duas noites perder no S. João.// He ópio rebentar de comilão,/ He ópio vestir bem, e comer mal,/ He ópio o ir a pé té ao Cardal,/ Com créditos de ser hum bom ladrão.// He ópio namorar quem me não quer,/ He ópio o ir levando, e não fugir, He ópio sopportar huma mulher.// E para o meu Soneto concluir,/ Té neste mundo hum ópio vem a ser,/ Vermos huns a chorar, outros a rir. (*Rimas*, p. 5)

Tal como o *Almocreve de Petas* merecia ter sido chamado «correio das verdades», a citação da écloga *Vida de Camões*, de Manuel de Faria e Sousa, surge como epígrafe apropriada à «Opíada», poema publicado ao longo dos doze folhetos de *O Espreitador*, funcionando como uma espécie de aviso à navegação, prevenindo o leitor de que o que vai ler não são «fábulas sonhadas». Antes fossem: «Não são isto, que fallo conjecturas,/ Oxalá forão fabulas sonhadas/ Da solta liberdade/ Mas ainda mal em fim, porque he verdade!» (*Espreitador*, I, p. 23)²⁰⁴.

A mesma ideia aparece reforçada no *Barco da Carreira dos Tolos* (1803), voltando José Daniel a pôr em confronto a mentira e a verdade, mas abrindo espaço aqui

²⁰³ Os poemas com a designação genérica de *Ópios*, publicados em seis partes, entre 1786 e 1789, foram dos primeiros êxitos editoriais de José Daniel: *Opios que Dão os Homens e as Senhoras na Cidade de Lisboa Huns aos Outros: Tirados da Esperiencia do Author*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1786; *Misturadas de Lisboa Temperadas à Moda, Pratinho em que Todos tem o seu Quinhão, ou a Segunda Parte dos Ópios*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788; *Petas da Vida ou a Terceira Parte dos Opios*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788; *Modas do Tempo, Descubertas na Quarta Parte dos Opios*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788; *Quinta Parte dos Opios em que Tem Cahido Muita Gente Boa*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789; e *Resposta ao Contra-Opio, ou Defeza das Mulheres. Parte Sexta dos Opios*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

²⁰⁴ AQUINO, Thomas J., SOUSA, Manuel de Faria – *Vida de Camões*. [Em linha]. Porto: Imprensa Commercial, 1880, p. 47. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em http://archive.org/stream/avidadecames00sousgoog/avidadecames00sousgoog_djvu.txt.

para uma verdade que, sem deixar de o ser, é apresentada ao público leitor de forma mais atractiva.

Esta obra, que de ordinário he de Petas no nome, mas verdades infalliveis em substancia, adubadas com o sal da jocosidade, e até me parece, que dignas da applicação do Leitor mais sério, eu a julgo feita debaixo dos preceitos de Horacio, que foi hum galante sugeito (*Barco da Carreira dos Tolos*, VII, p. 3).

Já dois anos antes, no *Comboy de Mentiras*, o poeta romano era citado em lugar de destaque, a rematar o Prólogo:

Quando nesta composição houverem algumas graças insonsas, não obrigo os meus Leitores a que se rião dellas no mesmo dia, em que sahirem, bastará que se rião dahi a oito dias, porque eu não tenho maior pressa das gargalhadas, e se de todo lhe não acharem graça, rião-se de mim para terem sempre de que se rir, porém não percão de vista humas palavrinhas, que disse Horacio, quando andou pelo Mundo...: *Quid rides? Mutato nomine, de te Fabula narratur* [«Quem ri? Muda-lhe o nome e a história fala de ti» ou «Mudado o nome, é de ti que a história fala»] (*Comboy de Mentiras*, Prólogo ao Leitor, p. 4)²⁰⁵.

Sempre presente está o riso, aliado da verdade na correcção dos vícios:

[...] comprem, e lêão, acharão a repreensão dos vícios, sem determinação de pessoa, e o divertimento decente, que os provoque a riso, affecto da nossa alma tão preciso, que tem restituído a vida a milhões de pessoas: estas verdades mascaradas em todos os tempos corrigirão os os vícios (*Barco da Carreira dos Tolos*, VII, p. 4)²⁰⁶.

Nestas vistas diversas apresento/ A justa correcção, que atalha o vicio:/ A crítica moral, que represento,/ Póde a muitos salvar do precipicio./ Misturo na lição divertimento,/ Faço aos génios estúrdios beneficio,/ Utilizo, aconselho, em tudo toco,/ Desnudando a Verdade, a rir provoco (*Câmara Óptica*, I, p. 1).

IV.4. Verdade e mentira na guerra dos sexos

Para estimular o interesse dos leitores – e leitoras –, José Daniel inventa polémicas. Recorrente nos sucessivos periódicos que editou foi a «guerra dos sexos». Um marido queixa-se pormenorizadamente dos defeitos da mulher até concluir: «[...] Estas puras verdades, de que sem pejo o sexo femenino se ri, tendo-as por petas, são o

²⁰⁵ HORÁCIO – *Sátiras*. Livro 1, Sátira 1. A mesma citação é colocada por Marx no prefácio à 1ª edição de *O Capital*, para justificar a escolha da Inglaterra como «ilustração principal» da sua investigação sobre o modo de produção capitalista. Ver MARX, Karl – *O Capital*. [Em linha] Edição dirigida por J. Barata-Moura e F. Melo. Moscovo-Lisboa: Edições Progresso-Editorial «Avante!», 1990. [Consult: 03.11.2017]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>.

²⁰⁶ Ao assumir esta posição, José Daniel Rodrigues da Costa integra-se numa longa tradição. Ver MINOIS – *Op. cit.*, p. 49-53 e 347-349; e QUINTERO, Ruben – «Introduction: Understanding Satire». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire. Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, pp.1-11.

nosso flagello, e de imensos indivíduos, que se calão, por não agravarem mais as suas feridas; e nós também assim faremos, visto que a nossa enfermidade já não tem cura» (*Almocreve*, LXXXIV, p. 5).

No folheto seguinte publica a «Resposta que dá uma Senhora», rebatendo, ponto por ponto, o rol de queixas apresentado pelo homem, com um argumentário tão estereotipado como o primeiro²⁰⁷.

Provará o nosso sexo, em defeza propria, com a verdade sabida, que o homem he huma Camera optica, onde com agradáveis côres se mostram os vícios, e as virtudes, em continuada confusão; e ou se compõem nesta demanda, reftendo a lingua a nosso respeito, ou acharão em mim huma Advogada, que lhes faça com ajustadas razões, mais immortaes no Theatro do Mundo as suas desenvolturas (*Almocreve*, LXXXV, pp. 1-4).

IV.5. Fingimento

Numa sociedade tradicional como a da viragem do século XVIII para o XIX em Portugal, o lugar do indivíduo era, salvo raras excepções, imposto pelo nascimento. Querer subir na vida era dar o flanco para se ser exposto ao ridículo²⁰⁸: os defensores da hierarquia estabelecida viam nisso, quase sempre, uma certa dose de fingimento, de querer parecer o que não se era²⁰⁹.

Os periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa fazem humor à custa de quem manifesta a ambição de mudar de estatuto social²¹⁰. Um exemplo deste tipo de troça que toma por alvo a burguesia ascendente é o poema sobre a multiplicação (e consequente desvalorização) do título dom antes do nome – a «praga de *dons*» e a «peta» sobre as «reverendas falsas»²¹¹. O mesmo tema é desenvolvido na história do criado que se «apodera» do tratamento de «senhoria» do patrão, quando este se promove a «excelência»²¹².

O conformismo social é pregado com insistência²¹³. Uma das «Máximas do Velho de Romulares», no *Almocreve de Petas*, sentencia: «Criado que se faz amo;/Cabo que se faz Alferes;/Mulher que em si põe o ramo;/Tendeirinho com seus teres;/Arrotão tantos poderes;/Vomitão tanta pancada;/Que do vomito no impulso/Té vem postas de

²⁰⁷ Ver acima, p. 54-55.

²⁰⁸ BILLIG – *Op. cit.*, p. 200-202.

²⁰⁹ MINOIS – *Op. cit.*, p. 397 e 402-404.

²¹⁰ LISBOA – *Op. cit.*, 2015, p. 355-357.

²¹¹ Ver acima p. 59, nota 145.

²¹² *Almocreve*, CXII, p. 1-2. Ver acima p. 59-60.

²¹³ Sobre o potencial coercivo do riso e o «riso conservador» ver MINOIS – *Op. cit.*, p. 197-198.

pescada» (*Almocreve*, CXXVII, p. 5). Os folhetos de *O Espreitor* contribuem com outros exemplos:

[...] hoje que os criados, querem ser amos; os officiaes, mestres; os caixeiros, patrões; os escreventes, Letrados; os Alcaides, Ministros; e os filhos, donos da casa (*Espreitor*, 2, p. 18).

De todos, merece especial destaque o que opõe a albarda ao selim, metáfora particularmente bem conseguida da hierarquia social:

O caixeiro de certa corporação, que em outro tempo nunca montou mais, que em hum burro, quando veio da terra, hoje se apresentou em hum soberbo cavallo, ajaezado de selim, sem saber de picaria, e querendo ser Picador [...] pois, como huma pella, foi o caixeirinho despedido pelo bruto ao meio do chão, onde se quebrou hum braço, e abriu a cabeça. Em semelhantes casos assentão os minores, que antes huma albarda, que hum selim (*Espreitor*, 3, pp. 10-11).

Outra mentira é aquela em que se baseia a vida dos ociosos, que Rodrigues da Costa denuncia numa «peta» do *Almocreve* sobre os «mandriões» e «sanguessugas» que passam o tempo nas «duas mil casas de café» de Lisboa²¹⁴. O mesmo tema é abordado em *O Espreitor*: «O povo de Lisboa para alongar os seus dias, e outras deo na fina, que he comer, beber, e passear; e isto se prova com duas mil casas de pasto tantas de café, que ha na Cidade, sempre cheias a botar gente fora» (*Espreitor*, 11, p. 10). E como «nem tudo o que luz he ouro»,

[...] o meu Espreitor me avisa que há immensas casas, que padecem miserias, por não terem a que se tornem, o que se não via algum dia; e nasce esta infelicidade de chegarmos ao tempo [p. 11, p. 12] de se verificar aquelle ditado, *que nem tudo o que luz he ouro*; pois que nos nossos antepassados, se havia o vexame de huma importuna doença, hia-se empenhar, ou vender os brincos de ouro, o anel de diamantes, o laço irmão dos brincos, e a salva de prata; e hoje se familia se vê em algum flagello, e se quer tornar ao que tem, apenas acha caças de ramos, bordadas de lentejoilas, cadeados de latão para as orelhas, cadêas de cobre, a quem o ouro só emprestou a cor, medalhas de pxisbeque, aparelhos de casquinha para chá, tudo mais proprio para a feira da ladra, que para a loja de hum ourives (*Espreitor*, 11, p. 12).

Também a esta mentira o autor opõe «O homem de bem, que se préza de Portuguez honrado [...] Não anda mascarado com agrados, mentiras, e fingimentos» (*Espreitor*, 12, p. 13). No entanto, esta adesão ao conformismo social pode, por sua vez, ser questionada: esconderá ela, num jogo de sombras entre petas e verdades encobertas, uma «recôndita revolta»²¹⁵.

²¹⁴ *Almocreve*, CXXXIV, p. 1-3. Ver acima, p. 59-60.

²¹⁵ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, p. 30.

IV.6. Verdades alternativas

A citação de máximas, quase sempre em verso, é presença constante nos folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa, marcando uma espécie de «estatuto editorial» dos periódicos. Para assinalar a continuidade entre o *Almocreve de Petas* e o *Comboy de Mentiras*, o editor cria uma relação de parentesco entre os respectivos autores: o Piloto da Barra, que dita sentenças no *Comboy*, é apresentado como neto do Velho de Remolares, iniciador da secção no *Almocreve*. É ao Piloto da Barra que se deve a máxima orientadora da descoberta da verdade: «Destes pensamentos nós,/ Sem bellezas, sem enfeite/ Sempre o homem se aproveite,/ Que verdades descobrindo,/ Como me forão sahindo,/ Se escreverão» (*Comboy*, 3, p. 12).

No *Comboy de Mentiras* encontra-se uma sequência de «bagatelas» que aproveitam a dimensão ambígua do humor para contar histórias brincando com verdades e mentiras. Num exercício de auto-irrisão, o autor começa logo por confessar ao que vai:

Por cartas vindas do Mundo novo (porque as trouxerão) se tem sabido muitas particularidades, que servem para encher papel, divertir os curiosos, e fazer-lhes exhibir o meio tostão, que custa este Folheto, que he o custo dos miólos de vacca presentemente [...], visto que a carestia anda entretida com tanta cousa, que mudou de preço. Nas mesmas cartas, que se recebêrão, vem relatada a seguinte particularidade. No *lugar de Varejas* faleceo huma menina de idade de dois annos, sete mezes, cinco dias, quatro horas, dez minutos, dois segundos, menos tres instantes e meio; foi irreparavel a perda do muito que pela duração da sua vida se podia esperar de vantagem, porque se esta menina, vivendo, se casasse aos quatorze annos, e fosse fecunda, daria á luz, no decurso de cinco annos, pelo menos, cinco filhos, e se continuasse a viver até á idade de cento e sessenta e três annos, como já se vio em hum homem da Noruega, conseguiria ter cento e quarenta e oito filhos [...] Ora pelo mesmo Calculo he evidente, que se a tal menina falecida enviuvasse de cinco em cinco annos, contaria chegando aos cento e sessenta e tres annos, vinte e nove maridos [...] e se neste tempo lhe não tirassem, ou cahisse algum dente, os conservaria todos até morrer; de igual modo se não se lhe fizesse o cabello branco, iria com elle preto para a sepultura; em huma palavra se ella não morresse então, ainda hoje seria viva, porém como tudo vai das hypotheses, falhando estas, falhou tudo; este caso não deixa de dar alguma lição a todas aquellas pessoas, que passam por huma seara, e arrancão huma espiga verde, ou botão abaixo hum fructo verde de huma arvore, sem se lembrarem, que a perda daquelle grão, caroço, ou pevide priva a multiplicação, que podião produzir, bem como a morte cortou de hum golpe na vida desta menina a producção de tantas vidas (*Comboy*, 7, p. 5-7).

Note-se, além de «encher papel, divertir os curiosos e fazê-los exhibir o meio tostão», a presença da noção segundo a qual a alteração de qualquer pormenor no devir

histórico tem consequências para o futuro, abrindo a possibilidade de conceber uma «história alternativa», central na literatura fantástica e na ficção científica.

A ambivalência das narrativas jocosas chega a ser assumida de forma explícita – «sabe-se com toda a certeza, se não for mentira» –, mostrando um assinalável grau de cumplicidade com os leitores:

Por notícias de Constantinopla, se sabe com toda a certeza, se não for mentira, que os captivos daquele Reino se fintarão para fazerem hum rico presente ao Grão Senhor, a fim de lhes moderar o rigor do captiveiro, em que se achavão. Elles fizeram suas conferencias, nas quaes por superioridade de votos, resolverão offerter huma alampada para o Templo de Meca de extraordinaria grandeza, toda de prata guarnecida de pedras preciosas; porém de tal circunferencia, que posta no Templo, os Menistros delle para a accenderem, ou aticarem, lhes he preciso despirem-se, e deitarem-se a nado no azeite para chegarem á luz (*Comboy*, 22, p. 11).

IV.7. Postiços

Uma forma de falsear a verdade é embelezá-la de forma artificial. É para isso que servem os postiços, cuja utilização – literal e metafórica – surge em dois periódicos. A história da noiva que depois do casamento se «desmancha», tirando dentes postiços, perna de pau e outras próteses é contada no *Almocreve de Petas* e na *Câmara Óptica*. A mulher mais velha, viúva e «com fama de rica», que volta a casar-se com um homem mais novo usa os postiços para «desfarçar os defeitos do tempo e da natureza». E no *Almocreve* isso é quanto basta para afugentar o marido recém-casado²¹⁶.

Porém, na *Câmara Óptica*, a história, em quase tudo semelhante, acaba de maneira diferente. Neste periódico, o noivo responde à letra: «[...] pois por estas que lhe não fico devendo nada!»²¹⁷ – tirando por sua vez um chinó, um olho de vidro, um braço de prata, etc. E não foge à mulher: passa com ela a noite de núpcias e, no dia seguinte, o casal tem dificuldade em identificar os respectivos dentes postiços. José Daniel tira a moral da história: «[...] verificando-se nisto que entre os casados, o que he de hum, he de outro»²¹⁸.

²¹⁶ *Almocreve*, CIII, pp. 1-2. Ver acima, p. 44.

²¹⁷ *Câmara Óptica*, IX, 2ª ed., p. 4.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 2-5.

IV.8. Contra o anonimato e as «equivocações»

Autor confesso de muitas espécies de petas, José Daniel Rodrigues da Costa aproveita o regresso ao convívio com os leitores em 1807, após um interregno de dois anos – interrupção devidamente sublinhada, uma vez que, desde 1797, publicara sempre, de forma continuada, folhetos periódicos – para, no Prólogo à *Câmara Óptica*, valorizar o seu trabalho e denunciar os imitadores:

[...] por mais que eu pedisse a minha dimissão na assembléa das Petas, para deixar de ser Author dellas, não me tem sido possível conseguilla, antes mil vezes me tenho visto perseguido pela curiosidade de innumeraveis pessoas, que levando muito a mal o meu silencio, tinham reprehensivel ociosidade o estar eu callado no decurso de dous annos. Ha nisto de composições de Petas huma certa confusão, que me obriga a desenvolver os enganos, e equivocações, que girão nesta materia, só para que nem eu me figure usurpador do merecimento alheio, nem os outros campem á sombra da boa fé, que o respeitavel Público me tem concedido. He verdade que desde que me callei com o Hospital do Mundo, que conclui, tem sahido outras obras periódicas, que querem representar o meu estilo; e ainda que me não pertence analysar a sua bondade, ou apontar os seus defeitos, por não ir á aposta com os mais authores, como costumão fazer os rapazes da escola, com tudo não devo soffrer, que se me imputem obras, que não faço e para de huma vez dissipar esta preocupação, fique o benigno Público desde já na certeza de que obra, que não leve o meu nome, não he minha. Nunca me ageitei a entrar no rol dos Anonymos, porque se a obra sahio feliz, não he desar ter o nome do Author, e se sahio informe, tenho valor, e animo para soffrer a sangue frio a crítica merecida (*Câmara Óptica*, Prólogo, p. III-IV).

IV.9. «Epidemias»

A profusão de petas e de periódicos apostados na emulação do pioneiro dão azo a peças, preferencialmente sob a forma de cartas e respostas a correspondentes, em que o autor é pródigo no auto-elogio e na autopromoção:

Carta que o Crítico de Evora mandou ao Author desta Obra. Ora para que Deos me tinha guardado! Para ler a Camara-optica de V. m.! Que seja possivel que havendo nas Estações algumas secas extensissimas, que tirão ás bocas do mundo o azeite, o pão, e o vinho, não venha huma por sua casa que lhe faça fome de petas! he pasmar! V. m. será alguma esponja, que chupe a si quantas petas ha no universo? Ninguém vive como V. m.: estabeleceo em petas todos seus fundos, e deo-se por seguro. Senhor, eu sabia que havia epidemia de febres, de bexigas, e de sarna; mas de petas só V. m. foi capaz de descobrir ao povo de Portugal (*Câmara Óptica*, VII, p. 14).

Perante a «epidemia de folhetos», não hesita em classificá-los de «plagiários»:

Forte epidemia de Folhetos appareceo no mundo depois da minha Collecção das Petas! Ora estes Senhores Escriitores do parlamento baixo, como eu que lho digo, não se desenganarão do desprezo, que merecem todos aquelles, que se fazem plagiarios? Em certo modo os que me pertendem imitar dão forças ao meu desvanecimento, porque me trazem á memoria que Virgilio imitou a

Homero, Camões a Virgílio, e Cicero a Demosthenes; e quem mostra desejos de imitarme, nisso mesmo me concede algum merecimento.... Eu já apresentei a estes Senhores hum Almocreve, que levava; hum Comboy, que transportava; hum Espreitador, que observava; hum Barco, que conduzia; e hum Hospital, que curava! Que me resta agora? com efeito lembrou-me fazellos pasmar diante de hum Camara-Optica, aonde o mundo fosse visto ás direitas nas vistas postas ás avessas, representando-se nellas as cousas mais notaveis do tempo presente; e eis-aqui, e que se chama pôr a Vossas mercês a ver o Mundo por hum oculo (*Câmara Óptica*, Prólogo, p. VI).

Dois anos antes já propusera o tratamento para a «doença»:

Achei que o Desengano (que cura tudo) era o melhor Medico para esta Enfermaria; e que de Enfermeiro devia servir o Tempo [...] isto de murmuração pega-se como carrapato a pêlo de cabra [...] e quem não he ignorante, sabe encubrir os seus defeitos (*Hospital*, Prólogo, p. 7-9).

Década e meia mais tarde, com uma revolução e um novo regime político de permeio, Rodrigues da Costa viria a regressar ao tema, num soneto intitulado «Á multidão dos Impressos», incluído no opúsculo *Ideias Vagas Sobre Vários Assuntos*, publicado em 1822, comparando a «periódica assoada» da época com as petas do pioneiro *Almocreve*:

Tenho ambos os olhos agravados/ De ler a periodica assoada,/ Tudo em letra miúda, e tão cançada,/ Que vem os caracteres apagados:// Os Livreiros nas lojas affogados/ Estão com a infinita papelada;/ Parece praga aqui por Deos mandada,/ Qual a dos gafanhotos esfaimados!// Astro, Compilador, e Borboleta,/ Campeão, Patriotas, Pregoeiro,/ Correspondente, Portuguez, Gazeta!// Tenho em parolas gasto o meu dinheiro:/ Nem o meu *Almocreve* tanta peta/ Trouxe a Lisboa sendo tão peteiro! (*Ideias Vagas*, p. 16).

IV. 10. «Com toda a certeza, se não for mentira»

A mentira, tal como a loucura, é parceira do riso na longa genealogia do humor desde os gregos até à actualidade, passando pelas cantigas de escárnio medievais, pelos humanistas do Renascimento, pelo periodismo dos séculos XVII a XIX²¹⁹.

É a ambiguidade do humor – «um fenómeno heterogéneo transversal à divisão entre verdade e inverdade»²²⁰ – que o torna capaz de desvendar a verdade para lá da peta, do ópio, do fingimento, da falsidade, cada um destes sinónimos de mentira com a respectiva gradação. No prólogo do *Hospital do Mundo*, José Daniel previne: «Muitos

²¹⁹ MINOIS – *Op. cit.*, *passim*.

²²⁰ «(Un)truthfulness may show different degrees of transparency, and speakers can purposefully produce utterances ambiguous in terms of (un)truthfulness intentions. This allows speakers to juggle their intentions as the interaction ensues in order not to be held accountable for communicating any truthful meanings. Humour is a heterogeneous phenomenon that cuts across the truthfulness vs. untruthfulness divide» (DYNEL – *Op. cit.*, p. 99-100).

me chamarão mordaz, mas a estes perguntarei, se fallar verdade, sem prejuízo de terceiro, he hum crime?» (*Hospital*, Prologo, p. 6).

O próprio conceito de mentira suscita reflexão e é questionado na sua relação com a verdade: «Com toda a certeza, se não for mentira» (*Comboy*, 22, p. 11). Esta relação, tal como aparece veiculada nos periódicos e outras obras de José Daniel Rodrigues da Costa, é bem mais complexa do que uma simples dicotomia, desenvolvendo-se num processo dialéctico, exemplificado com a complexa relação que mantém com as suas fontes de informação:

E se me perguntarem quem tem a culpa de eu ser tão vasto nas Petas, com que tempero tantas verdades, responderei que as Senhoras, porque ellas mesmas com a macula de chocalheiras, que lhes vem por natureza, me procurão para me contarem cousas deles, e dellas [...] mais a mim, mais a mim, a qual mais ha de fallar, nutrindo-se todas de verem em praça pública os defeitos das suas semelhantes; e eu neste caso acceitando, e requerendo, porque de tudo me sirvo para dar voltas á vida, visto que os tempos requerem estes tráficos (*Câmara Óptica*, Prólogo, p. VI-VII).

Como lidar com a dificuldade em destrinçar a mentira da verdade? José Daniel propõe-se fazê-lo com alguma elasticidade:

Talvez, Senhores, que Vv. mm. cuidem, que o que se mostra nesta Camara-Optica, não seja o que vai pelo mundo, ou que se persuadão que são effeitos dos vidros, que augmentão, diminuem, e descompõe os objectos; pois não he assim: tudo quanto aqui se observa, he o mesmo que realmente acontece na vasta scena do mesmo mundo, onde parece que os dois primeiros, e principaes objectos, de que se compõe a divertida scena são a ridicularia, e a impostura (*Câmara Óptica*, IX, p. 2).

Em caso de dúvida sobre a veracidade de uma notícia, o melhor é submetê-la à prova do tempo, pondo-a de quarentena. «Os [...] navios, estão fazendo quarentena, que he o que se manda fazer a huma historia, quando tem visos de mentira; assim como esta, que vai á presença de Vossas Mercês» (*Comboy*, 15, p. 4).

Uma medida prudente, embora de eficácia duvidosa, tendo em conta a proliferação imparável das mentiras, como reconhece na despedida do *Comboy*: «Dêrão fim os Comboys neste ultimo Folheto; e quizesse o Ceo que dessem fim as mentiras, que he tinha, que fica pegada por muita gente» (*Comboy*, 24, p. 10-11).

Instrumento de controlo social na sua dimensão de disciplinador pelo ridículo²²¹, subversivo q.b.²²², o humor é frequentemente amoral²²³ – mesmo que o autor, no caso de José Daniel Rodrigues da Costa, se apresente como profundamente moralista no

²²¹ BILLIG – *Op. cit.*, p. 235.

²²² DELIGNE – *Op. cit.*, p. 29-46.

²²³ BOURGUINAT, Elisabeth – «Rire et pouvoir: La leçon du persiflage libertin». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 290.

intuito moralizador da sua crítica de costumes, destinada a «corrigir os vícios». O exagero das petas com que «tempera» as verdades chama a atenção dos leitores para a «verdade encoberta» sob as convenções das práticas sociais, numa dialéctica do ser com o dever ser, do moral com o amoral.

Enquanto «sentimento do contrário»²²⁴, o humor de José Daniel funciona como catalisador na reacção «química» entre a mentira e a verdade. Uma reacção em que participam, em quantidades generosas, a ambiguidade²²⁵, o segundo sentido²²⁶ e a inversão irónica²²⁷.

É o próprio José Daniel quem reconhece ter sofrido dissabores em consequência da polissemia dos seus textos. Em Dezembro de 1808, ao justificar perante os leitores a longa interrupção dos folhetos da *Câmara Óptica*, refere-se, pela primeira vez, à conjuntura política e revela ter sido denunciado pela publicação de dois apólogos – que «admittião diversos sentidos» –, interpretados como críticos do ocupante francês, no que, aliás, «em parte não se enganavão»²²⁸:

Estimaveis Curiosos, e honrados Assignantes: as circunstancias dos tempos, e a malevolencia invejosa fizeram com que se não seguisse esta Obra por espaço de alguns mezes, pois a má intenção disposta a prejudicar-me, por muitas vezes apontou o *Apólogo das Árvores*, que vem no quarto Folheto, e o da Lagartixa, que sahio no Folheto setimo, como duas Obras determinadas contra os nossos cruéis Protectores. **Em parte não se enganavão; e como estes Apólogos admittião diversos sentidos**, os que intentavam perseguir-me, fulminavão com a sua Analyse o risco de alguns desgostos por fruto do meu curioso trabalho. Então me dictou a prudencia, que seria melhor prevenir, do que emendar, justo motivo para pôr a minha penna em descanso.... Mas a pezar de tantos choques, que tem combatido a minha máquina, a ausência dos lubishomens de camisola me pôz tão forte, que se *Lagarde* ainda hoje existisse no Rocio (salva tal lugar) desafiava-o para ir á aposta com ele a respeito de *Petas*, para ver qual de nós cançava, se eu com as Petas dos Folhetos, se elle com as *Petas das Gazetas* (*Câmara Óptica*, VIII, p. 1-3. Negritos meus).

O comentário à actualidade política é raro nos folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa, mas, quando a revolução de 24 de Agosto de 1820 pôs a nu a conflitualidade social até aí recalcada²²⁹, o autor não se fez rogado. Um dos textos mais representativos

²²⁴ SALIBA – *Op. cit.*, p. 15-36; PIRANDELLO, Luigi e NOVEL, Teresa – «On Humor». *The Tulane Drama Review*. Vol.10, No 3, 1966, p. 46-59.

²²⁵ SERNA – *Op. cit.*, p. 18.

²²⁶ FREUD – *Op. cit.*, p. 89-98 e 364.

²²⁷ JANKÉLEVITCH – *Op. cit.*, p. 54-80.

²²⁸ Sobre o contributo de José Daniel Rodrigues da Costa para a propaganda anti-napoleónica ver ARAÚJO, Ana Cristina – *Op. cit.*, p. 171-173.

²²⁹ «Existe no periodismo aqui em estudo, a alegria e o humor, comedido e imperceptível, outras vezes violento, resultado da pulsão intolerante, que penetra as várias escrituralidades, os vários públicos, como se os leitores, os auditores e os espectadores, para além de os lerem, ouvirem e observarem,

deste período é um soneto incluído na recolha de *Ideias Vagas sobre Vários Assuntos* intitulado «No presente estado das cousas», em que o autor esboça em duas penadas a situação de Portugal no concerto das potências europeias:

Contrato de mentiras, sem ter taxa,/ Em que algumas nos vem, que fazem
brexa,/ Huns aos outros, na imprensa pondo péxa,/ Questões, em que a razão
sempre se empaxa:// A Hespanha ora a dar alta, ora a dar baxa,/ Servis aos
Liberaes chegando a mexa,/ Huma *Santa Alliança*, que se vexa,/ Vendo a
Constituição, como se encaxa:// Inglez, que com cerveja tudo esguixa,/ E
lucros para si somente puxa,/ De oculo a ver o Reino, que se espixa:// Assim
por mar, e terra se extrabuxa;/ Morde aos Reinantes do ciúme a bixa,/ E os
pobres he que vão soffrendo a buxa (*Ideias vagas*, p. 22).

Eis como combina, com particular felicidade – e pontaria –, a mentira, a verdade e o humor.

estivessem obrigados ao activar da razão e da inteligência de que é capaz o periodismo desta época, ao despertar de uma alegria sarcástica, suficiente para fazer excitar novas ideias, novos pensamentos, novas conflitualidades» (ALVES – *Op. cit.*, 2013, p. 12).

CAPÍTULO V. HUMOR, INSULTO E POLÍTICA NOS PERIÓDICOS DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO

V.1. «Debaixo da capa de hum gracejo»

O padre José Agostinho de Macedo não tinha dúvidas de que o riso era uma arma eficaz: «Com este estilo ludrico, ou gracejador se misturão, e insinuação os documentos da Moral mais pura, do amor da Pátria o mais acrisolado, se inspira hum odio perfeito, e huma aversão invencivel ás revoluções»²³⁰. E usava-a sem hesitação no seu combate: «Debaixo da capa de hum gracejo se apresentão os mais sólidos, e proveitosos documentos para a conservação, e independencia deste Reino, e se escondem as armas mais poderosas para combater, e derrotar os mais poderosos inimigos»²³¹.

Este capítulo aborda a componente humorística nos periódicos *A Tripa Virada* (e o seu complemento *Tripa por Huma Vez*), *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, procurando determinar o seu lugar no âmbito de uma estratégia política determinada. Busca-se, igualmente, problematizar os limites do humor e dos excessos de linguagem de Macedo²³² na fronteira entre o sério e o risível, bem como o seu uso por parte do autor na construção de uma opinião pública favorável àquela estratégia.

V.2. Um criador literário com uma vida agitada

Quase dois séculos depois da sua morte José Agostinho de Macedo (1761-1831) continua a não deixar indiferente quem o lê²³³. Macedo cultivou a polémica com entusiasmo furibundo, tanto na sua polifacetada actividade literária, «onde todos os saberes, atitudes, paixões intelectuais características da época adquiriram uma

²³⁰ MACEDO, José Agostinho de – *A Besta Esfolada*, Nº 12, p. 12.

²³¹ *Ibidem*. Nº 21, p. 1.

²³² «Usando o chasco e o insulto como armas ideológicas» (DIAS, Graça e José Sebastião da Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Vol. I, Tomo II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. 603).

²³³ ANDRADE Maria Ivone de Ornelas de – *José Agostinho de Macedo: Um iluminista paradoxal*. 2 vols., Lisboa: Edições Colibri, 2001-2004; FERREIRA, António Mega – *Macedo: Uma biografia da infâmia*. Lisboa: Sextante Editora, 2011; OLAVO, Carlos – *A Vida Turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, [1938]; SILVA, Inocêncio Francisco da – *Memórias para a Vida Íntima do Padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899; *idem* – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, p. 183-184.

veemência e uma vitalidade realmente criadoras»²³⁴ – dividida entre a poesia, o teatro, a epistolografia, a filosofia, a história, a crítica, a política, a parenética, a oratória fúnebre e a periodística, incluindo, quer a colaboração, quer a redacção de periódicos de sua exclusiva autoria – como na sua agitada vida pessoal²³⁵.

O jovem alentejano de Beja que veio para Lisboa estudar com mestres da Congregação do Oratório antes de ingressar no Convento de Nossa Senhora da Graça da Ordem dos Agostinhos apenas usou o nome de Frei José de Santo Agostinho durante pouco mais que uma dúzia de anos. Mal professou, em 1778 ou 1779, «desapareceram logo todos os vestígios de sua imaginária se não forçada vocação»²³⁶. O roubo de umas lampreias que os responsáveis conventuais se preparavam para degustar em homenagem ao santo patrono foi apenas o ponto de partida do «extraordinário percurso cadastral»²³⁷ de um «ladrão, indisciplinado, apóstata, devasso, rufiote, oportunista e desleal»²³⁸, que culminou com a expulsão da ordem, por sentença conventual, a 18 de Fevereiro de 1792. No ano anterior deixara de usar o nome de José de Santo Agostinho, passando a assinar José Agostinho de Macedo, a que faria corresponder nas lides poéticas da época o nome arcádico de Elmiro Tagídeo. Contudo, o labéu da expulsão viria a ser suavizado: interpôs recurso da sentença e acabou por obter um breve de secularização da Sé Apostólica concedendo-lhe, em 1794, a passagem ao estado de presbítero secular²³⁹.

Reconhecimento social não faltou ao padre José Agostinho de Macedo, entre a fama e a infâmia, consoante a apreciação de admiradores ou de detractores. Em 1802, foi nomeado pregador régio (já em 1798 pregara na festa por ocasião do nascimento do futuro D. Pedro IV, na Capela Real do Palácio de Queluz²⁴⁰); foi sócio da Arcádia de Roma e da Academia de Belas-Letras de Lisboa; durante o triénio liberal foi eleito deputado substituto por Portalegre às Cortes de 1822 (não chegou a tomar posse); e, já no fim da vida, em 1830, foi nomeado por D. Miguel substituto do cronista do Reino. Quando morreu, com 70 anos, a 2 de Outubro de 1831, o rei absoluto mandou que o caixão fosse transportado num coche funerário puxado por oito cavalos de sua casa em

²³⁴ LOURENÇO, Eduardo – Prefácio. In ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 13.

²³⁵ «Porventura, para nós, hoje, é esta desbragada assunção da liberdade e o carácter quase lúdico da sua postura vital, intelectual e moral que conferem a Macedo um perfil de modernidade, como se fosse, na sua ordem e no seu tempo, uma espécie de Céline» (*Ibidem*).

²³⁶ *Apud* FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 70.

²³⁷ *Ibidem*, p. 71.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ SILVA, I. – *Diccionario Bibliographico*, Tomo IV, p. 183.

²⁴⁰ MACEDO – *O Desengano*. N.º 25, p. 4.

Pedrouços até ao convento de Nossa Senhora dos Remédios, das freiras trinitárias, no largo do Rato, em Lisboa, onde foi sepultado, como era sua vontade ²⁴¹.

V.3. Polémico até no nome

Nem o nome do autor escapou à polémica. Se José de Santo Agostinho foi tomado ao entrar na vida religiosa, o apelido Macedo só o adoptou por volta dos 30 anos, depois de perder o hábito da sua congregação e passar ao estado de padre secular. O nome de família era Teigueira ou Teiguera²⁴², mas José renegou-o.

Os inimigos sabiam e não perdiam uma oportunidade de lho chamarem. Foi o caso de Hipólito da Costa, redactor do *Correio Braziliense*, membro destacado da Maçonaria e um dos «ódios de estimação» de Macedo²⁴³, numa manobra provocatória que se prolongou pelo segundo semestre de 1816. O que começou em Agosto daquele ano com uma «Resposta aos Folhetos de Jozé Agostinho de Macedo, Presbitero Secular»²⁴⁴, tomou a forma de uma «Carta ao Redactor sobre o Espectador Portuguez», assinada por um enigmático Menchenio Teiguera, em Outubro²⁴⁵. Ora, no Solilóquio VIII do *Motim Literário*, publicado em 1811, Macedo fizera referência ao livro sobre a charlatanaria dos eruditos, do jurista e historiador alemão Johann Burckhardt Mencke (1674-1732), que assinava Menchenio em latim²⁴⁶. Hipólito terá lido o *Motim* e não perdeu a oportunidade de cravar a farpa no «Menchenio» do *Espectador* – o Teiguera ou Teigueira que tanto incomodava Macedo. O redactor do *Correio Braziliense* esclareceu, por fim, a referência a Teigueira num texto com um título sintomático: «O Energúmeno», publicado no número de Dezembro de 1816 daquele periódico – era

²⁴¹ SILVA, I. – *Op. cit.*, p. 184; FERREIRA, A. M – *Op. cit.*, p. 338.

²⁴² ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 29.

²⁴³ Macedo retribuía a deferência: escolheu-o para abrir uma das versões do «primeiro poema heróico-cómico-satírico da Europa», *Os Burros*: «Qual de tantos heroes primeiro, ó Zanga,/ Me mandas celebrar? Teu guincho escuto,/ Hyppolito immortal, dos Trolhas mestre./ Com teu Correio Capataz te acclamas/ Da turba jumental que o Tejo assombra» (MACEDO – *Os Burros*, Lisboa: Na Typographia da Rua direita do Salitre, 1837, p. 23-24).

²⁴⁴ COSTA, Hipólito da – *Correio Braziliense*. Vol. XVII, Nº 99, p. 209.

²⁴⁵ *Ibidem*. Nº 101, p. 532.

²⁴⁶ «[...] mas não sei porque azar me cahio nas mãos o celebrado Menckenio author do livro que trata da charlatanaria dos eruditos. Eis-me aqui tentado de novo, e o endiabrado livrinho, *cum notis variorum*, despertando em mim novas idéas. Menckenio, dizia eu, estendeo bem o seu guardanapo, correo as artes, as sciencias todas, e em todas achou charlatães, e porque não heide eu com a mesma sem cerimonia chamar-lhes salteadores? Heide-lhe descobrir podres, malhadas, e baldas, com que os heide fazer andar corridos e envergonhados por toda a República das letras» (MACEDO – *Motim Literario em Fôrma de Soliloquios*. [Em linha]. Tomo I. 3ª edição. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1841, p. 136-137. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320144/or1320144.pdf. Ver ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 103.

aquele, de acordo com as anotações a um soneto atribuído a Bocage, o verdadeiro apelido de José Agostinho de Macedo²⁴⁷.

Macedo replicou à sua maneira. Fingiu estranheza²⁴⁸, acusou Hipólito de estar mancomunado com o seu inimigo figadal Nuno Álvares Pereira Pato Moniz – um dos alvos principais da truculência macediana, desde a polémica contra os sebastianistas até à denúncia dos malhados e ao apelo ao extermínio dos pedreiros livres, que nem a morte no degredo, em Cabo Verde, para onde fora desterrado na sequência da Vilafrancada, livraria de ser ridicularizado muitos anos depois, n’*A Besta Esfolada*²⁴⁹ – e ameaçou-o: «Que porcaria! Nem hum a só palavra do seu infame Jornal de Dezembro ficará sem hum aterroradora resposta»²⁵⁰.

²⁴⁷ «Tem-nos continuado a chegar á mão os folhetos de Jozé Agostinho, tam propriamente denominado o Author Energumeno; cujas producçoens são favorecidas pelo Governo de Lisboa, ao ponto de lhe nomear um Censor especial, a fim de que tam preciosos escriptos não soffram demora em sua publicação. He este censor especial o Monsenhor Gordo; a quem desejamos muitas felicidades, no honroso, e instructivo lugar, de lêr e dar licença para se imprimir o jornal Critico e Literario, que só tracta do Braziliense e do Pato. Podemos assegurar a Monsenhor Gordo, que não julgamos de tal influencia no publico, a obra que elle approva por especial commissão, que supponhamos necessario responder-lhe; porque nisto não consideramos senão a astucia de ridicularizar o Correio Braziliense, suscitando-lhe tão desprezivel adversario; como se com isto se quizesse fazer crér ao publico, que para responder ao Correio Braziliense só basta o Jozé Agostinho. Na verdade, neste sentido, não deixamos de attribuir algum mercimento á lembrança; pois não se poderia dar ao Correio Braziliense mais ridicula resposta, nem por mais vil individuo. Como olhamos porem a cousa por ésta face, he claro o partido, que devemos tomar; e nos contentaremos, quando tivermos alguma pagina vazia neste Periodico; enchêlla com alguma galantaria, sobre o chocarreiro Jozé Agostinho, e suas obras, aprovadas por um censor especial do Governo; assim publicamos agora o seguinte.

Biographia de Jozé Agostinho por Bocáge.

SONETO.

Velut in speculo.

Cortando déz sermôens a canivete, (1)/ E roubando uma inteira livraria, (2)/ Acompanhando a corja que assovia, (3)/ E dando á Mãe dois murros no topéte; (4)// De Arrieiro na estrada andando ao frete, (5)/ E cozendo Comédias á Maria, (6)/ Empregado vilmente como espia (7)/ Entregando o Doutor que em caza o mette.(8)// Nos pulpitos fazendo alto berreiro/ Sem ley co’as leys mettendo aos outros medo/ E á tóa descompondo o mundo inteiro: (9)// Eis como vive com perpetuo enredo/ Para tudo o que he máo sempre em terreiro/ O fôfo Exfrade, que se diz Macedo. (10)

Anotações.

(1) Jaz o corpo do delicto em um Sermonario Italiano na livraria de S. Francisco da Cidade.

(2) A dos Paulistas.

(3) O Exercito da Penha.

(4) Quando sahio de prégar, de S. Izabel, pedindo-lhe esmólla.

(5) Sendo procurado pelo Manique.

(6) Maria da Luz, comica, de quem era amantarraõ.

(7) No tempo de Lucas de Seabra.

(8) O Sepulveda accusado na Intendencia de Pedreiro.

(9) Sempre foi seu argumentar.

(10) Seu nome todo verdadeiro he Jozé Agostinho Teigueira.

Feito em 1803» (*Correio Braziliense*. Vol. XVII. Nº 103, p. 818-820).

²⁴⁸ «[...] agora diz que eu sou Teiguera? Isto será algum Mac-Benac? Ou outra qualquer senha da ordem dos Innocentes?» (MACEDO – *O Espectador Portuguez*. Segundo Semestre. Nº 25º, p. 236.

²⁴⁹ *A Besta Esfolada*. Nº 21, p. 5.

²⁵⁰ *O Espectador*. Segundo Semestre. Nº 25º, p. 237.

V.4. Periódicos para além dos limites

Falhada a pretensão de ser reconhecido como ideólogo do absolutismo²⁵¹, Macedo entregou-se ao papel de seu mais exacerbado propagandista. Esta vocação manifestou-se, particularmente, em três dos muitos periódicos que redigiu: *A Tripa Virada*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano*.

A veia polemista do autor levou-o, em momentos importantes da sua longa carreira, a entrar em choque com figuras da área do poder ou próximas dele²⁵², nomeadamente elementos destacados da igreja, incluindo, os jesuítas – de quem mais tarde se aproximaria, numa das suas características e ruidosas mudanças de opinião²⁵³, tal como sucedeu, por exemplo, com o geral dos Bernardos, ridicularizado no prefácio a *Os Burros* que mais tarde renegaria²⁵⁴. Da pena verrinosa de Macedo não escapou sequer a mais alta hierarquia eclesiástica: um dos seus alvos favoritos foi o «malhado» Frei Francisco de S. Luís, futuro reitor da Universidade de Coimbra e cardeal patriarca de Lisboa (cardeal Saraiva)²⁵⁵. Tanto a campanha anti-sebastianista como a sua megalómana comparação com Camões foram degraus que conduziram Macedo à maturidade como autor e como protagonista político.

Foi nesta fase que, depois de um momento de aparente hesitação em que publicamente manifestou adesão ao novo regime saído da revolução de 1820, quer candidatando-se e fazendo-se eleger deputado substituto às Cortes ordinárias de 1822 pelo círculo eleitoral de Portalegre (embora nunca tenha tomado posse), quer aceitando incumbências e fazendo «promessa de escritos Constitucionaes»²⁵⁶, Macedo fez jus à fama de vira-casacas²⁵⁷. Confessando a falsidade da «comédia» que representou²⁵⁸,

²⁵¹ ANDRADE – *Op. cit.* Vol. II, p. 58-74.

²⁵² Caso de António Ribeiro dos Santos: ver FERREIRA, A. M – *Op. cit.*, p. 179-182. Sobre Ribeiro dos Santos ver PEREIRA, José Esteves – *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

²⁵³ ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 105-112.

²⁵⁴ *Os Burros*, p. 7-9

²⁵⁵ FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 190-192.

²⁵⁶ *Tripa por Huma Vez*, p. 66.

²⁵⁷ «[...] ha circunstancias taes, e tão imperiosas que obrigão o homem mais constante a representar o que não he, e a identificar-se em aparentes sentimentos com seus mesmos inimigos, e perseguidores, escrevendo como elles escrevem, falando o que elles falam, louvando, e promovendo o que elles louvãõ, e promovem» (*Ibidem*, p. 62); «[...] apenas dizia em tom baixo, submisso, e não escutado pelos filhos da Besta – Até ao lavar dos cestos he vindima!» (*Besta*, Nº 3, p. 2).

²⁵⁸ «Que couza mais ridícula, que querer fazer de hum jurado inimigo dos Pedreiros, hum Apologista da cauza Pedreiral! Que cousa mais ridícula, que não se lembrarem que eu com o conhecimento da cauza, que elles tão ingenuamente me davão, fazia hum farnel que ainda algum dia devia vir á luz do Mundo! A muita gente parece hum milagre a minha conservação não participando da sorte dos mais que gemerão em degredos; não foi causa sobrenatural, e milagrosa, foi a Comedia em que eu entrei como

assumiu, enfim, a sua verdadeira identidade política: «carcunda», adorador do «Anjo Miguel cá na Terra»²⁵⁹.

V.5. «Alimpem a mão à parede»: A Tripa Virada

A Tripa Virada regista a noite de 5 de Junho de 1823 como a da sua primeira reportagem, culminando um dia considerado histórico pelo redactor²⁶⁰. Naquela data representou-se o último acto do golpe contra-revolucionário da Vilafrancada, iniciado a 27 de Maio (apenas quatro dias depois da entrada em Madrid dos Cem Mil Filhos de S. Luís, o exército francês comandado pelo duque de Angoulême, que pôs fim ao triénio liberal em Espanha e restaurou Fernando VII como rei absoluto): o regresso apoteótico de D. João VI a Lisboa, vindo de Vila Franca na companhia do infante D. Miguel, nomeado generalíssimo. Abolida a Constituição e dissolvidas as Cortes, a chegada do rei ficou assinalada pelo gesto de um grupo de nobres que desatrelou os cavalos, substituindo-os no papel de puxar a carruagem real, dando vivas ao rei absoluto.

Àquele dia «memorável e prodigioso» sucedeu uma noite «agradável e divertida», em que o «acaso ofereceu» a José Agostinho de Macedo um «espectáculo» que seria o tema central do periódico – a campanha contra a Maçonaria e os pedreiros livres, anunciada logo nos versos que lhe servem de epígrafe, assinados Forno do Tijolo²⁶¹: «Sem páo nem pedra cáhe em pedaços/Co-a Trolha, e Prumo a Farça dos Palhaços.»

Depois de localizar no tempo e no espaço a cena que vai narrar, Macedo introduz de imediato o tom que vai marcar os textos d'*A Tripa Virada*:

Ahi para o fim da rua do Telhal, encrusilhada da rua de Santo Antonio, etc. tenho hum amigo muito curioso, e o maior espreitador de vidas alheas que

Actor representando o papel de constitucional, sendo-o com tanta verdade como hum comico he Tarmelão Rei da Persia, quando o representa» (*Tripa por huma vez*, p. 66).

²⁵⁹ *A Tripa Virada*. Nº 2, p. 14.

²⁶⁰ «Tão memoravel e prodigioso foi, e será nos Fastos de todas as Nações civilisadas, o dia cinco do corrente Junho de 1823, pelo quadro unico, e sem exemplo que nos offerece a Historia, como agradavel e divertida oi para mim a noite do mesmo dia, pelo espectáculo que me offereceo o acaso» (*Ibidem*. Nº 1, p. 1).

²⁶¹ Macedo morava, à época, na Calçada do Forno do Tijolo, em Lisboa, e assinava por vezes as suas cartas, artigos ou poemas «Forno do Tijolo». *A Tripa Virada* era impressa na Oficina da Horrorsa Conspiração, ex-Impressão Liberal, localizada na Rua Formosa, nº 42. O nome evoca a «conspiração da Rua Formosa», intentona contra-revolucionária denunciada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, em Junho de 1822, e que levou à prisão o impressor Januário da Costa Neves e Francisco Alpoim de Menezes, futuro redactor d'*A Trombeta Lusitana* (Ver MESQUITA, Pedro Teixeira – *A Trombeta Lusitana*. [Em linha]. Lisboa: Hemeroteca Municipal, 2014, p. 1-2. [Consult. 02.04.2017]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ATrombetaLusitana.pdf>).

tem apparecido no Mundo [...] convidou-me para assistir a huma Comedia, que nessa noite se representava, e que com effeito foi vista por hum buraco, porque morando elle em casa contigua ao Grande Oriente Lusitano, tanto esgravatou, tanto minou, e contraminou, pôde por huma fresta subtil abrir caminho aos olhos para o grande salão das grandes sessões do Grande Oriente, e ver, sem ser visto, as grandes Farças dos Grandes Palhaços (*Tripa Virada*. Nº 1, p. 1-2).

A descrição inclui elementos que permitem, facilmente, identificar os participantes na sessão maçónica.

[...] conhecia-os como os meus dedos. O primeiro veio para debaixo de hum docel velho assim do feitio de barraca da feira da ladra [...] tinha ar de quem ainda dava *Conselhos de Estado*, e era com aquella figurinha de placart magro, e calvo, o *Grão Mestre do Grande Oriente*²⁶²! Pois hum Demonio negro com duas mitras, e duas coroas, huma de Conde, outra de Frade! Todo elle cheio de *Synonimos*²⁶³ [...] vi o Pato²⁶⁴ no character de Grande Secretario [...]. Muito gostei de ver os dois Grandes Vigilantes! Hum Conego outro Abbade [...] sem egreja muito sabio na opinião, com a cara velha, e franzida como huma correa²⁶⁵, e homem de tantos dias, que já tinha idade para ter juiso, e não se meter naquellas encamizadas (*Ibidem*, p. 3-4).

Sob a forma de discurso pronunciado por um maçom, à laia de confissão, segue-se uma catilinária contra a Maçonaria, que serve para introduzir o título escolhido por Macedo para o periódico:

Não sei como isto foi, o que sei he que não pomos mais pé em ramo verde, e vos confesso, venerandos irmãos, que vejo de todo = A TRIPA VIRADA [...] virá o *Forno do Tijollo*²⁶⁶, todas as paz, todos os basculhos, todas as talhas, e meias talhas de pinho nos cahirão em cima do toitiço, e assim como nós quizemos esmagar o *Infame*, o Forno do Tijollo nos esmagará a nós... (*Ibidem*, p. 9-10).

O mesmo título é depois justificado, bem como o estilo jocoso adoptado:

[...] este gracejo com o fundamento da verdade serve de Prefacção ao Periodico, que vou offerecer á Nação Portugueza, com o titulo que lhe supponho dado pelo Orador – A TRIPA VIRADA – e começando do primeiro acto da rebelião, começada desde o dia infausto de 24 de Agosto de 1820, até o dia faustissimo 5 de Junho de 1823, eu hirei seguindo em seus passos a obra da iniquidade [...] eu levantarei o véo que encobre ainda o abysmo de males, em que os malvados nos precipitarão. Talvez hum seculo não possa remediar de todo as desgraças de trez annos (*Ibidem*, p. 10).

²⁶² João da Cunha de Sotto Maior (1767-1850).

²⁶³ Alusões à dupla condição de conde (de Arganil) e frade (beneditino) de Frei Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845), bispo de Coimbra e reitor da Universidade, autor do *Glossário das palavras e frases em língua francesa que se tem introduzido na locução moderna portugueza*, ex-presidente das Cortes, futuro ministro do reino e cardeal patriarca de Lisboa.

²⁶⁴ Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (1781-1826).

²⁶⁵ Abade Correia da Serra (1750-1823), fundador da Academia das Ciências, representante diplomático de Portugal nos EUA e íntimo do presidente Thomas Jefferson, que morreu poucos meses depois desta referência, em Setembro de 1823.

²⁶⁶ Ver acima nota 261.

O recurso ao riso ou, pelo menos, ao risível não mitigava a violência d'*A Tripa Virada*. O Nº 2, sob o título «S. Miguel, e os Diabos» consiste num exercício de diabolização literal do outro, neste caso o inimigo político:

Houve no Ceo huma grande batalha: S. Miguel pelejou com o Dragão, e com os seus Anjos, e por fim atirou com todos os Diabos aos quintos infernos. Isto foi no Ceo, e ainda que a imagem he muito alta, o mesmo succedeo com outro Miguel, que parece, e he hum Anjo cá na Terra; com a differença, que os Diabos de que o Miguel cá da Terra deo cabo, ainda erão peores que os Diabos que Miguel do Ceo mandou para as profundas. O diabo Lucifer por certo, até pelas pinturas que vemos, não era mais feio que Manoel Fernandes Thomaz. Belsabú não era peor que José da Silva Carvalho. Asmodeo tinha muito melhor cara, e melhor genio, que José Joaquim Ferreira de Moura. Moloc não era mais feio, nem mais Asno, que Drago Cabreira. Astaroth não era mais grulha, e arengueiro, que José Ferreira Borges (Ibidem, Nº 2, p. 13).

Desumanizado o adversário ao ponto de o equiparar ao mal absoluto, não é de estranhar que o passo seguinte seja o apelo ao seu extermínio. Para completar a mensagem, Macedo continua a usar a comparação céu/terra, com a particularidade de utilizar palavras como pendurados e corda, alternadamente, como elementos de uma alegoria e no sentido concreto:

Com a victoria de S. Miguel, segundo se nos diz, e crê, ficarão muitos Diabos espalhados nos ares, em justo que o S. Miguel da Terra, deixasse alguns, e bastantes pendurados no ar, e como elles não são tão leves como os outros Diabos, eu lhe aconselhara, que mandasse uzar de hum atilho assim por modo de huma CORDA [...] a não se uzar do remedio efficacissimo da CORDA continuarão a maquinar da mesma sorte, a revolver, e a minar tudo como espiritos de rebellião e verdadeiros genios do mal [...] porque o *Maçonismo*, e o *Carbonarismo* continuão da mesma sorte, e se estes diabolicos ajuntamentos se não arrancão de raiz, os effeitos continuarão a ser os mesmos. Ó S. Miguel nosso defensor cá de telhas abaixo, CORDA, e mais CORDA, olhai que elles são teimosos como o Diabo (*Ibidem*, p. 15).

O outro, em termos de luta política, ganha corpo na sociedade concreta. Macedo não hesita em apontar os grupos socio-profissionais mais vulneráveis ao «contágio», todos da pequena burguesia urbana, classe média-baixa ligada ao comércio, viveiro de liberais:

A Magdalena tinha sete Diabos no corpo (ha mulher que ainda tem mais) pois eu mostro ao nosso S. Miguel sete classes de Diabos onde tem muitos que lançar fora. Mercadores (fecharão as portinholas no dia do triunfo da justiça e da verdade), Capelistas, Fanqueiros, Bacalhoeiros, Ourives, Confeiteiros, e Chapeleiros, não digo, que todas estas sete classes sejam todas compostas de Diabos, porque em todas conheço muitos homens honrados, assim como na meia classe dos Retrozeiros, pios, religiosos, caritativos, e Portuguezes, mas os seus subalternos, e os seus Caixeiros! Que monda, que monda, não tem que fazer aqui o nosso S. Miguel! (*Ibidem*, p. 17).

O preconceito social desdobra-se em preconceito cultural, quando Macedo constata que os de baixo procuram a emancipação através da palavra impressa. A solução para «estes nojentos empecilhos»? Apelar ao «milagroso S. Miguel da Terra» para que não lhes deixe «osso em seu lugar»:

O nosso S. Miguel com hum rol exacto tirado por estas sete claces e meia achará os peores Diabos [...] elle os pode exterminar com hum assopro, porque ainda que não causem próxima ruina, servem de enxovalho, e vergonha a homens encanecidos no estudo das Letras humanas, [...] indignão-se de ouvirem caixeiros, e Patrões tão asnos como eles, porque com as mesmas ciollas, e tamancos vierão de *Vasto*, e de *Biana* a falarem no Governo mixto, na Oligarquia dos cantões, e na confederação do Reno baixo, e do Reno alto, e não passa hum homem pela rua Augusta, que não oiça dizer ao Caixeiro *Mondim* para o Caixeiro *Cabeceiras* – Tens lá o 3º volume do contracto social, que quero ver huma coiza? [...] Ó milagroso S. Miguel da Terra, basculho, e mais basculho nestas classes, e livrai os homens de bem, e de juizo destes nojentos empecilhos, pegai, pegai nos seus mesmos covados, e nas suas mesmas varas, e não lhes deixeis osso em seu lugar por todo o seu vasto, e alarvado espinhaço (*Ibidem*, p. 18).

Apesar de tudo, ainda apresenta uma alternativa ao extermínio pura e simples – o desterro: «mas se elle não pôde pôr os diabos na mesma distancia em que os pôz S. Miguel do Ceo, isto he, quanto vai do Imperio ao inferno, que vem a ser quanto vai de Portugal a huma, e outra costa d’Africa oriental, e occidental, não temos nada feito» (*Ibidem*, p. 21).

O ridículo volta a ser a arma de eleição para apoucar os adversários ao historiar a repressão aos liberais, enumerando os momentos altos das «montarias e coças formidáveis» à Maçonaria, com destaque para a Setembrizada de 1810 e as «fogueirinhas do Campo de Santa Anna» (Conspiração de Gomes Freire, em 1817), com os «mentecaptos ali pendurados e depois assados»:

[...] deportados na Setembrizada, encafuados nas demolidas *cazinhas*, como se descuidáraõ delles, assim mesmo ganindo como cães apaleados se tornavão a ajuntar, e se tornavão á mesma teima, e levavão a sua por diante. Parece que se emendarião alguma coisa com a grande maquia, que levou o corpo Maçonico nas fogueirinhas do Campo de Santa Anna a que escapou o mais perverso de todos eles o Tenentinho; foi o mesmo que nada. Aquelles mentecaptos alli pendurados, e depois assados forão huma guarda avançada que o grande Exercito pedreiral quiz arriscar, e quiz perder na contingencia de lhe sair o gado mosqueiro. Continuarão com mais afinco, e invidarão o resto no infausto dia 24 de Agosto (*Ibidem*, Nº 3, p. 27).

O último dos três números «violentamente antimaçónicos»²⁶⁷ d’*A Tripa Virada* conclui com uma espécie de mantra: «Alimpem a mão á parede». Debaixo dessa chamada à ordem, Macedo arrola tanto as «patifarias» levadas a cabo pela «cáfila

²⁶⁷ TENGARRINHA, José – *Op. cit.*, 2013, p. 396.

opinante, preopinante, constituinte e legislante» de «furiosos Pedreiros», «Palhaços» e «molho de gaiatos» (*Ibidem*, p. 29), como as críticas à arrogância e pusilanimidade dos «nobres e Grandes» que forão «humildes, submissos, mudos e dóceis» a «jurar vassalagem ao Círio de Palhaços». Aponta-lhes a «mal fundada soberba» e lembra-lhes que «se a fortuna vos deo destincções, nem a todos deo merecimento a Natureza». Magnânimo, oferece-se: «eu não deixarei, até por caridade, de vos instruir» (*Ibidem*, p. 36)²⁶⁸.

V.6. «Uma disenteria de riso»: *Tripa por Huma Vez*

Tripa por Huma Vez, número único – «Livro Primeiro, e Último» – de 67 páginas, impresso igualmente na Oficina da Horrorosa Conspiração, ainda em 1823, é o desabafo que completa *A Tripa Virada* e esclarece uma parte do que Macedo ali deixou por dizer. Logo à partida, o autor não esconde o ressentimento, e deixa perceber que o fim do periódico não foi voluntário, antes ficou a dever-se à ambiguidade da moderação que, apoiada por D. João VI, orientava o governo absolutista *soft* de Subserra, resistindo ao extremismo «apostólico» de D. Carlota Joaquina e D. Miguel, de que Macedo era arauto. O tom, mais uma vez, era dado pela epígrafe, da 3ª Sátira de Juvenal: «Sobre os cornos da Lua *Asturio* viva,/ E viva quem converte o negro em branco.»

A auto-justificação ressentida, com laivos de vitimização está omnipresente na obra, que tem uma frase de abertura exemplar: «Se quem se mette com rapazes amanhece borrado, como poderia eu ficar muito limpo mettendo-me com *Tripas*!» (*Tripa por huma vez*, p. 3).

E continua numa deriva de auto-elogio:

[...] ousei ser o mais franco Campeão da Pátria, das Leis, da Religião, do Throno, da virtude, e da verdade. Com tudo isto dei bom burro a dizimo! Acho-me com as mãos atadas. Boa recompensa! Ah Portugal, Portugal! [...]. Mas seja embora o meu jantar huma sardinha, ou sardinha nenhuma, nunca farei nada bom, e nada máo, por paga, ou recompensa humana. Tudo o que tinha escrito, e destinava escrever, nascia de hum movimento espontaneo de meu coração; nem o interesse, nem o espirito de partido, nem a auctoridade, nem a cobarde condescendencia, nem a vil assalarição me sustentarão, ou dirigirão nunca a penna nestes dedos (*Ibidem*, pp. 3-4).

²⁶⁸ «A *Tripa* era um chorrilho de insultos, calúnias e impropérios dirigidos contra alguns dos corifeus do regime que acabara de ser apeado. Mas, tal era a virulência da sua linguagem e dos seus vexames, que o próprio Governo remodelado e largamente dominado pela ala absolutista proibiu a sua publicação após a saída do terceiro número. [...] Que a proibição lhe foi dolorosa atesta-o a reincidência: *Tripa por uma vez*, folheto de 67 páginas, voltava ao tema e levava tudo de rojo, os liberais e os falsos amigos do trono, disparando suspeições e injúrias que sempre envolviam a *seita pedreiral*, escondida entre os reposteiros do poder» (FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 266).

Mas por muito caro que lhe seja o assunto, José Agostinho não resiste a invocar a gargalhada, ou melhor, a «disenteria de riso»:

Dois sentimentos se despertarão em mim, oppostos entre si diametralmente, o de huma profunda melancolia, e o de huma desintéria de rizo, e gargalhada, e desintéria, e corrença tal, que nenhum doce de tijollo, ou goiabada poderia conter. Quando via o aviltamento, a miseria, a abjecção, o vilipendio a que se havia reduzido a Nação Portuguesa, Povo de Heroes até a milagrosa apparição do primeiro patife Pedreiro Livre neste Reino, estoirava de tristeza. Quando lançava aquelles olhos, aos quaes nenhum ridiculo he capaz de escapar, para a tropa de Salteadores, Arlequins, Saltimbancos, Palhaços, Bandarilheiros, Dentistas, e Capinhas que entrarão ahi por esse Arroios dentro no 1.º de Outubro de 1820 com tudo o de que nos serviços de Mestre P. se fez menção honrosa, e se ouviu com especial agrado, quando vi que Jan-Alves, e Jan-Veiga de Bacalhãos e Páos falavão eloquentemente ao seu Povo, pondo Reis, tirando Reis, e gritavão — Meu Povo, *meus filhos quereis o Brancamp Velho, ou o Brancamp quasi?* Se não aperto as mãos nos vazios, eu estoirava de rizo por toda a parte. Apezar pois de ver, que esta cambada cómica, convertia a cousa em Tragedia, eu nunca pude conter a gargalhada, porque não vi mais que parvoíces [...] Para desabafo publico, eu pertendia pôr estas veneraveis, e lusidias calvas ao olho do Sol [...] Não querem [. . .] e hum nó tenham elles nas tripas como me atarão as minhas!! (*Ibidem*, p. 5).

O volume é todo no mesmo estilo, que inclui até a anedota ou notícia falsa: «Quando o [...] Excellentissimo Sr. José Ferreira Borges sahia do Porto, lhe disse a mãe, e mais o pai — Filho vai, e ate Marquez, aceita, dahi para cima póde scandalizar» (*Ibidem*, p. 6).

Mas o autor rapidamente tempera o cómico com o humor negro:

Neste papel só falta huma cousa, e vem a ser — *Por tanto, mandão que os Réos com baraço, e pregão sejam levados, indo elles pelo seu pé, até ao lugar da ... &c. &c.* e depois de feitos em quartos de marmello serão as cabeças postas em seus competentes postes altos, descobertos, e ventilados por amor das moscas &c. &c. (*Ibidem*, p. 6).

«Por descargo de consciência, senão arrebento», Macedo faz uma lista de situações ridículas que, no seu entender, caracterizaram o vintismo – e a sua queda.

Nada disto pode ser, eu fico sem o dizer, o Povo sem se fartar de rir, a razão sem dezagravo, a Justiça sem satisfação, e a Tripa sem se virar. Ao menos por descargo de consciência, se não arrebento, deixarei para os nossos netos, hum rol dos — *Ridiculos* —que observei marchando em ordem retrogada do rabo para a cabeça, ou do fim para a principio (*Ibidem*, p. 7).

São nove os ridículos arrolados: «A ultima Deputação Palhaça aos Paços da Bemposta»; «O Salão desamparado»; «Os pomposos titulos – Soberano, Supremo, e Augusto Congresso»; «Futilidade da maior parte das Questões tratadas»; «Mandar fazer Codigos a gente de fóra, chamando-se Cortes Constituintes, e Legislativas»; «A

Regencia para o Brasil»; «A escolha do meu parente Manoel de Macedo para grandes ratadas»; «Indicação do Patola nas Cortes»; e «A marca da distinção dos tres Poderes». Um exemplo incluído no «3º ridículo» (sobre os títulos pomposos adoptados) – «Quem tomasse o trabalho de escrever os Annaes das Cortes Lusitanas, Augustas, e Soberanas, lhe devia pôr este titulo = Historia Comica da Caza dos Orates» (*Ibidem*, p. 14) – foi o debate do projecto de decreto de luto nacional pela morte de Manuel Fernandes Tomás, assinalado pelo elogio fúnebre pronunciado por Pato Moniz e alvo do sarcasmo de Macedo: «Andem lá por onde andarem, em Pato falando, gargalhada temos».

Manoel Fernandes, diz Pato, tirou como *Franklin* o sceptro aos Tyrannos, ainda que não tirasse o raio a *Jove*. Ha cousa mais comica! Andem lá por onde andarem, em *Pato* falando, gargalhada temos. Não me posso esquecer deste decretado luto! He a cousa mais comica que, para fazer zombaria dos Portuguezes, podia vir ao Mundo! Ouvirmos hum bando da Camara Constitucional toda negra, vemos pelas esquinas o Caldas, e mais três Espiões Mestres com camizolas de Reis d' Armas quebrando os Escudos em que estivessem juntados os symbolos da Realeza de Manoel Fernandes, que vinhão a ser, hum Cróque, hum Lambaz²⁶⁹, e huma Vara em aspa, assim por modo de quem vem puchando hum barco da Figueira até a ponte de Coimbra, e todos os quatro bebados como Odres: = Chorai, Povos, que morreo Manoel Fernandes! Quem não estoiraria de rizo por baixo, e por cima? [...] E quem era esse Manoel Fernandes? Era o Patriarca [...] De quem? Dos patifes. Sim dos patifes que conspirarão audaz, e sacrilegamente contra o Throno, e contra o Altar (*Ibidem*, p. 15).

Depois de registar que, quando os deputados propuseram que se fizesse uma estátua a Fernandes Tomás, em que o «patriarca da liberdade» teria a fronte cingida por coroas de carvalho, de louro ou de oliveira, «houve hum Corcunda das Galarias que lembrou coroas de c . . .» (*Ibidem*, p. 17-18), Macedo reproduz o projecto aprovado, que não resiste a parodiar:

Depois de grandes debates, e discussões, eis-aqui o artigo do mais ridículo Projecto. Incumbe-se outro sim ao Governo mandar erigir em sua memoria hum Monumento sepulcral simples, e modesto, sobre o qual se gravará esta Inscrição. — *A Manoel Fernandes as Cortes Ordinarias*. [...] o Monumento que se lhe devia levantar era enterrar tudo junto: o Caes de Manoel Ribeiro era hum local excellente. A inscrição he simples, e tão simples que parece demente. Eu sou curioso de inscrições, e se lá estivesse indicaria — *Aqui jaz Manoel Fernandes, que escapou de morte de Força porque morreo de Diarréa: o que devia fazer o Carrasco, fez o Boticario*. Isto he que tem o cunho do estilo Lapidar (*Ibidem*, p. 18).

²⁶⁹ O croque e o lambaz são ferramentas de trabalho dos pescadores a bordo. Macedo tentava desmerecer Fernandes Tomás (magistrado de profissão), natural da Figueira da Foz, associando-o a uma actividade tida como humilde.

Como exemplo do 4º ridículo (futilidade das questões tratadas nas Cortes) dá a discussão sobre a venda de vinho aos quartilhos (*Ibidem*, p. 22-23) e o debate sobre a aguardente:

Nomeou-se huma Comissão que logo se retirou a huma Adega contigua. Neste intervallo teve lugar a segunda leitura do projecto para a extinção da Inquisição, que o Sr. Gyrão, e tres Mações da Madeira interromperão com a não menos ponderavel questão da agoa-ardente. Donde hade ir agoa-ardente para a Ilha? Hade ser agoa-ardente da Ilha, ou agoa-ardente de França? Que tal he ella? disse hum honrado membro. V. Exc. he boa folha, disse hum Preopinante, e póde decidir, aqui tem hum copinho, e vá a virar. Ora agora advirta V. Exc. que se se der a este Franchinote o exclusivo da importação da agoa-ardente na Ilha, e fora da Ilha, elle se obriga por hum cavalleirato lançado na Escriptura, a pôr de hoje em diante para todo o sempre todos os dias pela manhã sedo á porta deste Salão Augusto hum pipote da mesma agoa-ardente, para se distribuir hum caleço della a cada hum dos illustres opinantes, distribuido por pichel depois de assentados em suas cadeiras. A proposta foi recebida com muito especial agrado, e nunca retumbou pelos quatro angulos do Salão Augusto hum *apoiado* mais redondo!![...] os debates, e gritarias, sobre agoa-ardente continuárão por muitas sessões, e por muitos mezes. Ora sem haver ainda fumos de *Constituição* (estava traduzida) moer sessões e sessões com quartilhos de vinho, e cópos de agoa-ardente, isto só se podia ver nas Cortes Constituintes da Nação Portuguesa (*Ibidem*, p. 23).

A comparação do comportamento dos deputados nas Cortes ao de crianças indisciplinadas na escola é paradigmática da utilização do ridículo – «Eu gosto muito de imagens e comparações porque são muito expressivas» –, num registo trocista em que se nota a preocupação de assegurar o controlo social através do embaraço²⁷⁰:

Eu gosto muito de imagens, e comparações porque são muito expressivas. Quem não terá visto hum escola de rapazes mijões, e ranhosos? [...] diz hum rapaz: = Sr. Mestre, dá-me licença para ir á rua, que quero fazer c. . [...] Sr. Mestre, diz outro menino, este menino deo-me hum coice. Eis aqui *Derramado* pedindo, como consta do Diário de Cortes, hum satisfação de hum socco que lhe deo *Rocha Loureiro*. Sr. Mestre, grita hum, este rapaz chamou-me filho da puta. Eis-aqui a Comissão tal queixando-se da injuria que lhe disse *Borges Carneiro*, e pedindo satisfação ao Sr. Presidente. E assim como cada rapaz leva hum escrito, hum carta, hum papel para ler, e todos diversos, pois os andão pedindo, aqui temos os Deputados cada hum com seu projecto, seu parecer, sua indicação todas diversas para lerem ao Sr. Presidente; e assim como os rapazes retirão da meza as matérias que não prestão, e com as quaes não podião ir á aposta, também os Deputados retirão as suas indicações, quando, peores que as materias dos rapazes, não prestão para coisa nenhuma. Os rapazes andão annos e annos na escola moendo o dinheiro dos pais, sem adiantarem nada; assim os Deputados estão annos, e annos nas Cortes sem fazerem coisa nenhuma, moendo, e comendo dinheiro da Nação (*Ibidem*, pp. 26-27).

²⁷⁰ Ver CAVE, Christophe – *Op. cit.*, p. 227-239 ; BRIAN, Isabelle – «Le rire du prédicateur». In SERNA, Pierre (dir) – *La Politique du Rire*. Ceyzérieu: Champ Vallon, 2015, p. 119-136 ; WEISFELD, Glenn E., WEISFELD, Miriam B.– «Does a humorous element characterize embarrassment?». *HUMOR International Journal of Humor Research*. Vol. 27, Nº 1, 2014, p. 65-85.

O chapéu do ridículo vai ainda servir a Macedo para aparecer como denunciante do deputado Manuel Macedo, de quem alega ser parente, fazendo remontar os feitos da sua família – real ou, mais provavelmente, imaginada, tendo em conta o que acima ficou dito sobre a origem do nome do autor da *Tripa* – à batalha de Aljubarrota. «O certo he que Macedos sempre tem andado toda a sua vida em escaramuças, debates, e combates renhidos, e sanguinosos!» (*Ibidem*, p. 38).

O deputado teve responsabilidades na acusação da rainha D. Carlota Joaquina por esta se ter recusado a jurar a Constituição; derrubado o governo constitucional, José Agostinho não perdoa ao outro Macedo:

No trasito de Villa Franca, porque não achaste ó Manoel hum cajado das Lisirias que te medisse o espinhaço. Ó vara heroica, que faria mais justiça, que tu fazias com a vara de Malsim, de Beleguim, de Agarrador, de Filador, e Esbirrador! [...] E foste Manoel para Verride, sem te faltar hum só osso em teu corpinho, sem te ranger huma só costella! (*Ibidem*, p. 42-43).

Já em relação ao seu velho inimigo Pato Moniz – «mentecapto perversíssimo» –, a delação é acompanhada não apenas do insulto e da apologia do espancamento, mas também do incitamento à morte na forca, seguida de esquartejamento. A abrir o «8º ridículo», com o título «Indicação do Patola nas Cortes», afirma:

A sessão de 13 de Dezembro de 1822 foi tal, que eu cá de fora faria huma Indicação pedindo com urgencia se condusisse huma boa Forca, bem para o meio do Augusto salão do Soberano Congresso, e que o Carrasco que esperava á porta da Sala com a alcofinha, e cutello debaixo do braço fosse introduzido com a etiqueta do costume pelos Senhores Secretarios Felgueiras Junior, e Felgueiras Senior, e mais Felgueirada do expediente. Com efeito Pato, e companhia, alli mesmo sem formalidade de alva, Santo Christo entre os dedos, sem campainha, sem marmelada, fosse alli mesmo bem e fielmente pendurado, e feitas depois de seu corpo quatro partes iguaes ficassem em competentes escápulas penduradas nos quatro angulos do Augustissimo Salão (*Ibidem*, p. 48).

Como é seu hábito, Macedo desumaniza o outro, porém Pato Moniz e João Bernardo da Rocha Loureiro, tinham a agravante de serem ambos tenebrosos «periodiqueiros»:

[...] dois homens, ou animaes, que parecem haver sido predestinados para estas duas coisas, para a parvoice Rocha Loureiro, para a patifaria Pato Moniz. Estes dois são o *Pylades*, e o *Prestes* de quem tanto resa a Historia escandalosa dos Jornaes de Inglaterra para cá, e de cá para Inglaterra (*Ibidem*, p. 49).

Neste caso, um ódio especial faz Macedo perder a calma. Ele admite: «*Pato*, e *Loureiro* são dois claros nomes, que me transportão, e electrisão, em os pronunciando, ou escutando, já não sei de que Freguezia sou, e me desvio do trilho começado para

engalfinhar nestes dois Aréos» (*Ibidem*). Está explicado o registo, que não deixa de rondar o insulto: «Do Supremo Tribunal d'asneira ainda não sahio huma jumentada de mais alto bordo!» (*Ibidem*).

Em *post-scriptum* à *Tripa por Huma Vez*, Macedo acrescenta um «*Ridiculo em separado; eu, e os da Sucia grande*». Trata-se de uma auto-justificação em que apresenta como feito heroico a sua – falsa e interesseira – aproximação ao regime constitucional, que revela ter sido «hum verdadeiro jogo de Theatro» (*Ibidem*, p. 63):

Em fim eu andei nos cornos do Toiro, e me esborracharia o Toiro, se eu me não mostrasse entrado em suas vistas e projectos; sem conhecerem em mim hum Espião de outra especie, que em vindo o pano abaixo na infernal comedia, lhe poria como tenho feito, e fazia na *Tripa Virada*, a calva á mostra. [...] Mas que grande ridiculo se encontra neste jogo de Scena Theatral!! (*Ibidem*, p. 64).

V.7. «A gemer com dores»: periodicidade irregular d'A Besta Esfolada

Em 1823, Macedo despedira-se dos leitores na última página da *Tripa por Huma Vez*: «Tenho concluido *Tripa*, e Escritos desta natureza, e he este o seu FIM» (*Ibidem*, p. 67). Este não foi o primeiro adeus do padre às lides «periodiqueiras»²⁷¹. Mandado calar devido ao seu extremismo num momento em que o governo, apesar de contra-revolucionário, apostava numa política de moderação, Macedo fez uma travessia do deserto durante o primeiro período de vigência da Carta Constitucional (1826-1828) e regressou em triunfo quando o seu adorado «S. Miguel» tomou o poder. *A Besta Esfolada* mostrou um José Agostinho igual a si próprio, mas agora (quase) completamente desçaímado, sustentado pelo mecenato do Mosteiro de Alcobaça, com cujo procurador geral, Frei Joaquim da Cruz – que fora o seu alvo na célebre dedicatória (oportunamente renegada) de *Os Burros* –, se reconciliara.

Impressa em Lisboa, primeiro na Tipografia de Bulhões (o nº 1) e depois na Imprensa Régia, a licença da Mesa do Desembargo do Paço foi substituída, logo a partir do nº 2, por simples «Com Licença», coincidindo com a atribuição de censor privativo. Nos nº 13 e 14 voltou a fazer menção à licença da Mesa do Desembargo do Paço. O nº 15 indicou de novo a licença sem mais, mas a partir do nº 16 regressou a referência à Mesa do Desembargo do Paço.

²⁷¹ Despedira-se no *Manifesto á Nação, ou Ultimas Palavras Impressas de José Agostinho de Macedo*, Lisboa: Na Typogr. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822, na sequência da publicação de *Luthero, o Pe. José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universal*, opúsculo anónimo atribuído por Inocêncio a Manuel Fernandes Tomás, em resposta a um artigo publicado no nº 94 da *Gazeta Universal* da responsabilidade de Macedo, segundo Tomás (ver FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 218-225).

A publicação começou por ter uma periodicidade irregular (os quatro primeiros números datam de 7 de Julho, 21 de Setembro, 22 de Outubro e 3 de Dezembro de 1828). A partir do nº 4, passou a sair semanalmente até ao nº 7 (24 de Dezembro de 1828)²⁷². O nº 8 é datado de 3 de Fevereiro de 1829 e o nº 9 sai logo quatro dias depois, mas o nº 10 só é publicado a 19 desse mês. O nº 11 tem data de 26 de Março; o nº 12, 23 de Abril; o nº 13, 8 de maio; nº 14, 13 de Maio; nº 15, 17 de Maio; nº 16, 28 de Maio; nº 17, 3 de Junho; nº 18, 19 de Junho; nº 19, «em noite de S. João» (23 de Junho); nº 20, 4 de Julho; nº 21, 24 de Julho; nº 22, 2 de Agosto; nº 23, 16 de Agosto; nº 24, «Que horrível recordação he a do dia de hoje 24 de Agosto de 1829!!!»; nº 25, 5 de Setembro; e nº 26, 15 de Setembro de 1829. D'*A Besta Esfolada* saiu ainda um «Numero inedito, que seu Auctor não chegou a concluir», publicado com data de 1831²⁷³.

José Agostinho de Macedo assinou e datou todos os números na última página, o que permite acompanhar a evolução do seu estado de saúde²⁷⁴: a casa do Forno do Tijolo dos dois primeiros números deu lugar, no 3º, à enfermaria de Pedrouços, tendo-se a doença agravado no 4º (cama da enfermaria de Pedrouços). No 5º saiu da cama, para onde voltou no 6º e onde se mantinha no 7º. No nº 8 não fez referência ao estado, mas no 9º indicava «Fora da cama». No 10º voltou à cama e no 11º o tom é dramático: «Entrevado na cama». O nº 12 encontrou-o «na cama, e em cima de hum joelho». No nº 13 voltou a não falar do estado de saúde, mas no nº 14 estava «entrevado». Só voltou ao

²⁷² «Com sete números de *A Besta* já dados ao prelo, José Agostinho começava a sentir as pressões de alguns dos seus correligionários, a quem a fêrula agostiniana chocava e levantava receios políticos. [...] o seu indefectível Ricardo Raimundo Nogueira [...] morrera em 1827, sucediam-se as críticas e as censuras provenientes do Desembargo do Paço. O duque de Cadaval e o marquês de Belas eram dos mais instantes, censurando-lhe a “acrimónia” com que devassava constitucionais, homens e mulheres, pondo a nu intimidades, verdadeiras e falsas corrupções, costumes e ademanos. O padre era incómodo, porque a situação estava longe de consolidada: as cortes europeias recusavam-se a reconhecer o regime de D. Miguel, que consideravam assente no perjúrio de fidelidade ao rei D. Pedro. [...] O poder de D. Miguel era frágil; a sanha de José Agostinho, açulando vinganças e clamando por sangue, longe de o servir, só lhe acentuava os traços mais obscuros do perfil autoritário» (FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 299-300).

²⁷³ «A *Besta* conhecia o fim, o 27º número ficou incompleto. Os frades bernardos continuariam no papel de Mecenas, todavia os gabinetes não engraçavam com a virulência do periódico, e, com vista ao reconhecimento de D. Miguel, impunha-se emudecer o incalável Macedo. Ele não gostou, lamentou-se da falta dos reis destinados à farmácia. Protestou a sem cerimónia com que todos censuravam o escrito» (ANDRADE – *Op. cit.* Vol. II, p. 296).

²⁷⁴ Não foi apenas o agravamento da doença, mas também uma sucessão de intrigas políticas e pessoais que motivaram a irregularidade da publicação, como testemunham as cartas de Macedo ao Padre Frei Joaquim da Cruz, procurador geral do Mosteiro de Alcobaça. Ver *Obras Ineditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e Opusculos Documentando as Memórias para a sua Vida Íntima e Sucessos da Historia Litteraria e Política do seu Tempo. Com uma Prefação Critica por Teophilo Braga*. [Em linha]. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, p. 1- 41. [Consult.10.04.2017]. Disponível em <https://archive.org/stream/obrasineditasde01braggoog#page/n9/mode/1up>.

assunto no nº 20, terminado com «he de dôres hoje 4 de Julho de 1829», e no nº 26, a «gemer com dôres, e de pedra, aqui em Pedroços hoje 15 de Setembro de 1829».

V.8. «O estilo facêto em que seraõ expostos os maiores horrores»

O periódico traz no primeiro número a data de 7 de Julho de 1828, o próprio dia em que D. Miguel assumiu o título de rei absoluto. É num contexto de turbulência política, marcada por uma decisiva guinada no sentido do absolutismo «apostólico» que se enquadra o lançamento do novo periódico, tribuna do mais corcunda dos realistas.

Nesse número inaugural, Macedo apresenta os seus objectivos, explicando «com clareza, e até com rigor mathematico» que «a BESTA He a Facção que começou a espinotar em Villa Franca a 3 de Junho de 1823, até 22 de Fevereiro de 1828»²⁷⁵ (*A Besta Esfolada*, Nº 1, p. 7). Sem direito a figurar na tituleira do periódico, mas introduzido com destaque surge logo a seguir o «Cão Malhadiço»: «He o Porto, por dezasete vezes se tem amotinado, e revolucionado, nunca se vio emendado: e se agora de todo não derrabaõ este Caõ, ainda que o malhem tornará a morder» (*Ibidem*). Menos de uma semana antes, a 2 de Julho, terminara no Porto a revolta liberal iniciada a 16 de Maio, encabeçada por Palmela, Saldanha e Vila Flor (futuro duque da Terceira), que ficaria conhecida como a «Belfastada», do nome do vapor britânico *Belfast* que transportou os chefes insurrectos derrotados, enquanto os soldados empreendiam a retirada para a Galiza.

Ainda no Nº 1, Macedo anuncia o lugar atribuído ao humor na *Besta*:

Parece frivolo o titulo, e mais incompetente parece o estilo facêto, em que seraõ expostos os maiores horrores, que vio o Mundo, e as mais sanguinarias intrigas, e diabolicas maquinações, que nas Cortes do Oriente, e do Occidente foraõ causas de tantas desgraças nos que se chamaõ seculos do Baixo Imperio: quando for necessario carregar as cores, ou augmentar as sombras, eu o saberei fazer (*Ibidem*, p. 8).

Ao longo do primeiro número, o autor dedica-se a traçar, em tom trocista, o historial das tentativas liberais falhadas, desde o desenlace do vintismo na Vilafrancada até ao recente episódio insurreccional do Porto, sem esquecer uma espécie de moral da história que culmina com uma referência providencial a D. Miguel:

Quando eu considerava suas manobras pelo lado do ridiculo, sempre dizia comigo, nunca estes Histrões politicos põem em scena huma das suas Comedias, que não acabe com apupos, e pateadas! O mais melancolico dos homens, o Heraclito mais choraõ com as desgraças humanas, tendo hum

²⁷⁵ Data do desembarque de D. Miguel em Lisboa, regressado do exílio.

bordaõ na mão, não se continha, se á porta do Augusto Salaõ, no dia em que El Rei sahio para Villa Franca, visse debandar os Pais da Pátria, e se o Povo se não destrahisse com as gargalhadas, impossivel seria que não tapasse os narizes quando os taes Pais por entre as alas do mesmo Povo hiaõ correndo; por certo não levavaõ muito enchutas as pantalonas!! No dia de hoje, esta ultima Farça acabou em Tragedia. [...] Quatro annos trabalháraõ, para que hum Homem não vivesse, e pôz Deos nas mãos deste mesmo Homem o poder da sua vida, e da sua morte... Ah! Pedreiros! (*Ibidem*, p. 15).

Até ao fim da publicação, Macedo mostra-se convicto de que os liberais não poderão «fazer arraigar a Arvore da Liberdade» (*Besta*, Nº 21, p. 7) em Portugal.

Reveladas as «manhas da Besta» (*Ibidem*, Nº 2), o autor passa em revista os principais marcos do «império da Besta» (o anterior regime constitucional), pretexto para regressar a um velho ódio social – os comerciantes:

Muitas vezes os insultos caixeirões não ficavão por agradecer; os Clérigos costumão trazer suas bengalas, que ás vezes são substituidas por arrazoados cacetes, ou volumosos bordões de madeira segura; o carrasco, e zambujo entrão nesta composição: eu fallo com experiencia propria, e á vista tenho, e em uso, duas vergontas destas plantas, que não são exóticas; não castigarão poucas vezes o ar vazio; não poucos Caixeiros, e Patrões alguns incommodos sentirão na espinha dorsal (*Ibidem*, Nº 3, p. 5).

E ilustra a prédica com um episódio de que se diz testemunha ocular.

Huma das maiores consolações, que tenho tido na minha desconsolada vida, foi a que me trouxe a scena, que vi aos dous dias do mez de Agosto do anno do Nascimento de N. S.J.C, de 1826 á entrada do Caes do Tojo, da banda de Sancta Apollonia. Vinha modestamente caminhando a pe hum verdadeiro filho de S. Francisco [...] trazia comsigo, já de longo caminho, dous que não erão Anjos da guarda, á direita hum, á esquerda outro, de Casaquinhas com cathedra de Nisas: hum dizia ao ouvido direito do exemplarissimo Filho do Serafico Patriarcha — *Corcunda*: — outro dizia ao ouvido esquerdo — *Apostolico* — em voz alta [...] ... Oh Ceos! Que evolução tão rápida! [...] Parou... fez hum quarto á direita, e outro á esquerda, e simultaneamente soû o éco de huma Pateada Real no Proscenio de S. Carlos; ou soû o estampido da Columbrina de Diu, ou do Morteiro de Ormuz, que á voz de D. Alvaro de Noronha arrojava pelouros de cincoent a arrobas, dizem os nossos Historiadores com mentira, e tudo; e eu digo, porque o ouvi, soû o rebombo de duas bofetadas, que ainda sem se acabar deixarão estirados no chão os dous Arlequins como dous cães mortos. Não se ouviu mais a palavra *Corcunda*, menos a palavra *Apostolico*: talvez se ouvisse a minha gargalhada e muito mais se ouviu o alarido de cem Carvoeiros, que allí estavam espectadores [...] Certo Povo, que he Juiz integerrimo, dava Vivas ao Padre, e as Sentinellas do Quartel lhe apresentarão as Armas. A sorte dos Franchinotes foi muitas vezes a de muitos, e muito bem merecida (*Ibidem*, p. 6).

O exemplo serve para ilustrar a denúncia da irreligiosidade dos liberais, através da tentativa de empobrecimento e desprestígio dos membros do clero – a manha do projecto de «ludibriar, e vilipendiar os Ministros da Religião, expondo-os á zombaria pública»: «[...] em cheirando a pobre, já ninguem faz caso d'elle, porque o bafio, que

exhala a pobreza, he capaz de pôr em fugida a mesma Serra de Cintra, que se tiraria do seu lugar» (*Ibidem*, p. 7).

Que respeito teria o culto, indigna-se,

Vendo seus Ministros [...] esfarrapados, com huma Sotana, que pareça hum espantalho de Figueira, com huma Sobrepelliz mais suja, e mascarrada que huma toalha do *Mal Cosinhado*, ou de huma taberna de Galegos no Cães de Santarém, com humas botas indescalsaveis, com mais chapas de tombas que huma Caldeira velha, com huma cara mais pálida, e descarnada que a de huma convalescensa de Sezões; emfim Mumias ambulantes embrulhadas em cueiros! Humilhemos o Culto, dizia hum dos cinco Doutores do Directorio Francez – *La Reviliere le Paux*,²⁷⁶– nós acabaremos com o Christianismo. [...] o Padre Cura, a quem já falta huma das pás da Bateira, quero dizer, huma das mangas perdidas, e fluctuantes da Sotaninha, Granacha, ou o que quer que seja; meias de linha crua, e com mais pontos que huma Ária de Rossini, ou a Missa grande de Marcos [Portugal]; huns çapatos de vaqueta, abroxados com duas ferrugentas fivellas de ferro; huma camisa que, para a lavar, he preciso ficar sem ella até que a Lavandeira se resolva, ou o tempo dêr lugar (*Ibidem*, pp. 7-8).

V.9. Vândalo, eu?

A educação era outra prioridade do liberalismo. Macedo refere correctamente o Título VIII da Carta Constitucional, relativo às Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Portugueses, mas omite o artigo (145º) e cita de forma errada a Lei Fundamental. Transcreve os dois parágrafos respeitantes à educação²⁷⁷– mas fundidos, como se fossem um só: «Titulo oitavo da Carta §. 30. *A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. Collegios e Universidades onde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes!!*» (*Ibidem*, p. 12).

O leitor d'*A Besta Esfolada* é, assim, induzido em erro. O que Macedo apresenta como uma «empáfia» (*ibidem*) dos seus adversários é antes o resultado de uma amálgama destinada a produzir a conclusão seguinte:

E tudo isto de graça! Somos felizes, nossos filhos são Doutores em tres semanas, e tudo — gratis — Peruns pelos Sanctos, Lombos pelo Natal, Chouriços pelo Entrudo, Lampreas pela Semana Sancta, Cabritos pela Paschoa, tudo isto querião os Mestres de Meninos, fora o dinheiro do mez [...] verdade seja, que gallinha gorda por pouco dinheiro, parece que não pode ser: e que fará por nenhum dinheiro!! (*Ibidem*, p. 13).

²⁷⁶ Louis-Marie de la Réveillère Lépeaux (1753-1824).

²⁷⁷ «§ 30º - A Instrução Primária é gratuita a todos os Cidadãos. [...] § 32º – Colégios e Universidades, onde serão ensinados os Elementos das Ciências, Belas Letras e Artes» (Carta Constitucional. In MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 1984, p. 129).

Não seria o primeiro nem o último exemplo de desonestidade intelectual na obra de Macedo, que remata este número do periódico com uma declaração insuspeita: «Dirão os da Besta, que eu estou feito hum Wandalo, e que procuro entronisar a ignorancia, que sou o inimigo da instrucção pública: isto he verdade, mas he da instrucção pública da Besta» (*Ibidem*, p. 15).

A vitimização vai de par com o auto-elogio em Macedo. A propósito da doença, da idade e da proximidade da morte, refere-se a si próprio como «uma quarta-feira de cinzas»:

E não admira, porque são tres a trabalhar; o Medico, que dá a sentença, o Cirurgião, que a applica, e o Boticario, que a prepara. Oh! que tres inimigos! Eu tenho mais medo delles que dos tres inimigos d'alma! Mundo: ah! eu bem conheço esse sujeito, he malhado, e não me logra. Diabo: isso me tem a mim chamado muitas vezes, nem he tão feio como o pintão, mas ou feio, ou bonito, dirão delle a meu respeito que lobo não mata lobo. Carne: ah! carne, carne! Eu já não tenho senão ossos. O seu estímulo martyrisa, e eu já não tenho senão dores; nem hum minuto me deixão. Pobre carne! Quando ella tem mais de sessenta e tres annos de idade, já não he carne, he hum Quarta feira de Cinzas, lembra-te homem que és pó (*Besta*, Nº 4, p. 1-2).

V.10. A arma do ridículo e o estilo da zombaria

No número seguinte, volta a justificar a opção pela alegoria e pela «arma do ridículo» para expor os seus inimigos:

Eu sei que allegoria de Besta, manhas de Besta, couces de Besta, ancas, patas, garupas, são cousas ridiculas em objectos tão graves. Sim, se eu advogasse, ou me mandassem advogar a Causa da Nação, e comprovar os Direitos da Legitimidade no Tribunal do Mundo, eu sei qual seja o tom de Arnobio, e de Lactancio; mas para tão ignorantes, e ridiculos Campiões como os foragidos em Inglaterra, não ha senão a arma do ridiculo, e o estilo da zombaria, e desprezo, votando a eterna infamia, os infames transfugas Mações pertinacissimos, verdadeiros inimigos de Portugal, e opprobrio do género humano. O ridiculo não os encherá de confusão, porque elles não tem vergonha; mas dará ao Mundo hum idea de quem elles sejam (*Besta*, Nº 5, p. 6).

Por isso, reafirma: «E devo eu com outra arma, que não seja a do ridiculo, combater tantas parvoices, infamias, e até atrocidades? Esta será a arma, o Povo entenderá o que se lhe diz, e conhecerá o que este bandido, e outros que taes lhe querem fazer» (*Ibidem*, p. 13).

Usando essa arma, Macedo investe contra tudo, desde a imprensa, «Boceta de Pandora donde se tem derramado no Mundo grandes bens, e maiores males» (*Besta*, Nº 6, p. 7), até ao que considera a ingratidão dos nobres que aderiram à causa liberal (note-

se o recurso ao jogo de palavras e à cacofonia para obter o efeito cómico): «Onde estão as Commendas, os soldos, os ordenados, os cavalleiratos, as pensões, as tenças. ... Ah! Parati, já não he para ti o que era para ti, e o que não poucos da liberalidade de hum Rei tinham alcançado, e ás vezes extorquido» (*Besta*, Nº 8, p. 14).

Mas os excessos de linguagem de Macedo em *A Besta Esfolada* acabariam por incompatibilizá-lo com o sector mais pragmático do miguelismo, que tinha como prioridade o reconhecimento diplomático do rei e do regime, o que não era facilitado pela violência verbal destes «textos de perseguição»²⁷⁸, autêntica «pornografia do ódio»²⁷⁹. Do governo e da nobreza partem manobras tendentes a controlar a *Besta* – ou a amordaçá-la. O autor queixa-se: «Eu arrebento por fallar, mas como ateimão a dizer, sem quererem perceber a que idéa corresponda a palavra — Personalidades — tudo são personalidades, sejam personalidades, fique-me o grande rolhão não só na boca, mas até nas guélas» (*Besta*, Nº 6, p. 3).

Macedo lamenta-se dos efeitos da censura ao seu correspondente Frei Joaquim da Cruz – «mande-me V. S^a dizer se a *Besta* passou da estrebaria de Frei Henrique»²⁸⁰ –, queixando-se não apenas do censor, a quem chamava «Frei Velhaco de S. Patife»²⁸¹ – mas também das intrigas e pressões ao mais alto nível da corte, incluindo o duque de Cadaval²⁸² e a própria rainha D. Carlota Joaquina²⁸³, com excepção de D. Miguel, a quem seriam sonogados os exemplares do periódico²⁸⁴.

V.11. Palmela, o «anglómano»

O papel destacado do futuro duque de Palmela no campo liberal confere-lhe um protagonismo crescente entre os alvos preferidos da pena de Macedo. O primeiro encontro entre ambos ocorrera a 20 de Outubro de 1807, escassas semanas antes da

²⁷⁸ ANDRADE – *Op. cit.* Vol. II, p. 280.

²⁷⁹ «[...] que é como George Steiner qualifica os panfletos anti-semitas de Céline» (FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 151).

²⁸⁰ MACEDO – *Obras Ineditas*, p. 11. Refere-se ao censor Frei Henrique de Jesus Maria. Este, por sua vez, chegou a visitar Macedo em casa para lhe apontar o verdadeiro culpado pela «capação da *Besta*»: «Aqui veio outro dia Fr. Henrique em grande luxo, habito, corda e sege, lavado em lagrimas, e protestando-me e jurando-me que elle não era culpado na capação da *Besta*, mas sim Joaquim Antonio, e só Joaquim Antonio» (*Ibidem*, p. 26-27). Ver TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 437.

²⁸¹ Carta LIV de José Agostinho de Macedo para Frei Joaquim da Cruz. MACEDO – *Obras Ineditas*, p. 67.

²⁸² *Ibidem*, p. 17-18.

²⁸³ «A Rainha ralhou da observação da 22^a; logo aqui vem um clérigo por mandado d’ella dizer-me o que eu devo escrever» (*Ibidem*, p. 36).

²⁸⁴ «Outro visitante que veio de Queluz, me disse que para El-rei lêr o numero 7^o, foi preciso mandal-o comprar a Lisboa, porque á sua mão não vão taes papeis» (*Ibidem*, p. 19).

primeira invasão francesa, na Póvoa de Santa Iria, onde o padre tinha ido pregar – e onde, segundo conta, o jovem Pedro de Sousa Holstein lhe teria confidenciado «simpatias republicanas» antes de começar a declamar Camões traduzido para francês.

Aqui cahio o Carmo em cima de mim, que fugi pela porta fora, e me fui esconder na Sacristia! Estava traduzindo Camões em versos Francezes! Duas vezes morrêo Camões, hum de fome na calçada do Jogo da Péla, outra nas mãos de Pedro, aleijado, estropeado; e se elle vivo ficou sem hum olho, traduzido pelo Pedro ficou sem alma. Estas erão as disposições do rapaz Calhariz (*Besta*, Nº 9, p. 3).

O desagrado pela falta de qualidade poética transformou-se em ódio político por ocasião da Abrilada, a 30 de Abril de 1824. Durante a tentativa de golpe miguelista, o moderado Palmela (então marquês) fora preso na Torre de Belém, juntamente com outros liberais. Macedo correu ao local, onde foi visto a açular a população contra os malhados²⁸⁵.

O redactor da *Besta* tem outra perspectiva dos factos. «O Nosso Adorado Monarcha, então Infante, dêo com elle algumas horas a passear nas baterias da Torre de Belem na fresca manhã de 30 de Abril» (*Ibidem*).

O pior foi o carácter vingativo do malhado:

Vingou-se o Pedro. Nem moço Pedro, nem Burro negro. Vejão que couces tem dado o jumentinho! Daqui vem tudo. Quem inventou a Legitimidade pela primogenitura de Sua Magestade, o Imperador do Brasil? Pedro. Quem cooperou para se fazer cá, e se empurrar para lá, e depois para cá a Magna Cartinha? Pedro. Quem enganou os Gabinetes, e quem escrevêo, e enviou a fatal Nota (que anda impressa) ao revolucionario, e cabeça de todos os descontentes do Universo, o radical, e radicalissimo Caning? Pedro. Quem foi buscar a Gibraltar a Menina Princeza do Pará? Pedro (*Ibidem*).

A origem do mal residia na «anglomania» de Palmela,

hum dos intrigantes mais emperrados, que tem existido no Mundo. A Anglomania tem em todas as repartições, estados, e condições invadido muitas cabeças! Nos vestidos, e modas, Anglomania. [...] Cosinha, e Bifes, Anglomania! [...] Camarões, ovos, e chá com leite para os almoços em lugar de nossas sopas da panella, e hum taçalho de chouriço do Crato! Anglomania. Pasmarmos pelas taboetas dos ourives, comendo laranjas pela rua, affectando ar de meditação, ou cuidados, que distrahem! Anglomania. [...] Ter em casa Mestra Ingleza para as meninas, que sabe tanto a lingua Portugueza, como sabe os Artigos da Fé! Anglomania. Tudo isto tem muitos,

²⁸⁵ Entre os presos liberais encontrava-se o marquês de Fronteira, que registou o que viu nas suas memórias: «A praia da Torre estava cheia de mal intencionados, capitaneados pelo celebre prégador José Agostinho de Macedo que, apesar do seu grande talento e espirito, era tão exaltado realista, que passava a ser um facinora. [...] O prégador José Agostinho de Macedo, que se collocou em logar elevado, rodeado dum grupo de individuos mais notaveis, entre eles, varios frades, reconhecendo, como homem da Côrte, a todos os presos, parece que explicava ás massas curiosas quem nós eramos e fazia-lhes a nossa biographia a seu modo, augmentando as iras da populaça contra nós» (BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, p. 400-401).

e tudo isto tinha Pedro, e Pedro ainda tinha muito mais, que todos estes juntos. Tinha, e tem naquella alma de Chicharro a Anglomania Politica (*Ibidem*, p. 2)²⁸⁶.

Perante um cadastro desta dimensão, Macedo não hesita na sentença, apesar de acusar o toque da pressão que membros influentes da nobreza vinham exercendo contra a *Besta*:

Tudo isto, e tudo o mais, que dos Autos consta, e deve constar, podendo nós chegar ao — Por tanto [condenação à força] — se deve a Pedro; porque Pedro esteve algumas horas, até sem ser debaixo de chave, na Torre de Belem! E então quererão os parentes de Pedro que o respeitemos muito, quando tantos, e tão públicos crimes o tem tornado o homem mais infame, e mais criminoso do Universo? (*Ibidem*, p. 4).

A solução proposta é expedita: «Peor peste, e mais assoladora que hum Pedreiro Livre, ainda não appareceo no Mundo; e se se apressa a morte aos atacados da hydrophobia, atire-se aos Pedreiros, como a cães damnados, elles ficarão em eterno descanso; e nós sem elles o ficaremos também» (*Ibidem*, p. 16).

V.12. A desumanização do outro

Macedo promove constantemente o assassínio de carácter e a desumanização dos adversários, a quem chama, numa sucessão de insultos, «cambada de judeus errantes», «bando de ladrões», «ciganos sem pátria e sem lei», «cómicos ambulantes», «títeres», «bonecos», «marionetes», «palhaços»...

[...] a cambada dos Judeos errantes, que daqui abalárão depois de terem feito tantas para fazerem ainda mais por esses Reinos estranhos, dirá, e com razão, quando os contemplar aos magotes pelas Tabernas, Casas de Pasto, e Hospedarias, — Isto he bando de ladrões combinados, isto são Ciganos sem Patria, e sem Lei [...] Dirão outros, isto certamente he banda de Comicos ambulantes, andão pelas Feiras com Titeres e Bonecos, que não trazem de pão, porque são elles mesmos as Marionetes. Quem será o Palhaço? Certamente, he aquelle velho, e gordo (e apontão para António Hippolyto), e aquelle de nariz dimidiado, com pés geometricos (designão com o dedo o Candido) aquelle he o Cruz Diabo da funcção. Olha a choca da manada.... o Pedro Cotó [Palmela] (*Besta*, Nº 13, p. 8).

Para quem, parodiando Camões, pede a força:

²⁸⁶ Sousa Holstein dera mostras da sua «anglomania» logo a seguir ao fracasso da Abrilada miguelista quando, por officio de 13 de Julho de 1824 para o embaixador de Portugal em Londres, pedira auxílio militar a Inglaterra, que foi recusado. A Carta Constitucional de 1826, com a segunda câmara, o poder moderador e o veto real, era uma aproximação ao modelo inglês. A insistência do primeiro-ministro britânico George Canning para que o chanceler austriaco Metternich pressionasse D. Miguel, exilado em Viena, a jurar a Carta, aceitando as condições de D. Pedro para regressar a Portugal foi outro exemplo de «anglomania» política. Ver OLIVEIRA, Luiz Eduardo – *O Mito de Inglaterra. Anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*. Lisboa: Gradiva, 2014, p. 238-240. Macedo voltaria a referir-se ao «teimoso anglómano» e «vingativo» Palmela (*O Desengano*. Nº 25, p. 9).

Houve hum Poeta em Falmouth, que olhando para elles, e inspirado pelos Manes de Camões, gritou para elles da porta de huma Tasca. A corja de ladrões assignalados/ Fugindo vem da praia Lusitana,/ Que, em crimes nunca d'antes praticados,/ Tem já muito excedido a audácia humana: Que, em caurins, e calótes esforçados,/ Vão demandando o Imperio da Banana;/ Tão infame relé, corja tão porca./ *Eu sempre a cantarei digna da Forca* (*Ibidem*, pp. 8-9).

Os nobres, para quem a Carta Constitucional reservava a câmara alta do Parlamento (Câmara dos Pares), são particularmente visados:

Já fez hum anno a 23 de Fevereiro, que eu espero huma cousa, que ainda não vi, nem me consta que se executasse, convem a saber: — huma Assembléa dos Grandes todos no espaçoso terreiro do Palácio de Queluz, cada hum delles com o seu respectivo Diploma de *Par* na palma da mão, e fazendo circulo a hum bom barril de alcatrão, assoprando-o bem, ao levantar da lavareda lhos mergulhassem no meio, e a fatiota das pelles, plumas, e atavios (*Besta*, Nº 14, p. 16).

Além de Palmela («a choca da manada»), outros protagonistas da causa liberal são atacados de forma personalizada. É o caso de Rodrigo Pinto Pizarro, futuro barão da Ribeira de Sabrosa, figura destacada da esquerda liberal, objecto de troça – «Quem poderá ser mais asno que o Pizarro?» (*Besta*, Nº 14, p. 11) – a propósito de uma polémica com Palmela, classificada por Macedo como «ridícula farsa» ou «o mais ridículo de todos os entremezes» (*Besta*, Nº 13, p. 9-10).

Os adversários políticos são «hum magote de mentecaptos» (*Besta*, Nº 14, p. 12) ou, em alternativa, uma «rédua de mentecaptos» (*Ibidem*, p. 13), sobretudo os que aliam à qualidade de pedreiros livres ou malhados a de periodiqueiros, isto é, aqueles que ocupam o espaço público e manifestam as suas convicções políticas, exercício cívico que ajudou à formação da opinião pública em Portugal. Para Macedo são «os maiores patifes, e os mais famosos ladrões do Universo», dos quais salienta Hipólito da Costa, redactor do *Correio Braziliense*, apontado, com ironia, como exemplo a seguir ao «Pedreiro, que não for hum mentiroso de lei, não merece trazer pendurada do pescoço, em quanto o não pendurão pelo pescoço, a celestial Esquadria, e a divina Trolha, como aqui appareceo pintado hum dos nossos mais sanctos, e respeitáveis Patriarchas, o Senhor Hypolito» (*Besta*, Nº 17, p. 10).

Outro nomeado foi Pedro Alexandre Cavoé (1776-1844), architecto e periodista liberal, ex-amigo e (mais) um dos ódios de estimação de Macedo, com quem polemizara em 1821, quando alardeava uma adesão ao regime constitucional que, oportunamente,

viria a declarar ser fingida²⁸⁷. Chama-lhe «o bem conhecido Marcineiro, ou cabeça de páo [...] que debaixo da figura de hum trambolho estúpido, roliço, e succulento, escondia os figados de Robespierre, e os bofes de Marat» (*Besta*, Nº 21, p. 9). «Mestre Pedro, diz elle mesmo, declarando-se de grande Patente neste Exercito Periodical, foi neste Reino Redactor da Menemósine Lusitana, e, o que eu não sabia ainda, Redactor do — *Constitucional* — de 1820, e 1821» (*Ibidem*)²⁸⁸.

V.13. «Estejam calados!»

Em Abril de 1829, Macedo volta à carga contra outro dos seus alvos favoritos, a pequena burguesia urbana em busca de voz política, daquilo que se poderia chamar um empoderamento cívico e político:

Fanqueiros, Capellistas, Bacalhoeiros, Ferrageiros, etc., etc., etc., feitos a granel Políticos, Estadistas, Publicistas, são entes irrisorios, e cousas ridiculas, ou quando muito desafião a compaixão sobre tanta miseria. Seja tudo isto assim; mas quem pode duvidar que todos estes Batalhões de empecilhos são de huma impertinencia insopportavel, e de huma zanga invencivel? A poeirada da *Besta* fez destas gentes, ou o que quer que sejam, hum tropel de insolentes, e atrevidos, perturbadores da ordem pública, porque estão em mais estreito contacto com as classes do Povo miudo, que formão huma grande maça no Estado, e esta fermentada, e corrompida produz huma contaminação geral (*Besta*, Nº 12, p. 8).

O espaço público não é, portanto, para todos. O acesso à opinião pública (a expressão foi usada por Macedo em *Tripa por Huma Vez*²⁸⁹) deve ser cuidadosamente reservado em exclusivo aos «homens de bem», sinónimo de realistas ou corcundas. Quanto aos outros, a ordem é para calar.

Oh! porque nós sômos Cidadãos, sômos partes essencialissimas da Nação, e a forma do Governo he do nosso arbitrio, porque o Contracto Social tambem em Lamego se fez comnosco. Para nós tambem escrevêo Montesquieu, tambem escrevêo Mably: estão enganados. VV. m.ces são Capellistas, são Bacalhoeiros, Mercadores, Fanqueiros, Ferrageiros vendão, trampolinem nas suas lojas, mas estejão calados: seus discursos, e seus atrevimentos são crimes na Policia, porque perturbão a ordem. Ha muitos annos que eu embirrei com vossas mercês, porque os seus despropositos, alem de impacientarem o Mundo sensato, causão mil prejuizos no meio dos Povos (*Besta*, Nº 12, p. 9).

²⁸⁷ MACEDO – *Cartas Escriptas ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé Mestre Examinado do Officio de Carpinteiro de Moveis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. Ver FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 206.

²⁸⁸ Cavroé foi ainda redactor da *Minerva Constitucional* (ver TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 229 e 376).

²⁸⁹ Sobre o uso pioneiro da expressão no vintismo ver TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2006, p. 15.

V.14. Liberdade de imprensa: «Não querem revoluções? Pois não haja periódicos»

Estava dado o mote para a entrada em cena do principal instrumento da revolução, da democracia, do mal absoluto, enfim, segundo Macedo. «Sempre me deo no gôto esta Liberdade da Imprensa» (*Besta*, Nº 15, p. 3), ironiza, considerando-a «um sofisma» que se propõe destruir e oferecendo o exemplo do processo em que foi condenado, em 1822 (*Ibidem*, p. 4).

Livros impressos – eis «a mais pestilenta, e venenosa dentada» da *Besta* revolucionária, «em que a Religião era atacada, e a Moral pública corrompida; a mocidade, e talvez que tambem a decrepitude, pervertida, e assim preparada para o Atheismo, e para a Democracia» (*Ibidem*). Repentinamente, queixa-se Macedo, o povo português tornou-se desmoralizado, incrédulo e ímpio.

Donde vem isto? De tanto Livro, e de tanto papel, que fez em hum instante de hum aleijador de Relogios, de hum empresilhador de Chapeos, de hum arredondador de Confeitos, hum Doutor da Sorbona. [...] Caixeiros com as mãos, com a cara, com o toutiço besuntado de azeite, de manteiga, de toucinho, trascalando a bacalháo, e a carne do Norte, fallando na Chronologia dos Papas, nas doações de Constantino, e de Pipino, erão na verdade huma caricatura ridicula, mas offerecia huma caterva de impios materiaes mais brutos, que o bruto Polifemo (*Ibidem*, p. 5).

Macedo tem, naturalmente, uma solução – a fogueira para o livro e a forca para o leitor:

Eis-aqui os fructos colhidos da leitura dos pestilentos Livros, aqui impressos, vulgarisados, espalhados, e embutidos. Querer sarar das dentadas da *Besta*? Pois he preciso começar pela abolição destas producções das trevas; e depois desta Lei de exterminio, e desta basculhação Inquisitorio-Política, se na mão de algum se achar Livrinho desta natureza, fogueira com o Livro, e Forca com o dono (*Ibidem*, p. 6).

Pior do que os livros, só o «diluvio universal de Brochuras politicas, de Periodicos, verdadeira praga de Gafanhotos, que roêrão, e estragárão tudo» (*Ibidem*).

O problema afigura-se mais difícil de resolver do que o dos livros, mas, ainda assim, José Agostinho tem uma proposta:

Os Periodicos [...] não só devem ficar prohibidos, para não apparecerem mais para o futuro, mas fazer a Lei pela primeira vez retroactiva para se fazer hum miudo, escrupuloso, e circunstanciado exame de quantos (bem sei que seria trabalho para cem homens, e para cem anos) se imprimirão, desde que a *Besta* metteo a cabeça pelas cancellas de Arroios no dia 1º de Outubro de 1820, até 22 de Fevereiro de 1828, mandando-se , com penas gravissimas, a todas as pessoas de qualquer estado, e condição que fossem, que tivessem em seu poder os taes Periodicos, que os fossem levar, ou mandassem pôr no Campo Pequeno (se o local dêsse para isso) em pilhas

regulares, mas contiguas, permanecendo alli a Tropa em armas [...] vir o Executor da alta Justiça com seu fuzil, e pedra de petiscar, e competente archote, ou archotes, mechas, e mais utensilios, e largar, como Omár Califa, á immensa Bibliotheca de Alexandria, deposito da sciencia, e da insipiencia moderna, fogo a todos aquelles Castellos, e Torreões de papeis volantes, e reduzi-los a cinzas, para voarem mais. Concluida a queima, e apagadas todas as fagulhas, levantar o Carrasco a voz, e dizer como o Presidente mensal das Côrtes dizia — Está acabada a Sessão — Meus Senhores, está concluido o assado; e assim levou o Diabo os Periodicos. Em todas as Terras do Reino, grandes, e pequenas, no mesmo dia, á mesma hora [...] executar-se pontual, e rigorosamente a mesma Lei (*Ibidem*, p. 6-7).

Para classificar os periódicos e o periodismo, Macedo consome boa parte de um dicionário: pesadelo, delírio, flagelo devastador, diabólica invenção, dilúvio periodical, produto das pocilgas dos filosofantes (*Ibidem*, p. 8), o segredo do seu êxito foi o baixo custo que tornou «a peçonha» acessível a praticamente todas as camadas da população:

Em todos os Reinos, em que os Periodicos se multiplicarão muito, se tornou inevitavel a Revolução. Estes venenos custavão pouco a preparar, e menos a distribuir; pelo seu preço chegavão a todas as Classes, á Classe agrícola, á Classe operaria; a mesma canalha sem classe, e sem mister algum se occupava na Leitura dos Periodicos; e, como pouco reflexiva, não conhecia a peçonha, que se lhes propinava; desta maneira se contaminou em geral a maça da População de hum Reino, e tão vasto como o de França (*Ibidem*).

A ideia do veneno a dez réis – preço dos *Periódicos dos Pobres* –, ministrado pela Censura liberal, é reforçada no penúltimo número d'*A Besta*:

A maior impulsão, que se dêo para a desgraça pública, e particular do Reino, foi dada pela mão da Commissão da Censura; e para que esta desgraça de desmoralisação, e frenética rebellião chegasse, e se estendesse até ás ultimas classes, com licença da Commissão da Censura, se imprimirão os diversos Periodicos dos Pobres, e para os Pobres, para venderem a dez réis, veneno barato, e a que todos chegavão para beberem a tragos a morte dos sentimentos moraes, e políticos (*Besta*, Nº 23, p. 8).

Em suma, contra o «contagio universal dos Periodicos» – «talvez o maior mal, que tenhamos padecido» – impõe-se a sua total abolição²⁹⁰. «Não querem revoluções? Pois não haja Periodicos» (*Besta*, Nº 15, p. 11).

Pouco mais de um mês depois, volta ao assunto, com a metáfora da peste: «com effeito rompeo do Levante, porque em Veneza se começou a ouvir primeiro a aterradora, e sempre espantosa palavra — *Gazeta* — diante da qual a verdade treme como varas verdes» (*Besta*, Nº 19, p. 13). Ou, se se preferir, os periódicos são «fabricas da impostura, do embuste, e do desaforo» (*Ibidem*, p. 14).

²⁹⁰ Logo no início do regime constitucional, Macedo escrevera, sob anonimato, um violento requisitório contra a imprensa livre, com argumentos que foi refinando ao longo dos anos seguintes, mas com poucas variações do mote «Fugi de Periodicos = *Fugite partes adversae*» (*Exorcismos Contra Periodicos, e Outros Maleficios*. Lisboa: Na Off. da Viuv. de Lino da Silva Godinho, 1821, p. 34).

V.15. Senhoras Malhadas: «Querem moral sem freio, por isso se metem a políticas»

Padre freirático²⁹¹, Macedo manifesta na sua obra a misoginia de que deu provas na sua vida pessoal²⁹². A mulher é o outro e, no caso das mulheres liberais – as «Senhoras Malhadas» – a palavra é desbragada: «A reverencia devida ao sexo, isso não he para mim. O sexo tem-se feito muito ridiculo, e muito desprezível» (*Besta*, Nº 12, p. 9).

Prometeu, cumpriu:

Para darem á lingua não erão precisos remedios tópicos [...]. Invadio-as a mania politica, puxarão-se os registos todos aos órgãos fallatorios [...]; ninguém mais dormio onde ellas estão, nem mesmo na vizinhança. Os maridos fogem, os filhos abalão, os moços despedem-se, as criadas móscão, e a desenteria lingueira não acaba, he chronica, não acabará senão quando ellas acabarem (*Ibidem*, p. 9-10).

A propósito de uma brincadeira entre duas liberais, que enfeitaram um galo com fitas constitucionais nas asas, para simbolizar a liberdade, atando-lhe as patas com uma fita realista, para lembrar o despotismo, Macedo desabafa:

Ah! o meu bordão ainda se não quebrou; e se eu tivesse relação com esta Malhada, eu lhe prometto que, assentando-lho pela omoplata, fizera com que outro Gallo lhe cantara! Dizem ellas que o Systema Representativo lhes dá mais liberdade na sua condição. E que lhes faltava antes deste Systema celestial? Já então andavão meias nuas pela rua, talvez queirão andar de todo! (*Ibidem*, p. 11).

No número seguinte, a conversa é mais crua, apontando para a sexualização de uma suposta – aos olhos de Macedo – intervenção política:

Vós sabeis muito bem que a vossa influencia não vem da Politica. [...] Que influencia teria no Mundo hum focinho com mais pregas, que os dous roquetes de hum Conego, huns olhos mais encovados que dous Hermitães em duas covas, hum queixo, ou mandíbula inferior, que tremesse mais que hum Clerigo mandado para Rilhafóles, com dous timbales do Inferno [...] feitos dous figos passados (*Besta*, Nº 13, p. 6-7).

Daí a equiparar política e imoralidade vai um passo, rapidamente dado pelo autor:

A Malhadice tem para vós outro attractivo. O vosso Imperio no Mundo [...] he hum Astro, que faz a sua revolução á róda do Sol em vinte cinco até trinta cinco annos (muito lhe alargo a orbita!) Vós quereis as maximas da nova Politica, porque em si, e comsigo trazem as maximas de huma nova moral... Desterrão o pudor do sexo, convertem a natural timidez em desenvoltura, o recolhimento em impudencia, a sujeição em licença [...]. Abrem o passo a hum luxo immoderado, ou sem limites, que deixando no vestido apenas

²⁹¹ OLAVO – *Op. cit.*, pp. 85-152; FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 227-239.

²⁹² ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 55-57.

coberta a metade do corpo, deixa inteiramente nua, e vasia a bolça dos Maridos. Facilita-lhes a frequencia daquellas escandalosas orgias nocturnas, em que, o menos que se perde he o dinheiro ao jogo; não me atrevo a dizer qual seja o mais que alli se perde [...] Seja qual fôr a fórma do Governo, a Malhadice destas Malhadas corre de outra fonte, e he a que eu aponto; querem moral sem freio, por isso se metem a Politicas sem surrilfra (*Ibidem*, p. 7).

Em suma, «fôra para a malhadice porque tinham vontade de dar á lingua. Badalar, badalar, e mais badalar» (*Besta*, Nº 16, p.16). Como resolver o problema das «Malhadas» que «quizerem fallar em Politica? Deita-se-lhes pimentão na lingua, que logo se calão» (*Besta*, Nº 21, p. 12).

O nível da linguagem consegue descer ainda mais: «não vem hoje as Malhadas para o degoladouro. Hoje era o dia. O ar está pardo, a trovoadas era infinita; mas peor, porque com a demora cresce! Ah Cadellas! Não tarda o dia do pagamento» (*Besta*, Nº 21, p. 16).

V.16. «Desmoralização geral»

Macedo não voltou aos ataques directos às mulheres até à proibição d'A *Besta*, mas no número seguinte publicou a história de um brasileiro que pôs um anúncio num jornal do Rio de Janeiro²⁹³, fazendo público que a mulher lhe fugira para se prostituir em parte incerta. Com o pretexto de dar uma lição moralista perante um caso de «desmoralização dos costumes» num país liberal, Macedo ridiculariza o queixoso, num texto jocoso, cheio de duplos sentidos e jogos de palavras.

Quer querelar della? Pois querê-le; quem lhe pega, ainda que muito tinha elle na cabeça, por onde se lhe pegar! [...] Quantas difficuldades eu vejo neste caso! Aqui não ha disposições de Direito, tudo he torto, e retorcido, e se não he dos pés á cabeça, ao menos he na cabeça só. [...] O Senhor Francisco, tendo tantas pontas, não tem por onde se lhe pegue, todas as vezes que não querelasse com hum arrazoadado Cipó na mão, não fazia nada, porque pelo artigo tal da Constituição do Imperio, nem o Cidadão, nem a Cidadôa podem ser presos sem culpa formada (*Besta*, Nº 22, p. 8).

Desmoralização geral, incredulidade sistemática, indiferentismo absoluto em matérias de religião, desorganização total das instituições sociais (*Besta*, Nº 23, p. 3) – tal era o estado a que chegaram os costumes por influência dos vícios liberais. Uma das consequências era a educação da juventude.

Dantes, conta Macedo, «as saias erão lisas, e compridas», as raparigas

²⁹³ *Jornal do Commercio*, 10 de Abril de 1829.

pelas gelosias das janellas fazião seus tregeitos com os dedos, e Deos nos livre, que as Mães pescassem esta evolução de pantomima; e se na Igreja, de manto, ou de mantilha, havia alguns signaes telegraficos com os leques, levavão cada beliscão [...] as Mães tinham o remedio nas mãos, que era ainda em cima esbofetea-las [...]. Quando casavão, primeiro se fallava aos pais, e depois a ellas. [...] Esta creação, que tinham, depois a davão ás filhas, que havião de seus maridos próprios (*Ibidem*, p. 4).

E os mancebos?

A quanto se davão, com gravidade o fazião; tinham os exercicios proprios da sua idade: se jogavão as armas, era com valor; se se apuravão na equitação, não davão cuadas no selim [...]. Se erão Soldados, erão Soldados, não erão Fogaças em leilão. [...] Se se davão ás letras, não matavão os Mestres²⁹⁴, aproveitavão nas sciencias. [...] Veio a Besta [...] e que he hum Mancebo Portuguez? Elles por ahi andão, e parece que não tem outra vida senão andar pela rua. Pois aquillo, que por ahi anda são titeres, ou bonecos? [...] O fráque anda por cima das nádegas, e a calçota anda-lhe abaixo das solas. A cabeça he hum mônho de lâ como o da prôa de hum cahique; e por dentro? Cousa nenhuma. Se falla, asnêa; se anda, escoucêa (*Ibidem*, p. 4-6).

V.17. «Fedor de catinga» e «origem macacal»: o racismo como munção

O sarcasmo de Macedo é frequentemente racista. N' *A Besta Esfolada* as primeiras tentativas surgem no nº 5, de 10 de Dezembro de 1828, a propósito da notícia de uma cerimónia na embaixada em Londres, com a presença da jovem D. Maria II:

Eu não imaginaria huma scena semelhante em huma Comedia de baixo sóco se quizesse fazer rir o Mundo! [...] E, em quanto durou a cerimonia a menina Rainha Reinante estaria quieta sem bolir no Diadema, e depinicar nos Penachos? E as Aias, as Damas, as Donas de Honor, e sobre tudo a Camareira Mór, de que côr serião? E terião os cabellos muito corridios? (*Besta*, Nº 5, p. 12).

Racismo tendo como alvo judeus – além do sintomático verbo «judiar»²⁹⁵ – e ciganos aparece em diferentes números do periódico:

He verdade que fugirão muitos, e se alapardarão não poucos dos Ciganos, que nos impingirão a Besta, e que a tinham arreitado a tão farta manjadoura; mas entre os Ciganos mais trocas, apparecêrão logo alli alguns, que erão do Conselho Supremo, e não só Trocas, mas Troquissimos; e eu passados menos de quinze dias, mamado, e agourando ainda peor daquelle borbório, do que havia agourado da balburdia de 1820 (*Besta*, Nº 10, p. 8). [...] cambada dos Judeos errantes, que daqui abalárão depois de terem feito tantas para fazerem ainda mais por esses Reinos estranhos, dirá, e com razão, quando os contemplar aos magotes pelas Tabernas, Casas de Pasto, e

²⁹⁴ Referência ao assassinio dos lentes da Universidade de Coimbra, em Condeixa, a 18 de Março de 1828. Os professores iam a Lisboa apresentar cumprimentos a D. Miguel em nome da Universidade e foram mortos por membros de uma associação secreta de estudantes liberais, a Sociedade dos Divodignos. O crime serviu de pretexto para o novo governo miguelista lançar uma vaga repressiva que não só levou assassinos à forca como lançou na prisão e forçou ao exílio centenas de liberais.

²⁹⁵ Ver abaixo p. 135.

Hospedarias, — Isto he bando de ladrões combinados, isto são Ciganos sem Patria, e sem Lei (*Besta*, Nº 13, p. 8).

As referências aos judeus voltaram no último número antes da proibição:

Carcundas meus irmãos, meus Camaradas, meus honradissimos Carcundas, quando vos vejo, parece-me que estou vendo os Judeus pelas ruas de Larache, ou de Tetuão; andais como vendidos, ninguém olha para vós, que não seja para vos insultar (*Besta*, Nº 26, p. 15).

E também no número que ficou inédito até 1831 – seria o nº 27 d’*A Besta* – dirigindo-se aos capitalistas que especulavam com o valor do papel-moeda:

[...] seja quem fôr, basta-me saber, que não só he da Tribu de Issachar, mas da familia daquelle, que sabendo que Judas andava em negociações, e ajustes com os Escribas e Farisêos sobre o preço da entrega e traição [...] eu só quero que me diga huma cousa em consciência: Se o Papel-Moeda he genero, ou he dinheiro? Se he genero, porque não tem taxa? Se he dinheiro, quem lhes dêo a Vossas Senhorias authoridade para lhe alterar, ou diminuir o valor? Espero as suas ordens, e a sua resposta até á chegada do seu Messias (*Besta*, Nº inédito [27], p. 9).

Mas as principais tiradas racistas guarda-as Macedo para tudo o que diz respeito ao Brasil:

[...] os Brasileiros são como os jumentinhos, em pequeninos muito vivos, muito expertos, pulão, saltão, brincão, correm, emfim são a mesma viveza; quanto mais crescem, mais se lhes diminue a vivacidade, começam a se lhes dobrarem, e cahirem as orelhas, nenhum arrocho, por mais vibrado, e sacudido que venha, os faz andar, não tomão geito, pinguçosos, e indolentes (*Besta*, Nº 18, p. 8).

As especificidades da língua portuguesa falada no Brasil servem de pretexto para mais uma piada de mau gosto:

[...] e podem dizer os Brasileiros que estão tão separados de Portugal, que até a sua lingua não he a nossa, e tem razão, porque parece assim huma cousa por modo de lingua de Preto. Ou elles o são, ou de lá vem por algum costado! (*Besta*, Nº 19, p. 14).

A propósito do protesto diplomático motivado pela prisão do cônsul do Brasil no Porto, em Junho de 1829, carrega no insulto:

Se estes Senhores *di lá* são patifes, os *di cá* fazem justiça, pois não queremos que os Estrangeiros venhão dar Leis, e mudar Leis dentro em nossa casa, como nós não vamos dar Leis, nem mudar o Governo da sua. O Seu Monarcha tem lá hum Throno; o nosso cá tem o que só a elle pertence. Que não ha de acabar este fedor de catinga, com que nos vem inficionar o ambiente, que respiramos!! (*Ibidem*, p. 14-15).

Nos últimos números, a ironia dá lugar à ofensa desbragada:

Dizem que os dous pais da Gente Romana forão em pequenos alimentados com o leite de huma Loba; e porque não serião os pais da Nação Brasileira, não digo eu alimentados com o leite de huma Macaca, mas filhos naturaes da mesma Macaca? Pelos domingos se tirão os dias sanctos; olhem-lhe bem

para aquellas carinhas... me melem, se ainda se lhes não descobrem vestígios pouco confusos da origem macacal! E as fallinhas não parecem ainda guinchos da ternura materna? Eu quero bater-me peito a peito, ainda que me não possa nem mexer, nem levantar só desta cama, e desta cadeira, com qualquer campeão da melaçada *di lá*, para lhe provar que naquelles chatos focinhos, rombos narizes, flexiveis orelhas, roliços, e derrubados beiços não ha alguma cousa só, hum só ar do venerando rosto Portuguez. [...] Se dizem as más linguas que não ha geração sem meretriz, e ladrão, que muito he que vamos achar, no que se diz puramente Nação Brasileira, alguma cousa de rabo comprido! Deos me livre! (*Besta*, Nº 20, p. 3).

A insistência de Macedo nos ataques – «Terão razão os meus Leitores, e até os meus soletradores, de me perguntarem que tenêta he esta agora minha com o Brasil, e com os Brasileiros?» (*Besta*, Nº 21, p. 8) – é justificada pelo próprio como uma resposta aos impropérios das gazetas e papéis do Rio de Janeiro contra o seu «adorado» monarca e contra ele próprio: «Como em hum delles se diz, e em huma inteira folha, que eu sou o seu *Corifêo*, eu o defenderei, e com usura» (*Ibidem*).

Pretexto para mais um excesso na utilização da «arma do ridículo», recorrendo perla primeira vez a expressões tão ofensivas como «semi-homens» ou «colônia de escravos» «domesticados»:

[...] a Nação Brasileira, vestida unicamente da sua pelle natural, trazendo em sua cintura hum saiotinho de pennas de Papagaio [...] seria a Nação Cabouca, e a Nação Gamella. Os Portuguezes têm feito destes semi-homens huma Colonia de escravos; e lembrem-se elles que, depois de domesticados, quem advogou com heroico valor a causa justa da sua natural liberdade, foi o Jesuita eloquentissimo Vieira, e o mais castigado, e polido de quantos em Portuguez escrevêrão. Quem fez daquillo huma Nação forão os Portuguezes; quem fez daquillo hum Imperio foi a *Besta* (*Besta*, Nº 21, p. 5-6).

V.18. «Esta pena é um arrocho: pois aí vai uma arrochada»: uma violência «alegre»

O incitamento à violência é outro exemplo da utilização de linguagem excessiva e da ultrapassagem dos limites do humor, característica d'*A Besta Esfolada* e de José Agostinho de Macedo. Fá-lo em Abril de 1829, quando pede que façam «pernear» os pedreiros livres, dando assim ao povo «hum alegrão diario de carne fresca»:

Sabem porque existem estas monstruosidades no Mundo? Porque no Mundo existem Pedreiros Livres! E o Mundo os atura, vendo, e conhecendo que elles estão judiando com o genero humano: Ha muito tempo que não vejo n'elles senão estas três cousas — 1.^a Judiar — 2.^a Roubar — 3.^a Fugir. Pelo meu voto, em quantos se apanhassem, eu accrescentaria mais huma cousa, que fazião 4.^a — Pernear. — Acaba hum de pernear! Em baixo: este em baixo, outro em cima! E isto agora nos dias de Maio, que dão para tudo! Oh que safra! Deos a traga. Já que o anno ameaça escacez, dê-se ao Povo hum

alegrão diario com carne fresca! Oh que sanguinario velho! Dirão alguns. E o que nos farião elles, se o Diabo os pozesse de cima? Pois abaixo (*Besta*, Nº 12, p. 15).

Na edição de 28 de Maio de 1829, o autor revela-se mais criativo, ao oferecer uma lista de sinónimos de pau – cacete, bordão, arrocho – invariavelmente destinados a servir de arma ofensiva para espancar o oponente:

Trabalhar o cacete, desandar o bordão, descarregar o arrocho, são axiomas eternos, e invariáveis regras de Justiça, quando se tracta de amansar, ou de tirar manhas ás Bestas [...] torna aqui Besta, e chó Besta, isso não faz nada, he perder tempo; e com Bestas não ha contemplação; perde-se a obra, perde-se o trabalho, se o páo não trabalha, e trabalha deveras (*Besta* Nº 16, p. 1).

Dias antes, conta Macedo, recebera em sua casa um grupo de amigos, «respeitaveis Carcundas», a quem notara «o veneravel rosto mais alegre que de ordinário». Perguntou-lhes se tinham visto «passarinho novo» e logo ouviu a resposta desejada: «vimos, e ouvimos muita pancada, e não erão de enxotar moscas, erão de crear bicho. Pois Senhores, se ellas forão bem merecidas, então forão bem assentadas, e nunca as mãos doão a quem as assentou» (*Ibidem*). Quando os seus correligionários o descansaram – «quem as dêo forão os homens de bem, quem as levou forão os patifes» – não hesita na conclusão: «Então forão bem dadas, e bem levadas» (*Ibidem*).

O apelo à violência confunde-se, na prosa de Macedo, com meros actos de justiça, conforme afiança:

[...] eu estou intimamente persuadido que a Justiça pública tem que agradecer aos Carcundas esta mesma estrondosa pancadaria, e bordoadas; porque estas mesmas latadas em costellas, estas mesmas fracturas de craneos, estes mesmos braços deitados abaixo [...] he ajudar a mesma Justiça em seus sagrados trabalhos (*Ibidem*, p. 2).

E se a escrita é uma arma, mesmo já não podendo açar os perseguidores na rua, fá-lo nas páginas d'*A Besta*: «Que pena, e sempiterna magoa! Poder eu ainda usar das mãos, e não poder usar dos pés tolhido pela enfermidade! Mas esta penna he hum arrocho: pois ahi vai huma arrochada» (*Ibidem*, p. 3).

O incitamento vai desde a simples agressão, passando pelo espancamento até à eliminação física dos adversários. Convém não esquecer que n'*A Besta*, como antes em *A Tripa Virada* e depois n'*O Desengano*, assiste-se a uma porfiada desumanização do outro²⁹⁶. Essa persistência torna perfeitamente «normal» a reivindicação da morte dos

²⁹⁶ Ver HUNT, Tamara L. – «Desumanizando o outro: A imagem do “oriental” na caricatura inglesa». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 407-438.

adversários – «para conter o Pedreiro he absolutamente necessaria a Força» (*Besta*, Nº 24, p. 11).

Este «imoralismo cómico»²⁹⁷ regressa numa forma cada vez mais próxima do humor negro²⁹⁸, o que interpela o leitor para um outro problema – a questão dos limites do humor:

Quando o Malhado por obra, palavra, gesto, ou careta os insultar, metta o seu Cacete debaixo do braço, e agarre-se a elle de geito e modo, que o segure bem; se for pelo pescoço, deixo á sua conhecida discrição apertar menos, ou mais; porque faze-lo deitar meio palmo de lingua fóra, isso não he nada; se os bugalhos dos olhos lhe sahirem alguma cousa fóra da sua cavidade, ou encaixe, isso he bagatella, e grite com toda a força que tiver — Ó Senhor Magistrado, venha usar de toda a moderação em Direito necessaria com este Patife, que na presença do Rei, e da Lei, me insulta, e me escarnece por eu seguir o partido da honra, e defender os Direitos d’ElRei Nosso Senhor o Senhor D. MIGUEL; e em quanto não lhe apparecer o moderado Magistrado, que talvez se demore por estar occupado, vá apertando as taes guelras o mais que poder, para o homem não fugir (*Besta*, Nº inédito, p. 6-7).

V.19. O riso: «a arma mais custosa de manejar»

Macedo atribui um lugar central ao humor n’*A Besta Esfolada*, só alterando o registando jocoso quando «apparecem objectos de sua natureza tão sérios, tão graves, tão dignos de nossa atenção, que he preciso, eu o confesso, proporcionar-lhes o estilo». Nessas circunstâncias, faz questão de justificar-se, «por que eu posso fazer mais alguma cousa que gracejar. Rindo, também se diz a verdade» (*Besta*, Nº 17, p. 16).

Pelo contrário, sempre que a ocasião se proporciona, não perde a oportunidade de chamar o riso à colação. Por exemplo, quando insiste que as situações que narra e as acções que atribui, à laia de libelo acusatório, aos protagonistas do regime constitucional – «cornudagens» – estão todas documentadas no *Diário das Cortes*, identificando os seus autores:

Não me digão que eu invento cousas de minha cabeça; que sou como o Penteeiro de Coimbra, que fazendo caixas de corno muito bonitas, e torneadas, dizendo-se-lhe huma vez — Ó Mestre donde foi vossê aprender isto? — Respondêo — Em parte nenhuma: são cousas cá tiradas da minha cabeça. Não Senhores, estas cornodagens não tiro eu da minha cabeça, acho tudo nos papeis publica-rasamente impressos. Ouvirão o que dizia o Diario das Cortes? (*Besta*, Nº 18, p. 15).

²⁹⁷ CARROLL, Noël – *Humour. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 106-115.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 32-34.

A deriva obscena e fescenina de Macedo²⁹⁹ entra em derrapagem na fase final do periódico. A fechar o nº 26, o último antes da proibição, promete:

[...] peço venia para o seguinte Número, que não pode deixar de levar o seguinte Título — Os Traques da Besta — e com tal arruido, que desde o Rio se ouvem aqui; a cousa he deveras para rir; assim eu não tivera tanto que gemer com dôres, e de pedra, aqui em Pedroços hoje 15 de Setembro de 1829 (*Besta*, Nº 26, p. 16).

O fascículo seguinte ficou inacabado. Porém, na edição publicada em 1831 como «Número inédito, que seu Autor não chegou a concluir», Macedo explicita a razão do recurso ao humor como uma questão estratégica para o seu combate político, apesar dos detractores que tinha de enfrentar dentro do próprio campo absolutista, e que acabariam por conseguir calar a incómoda e insuportável *Besta*.

Conheço que esta materia devia ser tractada com a mais rigorosa severidade, porque se trácta da inteira ruina de hum Reino innocente, causada unicamente pelos Malhados, que não são d'outros tantas desventuras; mas eu não me apartarei do estilo adoptado, porque não ha Lei, que prohiba dizerem-se grandes verdades, rindo, e gracejando ao mesmo tempo. Os Malhados em vinte, e vinte e seis me toureárão; pois eu tourearei os Malhados em vinte e nove [...] ha asnos, para cuja bôca não he o mel, e não desistem jámais de arguições, que me atormentão os ouvidos, de que tracto as cousas, ou as combato com as armas do ridiculo, como se não fosse esta a arma mais difficullosa de manejar com sempre sustentada esgrima (*Besta*, Nº inédito, p. 3).

V. 20. O Desengano

O Desengano. Periodico Politico e Moral foi o último periódico redigido por José Agostinho de Macedo. Publicado de 6 de Setembro de 1830 a 19 de Setembro de 1831, o 27º e último número foi deixado incompleto pelo agravamento do estado de saúde do autor, que veio a morrer poucos dias depois, a 2 de Outubro. Foi impresso em Lisboa, na Impressão Régia, excepto os números 17 e 18, impressos na Tipografia de Bulhões. Até ao nº 6 (12 de Novembro de 1830), o cólofon traz a indicação «Por ordem superior». Nos números seguintes consta apenas «Com Licença». Tinha geralmente 12 páginas, com excepção dos nºs 2, 16 e 19, com 11; nº 3 (8 páginas), e nº 27 (10 páginas). A periodicidade também não era absolutamente regular: bimensal durante a maior parte do tempo de publicação, houve três meses com três edições (Setembro e Dezembro de 1830 e Abril de 1831) e dois meses em que apenas foi publicado um número (Janeiro e Julho de 1831).

²⁹⁹ ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 81-84.

Ostentando em epígrafe a divisa *Salus Populi suprema Lex esto*, *O Desengano* foi publicado num contexto de agudização do isolamento do regime miguelista, numa conjuntura internacional marcada pela afirmação de forças pró-liberais, com o realinhamento da diplomacia francesa na sequência da revolução de Julho de 1830 e a vaga revolucionária europeia que a acompanhou – prevista, aliás, por Macedo quase um ano e meio antes, em Fevereiro de 1829, n’*A Besta Esfolada*³⁰⁰ –, com insurreições em Bruxelas (conducente à independência da Bélgica), na Polónia, em vários cantões suíços e ainda no ducado de Modena, dando início ao longo processo de unificação da Itália. Outro revés para o governo de D. Miguel foi a substituição do conservador Wellington pelo liberal Grey como primeiro-ministro de Inglaterra, em Novembro de 1830. Além disso, a abdicação de D. Pedro da coroa brasileira, em Abril de 1831, significou o empenhamento exclusivo do ex-rei de Portugal e ex-imperador do Brasil na causa de sua filha D. Maria II, colocando-se à frente das forças que, a partir da ilha açoriana da Terceira, se preparavam para levar a guerra civil ao território continental. Para um ultra-realista, apostólico, «Grão Major da Brigada Carcundal», como Macedo orgulhosamente se auto-intitulava³⁰¹, era a situação ideal para voltar a propagandar a causa³⁰², regressando ao espaço público com o sintomático privilégio «Por Ordem Superior» alardeado no colofon, poucos meses depois de ter sido obrigado a calar a *Besta*³⁰³.

Mas a protecção não durou sempre. À medida que Macedo dava largas ao seu extremismo, sectores mais pragmáticos do campo absolutista alertavam para o efeito contraproducente de um periódico como *O Desengano* para o esforço diplomático que continuava a ser feito com o objectivo de conseguir o reconhecimento de D. Miguel pelas potências europeias. O padre dava-se mal com essas subtilezas de gabinete – e investia contra os adeptos da moderação, metendo-os no mesmo saco dos malhados³⁰⁴.

³⁰⁰ «A Europa está ameaçada de huma revolução geral; a Junta central, e directiva existe em Paris, e marca para o ultimatum desta grande obra o anno de 1830: pouco resta; mas em quanto o páo vai, e vem folgão as costas» (*Besta*, Nº 9, p.16).

³⁰¹ *A Besta Esfolada*, Nº 21, p. 3.

³⁰² «[...] o seu lema e objectivo supremo continua a estar confiscado à defesa acérrima do legitimismo» (ANDRADE – *Op. cit.*, p. 298-299).

³⁰³ «Mal se percebe como, proibida *A Besta*, José Agostinho (ou Joaquim José Pedro Lopes, por ele), obteve licença para publicação de *O Desengano* (“periódico político e moral”), poucos meses depois do vexame. O que é certo é que [...] a sua publicação, que, como de costume, foi acolhida com enorme sucesso comercial, estendeu-se por 26 fascículos, até à morte do autor» (FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 325).

³⁰⁴ «[...] órgão incontestado dos excessos miguelistas [...] *O Desengano* aplaudia os carrascos, açulava os caceteiros, reclamava mais forca, mais cacete, mais sangue» (OLAVO – *Op. cit.*, p. 250).

Por isso perdeu a distinção «Por Ordem Superior», tendo que contentar-se com um simples «Com Licença», logo a partir do nº 7. Também por isso um dos momentos marcantes d'*O Desengano* foi a narrativa do desembarque e agressão francesa, em Julho de 1831, depois de semanas de bloqueio naval do Tejo, em que Macedo deu largas aos seus desejos e imaginação, transformando a humilhação do poder miguelista num episódio histórico de heroísmo corcunda contra os protectores dos malhados³⁰⁵.

V.21. Um jornal sério com «não intempestivos gracejos»

O autor começa por procurar demarcar *O Desengano* da defunta *Besta Esfolada*. No novo periódico trata de coisas sérias, por isso promete usar um registo diferente. É o que faz, em Outubro de 1830, ao comentar o *Manifesto à Nação Portuguesa* da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino (de 15 de Dezembro de 1820):

Vamos contemplando esta escandalosa enfiada de imposturas para que o Povo, que deveras quer o bem, fique de huma vez para sempre, desenganado. — *Definhar-se a nossa industria*. — Estas palavras, pedantesamente escolhidas, — *definhar-se* —, precisavão de outra resposta, que não cabe na gravidade deste escripto, ainda que não fosse muito alheia do fim a que se encaminha (*Desengano*, Nº 4, p. 10).

Mas a tendência é irresistível para os «não intempestivos gracejos», daí a necessidade de nova chamada à ordem para «mais sérias e importantes verdades», no fascículo de 19 de Março de 1831:

De inimigos dissimulados nos livre Deos; e para que o Povo delles se livre, he preciso conhecellos, e por pintas, e signaes, para que pouco se tem até agora advertido; e preparado o Povo com estes, não intempestivos gracejos, attenda agora para as mais sérias, e importantes verdades (*Desengano*, Nº 15, p. 5).

De resto, os temas d'*O Desengano* repetem os antes glosados n'*A Besta Esfolada*, de que terá sido uma «cópia chapada»³⁰⁶, onde não faltam sequer as habituais ameaças de deixar de escrever³⁰⁷:

[...] mas eu neste, talvez que ultimo N.º do *Desengano*, porque a paciência cansa de ouvir improperios do orgulho doutoral, farei conhecer ao Povo que cousa seja Revolução [...] Á vista disto, (póde ser que a vez ultima, que escreva) eu devo chamar a todos para que a si mesmos se vejão, e contemplem neste espelho do *Desengano* (*Desengano*, Nº 19, p. 5-8).

³⁰⁵ *O Desengano*. Nº 24, p. 1-6.

³⁰⁶ FERREIRA, A. M.— *Op. cit.*, p. 325.

³⁰⁷ Ver acima p. 118, nota 271.

V.22. Os alvos

O alvo principal continua a ser a Revolução e os seus instrumentos: a Maçonaria, os pedreiros livres e os malhados em geral, os filósofos e homens de letras, mas também os médicos, os juristas e até os nobres e os clérigos, enfim, todos aqueles mais propensos à contaminação pelos livros e pelos periódicos, devidamente desumanizados e diabolizados para justificar a violência da linguagem e o apelo à eliminação física do outro.

Sem esquecer as mulheres, sempre na mira de Macedo:

As mulheres, quando tem caras capazes de desmamar creanças, ou de fazerem sem máscara papeis de Furias n'huma Tragedia Grega, sabem com a arte do rebôco, fazer taes pirraças á Natureza, que fica a cara, virando desta sorte de crena, em alguma distancia, que parece a Venus de Medicis, que está, ou estava na Galleria de Florença; mas deixem chegar a noute que desaparelhe aquelle esqueleto vivo, quem o vio de dia, não o conhece de noute; porque por baixo do rebôco estão gelhas, carquilhas, rugas, em fim, a vera effigie da Furia Megéra (*Desengano*, Nº 15, p. 2).

V.22.1. Revolução e revolucionários

Uma novidade neste periódico em relação aos anteriormente analisados é o recurso a uma linguagem com pretensões de cientificidade para descrever o mal absoluto: «Revolução he huma mudança desgraçada do bem para o mal, na ordem Politica, de que resulta alguma vantagem para os Scelerados, que a fazem» (*O Desengano*, Nº 2, p. 1).

O exemplo pode vir da física, com referência ao «fluido eléctrico»:

Portugal nunca teve revoluções! Nunca, e foi aquella [1820] a primeira. Nunca! E aquella mesma, não era sua, era estranha, e com ella entrava na generalidade da revolução Européa. Era huma porção consumida pelo fluido electrico, que envolvia, e abraçava simultaneamente as outras Nações da Europa (*Ibidem*, p. 3-4).

Ou, ainda na física, à energia cinética:

A revolução he a pedra arrancada de cima da montanha, a sua acceleração não he como a dos outros corpos, aqui não ha, nem razão directa, nem inversa do quadrado da distancia, ha huma precipitação ruinosa, que leva comsigo tudo, se não se constituir na espada, e no canhão o unico meio da resistencia (*Desengano*, Nº 5, p. 10).

Mas pode vir até da medicina, com a assimilação da revolução ao «império da loucura»³⁰⁸:

[...] este Imperio he o da Loucura [...]. Com effeito, quando eu, com a attenção de que sou capaz, considero a dominação Maçonica, em cada Revolução [...] vejo huma perfeitissima Casa de Orates, cuja demolição he hum sagrado, e necessario dever [...] Nós já vimos por duas vezes esta Casa com as portas de par em par aberta, e formigando dentro della os Orates, e mentecaptos, e se os não vemos agora juntos, nós os vemos dispersos, mas não menos furiosos [...] que cousa he bum Pedreiro, que não só não tem Religião, mas a persegue? He hum Orate, porque o Imperio Maçonico he hum Imperio de loucos (*Desengano*, Nº 12, p. 2-3).

Tratamento? «E que se faz na casa onde estão aos Orates? Correada, não só que deixe vergão, mas que escorra sangue, e só o sangue do açoute cura Orates, e cura Pedreiros» (*Ibidem*, p. 3).

Seja qual for o ponto de vista por que considere o «flagello da revolução», Macedo aponta sempre para o mesmo fim: os ricos ficam pobres e os pobres ficam mortos:

Qualquer homem empregado, que a si particular, e individualmente se considere, e examine em todas as suas relações, por seu proprio interesse, e pelo interesse da sua condição, e estado, deve detestar, abominar, e oppôr-se ao flagello da revolução. Os ricos ficão pobres, e os pobres ficão mortos; os homens de bem ficão em três lugares, nos cárceres, nos desteros, e nos patibulos; e os malvados nos mais eminentes degrãos, rindo-se cá para baixo (*Desengano*, Nº 11, p. 11).

Os «energúmenos revolucionários» são «charlatães constitucionais» (*Desengano*, Nº 14, p. 7), «pedaços d'asnos» a quem Macedo aponta a incoerência do uso de uma «contraditória mixórdia de palavras» numa «cena cómica» de troca de «fofices pessoais de factícia nobreza»:

[...] eu vejo estes solemníssimos mentecaptos impando de Condecorações, e de Excellencias. No seu Congresso está o tratamento da Magestade, a mesma Casa em que se juntarão para escoucear, como se lhe chamassem sempre Octaviano, sempre lhe chamarão Augusto Salão [...] A Scena mais comica que se tem apresentado a meus dous olhos velhos, foi vêr dous Republicanos tão finos como Catão, e Labieno, isto he, Manoel Gonçalves, e José da Silva [Carvalho], ás Excellencias hum ao outro como dous Donatos ás Reverendissimas; e o Contrato Social, e seu Auctor Jacques ás cuadas com a igualdade dos homens!! Que querem os homens com tão contradictoria

³⁰⁸ É interessante comparar o que escreve Macedo sobre a loucura com o distanciamento crítico do autor d'*O Piolho Viajante* face à desumanidade reinante, na mesma época, no tratamento dos doentes mentais, sobretudo nos «asilos de alienados». Ver abaixo capítulo VII, «Quem enfia as carapuças d'*O Piolho Viajante*». Cf. FERRAZ, Wagner de Angeli – «O riso: da loucura à clínica», *Cogito*. [Em linha]. Vol. 10, 2009, p. 83-90. [Consult. 19.04.2017]. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100015&lng=pt&nrm=iso; e FOUCAULT, Michel – *Histoire de la Folie à l'Age Classique*. Paris: Gallimard, 1977, p. 24-27, 373-400 e 531-557.

mixórdia de palavras, e de obras? Ora pois, elles querem a Soberania do Povo collectivamente, não he muito queirão Excellencia nos individuos particularmente. [...] Serão huns grandes Regeneradores, do Mundo, mas também são huns pedaços d'asnos. [...] Aturem-nos lá, e digão-me, que querem os homens?! Como se compadecem idéas, e palavras Republicanas, escriptos Democraticos com as fofices pessoas da facticia nobreza dos que entravão no Salão Augusto, e sahião do Salão por augustar? (*Desengano*, Nº 16, pp. 3-7).

A mesma incoerência torna-se, na pena de Macedo, numa opção premeditada pelo duplo sentido enganador: «Para as palavras communs tem elles hum sentido contrario, o seu Diccionario, he o Diccionario dos inversos [...] mas eu não venho aqui para ouvir pataratices, e imposturas de seus Manifestos, promessas, e arrazoados» (*Desengano*, Nº 12, p. 4).

Ao que vem, então, o novo periódico? A resposta está no título: vem desenganar o povo, para evitar nova recaída na «moléstia» de que já sofrera por duas vezes, em 1820, com o vintismo, e em 1826, com a Carta Constitucional. Se, à primeira todos caem e à segunda cai o «pouco acautelado», à terceira, armado por Macedo com o argumentário explanado n' *O Desengano*, só cairá o tolo...

O que mais que tudo desejo he não vêr o Povo Portuguez mettido na Casa dos Orates na Revolução. Se alli cahe, será para sempre desgraçado. Na primeira cahe todo o homem, ahi tem 1820; na segunda o pouco acautelado, ahi tem 1826; na terceira o tolo; e para o não ser tem bastantes Desenganos; se para alguns são amargos, mais o são os da Botica, e tomão-se (excepto eu) para que a perdida saude se restaure, ou a molestia não vá por diante (*Desengano*, Nº 12, p. 11).

V.22.2. Os filósofos

Para quem afirma que «Filosofia e casa vazia tudo he o mesmo» (*Desengano*, Nº 17, p. 6) e que «essa arvore, que dá fructos de morte, chamada da liberdade, nunca em Portugal criará raízes» (*Desengano*, Nº 23, p. 11), é natural a investida contra os filósofos. A começar pelos «quatro sofistas máximos»: Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Raynal.

Macedo começara a ajustar contas com Rousseau n' *A Besta Esfolada*, acusando-o de plágio no *Contrato Social*³⁰⁹. No seu último periódico volta a fulminar João

³⁰⁹ «Ah! dirão muitos, o Padre traz o espirito muito azedo com estas catástrofes do Reino, custa-lhe muito o vilipendio da Nação, a quem pertence, mas he porque tem a alma acanhada, e a não deixou jámais penetrar com hum raio de luz do Liberalismo. Ainda não dêo em sua vida huma só vista de olhos ao *Contracto Social*. Dei sim. Senhores, e muito que dei, e tanto dei, que até dei nelle com hum continuo, e solemne Plagiato de toda a segunda parte do Livro de Saxonio Ulberto Hulrico, intitulado — *De Jure Civitatis*, — ou do Direito do Cidadão, porque João Jaques, auctor clássico dos nossos Caixeiros,

Jacques, «hum declarado inimigo dos homens», cuja «selvagem Filosofia [...] fez derramar tanto sangue, e commetter tantos assassinatos, que devia amaldiçoar o dia em que deo á luz o Evangelho dos facciosos» (*Desengano*, Nº 6, p. 3). Voltaire, por seu lado, «declarou guerra á Religião, atacando com as armas do ridiculo seus Ministros, tornando-os odiosos» (*Ibidem*, p. 4).

Já Montesquieu, «chamado pela escola Maçonica, o Legislador do Universo», talvez «se arrependesse depois de não ter deixado os homens em sua natural ignorância» (*Ibidem*, p. 3). Quase dez meses depois, em Agosto de 1831, Macedo mostrar-se-ia mais severo para com o autor de *O Espirito das Leis*:

O pai, o mestre, e architector de todas as revoluções, he unicamente Montesquieu, e só com elle aprendêrão quantos depois d'elle tem escrito sobre estas nauseantes materias de Constituições, e de Governos representativos, alli tem apanhado as suas doutrinas, naquelles desligados pensamentos, em que (digão o que quizerem) se não acha hum fio seguido (*Desengano*, Nº 24, p. 11).

Quanto ao seu colega padre Raynal, José Agostinho credita-lhe «menos engenho» do que aos outros três, compensado, porém, por «huma atrevidissima eloquencia, e fascinava, e arrastrava com ella a totalidade, ou ao menos a maioria dos semi-doutos, dos faladores, e dos que professão o instituto de Filosofos de Cafés» (*Desengano*, Nº 6, p. 4).

Fora deste naipe surgirá ainda, no número de 7 de Julho de 1831, uma curiosa referência ao «profundo Kant», cuja filosofia Macedo diz conhecer através da versão francesa de Charles de Villers³¹⁰. Contudo, as subtilezas da filosofia transcendental dão origem, nas páginas d'*O Desengano*, a uma simplificação que combina metafísica, malhados e pauladas nas costas do filósofo de Königsberg.

O profundo *Kant*, que neste Seculo em Metafysica teve seus visos para poder ser chamado o Aristoteles do Norte, se o apertassem com huma definição de Malhado, ficaria tão engasgado como eu, que sou hum pedaço de asno nestas transcendentales abstracções, pois elle disse que hum páo quando o vemos, não existe fóra de nós, mas dentro em nós mesmos: assim se lê no Compendio, que em Francez nos dêo da Filosofia de *Kant*, Mr. *Villiers*: melhor fóra que este páo, que elle via dentro em si, elle o sentisse fóra de si, mas nas costas, com pouco tempo de folga na hida, e na vinda (*Desengano*, Nº 23, p. 2).

não fez em todas as suas Obras mais do que empurrar gato por lebre. Vejam lá se eu sei alguma cousa do Liberalismo!» (*Besta*, 22, p. 5). O autor referido por Macedo é o jurista e filósofo holandês Ulrik Huber (1636-1694).

³¹⁰ VILLERS, Charles – *Philosophie de Kant. Ou Principes Fondamentaux de la Philosophie Transcendentale*. [Em linha]. Metz: Collignon, 1801. [Consult. 19.04.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k114359k/f4.image>.

A incursão filosófica termina com um precursor: no último número, Macedo evoca Demócrito, cujas gargalhadas justificam a sua arrumação como mentecapto, asno e parvo: «Este mentecapto foi hum Filosofo, porque as maiores parvoices são feitas por Filosofos, e o de que fallo, foi o Filosofo Demócrito, e bem asno, e bem parvo se mostrou, porque andava sempre em gargalhadas, á vista do que vai pelo Mundo» (*Desengano*, Nº 27, p. 1).

V.22.3. As «classes revolucionárias»

Leitores – e discípulos – dos filósofos encontra-os José Agostinho, «com manifesta predilecção», em dois grupos socio-profissionais:

Corra-se a Historia d'estas modernas revoluções, ou grandes, ou pequenas, ou geraes, ou particulares, sempre se encontraráõ, sem excepção de huma só, duas classes como obrigadas, Medicos, Jurisconsultos, alta, e baixa Magistratura; a contação politica abrange com manifesta predilecção estas duas classes (*Desengano*, Nº 6, p. 8-9).

No entanto, virá mais tarde a alargar o âmbito do «contágio». Primeiro aos letrados em geral:

[...] desgraçadamente os homens de Letras são, para desgraça sua, e nossa, os Granadeiros destes tão engrossados Batalhoes; as Universidades, cujos Mestres, e cujos alumnos tem por si a justa presumpção de Literatos, são como os depositos e escolas, em que se adéstrão estes guerreiros da impiedade [...] os auctores e promovedores das revoluções se encontram nesta allucinada Classe de Literatura[...] He desgraça, e bem fatal, que se haja convertido em hum motivo de vaidade orgulhosa o alistamento nesta Seita, porque *ipso facto* se julgão homens em tudo superiores aos outros homens, para quem olhão como para cégos, hebetados, e ignorantes, e eu para elles, como os maiores papelões, e asneirões da Terra (*Desengano*, Nº 15, p. 5-6).

Depois, ao próprio clero, onde encontra «o malhadismo mais descarado», por exemplo entre os

Monges do Rastello, que em 1826 tanto de suas mesmas janellas insultavão os homens de bem, mostrão huma inexplicavel alegria, como se já chegasse a hora (como no tal anno lhes chegou) de sahirem para a rua a passeio com gabinardos azues, saiotes de panninho, e botas de hum lustrosissimo verniz Britanico [...] o escandalo não pode ser mais público, nem o Malhadismo mais descarado (*Desengano*, Nº 22, 9).

O extremismo de Macedo fá-lo entrar em polémica com outro expoente do pensamento absolutista da época, Frei Mateus da Assunção Brandão, a propósito de um opúsculo em que este afirmara não ser motivo de receio a recente revolução de Julho de 1830 em França. José Agostinho começa por acusá-lo de «moderação» relativamente

aos liberais e acaba por atribuir-lhe a autoria de uma manobra para fazer calar o *Desengano*, à semelhança da «vergonhosa cabala» que fez parar a *Besta*, assegurando que «só quem me mandou escrever, me póde mandar calar» (*Desengano*, Nº 17, p. 11)³¹¹.

Entre os argumentos esgrimidos contra Brandão, que Macedo insiste em chamar, em tom pejorativo, «Frade Bento» – numa associação subliminar a outro beneditino, o malhadíssimo Frei Francisco de S. Luís –, compara a «folha de serviços» de ambos na luta contra vintistas e cartistas. Aos «tres Folhetos contra os revolucionarios, e Pedreiros Livres» de Brandão, escritos «debaixo de hum Governo Legitimo, e verdadeiro, com hum Ministerio Christão, e honrado, em que elle nada tem que temer» opõe os seus «duzentos Artigos, na Gazeta Universal, e avulsos, tendo nas mãos hum Sceptro de ferro a canalha vinda do Porto», além das «32 Cartas, e bem compridas, quando hum forte Exercito Estrangeiro se atravessou no meio de Portugal, para auxiliar o dominante Partido Carteiro dos Pedreiros»³¹². Triunfal, Macedo remata com uma pergunta: «E nestas crises tão perigosas, nestes transes tão arriscados [...] que fez o Dr. Frade Bento, que agora [...] nos vem arrotando valentias como Campeão do Altar, e do Throno? Esteve callado como hum Rato em sua toca» (*Ibidem*).

Por fim, o contágio revolucionário alastra à nobreza, cuja arrogância Macedo sublinha ao usar a alegoria do telescópio e do microscópio para dar conta da falta de comunicação entre aristocratas e plebeus, «tal é a grandeza e a distância em que o nobre se considera»:

A Nobreza, ou a classe alta despreza, ou desdenha muito a classe popular. Ha Nobres tão intrataveis, e soberbos, que mostram não poderem supportar que os plebêos tenham como elles a figura humana, e por que estão em huma condição elevada, não querem conhecer nos outros a igualdade da Natureza. Para se communicarem hum grande, e hum plebêo são precisos dois instrumentos, dos quaes hum em Astronomia se chama Telescopio, outro em Fysica se chama Microscopio, hum aproxima, outro augmenta; para o plebêo fallar a hum destes Grandes precisa do Telescopio, que lho aproxime; tal he a grandeza, e a distancia em que o Nobre se considera, ou quer que o considerem! Para o Grande fallar, e tratar a hum plebêo, necessita do Microscopio, que lhe augmente a invisivel pequenez em que reputa, ou imagina. Bom seria que estes tubos, e estas lentes se quebrassem de huma vez para sempre, e que se formasse huma adequada idéa do que seja a

³¹¹ Ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – «Mateus da Assunção Brandão versus José Agostinho de Macedo – Uma polémica em torno da Revolução», *In Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil II*. Porto: Universidade do Porto, 1992, p. 305-321.

³¹² A Carta 1ª está assinada J. A. D. M.; a partir da Carta 2ª até à «32ª e Ultima», o autor vem identificado por extenso. Ver MACEDO, *Cartas de José Agostinho de Macedo a seu Amigo J. J. P. L.* [Joaquim José Pedro Lopes] – Lisboa: Imprensa Régia, 1827.

igualdade moral, e que se calculassem os males que acarreta esta arbitrária diferença (*Desengano*, Nº 5, p. 11).

Meses depois, em Março de 1831, José Agostinho atribui à nobreza a auto-representação de uma casta – «Cá pela rua se hum Grande me encontra a mim, que sou hum peão, ou hum plebêo, e a maior parte da minha vida hum Prégador de aluguel, arreda-se muito, não se contamine com o contacto» (*Desengano*, Nº 14, p. 11) – reelaborando essa « vaidade » como um factor de vulnerabilidade à sedução revolucionária, para concluir com um apelo aos aristocratas: « não degenerem ».

[...] para a innata vaidade dos homens não ha cousa maior que ser Grande. Venhão Camaras, porque não só queremos ser Grandes, porém Pares; pois venhão Camaras, e serão nullos; e desenganem-se que todas essas fórmulas com que os Charlatães do Frasquinho enfeitão a Revolução, mais cedo, ou mais tarde vem a parar no puro Republicanismo[...] Eu não sou inimigo da Nobreza, porque nella vejo, e nella respeito o premio, e a recompensa da virtude de antigos Portuguezes [...] os presentes não são o que são senão pelo que seus avoengos, ou antepassados fôrão; mas lembrem-se que o devem ser, e não degenerem (*Ibidem*, p.12).

V.23. Imprensa: «Todos os periódicos do mundo se têm feito para enganar»

A tarefa de desenganar o povo passa, mais uma vez, pela luta contra a circulação de informação, do conhecimento, das ideias – o «crime está no que elles escrevêrão, imprimirão, e por todo o Mundo espalharão» (*Desengano*, Nº 8, p. 11). Contra os livros:

Queimar aquelles Livros pela mão do Algoz, seria huma satisfação da Justiça, mas não era rigorosamente hum remedio de tantos damnos [...] as palavras morrem, e os Livros vivem: aquellas são criminosas, e acabarão, estes são criminosissimos, e permanecem (*Ibidem*, p. 12).

E, sobretudo, contra um ódio velho, os periódicos³¹³, alvejados com uma ironia logo substituída por «vigorosas arrochadas», para lhe «dar cabo do canastro»:

Os mesmos Periodicos, genero importantissimo, e da primeira, e indispensavel necessidade, apparecem, porque se não apparecessem ficaria sem luz o Mundo [...] Que resposta se poderia dar a isto, que não fosse darmos nós completo cabo, com vigorosas arrochadas, do canastro daquella negra, e agoureira ave, antes que a peste nos desse igual cabo do nosso? (*Desengano*, Nº 9, p. 6-7).

³¹³ Ver acima p. 129-130. Sobre o humor usado por Macedo contra os periódicos: «Um dos processos seguidos, logo em 1821, explorado admiravelmente por José Agostinho de Macedo, consistia em fazer uma crítica aos periódicos e aos seus redactores, os “periodiqueiros”, lançando, assim, sobre eles – de forma humorística, que é aquela que mais atrai o público, sobretudo em dados momentos – o descrédito» (TORGAL, Luís Reis – *A Contra-revolução Durante o Período Vintista. Notas para uma investigação*: Coimbra, 1978, p. 94).

Os periódicos, explica Macedo, fazem-se pelas piores razões: por dinheiro, por inveja, por vingança, para fazer revoluções, ou por mera vaidade.

Quem tem fome, faz Periodicos; quem quer dinheiro, para o que he, e para o que lhe não he preciso, faz Periodicos; quem quer promover, preparar, e depois sustentar, e dirigir huma revolução, faz Periodicos; quem quer doestar, infamar, e perseguir individuos, ou classes, vingar-se de seus inimigos, enredar familias, forjar aleives, faz Periodicos; quem com descarada fôfice, se pretende inculcar, ou impingir por grande homem [...] faz Periodicos [...] quem quer fallar de si, com a soberbissima fórmula de — *Nós em nosso Periodico* — louvando-se tôla, e desencadernadamente, faz Periodicos (*Desengano*, Nº 11, p. 1-2).

Os outros «miseraveis Periodicos», editados pelos adversários de Macedo, são «como drogas sem sello [...] cuja inspiração he huma impotente raiva de cães damnados» (*Desengano*, Nº 13, p. 9). Ele bem procura ali «razões, que combatão outras razões, argumentos, que destruão outros argumentos, e não acho mais que insultos, aleives, e regateiraes descomposturas» (*Ibidem*).

Enfim, todos os periódicos se fizeram para enganar. Todos, menos *O Desengano*: «Eu tive a desatinada lembrança, visto que todos os Periodicos do Mundo se tem feito para enganar, de fazer hum Periodico para desenganar» (*Desengano*, Nº 11, p. 2).

V.24. O outro: diabolização, racismo, violência

Como antes n'*A Tripa Virada* e n'*A Besta Esfolada*, também n'*O Desengano* Macedo vai proceder à desumanização e à diabolização do outro, conduzindo os leitores para o corolário de toda a sua argumentação: a aceitação, *vide* exigência, do extermínio dos adversários, «verdadeiros demónios com aparência humana»:

Eu, sem poder eximir os Ladrões da Forca, parece que não devo querer absolver os Revolucionarios do cadafalço. Comparados com estes os Ladrões vulgares, me parece que se lhes podem chamar os Santos innocentes. Tal he a atrocidade dos crimes destes verdadeiros Demonios com apparencia humana (*Desengano*, Nº 13, p. 2).

Os pedreiros livres começam por ser equiparados a cães que ladram e, desaçaимados, mordem.

Ladrões mais que Ladrões, nunca se virão no Mundo, senão depois que no Mundo se descobrião, e existem Pedreiros Livres [...] De tal maneira nos tem estes Cães ladradores, e Cães derramados com seus latidos, e irremediáveis morderuras roubado este bem preciosissimo, que se chama socego individual, que não ha hora do dia, e muito mais da noute em que estes Cães desaçaимados deixem de ladrar, e deixem de morder (*Ibidem*, p. 3).

Macedo constrói o texto em crescendo, os pedreiros deixaram de ser homens, tornaram-se cães, e cães danados, que, ao morder, transmitem a raiva. Urge – «é o procedimento» – abatê-los. Com bala, zagalotes ou veneno:

[...] he o procedimento que se deve ter com os Cães; para os que ladrão, páo; para os que marfados mordem, e damnados communicão a hydrofóbia, tiro com balla, e tiro com zagalotes; e, ou viver inquieto com os latidos, e uivos, e esperar a morte na agonia do veneno, ou dar por huma vez cabo de toda está canzoada (*Ibidem*).

A mesma desumanização do outro está patente nas manifestações de racismo, quando troça do suposto apoio do Brasil a uma expedição militar liberal, em Fevereiro de 1831: «[...] estão já a bordo dos Transportes oitenta mil Granadeiros, todos elles cor de café [...] he huma nuvem negra, cuja presença assustará mais com o cheiro que com as armas; tantos Catingas, ou tanta Catinga corromperá os ares» (*Desengano*, Nº 13, p. 9). E em Agosto do mesmo ano, num comentário à abdicação D. Pedro:

A abdicação do Senhor D. Pedro he de huma especie nova: chegão junto ao Throno Imperial tres homens, não affianço, nem digo, que erão de côr uniforme, n'hum mais fechada, n'outro mais aberta; e para me explicar melhor, erão de huma côr, que não he a do dia, nem he a da noute, ficava no meio; mas em fim, os Roxinoes são pardos, mas cantão bem, e lhe disserão, olhando para o alto do Throno: — Ponha-se cá em baixo, porque ca em baixo he que o queremos; até agora era o primeiro Cidadão, agora he o ultimo. [...] A esta vergonhosa nullidade o reduzio a perversidade Maçonica, mas nunca o despojará da Magestade, e da Grandeza de ser Irmão d'EIRei Nosso Senhor, isto o fará mais respeitavel, e venerando no Mundo do que o fazia o Imperio dos Macacos, e das Bananas (*Desengano*, Nº 25, p. 2).

Tal como nos periódicos anteriores, a solução proposta para os problemas políticos da sociedade portuguesa vai desembocar sempre no simplismo da violência, verbal e física: «se as revoluções são muitas, he porque têm enforcado poucos» (*Desengano*, Nº 8, p. 2). A linguagem torna-se, contudo, sempre mais excessiva, e o extermínio é apresentado como o corolário lógico de premissas alinhadas como num silogismo: «Combater os Pedreiros Livres, isto he, os inimigos de Deos e do genero humano, he cousa muito necessária» (*Desengano*, Nº 10, p. 1). Logo, «eu desejava que se exterminassem, como se exterminarão os Lobos em Inglaterra, isto he, que se matassem todos n'huma só montaria» (*Ibidem*). Confortado pela inspiração – «A idéa de montaria, he com effeito original!» – elabora-a numa descrição gráfica: «Veriamos cahir á bala, o que virão os Judeos no Deserto, nuvens, e nuvens de Codornizes cahir dos ares para saciar a sua fome, nuvens de Pedreiros em terra para satisfazer o nosso desejo, e saciar o nosso appetite» (*Ibidem*).

A conclusão é um apelo: «Pois atirem-lhe, como fazem os d'Aldêa, e não haja arcabuz, fouce, páo, pedra, olho de enchada, que lhes não vá á cabeça como se costuma fazer a hum Lobo damnado» (*Ibidem*, p. 2).

Com o outro apresentado desta forma, o diálogo é impossível:

Nestes termos, combatidos os Pedreiros pelo raciocinio huma vez somente, escusado he entrar em campanha com elles, porque não poderemos ouvir mais do que temos ouvido, nem á centessima facada ouviremos daquellas bocas mais que os mesmos nomes, as mesmas frases, ou, para me explicar mais Portuguezmente, as mesmas parvoíces (*Ibidem*, p. 5).

Levando o humor negro a ultrapassar todos os limites, o sarcasmo transforma-se em insulto e o insulto em apelo à violência e ao crime:

Nem estes textos merecem os Pedreiros, eu digo o que elles são, para se entenderem melhor. São Burros de Nora por dentro, e por fóra: e ainda que haja alguns que sendo filhos de Burros possam ser cavallos, digo que são como os cavallos á guia, andão em circulo cujo centro he o pilão. Ouvem estalar o açoute, barafustão, e escouceão [...], mas o circulo não he maior, nem he menor. [...] Veio a caterva em 1820: desde 24 d'Agosto deste anno, até 27 de Maio de 1823 [...] o que disserão no primeiro, estavam dizendo no ultimo, naquelle momento em que ouvirão o assovio do páo que rompia o ar, e lhe vinha ás costas sacodidamente [...] quando sentindo as costellas em imminente perigo, começárão de gritar, — moderação, moderação. [...] Moderação tem havido com as prisões, podendo trabalhar bem despejadamente a Forca! (*Ibidem*).

A violência do discurso é onnipresente nas páginas do periódico, oferecendo pequenas variações no modo de tratar os «pérfidos e impudentes malhados», aliás «cáfila» de «estúpidos» e «mentecaptos»: pau, bala ou zagalotes.

[...] os da mesma cáfila são tão estúpidos, e mentecaptos, que não prevêm, nem ao menos se lembrão, que incorrendo, como incorrem, no odio, ou aversão de todos os homens de bem, de quem he a maioria, ficão expostos ao que tem já recebido, levarem publicamente com hum páo á face do Ceo, e da Terra sem osso no corpo que são lhes fique; e se o páo, conforme a planta de que fôr tirado, o carrasco, o zambujo, o marmeleiro, ou ainda mesmo a cerejeira brava, por alguma sua flexibilidade, moleza, ou elasticidade, natural, ou accidental, não produzir logo o seu desejado effeito, então tiro, não simples, mas com duas ballas, ou quatro zagalotes, que he o que elles merecem, e he, a meu vêr, a unica receita para acabar com os perfidos, e impudentes Malhados (*Desengano*, Nº 23, p. 7-8).

Em Julho de 1831 surge uma inovação que vai enriquecer a panóplia macediana (e miguelista) de instrumentos de suplício, fazendo companhia – quiçá concorrência – à já familiar forca: o garrote. A novidade permite uma tentativa cômica em que o riso é suscitado pela explicação jocosa que o autor faz do contraste entre a designação pejorativa dos liberais em Espanha – «negros» – e em Portugal, «malhados», isto é, misturados com «outras cores», que até «podem ser agradáveis».

Ergão as mãos para o Ceo, porque aqui em Portugal são mais bem tratados que na Hespanha, nossa amiga, e companheira, até no nome; lá chamão-se *Negros*, aqui Malhados, que sempre presuppõe a mistura de outras cores, que determinem as malhas; estas cores podem ser agradáveis, e adoçarem o horror do negrume. Na Hespanha são todos Negros, negros n'alma, e negros no corpo. Inda mais negros se fasem, quando os pendurão na Forca, ou lhes apertão os gorgomilos no fatal barrote (*Ibidem*, p. 10).

Com recurso a uma linguagem sarcástica – «Cartas nem as do correio, e persuadão-se Vossas Excellencias que panela mexida por muitos não tem chorume nenhum» (*Desengano*, Nº 14, p. 11) –, até mesmo fescenina³¹⁴ – «os punhados de papeis que nos vêdes nas mãos são as folhas da Constituição; se faltar alguma, he porque já cá servio em caso de necessidade» (*Desengano*, Nº 11, p. 8) –, o objectivo é sempre louvar a «prodigiosa virtude, e sobre humano poder de hum Cacete» (*Desengano*, Nº 24, p. 5), fazer passar a mensagem: «Não deixar hum só de taes réos vivo» (*Desengano*, Nº 25, p. 7).

Curiosamente, é no meio de mais uma apologia da pena de morte contra a «bosina da moderação» – «A impunidade he filha da frouxa tolerancia. [...] A Clemencia de Tito he cousa muito boa, mas he para huma Opera de Metastasio» (*Desengano*, Nº 16, p. 8) – que Macedo como que se transfigura num humanista improvável, a quem uma execução tira o apetite:

Eu sou formado pela natureza de hum modo tal, que em hum dia de execução de pena ultima, seja o réo qual for, porque o delicto não lhe faz perder a qualidade de homem, o coração me bate de outra sorte, e huma horriavel convulsão me sacode os membros todos, nem o necessario alimento posso tomar (*Ibidem*, p. 9).

No entanto, passa-lhe depressa e ainda na mesma página regressa o velho padre José Agostinho, que nunca desilude os seus leitores fiéis:

Mas he tal a maldade Maçonica, que no dia 30 de Abril [de 1824, a Abrilada] desejei vêr na fachada do Palacio da Bemposta aquelles adornos de Architectura amovivel, que tantas vezes se descobrem nos Porticos do Palacio das Sete Torres em Constantinopla — quatro cabeças gotejando sangue (*Ibidem*).

Os últimos números do periódico – e os seus últimos meses de vida – dedicou-os Macedo a defender por todos os meios a cada vez mais isolada causa miguelista. Sugeriu uma forma imaginativa e expedita de financiar o regime:

Eu só queria que a Capitalistas, e Dinheiristas se fizesse huma pergunta, mas com a cara, e gesto de Ignacio Ferreira Souto, que foi o primeiro Intendente: — V.m. outro dia era hum Jan-Fernandes, que trazia o espinhaço dobrado, e calejado debaixo do pezo dos costaes, que acarretava alli pelo Cães do

³¹⁴ Ver acima p. 139, nota 299.

Sodré; hoje tem quatro milhões; donde lhe vierão? Esta pergunta não quebrava osso, mas abria sacos, e tudo isto não seria empréstimo, mas restituição (*Desengano*, Nº 20, p. 7).

Apontou um dedo acusador aos liberais pela morte de D. João VI (*Desengano*, Nº 26, p. 8) e insinuou que «dois pingos d'água Tofana em hum cristallino copo fazem esse facil milagre, e o mais glorioso troféo do Maçonismo» (*Desengano*, Nº 25, p. 8).

Na frente diplomática, comparou a situação internacional a um «Entremezão tão destampado, que parece de bebados em dia de S. Martinho» (*Ibidem*), e insurgiu-se contra as pressões estrangeiras (leia-se inglesas e francesas) a favor dos liberais, assegurando: «Gritarem-nos muito lá de fora, e cá dentro; fazerem grandes fêros, e ameaços, isso he querer albardar o Dono á vontade dos Burros. Nós não queremos outro Rei» (*Desengano*, Nº 23, p. 12).

V.25. «Doentissimo, decrepito e moribundo»: vitimização e auto-promoção

A idade e a doença são instrumentais para a estratégia de vitimização e auto-promoção Macedo, a que *O Desengano* dá continuidade³¹⁵.

Quasi septuaginario, gotoso, e calculoso, e tão transido de dôres, que o debil resto da minha vida já he metade da morte, que me podem tirar? Nem a vida, nem a liberdade; não a vida, porque he qual a retrato; não a liberdade, porque os ferros não me prenderão tanto, como me tolhe a doença (*Desengano*, Nº 5, p. 9).

Em Fevereiro de 1831 declara-se «doentissimo, decrepito, e moribundo» (*Desengano*, Nº 13, p. 12) e em Julho dá pormenores sobre o agravamento do seu estado, denotando ainda assim capacidade para tirar algum partido cómico da situação – se o médico viesse, a pedra amuava:

Ha seis dias que ate aqui tinha chegado com esta escripta, mas huma escabrosa pedra encalhada na uretra com insoffríveis dôres, me dêo, meu máo grado, todo este sueto, até hoje, onze horas do dia 4 de Julho, ficando-me o corpo em medonha intumescencia. Graças ao Ceo, a pedra sahio sem Medico, porque, se apparecesse, a pedra teimava, amuava-se, e não vinha á luz para fazer na caixinha companhia ás outras, que a vão enchendo! (*Desengano*, Nº 23, p. 5).

Apesar do sofrimento, revela manter-se activo na tarefa de animar as hostes miguelistas, para cuja bandeira escreve um dístico, a medias com o seu «camarada Camões»:

Os verdadeiros Realistas com seus bordões (e nada mais he preciso) formão a Falange Macedonica, a impenetravel, a invencivel. N'hum dos bordões mais compridos tragão (indo a cousa ás do cabo, o que o Ceo não permitta)

³¹⁵ Ver acima p. 113 e p. 123.

humã Bandeira; já lhes fiz para ella hum Distico, metade he meu, e a outra metade do meu Camarada Camões; ei-lo: Não hade o cóllo erguer Mestre Pedreiro;/ Nem ramo verde pizaráò Malhados;/ ‘Em quanto do seguro Azambugeiro/ ‘Nos Pastores do Luso houver cajados.’ Não he mal feito, nem mal achado (*Ibidem*, p. 9).

Poder-se-á talvez interpretar este gesto como sinal de uma «reconciliação» tardia com Camões, com quem Macedo manteve durante toda a vida uma emulação obsessiva, censurando *Os Lusíadas* e assumindo a pretensão de superar esta obra com o seu poema épico *O Oriente*³¹⁶.

V.26. Recepção, circulação e apropriação

A recepção dos periódicos «de combate» esteve à altura de outras obras de José Agostinho de Macedo. Um contemporâneo que se cruzasse com ele na calçada do Forno do Tijolo ou, anos depois, nos cada vez mais raros passeios que dava em Pedrouços, não diria que aquele padre «despenteado, de batina desabotoada, mal barbeado, pingado de rapé»³¹⁷ auferia pela sua obra literária rendimentos consideráveis. *A Besta Esfolada* foi um êxito comercial: tinha uma tiragem de 4000 exemplares por edição³¹⁸— «número astronómico para o tempo»³¹⁹—, o que, aplicando o mesmo índice de leitura usado por Tengarrinha para as *Cartas de J. A. M. a seu Amigo J. J. P. L.*, permite estimar uma audiência superior a 20 mil leitores por número³²⁰. O impacto político foi, todavia,

³¹⁶ Ver ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 89-99 e FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 179-192.

³¹⁷ OLAVO – *Op. cit.*, p. 82.

³¹⁸ SILVA, I. – *Diccionario Bibliographico*. Vol. IV, p. 197.

³¹⁹ FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 298.

³²⁰ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 430. Na última página da 32ª carta ao seu editor Joaquim José Pedro Lopes, Macedo inclui a seguinte nota: «A estas 32 Cartas, que vem a ter humas 384 paginas, e formão hum arrazoado volume, se pode ajuntar a *Voz da Justiça*, do mesmo A., em defeza de algumas das mesmas Cartas. A Collecção das 32 Cartas custa 1900 rs., e esta ultima custa 60 rs., posto que seja maior» («Carta 32ª e Ultima». In *Cartas de José Agostinho de Macedo a seu Amigo J. J. P. L.* [Joaquim José Pedro Lopes]. Lisboa: Imprensa Régia, 1827, p. 16). Os valores indicados correspondem, respectivamente, a 43,89 euros e 1,38 euros, aplicado o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (4631,11). Portaria nº 316/2016 de 14 de dezembro – *Diário da República*, [Em linha]. 1.ª série, N.º 238. [Consult. 24.04.2017]. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/105367399>. Sobre a mesma obra adiantou Inocêncio: «D'estas cartas se tiravam em principio 2:000 exemplares. A 1ª reimprimiu-se por tres vezes, tirando-se 500 de cada vez. A 2ª tambem se reimprimiu, e se tiraram depois mais 1.000. Depois continuaram a extrahir-se das seguintes até ao fim 3:500 exemplares. Ouvi a pessoas bem informadas que o editor Lopes retribuía a J. Agostinho estas cartas a razão de quatro peças cada uma, quantia então equivalente a 30:000 réis [693 euros]. Remuneração bem mesquinha, comparada com os avultadissimos lucros que elle editor recolhia da empreza; mas que ainda assim produziu ao padre um capital de 960:000 réis [22.175,88 euros]. Dizia elle ser a primeira vez que via tanto dinheiro junto!» (SILVA, I – *Diccionario*, p. 197).

superior, pelas polémicas suscitadas³²¹ e pelo papel desempenhado nas lutas intestinas entre as diferentes facções miguelistas³²².

Quanto a *O Desengano*, editado por Joaquim José Pedro Lopes, a tiragem dos primeiros números (2500 exemplares) não chegou para as encomendas. De acordo com Inocêncio, alguns números foram reimpressos, aumentando-se a tiragem dos seguintes para 3500, reforçada ainda mais no último (nº 27), que teve uma impressão de 4000 exemplares³²³.

A estes valores é preciso acrescentar ainda uma outra fonte de rendimento relacionada com o âmbito e influência da recepção, circulação e apropriação d'*A Besta Esfolada* e d'*O Desengano*. Trata-se, ao mesmo tempo, da confirmação da venalidade de Macedo e do desmentido da auto-proclamada independência da sua pena³²⁴: a intervenção na polémica atribuição do contrato do tabaco, o mais lucrativo e apetecido monopólio arrematado pela coroa a particulares. José Agostinho deixou-se arregimentar pelos interesses em confronto (José Ferreira Pinto Basto e João Paulo Cordeiro), atacando ou elogiando a capacidade económica e a generosidade do apoio político à causa realista por parte de quem lhe pagava.

A denunciade um

[...] Corpo Commercial, que impa de farto [...] e se apparece alguma especulação, por exemplo, de huma arrematação, não de carnes verdes, mas de cousas seccas, se depois de se lhes dar o ramo, [...] se he preciso, que appareção alguns vintens, como em seus cofres só existe huma cousa que os Filósofos negão, que he o Vácuo, que em todos os Cofres se acha, depois que a Besta escoucêa, ei-os pegados ás paredes, mettendo agulhas por alfinetes; como não tem a quem saccar, e sobre quem saccar, saccão, e tornão a saccar sobre si mesmos com hum pequenino interesse de três e meio por cento ao mez [...] se as nevoas são grossas, mais palpaveis são as MALHAS. He onde se encontra maior malhadaria: nem as desgraças proprias os desenganão; nunca houve hum tão grande exercito de falidos, e nunca hum mais teimoso diluvio de calotes! (*Besta*, Nº 11, pp. 14-15).

Dá lugar a um texto inesperadamente apologético:

[...] não pode o Ceo deixar de abençoar os progressos de hum Contracto o mais vantajoso para o Estado, vendo que d'antemão assim se empregão lucros não recebidos, e do que pode ser contingente fazer-se já hum

³²¹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, pp. 430 e 438;

³²² Ver ANDRADE – *Op. cit.*, vol. I, p. 108

³²³ SILVA, I. – *Op. cit.*, p. 198.

³²⁴ «Tudo o que tinha escrito, e destinava escrever, nascia de hum movimento espontaneo de meu coração; nem o interesse, nem o espirito de partido, nem a auctoridade, nem a cobarde condescendencia, nem a vil assalarição me sustentarão, ou dirigirão nunca a penna nestes dedos» (*Tripa por huma Vez*, p. 3-4); «Eu tenho sessenta e quatro annos de idade, e quatro mil pedras na uretra, pouco me resta de vida tão dolorosa; e como não tenho de que fazer testamento, deixo verdades, e muito escarnadas» (*Besta*, Nº 27, p. 10).

benefício tão certo, tão fixo, e tão indisputável. [...] A primeira qualidade, que nelles querem, e nelles buscão, he a de huma acrisolada adhesão á Realeza: nenhum suspeito de Liberalismo he admitido (*Besta*, Nº 21, p. 16).

A alavanca da mudança foi o pagamento de uma avença anual de 300 mil réis³²⁵ (6.929,96 euros, depois de aplicado o coeficiente de desvalorização) – ainda assim, com um assomo de ironia:

O Contrato do Tabaco he, considerado politica, e economicamente, a Chave de hum Cofre nunca exausto depositada nas mãos do Governo, onde se encontra o prompto recurso de urgencias; e nas mãos de huma revolução, he hum manancial das suas escandalosas rapinas. Oh! que este Contrato exclusivo tem engrossado tantas casas. Sim, Senhores, e estas enchem tantas mil barrigas! Inda bem que algumas invadio a mania da Architectura para levantarem Porticos Gregos, com as Cornijas vindas das ruinas de Palmyra, e Bronzes da abrazada Corintho! Tanto melhor! Isto não se faz com assopros, para isto empregão-se braços, e os sucros gastricos de tantos estomagos se tem posto em movimento para tantas digestões! (*Desengano*, Nº 11, p. 10-11).

V.27. José Agostinho de Macedo e os limites do humor

A leitura dos periódicos *A Tripa Virada* (e do respectivo complemento *Tripa por huma vez*), *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, focada na análise da componente humorística neles presente, é uma viagem pela fronteira entre o sério e o risível no decurso da qual os excessos de linguagem revelam uma amoralidade³²⁶ que permite ao riso funcionar de forma eficaz ao serviço de uma estratégia política determinada.

A busca do efeito cómico é instrumental em Macedo. A «sua aparente futilidade: nem he fútil a obra em si como obra, nem o pode ser por seu relevantissimo objecto [...] que apanhe todo o ridiculo em qualquer objecto, que se queira redicularisar» (*Besta*, Nº 12, p. 12). Trata-se de um recurso que utiliza conscientemente para fazer passar a sua mensagem, não hesitando em afirmar – «no vehiculo do divertimento com o gracejo vai o util, e muito util conhecimento da verdade, já que a condição humana pede que esta mesma verdade, para ser gostada, seja adubada. Sêccas dissertações são para poucos; e se convencem pouco divertem menos» (*Besta*, Nº 21, p. 9) – e repetir essa escolha: «E devo eu com outra arma, que não seja a do ridiculo, combater tantas parvoices, infamias, e até atrocidades? Esta será a arma, o Povo entenderá o que se lhe diz» (*Besta*, Nº 5, p. 13). A insistência – «combato com as armas do ridículo» (*Besta*, Nº inédito [27], p. 3) – mostra a determinação de usar o riso como

³²⁵ Ver OLAVO – *Op. cit.*, p. 83 e FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 301-306.

³²⁶ *Ibidem*, p. 16; BOURGUINAT – *Op. cit.*, p. 290.

mais do que uma mera manifestação de desaprovação, uma verdadeira «disciplina do embaraço»³²⁷.

A comicidade que disciplina, que reprime, é a contribuição de Macedo – «Grão Major da Brigada Carcundal»³²⁸ – para a construção da opinião pública, expressão que usa por duas vezes em *Tripa por Huma Vez*, sem perder, no entanto, alguma capacidade de auto-irrisão: «[...] foi a impazinação das promessas de escrever, de dirigir a opinião publica, de advogar a cauza, persuadindo-se que o Povo hiria atraz de mim [...] ainda mais, que atraz do Senhor dos Passos. Faltava ainda mais este ridiculo a tantos ridiculos!» (*Tripa por huma vez*, p. 66)³²⁹. Mas, ao mesmo tempo, deixa claro que o acesso ao espaço público, a expressão pública da opinião não para todos, não é para o outro: «Estejão calados!» (*Besta*, N° 12, p. 9).

O riso de Macedo prefere o sarcasmo e a sátira à ironia³³⁰. É um riso liberticida, «anti-filosófico», chocarreiro, tantas vezes cruel, lembrando a forma como, segundo Deleuze, Foucault encarava os mecanismos de vigilância e repressão: «até rebentar de rir»³³¹.

José Agostinho explora a fórmula até aos limites e para lá dos limites – da decência, da crueldade, da obscenidade. Os livros e os periódicos são para queimar, os ossos são para quebrar com a ajuda do cacete, os corpos para enforcar. A tentação fescenina chega a sujar a lei fundamental: «os punhados de papeis que nos vêdes nas mãos são as folhas da Constituição; se faltar alguma, he porque já cá servio em caso de necessidade» (*Desengano*, N° 11, p. 8).

O outro, o adversário, o que é diferente (pedreiro livre, malhado, mulher, brasileiro) é objecto de uma desumanização, por vezes de uma diabolização literal – «verdadeiros Demonios com apparencia humana» (*Desengano*, N° 13, p. 2).

A consequência é uma recusa absoluta da alteridade, da possibilidade de diálogo, sequer de coexistência entre «nós» (homens de bem, portugueses honrados, realistas,

³²⁷ BILLIG – *Op. cit.*, p. 235.

³²⁸ *A Besta Esfolada*, N° 21, p. 3.

³²⁹ A primeira referência foi a propósito de manifestações populares pró-liberais que, segundo Macedo, seriam compradas: «[...] Isto se disse em muito silencio, porque não tinha apparecido, por estar occupado na Taberna, o homem que trazia o sacco com os patações de dois vintens para dar aos rapazes, que davão os vivas segundo o costume, chamando a estes vivas a opinião publica em que descansava o systema que felizmente nos regia» (*Tripa por huma vez*, p. 9).

³³⁰ ANDRADE – *Op. cit.* Vol. I, p. 141; JANKÉLEVITCH – *Op. cit.*, p. 9-37.

³³¹ «Divina comédia das punições: é um direito elementar ficar-se fascinado até rebentar de rir diante de tantas invenções perversas, de tantos discursos cínicos, de tantos horrores minuciosos. Desde os aparelhos anti-masturbatórios para as crianças até aos mecanismos das prisões para os adultos, vai-se desenrolando uma cadeia que suscita risos inopinados que nem a vergonha, nem o sofrimento, nem a morte conseguiram calar» (DELEUZE, Gilles – *Foucault*. Lisboa: Vega, 1987, p. 45).

apostólicos, corcundas, veneradores de S. Miguel, seguidores de D. Miguel) e o outro. Mesmo quando o outro era dos dele, como o seu, aliás benévolo, censor privativo, Frei Henrique de Jesus Maria, a quem chamava, pelas costas, Frei Velhaco de S. Patife.

Macedo gostava de criar cenários em que punha na boca dos adversários as palavras que gostaria de ouvir: «[...] assim como nós quizemos esmagar o *Infame*, o Forno do Tijollo nos esmagará a nós»³³² (*A Tripa Virada*, Nº 1, p. 10). Sempre a procurar fazer jus ao alto conceito com que se auto-avaliava: «o Padre do Forno do Tijolo [...] he a lingua mais livre de papas, que ainda até agora para badalar se tem mexido na boca humana» (*Besta*, 23, p. 3). Não era. O humor foi, também, um instrumento do seu oportunismo. Apesar de tudo, tinha amigos que lhe apreciavam o estilo. Como o editor Joaquim José Pedro Lopes, que lhe dedicou um soneto «*Por ocasião da sentida morte do Padre J. A. de Macedo*», onde se lê uma referência expressa ao grato recreio, aos poemas jocosos à graça da erudição, com que fustigava «charlatães e impostores»³³³.

Macedo era incapaz de reconhecer o outro e de dialogar. Odiava a liberdade de expressão do pensamento e a própria liberdade de pensamento. Tinha uma profunda aversão à mudança política e social. A sua visão do mundo era auto-centrada ao ponto de apelar à eliminação física dos adversários. Ao mesmo tempo, as suas formas de pensar e agir estavam sustentadas por uma erudição, um conhecimento e uma cultura sólidos, servidos por um talento indesmentível, capaz de utilizar recursos literários entre os quais avultavam os jocosos, com destaque para a sátira, o sarcasmo e a troça. Usou-os a todos com eficácia, ao serviço da violência e do extermínio, do obscurantismo, da misoginia e do racismo. A sua obra, e particularmente os periódicos aqui estudados, desafiam uma reflexão permanente sobre o «imoralismo cómico», a amoralidade e os limites do humor.

³³² «A canalha que lhe é contemporânea (e a canalhice é a moeda corrente do seu tempo) é, na sua esmagadora maioria, anónima; mas Macedo pôs assinatura em (quase) todas as patifarias que cometeu [...] Macedo dá corpo à figura de *l'Infâme*, tal como o zurziu Voltaire: uma mistura sulfurosa de preconceito, injustiça, fanatismo e malevolência» (FERREIRA, A. M. – *Op. cit.*, p. 14-15).

³³³ «Impoz da Patria aos Inimigos freio,/ Illusos Cidadãos desenganando;/ Charlatães, e Impostores fustigando,/ Deo proficuas lições; grato recreio:// Creou Poemas immortaes na mente,/ Filosoficos, Epicos, Jocosos,/ Que encantão, que arrebatão douta gente;// Possuio os thesouros mais copiosos/ Da erudição, de graça humta torrente,/ Macedo, e a todos nos deixou saudosos» (*Desengano*, Nº 27, última página, sem numeração).

3ª PARTE. ESPAÇO PÚBLICO E OPINIÃO PÚBLICA

CAPÍTULO VI. O HUMOR NA CONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA E DA OPINIÃO PÚBLICA

VI.1. O uso público da razão

No último parágrafo da *Resposta à pergunta: O que são as Luzes?*, e como corolário do desafio que propôs como divisa para a Ilustração – *Sapere aude!* –, Kant manifesta a convicção de que o «gérmen» libertado pela natureza para dar ao homem a vocação de pensar livremente fará com que o «uso público da razão» acabe por influenciar até «os princípios fundamentais dos governos que concluirão que lhes aproveita considerar o homem – que é *mais que uma máquina* – de um modo conforme à sua dignidade»³³⁴. A alusão crítica à obra de La Mettrie³³⁵, pela dicotomia máquina/dignidade humana, terá eco, já no dealbar do século XX, na proposta de explicação – mais do que definição – do humor por Bergson. Segundo este, «as atitudes, gestos e movimentos do corpo humano são risíveis na medida exacta em que esse corpo nos faz pensar numa simples mecânica»³³⁶. Mais: «O rígido, o já feito, o mecânico, por oposição ao flexível, ao permanentemente cambiante, ao ser vivo, a distração por oposição à atenção e, finalmente, o automatismo por oposição à actividade livre, eis, em suma, o que o riso sublinha e gostaria de corrigir»³³⁷.

Nos antípodas da máquina, além de especificamente humano («Não há cómico fora daquilo que é propriamente *humano*»³³⁸), o humor surge como um fenómeno social³³⁹: «Para compreendermos o riso temos que o repor no seu meio natural, que é a sociedade; temos sobretudo de determinar a sua utilidade de função [...] O riso deve dar resposta a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma função social»³⁴⁰. Freud, por outro lado, chama à colação as suas experiências sobre o comportamento

³³⁴ KANT, Immanuel – «Resposta à pergunta: O que são as Luzes?». Apresentação, tradução e notas de José Esteves Pereira. *Cultura*. Vol. III, 1984, p. 168 (itálicos no original).

³³⁵ LA METTRIE, Julien Offray de – *L'homme-machine*. [Em linha]. Paris: Frédéric Henry, 1865 [1747]. [Consult. 26.06. 2017]. Disponível em <http://archive.org/stream/lhommemachine00lame#page/n7/mode/2up>.

³³⁶ BERGSON – *Op. cit.*, p. 29.

³³⁷ *Ibidem*, p. 84-85.

³³⁸ *Ibidem*, p. 14 (itálico no original).

³³⁹ «[...] dirige-se à inteligência pura. Só que se trata de uma inteligência que deve permanecer em contacto com outras inteligências [...] Dir-se-ia que o riso exige um eco [...] O nosso riso é sempre um riso de grupo [...] o riso subentende um acordo prévio implícito, uma cumplicidade quase, diria eu, com outros que, reais ou imaginários, também riem» (*Ibidem*, p. 16).

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 17.

para confirmar que o prazer gerado pelo humor é um prazer colectivo, resultado de um «processo social»³⁴¹.

Assumindo o humor como um fenómeno social e cultural³⁴², sustenta-se, neste trabalho, que desempenhou um papel na construção do espaço público e da opinião pública – «um conceito político ancorado no espaço e no tempo, cuja emergência está ligada à última fase do Antigo Regime e ao início do liberalismo no mundo ocidental»³⁴³ – em Portugal na viragem do século XVIII para o século XIX. A época, afinal, em que se torna particularmente visível – e ruidoso – o «*sair do homem da menoridade de que ele próprio é responsável*»³⁴⁴, através da tripla preocupação plasmada no enunciado kantiano³⁴⁵, com destaque para o «conceito-chave de sociabilidade»³⁴⁶.

A busca das condições para o exercício crítico dessa sociabilidade está na origem da criação da esfera pública, na acepção estabelecida por Habermas³⁴⁷, como espaço de liberdade indispensável ao «uso público da razão» a que se referia Kant³⁴⁸: «O *pouvoir* enquanto tal é posto em discussão por uma esfera pública com funções políticas. *Esta discussão deve realizar a transformação da voluntas em ratio, que, na concorrência pública dos argumentos privados, deve impor-se como o consenso sobre o que é necessário em termos práticos no interesse geral*»³⁴⁹. A perspectiva de Habermas

³⁴¹ FREUD – *Op. cit.*, p. 257.

³⁴² LE GOFF, Jacques – *Op. cit.*, p. 40-53.

³⁴³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, e CHASSIN, Joëlle (coord.) – *L'Avènement de l'Opinion Publique. Europe et Amérique XVIIIe-XIXe siècles*. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 10.

³⁴⁴ KANT, Immanuel – *Op. cit.*, p. 161 (itálico no original).

³⁴⁵ «A Resposta à pergunta: O que são as luzes? Revela uma tripla preocupação que enuncia a dimensão mais rica da Ilustração: o evidenciar das possibilidades do conhecimento humano, o impulso para o alargamento e o aprofundamento do saber e o problema da sociabilidade da verdade» (PEREIRA, José Esteves – «Kant e a “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”». *Cultura*. Vol. III, 1984, p. 155).

³⁴⁶ «É em relação ao conceito-chave de *sociabilidade* que importa dizer que os textos do século XVIII nem sempre ultrapassam ou o condicionalismo puramente naturalista da sociabilidade, ou a repressão da *natura* e da *creatura* e o que Kant, pelo contrário, nos propõe, tem a ver com condições críticas da sociabilidade, a partir do empenhamento individual, de modo que cada um tome consciência da vocação que possui para pensar por si» (*Ibidem*, p. 155).

³⁴⁷ HABERMAS, Jürgen – *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1962], p. 103. Ver também HABERMAS, Jürgen, «The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)», *New German Critique*. [Em linha]. No. 3, 1974, p. 49-55. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em [http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20\(1964\)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf](http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20(1964)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf).

³⁴⁸ «Para aceder às Luzes de que se fala, tudo quanto se precisa é *liberdade*. E, na verdade, a mais inofensiva das liberdades – liberdade para fazer *uso público* da razão de cada um, em todas as matérias [...] O *uso público* da razão humana deve ser sempre livre, e só isto pode trazer Luzes aos homens; o *uso privado* da razão pode ser, às vezes, limitado, e contudo, sem que haja um entrave significativo ao progresso das Luzes. Mas por uso público da nossa própria razão significo aquele uso que alguém pode fazer *enquanto sábio*, dirigindo-se ao *público ledor*» (KANT – *Op. cit.*, p. 162-163).

³⁴⁹ HABERMAS – *Op. cit.*, 2012, p. 177.

tem, no entanto, sido questionada em estudos recentes que criticam sobretudo o idealismo do conceito, ao pressupor a existência de um espaço que, alegadamente, transcende as contradições socio-económicas que opõem os indivíduos nele participantes³⁵⁰ – ao contrário de Bakhtin, por exemplo, cuja reflexão valoriza a diversidade e o pluralismo³⁵¹.

Não obstante, o conceito de esfera pública é crucial para a formação da opinião pública³⁵², por sua vez indissociável do princípio da publicidade – o escrutínio e controlo das acções dos detentores do poder político –, em oposição ao absolutismo dos defensores da teoria dos *arcana imperii*, como demonstra Bobbio, sublinhando a sua actualidade: «[...] é essencial à democracia o exercício dos vários direitos de liberdade, que permitem a formação da opinião pública e assegurem assim que as ações dos

³⁵⁰ «The public sphere is ideally insulated from wider systemic conflicts over the distribution of power and resources in society, as well as the prejudices of private life (or else the latter must be translated into a shared vernacular) [...] Many critics, however, charge that Habermas quest for a “universal collective subject” (one that is constituted through rational discourse) is vulnerable to a host of objections. Firstly, it is argued that Habermas’ position is idealist in both the philosophical and everyday senses of the word, because it supposes that material conflicts of a socio-economic nature can be effectively transcended or at least effectively sublimated into a rational discourse that can suspend ingrained power differentials» GARDINER, Michael E. – «Wild Publics and Grotesque Symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and the public sphere». *The Sociological Review*. [Em linha]. 52, 2004, p. 42-43. [Consult. 26-06-2017]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-954X.2004.00472.x>.

³⁵¹ «Bakhtin consistently strives to protect multiplicity (discursive and otherwise) against the forces of unification, prioritizes the phenomenon of alterity over the isolated, self-sufficient monad, and champions ‘radical difference’ in opposition to an enforced homogeneity. As a post-Cartesian thinker, he strives to grasp the experimental and affective qualities of human embodiment within diverse lived contexts, and is sensitive to a full range of inter-human (and human-nature) relations that are not simply cognitive or narrowly ‘rational’ [...] his work often evinces a more subtle and realistic account of power, dominations and resistance than does Habermas, especially *vis-à-vis* Bakhtin’s thoughts on carnivalesque subversions of officialdom and the nature of ideological and linguistic hegemony. In rethinking the public sphere and the theories of ethics and dialogic democracy, therefore, Bakhtin’s ideas might well prove to be a fecund source of inspiration» (*Ibidem*, p. 45). Um exemplo disto mesmo é a importância concedida por Bakhtin aos palavrões utilizados na praça pública (que, todavia, não deve ser confundida com a esfera pública): «Le langage familier de la place publique est caractérisé par l’emploi assez fréquent de grossièretés, c’est-à-dire de mots et d’expressions injurieuses, parfois assez longues et compliquées. Sur les plans grammatical et sémantique, les grossièretés sont habituellement isolées dans le contexte du langage et interprétées comme des formules fixes, dans le genre des proverbes. C’est pourquoi on peut affirmer que les grossièretés sont un genre verbal particulier du langage familier. De par leur genèse, elles ne sont pas homogènes et ont eu diverses fonctions dans la communication primitive, essentiellement de caractère magique, incantatoire [...] les gros mots apportaient leur contribution à la création d’une atmosphère de liberté et de l’aspect comique second du monde» (BAKHTINE – *Op. cit.*, p. 25-26).

³⁵² «[...] existiu, verdadeiramente, nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, opinião pública? [...] interpretando a noção de opinião pública (enquanto produto intelectual típico do universo da Ilustração), uma *doxa alethés* que, a meu ver, integra a multiplicidade das esferas, os afectos e os sentimentos, a resposta à questão acima colocada [...] é afirmativa. Na verdade, a opinião pública, enquanto princípio de educação cívica e esfera da liberdade subjectiva que a razão, substância da história torna objectiva no Estado, torna numa prática objectiva e num direito efectivo é aqui um epifenómeno irrecusável» (ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Porto: Media XXI, 2015, p. 22-24). Ver TENGARRINHA – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.

governantes sejam subtraídas ao funcionamento secreto da câmara de conselho, desentocadas das sedes ocultas em que procuram fugir dos olhos do público, esmiuçadas, julgadas e criticadas quando tornadas públicas»³⁵³.

VI.2. Da *doxa* à opinião pública, passando pelos humores de Maquiavel

Os «humores» irrompem na política com Maquiavel, que usa o termo no sentido atribuído pelos clássicos greco-latinos e mantido até à Época Moderna³⁵⁴. Contudo, as primeiras referências à opinião remontam ao início do século V a.C., quando Parménides, em *Sobre a natureza*, distinguiu a «via da opinião», ou da aparência, da «via da verdade»³⁵⁵. A «via das opiniões dos mortais» resulta de especulações e forma uma doutrina cosmológica que explica a constituição e localização dos astros, fenómenos meteorológicos e geográficos e a origem do homem. Dá conta do mundo das aparências tal como elas são apreendidas pelos sentidos – e leva a concepções falsas e enganadoras. Correlatamente, na política, «a Opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*»³⁵⁶.

Para Platão, a opinião (*doxa*), ocupa uma posição intermediária entre a ciência e a ignorância. O seu domínio é «objecto errante no espaço intermédio», por isso «[...] dos que contemplam a multiplicidade de coisas belas, sem verem a beleza em si, nem serem capazes de seguir outra pessoa que os conduza até junto dela, e sem verem a justiça, e tudo da mesma maneira – desses, diremos que têm opiniões sobre tudo, mas não conhecem nada daquilo sobre que as emitem»³⁵⁷.

Vox populi, vox Dei é uma expressão citada, desde há séculos, para justificar a opinião comum, foi usada por Alcuíno numa carta a Carlos Magno, datada de 798 – mas

³⁵³ BOBBIO, Norberto – *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007 [1985], p. 30.

³⁵⁴ «[...] quand un citoyen, non par scélératesse ou autre violence exécutable, mais par la faveur de ses concitoyens, devient souverain de son pays, ce qu'on peut appeler une principauté civile (et pour y monter il n'est point besoin d'avoir la plus grande *virtù* ou la plus grande fortune, mais plutôt une astuce heureuse) je dis qu'on devient ainsi prince ou par la faveur du peuple ou celle des grands. Car en toute cité on trouve ces deux humeurs opposées; c'est que le peuple n'aime point à être commandé ni opprimé des plus gros. Et les gros ont envie de commander et opprimer le peuple. Et de ces deux appétits opposés naît dans les villes un de ces trois effets: ou principauté ou liberté ou license» (MACHIAVEL – *Le Prince*. Paris : Gallimard, 1980, p. 74).

³⁵⁵ Ver GUTHRIE, W.K.C. – *A History of Greek Philosophy. Volume II: The Presocratic Tradition from Parmenides to Democritus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965, p. 72.

³⁵⁶ MATTEUCCI, Nicola – «Opinião Pública». In BOBBIO, Norberto, PASQUINO, Gianfranco, MATTEUCCI, Nicola (dir.) – *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 842.

³⁵⁷ PLATÃO – *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 263-264.

com o fim oposto ao que geralmente lhe é atribuído: fê-lo para exortar o imperador franco a ignorar aqueles que dizem que a voz do povo é a voz de Deus, uma vez que «a turbulência da multidão está sempre perto da loucura»³⁵⁸. Já S. Tomás de Aquino, por seu lado, alerta para a possibilidade de aquilo que é considerado bom na opinião de homens sábios e espirituais não o seja na opinião de muitos, pelo menos dos que estejam dominados por inclinações carnis³⁵⁹.

A expressão «opinião pública» aparece num ensaio de Montaigne dedicado ao costume e às vantagens de não mudar com ligeireza uma lei em vigor, em que o moralista lembra o papel decisivo daquela na condenação do incesto³⁶⁰.

Já a importância da identificação, por Hobbes, de consciência com opinião, é sublinhada por Habermas³⁶¹. O contexto da guerra civil inglesa – enquadramento de *Leviathan*, publicado em 1651 – ajuda a explicar o processo pelo qual Hobbes define a opinião como matéria privada³⁶² e, a partir daí, alarga o conceito desde a fé até ao juízo, incluindo as crenças e opiniões³⁶³.

Locke, em plena euforia da Gloriosa Revolução, dá um passo decisivo para a construção do conceito de opinião pública ao definir como «lei filosófica» a medida da virtude e do vício designada por «lei da opinião ou reputação». Distinta da lei divina e das leis do Estado, já que não é aplicável pela força, a lei da opinião consiste na

³⁵⁸ «*Nec audiendi qui solent dicere, Vox populi, vox Dei, quum tumultuositas vulgi semper insaniae proxima sit*» (Apud KNOWLES, Elizabeth M. – *The Oxford Dictionary of Quotations*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 10).

³⁵⁹ «Choice [...] follows the judgement of the reason about what is to be done [...] It may happen that things which are most certainly good in the opinion of wise and spiritual men are not certainly good in the opinion of many, or at least of carnal-minded men» (AQUINO, S. Tomás de – II. Q. 14, art. 1, ad. 3. [Consult. 07.11.2017]. Disponível em http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1225-1274_Thomas_Aquinas_Summa_Theologiae_%5B1%5D_EN.pdf).

³⁶⁰ «C'est cette recette, de quoi Platon entreprend de chasser les amours dénaturées de son temps, qu'il estime souveraine et principale: assavoir que l'opinion publique les condamne, que les poètes, que chacun en fasse des mauvais contes. Recette par le moyen de laquelle les plus belles filles n'attirent plus l'amour des pères, ni les frères plus excellents en beauté l'amour des soeurs, les fables mêmes de Thyeste, d'Oedipe, de Macarée ayant, avec le plaisir de leur chant, infusé cette utile créance en la tendre cervelle des enfants» (MONTAIGNE, Michel de – *Essais*. Livre I. Paris: Gallimard, 1965 [1595], p. 185).

³⁶¹ HABERMAS – *Op. cit.*, p. 189-190.

³⁶² «[...] men give different names, to one and the same thing, from the difference of their own passions: As they that approve a private opinion, call it Opinion; but they that mislike it, Heresie: and yet heresie signifies no more than private opinion; but has onely a greater tincture of choler» (HOBBS, Thomas – *Leviathan*. Harmondsworth: Penguin Books, 1981 [1651], p. 165).

³⁶³ «[...] com a privatização tanto da religião como da propriedade, e com a emancipação das pessoas privadas burguesas face aos vínculos semipúblicos da Igreja e dos poderes intermédios dos estados, levou a um ainda maior reforço da importância da opinião privada destas mesmas pessoas. A desvalorização da convicção religiosa, operada por Hobbes, conduz, em boa verdade, à revalorização das convicções privadas em geral» (HABERMAS – *Op. cit.*, p. 190).

capacidade que cada um tem de aprovar ou desaprovar as acções dos seus concidadãos, apontando-lhes as virtudes e os vícios³⁶⁴.

Em 1729, Jonathan Swift abalou a nascente opinião pública britânica com *A Modest Proposal for preventing the Children of Poor People from being a Burden to their Parents or Country, and for making them Beneficial to the Public*³⁶⁵. Nesta «modesta proposta», os filhos dos irlandeses pobres deixariam de ser um fardo para os pais – cujo desespero por não conseguirem alimentar as suas crianças é descrito de forma pungente – e para o país, tornando-se, além disso, benéficos para o público, desde que fossem utilizados como «comida deliciosa e nutritiva»: estufados, assados ou cozidos, de fricassé ou em ragu. A vantagem era dupla – melhorava o rendimento dos pais e ajudava a resolver o problema da sobrepopulação da Irlanda. A sátira foi levada à letra por muitos leitores que, inábeis para descodificar as paralipses, as alegorias ou as ironias abundantes no texto, acusaram o autor de fazer a apologia do infanticídio e do canibalismo.

Na verdade, Swift usou a técnica da «literalização da metáfora»: a hipérbole do latifundiário a devorar o pobre rendeiro irlandês ganhou um novo alcance retórico com a imagem do mesmo rendeiro a servir os filhos como refeição ao latifundiário³⁶⁶,

³⁶⁴ «Philosophical Law the measure of Virtue and Vice. Thirdly, the LAW OF OPINION OR REPUTATION. Virtue and vice are names pretended and supposed everywhere to stand for actions in their own nature right and wrong: and as far as they really are so applied, they so far are coincident with the divine law above mentioned. But yet, whatever is pretended, this is visible, that these names, virtue and vice, in the particular instances of their application, through the several nations and societies of men in the world, are constantly attributed only to such actions as in each country and society are in reputation or discredit. Nor is it to be thought strange, that men everywhere should give the name of virtue to those actions, which amongst them are judged praiseworthy; and call that vice, which they account blamable: since otherwise they would condemn themselves, if they should think anything right, to which they allowed not commendation, anything wrong, which they let pass without blame. Thus the measure of what is everywhere called and esteemed virtue and vice is this approbation or dislike, praise or blame, which, by a secret and tacit consent, establishes itself in the several societies, tribes, and clubs of men in the world: whereby several actions come to find credit or disgrace amongst them, according to the judgment, maxims, or fashion of that place. For, though men uniting into politic societies, have resigned up to the public the disposing of all their force, so that they cannot employ it against any fellow-citizens any further than the law of the country directs: yet they retain still the power of thinking well or ill, approving or disapproving of the actions of those whom they live amongst, and converse with: and by this approbation and dislike they establish amongst themselves what they will call virtue and vice» (LOCKE, John – *An Essay Concerning Humane Understanding*. [Em linha]. Vol. I. Book II, Cap. 28. London: Printed by Eliz. Holt for Thomas Basset, 1690, p. 213. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/10615>).

³⁶⁵ SWIFT, Jonathan – *A Modest Proposal for preventing the Children of Poor People from being a Burden to their Parents or Country, and for making them Beneficial to the Publick*. [Em linha]. Dublin: S.Harding, 1729. [Consult. 07.11.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/1080/1080-h/1080-h.htm>.

³⁶⁶ BOYLE, Frank – «Jonathan Swift». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *Op. cit.*, p. 196-211.

antecipando o que passou a designar-se por «limpeza étnica»³⁶⁷ e conferindo à eficácia da sátira uma perturbante actualidade³⁶⁸.

A expressão «opinião pública» reaparece na língua francesa em 1744, numa carta de Rousseau ao seu homónimo Jean-Jacques Amelot de Chaillou, ministro dos Negócios Estrangeiros de Luís XV, na qual pede desculpa por ter avisado com alguma rudeza o nobre veneziano Erizzo de que a «opinião pública» o considerava favorável à Áustria³⁶⁹. Dezoito anos mais tarde, quando publica o *Contrato Social*, Rousseau mostra ter desenvolvido as consequências normativas do conceito avançado por Locke. A opinião pública é erigida em tribunal com um magistrado específico – o censor – de cuja desaprovação é preciso proteger-se³⁷⁰.

Porém, o autor sublinha que não se pode contar com a opinião pública para reformar os costumes de uma sociedade, papel reservado às leis – quando estas falham, a decadência torna-se inevitável³⁷¹.

Para Hume, a opinião é aquilo em que consiste o alicerce dos próprios governos – tanto dos mais despóticos como dos mais livres –, em contraste com a força, sempre

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 202.

³⁶⁸ «Ultimately more important than the historical and biographical context of *A Modest Proposal* is the relationship between the satire and the reader [...] Rather than wallowing in the sentimental, the speaker shows his attractive modernism by undertaking an accounting of the situation: images of the poor beggar mother with her brood give way swiftly to population figures and estimates of necessary resources. This is so universally the approach to social and economic ills in modern cultures that it is harder to imagine the reader who would not travel alongside the speaker, despite his quirks, right up to the point where he reveals his scheme. Moving then as quickly as possible from the speaker, readers will move to a place of solidarity with the poor Irish victims [...] At the point a reader realizes his or her distance, however much abstract sympathy is retained for the victims, the experience of *A Modest Proposal* actually becomes more uncomfortable. For each of us lives in a world where economic and political suffering, including genocidal suffering, exists» (*Ibidem*, p. 202-203).

³⁶⁹ NOELLE-NEUMANN, Elisabeth – *The Spiral of Silence: Public Opinion – Our Social Skin*. Chicago: University of Chicago Press, 1993, p. 80.

³⁷⁰ «De même que la déclaration de la volonté générale se fait par la loi, la déclaration du jugement public se fait par la censure; l'opinion publique est l'espèce de loi dont le censeur est le ministre, et qu'il ne fait qu'appliquer aux cas particuliers, à l'exemple du prince. Loin donc que le tribunal censorial soit l'arbitre de l'opinion du peuple, il n'en est que le déclarateur, et sitôt qu'il s'en écarte, ses décisions sont vaines et sans effet. Il est inutile de distinguer les mœurs d'une nation des objets de son estime; car tout cela tient au même principe et se confond nécessairement. Chez tous les peuples du monde, ce n'est point la nature mais l'opinion qui décide du choix de leurs plaisirs. Redressez les opinions des hommes et leurs mœurs s'épuront d'elles-mêmes. On aime toujours ce qui est beau ou ce qu'on trouve tel, mais c'est sur ce jugement qu'on se trompe; c'est donc ce jugement qu'il s'agit de régler. Qui juge des mœurs juge de l'honneur, et qui juge de l'honneur prend sa loi de l'opinion» (ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Du contrat social*. Paris : Garnier-Flammarion, 1966 [1762], p. 168).

³⁷¹ «Les opinions d'un peuple naissent de sa constitution; quoique la loi ne règle pas les mœurs, c'est la législation qui les fait naître; quand la législation s'affaiblit les mœurs dégénèrent, mais alors le jugement des censeurs ne fera pas ce que la force des lois n'aura pas fait» (*Ibidem*).

do lado dos governados (pelo número): uma «maravilha», como escreve o pensador escocês³⁷².

Com as Luzes e o advento da revolução americana, a ideia recrudescer em importância, chegando Burke a considerar a «opinião geral», em 1777, como o «veículo e o órgão da onipotência legislativa»³⁷³. Da «opinião geral» à «opinião pública» a distância é curta, vencida em 1781³⁷⁴. Ainda assim, os protagonistas da revolução francesa preferiram referir-se ao «espírito público»³⁷⁵.

Se Kant utiliza o conceito de «publicidade» para significar um espaço institucionalizado mediador entre a política e a moral, capaz de «constranger a política “a dobrar o joelho diante da moral”»³⁷⁶, Hegel desvaloriza a opinião pública, considerando-a uma manifestação dos juízos dos homens sobre os seus interesses próprios. Algo que merece ser desprezado pelo «grande homem» – em quem se manifesta o «espírito do tempo» – que aspira à grandeza³⁷⁷.

A crise da opinião pública, patente na crítica marxiana e liberal, não cessou de acentuar-se nos séculos XIX e XX, atravessando as experiências totalitárias e o aparecimento das novas tecnologias de comunicação de massas. Entre as duas guerras

³⁷² «Nothing appears more surprizing to those who consider human affairs with a philosophical eye, than the easiness with which the many are governed by the few; and the implicit submission, with which men resign their own sentiments and passions to those of their rulers. When we inquire by what means this wonder is effected, we shall find, that, as Force is always on the side of the governed, the governors have nothing to support them but opinion. It is, therefore, on opinion only that government is founded; and this maxim extends to the most despotic and most military governments, as well as to the most free and most popular» (HUME, David – «Essay IV. Of the First Principles of Government». *In Essays and Treatises on Several Subjects*. [Em linha]. Vol.1. London: Printed for T. Cadell, 1777, p. 33. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.davidhume.org/texts/etv1.html>.

³⁷³ «Tenho de pedir licença para observar que não é só o odioso ramo da recolha de impostos que será objecto de resistência, mas que nenhuma outra parte concreta do direito legislativo pode ser exercida sem ter em conta a opinião geral daqueles que se pretende governar. Essa opinião geral é o veículo e o órgão da onipotência legislativa» (BURKE, Edmund – «On the Affairs of America». *Apud HABERMAS – Op. cit.*, p. 194, nota 19).

³⁷⁴ «A opinião do público que raciocina já não é uma mera *opinion*, não decorre de uma simples *inclination*, mas de uma reflexão privada sobre os *public affairs* [assuntos públicos] e do debate público dos mesmos [...]. Pouco tempo passará antes de a *general opinion* de Burke, em paralelo com o *public spirit*, assumir a designação de *public opinion*: o *Oxford Dictionary* indica uma primeira referência no ano de 1781» (*Ibidem*, p.194-195).

³⁷⁵ OZOUF, Mona – «Espírito público». In FURET, François, OZOUF, Mona (dir.) – *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989, p. 690-699.

³⁷⁶ MATTEUCCI, Nicola – *Op. cit.*, p. 843.

³⁷⁷ «Dans l'opinion publique il y a tout le faux et tout le vrai. Y retrouver le vrai est l'affaire du grand homme. Celui qui exprime ce que veut son temps et le lui dit et l'accomplit est le grand homme de ce temps. Il met en action ce qui est l'interiorité et l'essence de son temps, il le réalise. Mais celui qui ne sait pas mépriser l'opinion publique telle qu'il l'entend par-ci ou par-là ne parviendra jamais à la grandeur» (HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – «Philosophie du Droit, Zusatz au par. 318». *In Morceaux Choisis*. Vol. II. Paris: Gallimard, 1969, p. 215.

mundiais, Walter Lippman alertou para os perigos da propaganda e da «manufatura do consenso»³⁷⁸.

Na viragem do século XX para o século XXI acentuou-se a dominação oligárquica dos espaços de formação da opinião pública, sentindo-se cada vez mais a eficácia da manipulação da mesma opinião pública por parte de quem ocupa o poder político e nele se mantém em estreita ligação com o poder económico-financeiro. A reflexão de Bourdieu sobre o tema, denunciando o «efeito de consenso» das sondagens, mantém actual o título provocatório que lhe atribuiu há quarenta anos: «A opinião pública não existe»³⁷⁹.

No entanto ela existe – daí a pertinência do apelo à criação de

espaços institucionais que permitam tornar efetiva a liberdade de expressão, de associação e de imprensa, por meio de uma real participação dos cidadãos na formação da Opinião pública. É preciso obrigar as organizações que controlam os meios de comunicação de massa a desenvolver sua função no sentido da criação de um diálogo, assente num processo de pública comunicação e não no da manipulação de um público atomizado, que tem hoje na “publicidade”, não um instrumento de liberdade racional, mas de sujeição ao sistema produtivo. Em suma, é preciso reinventar soluções institucionais que devolvam à publicidade o elemento que a distinguia: seu poder de crítica³⁸⁰.

VI.3. Humor e esfera pública

Não consta que a proverbial expressão latina *Castigat ridendo mores* ou, como também ocorre, *Ridendo castigat mores*, tenha sido utilizada na Antiguidade clássica. Desde o século XVII, contudo, aparece como o lema da comédia e desempenha um papel activo no período de construção da esfera pública europeia³⁸¹.

³⁷⁸ «That the manufacture of consent is capable of great refinements no one, I think, denies [...] Within the life of the generation now in control of affairs, persuasion has become a self-conscious art and a regular organ of popular government. None of us begins to understand the consequences, but it is no daring prophecy to say that the knowledge of how to create consent will alter every political calculation and modify every political premise» (LIPPMAN, Walter – *Public opinion*. [Em linha]. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922, p. 248. [Consult. 26-06-2017]. Disponível em <http://www.archive.org/stream/publicopinion00lippgoog#page/n6/mode/2up>).

³⁷⁹ BOURDIEU, Pierre – «L’opinion publique n’existe pas». In BOURDIEU, Pierre – *Questions de sociologie*. [Em linha]. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984, p. 222-235. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/questions/opinionpub.html>.

³⁸⁰ MATTEUCCI, Nicola – *Op. cit.*, p. 845.

³⁸¹ Ver acima, p. 10, nota 46.

Na Alemanha, palco do estudo de caso efectuado por Mary Lee Townsend³⁸², o humor ajudou a erguer esse espaço onde toda a espécie de ideias podiam ser debatidas³⁸³. Era a partilha do humor que agregava os participantes e lhes conferia o sentimento de pertença a uma comunidade:

[...] we must also look at humour in the aggregate and at its larger, overall function in society. Often, the simple act of sharing in laughter was more important than the specific content or immediate impact of any given joke or caricature. Laughing together meant participating in a common culture, communicating about an issue of mutual concern. In this way humour helped carve out a public space, a field or arena within which all sorts of ideas could be discussed and debated, be they political, social or moral. The views expressed within this public space were never monolithic or uniform. Popular humour expressed a sense of community among participants, but at the same time it helped define and clarify the differences within that community. Laughter, whether trivial, subversive or something in between, formed part of an ongoing public debate.³⁸⁴

Já em Inglaterra, pelo contrário, o desenvolvimento da esfera pública – para a formação da qual a sátira dera um contributo formidável³⁸⁵ – foi acompanhado do declínio do género humorístico, desalojado pela institucionalização política da própria esfera pública e pela crescente popularidade do romance³⁸⁶.

A sátira cumprira o seu papel e, de certa forma, esgotara a sua função, tanto literária como política:

By the second half of the eighteenth century, narrative satire had lost the prominent position it had occupied earlier, at least in Britain. The emergence of a pluralistic public arena occurred first in Britain and proceeded further there than on the Continent, and so did the increasing strength and proliferation of novelistic forms and the fading away of satiric narratives³⁸⁷.

³⁸² TOWNSEND, Mary Lee – «Humour and the Public Sphere in Nineteenth-Century Germany». In BREMMER e ROODENBURG – *Op. cit.*, p. 200-221.

³⁸³ «[...] in order to understand the function of popular humour in nineteenth-century Germany, we must view it in the aggregate, as a part of a larger public debate. This humour constituted an important part of the public sphere that Europeans were beginning to carve out for themselves, as they fought their way free from an absolutist past towards a more participatory form of public life» (*Ibidem*, p. 216).

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 202.

³⁸⁵ Ver acima p. 165.

³⁸⁶ «In the late seventeenth and early eighteenth century, both verse and narrative satire flourished and even for a time assumed a predominant position among genres. However, the increasing production and popularity of novels accompanied a decline in the cultural work accomplished by satire. The development of a pluralist public sphere in Britain, including the emergence of a loyal opposition, provided an arena for the expression of disagreements with official policies which therefore no longer had to be couched in indirect, ironic and satiric terms. Another side of the developing public sphere was the opening of a private, domestic life outside the reach of government; this dimension became the privileged subject of novelistic representation» (PALMERI, Frank – *Op. cit.*, p. 362).

³⁸⁷ *Ibidem*. Palmeri sublinha que, não obstante as diferentes condições da esfera pública, o século XIX assistiu à produção de alguma da mais influente e inovadora sátira narrativa em países como a Rússia (*O Nariz e O Capote*, de Gogol), França (*Ilusões Perdidas*, de Balzac) e, nos Estados Unidos, *The Confidence-Man*, de Melville (*Ibidem*, p. 372).

VI.4. O humor dos periódicos e a construção da esfera pública em Portugal

Num universo de mais de uma centena e meia de periódicos, dos quais cerca de vinte assumidamente humorísticos, este género conheceu uma grande expansão durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX, até ao fim da Guerra Civil, como assinala Tengarrinha³⁸⁸. Durante esse período, o humor participa na construção da esfera pública em Portugal³⁸⁹.

Tal como na Prússia, cujo Estado se reergueu na sequência das guerras napoleónicas, também em Portugal – há que ter sempre presente o trauma das invasões francesas³⁹⁰, da saída da família real para o Brasil, do protectorado militar britânico e das lutas liberais – o humor na esfera pública é ambíguo, difuso e a polissemia das anedotas passa por segundos e terceiros sentidos, em intrincados palimpsestos. Aplica-se a Portugal a advertência de Townsend para o estudo do tema na Alemanha, substituindo a revolução de 1848 pelo longo período de instauração do liberalismo no nosso país entre 1820 e 1834:

This public debate was certainly diffuse and often ambiguous, but the fact that it existed at all was extremely important [...] In this setting, where public discourse was strictly regulated, often the simple act of speaking aloud was itself a political statement. In the end, popular humour may have done little to focus the inchoate political consciousness of Germans in the early nineteenth century, but it did keep this consciousness alive, nurturing and strengthening the general level of critical awareness, and providing much of the rhetorical and emotional tinder that flared into revolution in 1848³⁹¹.

VI.5. Crítica, dessacralização, opinião

Os trabalhos citados, realizados sobre o tema no estrangeiro e sobre problemas afins no nosso país, começaram a abrir o caminho que se procura continuar a desbravar

³⁸⁸ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 134.

³⁸⁹ «[...] a ironia e o humor têm uma função que não pode ser ignorada. O humor e a ironia resolvem, pelo menos momentaneamente, de forma provisória e agressiva, o que pode ser uma tensão social e política. Esse humor e ironia não ecoam do nada; se eclodem, é no seio de uma múltipla situação, trágica e vivida – política, económica, social, religiosa ou cultural. Em derradeira instância, é um modo de evitar não apenas a “castração” do indivíduo/sociedade, mas também da própria materialidade do acto de criticar (olhar), de fazer figurar e de escrever» (ALVES, José Augusto dos Santos – *Op. cit.*, 2005, p. 128). Ver acima, p. 67, nota 159.

³⁹⁰ Ana Cristina Araújo salienta o papel da poesia e dos folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa na resistência anti-francesa, com destaque para o periódico *Câmara Óptica*, (ARAÚJO – *Op. cit.*, p. 170-173). Ver também GERALDES, Sofia Mendes – «La guerre des lettres au Portugal. Un épisode du combat de la propagande pendant les Invasions Françaises». *Rives Méditerranéennes*. N° 36, 2010, p. 43-57.

³⁹¹ TOWNSEND – *Op. cit.*, p. 216.

com esta investigação. O processo de construção do sentido dos periódicos³⁹², incluindo a produção, circulação e recepção, e ainda a apropriação no sentido atribuído ao conceito por Chartier³⁹³, contou com a participação activa do humor nos seus diferentes subgéneros, tendo desempenhado, como se demonstra nos capítulos seguintes, um papel importante quer na expressão pública de opiniões mantidas em privado quer como forma de «fazer passar» mensagens transmitidas através dos periódicos³⁹⁴.

³⁹² Sobre as representações do mundo e da alteridade na imprensa periódica portuguesa, ver MACHADO, Adelaide, e SILVA, Júlio Rodrigues da – «Representations of the world and alterity in the global daily world as read through the Press». In ABREU, Márcia, e SILVA, Ana Cláudia Suriani da (ed.) – *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: theatre, the book-trade and reading in the Transatlantic world*. London: I. B. Tauris, 2016, p. 166-183.

³⁹³ «L'appropriation telle que nous l'entendons vise une histoire sociale des usages et des interprétations, rapportés à leurs déterminations fondamentales et inscrits dans les pratiques spécifiques qui les produisent. Donner ainsi attention aux conditions et aux processus qui, très concrètement, portent les opérations de construction du sens (dans la relation de lecture mais dans bien d'autres également) est reconnaître, contre l'ancienne histoire intellectuelle, que ni les intelligences ni les idées ne sont désincarnées, et, contre les pensées de l'universel, que les catégories données comme invariantes, qu'elles soient philosophique ou phénoménologiques, sont à construire dans la discontinuité des trajectoires historiques» (CHARTIER, Roger – «Le monde comme représentation». *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. 44e. Année, N° 6, 1989, p. 1511. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1989_num_44_6_283667).

³⁹⁴ «[...] humor can be important for both privately held and publicly-expressed opinions in conversations, as well as processing of mediated messages» (NEUENDORF, Kimberley A., SKALSKI, Paul D., ATKIN, David e JEFFRES, Leo W., *Public opinion, Media Use, and the Senses of Humor*. [Em linha]. Paper presented to the Mass Communication Division of the International Communication Association, Boston, 2011. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://academic.csuohio.edu/kneuendorf/vitae/NeuendorfSkalskiAtkinetall1.pdf>).

CAPÍTULO VII. QUEM ENFIA AS CARAPUÇAS D'O PIOLHO VIAJANTE?

VII.1. «Dividida nos tomos que forem». Cronologia da publicação

Os primeiros cinco folhetos do periódico editado com o título *O Piolho Viajante Divididas As Viagens Em Mil E Huma Carapuças. Obra muito útil para o Inverno, e para o Verão. Vertida da Lingua Piolha, com algumas notas do Traductor. Dividida Nos Tomos Que Forem, E Offerecida A Quem A Quizer*³⁹⁵ foram publicados em 1802, segundo os Quadros Bibliográficos incluídos no segundo tomo do *Essai Statistique* de Adrien Balbi³⁹⁶. Palma-Ferreira adianta que os primeiros fascículos podem ter sido escritos ainda no século XVIII³⁹⁷.

O censor João Guilherme Cristiano Müller³⁹⁸ emitiu parecer favorável para os dois primeiros folhetos a 14 de Julho de 1802 e autorização para imprimir – para aqueles e para os dois seguintes – a 23 do mesmo mês. O despacho favorável para correr o primeiro folheto data de 17 de Setembro de 1802 e o último de 27 de Abril de 1805³⁹⁹. Os últimos folhetos publicados não terão sido escritos depois de 1804: é essa a

³⁹⁵ Para este trabalho foram consultadas as seguintes edições da fonte: tomo I, edição de 1805, impressa na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, e edição de 1846, na Imprensa Nevesiana; tomo II, edição de 1803, com a indicação: “Segunda edição emendada”, impressa na Oficina de António Rodrigues Galhardo, e edição de 1821, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos; tomo III, edição de 1803, impressa na Oficina de João Procópio Correia da Silva, e edição de 1854, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Tipografia de J. B. Morando; tomo IV, edição de 1804, impressa na Oficina de António Rodrigues Galhardo, e edição de 1837, com a indicação: “Nova edição emendada”, impressa na Imprensa Nevesiana. Entre as edições mais antigas e as mais recentes de cada tomo verificam-se apenas algumas diferenças de ortografia e pontuação. As citações, salvo indicação expressa, são da edição mais antiga.

³⁹⁶ BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. [Em linha]. Tome Second. Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=otViAAAacAAJ&pg=PP9&lpg=PP9&dq=adrien+balbi+essai+statistique+sur+le+royaume+de+portugal&source=bl&ots=f5dS81yzPv&sig=Vmo618ApjrFBMBAATHJU23HQGrM&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwjrqXBmavQAhUB74MKHbQTDPAQ6AEITTAH#v=onepage&q=adrien%20balbi%20essai%20statistique%20sur%20le%20royaume%20de%20portugal&f=false>.

³⁹⁷ PALMA-FERREIRA – *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1981, p. 102.

³⁹⁸ Teólogo protestante, enviado da Alemanha para assistir a comunidade luterana de Lisboa, teve uma carreira meteórica em Portugal ao serviço da Real Academia das Ciências e, depois da sua conversão ao catolicismo, como censor régio da Mesa do Desembargo do Paço e tradutor do Conselho do Almirantado, equiparado ao posto de capitão de Fragata. Sobre a vida e obra de Müller (Göttingen, 1752-Lisboa, 1814) ver ABREU – «Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil». *Tempo*. [Em linha]. Vol. 12, nº 24, 2008, p. 76-94. [Consult. 31.10.2017]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>.

³⁹⁹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 139-140.

data da edição mais antiga consultada do tomo IV, que reúne as carapuças LII (o doido, continuação) a LXXII (o menino). Também de 1804 é a última referência a *O Piolho Viajante* nos Quadros Bibliográficos do *Essai Statistique* ⁴⁰⁰.

VII.2. «O Piolho é Português, filho de Lisboa». O problema da autoria

O Piolho Viajante foi publicado anonimamente e o problema da sua autoria originou prolongada controvérsia. O autor foi identificado como António Manuel Policarpo da Silva, um dos requerentes das licenças para imprimir a obra em 1802, depois dos requerimentos iniciais de António Nunes dos Santos, António Xavier do Vale e João Procópio Correia da Silva ⁴⁰¹.

A autoria do periódico fora anteriormente atribuída a José Sanches de Brito por Inocêncio e Brito Aranha ⁴⁰², seguidos por Sampaio Bruno ⁴⁰³, induzidos pela menção ao «autor do Piolho Viajante» numa obra atribuída àquele capitão-tenente da Armada ⁴⁰⁴. Policarpo da Silva foi indicado como autor por Silva Bastos ⁴⁰⁵ e por Palma-Ferreira na edição de que foi responsável pelo prefácio, glossário, notas e ortografia actualizada ⁴⁰⁶. O mesmo é também apontado como autor de *O Piolho Viajante* em estudos mais recentes, como os de Márcia Abreu ⁴⁰⁷, José-Augusto França ⁴⁰⁸ ou José Tengarrinha ⁴⁰⁹.

⁴⁰⁰ BALBI – *Op. cit.*, p. cclix.

⁴⁰¹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 140.

⁴⁰² SILVA, Inocêncio – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. IV, 1860, p. 11; ARANHA, Brito – *Ibidem*. Vol. XIII, 1885, p. 193.

⁴⁰³ *Apud* PALMA-FERREIRA – Prefácio, glossário e notas. In SILVA, António Manuel Policarpo da – *O Piolho Viajante. Divididas as Viagens em Mil e Uma Carapuças*. Lisboa: Estúdios Cor, 1973, p. 249; *idem* – *Op. cit.*, 1980, p. 155-156; *idem* – *Op. cit.*, 1981, p. 104-105.

⁴⁰⁴ *Tempo presente, máquina aerostática, notícia universal ó novidades de cada dia, trazidas pela mesma máquina, tanto de Portugal, como do mais resto do mundo. Dadas todas as semanas aos olhos de quem os tiver, etc. Pelo auctor do Piolho Viajante*. Tomo I. Lisboa: Na Typ. Lacerdina, 1806. de Brito foi, no entanto, apenas um dos três requerentes das licenças para este periódico. Os outros dois foram Manuel José Moreira Pinto Baptista e António Manuel Policarpo da Silva – o que poderá ter originado um equívoco na atribuição da autoria (Ver TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 141 e 153).

⁴⁰⁵ BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a compressão do pensamento português)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 289.

⁴⁰⁶ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973. O mesmo voltaria a pôr em dúvida a identidade do autor de *O Piolho Viajante* em dois estudos posteriores. No capítulo dedicado ao periódico em *Obscuros e Marginados*, diz saber «que o Prof. José Sebastião da Silva Dias possui elementos e elaborou argumentos que contrariam a atribuição da autoria a António Manuel Policarpo da Silva» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1980, p. 155-156). Em *Do Pícaro na Literatura Portuguesa*, aduz em nota: «Recentes investigações realizadas nos processos da Real Mesa Censória parecem confirmar que o autor de *O Piolho Viajante* teria sido, de facto, José Sanches de Brito» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1981, p. 131).

⁴⁰⁷ ABREU – *Op. cit.*, p.84.

⁴⁰⁸ FRANÇA – *Op. cit.*, p. 480.

⁴⁰⁹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 139-140 e p. 152.

António Manuel Policarpo da Silva foi livreiro-editor, com loja na Praça do Comércio, «debaixo da arcada do antigo Senado, ou Camara Municipal» de Lisboa, nas primeiras décadas de oitocentos. O seu nome aparece como tradutor de uma publicação contemporânea do *Piolho: Leituras Uteis e Divertidas*⁴¹⁰. Foi ainda editor do periódico *Variedades*, redigido por D. António da Visitação Freire de Carvalho⁴¹¹. Palma-Ferreira atribui-lhe simpatias liberais, com base no pedido de licença para a publicação do manuscrito *Manifesto dos Espanhóis aos Povos da Andaluzia*, negada pela Censura⁴¹².

VII.3. «Este Prólogo não serve mais que encher papel»

Ao contrário do que começa por afirmar na abertura do periódico (Tomo I, p. i), os quatro prólogos de *O Piolho Viajante* servem para bem mais do que encher papel. O estilo auto-deprecatório é recorrente no género⁴¹³, frequentemente associado, por oposição, ao auto-elogio:

Eu não vou fallar a respeito desta minha obra, que he cousa tão pequena, que só merece porem-lhe os olhos de compaixão, ella he uma cousa tão pobre... Mas que posso eu mais aniquila-la, e mostrar-lhe a sua insufficiencia? tendo-lhe chamado pobre, basta; Este nome pobre, he pior que o de cão damnado, todo o mundo lhe foge, e ninguem lhe dá nada (Tomo II, p. xii).

As limitações da obra são justificadas no prólogo do tomo III com recurso à autoridade de Alexander Pope – «Pope diz em hum dos seus pensamentos: Logo que vós examinais hum Author, olhai primeiro que tudo, qual foi o seu fim, porque vós não deveis exigir do escrito mais do que o Author lhe quis metter. O meu fim está visto qual foi, se houver outro, que o escreva melhor do que eu (que não precisará muito) eu me calarei» (Tomo III, p. xviii).

É no espaço em que se dirige directamente ao leitor que o autor revela o seu pensamento, faz o balanço da recepção da obra e aproveita para enviar recados, nomeadamente aos críticos.

O tema do primeiro «diálogo» esclarece sobre a motivação do autor: ganhar dinheiro⁴¹⁴. «Eu o que quero, he dinheiro; e isto por muitas razões: a primeira, porque o

⁴¹⁰ *Leituras Uteis e Divertidas. Traduzidas em Vulgar por Antonio Manoel Polycarpo da Silva*. Lisboa: Na Offic. de João Procopio Corrêa da Silva, 1802. Os quatro tomos desta obra tiveram segunda edição em 1819, impressa na Tipografia Rollandiana.

⁴¹¹ SILVA, I. – *Op. cit.* Tomo VIII, 1867, p. 235-236.

⁴¹² PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 19-20.

⁴¹³ Ver acima Parte 2, capítulo 1: «Mentira e verdade nos folhetos humorísticos de José Daniel Rodrigues da Costa».

⁴¹⁴ Sobre o valor do trabalho do autor ver 4ª parte, capítulo 2.

preciso (creio, que bastava esta): a segunda, porque gósto delle: a terceira, porque me não dão nada sem ele» (Tomo I, p. i). E conclui com um apelo aos críticos:

Supponhamos nós, que a obra não presta, que a mordem, que a rasgam, que a queimão: e que tenho eu com isso? Elles não o hão de fazer se não depois de a comprarem. [...] Meus amigos, façam e digam o que quizerem, que eu de quem me hei de queixar, he dos que se calarem, que he signal de que a não comprarão. Essa he boa! Não ha de a gente poder dizer mal, e fazer o que quizer, do que lhe custou o seu dinheiro! (Tomo I, p. ii).

O valor do trabalho do autor regressa no prólogo do tomo III, com uma referência directa ao preço dos folhetos:

[...] huma obra de tanto interesse como esta, principalmente para mim se a comprarem; e para aqueles que quizerem abafar a cabeça com a sua Carapuça; e mais agora, de inverno, que he uma consolação, e então muito baratas, ha folheto, que tem seis Carapuças, fóra o Prologo, e ei-las ahi a menos de trinta réis (Tomo III, p. i-ii)⁴¹⁵.

No prólogo do tomo II, o *Piolho* combina o comentário à recepção dos folhetos anteriores com a típica declaração de que o carácter jocoso do periódico não pretende atingir pessoas concretas mas sim satirizar os vícios em geral:

Os primeiros quatro folhetos fizeram boa viagem, perdi o medo ao mar, adeus minhas encomendas! hão de me aturar tudo quanto me vier á testa, tudo hei de dizer; só hei de ter muito cuidado (e mesmo he do meu genio) não escandalisar ninguem, hei de ir pondo as minhas carapuças, mas não quero conhecer os freguezes, e antes hei de perder meia duzia dellas, que talha-las para nenhum individuo em particular (Tomo II, p. iv).

O objectivo consiste em emendar comportamentos por meio do riso:

[...] ainda que vejão hum nome rediculo na obra, e hum principio baixo e jocoso, não a desprezem por isso: Demosthenes tambem ria, e por essa mesma boca de rizo sahião as orações as mais eloquentes [...] pode ser que o Leitor seja hum perverso e que, envergonhando-se do que lê, mude os seus costumes [...] o remedio amargoso, que he dado em massa, disfarça-se embrulhado em ouro [...] e cura muitas vezes a molestia sem sentir a repugnancia do remedio; igualmente o jocoso quando vai servir de embrulho á verdade, que se diz, que muitas vezes aproveita, rindo-se e gostando o que a lê (II, xxii-xxv).

Regressa ao tema no prólogo do tomo III – «se me morder de leve, hei de rir, e se me emendar algum vicio hei de chorar pelo não ter emendado antes, que ele mo annunciasse [na edição de 1854: denunciasses]» (Tomo III, p. ix) –, onde invoca a autoridade de La Rochefoucauld e La Bruyère para legitimar a forma como apresenta a verdade nas histórias das carapuças:

⁴¹⁵ Valor actual: 69 cêntimos, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (4631,11). Portaria nº 400/2015 – *Diário da República* [Em linha]. Nº. 218/2015. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <https://dre.pt/application/file/70933562>.

As maxims de Rochefoucault [na edição de 1854: La Rochefoucault] e os caracteres de La Bruyere são obras preciosas; o primeiro grande observador, e conhecedor do coração humano, satirizou com firmeza, fazendo a sátira dos cortejos, o segundo pintor habil dos costumes, forçou os originaes a envergonharem-se, e a corrigirem-se: com que se he certo haver defeitos, que mal faço eu em contar esses defeitos. [...] Eu pinto hum homem com defeitos, mas eu não sei, quem he este homem, conheço-lhe o vicio, mas não sei aonde elle he morador: se apparece esse homem, e grita, que eu fallei delle, a culpa he sua porque se deu a conhecer [...] Eu fallo verdade, e esta nunca precisou de enfeite (Tomo III, p. xi-xiii).

O prólogo do tomo IV é sobretudo dedicado a responder à acusação, feita pelo seu concorrente José Daniel Rodrigues da Costa, de que *O Piolho Viajante* seria uma tradução e não uma obra original⁴¹⁶. Contudo, cabe destacar ali uma declaração reveladora do pensamento social do autor – «Os meus escritos por ora só são para gente pobre, gente que não tem medo de hum piolho; hum rico até terá medo de ouvir fallar nelle, e fará muito bem em não o ler; porque terá precisão de coçar-se; porque o tal Piolho he muito natural que lhe morda» (IV, xvi-xvii) –, além de um novo auto-elogio:

Eu sempre quero capacitar a vv. mm., que a obra não he tão ridicula como a muitos parece: olhem que outras de igual nome tem merecido muita e muita attenção, e que tem figurado na República das letras, como chéfes de obra no seu genero, que não só a sua Nação lhes deo nome, mas que todas as outras as reconhecêrão como taes, olhem que isto não he gabar a minha, mas [...] póde ser, que este meu Piolho não parecendo nada, ainda venha a ser hum Piolho nomeado (Tomo IV, p. xx-xxi)⁴¹⁷.

Não é apenas nos prólogos que o autor se dirige directamente ao leitor. Ao longo das carapuças sucedem-se os excursos que lhe permitem divagar apresentando as suas reflexões. Cabe aqui referir três desses momentos pelo que revelam da sua ideia de tempo, ligada a uma crítica social apresentada no espaço público onde, mais uma vez, o humor ocupa lugar:

Em fim tudo muda, cada idade traz diferentes costumes, e cada costume vai mudando o homem; mas o tempo não vai máo para os piolhos: assim he que este Seculo he de mais luxo, de mais riqueza, de maior miseria; mas de muito mais porcaria, que os Seculos passados. Meus pais me contavão, que algum dia todos os Sabbados (1) [Nota do Autor: Isto he, no tempo que havia Sabbados, que hoje tudo são dias santos para alguns, porque nunca

⁴¹⁶ Ver abaixo pág. 205-208 e 4ª Parte, capítulo 1.

⁴¹⁷ Compare-se com os termos elogiosos do censor João Guilherme Cristiano Müller no parecer favorável à publicação do periódico: «Não ha duvida, que os quadros, que ella (a obra) offerece à contemplação de seus leitores, representaõ frequentemente objectos bem triviaes, e rasteiros; e caricaturas plebeias e feias, mas com hum feliz acerto da Verdade, - com hum geito de expressaõ que faz esta collecçaõ comparavel a huma das pinturas de Tenier, Ostade, Collot e Hogarth. Quem entende o que isto quer dizer, naõ deixará de felicitar o Autor de seu singular Engenho, e a literatura da Naçaõ, entre a qual elle escreve, d'huma acquisiçaõ comparavel no seu genero às obras primas das outras. Eu me envergonharia de hesitar hum unico momento para dar o meu voto a favor da sua publicação» (*Apud BASTOS – Op. cit.*, p. 289).

trabalhão.] o mais tardar, se limpava a cabeça (2) [Nota do Autor: Isto era no tempo que os corpos tinham cabeça.], lavava os pés, e cortava as unhas: hoje não, Senhor! Ha tal que não cuida na cabeça senão de Sabbado a Sabbado, isto he, de Alleluia; hoje já ninguém corta as unhas, tomárão alguns ter mais, ainda sem ter mais dedos; isto de lavar os pés e o corpo he só de verão, porque vão tomar banhos, em se acabando esta moda adeos lavagem (Tomo II, p. 167-168).

[...] até no ser tolo, e ter juizo, he conforme aos tempos, de fôrma, que hum, que no seculo passado passava por asno, podia muito bem neste seculo ser admittido por douto, segundo as circumstancias do tempo; e não se querem desenganar, que o tempo he que faz as cousas [...] vamos como elle quer, visto elle não querer o que eu quero (Tomo III, p. 209-212).

Os Leitores agora hão de me perdoar, que eu quero fazer a minha reflexão na fôrma do meu costume. [...] desenganemo-nos, senhores, que os tempos, e as circumstancias he quem faz tudo: sabe Deos, se inda virá tempo, que se coma hum piolho assim como hoje se come huma perdiz; o caso está, que haja hum Medico que diga, que elle he substancial e saudável [...] em huma palavra os seculos mudão tudo (Tomo IV, p. 230-231).

VII.4. «Mil e uma carapuças». Ou setenta e duas

O humor ocupa um lugar central em *O Piolho Viajante*. Protagonista das viagens, o Piolho satiriza o Portugal do início de oitocentos através das carapuças enfiadas nas cabeças dos seus alvos – tipos sociais representativos da realidade coeva.

São 72 as carapuças por que se dividem as quatro partes do periódico, bem menos do que o anunciado no subtítulo «Divididas as viagens em mil e uma carapuças», inspirado provavelmente no êxito das «Mil e uma Noites» que, na tradução francesa de Antoine Galland, ocupava um dos lugares cimeiros na lista dos livros mais procurados em Portugal e no Brasil nos primeiros anos do século XIX⁴¹⁸:

TOMO I

Prólogo

Introdução

Nascimento, Pátria, Pais e Educação do Piolho [I Tinhoso]

II Cabeleireiro

III Filha do calceteiro

⁴¹⁸ ABREU – «Conectados pela ficção: circulação e leitura de romances entre a Europa e o Brasil». *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. [Em linha]. Vol. 22, Nº. 1, 2013, p. 16. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5363/4769.

IV Barbeiro

V Tendeiro

VI Boticário

VII Poeta

VIII Avarento

IX Lavadeira

X Dono de botequim

XI Procurador de causas (advogado)

XII Criminoso

XIII Quadrilheiro da Guarda Real de Polícia

XIV Saloio

XV Actor cómico

XVI Escudeiro

XVII Filósofo

XVIII Pedinte

XIX Preto

XX Gaiteiro

XXI Caixeiro

XXII Marinheiro

TOMO II

Prólogo

XXIII Gotoso

XXIV Jogador

XXV Galego

XXVI Ferro-velho

XXVII Cozinheiro

XXVIII Estudante

XXIX Velho

XXX Cigana

XXXI Ciumento

XXXII Preguiçoso

XXXIII Morgado

XXXIV Mentiroso

XXXV Homem amigo de todos (pseudo-filantropo)

XXXVI Homem que não era amigo de ninguém (pseudo-misantropo)

XXXVII Amoroso (mulherengo)

XXXVIII Velha

TOMO III

Prólogo

XXXIX Menina virtuosa

XL Criada

XLI Mulher que contratava criadas de servir

XLII Cirurgião

XLIII Dentista

XLIV Exibidor do cosmorama ou câmara óptica

XLV Mestre de espada

XLVI Velhaco

XLVII Falso sincero

XLVIII Estalajadeiro

XLIX Chefe de quadrilha de ladrões

L Vinagreiro

LI Caturra ou bobo

LII Doido (1ª parte)

TOMO IV

Prólogo

LII Doido (2ª parte)

LIII Enfermeiro

LIV Taberneiro

LV Bêbado

LVI Cirieiro

LVII Algibebe

LVIII Negociante de bestas

LIX Arrieiro

LX Mordomo

LXI Corcunda

LXII Dono de casa de jogo

LXIII Dono de casa de pasto

LXIV Alfaiate

LXV Médico

LXVI Porqueiro

LXVII Viúva do porqueiro

LXVIII Filho do porqueiro

LXIX Caseiro

LXX Contratador de vinhos

LXXI Arrendatário

LXXII Menino mimado. No fim desta carapuça, o Piolho anuncia ter escolhido a cabeça da Avó para a próxima viagem, mas termina aqui a publicação.

Com o objectivo de abordar *O Piolho Viajante* em função do problema aqui colocado – aferir o papel do humor do periódico e o seu lugar no espaço público e na construção da opinião pública – optou-se por reordenar a lista das 72 carapuças de acordo com uma grelha temática que acolhe os critérios seguidos na obra para a distribuição dos diferentes tipos: por ramo de actividade socio-profissional (45); por traços de carácter (12); por condição física ou psicológica (8); por origem étnica ou regional (4); e por ligação familiar aos portadores de outras carapuças (3).

Por ramo de actividade socio-profissional:

II Cabeleireiro

IV Barbeiro

V Tendeiro

VI Boticário

VII Poeta

IX Lavadeira

X Dono de botequim

XI Procurador de causas (advogado)

XII Criminoso

XIII Quadrilheiro da Guarda Real de Polícia

XV Actor cómico

XVI Escudeiro

XVIII Pedinte

XX Gaiteiro

XXI Caixeiro

XXII Marinheiro

XXVI Ferro-velho

XXVII Cozinheiro

XXVIII Estudante

XXXIII Morgado

XL Criada

XLI Mulher que contratava criadas de servir

XLII Cirurgião

XLIII Dentista

XLIV Exibidor do cosmorama ou câmara óptica

XLV Mestre de esgrima

XLVIII Estalajadeiro

XLIX Chefe de quadrilha de ladrões

L Vinagreiro

LI Caturra ou bobo

LIII Enfermeiro

LIV Taberneiro

LVI Cirieiro

LVII Algibebe

LVIII Negociante de bestas

LIX Arrieiro

LX Mordomo

LXII Dono de casa de jogo

LXIII Dono de casa de pasto

LXIV Alfaiate

LXV Médico

LXVI Porqueiro

LXIX Caseiro de uma quinta

LXX Contratador de vinhos

LXXI Arrendatário

Por traços de carácter:

VIII Avarento

XVII Filósofo

XXXI Ciumento

XXXII Preguiçoso

XXXIV Mentiroso

XXXV Homem amigo de todos (pseudo-filantropo)

XXXVI Homem que não era amigo de ninguém (pseudo-misantropo)

XXXVII Amoroso

XXXIX Menina virtuosa

XLVI Caloteiro

XLVII Falso sincero

LXXII Menino mimado

Por condição física ou psicológica:

I Tinhoso

XXIII Gotoso

XXIV Jogador (viciado)

XXIX Velho

XXXVIII Velha

LXI Corcunda

LII Doido

LV Bêbado

Por origem étnica ou regional:

XIV Saloio

XIX Preto

XXV Galego

XXX Cigana

Por ligação familiar;

III Filha do calceteiro

LXVII Viúva do porqueiro

LXVIII Filho do porqueiro

Constata-se que o critério da actividade socio-profissional é usado em 45 carapuças, isto é, 62,5 por cento dos capítulos do periódico; os traços de carácter cobrem 12 (16,7 por cento); a condição física ou psicológica, incluindo a deficiência, serve para apontar 8 (11,1 por cento); a origem étnica ou regional 4 (5,6 por cento); e a ligação familiar a portadores de outras carapuças 3 (4,1 por cento). Não obstante a utilização destes últimos critérios – traços de carácter, condição física ou psicológica, origem étnica ou regional – num total de 37,5 por cento das carapuças, convém sublinhar que, tal como nos restantes capítulos, também nestes se manifesta a crítica social que, mais do que uma simples crítica de costumes, constitui a marca diferenciadora de *O Piolho Viajante* em relação, por exemplo, aos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa seus contemporâneos.

Por outro lado, o elenco temático das carapuças permite identificar os alvos das «picadelas» do Piolho, estereótipos construídos a partir de uma análise empírica, necessariamente parcial – mas sem por isso deixar de ser representativa ou, pelo menos, ilustrativa da realidade social portuguesa na passagem do século XVIII para o século XIX⁴¹⁹.

A antipatia pela figura do morgado (carapuça XXXIII), através da qual o Piolho revela uma clara rejeição dos valores que norteiam a sociedade do Antigo Regime, é um elemento central para a leitura do periódico. O humor ocupa aqui um lugar determinante, quer na exposição do alvo ao ridículo, quer no desvendar de um pensamento social cuja coerência só poderá ser plenamente aferida numa leitura de conjunto da obra⁴²⁰:

[...] era hum homem dos seus trinta annos, e sabia tanto como quando tinha tres: tinha laivos de nobre, tinha bens, e huma ignorancia tão grande, que para tolo não lhe faltava huma oitava; mas elle presava-se muito disso pela antiguidade, em que a asneira andava na sua casa, que havia o melhor de trezentos annos; e mesmo não estudavam pelo assim mandar o instituidor, e ele não querer perder o vinculo. E fazia muito bem, que o tempo não está para perder (Tomo II, p. 131-132).

⁴¹⁹ «O carácter duplo da obra reside [...] num ponto básico: é que a circulação pelos vícios populares é, simultaneamente, uma circulação pela sociedade produtora dos inícios do século XIX e pela estrutura fundamental da vida organizada. A pobreza quase endémica é condição de um país que, pelo menos, levava sessenta annos de atraso em relação à Europa. Os processos de sobrevivência, os hábitos alimentares, as toscas diversões, a poesia miserável, o vestuário sórdido, a medicina corrupta, a farmacopeia mixordeira, não são *vícios*: são, antes de mais, um retábulo terrível de verdades que a história officiosa escondeu, ou que a literatura culta nunca se atreveu a divulgar com o mesmo desprante com que o fez *O Piolho*. O universo de *O Piolho Viajante* é uma vasta célula de horrores onde todos os habitantes mutuamente se espoliam» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1980, p. 157).

⁴²⁰ Ver pág. 203.

Assinale-se, desde já, a sátira da ignorância, da nobreza e do sistema dos vínculos e morgadios, obstáculo cuja remoção era indispensável para a evolução de uma sociedade de ordens para uma sociedade de classes⁴²¹:

Assim não queria eu, çafa! Deixarem-me alguma cousa, e ao mesmo tempo o modo de o gastar! Como se todos tivéssemos os mesmos humores. Suponhamos nós, que eu tinha uma obstrucção, e que o Medico, e a razão me mandavão andar a pé. Havia por força andar a cavallo? [...] Assim vivia o meu ignorantão, sem saber e sem sabor (Tomo II, p. 133-136).

Visados com particular ironia são o avaro (carapuça VIII) – «nunca na sua vida fez cousa boa, á excepção de morrer, que todos lho louvarão, e agradecêrão» (Tomo I, p. 74) –, cuja parcimónia, até no uso da água, é exemplarmente descrita: «a agua, com que se lavava tinha seiscentas serventias primeiro, ao depois, lavava a boca, a cara, as mãos, o cachaço, os peitos, o lenço do tabaco, os pés, e botava-a por fim em hum carveiro [craveiro], e muitas vezes coava-a, e servia-lhe no outro dia» (I, 77-78); e o «homem amigos de todos» (carapuça XXXV), «que tinha cabelo no coração. Espreguiçava-se nos males do seu próximo» (Tomo II, p. 173)⁴²². O Piolho descreve um pseudo-filantropo hipócrita, pondo em guarda o leitor com uma alegoria marcada pelo contraste: «[...] quantas vezes a boca está cheia de assucar, e o estomago amarga como fel [...] he preciso cuidado com estes negociantes de palavras de caramello, feito de assucar mascavado: ha tal, que ajoelha para melhor dar huma facada» (Tomo II, p. 185). Por fim, antecipando uma frase destinada a um futuro literário feliz⁴²³, remata o retrato: «[...] era hum homem que nunca tinha sido amigo de pessoa alguma, chamava-se Germano, e era inimigo do genero humano» (Tomo II, 187).

Também o usurário, caracterizado como um falso sincero (carapuça XLVII), concita uma crítica acerba, mais agressiva do que a habitual sátira. Hipócrita – «[...] má palavra nunca a deo; na sua boca tudo era doce, ainda que do coração lhe viesse o

⁴²¹ Sobre a transição do Antigo Regime para o Estado liberal ver SILVA, António Martins da – «A desamortização». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. 5º Volume. O Liberalismo. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 339-353; FONSECA, Fernando Taveira da – «Elite e classes médias». In MATTOSO (dir.) – *Op. cit.*, p. 459-477; e MENDES, J. Amado – «As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial». In MATTOSO, José (dir.) – *Op. cit.*, p. 493-496.

⁴²² O capítulo seguinte apresenta o inverso deste, o «homem que não era amigo de ninguém» (carapuça XXXVI). Trata-se, na verdade, de um pseudo-misantropo, contraponto moral do descrito atrás: «[...] era má, mas muito e muito melhor que o bom, de quem acabei de falar: [...] se lhe pedião huma esmóla, dizia, não quero; mas não dizia, não posso meu irmão, tendo as algibeiras cheias de ouro; não era amigo, mas não dizia, que o era sem o ser» (Tomo II, 189-190).

⁴²³ Ver CARVALHO, Mário de – *Casos do Beco das Sardinheiras*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 15.

azedo» (Tomo III, p. 122-123) –, é apontado como responsável directo pela miséria de muitos. Esta carapuça ocupa um lugar central na crítica social do periódico⁴²⁴:

[...] como tudo comprava a dinheiro, os mais necessitados erão as suas victimas: huma occasião salvou hum sujeito de quebrar com trinta mil cruzados, por letras, que tinha a pagar, comprando-lhe a fazenda, que valia sessenta, por trinta [...] muitas vezes succedeo dar hum cruzado novo de esmola áquelle mesmo, que elle tinha chegado ao estado de a pedir, e quem via dar de esmola um cruzado novo, louvava-lhe a caridade e a liberalidade, mas não conhecia o resto (Tomo III, p. 123-124).

Enquanto o avarento, o pseudo-filantropo e o falso sincero são definidos por traços de carácter, a maioria das figuras socialmente antipáticas aparecem nomeadas em função das respectivas actividades ou profissões. É o caso do tendeiro (carapuça V):

[...] que caridade de homem! Ensinava o público a ser economico, tirava nos mólhos de carqueja ramos para fazer mais e dizia: Quanto mais grandes são, mais gastão. Os queijos para serem mais frescos, punha-os em parte, onde houvesse agoa para receberem aquella humidade, e ainda que entravão mais no pezo, erão menos salgados. [...] Tinha a habilidade de transformar sebo em manteiga [...] tinha a pachorra, só para fazer bem, de andar procurando óvos que estivessem chocos: comprava-os a trinta réis a duzia, e vendia cada hum por vintem, quando muito por vinte e cinco, hum ovo e hum pinto (Tomo I, p. 45-46).

A profissão de dono do botequim (carapuça X) tem vivas afinidades com a anterior, nomeadamente quanto à mixórdia que burlava os consumidores.

O chocoláte era a melhor coisa, que ele tinha: botava-lhe graixa, de fôrma, que era gordo, e substancial. Tinha huma receita de fazer pão de ló sem ovos, que muita gente, que jejuava (desta pouco escrupulosa) tomava a sua chicara de chocoláte, e o seu pão de ló, e ficava jejuando. [...] O ponche á noite era o chafariz d'El-Rei com todas as suas bicas: não havia mãos a medir (Tomo I, p. 100-102).

O mesmo se passa com o contratador de vinhos (LXX):

[...] e então este amigo sabia dos adubos, para fazer do vinho máo bom que era hum pasmo, he certo que lhe botava algumas michurufadas que não erão muito boas para a saude, mas a isso respondia elle quando o mettião em escrupulos: e quem he que faz caso da saude? quantos ha por ahi que a andão perdendo por todos os modos, então vá mais este, que ao menos he com utilidade minha, e do proximo, que eu ao menos dou as minhas esmólas á porta (Tomo IV, p. 206-207).

Ou com o dono da casa de pasto (carapuça LXIII):

[...] o dono da casa quando compra não lhe importa se o macarrão está podre, se o presunto tem bicho, se o azeite tem saibo [ácido], se a carne he de cavallo, o caso está em que tudo seja o mais barato; e o pobre que o come tudo paga como se tudo fosse do melhor (Tomo IV, p. 125).

⁴²⁴ Ver abaixo pág. 203.

O estalajadeiro (carapuça XLVIII), por sua vez, é colocado pelo Piolho num nível agravado de criminalidade. Não tanto pela prática mixordeira, que aliás faz parte dos próprios hábitos alimentares:

[...] perguntou o que havia de cear, ao que a mulher lhe disse: que nada tinha capaz de lhe dar, por quanto ella já o tinha feito mais a familia; que os ovos que havia todos erão chocos; que a carne era de hum burrinho pequeno, que tinha morrido; que sim havia hum pouco de peixe frito, mas que bem sabia elle, que era frito em azeite de peixe, e que tinha medo de lho dar, não lhe fizesse mal ao estomago; que o melhor, que tinha, era hum gato de mólho de vilão, mas já havia cinco dias que estava feito: ao tempo que a mulher dizia estas ultimas palavras, sentio-se hum estalo, assim de modo de quem fechava huma porta, ao que o marido disse muito contente: aquillo foi rato, que cahio na ratoeira, vão ver se he, e se fôr, vai-mo assar em hum bocadinho de manteiga, com huma canada de vinho está a ceia feita (Tomo III, p. 133-135).

A apropriação indevida – «ganhos extraordinários» (Tomo III, p. 135) – não se fica pelos meios fraudulentos: «[...] a todos os que comêrão pedi o dobro do valor» (Tomo III, p. 136). Reveste a forma de furto:

[...] a Marioleta (que era huma das filhas) tinha furtado huma espora de prata a hum passageiro, que ficára alli a noite passada, e poz a culpa a hum criado, que trazia consigo, no qual tinha dado meia duzia de bofetões, e que quanto mais o criado se esconjurava, mais o amo lhe dava de enraivecido. A Catharina em hum troco (isto era a outra filha) furtou dezoito vinténs (Tomo III, p. 135-136).

E mesmo de roubo: «[...] esperâmos ámanhã huma boa remessa, porque estive aqui hum passeiro [na edição de 1854: passageiro, III, 96], que levava a bolça bem provida, nós avisámos o teu amigo Capitão, que lá foi atraz delle, mais os seus companheiros» (Tomo III, p. 136).

Presume-se o grau de violência desta associação entre o estalajadeiro e o chefe dos ladrões de estrada (carapuça XLIX). Contudo, o Piolho sublinha alguma bonomia na aparência deste: «[...] muito bem parecido, huma fisionomia, que estava dizendo = bondade = e que certamente ninguem pela cara diria o officio, que exercitava: nem sempre pela cara se conhece quem tem lombrigas» (Tomo III, p. 146).

Mais: chega a comparar o seu *modus operandi* nos assaltos com o dos cortesãos.

[...] elle rarissimas vezes puxava pela espada, ou atirava tiro.... não senhores, quasi sempre roubava com o chapéo na mão, e com elle na mão se despedia daquelles, a que muitas vezes nem deixava o chapéo: eu vendo este modo, dizia comigo: valha-me Deus, este maroto rouba nas estradas como se rouba nas Cortes, que he com o chapéo na mão, com muitas cortezas, e varios rodeios mais, que não os digo por não ser importuno, ainda que são muito sabidos, e até quasi de ninguem ignorados, porque mais ou menos tem passado por todos: huns pela activa, outros pela passiva (Tomo III, p. 151-152).

Não está longe do procurador de causas (carapuça XI), o advogado corrupto «muito habil no seu officio, nunca perdeo causa; quem as perdia erão sempre os seus Constituintes» (Tomo I, p. 111). Chegava a dizer consigo mesmo: «Eu merecia estar nas galés pelo que tenho feito» (Tomo I, p. 113-114). O Piolho reserva-lhe um remate irónico – «Mal de muita gente se não fora este bom homem!» (Tomo I, p. 116).

A corrupção dos profissionais do sector da justiça foi também alvo do Piolho, ao passar pela cabeça do quadrilheiro (carapuça XIII):

[...] huma ronda feita por ele, ninguém hia á cadêa, só se não traziam dinheiro, que a verdade manda Deos que se diga: elle era tentado com este metal [...] e se algum seu companheiro fazia a sua obrigação, como devia, e lhe era mandado, tinha-lhe raiva, e dizia: *Nem tudo se leva á risca* (Tomo I, p. 133).

A Guarda Real de Polícia fora criada em 1801, no ano anterior ao início da publicação de *O Piolho Viajante*, e o agente da força pública não é poupado pela sátira do periódico: «O tal amigo era capaz de enforcar o pai, e botar o cordão á mãe. [...] Tinha muito amigo cõtrabandista que ele mesmo entregava, quando podia» (Tomo I, p. 129-130). Cabe aqui sublinhar o contraste entre a crítica social do Piolho e a limitada crítica de costumes jocosa dos folhetos José Daniel Rodrigues da Costa, cuja posição de protegido de Pina Manique não é pura coincidência. Com efeito, «[...] já se sabe, que o maior papa o menor!» (Tomo I, p. 129).

A saúde, ou antes, a falta dela, num contexto de atraso da medicina científica, ignorância e superstição⁴²⁵ justifica sucessivas carapuças dedicadas a protagonistas do sector. A começar pelo boticário (carapuça VI), um mixordeiro que «[...] jámais dá o que se lhe pede, por isso mesmo sempre vendem gato por lebre, e nunca lhes falta nada na botica» (Tomo I, p. 50). A proverbial ignorância dos boticários, ridicularizada no anedotário português ao longo de boa parte de oitocentos, merece a seguinte «picadela», baseada no desconhecimento da designação corrente para o sulfato de magnésio (sal inglês), de efeito purgante:

Huma vez, que hum Medico receitou sal Inglez para huma purga, exclamou elle: ó tempos! ó costumes! Não se faz caso senão dos generos Estrangeiros; pois não ha de ser assim: fez a purga de sal Portuguez, e o pobre doente esteve a beber agoa todo o dia: sobreveio-lhe huma febre á noite, e no outro dia foi para a Eternidade; mas á Portugueza (Tomo I, p. 56-57).

Também o cirurgião, prático da medicina popular, vê a sua ignorância exposta (carapuça XLII): «Hum officio, ou arte, que se aprende por principios, exercita-la por

⁴²⁵ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 273-275, p. 280; *idem* – *Op. cit.*, 1980, p. 161.

curiosidade, he cousa linda; e o mais he que muita gente morreo por ter a curiosidade de se curar com este curioso» (Tomo III, p. 43).

Já o médico ganancioso é alvo de uma longa carapuça (LXV). Comparado ao Dr. Sangrado, personagem do romance pícaro *Gil Blas*⁴²⁶, o charlatão revela-se hipócrita, ao alardear o seu desprezo pelo dinheiro – «[...] não he o dinheiro, que me eleva, apesar de que sem elle se não póde passar, e hum homem, que só pensa na saude dos outros, he preciso que os outros cuidem na sua subsistencia, pois que a sua cabeça só póde, e deve estar sobre os livros» (Tomo IV, p. 162-163) – quando, na verdade, é essa a sua principal preocupação: «Ter muito cuidado em fazer diário dos seus doentes, isto he, dos que pagão, e de quanto dão, para que se for outra vez chamado para alli, ver se deve ir lá ou não» (Tomo IV, p. 174-175).

Com cuidado para se defender em caso de insucesso do diagnóstico e/ou da terapêutica – «[...] dizia por entre os dentes: está mais adiantada do que pensão. Isto já para se salvar, no caso que o doente morresse, porque era esse o costume de quasi todos, a quem elle tinha a infelicidade de curar» (Tomo IV, p. 165) – não hesitava em apropriar-se dos bens dos doentes mortos do mal ou da cura. Afinal, «[...] ninguém póde estranhar, que procure cada hum, que lhe renda o officio» (Tomo IV, p. 166).

Os tratamentos adoptados eram inefficazes e quase sempre prejudiciais ao doente.

Para tísicas tinha remedio especial, nada de fóra da terra, tomar fumo de carvão de pedra, andar muito, e que o ar de Inglaterra era o melhor para esta molestia. Para molestias venereas, cabelo do mesmo cão, que era com que elle se tinha achado bom. Tiricia amarella curava-a em hum minuto com a despeza de dous vintens de carmim, que mandava pôr na cara aos doentes, e a Deos amarelidão (Tomo IV, p. 167).

Mas ainda pior era a doutrina subjacente, que fazia questão de transmitir. A um discípulo ensinava: «O Medico he como o carrasco [...] está absolvido, fez o seu officio» (Tomo IV, p. 172). Corolário desta lógica peculiar era a instrução sobre o que fazer em caso de ser chamado a tratar um rico pai de família: «Se o Pai for rico, e tiver filho, logo na cara se lhe vê se elle tem vontade que o Pai lhe morra; se a tem albarda-se o burro á vontade de seu dono, dar com elle na cova, e daqui se tira grande conveniência» (Tomo IV, p. 173).

Uma cautela, porém, era necessária: «Se for chamado a junta, estar sempre pelo voto do que tem mais fama; contradizer o mais novo se é pobre. Quanto menos gente

⁴²⁶ A obra pícaro de Alain-René Lesage esteve sempre no topo dos livros mais procurados na época. Ver ABREU – *Op. cit.*, 2008, p. 84.

houver no officio mais ha que fazer» (Tomo IV, p. 176-177). Zeloso no cumprimento destas normas, o médico grangeou

[...] crédito tão bem estabelecido, que em hum homem casado se querendo desfazer de sua mulher, ou esta de seu marido, ou algum herdeiro, que já lhe aborrecia o pai ou tinha tomado odio a algum tio, [...] não chamavão outro, e o negócio era concluído [...] assim hia vivendo, e assim hia matando; e o mais he, que do que matava, he do que vivia (IV, 168-169).

A ganância do médico é, contudo, ultrapassada pela crueldade do enfermeiro (carapuça LIII), «[...] a quem Deos ajudara tanto, que tratando sempre de pobres ficou rico» (IV, 27). As suas vítimas eram os doentes mentais – não é, certamente, coincidência o facto de o doido (carapuça LII) ser dos raros casos em que o Piolho manifesta simpatia pelo seu alvo – encerrados em «locais de pesadelo»⁴²⁷. As condições eram desumanas e o movimento pela reforma dos «asilos de alienados» tornou-se uma causa da Ilustração e do liberalismo⁴²⁸. A descrição aproxima-se do humor negro⁴²⁹:

[...] se entrava algum doudo recommendado, e que alguma cousa rendia, levava menos pancadas, vejão a força que tem o dinheiro, que até para isto serve⁴³⁰. Em tudo que era do seu serviço servia-se delles, como se fossem negros, e tinhão lhe hum respeito que nem os olhos levantavão diante d'elle: elle tinha muito pouco ordenado, mas os emolumentos do officio rendiam quatrapiado [na edição de 1837: quadruplicado] (Tomo IV, p. 29).

Outro grupo de tipos socialmente perniciosos inclui figuras de estatuto intermédio, pequenas chefias com pequenos poderes, as quais, com recurso à deslealdade, ao desfalque, ao abuso de confiança ou à usura, arruinavam os patrões e tomavam-lhes o lugar. O Piolho desenha nestas carapuças autênticas alegorias da ascensão da burguesia à custa da aristocracia decadente. Veja-se o caso do arrendatário (carapuça LXXI),

[...] o geito que elle tinha tambem para usuras! era hum lince [...]. Arrendou huma vez huma quinta a hum morgadete, destes que gastão o dinheiro assim a modo de quem queima estopa pelo entrudo, que foi hum gosto ver o ajuste. Sabem o que me pareceo? assim a modo de hum que o encontrão os ladrões, e que o vão despindo pouco a pouco; ora lhe tirão a casaca, ora os calções, depois a camiza, e acabão com a pancada da paz, dando-lhe huma facada: da mesma fôrma foi o miserável (Tomo IV, p. 215-216).

A ironia é o recurso preferido para retratar o mordomo (carapuça LX): «[...] ventou-lhe tanto a fortuna, pelo bem, limpeza e amor com que servia seu amo, que em quatro annos se pôz no estado de ser hum villão ruim perfeito» (Tomo IV, p. 97). Com

⁴²⁷ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1980, p. 184.

⁴²⁸ FOUCAULT, Michel – *Histoire de La Folie à l'Age Classique*. Paris: Gallimard, 1977, p. 531-557.

⁴²⁹ MINOIS – *Op. cit.*, p. 80; CARROLL – *Op. cit.*, p. 32-33.

⁴³⁰ Na edição de 1837 a frase é ainda mais enfática, rematada por um ponto de exclamação.

feito, «[...] certamente o dono da casa se não fosse este habil homem, não ficava perdido tão depressa» (Tomo IV, p. 93). Até nos sinais de respeito por parte dos criados se notava a inversão da hierarquia, sublinhada pelo Piolho com uma nota jocosa:

Os criados fazião-lhe muito mais festa do que ao amo, olhem lá não passasse elle por parte, onde elles estivessem, que logo se não puzessem a prumo, e ao amo muitas vezes nem lhe tiravão o chapéo, e chamavão-lhe tolo; que até aqui verdade seja não lhe levantavão testemunho nenhum (Tomo IV, p. 94-95).

Moral da história:

[...] nem a este mordomo se podia chamar ladrão; pois parece não ser furto, quando eu á vista do dono lhe levo o dinheiro, e elle me não diz nada. Vem hum criado para casa, que apenas traz pés, em que possa metter çapatos quando os tiver, no fim de dous meses já anda de niza, e empresta dinheiro ao amo, e o amo está por isto (Tomo IV, p. 100-101).

Já o caseiro (carapuça LXIX), embora enquadrado no mesmo perfil – «Elle era muito mais rico que o dono da quinta» (Tomo IV, p. 198); «Naquelle sitio fazião muito mais caso do caseiro do que do dono» (Tomo IV, p. 202-203) – é descrito com alguns cambiantes, quer pelo pensamento social que evidencia⁴³¹, quer pela insinuação de adultério por ele consentido em troca dos favores do patrão:

[...] por signal que era elle casado com huma rapariga bem galante [...] mas que lhaneza lhe mostrava o amo, hia muitas, e muitas noites passar com elle ao seu quarto, jogarem, tomarem chá, não havia differença nenhuma entre hum e outro; e se o criado alguma vez hia fóra da terra a alguma cobrança, não lhe faltava nada em sua casa, que o amo tinha tanto cuidado nella como na sua, ou mais se póde dizer (Tomo IV, p. 203-204).

Longe de conseguirem, como os tipos acima referidos, a acumulação primitiva indispensável à sua mobilidade social, outras figuras assumem nos folhetos o papel de delinquentes menores, alternando entre a maldade, a «esperteza saloia» e a estupidez. Dominadas sempre pelo ridículo são, também, a figura do outro em oposição ao qual se situa o Piolho.

Estão neste grupo a lavadeira (carapuça IX), cujo ofício exige «mais, do que muita gente lhe parece: precisa-se huma grande memoria; saber mentir, e saber furtar» (Tomo I, p. 89); a mulher que contratava criadas de servir (carapuça XLI), dúplice na maneira como se dirigia às patroas, ciosa do principal segredo da profissão: «bom he saber os podres alheios» (Tomo I, p. 33); o algibebe (carapuça LVII) que «[...] com meia vara de riscadilho fazia humas calças e hum jalleco, tão justo que a segunda vez que se vestia, arrebetava por todas as ilhargas com riso, por ver o opio em que cahio

⁴³¹ Ver abaixo p. 203.

quem o comprou» (Tomo IV, p. 64); ou o caixeiro (carapuça XXI) que, com sucessivos desfalques, levou o patrão à falência:

[...] erano três interessados na loja, o patrão, elle, e a gaveta: a ultima quebrou ás duas palhetas; e como era o sócio principal, pôdem vv. mm. suppôr, como ficarião os dois! mas sempre o mais culpado foi o socio gaveta pelo seu bom genio, que se ella se não deixasse persuadir, e abrir tantas vezes quantas o meu caixeiro queria, não lhe havia de succeder esta desgraça (Tomo I, p. 216-217).

Cabe ainda incluir aqui o alfaiate (carapuça LXIV) que defraudava assumidamente os clientes, de acordo com um critério determinado por razões económico-sociais muito próprias, reflectindo com assinalável oportunidade o humor de *O Piolho Viajante*:

[...] de boa consciência, fazia a tres freguezes iguaes e da mesma altura tres pares de calças, e a hum levava-lhe covado e meio de panno, a outro dous covados, e a outro hum covado e terça; e dizia elle, que lhas fazia conforme os seus teres: ao mais pobre levava-lhe menos fazenda, ao mais rico mettia-lhe mais a unha, e ao mais tolo carregava-lhe [cravava-lha, na edição de 1837, p. 116] de todo (Tomo IV, p. 137-138).

Carregado – ou cravado – de todo pelo Piolho é o estudante (carapuça XXVIII) com aspirações a taful, o frívolo seguidor de modas⁴³², que, aos trinta e cinco anos, tinha passado trinta a estudar. Aos catorze já sabia ler e escrever... Chegado à Universidade, «foi reprovado em tudo: e vendo-se tão adiantado deixou-se de estudos, e ficou com a alcunha de estudante, que bastante lhe custou [...] no dia em que eu lhe passei para a caximonia, vendeo elle a Presodia, e os Quintilianos para comprar Bertoldo, humas comedias, e humas pinturas do jogo do páo» (Tomo II, p. 59-60)⁴³³. Com semelhante preparação, o estudante – de alcunha – evoluiu para taful, um dos alvos favoritos da sátira do Piolho:

[...] não jantava em casa, zombava do pai, ralhava com a mãe, dava nas irmãs: isto era outro melro: era rapaz de tom. Tافل, [...] nunca tinha que fazer coisa que lhe fosse util, nem a si, nem aos seus semelhantes. Que rapaz! que moço! que perola! Então o pai, e a mãe concorrião muito para isto, [...] dizia o pai parece impossivel, que este rapaz saiba tanto sem estudar nada [...] Com estes louvores o rapaz crescia a palmos, e os vicios ás varas (Tomo II, p. 63-64).

⁴³² LISBOA – *Op. cit.*, 2015, p. 354.

⁴³³ Referências à *Prosódia*, ao escritor latino Quintiliano, autor do tratado *De Institutione Oratoria*, compêndio usado na época, e a *Bertoldo*, *Bertoldinho* e *Cacasseno*, tema popular de origem medieval fixado pelo italiano Giulio Cesare Croce (1550-1609), cujas sucessivas versões traduzidas faziam parte da literatura de cordel mais procurada no final do século XVIII e início do século XIX. (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 254). Em 1984, Mario Monicelli realizou um filme homónimo, com Ugo Tognazzi no papel de Bertoldo.

As carapuças do ciumento (XXXI) e do preguiçoso (XXXII), além de escarnecerem aquele sentimento – «O Ciume não serve aos homens senão de se atormentarem huns aos outros. Arte de envenenar os prazeres [...], remedio, que nunca curou ninguém, e que tem morto muita gente» (Tomo II, p. 103) – e de manifestarem uma curiosa simpatia pelo que é geralmente considerado um vício⁴³⁴ – «Este era o modo de pensar do meu preguiçoso [...] e eu gostava daquelle modo de pensar» (Tomo II, p. 126-127) –, contribuem para veicular uma crítica ao modo como os homens tratavam as mulheres.

Na sátira ao ciumento, o Piolho ridiculariza o marido que tentava impedir a mulher de olhar para outros homens: «Ora que se lhe ha de metter a este homem na cabeça? Querer que a rapariga fosse céga para a metade do genero humano, que não visse homens» (Tomo II, p. 107-108). Mais significativa ainda é a defesa da instrução como meio de emancipação: «[...] queria que ella não soubesse ler nem escrever depois de ter aprendido: ora isto não he frenesi, que merecia azorrague?» (Tomo II, p. 108-109).

A contrapartida é a compreensão pelo conseqüente afastamento – no limite por um eventual adultério. «[...] a rapariga andava já tão arrenegada, que em vendo outro homem, que não fosse elle, era huma alma nova, que lhe entrava no corpo, e estava já prompta a larga-lo, e saffar-se, indaque [na edição de 1821: ainda que] fosse com quem fosse» (Tomo II, p. 108-109)⁴³⁵.

O corolário é notável: «Por mais que se ame, he preciso liberdade» (Tomo II, p. 110). Cabe, ainda, sublinhar o reconhecimento da sensibilidade do outro, neste caso a mulher: «Meio termo, meio termo, meus Senhores, e antes de menos, que demais, que onde ha menos póde ir a mais, onde ha mais póde ir tocar na impertinencia, e as impertinencias nem no amor se aturão» (Tomo II, p. 110-111).

É justamente a falta de meio termo que inquina a relação com o preguiçoso:

Esta pobre moça tinha de passar huma vida bem desgraçada: acabava de viver com hum homem, que não lhe deixava a mais pequena acção livre; veio para este, que todas lhe deixava, e não lhe importava nada do que ella fazia [...] que ella estivesse á janella, que sahisse fóra, que conversasse com o visinho, que não lhe apparecesse todo o dia, para elle era o mesmo [...]. A mulher enraivecia-se com isto (Tomo II, p. 114-115).

⁴³⁴ Com a assinalável excepção de Paul Lafargue, em obra publicada cerca de 80 anos depois de *O Piolho Viajante* (LAFARGUE, Paul – *Le droit à la paresse*. [Em linha]. Chicoutimi: Québec, 2002 [1883], p. 7-9. [Consult.08.11.2017]. Disponível em http://classiques.uqac.ca/classiques/lafargue_paul/droit_paresse/le_droit_a_la_paresse.pdf.

⁴³⁵ Compare-se com a posição de defesa à *outrance* do marido assumida por José Daniel Rodrigues da Costa, mesmo perante um caso de uxoricídio. Ver *Almocreve de Petas*, XCVII, p. 1-2.

Quando a mulher lhe pediu explicações, o preguiçoso expôs uma concepção de casamento avançada no contexto da época:

Olha, mulher, eu tenho preguiça de responder a tanta coisa; mas por te dar gosto, por esta vez, sem exemplo, te responderei a tudo [...] o homem quando casa, não he para aborrecer o resto das mulheres, nem a mulher para aborrecer o resto dos homens, he para ter aquele homem por seu, para lhe guardar fé, para o ajudar nos seus trabalhos, e ter parte nos seus prazeres; mas isto não tem nada para viver com o resto do mundo em boa harmonia: não, mulher, eu confio mais em ti, que tu mesmo (Tomo II, p. 118-120).

Podia ter ficado por ali mas, naquele dia, a preguiça não o impediu de procurar mais uma justificação:

[...] descança, que eu não caso com outra em quanto tu fores viva, olha, de mais a mais, tu tambem já não estás muito para cobiçar, vas-te fazendo feia. Oh, diabo, que tal disseste! Foi o demo em casa do alfacinha, gritou, arrepelou-se, bateo com a cabeça pela parede, jurou que havia de fazer e de acontecer (Tomo II, p. 120).

Figuras antipáticas, em que o Piolho pica com gosto, são o arrieiro (carapuça LIX), «que para besta pouco lhe faltava» (Tomo IV, p. 78) – ao qual «Nunca freguez algum ouvia huma risada da sua bocca, antes de lhe dar a grojeta, e tinha risos para diferentes preços» (Tomo IV, p. 80) – e o negociante de bestas (carapuça LVIII), homem de muita «lábria [...] capaz de enganar hum Santo, e fazer-lhe hum milagre; e he certo que no meu tempo, cavallo que lhe cahia na mão doente sempre o vendia são, ou ao menos por são, que vale quasi o mesmo» (Tomo IV, p. 69). Com ele o narrador aprendeu «que a fraqueza tira muita furia aos doudos» (*Ibidem*), além de um mote glosado noutros capítulos do periódico: «[...] quem he tolo pede a Deos que o mate» (Tomo IV, p. 72).

O que o Piolho não podia adivinhar era que o desabafo colocado na boca do amoral negociante aquando da morte dos seus cavalos à míngua estava fadado para tornar-se uma máxima intemporal: «[...] ficou muito senhor de si, e disse: morrerão? he porque estavam vivos. Muitas vezes donde se não esperão as cousas dahi he que sahem» (Tomo IV, p. 73)⁴³⁶.

Vivendo nas margens da sociedade, o pedinte (carapuça XVIII) é, para o Piolho, um profissional bem sucedido – «Tomaram muitos ricos passar, como passava este Pobre! elle era Negociante de pobres: andavão pobres a pedir esmola por sua conta» (Tomo I, p. 182) –, a ponto de ter codificado o seu mister num compêndio para formar discípulos.

⁴³⁶ Ver «5 Para a Meia Noite».[Em linha]. RTP2, 13.09.2010. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k-2CqTrNuF4>.

Compôz hum pequeno Tratado, intitulado: *Methodo de pedir esmola a tórto, e a direito*. Cujo descrevo aqui por me parecer util, se algum dos meus Leitores cahir em pobreza, ou a mandreice lhe der vocação para isso; porque he bem certo, que a não se ser cêgo, côxo, ou muito velho, ella he quem conduz á relaxação da pedintaria (Tomo I, p. 183-184).

Nesta leitura do outro, é-se pobre, preferencialmente, por opção, em resposta à vocação da mandrice. O manual condena ao ostracismo os que são pobres por doença ou velhice – a ironia da marginalização pelos marginais: «[...] lá pobre, que precise, e que peça por verdadeira necessidade, nada de amizade com elle, isso são huns pobres, e quasi sempre são tolos, botão a perder o officio, nada, nada» (Tomo I, p. 196-197).

A recolha de papel, uma das mais antigas práticas de reciclagem – «andar ao papel» – é aqui apresentada como uma «descoberta», «muito nova», capaz de gerar lucros significativos (Tomo I, p. 198-199). O cálculo dos ganhos milionários com as esmolas está inflacionado devido à estimativa muito exagerada de um milhão de habitantes para Lisboa na época (Tomo I, p. 200)⁴³⁷.

O humor é particularmente eficaz no capítulo dedicado ao dono da casa de jogo (carapuça LXII) e aos “alquimistas do dinheiro alheio”. O Piolho começa por usar a ironia para caracterizar o vício do jogo e a hipocrisia da sua proibição – “[...] cousa de jogo prohibido não o consentia, só se era muito ás escondidas para fazer a vontade aos parceiros [...] e dizia-lhes elle, sabem vv. mm. porque eu lhes tiro tanto? para ver se lhes tiro o vicio” (IV, 113-114) –, acabando por fazer da crítica de costumes o ponto de partida para a crítica social: “[...] alguns até o furtão para o ir alli dar; mas o dono da casa não lhe pertence lá indagar se he furtado ou não o que jogão [...] e até era arriscar-se a darem-lhe muita bofetada: elle que o joga he porque o tem [...] tinha que ver se nós andavamos a perguntar huns aos outros: donde lhe vem a v. m. o dinheiro? [...] habilidade he eu gastar tres mil cruzados tendo só hum, aqui he que está o buzilis, mas isto não he para todos, he cá reservado para os alquimistas do dinheiro alheio” (IV, 119-120).

O riso torna-se irresistível numa cena que descreve um desaguisado entre dois jogadores de gamão e culmina numa situação cujo efeito cómico resistiu à passagem

⁴³⁷ Número exorbitante: «Mesmo que o fascículo onde surge essa referência tivesse sido escrito depois das invasões francesas, quando se avoluma o êxodo das populações rurais para Lisboa, e que mais se acentua após as lutas liberais, a desproporção entre o número indicado e o que se obtém dos diversos censos é mais do que notória» (PALMA-FERREIRA – Op. cit., 1973, p. 304). Entre as invasões e as lutas liberais devia andar pelos 350 mil. Este capítulo, no entanto, vem incluído no tomo I, do qual consultámos a edição de 1805, que tem apenas algumas diferenças de ortografia e pontuação relativamente às edições de 1821, 1837 e 1846 usadas por Palma-Ferreira (*Idem* – Op. cit., 1980, p. 156). Ver também FRANÇA – Op. cit., p. 480.

dos séculos, com eficácia comprovada nas comédias burlescas do cinema mudo e nos filmes sonoros da parelha “Bucha e Estica” (Oliver Hardy e Stan Laurel):

[...] erão ambos de cabelleira, hum delles que era o mais baixo tinha huma cabeça do tamanho de huma melancia de Abrantes, destas que custão hum cruzado novo, e o outro mais alto tinha huma cabeça do tamanho de huma melancia de dez réis [...] o que tinha jogado errado, quiz emendar o lance, este não consentio; descompozerão-se, passarão ás mãos, esbofetearão-se, em cujas bulhas forão as cabelleiras de ambos á casa [ao chão]: forão accommodados pelos circumstantes, e tanto trabalhárão que os reconciliarão ao ponto de tornarem a jogar: feitas as pazes foi cada hum buscar a sua cabelleira, mas infelizmente pegárão nellas trocadas; porque a raiva do jogo ainda não estava bem dissipada: pozerão as cabelleiras na cabeça, e ficárão galantes; o que tinha a cabeça grande ficou-lhe a cabelleira pequena no alto da cabeça, e o que tinha a cabeça pequena ficou-lhe a cabelleira tapando as orelhas e parte da face, e assim se pozerão a jogar, sem nenhum dar nem pela falta nem pelo sobejo: todo o mundo estava parado para os dous velhos; mas elles tão encarniçados estavam, que se despedirão à noite, e forão com as cabelleiras trocadas para casa e não deram por tal (Tomo IV, p. 114-117)⁴³⁸.

Algumas das cabeças visitadas ao longo das viagens são vítimas das circunstâncias. O Piolho revela por elas compreensão e até alguma simpatia. Está neste caso o criminoso (carapuça XII), «homem depravado» que, no entanto, merecia compaixão. Debaixo de todos os defeitos, «tinha hum coração bem formado. A sua educação, e os seus parentes erão os factores desta obra, e elles não tinham perdido hum instãte de o fazerem desgraçado» (Tomo I, p. 121). Abandonado pelos familiares que o acusaram, falsamente, de ser ladrão,

[...] entrou a rapinar algumas bagatelas: o animo era pouco, a fome muita; [...] achou nos ladrões mais amor que nos parentes: começou a embebedar-se, tomou tabaco de fumo, passou a outros vícios, e em pouco tempo se fez o homem que disse [na edição de 1846: dizião], e foi á cadêa (Tomo I, p. 122-123).

O *topos* do juguete do destino, do ser humano ensombrado por situações cujo controlo lhe escapa, está também presente noutros capítulos, como o dedicado ao velhaco (carapuça XLVI), caloteiro involuntário crivado de dívidas de que não beneficiou, caluniado por credores e desconhecidos, a quem um amigo procura animar com algum pragmatismo:

[...] tu não és velhaco, és tolo: então porque te consomes tu, porque julgas que te chamão velhaco? [...] por melhor homem, que tu fosses, sempre havião de chamar alguma cousa: presentemente não ha senão dous divertimentos: jogar e dizer mal [...] tudo neste mundo he dividido em duas metades, dizem mal de ti tres, outros tres dirão bem, o principal objecto he que a tua consciência te não condemne, que dêssa he que hum homem se não póde livrar [...] vai bugiar, torna á tua alegria (Tomo III, p. 114-15).

⁴³⁸ Sobre as duplas cómicas de duas personagens com características opostas ver PEREIRA, Ricardo Araújo – *Op. cit.*, p. 45-46.

O doido (carapuça LII) – «que tomárão muitos com juízo pensarem, como elle muitas vezes discorria» (Tomo III, p. 217) – foi levado à loucura por um desgosto de amor. Este capítulo, dividido pelos tomos III e IV da obra, desenvolve uma reflexão sobre a doença mental, apresentada como um problema médico-científico mas também legal/normativo, social e filosófico. O outro é aqui a mulher sobre quem se projecta uma relação de amor-ódio:

[...] dizia, que era mais formosa do que Venus; mais casta que Diana; e que tinha mais juízo que Minerva: depois de ter dito isto parava, e desdobrava tudo quanto tinha dito, e de novo tornava a dizer: Mas de quem fallo eu? [...] ella enganou-me! enfeitou-me a cabeça com fitas de osso! aquella cachorra por quem eu morria de amores (Tomo III, p. 226-227).

Mas o outro é também o doente mental, lúcido bastante para questionar o seu confinamento à margem da sociedade. A comparação entre o antes e o depois da declaração da loucura, dá que pensar e abre espaço à contestação, parte integrante do tópico do doido com juízo:

[...] doudo era eu quando todos dizião, que eu tinha juízo [fazia noitadas, andava em más companhias, pilhava dinheiro...] hoje que não faço metade das asneiras, que então fazia, hoje he que sou o doudo: algum dia andava sempre em hum pontinho, e todos me chamavão asseado, homem de Corte, que conhecia o trato das gentes, mas era-me preciso muito dinheiro para estes preparos: hoje que não estrago nada, que me dura o fato immenso tempo, chamão-me doudo, mas eu nego tal (Tomo IV, p. 3-6).

Essa declaração oficializando o ostracismo acaba por assentar apenas num argumento de autoridade: «[...] sou doudo, porque estes senhores o mandão» (Tomo IV, p. 6).

Vence, mas não convence, perante a realidade exterior à prisão/manicómio – «[...] e vejo eu tantos por ahi, que ainda estão muito peiores do que eu, e não os prendem, só porque não ha hum que levante a lebre, e diga: Fulano está doudo!» (Tomo IV, p. 6). A resposta encontrada abre caminho a todas as perguntas: «[...] ter paciencia he o unico refugio do meu mal» (Tomo IV, p. 6)⁴³⁹.

Escravo do vício, o jogador compulsivo (carapuça XXIV), é vítima por excelência da sua circunstância. A «quinta essência das más cabeças» (Tomo II, p. 9), sujeita-se aos piores vexames para conseguir dinheiro para o jogo,

[...] vicio, que abrange em si os outros vicios; e eu o provo: o ser ladrão he máo, mas he ser ladrão só: ser matador ainda he peor, mas bem póde ser hum homem matador, e não ser capaz de ser ladrão: ser mentiroso, ninguem se fia nelle, e a perda he só sua: ser bebado he um vicio alegre, e nesta occasião se podem fazer mil cousas boas: hum bebado entusiasma-se às

⁴³⁹ Ver FOUCAULT – *Op. cit.*, 1977, p. 24-27 e p. 373-400.

vezes em hum Heróe, humas vezes é liberal, outras vezes valente, algumas Poeta, e quasi sempre engraçado etc., mas um jogador he hum animal que começa logo por fazer mal a si, gasta o que tem, pede o que não póde pagar, furta quando se lhe acabão estes dous meios, e está prompto para toda a qualidade de má acção só para ter dinheiro, e encher o vicio, o vicio que reúne em si todos os outros (Tomo II, p. 25-26).

Merece destaque, neste capítulo, um momento de humor de assinalável modernidade, capaz de ombrear com qualquer cena cómica de absurdo contemporânea: o jogador tinha um «cão, que lhe chamavão *Noroega* (por ter vindo da America)» (Tomo II, p. 11-12).

Já o bêbado (carapuça LV) revela estarmos perante um vício que beneficia de uma sintomática tolerância social. Na carapuça do jogador, o alcoolismo é apresentado, em contraponto ao jogo, como «um vício alegre» e o bêbado é «quase sempre engraçado». No capítulo que lhe é dedicado, apesar de reconhecer a gravidade do resultado – «Assim vivia este pobre homem e esta triste mulher com cinco innocentes desgraçados, sendo disto a causa o summo da cepa» (Tomo IV, p. 55) – limita-se «clamar» pela moderação do consumo:

[...] huma cousa tão bella como se torna perniciosa pela demazia; em conta conforta, com excesso estraga: em conta anima, com excesso enfraquece: em conta faz a alegria de huma companhia, com excesso, a tristeza de huma familia inteira: nada de excessos, meus companheiros, eu vos lhes clamo (Tomo IV, p. 55).

Vítima da sua condição é, igualmente, o actor cómico (carapuça XV) que «não tinha graça nenhuma» (Tomo I, p. 145). Por ironia do destino, «o unico papel, que lhe vi desempenhar bem, era hum em que elle não fallava nada, e até levou palmas, mas indo-as agradecer com huma cortezia, fê-la com tanta graça, que logo lhe deram pateada» (Tomo I, p. 146). Distinguiu-se ainda noutra peça, «[...] em que era preciso transformar hum homem em burro, fe-lo muito bem, e só com o simples trabalho de pôr as mãos no chão, e tudo gritou: Bravo, bravo, e foi a primeira vez que ouvio louvor» (Tomo I, p. 151-152).

Neste capítulo surge, ainda, uma referência à homossexualidade: «A mulher tinha-lhe fugido, elle desconsolado, sahio por alli fóra, encontrou hum amigo, que era escudeiro, a quem contou a sua desgraça: consolou-o, deo-lhe de cear essa noite, dormirão ambos [a edição de 1846 acrescenta: juntos]» (Tomo I, p. 152-153). Não sendo inédita, a alusão ao tema é rara no periódico: aparece mais uma vez na carapuça XXI, a propósito da relação entre o marinheiro e o caixeiro condenado ao degredo por desfalque.

[...] tanta amizade tomá-ão que dormião ambos [na edição de 1846: ambos juntos]. No outro dia pela manhã [...] o meu marujo teve licença para acompanhar o seu amigo preso. Chegámos á terra, entrá-ão a despedir-se, e sou obrigado a dizer: o caixeiro tinha o coração mais duro, que o marujo; nem uma lagrima botou, e o marujo cahião-lhe pelas barbas abaixo. Salta-me nelle aos abraços, que não havia quem os apartasse (Tomo I, p. 225-227).

A última vítima das circunstâncias em *O Piolho Viajante* é o menino do último capítulo (carapuça LXXII). Mimado pelo zelo protector da família, que lhe permitia todos os excessos:

[...] tinha sete annos e meio, dormia na cama com a mãe, e por gosto se podia dormir com o rapaz de verão, porque no discurso da noite mijava as suas tres ou quatro vezes; e por mais que o pai ralhasse com elle não se emendava, e a mãe e a avó não lhe querião dar, porque elle estava muito magrinho, e tinhão medo, que se o amofinassem morresse tísico (Tomo IV, p. 227-228).

Acabou por sofrer de uma biliosa fatal: «Ver agora o cuidado com que o pai, a mãe, e a avó mataram o pequeno á força de remedios e de cuidados! [...] quando chegava a ocasião de lhe darem o remedio era hum confusão tal que se não entendiam [...] e, por fim de contas, nunca o remedio hia no seu lugar» (Tomo IV, p. 237).

Na extensa galeria de carapuças do Piolho devem salientar-se ainda os alvos escolhidos em função de estereótipos. A origem étnica, nacional ou regional, a deficiência física ou a idade alimentam preconceitos que delimitam o outro. É o caso do preto (carapuça XIX), um dos raros a quem é dado nome próprio – «Pedro, se chamava o Preto [...] casado com hum branca, porque havia então muita falta de pretas» (Tomo I, p. 203) –, objecto de trocadilhos jocosos a propósito da cor: «Elle caiava; mas era hum Preto tão cordato, que andava fazendo diligencias para entrar para o Caes do carvão, e ser carvoeiro» (Tomo I, p. 203).

Já a cigana (carapuça XXX) é retratada à luz do duplo preconceito étnico e de idade:

Eu cuidava, que hum cigana era hum mulher bem feita, bonita, [...] mas não, senhores, a tal cigana era hum mulher setentona, [...] muito bem talhada para esqueleto, bastante negra; alguma coisa enxovalhada, [...] creio, que não preciso dizer, que era feia [...] ladra (Tomo II, p. 83-84).

A reprodução do estereótipo está garantida. «Todos os dias á tardinha vinhão as ciganitas pequenas para tomarem a lição; que constava de enganar o mundo [...] e hum das coisas, que a velha mais recommendava, era, que furtassem» (Tomo II, p. 88).

Cabe também aqui o velho (carapuça XXIX), «que tem os seus setenta no bucho, mas com todos os vicios de hum rapaz de vinte» (Tomo II, p. 71). A diminuição das

capacidades por causa da idade é aproveitada para o ridicularizar: «[...] já não ouvia bem: mas não queria dar o seu braço a torcer, era então hum gosto ouvi-lo conversar: perguntava-lhe huma senhora; que annos tem? respondia elle; se lhe quero bem? ainda o duvida ingrata!» (Tomo II, p. 75).

Do mesmo modo, a velha (carapuça XXXVIII), que se vestia «no ultimo gosto da móda, quero dizer, andava quase nua» (Tomo II, p. 215). De notar neste capítulo o reconhecimento de um duplo estereótipo, sendo um deles apresentado como positivo. Ao persistir em afirmar a sua identidade, recusando o papel que lhe é atribuído como «natural», a mulher é rotulada negativamente:

Que extremos tão oppostos são estes das velhas: as de boa conducta (de que ha muitas), as de probidade, quanto servem para a instrucção da mocidade [...], ás avessas aquellas de huma qualidade como esta, em cuja cabeça eu estou: esta com a sua vaidade, fazia-as vaidosas, com os seus costumes relaxava-lhes o coração (Tomo II, p. 217-218).

Pior: corrompia a mocidade, no caso, a sobrinha, a quem ensinava: «Nunca entregues o coração a hum homem, nunca lhe falles verdade, nunca lhe digas os teus sentimentos, e saca-lhe a camisa se poderes [...] em sendo pobre, foge delle, como de peste» (Tomo II, p. 221).

O outro é ainda o que vem de fora. Seja de perto, como o saloio (carapuça XIV), «simples como hum; malicioso como trinta» (Tomo I, p. 138), ou o emigrante do país vizinho, o galego (carapuça XXV), estereotipado como avarento, desconfiado, teimoso, crédulo e invejoso. Queria ir à terra bater na mulher porque lhe disseram que esta tinha emprestado a burra a um primo; tinha comprado um pandeiro, «mas não tocava diante dos amigos, tangia sosinho, e dizia a isso; se se querem divertir, que gastem, que tambem eu fiz o mesmo» (Tomo II, p. 32); e ambicionava comprar um relógio «só para fazer figas aos da sua freguesia» (Tomo II, p. 33).

Alvo de sátira especialmente direccionada é o estrangeiro que vem para Portugal ganhar dinheiro à custa dos naturais⁴⁴⁰. Fazem parte deste grupo de expatriados o dentista charlatão (carapuça XLIII); o exibidor de cosmorama ou câmara óptica (carapuça XLIV) que, tendo começado em espectáculos de feira conhecidos como *tutto il mondo* – «[...] tal he o negócio! ganhar com cem cinco, faz qualquer tolo, agora ganhar com cinco cem, isto he reservado para outra qualidade de cachimónias» (Tomo III, p. 83) –, chegou a armador de navios; e, ainda que com menos êxito, o mestre de esgrima (carapuça XLV). É neste capítulo que se encontra um exemplo da crítica social

⁴⁴⁰ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 281-282; *idem* – *Op. cit.*, 1980, p. 169-170.

do Piolho, com o pretexto de mostrar a maneira como os estrangeiros viam os portugueses:

V. m. está em huma bella terra, porque aqui ha muita perguiça, e por consequencia muito pouca industria, não se olha mesmo para o necessario, por isso morre muita gente de fome, que podia morrer de fartura, se usassem dos braços que Deos lhes poz no corpo, que bem se deixa vêr que forão para trabalhar, e em vez de com elles abrirem a terra para lhe dar o sustento, pizão-na com os pés, e deitão-se em cima della até que ella cançada de os soffrer, os cobre (Tomo III, p. 90-91).

O preconceito social recobre ainda as figuras da criada (carapuça XL), gulosa, ladra e ingrata; do poeta (carapuça VII) – «Nunca já mais comeo a horas competentes; comia quando tinha, e era muito parco, comia poucas vezes» (Tomo I, p. 64-65)⁴⁴¹ –; e do filósofo (carapuça XVII), que

[...] não fazia caso de nada, e nada tinha: passava sem tudo que não tinha, e não tinha nada [...] Mas reparava eu no meu Filosofo, que se o convidavão para jantar, sempre comia do melhor, que vinha á mesa [...] Que diabo de Filosofia he esta?, dizia eu comigo, elle não faz nada do que préga (Tomo I, p. 163-166).

O outro é, por fim, quem está marcado pela deficiência ou pela doença: o tinhososo (carapuça I), o gotoso (carapuça XXIII) ou o corcunda (carapuça LXI). De sublinhar, no tocante ao mordomo referido acima (carapuça LX), a deficiência física aparece como uma marca visível dos defeitos morais e sociais que carrega: «[...] tinha quatro dedos em huma mão, e dous delles pegados hum no outro, que vinhão a ser na configuração só tres dedos, deffeito este, que lhe embaraçava muito abrir a bolsa; mas mesmo assim se servia, porque ninguem lha abria» (Tomo IV, p. 89).

Mencionem-se ainda os titulares de carapuças identificados pelas respectivas ligações familiares: a filha do calceteiro (carapuça III); a viúva do porqueiro (carapuça LXVII) – representativa dos casamentos desiguais em idade e riqueza, é pretexto para uma metáfora de efeito humorístico a propósito de uma constipação que sofreu: «O dinheiro tambem adoeceo, e estava quasi ético, [hético] porque lhe tinham dado grandes sangrias» (Tomo IV, p. 191); e o filho do porqueiro (carapuça LXVIII), que acabou a guardar carneiros «só por levar a sua avante de não guardar porcos» (Tomo IV, p. 197), porque se recusava a seguir a profissão do pai.

⁴⁴¹ Ver 4ª parte, capítulo X, sobre o valor do trabalho do autor. Cfr. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «“Os Fabricantes dos Gozos da Inteligência” – Alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos». *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XIX, Nº 75, 1983, p. 7-16. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461717T2jSC3in9Lg24ME5.pdf>.

Excepção ao tom satírico do conjunto da obra é o elogio da menina virtuosa (carapuça XXXIX), uma crítica de costumes conformista fazendo a apologia da ordem familiar patriarcal, apresentada como um louvor à firmeza das mulheres que, ao contrário de outras – e dos homens – não cedem às tentações: «[...] como os homens estão depravados! Nós infelizes mulheres devemos ter por guia a religião, e vós, monstros, o prazer, e o interesse! Não ingrato tu não me amas, se tu me amasses tu não quizeras, que eu fizesse huma acção contra o meu decoro» (Tomo III, p. 6-7). Moral da história:

Huma rapariga de tão pouca idade, e neste seculo ter valor para responder assim a hum rapaz [...], ah! que se fosse igual a educação, e o character nas raparigas, quanto ellas não seriam mais felizes, não haveria tanto celibatario, e as nações seriam mais populosas, e mais sadias (Tomo III, p. 11)⁴⁴².

VII.5. «Pobre com rico não faz boa liga». Crítica social

Enquanto os outros folhetos jocosos seus contemporâneos, nomeadamente os de José Daniel Rodrigues da Costa, raramente ultrapassam a crítica de costumes⁴⁴³, as carapuças de *O Piolho Viajante* veiculam com frequência, além daquela, uma verdadeira crítica social, «um largo fresco satírico de carácter social» inspirado na literatura picaresca⁴⁴⁴.

Com recurso à perspectiva do narrador que conta uma realidade outra, à semelhança das *Cartas Persas* de Montesquieu, do *Zadig* de Voltaire ou das *Viagens de Gulliver* de Swift, a distância é assumida logo na apresentação da obra, «vertida da

⁴⁴² A carapuça não termina sem um apontamento humorístico, embora de riso amarelo: «Lembra-me hum célebre caso que succedeo a hum piolho meu amigo, que namorava uma lendea [...] e lhe pedia, que em sendo meia noite lhe viesse dar huma palavra atraz da orelha esquerda [...]; a lendea nunca cahio no opio, até que por fim casarão [...] foi dizer o piolho á lendea: olha minha amiga fizeste bem em não condescender com o que eu te pedia em vires fallar-me fora de horas, eu queria-te experimentar, mas se tu o fizesses, eu não estava agora casado comtigo. A lendea lhe respondeo com toda a sinceridade: olha não cahisse eu! não, que eu já estava escaldada. O piolho ficou tão triste, e tão envergonhado da resposta, que essa mesma noite desapareceo [...]. Ah raparigas, raparigas, tomai juiso, sereis mais felizes, sereis mais respeitadas, e não ficareis tantas para Tias» (Tomo III, p. 12-14).

⁴⁴³ Caso da moda e do tópico de viver acima das possibilidades, como quando ridiculariza o frequentador das casas de pasto: «Depois de petiscar em cada cousa, hum peralvilho destes, deixa mais de metade em sobejos, e muitas vezes em sua casa não sobeja nada, porque falta tudo [...] deixa muitas vezes em casa hum quarteirão de sardinhas para comerem oito pessoas, e elle vem para a casa de pasto comer corvina, e linguado, porque já para pescada elle lhe torce o nariz: ora isto não he huma miseria? pois assim vai o mundo [...] que fizesse isto hum homem, que está fôra de sua casa e longe da sua terra, paciencia, coutado, bem lhe basta o seu desarranjo, mas que hum passe por sua casa, e vá mais adiante jantar á casa de pasto» (Tomo IV, p. 124-126).

⁴⁴⁴ CARVALHO, José Adriano – «A picaresca tardia em Portugal: O Piolho Viajante». *Colóquio/Letras*. [Em linha]. Nº 19, 1974, p. 69. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em http://colouquio.gulbenkian.pt/grafica/el/revistas/19/lg_19_p69.jpg

língua piolha», e do narrador, um piolho vindo da Ásia – embora a polémica com José Daniel, que o acusava de ser uma mera tradução, acabe por obrigá-lo, no último prólogo, a declarar-se «filho de Lisboa e educado na Pátria» – que assume um ponto de vista «exótico»: «Furta hum vinte mil cruzados, e o outro outros vinte, hum escapa, outro he apanhado, o apanhado he ladrão, o que fugio vivissimo e experto como hum azougue: e então que tal vai o mundo cá pela Asia?» (Tomo III, p. 111).

Os tipos retratados nos diferentes capítulos servem de pretexto ao narrador para evidenciar um pensamento social que apresenta em tom negativo não só a sociedade hierarquizada em ordens e o parasitismo de uma certa nobreza⁴⁴⁵ mas também a burguesia ascendente e as contradições entre classes, em vias de agudização no início do século XIX.

A propósito do falso sincero⁴⁴⁶, que amontoava ouro «sem lhe importar a macilenta fome, pintada no rosto do seu semelhante» (Tomo III, p. 125), aponta «a regra quasi geral: aonde mora hum muito rico serem pobres todos, que o cercão; porque como he arvore maior, chuxa [na edição de 1854: chupa] todos os succos da terra. O rico, bem comparado, he como o Tubarão» (Tomo III, p. 127-128). Sem hesitar, sentencia: «cá para mim este homem he o peor do mundo» (Tomo III, p. 125).

Em contrapartida, «[...] huma vez que se vive, he preciso que se sustente, com tanto que para eu me sustentar melhor não seja preciso, que morrão seis á fome» (Tomo II, p. 23)⁴⁴⁷.

A propósito das mortes que o cirurgião não consegue evitar, pergunta – e responde: «[...] o mais a que eu acho graça, he perguntar muita gente de que morreu fulano? Se elle he pobre, ha mais que perguntar: morreo de fome» (Tomo III, p. 53). A talhe de foice, menciona um piolho seu conhecido, mas rico, para desabafar: «pobre com rico não faz muito boa liga» (*Ibidem*).

Até o preguiçoso – para se esquivar ao trabalho – desenvolve uma argumentação socialmente avançada:

[...] ajuntar dinheiro, para mais do que he preciso: Isso he tirallo aos que precisarem [...] o trabalhar muito não serve de nada para o que trabalha, sempre he para hum, que não trabalha nada. [...] o que faz a desordem de

⁴⁴⁵ Ver acima, p. 185.

⁴⁴⁶ Ver acima, p. 186.

⁴⁴⁷ Em 1846, o mesmo ano de uma reedição de *O Piolho Viajante*, perguntava Garrett «aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico» (GARRETT, J. B. L. de Almeida – *Viagens na Minha Terra*. Mem Martins-Sintra: Publicações Europa-América, 1976 [1846], p. 19).

huns terem muito trabalho e outros nenhum, he não serem obrigados todos a trabalhar para comer (Tomo II, p. 123-125).

Igualmente radical é o caseiro mas, ao contrário do anterior, afirmando o valor do trabalho: «[...] todos neste mundo, quando nascêrão, lhes coube a sua porção de terra, e que ella não pertencia a quem tinha dado ouro por ella; mas sim áquelle, que com o seu suor a regava» (Tomo IV, p. 198-199).

Nesta crítica alargada, a própria origem da mentira tem raízes sociais: «O mentir não he muito antigo, he do tempo que nasceo a Politica e tomou a sua maior força do tempo, que os homens quizerão passar com mais do que tinham [...] A semente do Luxo he quem produzio os mentirosos» (Tomo II, p. 166). Resultado: «Chega a idade de sete annos e a pobre criança não ouve senão mentir: os criados dão Senhoria aos Pais, e he mentira: dá-se dom a huma amiga, e he mentira: procura hum crédor o Pai, diz-se-lhe, que não está em casa, e he mentira» (Tomo II, p. 155).

Mas *O Piolho* não se fica pela crítica dos grupos dominantes: satiriza, igualmente, as classes médias e baixas, desenhando de forma exemplarmente cruel o retrato do pedinte⁴⁴⁸. Outro exemplo é o caturra, pago para fazer rir o seu patrono, família e amigos:

[...] obrigado a dar senhoria a todo o mundo, a pezar de que elle não trata senão tambem com pessoas de v. m.; mas que á força querem em sua casa mais hum furo acima do tratamento usual, e cada hum na sua casa póde querer o que quizer, para isso a paga com o seu dinheiro: nestes termos he que era o meu caturra obrigado a dar o tratamento, que já disse: elle vivia de fazer rir as gentes, que gostavão de viver a rir (Tomo III, p. 186-187).

Marginal por excelência, o chefe dos ladrões tem um lado de bandido social.

[...] o que tinha de máo sendo ladrão, trocado em soldado, seria maravilhoso; vejão como huma pequena mudança faz mudar as cousas, sem tirar a essencia ás mesmas, porque este não precisava mudar de costumes, bastava só que seguisse os que tinha, contra os inimigos da pátria, mas elle pensava de outra fórma, e dizia, que todos os que tinham dinheiro erão seus inimigos (Tomo III, p. 149-150).

A carapuça que lhe cabe serve também para apresentar uma curiosa genealogia do dinheiro – «Isto de ter muito dinheiro, indagada bem a geração do mesmo, quasi sempre vem por bastardia» (Tomo III, p. 155) – e do roubo:

Eu julgo que o furto começou logo no tempo, que os homens se costumárão a vestir (e certamente aos Alfaiates deve-se grande parte desta arte): em quanto andárão nus estou calado, mas depois que tiverão brujaca sou capaz de jurar, que logo começárão a furtar, e creio que houve tempos, que não era tido em má conta quem furtava [...] o caso está em furtar com decencia; mas

⁴⁴⁸ Ver acima p. 195.

muitos mettem-se a furtar sem saber; para tudo he preciso haver principios, e principios certos: metter a mão na algibeira a hum homem, e sacar-lhe a bolça, isto he porco, he de quem não sabe o officio: o bom cavaleiro procura o boi em circulo, e não desfila para ele cara a cara (Tomo III, p. 160-161).

VII.6. «Não queira que a este *A* lhe juntem mais três letras e lho digam na cara». A polémica com José Daniel Rodrigues da Costa

A publicação de *O Piolho Viajante* ficou marcada por uma longa polémica mantida com José Daniel Rodrigues da Costa nas páginas dos folhetos editados por este entre 1802 e 1805. A primeira referência surgiu sob a forma de um alerta para o iminente lançamento de um periódico concorrente, dado por uma visão aparecida a em sonhos ao *Espreitador do Mundo Novo*:

Álerta alerta Senhor Espreitador do Mundo novo: olhe [...] que as suas descobertas brevemente serão imitadas por outro Author com mais, ou menos graça: olhe que hum Piolho sagaz lhe vai fazer huma guerra semelhante á que faz na camiza do pobre. Acautele-se, Senhor Espreitador, que estão para sahir á luz huns Folhetos intitutados: *O Piolho Viajante*: de hum Author, a quem V.m. abriu caminho com as suas joviaes produções. Tenha em vistas que o tal Piolhinho tem andado ao pasto no seu Almocreve de Petas, no seu Comboy de Mentiras, e nas suas espreitaduras; cuidado, que ha quem faça negocio com as suas graças, virando-lhes as guardas⁴⁴⁹.

José Daniel Rodrigues da Costa começa por insinuar a existência de um relacionamento prévio com um autor de *O Piolho*, a quem, alega, tinha aberto caminho. Isso devia-se, por um lado, como refere, ao pioneirismo das suas «joviais produções», e também, por outro – mas isso já não é dito –, à relação comercial entre ele próprio e António Manuel Policarpo da Silva, vendedor, na sua loja, dos folhetos de José Daniel. Quando a polémica se tornou mais agressiva, os dois interlocutores zangaram-se e Rodrigues da Costa chegou a suspender – temporariamente – a venda dos seus folhetos naquela loja⁴⁵⁰. Mas, para início de conversa, José Daniel adopta um tom conciliador:

Se se aproveita das minhas graças he porque as achou dignas do applauso commum; e faz o mesmo comigo, que eu tenho já feito com outros [...]. Se eu me queixasse do Piolhinho, muitos engenhos, que estão já nas sepulturas, também se queixariam de mim, se podessem⁴⁵¹.

Quanto ao *Piolho*, a primeira referência ao concorrente não o nomeia, incluindo-o na amálgama de críticos que zurze no prólogo do tomo II:

⁴⁴⁹ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Op. cit.* Nº 8, 1802, p. 1-2.

⁴⁵⁰ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1980, p. 15-156.

⁴⁵¹ COSTA – *Ibidem*.

A toleima pega logo no fim do juízo, e senão repare v. m. eu lhe faço hum exemplo não para que melhor o entenda, mas para eu melhor me explicar. Supponha v. m. que v. m. tem juízo como o valor de trinta, e que até este número ninguém tem que lhe dizer, em tudo acerta, tudo conclue, tudo arranja; e que em fim tem merecido a atenção do público, pois apesar de tudo isso, em v. m. querendo ser como trinta e hum, começa logo a toleima, e no instante *a* se lhe conhece, porque passou o termo, e hum só fez esta desordem toda, e aqui tem v. m. como hum discreto até trinta começa a ser tolo, se quer ser trinta e hum. A natureza prescreveo justos limites a todas as cousas, se v. m. sabe o Abecedario até à letra *M* não se metta, nem tenha inveja áquelle, que o sabe até *P*, olhe para traz e console-se, que muitos não passam do *A*, e não queira que a este *A* lhe juntem mais tres letras e lho digam na cara (Tomo II, p. xvi-xviii).

O prólogo conclui com duas menções indirectas a José Daniel: o padrinho que dá a mão às suas obras, alusão ao intendente da Polícia Pina Manique, que «herdara» de seu irmão António Joaquim, morto em 1795, o papel de protector de José Daniel; e o modo insistente, quase agressivo, como ele vendia os seus folhetos aos potenciais leitores nas ruas, nos cafés e nos teatros⁴⁵², abordagem parodiada em dois sonetos de Bocage⁴⁵³:

[...] no criticar he perciso [na edição de 1821: preciso] três cousas: gosto, juízo, e cabedal; e póde-se-lhe ajuntar sem nojo a quarta, de conhecer bem a materia do que vai criticar (...) assim he esta obra: he donzella, he primogenita, he desamparada, he fêa, mas communicada não deixa de ter a sua graça, e póde passar; eu tenho visto em letra redonda muitas peiores, e terem muito boa sahida, sem haver por onde entrar com ellas, mas muitas vezes tem hum Padrinho que as ajuda, hum Compadre, que lhe dá a mão, hum nome alheio etc. Esta minha vai moura, não leva padrinho, nem nome, simplesmente papel, e letra redonda, comprem-na se a quizerem comprar, eu não a hei de metter á cara a ninguém, nem gaballa; porque eu não a pertendo casar, o que aqui está, no odre veio; se lhe serve, dá-se o troco de dinheiro, se não serve, saúde (Tomo II, p. xix-xx).

José Daniel reconheceu-se como alvo das alusões e replicou no *Barco da Carreira dos Tolos*. Mas também não foi directo: preferiu usar o subterfúgio de uma carta de leitor, o «crítico de Évora», que, pretextando criticar o seu periódico, visa na verdade o *Piolho*, ao atacar

[...] obras tão insulsas, como por exemplo as suas, e outra que gira nesta Cidade feita não sei por quem, intitulada o *Piolho Viajante*, onde os erros da língua Portugueza se encontrão a cada passo, além do nojo, que inculca semelhante titulo: alli não vejo a moralidade, senão muito de longe; tudo o mais são chufas, e dicterios de rapaz de escola; e em huma palavra, mostra o Author que quis imitar a V. m. que tem cahido nisto mesmo⁴⁵⁴.

⁴⁵² FERREIRA, Maria Isabel Lopes – *Op. cit.*, p. 91.

⁴⁵³ BOCAGE – *Op. cit.*, p. 268-269.

⁴⁵⁴ COSTA – *Barco da Carreira dos Tolos*, X, p. 12-13.

Simulando defender o concorrente, Rodrigues da Costa agrava a acusação – *O Piolho Viajante* não seria obra original, mas simples tradução:

Resposta que dá o Editor ao Crítico de Evora. Tudo o que V. m. diz a respeito das minhas Obras, nada me estimula; agora o que me faz acudir o sangue á cara he mexer V. m. no Piolho Viajante: agora sim, agora he que pucho da espada em sua defesa, e vai tudo com trezentas mil pipas; que tem V. m. que dizer áquella Obra? Se a acha insulsa, não he culpa do Traductor, mas sim de quem a compôz, que he hum Author Alemão V. m. cuida que era ficção de algum nosso Portuguez? Pois engana-se: o Traductor, coitadinho, o mais que tem feito he arrumar-lhe alguns dos nossos costumes do tempo presente; e não soffro que V. m. ponha a culpa a quem não a tem. He verdade que seria melhor que o Piolho mostrasse os diversos modos de pensar das cabeças, por onde passeia; mas o pobre homem traduzio o que achou⁴⁵⁵ (*Ibidem*, 18).

O «tradutor, coitadinho», subiu o tom da polémica no prólogo do tomo III de *O Piolho Viajante*, referindo pela primeira vez, embora de forma ínvia, o nome do interlocutor: «Esta minha traducção, ou original, ou como vv. mm. lhe quizerem chamar, (que eu estou por tudo, uma vez que me desenganei, que todos tem **costas**, pena de serem defeituosos)» (Tomo, III, p. ii-iii, negrito meu). Mais adiante, numa rara referência a um periódico concorrente, deixou o comentário: «[...] se a Barca dos tolos acarretar huma pequena parte dos que ha, grande trabalho receio ao seu constructor» (Tomo III, p. 118)⁴⁵⁶.

A acusação incomodou, visivelmente, o autor de *O Piolho Viajante*. No prólogo do tomo IV foi directo ao assunto – «Sim, senhores, o Piolho he Portuguez, he filho de Lisboa; he educado na Pátria, e elle se honra muito disso» (Tomo IV, p. xviii) – e não deu por concluído o periódico sem regressar ao tema no último capítulo:

[...] e ainda haverá pedaço de asno, que diga que isto he traducção: isto pelos destemperos bem se deixa ver, que he original: mas elle há taes, que tanto entendem os originaes como as traducções, assim como ha tolos originaes e traduzidos (...) estes amigos tratão-se como se tratão os monos, que se lhe dá huma pitada de tabaco para elles então fazerem as macaquices (Tomo IV, p. 233-236).

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 18. Ver abaixo p. 240-241. Sobre o problema da tradução ver CHARTIER, Roger – *La Main de l'Auteur et l'Esprit de l'Imprimeur*. Paris: Gallimard, 2015, p. 71-105.

⁴⁵⁶ A escalada da polémica permite conjecturar se não terá sido José Daniel o modelo da carapuça do caturra, o piadista assalariado, que segundo Palma-Ferreira terá sido escrita *ad hominem* (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 272): «[...] o ser gracioso por ordenado faz muita differença do gracioso, que não ganha dinheiro; aquelle negocêa com palavras, e este dá-as de graça; este diz o que lhe vem á bocca, e aquelle esquadrinha com todo o cuidado as que melhor poderão agradar, porque como são para vender, he preciso que sejam de escolha, porque se huma vez se cria má fama acabou-se o officio, e acabado o officio acabou-se o comer; porque a hum bobo só dá de comer aquelle, que o tem de mais; aquelle, que não lhe faz incómodo o que incommoda tanta gente» (*Piolho*, Tomo III, p. 205-206).

A última palavra coube a José Daniel, no *Hospital do Mundo*. Começou a tréplica recordando o prólogo do tomo II do *Piolho*, enfiando de caminho a carapuça do asno e ameaçando retaliar – pó de joanes era um insecticida de uso generalizado para matar piolhos:

[...] estou lendo hum dos folhetos do *Piolho Viajante*, em que o Traductor se quer divertir comigo nos seus *Prologos*; e demais a mais chama asno a quem lhe diz que a Obra he Traducção. Ella não deixa de ser bonita porque he hum modelo do *Escritorio Avarento* de D. Francisco Manoel de Mello⁴⁵⁷, em que hum vintem faz a mesma figura, que faz o dito Piolho. Ora asno lhe não chamarei eu, ainda que não sei se elle se tem nessa conta; porque elle mesmo no seu Prologo confessa que os ha. O que elle deve fazer he evitar que o *Piolhinho* me dê a sua ferroada, lembrando-se que há pós de joanes pelas boticas⁴⁵⁸.

Apesar do remoque, acaba por estender a mão ao concorrente e a polémica termina com uma declaração apaziguadora: «Não pertendo com isto atacar-lhe a Obra, nem exaggerar a minha; porque nisto de composições todo o homem tem graça, se lha quizerem achar. O fim para que elle escreve, he o mesmo que o meu; e por consequencia devemo-nos conservar em paz»⁴⁵⁹.

O êxito editorial, tanto de *O Piolho Viajante* como dos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa, atesta a sensatez da proposta final.

VII.7. «A obra não é tão ridícula como a muitos parece». Recepção e circulação

As sucessivas reedições de *O Piolho Viajante* são testemunho da recepção do periódico. Os folhetos, cuja publicação se iniciou, ainda, em 1802, foram coligidos em livro logo a partir de 1803: são desse ano as edições do tomo II, com a indicação «segunda edição emendada», impresso por António Rodrigues Galhardo (que publicita a qualidade de «impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca»), e o tomo III, impresso por João Procópio Correia da Silva. No ano seguinte foi editado o tomo IV, impresso também por António Rodrigues Galhardo (já na qualidade de «impressor do Conselho de Guerra»). De 1805 há uma edição do tomo I, impressa na Nova Oficina de João Rodrigues Neves. A obra foi reeditada em 1821, na Nova Impressão da Viúva Neves e

⁴⁵⁷ Cf. PALMA-FERREIRA, 1981, 104.

⁴⁵⁸ COSTA – *Hospital do Mundo*, IV, p. 23-24.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 24.

Filhos; em 1826⁴⁶⁰; em 1837, na Imprensa Nevesiana; em 1846, também na Imprensa Nevesiana; e em 1854, na Tipografia de João Baptista Morando. Estas reedições trazem a indicação «nova edição emendada».

As reedições de *O Piolho Viajante* ao longo da primeira metade do século XIX e até ao início da segunda metade de oitocentos permitem estimar a sua eficácia. Um número significativo da escassa percentagem de portugueses alfabetizados ter-se-á disposto a pagar o preço de cada fascículo: «ha folheto, que tem seis Carapuças, fóra o Prologo, e ei-las ahi a menos de trinta réis» (Tomo III, p. ii). Os habituais lugares de leitura dos periódicos – botequins, cafés, casas de pasto, praças, além, naturalmente, das casas particulares –, indiciam a presença do *Piolho* no espaço público e a sua influência na formação de uma embrionária opinião pública⁴⁶¹.

Mas a circulação não se limitou a Portugal continental: transpôs as fronteiras do reino e espalhou-se pelo império, atravessando o Atlântico em direcção ao Brasil onde, entre 1808 e 1822 – desde a chegada da família real até à independência –, foi um dos dez livros mais lidos, com base nos pedidos de autorização de remessa de Lisboa para o Rio de Janeiro. Enquanto original português e novidade editorial, *O Piolho Viajante* foi uma excepção, ao lado de reedições de obras dos séculos XVII e XVIII, sobretudo francesas ou traduções do francês⁴⁶².

Sinal da recepção transatlântica do periódico foi a escolha do pseudónimo «Piolho Viajante» pelo imperador D. Pedro I (futuro rei D. Pedro IV de Portugal). Com ele assinou artigos e cartas nos jornais do Rio de Janeiro em 1823, logo a seguir à independência⁴⁶³.

A recepção da obra confirmou a reflexão do censor João Guilherme Cristiano Müller, que se «envergonharia de hesitar hum unico momento» em dar o seu voto a favor da publicação de *O Piolho Viajante*, depois de comparar as suas «caricaturas

⁴⁶⁰ Cf. SILVA, I. – *Op. cit.*, 1860, p. 119 e TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 140, que também menciona um despacho favorável da censura para a reimpressão do tomo III em 1806.

⁴⁶¹ ALVES – *Op. cit.*, 2005, p. 128.

⁴⁶² Da lista fazem parte: «*Aventuras de Telémaco*, de Fénelon; *As mil e uma noites*, de Galland; *Historia de Gil Braz de Santilhana*, de Lesage; *Thesouro de meninas ou diálogo entre uma sábia aia e suas discipulas*, de Beaumont; *História do Imperador Carlos Magno*, anónimo; *O Feliz independente do mundo e da fortuna*, de Pe. [Teodoro de] Almeida; *Lances da Ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*, de Monroy y Ros; *Thesouro de meninos*, de Blanchard; e *O Piolho Viajante*, de Policarpo da Silva» (ABREU – *Op. cit.*, 2008, p. 84. Ver também *Idem* – *Op. cit.*, 2013, p. 16).

⁴⁶³ BIGNOTTO, Cilza – *O Piolho Viajante, agora na rede*. [Em linha]. Margens do Cãnone. Campinas: Unicamp. S.d. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>.

plebeias e feias, mas com hum feliz acerto de Verdade» aos quadros de Hogarth⁴⁶⁴. Se, ao tirar as carapuças, destapa o ridículo da sociedade portuguesa da época, o autor reclama mérito para o seu trabalho – «a obra não he tão ridícula como a muitos parece [...] póde ser, que este meu Piolho não parecendo nada, ainda venha a ser hum Piolho nomeado, ao menos eu espero, que lhe não ponhão a unha [...] Deos me livre de tal desgraça» (Tomo IV, p. xx-xxii). Afinal, o que interessa não é o juízo da crítica: é fazer rir a gente⁴⁶⁵.

VII.8. «Unindo a moral com o riso». O humor de *O Piolho Viajante* na formação da opinião pública

O Piolho Viajante é uma fonte fundamental para o estudo do humor periodístico, não só no intervalo cronológico considerado neste trabalho, mas mesmo para além dele. Apesar de não ter saltitado entre novas carapuças desde 1804, as constantes reedições até 1854 são prova disso mesmo. E, juntamente com as notícias das remessas para o Brasil, são-no também da abrangência da sua circulação, tanto mais significativa quanto limitado era o âmbito do público leitor, à época.

A recepção, testemunhada de forma prudente pelo autor – «a obra não tem hido mal, e eu estou muito obrigado ao Público, porque a vai comprando» (Tomo III, p. xx) – e saudosa, décadas mais tarde, por Inocêncio – «Depois de servir por muito tempo de agradável entretenimento e diversão aos serões de nossos paes, acha-se de todo esquecida, ou pouco menos»⁴⁶⁶ – permite aferir, ao menos por estimativa, a eficácia do humor do periódico.

A procura do público consumidor das sucessivas reedições denota a existência de um espaço público adequado à leitura do periódico (e dos outros) – mas também, o que não é menos importante, alargado por essa leitura e pela apropriação da obra. Dessa apropriação e desse espaço público veio a formar-se, ainda que de forma embrionária, a opinião pública que viria a desempenhar papel de relevo no triénio liberal.

Para a génese dessa opinião pública cabe reconhecer o lugar do humor de *O Piolho Viajante*, particularmente na crítica social que constitui a marca diferenciadora

⁴⁶⁴ BASTOS – *Op. cit.*, p. 289.

⁴⁶⁵ LISBOA – *Op. cit.*, 2015, p. 350.

⁴⁶⁶ SILVA, Inocêncio – *Op. cit.*, 1860, p. 119.

da obra no panorama do periodismo contemporâneo⁴⁶⁷, mormente em contraste com a crítica de costumes, globalmente conformista, de José Daniel Rodrigues da Costa, autor do *Espreitador do Mundo Novo*, do *Barco da Carreira dos Tolos* e do *Hospital do Mundo*, seus concorrentes e interlocutores de polémica.

A sátira de diversos tipos sociais presentes e actuates na sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime para o liberalismo, dos estratos mais altos aos mais baixos, não obscurece um pensamento social em que avulta, sobretudo, a crítica aos de cima – ou aos que para lá caminham, tendo sempre presente que «pobre com rico não faz boa liga».

Apesar da crueldade próxima do humor negro – a expressão «quem he tolo pede a Deos que o mate» surge por duas vezes na obra (Tomo IV, p. 72 e p. 178) – são os «alquimistas do dinheiro alheio» os principais visados por esta combinação de sátira social e pícaro tardio⁴⁶⁸ que, sintomaticamente, encontra na desarranjada cabeça do doido «os pensamentos mais acertados, unindo a moral com o rizo» (Tomo III, p. 219).

Sujeito ao tempo – «o tempo he que faz as cousas [...] vamos como elle quer, visto elle não querer o que eu quero» (Tomo III, p. 209-212) –, o riso que resulta da mordidela do Piolho – «se me morder de leve, hei de rir, e se me emendar algum vicio hei de chorar pelo não ter emendado antes, que ele mo anunciasse» (Tomo III, p. ix) – revela, afinal, afinal, a sua eficácia: subverte e esconjura o medo⁴⁶⁹.

⁴⁶⁷ «[...] um retábulo terrível de verdades que a história oficiosa escondeu, ou que a literatura culta nunca se atreveu a divulgar com o mesmo desprante com que o fez *O Piolho*» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1980, p. 157).

⁴⁶⁸ Ver CARVALHO, José Adriano – *Op. cit.*, p. 69-73.

⁴⁶⁹ Ver PEREIRA, Ricardo Araújo – *Op. cit.*, p. 107-110.

CAPÍTULO VIII. O HUMOR NOS PERIÓDICOS LIBERAIS DO FIM DA GUERRA CIVIL: *CHEGOU O PAPÃO E O QUINQUILHEIRO*

VIII.1. Dois periódicos efêmeros

Este capítulo, que corresponde, cronologicamente, ao limite final do período considerado na presente tese, aborda o papel do humor na formação da opinião pública no início da monarquia constitucional. Com esse objectivo coloca o – e procura responder ao – problema: a implantação definitiva do liberalismo correspondeu a uma nova fase do periodismo humorístico? Para tal seguiu-se uma metodologia diferente da utilizada nos capítulos anteriores: em vez de estudar um periódico ou um conjunto de periódicos do mesmo autor, optou-se por analisar dois periódicos que, em momentos sucessivos da conjuntura política, institucional e social da realidade portuguesa utilizaram de algum modo o humor como recurso para veicular o ideário constitucional.

O primeiro, *Chegou o Papão*, é um periódico efêmero, de combate, com uma tática de desmontagem dos argumentos miguelistas e usando a ironia, a anedota, o sarcasmo ou a sátira para obter um efeito jocoso capaz de inverter as tentativas adversas de pôr a ridículo a causa liberal. Essa marcação cerrada estava ao serviço de uma estratégia de ocupação do espaço público e conquista da opinião pública, desenvolvida paralelamente à ofensiva militar e que consumou a vitória na guerra civil. Está patente na resposta, parágrafo a parágrafo, ao jornal absolutista *Ahi vem o Papão* que, entre Dezembro de 1831 e Abril de 1832, procurou ridicularizar a anunciada expedição de D. Pedro, que acabaria por concretizar-se em Julho de 1832.

O segundo periódico de que aqui se trata, *O Quinquilheiro*, é fruto de um contexto diferente. Publicado já ao abrigo da Lei de Imprensa de 22 de Dezembro de 1834, é um dos primeiros periódicos humorísticos da nova fase de «abertura à contemporaneidade»⁴⁷⁰. Através da leitura dos seus seis números, impressos ao longo de 1835, é possível acompanhar a evolução do ano 1 do novo regime.

VIII.2. *Chegou o Papão*

Chegou o Papão ou Advertencia á Advertencia Politica de 13 de Dezembro Ultimo, de que saíram apenas dois números, o primeiro com 14 páginas e o segundo

⁴⁷⁰ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 473-564.

com oito, foi publicado sem indicação de autor, apenas do local de impressão, Lisboa, na Imprensa Nacional, e o ano: 1833. Dois anúncios inseridos na *Chronica Constitucional de Lisboa* permitem avançar uma aproximação às datas em que foram postas à venda as sucessivas edições – 15⁴⁷¹ e 23 de Novembro⁴⁷² daquele ano –, além de lhe determinarem o preço: 30 réis cada, não obstante a significativa redução do número de páginas do primeiro para o segundo número.

VIII.2.1. Parada e resposta

O título faz referência a outro periódico dado à luz quase dois anos antes, a 13 de Dezembro de 1831, e editado no mesmo local, então ainda designado Imprensa Régia. Trata-se de *Ahi Vem o Papão ou Advertencia Politica Sobre Huma Intentada Aggressão Contra Portugal*, de que foram publicados sete números, de oito páginas cada, até 6 de Abril de 1832⁴⁷³. A colecção disponível na Biblioteca Nacional de Portugal inclui seis números, até 7 de Março de 1832. Este jornal foi publicado sem indicação de autor, mas o anonimato durou pouco tempo. *Chegou o Papão* limita-se a algumas referências indirectas ao seu alvo – a mais concreta é a de «Redactor da *grizeta*»⁴⁷⁴ –, mas os já mencionados anúncios publicados na *Chronica Constitucional* identificavam-no como «J. L. de Queiroz». Trata-se de José Luís Pinto de Queiroz, antigo responsável vintista convertido ao absolutismo em 1823, que acumulou funções na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros com as de redactor da *Gazeta de Lisboa*, cargo em que sucedeu a Joaquim José Pedro Lopes, amigo e editor de José Agostinho de Macedo⁴⁷⁵. Foi

⁴⁷¹ «PUBLICAÇÕES LITTERARIAS. [...] Na loja da Chronica, e nas mais do costume se acha á venda o 1.º Numero de uma obra, que se continua a publicar com o titulo de = *Chegou o Papão*, analysando um folheto, que mandou imprimir nos fins do anno passado *J. L. de Queiroz*, occultando-se com a capa de *Anonymo*, com que se assigna. Seu preço 30 rs. por cada Numero» (*Chronica Constitucional de Lisboa*. Nº 97. 15 de Novembro de 1833, p. 544). Ver CANTO, Ernesto do – *Ensaio bibliographico. Catalogo das obras nacionaes e estrangeiras relativas aos successos politicos de Portugal nos annos de 1828 a 1834*. S. Miguel: Typ. do Archivo dos Açores, 1892, p. 279.

⁴⁷² «PUBLICAÇÕES LITTERARIAS. [...] Na Loja da Chronica, e nas mais do costume se acha á venda o 2.º N.º = *Chegou o Papão* = analysando um folheto, que mandou imprimir nos fins do anno passado *J. L. de Queiroz*, occultando-se com a capa de *annonymo*, com que se assigna. Seu preço 60 réis» (*Chronica Constitucional de Lisboa*. Nº 104. 23 de Novembro de 1833, p. 579).

⁴⁷³ SILVA, Innocencio – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo IV, 1860, p. 427.

⁴⁷⁴ *Chegou o Papão*, 2, p. 8.

⁴⁷⁵ «José Luis Pinto de Queiroz - Official que foi da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, nomeado depois de 1823; tendo sido também Official maior da Junta Provisoria do Governo Supremo installada no Porto em 24 de Agosto de 1820, e encarregado então de commissões importantes para consolidar o predominio dos liberaes, cujo partido abandonou pelo tempo adiante, como muitos outros, tornando-se um dos seus mais acirrados adversarios. Creio que morreu emigrado pelos annos de 1834, ou pouco depois, o que todavia não pude averiguar exactamente. Entre vários escriptos politicos que publicou sem o seu nome, e de que é impossivel dar agora a enumeração fiel, ou um d'elles o seguinte: [...] *Ahi vem o Papão*, ou advertencia politica sobre uma intentada aggressão contra

demitido do cargo de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros a 8 de Agosto de 1833, juntamente com outros «Empregados [...], que em mil oitocentos e vinte oito [...], se votarão inteiramente ao Serviço da Usurpação, sendo perjuros á sua Legítima Soberana»⁴⁷⁶.

A coberto do anonimato, Pinto de Queiroz propunha-se como objectivo cobrir de ridículo os liberais e acima de tudo o regente D. Pedro, o «papão». Mas não é José Agostinho quem quer e, tirando uns trocadilhos anti-maçónicos – a «abóbada d’ aço, que está ferrugenta, ou os irmãos terríveis, que estão huns bananas»⁴⁷⁷ –, a associação depreciativa de D. Pedro com a personagem de Pedro Malasartes⁴⁷⁸ ou as alcunhas de José da Silva Carvalho, «o Zé do Chapelório», e Manuel Fernandes Tomás, «o Estriga»⁴⁷⁹, Queiroz fica-se quase sempre pela declaração de intenções:

[...] parece me pouco tudo quanto se possa dizer para os ridicularizar, e a essa lazeirenta recova, que se intitula – *expedição contra Portugal* –. Debalde forcejo por mudar de estilo, e tomára, na verdade, que alguém me ensinasse a escrever sério sobre hum assumpto de tanta risota (*Ahi vem o Papão*, 5, p. 7).

O autor dava grande importância ao reconhecimento por parte da opinião pública – «podem ir-se moendo pela triste, mas certa noticia (esta he das que eu posso dar) de ter a opinião pública favoravelmente acolhido quanto hei dado á luz em defeza da Causa Sagrada que advogo»⁴⁸⁰ – mas, quando teve a pretensão de combinar a profecia com a sátira, falhou em toda a linha:

D. Pedro a conquistar Portugal faz-me lembrar a pêta do cão que roêo o martelo com dentes de sebo [...]. Eu não digo que o homem não venha, porque nem elle mesmo saberá se vem, ou para que vem; mas estou bem certo de que na cronica de seus heroicos feitos se hade lêr, se elle cá vier – *Foi – Vio – Fugio* –; e que em chegando de volta a Londres, ou a París com a lingua de fóra, confessará em a recolhendo que não sabe se he mais indecente – *ser chefe de ladrões, ou de tal gente* (*Ahi vem o Papão*, 5, p. 7-8).

Passados cinco meses sobre a publicação destas palavras, o «papão» chegou mesmo.

Portugal. Lisboa, Imp. Regia 1831. 4º - Referia-se á projectada expedição do sr. D. Pedro. Vi até o nº 7, de 8 pag. cada um, sendo o ultimo datado de 6 de Abril de 1832. Foi pelo mesmo tempo redactor da Gazeta de Lisboa, depois da exoneração dada a Joaquim José Pedro Lopes» (SILVA, Innocencio - *Op. cit.*, p. 427).

⁴⁷⁶ *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº 16, 13 de Agosto de 1833, p. 71.

⁴⁷⁷ *Ahi vem o Papão*, 1, p. 8.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, 4, p. 5.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, 4, p. 5-6.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, 4, p. 1.

Curiosamente, terá sido Queiroz um dos primeiros a chamar «chamorros» aos partidários de D. Pedro, designação pejorativa que, depois da guerra civil, ficaria colada à facção pedrista encabeçada por Silva Carvalho, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Agostinho José Freire, que participou no governo durante o período do «devorismo» (1834-1836):

Fallou-se por ahi muito, e á boca pequena, em um manifesto de Dom Pedro. [...] Hum manifesto! Ha caso como este? Hum manifesto do chefe de chamorros!*

* Como os rebeldes podem estar em mingoa de dictionarios Portuguezes, porei aqui esta nota para sua illustração. Chamorro era o epíteto injurioso que, segundo se lê na cronica do Condestavel, se dava aos máos Portuguezes que, seguindo o partido de hum estrangeiro, vinhão fazer a guerra aos seus compatriotas. Ora, não digão que he fora de proposito a applicação que faço do termo (*Ahi vem o Papão*, 6, p. 1).

VIII.2.2. Réplica a quente

Um primeiro esboço de refutação foi redigido a quente, em pleno cerco do Porto. Consistiu num folheto anónimo de apenas quatro páginas, com o título *Chegou o papão*, dado à estampa na Imprensa do Gandra & Filhos, ainda em 1832. Dava conta da publicação, em Lisboa, de *Ahi vem o Papão*, classificando-o: «Este periodico era escripto em Portuguez bastardo, na cuja frase dos garotos do Caes da Pedra, e bem parecia obra de algum discipulo do masmarro *José Agostinho*»⁴⁸¹. Uma resposta à altura exigia a correcta definição do objecto, por isso o autor do *Chegou o Papão* portuense afadigou-se na investigação:

Revolvi quantos Dictionarios achei para descobrir a etymologia da palavra *Papão* e nada pude concluir até que huma velha, que fôra ama de meninos me disse, que tal palavra não tinha etymologia; que nada significava; mas que mettia medo ás crianças para as fazer dormir, quando ellas teimão a chorar (*Chegou o papão*, p. 1).

Atribuindo a autoria «primária» do periódico – bem como de todos os publicados na capital, ainda o centro do poder miguelista – ao Governo de Lisboa, o autor, também anónimo, da resposta portuense explica que o objectivo do adversário era veicular a ideia de que D. Pedro «só metia medo a criancinhas de peito». Contudo, uma vez consumado o desembarque dos «bravos do Mindelo» em Pampelido e a chegada do «papão», assegura que «as criancinhas não tem medo d'elle; antes os meninos do Porto á

⁴⁸¹ *Chegou o Papão*, p. 1.

similhança dos meninos de Jerusalem, em dia de Ramos, andão a correr atrás delle para o abraçarem pelas pernas; e cantar-lhe os seus humildes hosanas»⁴⁸².

Ora, se as crianças não têm medo de D. Pedro, para quem seria ele o papão? O redactor constitucionalista não teve dúvidas em apontar os privilegiados do antigo regime, beneficiários da ordem absolutista, aqueles que tinham mais a perder com a instauração do estado liberal:

Os meninos do peito, que tem medo do Papão são os da Alçada do Porto, são os Conegos da Sé, são os Abbades de St.º Ildefonso, Folgosa, e outros; são os meninos da Companhia, e da Camara; são os Officiaes d'Alfandega; são os bravos do Exercito de *D. Miguel*, e outros que a modéstia cála. Ó que meninos innocentes escapados ao Alfange de Herodes. Anjinhos papudos [...] (*Ibidem*, p. 2).

Foi o pretexto para arvorar as bandeiras liberais, as razões de uma guerra que era mais do que a disputa de uma coroa entre dois irmãos (ou entre tio e sobrinha):

O Papão ha de papar os roubos, de que vive a fradaria, não para si, mas para livrar os Lavradores de Foraes, e infinitas pensões, que fazem a desgraça da Agricultura. [...] As Freiras de Villa do Conde não hão-de papar o suor do miseravel, que anda dia, e noite ao remo para lhes dar dinheiro com que ellas sustentem gente traidora contra o Throno. O Papão hade papar os abusos da Companhia do Alto Douro, da Camara, e d'outros abusos, que escandalisão o Ceo, e a terra! (*Ibidem*, p. 3-4).

Ahi vem o papão e *Chegou o Papão* são porta-vozes, no espaço público e disputando o favor da opinião pública, dos dois campos que se digladiavam na guerra fratricida entre o «papado» e o «papante», parto de um Portugal que se pretendia regenerado, com «a máquina do Estado no seu equilíbrio» e aberto às «luzes do século XIX»:

O Papão abolio os dizimos, que erão a gordura, e maldade dos Abbades, e Conegos traidores [...]. Em fim o Papão hade pôr a maquina do Estado no seu equilibrio; e por dizer tudo de huma vez, papado hade ser o papante. Apesar de tudo, os meninos innocentes não fogem, nem tem medo do Papão. Fogem Frades, Officiaes de Injustiça, d'Alfandega, Camara. Ó Ceo que dôr! que papaduras. Fujão, fujão que chegou o Papão; e chegarão com elle as luzes do Seculo dezenove (*Ibidem*, p. 4).

VIII.2.3. Da Impressão Régia à Imprensa Nacional

Quase dois anos depois da publicação do primeiro número de *Ahi vem o papão* é posto à venda em Lisboa *Chegou o Papão ou Advertencia á Advertencia Politica de 13 de Dezembro Ultimo*. Em nenhum dos dois números do periódico é feita qualquer

⁴⁸² *Ibidem*, p. 2

referência ao folheto impresso no Porto no ano anterior com o mesmo título – mas sem subtítulo, ao contrário deste – e, igualmente, sem indicação de autoria. Já não se trata de uma réplica a quente: pelo contrário, estamos perante uma resposta ao retardador. Neste caso, o compasso de espera compensou. Entre o último número de *Ahi vem o papão* e o primeiro de *Chegou o papão ou advertência à advertência...* a sorte das armas mudou o país. O papão desembarcou, entrincheirou-se no Porto, aguentou o cerco, abriu uma segunda frente no Algarve, avançou para Norte e entrou em Lisboa, abandonada pelos absolutistas. A guerra estava ganha para os liberais, embora ainda faltassem alguns meses para a rendição de D. Miguel em Évora Monte.

Na capital, o autor de *Ahi vem o papão* foi identificado, despedido da *Gazeta* – extinta e substituída pela *Chronica Constitucional de Lisboa* – e demitido sumariamente do funcionalismo público. O seu destino é desconhecido. Inocêncio dá-o como emigrado e morto «pelos annos de 1834, ou pouco depois»⁴⁸³. Ignora-se se José Luiz Pinto de Queiroz terá chegado a ler a resposta à sua *advertência política*, cujo alto patrocínio lhe permitira ser impressa na Imprensa Régia. O autor da *advertência à advertência*, por outro lado, permaneceu anónimo. Mas o seu periódico conheceu privilégio equivalente: foi dado à estampa na Imprensa Nacional, a sucessora institucional da Imprensa Régia.

Na abertura da primeira parte da versão lisboeta de *Chegou o Papão*, o autor justifica o seu interesse por *Ahi vem o papão* com a recepção do «escripto»: «tivera tanta acceitação, que fôra reimpresso»⁴⁸⁴. Porém, depois de ter «a não pequena paciencia de o ler», deparou-se com «o mais delambido apontado de ineptias, maldades, e despejo, uma obra propria dos miseraveis, piedosos Escriptores do tempo»⁴⁸⁵ e decidiu dar-lhe resposta. Daí surgiu a «advertência à advertência» que, no entanto, só pôde ser publicada ao fim de um hiato de vários meses – o tempo necessário à «chegada do papão». E daí também a necessidade, devidamente explicitada, de «acomodar» tal resposta ao momento da publicação:

[...] bem quizera eu publicar logo a analyse, que delle fiz; mas isto não era possivel, porque o escrever era privilegio exclusivo da bregeirada, e arrieiros de lenço ao pescoço; agora pois o faço (acommodando-a ao tempo, em que a publico) visto que felizmente CHEGOU O PAPÃO (*Ibidem*).

⁴⁸³ SILVA, Innocencio – *Op. cit.* Tomo IV, p. 427.

⁴⁸⁴ *Chegou o Papão ou advertencia...*, 1, p. 3.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

Segue-se uma análise, parágrafo a parágrafo, da primeira parte de *Ahi vem o papão*, procurando rebater as afirmações do adversário, por vezes de forma jocosa:

§ 1. ‘Ahi vem D. Pedro! fujão, meninos, que os mette no sacco.’ Ora isto he sandice; não era melhor dizer = fujamos, cambada, fujamos, Carcundas, que nos mette no Inferno? = Eu, seguindo os auctores de melhor nota, assim o entendo; porque, dizem elles, se os que o não fizerão o fizessem, não estarião tão perto de lá ir bater com os ossos, salvo se a clemencia liberal se não extinguiu ainda, o que devêra ter acontecido (*Ibidem*).

O registo utilizado denota a mesma indisponibilidade para o diálogo, a mesma incapacidade de reconhecimento e de aceitação do outro de que antes tinham dado provas os periódicos absolutistas. Assim, os «Carcundas não são Portuguezes, são bichos, e mais daninhos, e mais nojentos do que quantos ratos ha por essas dispensas, e osgas por esses pardieiros»⁴⁸⁶. Os Carcundas, «particularmente Miguelistas», não são «tolos somente, mas tolos máos [...] desde o primeiro governante até ao ultimo governado»⁴⁸⁷. Na disputa com D. Miguel, não basta apresentar D. Pedro como o filho primogénito de D. João VI, é preciso acrescentar «antes fosse o único»: «elles querem fazer crer que ignorão que o mesmo Senhor fôra o primeiro (antes fosse o unico) filho do Senhor D. João 6º»⁴⁸⁸.

Tudo separa os partidários dos dois irmãos desavindos, a começar pelo direito – «o direito dos Despotas, Usurpadores, e Carcundas he como o torto da outra gente»⁴⁸⁹ –, pelas leis (o poder do «corifeo» dos absolutistas deve-se às «Leis fundamentaes da patifaria»⁴⁹⁰) e pela razão: «taes razões tem tanta força, como tres baraços podres, e tão podres, quaes os que a dedo se fabricarão em 1828, e do mais corrupto linho, que appareceo; em fim baraços tão podres como a moral, e o juizo dos seus fabricantes»⁴⁹¹.

O insulto – «aonde se virão postas de pescada mais sedição, ou arrotos mais fedorentos?»⁴⁹² – anda a par da desumanização:

[...] quanto ao direito de tratar os Carcundas como cabras, quem póde negar-lho? Barbas tinhão elles quasi todos; cornos, quantos os terião? roer, nada lhe escapava, fosse seu, ou fosse alheio; marrar com meio Mundo; saltar despenhadeiros, até que se precipitirão; e então que injustiça lhe fez? Deve com tudo não utilizar-se de taes cabras; porque em vez de leite só dão ronha (*Ibidem*, p. 6).

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 5.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

⁴⁸⁸ *Ibidem*.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 5-6.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 9.

O inimigo não tem qualquer valor, nem mesmo militar: «Mui falto de vista estava o Anonymo! Soldados a desertar figurão-se-lhe paizanos a apparecer! Ora use de óculos para outra vez»⁴⁹³; ou «os Carcundas erão muito cagarolas»⁴⁹⁴.

Referências aos judeus e aos espanhóis fazem breves incursões, em «os Carcundas são por linha recta descendentes de Judas, o Iscareoth»⁴⁹⁵ ou «não só tem raça de Judas, mas tem costela de Hespanhol»⁴⁹⁶. O ponto culminante, contudo, é a diabolização do outro:

[...] quem tentara desthronar o pai presente, tentaria desthronar o irmão ausente, o que por isso mesmo lhe seria mais facil: fecundo genio para descobrir direitos! Achou-os para derrubar o Pai, encontrou-os para roubar o irmão, talvez os desencante ainda para desthronar o Diabo; mas he seu fado, a pezar de que esta tentativa seja de todas aquella, para que com mais direitos póde ser considerado, eu fico que não leve a cabo os seus desejos, ainda que por muito pouco, isto he, porque em fim o Diabo he mais velho do que elle (*Ibidem*, p. 7).

Para sublinhar a desvalorização do adversário, a troca de argumentos cede lugar à ridicularização: «O resto, que neste Artigo se encontra de mais notavel, he tão falso, e destituido de circumstancias, e provas, que não merece menção sizada, e para a chacota temos nós materia basta»⁴⁹⁷. O «Anonymo» autor de *Ahi vem o papão* é interpelado frequentemente, um alvo fácil depois de derrotado pelo tempo e pelas armas: «[...] quantos alfaiates teria o Anonymo (já quando escreveo), e outros Anonymos consultado, para a difficil empreza de mais uma vez virar a casaca, tão gasta já de tanta viradella!»⁴⁹⁸. A interpolação de observações jocosas entre parênteses nas citações de *Ahi vem o papão* tem o mesmo objectivo de pôr a ridículo o seu autor: «[...] o Senhor D. Miguel I. (isto he, o Senhor Doutor Miguel no primeiro andar, traduzido ao pé da letra) [...] seu Augusto irmão (mentira, elle chamava-se Miguel, não se chamava Augusto)»⁴⁹⁹. Até as figuras de estilo são viradas contra o seu utilizador:

Comer dinheiro, absolutamente fallando, he huma metaphora muito dura; mas a querer-se della fazer uso, só póde ser applicada aos Carcundas, que se o não comem, pelo menos o roubão; deixar na lama, he outra metaphora muito porca, e igualmente mal applicada: só ficção carrapatos pela curtez de suas pernas, e Carcundas pelo pezo da boça. (*Ibidem*, p. 12).

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 6.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p.9.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 11.

Chegou o Papão é uma arma de guerra: ataca a obra, as ideias e o autor de *Ahi vem o papão*. Sentenciando *ex post facto*, pode afirmar com segurança que «todas as profecias do Anonymo são tão sujeitas a alteração»⁵⁰⁰ e remata o primeiro número com mais uma provocação pessoal:

Tal he em summa o famoso Escripto, que foi preciso reimprimir, prova incontestavel do apurado talento, e fino gosto carcundal, que lhe deo tanta extracção; ainda assim, advirta-se que forão desprezadas outras quasi innumeraveis sandices por sua pequenez tão desprezíveis, como a cabeça de avelã, que as deo á luz. Todavia, por que sou verdadeiro, e amigo de que a cada um se dê o que he seu, farei uma reflexão, que ao mesmo tempo que reforça a minha opinião, he a unica, que póde ter lugar, não em favor do Escripto, mas do Anonymo, e vem a ser; que elle tanto conheceo a insufficiencia, e extravagante deformidade de seu filho, que apresentando-o em público, escondeo o seu nome, para não ser conhecido por pai de um tal mostrengo (*Ibidem*, p. 14).

Antes, porém, não perdera a oportunidade de imitar o estilo caceteiro do inimigo figadal de todos os liberais, o então já falecido José Agostinho de Macedo, ao apelar à «condecoração de colar», isto é, ao enforcamento do adversário: «Já quando o Senhor D. PEDRO ainda estava tão longe escondeo elle o nome, a estas horas tem sem dúvida escondido o corpo, pela modestia de se poupar á condecoração de collar, que bem conhece ter merecido»⁵⁰¹.

VIII.2.4. O último a rir

O segundo e último número de *Chegou o Papão*, anunciado na *Chronica Constitucional de Lisboa* de 23 de Novembro de 1833, tem apenas oito páginas e é dedicado à análise/refutação da segunda parte de *Ahi vem o papão*, datada de 1 de Janeiro de 1832. O autor começa por lamentar que já se julgava a salvo de um «pélago de sandices» quando foi «acomettido por outro vendaval de burricadas»: o redactor de *Ahi vem o papão* «dividio aquella droga purgativa em doses»⁵⁰². Entre o sarcasmo e a troça, previne, em jeito de prólogo:

Eu o confesso, por enojado me sinto sem animo; já porém que, sem que o sermão me fosse encommendado, metti mãos á obra, analysando a primeira Parte, não seria airoso que sendo o Anonymo incançavel em produzir, em tom de Escriptor, insulsissimas pilherias, e burricaes inepcias, tão de pressa cançasse eu em lhas notar; além de que, tendo notado as primeiras, deixar, sem o ter prevenido, passar ás segundas, pareceria suppôr estas de algum valor: por tanto ahi vai a analyse á segunda Parte; mas debalde virá com

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 13.

⁵⁰² *Ibidem*, 2, p. 1.

terceira, porque não estou para o aturar: a tudo, quanto posteriormente zurrrou, applico o rifão = A palavras loucas, orelhas moucas = ou antes o bem conhecido dicto = Vox burri non est audienda. = (*Chegou o Papão*, 2, p. 1).

O estilo e o conteúdo são os mesmos do número anterior, dirigidos aos alvos disponibilizados no número em apreço: «Carcunda, patife, e denunciante são sinonimos»⁵⁰³; D. Miguel é o «Rei dos Carcundas»⁵⁰⁴, emendando logo a seguir: «Rei, ou antes, Bei»⁵⁰⁵, numa alusão aos despóticos governadores do império otomano. Mais acintosa é a forma trocista como se refere ao autor de *Ahi vem o papão* ao citar a fórmula que este usara – «Perdão, Leitor benigno» – para, mais uma vez, desumanizar o adversário, agora comparando-o com um quadrúpede: «Sim, senhor, está perdoado, com a condição porém de desistir da dispensa, que obrepticamente conseguio para levantar as mãos do chão»⁵⁰⁶.

O efeito cómico é particularmente bem conseguido quando, ao rebater uma passagem de *Ahi vem o papão* sobre os meios mobilizados pelos absolutistas para repelir um (então) eventual desembarque liberal na costa portuguesa, cita a célebre «Pena de Talião» dedicada por Bocage a José Agostinho de Macedo, parafraseando-a como «escoucinhas e zurras, não assustas»⁵⁰⁷.

O universo do humor está presente em cada espadeirada: as críticas jocosas evocam outras manifestações humorísticas, pressupondo o conhecimento, por parte dos leitores, de um universo de referências – periódicos, folhetos, poesia – que remete para a ironia intertextual de que fala Umberto Eco⁵⁰⁸.

Ora, se Bocage com tanta razão disse a José Agostinho de Macedo = Trovejas, enrouqueces, não commoves = eu posso com a mesma propriedade dizer ao Anonymo = Escoucinhas, e zurras, não assustas. = Resolve questões em politica militar como qualquer sacristão resolve questões de Theologia (*Ibidem*, p. 5).

Sabendo-se que o pinhal da Azambuja era um dos locais mais perigosos do país, por estar infestado de salteadores, a sátira político-social tem outro momento

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 2.

⁵⁰⁴ *Ibidem*.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 4.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 3.

⁵⁰⁷ BOCAGE, «Pena de Talião». In SILVA, Innocencio Francisco da – *Memorias para a Vida Intima de José Agostinho de Macedo*. [Em linha]. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898, p. 334. [Consult. 30.05.2017]. Disponível em <https://archive.org/details/memoriasparavida00sily>. Ver ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de, «Macedo e Bocage: um duelo de vaidades». In MALATO, Maria Luísa (ed.) – *Leituras de Bocage*. [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2007, p. 12-23. [Consult. 30.05.2017]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4823.pdf>.

⁵⁰⁸ ECO, Umberto – «Ironia Intertextual e Níveis de Leitura». In ECO, Umberto – *Sobre a Literatura*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 199-218.

interessante na refutação de uma alegada intenção megalómana do governo miguelista – chamado «des Governo», em *Chegou o Papão* – de pedir satisfações às grandes potências pela intromissão nos assuntos internos de Portugal:

[...] podia muito bem ser que o tal des Governo tivesse tenção de com aquelle estupendo Exercito mandar, por seu turno, pedir satisfação das satisfações á Inglaterra, e á França [...] Além de que, nem de transportes, ou combois necessitaria; viajaria pela Europa com a mesma facilidade, com que uma boa parte dos seus membros tinha viajado, e andarà viajando pelo pinhal da Azambuja (*Ibidem*, p. 6).

A guerra entre liberais e miguelistas é apresentada como um conflito entre a luz e as trevas quando *Ahi vem o papão* lança, em desespero: «Se ha por lá muita luz, mais queremos as nossas trévas, as nossas queridas trévas». O liberal não perde o ensejo, comparando os inimigos a morcegos e a ladrões e assassinos:

Tambem lhe dou razão nisto; uma das especies de animalejos mais ascorosos (os morcegos), e as mais infestas classes de homens (os ladrões, e assassinos) nunca quizerão senão trévas; por isso os Carcundas, e os Apostolicos não podem deixar de as querer; mas a luz da Razão as vai espancando por toda a parte, e deixando estes descobertos com as suas abomináveis maximas, assim como a luz domestica ás vezes descobre aquelles, ainda com gazuas, e facas na mão (*Ibidem*, p. 7).

A poucos meses do acto final de Évora Monte, era já claro que a guerra estava no fim e que o triunfo liberal era inevitável. A conclusão do periódico é um alerta aos vencedores, pedindo vigilância e firmeza contra as conspirações da «patifaria carcundal». O autor de *Chegou o Papão* tinha bem presente os acontecimentos de 1823 e, ainda mais próximos, os de 1828. Por isso, deixou o aviso – «quem o inimigo poupa, nas mãos lhe morre»:

[...] mas o que aqui ha de mais singular he a admiração, que causa o perdimento do Congresso das Necessidades, a quem he tão habil em demonstrações, e tão forte em predicções; porque em fim he mais difficil explicar o porvir, do que o passado: pois eu, sem me ter nessa conta, lhe dou em quatro palavras a razão sufficiente desse phenomeno, e as taes palavras são estas = Generosidade liberal, patifaria carcundal =; explicarei, para que melhor me entenda; os Carcundas nunca cessarão de tramar, e os Liberaes nunca se resolvêrão a castigar; e então devia o resultado ser infallivelmente contra estes, que ainda por segunda vez o experimentarão em 1828: repetirão elles a mesma falta? Creio que não: porque já virão bem efficazmente que quem o inimigo poupa, nas mãos lhe morre (*Ibidem*, p. 8).

As palavras finais, no entanto, são dedicadas ao autor de *Ahi vem o papão*, com um apelo pouco velado à sua identificação – e um convite ao castigo físico, na linha da «condecoração de colar» pedida no número anterior: «Ora adeos, senhor Anonymo, a alma lhe tenho eu analysado; bom será que por ahi haja hum curioso, que lhe analyse o

corpo, que de certo vale a penna»⁵⁰⁹. O anúncio a *Chegou o Papão* na *Chronica Constitucional de Lisboa* revelou-lhe o nome: «J. L. de Queiroz, ocultando-se com a capa de *Anonymo*»⁵¹⁰.

VIII.3. *O Quinquilheiro*

A publicação da lei de imprensa, a 22 de Dezembro de 1834, extinguiu a Comissão de Censura que, mesmo após a vitória liberal na guerra civil e a reposição em vigor da Carta Constitucional, restringia a liberdade de expressão. Apesar dos condicionamentos previstos e da severidade com que punia os abusos da liberdade de imprensa, aquele diploma tinha o mérito de excluir expressamente qualquer espécie de censura prévia⁵¹¹, factor decisivo para o «grande surto jornalístico» que se revelou eficaz na «mobilização da opinião pública»⁵¹², logo no primeiro ano do novo regime.

Foi nesse ano de 1835 que surgiu *O Quinquilheiro*, sem outra indicação na folha de rosto além do ano, número e preço: 40 réis. No cólofon trazia o local de publicação – Lisboa –, a identificação e a morada do impressor: na Imprensa de João Maria Rodrigues e Castro, Rua dos Fanqueiros N.º 129 B. A oitava e última página de cada um dos seis números é ilustrada por uma pequena gravura representando um cesto com flores.

A leitura do periódico permite acompanhar a turbulência política e social da época, apresentando, com recurso ao humor, uma visão crítica sobre acontecimentos marcantes no espaço público, com destaque para os debates nas Cortes, as sucessivas

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p. 8.

⁵¹⁰ Ver acima p. 213, nota 470.

⁵¹¹ «Art.º 9.º. Antes da publicação de qualquer estampa, ou escrito lithographado, ou impresso, por qualquer maneira que seja, o author, editor, lithographo, impressor, ou gravador, não incorrem em pena alguma, nem tem lugar a apprehensão, sequestro, ou embargo da obra» (*Diário do Governo*, 22 de Dezembro de 1834, p. 48). Os processos por abuso de liberdade de imprensa eram julgados por um júri de pronúncia (60 jurados) e por um júri de sentença (30 jurados). Na falta do autor, a responsabilidade era atribuída ao editor e, na falta de ambos, ao impressor, litógrafo ou gravador (Art.º 6.º). A lei era especialmente severa nos títulos III «Dos abusos da liberdade d'imprensa, e suas penas» e IV «Do Jury competente, e fórma do processo nos delitos de abuso de liberdade de imprensa» (*Ibidem*, [Em linha]. p. 47-51. [Consult. 6.06.2017]. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1834/22Dezembro/22Dezembro_item1/P1.html. Este diploma seria complementado pela Carta de Lei de 30 de Abril de 1835, no tocante à pronúncia por abuso de liberdade de imprensa. Ver TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 476 e 561.

⁵¹² «Extinta a censura [...] em fins de 1834, o ano seguinte foi o do grande surto jornalístico, com a fundação de 55 periódicos [...] acompanhado por constante aumento do número de leitores e maior consistência dos jornais. Através da imprensa, o debate político atinge uma dimensão nunca até aí verificada em Portugal. Num sistema político baseado no voto dos cidadãos, a mobilização da opinião pública e a captação eleitoral eram questões fundamentais, para o que os jornais tinham maior eficácia do que qualquer outro meio de comunicação então existente» (*Ibidem*, p. 480).

quedas de governos, as polémicas medidas económicas, com alusões directas ou mais ou menos veladas às figuras envolvidas.

VIII.3.1. O lugar do diálogo curto: «Quem tem duas pernas sobe mais depressa que aquele que tem só uma!»

As primeiras farpas, contudo, foram dirigidas à complacência do Governo para com os miguelistas:

Encontrando-se dois amigos no Passeio Público, disse o que tinha mais idade: muito estimo vê-lo para que me tire huma dúvida: como poderá o actual Ministério amalgamar o partido Miguelista com o da nossa amada Rainha, e ajunta-los ao redor do seu Throno, tendo os sectarios do despotismo offendido tanto os amantes da Liberdade? Creio que não será mui difficil, respondeo o mais joven, pelos mesmos meios por que elle se reunio, apesar da indisposição que havia entre alguns dos seus membros; pois assim como os Peripateticos attribuião a causas occultas os fenomenos da Natureza, tambem nós podemos attribuir ás mesmas causas alguns fenómenos politicos que vemos (*Quinquilheiro*, 1, p. 1).

Como é habitual no periódico, um diálogo curto, aparentemente inócuo, faz passar a mensagem, com um toque levemente trocista: «Disse huma Senhora velha a huma bella Joven sua amiga: não sei como já não está casada, sendo tão linda, e tão rica! He porque estou resolvida a não me casar não sendo com hum verdadeiro Liberal, e por isso ainda não achei noivo»⁵¹³.

A 24 de Março de 1835 gerou-se uma polémica nas Cortes quando o deputado da opposição António Joaquim Barjona acusou o ministro conde de Vila Real de ter estado ao lado do contra-revolucionário Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, conde de Amarante e depois marquês de Chaves, que, em 1823, fora o primeiro a revoltar-se gritando morras à Constituição e vivas ao «rei absoluto». O deputado pró-ministerial (e futuro ministro) Rodrigo da Fonseca Magalhães assumiu a defesa do conde de Vila Real. A actualidade irrompe nas páginas d'*O Quinquilheiro*:

Encontrando-se dois Miguelistas, hum Paisano, outro Militar, perguntou o primeiro: como vão os seus negocios? Não tenho nenhuma esperança favoravel; pois bem sabe que andei ás ordens do Silveira em 1823, e por isso não serei despachado. Será, será, respondeo o Paisano, principalmente se requerer agora; não perca tempo, e achará protecção! (*Ibidem*, 2, p. 6).

No número seguinte, o conde de Vila Real voltava a ser contemplado com a crítica do periódico, a propósito das pastas que sobraçou na sequência da remodelação

⁵¹³ *Ibidem*, 1, p. 6.

governamental levada a cabo por Palmela a 20 de Março: «Com qual das Pastas ficará o nosso Ministro da Marinha, e interino da Guerra? Com a da Marinha, por ser o ramo, em que tem maior instrução, e a carreira, em que tem feito maiores progressos!»⁵¹⁴ *O Quinquilheiro* falhou na previsão: Vila Real ficou com a Guerra, que viria a acumular com os Negócios Estrangeiros, até ao Governo do conde de Linhares.

Os nobres miguelistas suscitam a primeira nota de humor negro no periódico: «Entre os Apostolos só houve hum máo, e esse enforcou-se; e entre os seus successores, que forão Pares na epocha de 1826, só houve hum bom; todos os mais imitarão Judas sendo traidores; porém nenhum o imitou enforcando-se!»⁵¹⁵ O humor negro volta a fazer uma incursão quando *O Quinquilheiro* sublinha o contraste entre os beneficiários do novo regime e os veteranos da guerra desprezados pelos detentores do poder:

Hum honrado Voluntario, que defendendo a Liberdade tinha perdido huma perna, e recebido mais algumas feridas, disse a huns seus Camaradas, com quem estava conversando: não posso ver sem indignação, que alguns homens, que nada fizerão, em tão pouco tempo tenham subido tanto, e que eu me veja neste miseravel estado! Então rindo-se lhe respondeo hum dos seus amigos: pois não sabe que quem tem duas pernas sobe mais depressa, que aquelle, que tem só huma! (*Ibidem*, 3, p. 6).

VIII.3.2. «Um emprego faz os homens/ Mudarem d'opinião;/ Se isto faz um só emprego,/ Muitos juntos que farão?»

Os diálogos satíricos d'*O Quinquilheiro* são complementados por versos jocosos, fáceis de decorar, publicados nas últimas páginas de cada edição, reforçando a crítica ao tema visado: «Um emprego faz os homens/ Mudarem d'opinião;/ Se isto faz um só emprego,/ Muitos juntos que farão?»⁵¹⁶ Em causa estava o assunto tratado com mais insistência no periódico – é o tema de 15 diálogos, além destes versos, espalhados pelos seis números, alguns repetitivos ou quase iguais: a distribuição de lugares no funcionalismo público como forma de garantir não só uma clientela eleitoral mas também o apoio parlamentar ao governo.

Perguntava hum Estrangeiro a hum Portuguez, se o actual Ministerio tinha o dom da infallibilidade, pois que via a maioria da Camara approvar todas as suas decisões. O Portuguez respondeo-lhe: não tem o dom da infallibilidade, porém tem o dom da prodigalidade para todos aquelles que votão a seu favor (*Quinquilheiro*, 1, p. 2).

⁵¹⁴ *Ibidem*, 3, p. 1.

⁵¹⁵ *Ibidem*, 2, p. 4.

⁵¹⁶ *Ibidem*, 1, p. 7.

O periódico tem sempre um diálogo oportuno, com um efeito crítico: «Em huma Companhia brilhante disse certo sujeito que muito se admirava de que houvessem tantos defensores do Poder, e tão poucos dos Povos. Pois não deve admirar-se, respondeo huma Senhora, sabendo que os Povos não dão empregos»⁵¹⁷.

Tal prática revelou-se um meio eficaz para conquistar e conservar o poder num regime em que o país político representava apenas uma fracção do país real e em que o voto dos representantes eleitos pelo sistema censitário nas Cortes era determinado mais por convergências pontuais de interesses do que por afinidades ideológicas, numa época em que os agrupamentos proto-partidários estavam ainda em fase embrionária⁵¹⁸: «Encontrando-se hum sujeito, que ha pouco tinha vindo de Inglaterra com certo Deputado seu amigo, disse-lhe: eu esperava vê-lo na opposição. Pois esperava mal, respondeo o Deputado, porque não sou tão nescio que queira perder os meus empregos»⁵¹⁹. Ou, num registo em que, ironicamente, projecta a culpa nos eleitores:

Chegado a Lisboa o Irmão de hum Deputado da Direita, disse-lhe muito enfadado: não posso dissimular o meu sentimento por ver que tens defendido os interesses do Ministerio, e não os da Nação que te nomeou seu Representante. Pois não sabe (respondeo o Irmão) que eu sou empregado dependente do Governo, e que se obrasse de outro modo perderia os meus empregos! Os culpados forão os Eleitores, que me puzerão na triste alternativa de ficar na miseria, ou de atraiçoar a minha Patria (*Quinquilheiro*, 4, p. 5).

O periódico satirizava a nomeação de «empregados públicos» tendo como critério a «protecção», em detrimento do mérito e da competência:

Em huma Sociedade disse hum Maganão de bom humor: como estamos na Quaresma, tempo de restituições, póde ser que alguns figurões restituão á Nação os empregos que indevidamente desfructão por não terem merecimentos, nem virtudes. Se affirma que não tem virtudes, respondeo huma Senhora, como quer que restituão? (*Ibidem*, 2, p. 6).

O número seguinte oferece uma variação do mesmo tema:

Encontrando-se dois amigos, disse hum: comprei agora este traste, mostrando hum chapeo de sol; elle na verdade he mui util, pois de inverno serve para a chuva, de verão para o sol, e em todo o tempo para bengala. He certo, respondeo o outro, que he util, pois serve para tres cousas, e para todas serve bem; não he como alguns dos nossos Empregados, que, tendo muitos empregos, não prestão para nenhum (*Ibidem*, 3, p. 2).

⁵¹⁷ *Ibidem*, 1, p. 6.

⁵¹⁸ VALENTE, Vasco Pulido – *A Revolução Liberal (1834-1836) – Os «Devoristas»*. Lisboa: Alêtheia, 2007, *passim*; BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Lisboa: Texto Editores, 2010, p. 33-36; SILVA, António Martins da – «A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. 5º Volume: O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 96.

⁵¹⁹ *O Quinquilheiro*, 1, p. 7.

Colocando a questão de forma ainda mais clara: «Perguntando hum Senhora a outra, a que se applicava o seu Filho, respondeo-lhe: de dia anda a cavallo, de noite vai ao Theatro. E a que carreira o destina? replicou a primeira. Á de Empregado Público, (disse a segunda), e para esse destino não he preciso estudar; basta só ter protecção»⁵²⁰.

A quem não tinha préstimo para obter o ambicionado despacho – e desde que pudesse mover as influências necessárias – restava, ainda assim, uma alternativa na nova ordem constitucional em que a religião do Estado tinha os seus ministros nomeados pela pasta da Justiça e Cultos:

Que desgosto tenho, dizia hum pai a seu filho; pois não sei em que collocarte: tu es estúpido e mandrião; se fosses sómente estúpido, eu te alcançaria algum emprego; para isso me serviria o ser rico; mas como também es mandrião não te accomoda esse destino; porque os empregados agora bem ou mal sempre trabálhão. Se não se tivessem supprimido as Ordens Religiosas, fazia-te Frade Bernardo, e ahi estarias bem; mas por desgraça já não póde ser. Que importa, respondeo o Filho, que já não haja Frades, se ainda ficarão Conegos, que he o melhor modo de vida para quem he estúpido, e mandrião (*Ibidem*, 1, p. 2-3).

A situação, cuja imoralidade saltava à vista, era agravada pela multiplicação de cargos que premiavam personalidades afectas ao poder, a quem era permitido acumular empregos: «Sabe dizer-me quando sahirá a Lei prohibindo a accumulacção de empregos? Essa Lei sahirá, quando se fizer hum Concilio, no qual os Padres se reformem a si mesmos»⁵²¹.

As implicações políticas da crítica humorística são assumidas com um apelo directo à opinião pública:

Nos Governos Representativos o Poder Executivo he o braço do Corpo Politico, e por isso o Legislativo deve vigiar todas as suas operações para ver se vão de acordo com a Constituição do Estado; e se não forem, usar dos meios que a Constituição lhe dá para evitar a ruina da Nação: porém como se fará isto, quando a maioria da Camara Electiva he composta de homens dependentes do Governo? Respondão os Eleitores! (*Ibidem*, 3, p.5).

A instabilidade política foi constante ao longo de 1835. Palmela, que chefiava o governo de «fusão» desde a morte de D. Pedro, em Setembro do ano anterior, procedeu a sucessivas remodelações na coligação que aliava os seus amigos «aristocratas» aos «chamorros» que o ex-imperador guindara ao poder, com destaque para Silva Carvalho, Agostinho José Freire e Rodrigo da Fonseca Magalhães (acolitados pelo financeiro espanhol Mendizábal), até que, a 4 de Maio, por pressão destes últimos, cedeu a presidência do ministério a Vitório de Sousa Coutinho, conde de Linhares. Este, por sua

⁵²⁰ *Ibidem*, 5, p. 4.

⁵²¹ *Ibidem*, 1, p. 7.

vez, foi substituído a 27 de Maio por Saldanha, quando o anterior líder oposicionista aderiu à coligação conservadora para encabeçar o governo chamado dos «impossíveis», dada a incoerência da sua composição⁵²². Uma nova remodelação, em Julho, colocou Saldanha sob a influência de Rodrigo da Fonseca, entusiasta da política da «empregadagem», no executivo que ficou conhecido como o do «rei dos godos». Com as Cortes encerradas aguardando eleições suplementares, *O Quinquilheiro* recorria ao humor para dar conta do alívio dos beneficiários da acumulação de cargos públicos, cuja ilegalização era reivindicada pela oposição:

Chegando huma Senhora casada com hum Empregado (que desfructa quatro empregos) a casa de hum Modista Franceza, disse-lhe a sagaz Modista: ha já muito tempo, que não honra a minha casa; muitas saudades tinha de vê-la. Ao que respondeo a Senhora: em quanto durou a reunião das Cortes, asseguro-lhe que nem tinha alegria, nem me atrevia a fazer gastos superfluos, porque temia que se fizesse a Lei prohibindo a accumulção de empregos, por que tanto instavão esses Senhores da esquerda (*Ibidem*, 5, p.5).

O pronunciamento militar de 17 de Novembro de 1835, na praça lisboeta de Alcântara⁵²³, ditou a queda de Saldanha e seus aliados, dando lugar a um executivo de «esquerda», chefiado por José Jorge Loureiro, com Sá da Bandeira no Ministério do Reino e Francisco António de Campos na Fazenda. A nova situação política era do agrado d'*O Quinquilheiro*, que não se coibiu de incluir uma nota de troça num dos seus habituais diálogos:

Encontrando-se a mulher de hum empregado com huma sua Prima disse-lhe muito afflicta: que mudança, minha Prima, que mudança! Pois muda-se de casa? respondeo a Prima; he certo que he coisa mui trabalhosa. A mudança de que fallo (disse a primeira) he a do Ministerio; pois talvez por ella perca meu Marido o emprego. Parece-me (disse a segunda) que não deve temer; pois os novos Ministros tem boa reputação, e obrarão com justiça. Eis ahi o que eu temo (replicou a primeira); pois se se administrar justiça meu Marido e outros muitos, que forão empregados sómente por protecção, de certo perderão os seus empregos (*Ibidem*, 6, p. 5-6).

VIII.3.3. «Quando principia a venda dos bens nacionais?»

Os debates que agitaram o país – ou, pelo menos, a opinião pública – em Abril de 1835 tiveram eco nas páginas do periódico. No dia 1, o ministro da Fazenda, Silva Carvalho, contraíra em Londres, junto do banqueiro Rothschild e com a mediação de Mendizábal, o primeiro grande empréstimo para fazer face à crise financeira que

⁵²² VALENTE – *Op. cit.*, p. 102-106.

⁵²³ *Ibidem*, p. 128-135.

assolava Portugal. Silva Carvalho, partidário de uma política de investimentos financiada pelo endividamento externo, foi visado pessoalmente, primeiro num verso – «Quem tem dez e gasta vinte/ A que estado ha de chegar?/ Ao de fazer banca rota,/ Quando não poder pagar»⁵²⁴ – e depois numa «farpa» d'*O Quinquilheiro*: «Os grandes homens d'Estado sempre julgãrão que a enorme dívida de Inglaterra será a principal causa da sua ruina: os nossos querem fazer acreditar que a grande dívida de Portugal fará a sua grandeza!»⁵²⁵

O empréstimo era garantido pelos bens nacionais, cuja venda em leilão foi regulamentada pela Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, iniciando-se logo em seguida. O periódico dedicou-lhe um diálogo curto, mas incisivo: «Juntando-se em hum Café varios amigos, disse hum delles, que acabava de chegar do Brazil: sabem dizer-me quando se principia a venda dos Bens Nacionaes? A dos Bens Nacionaes não sei (respondeo hum Voluntario); a da Nação já começou ha muito tempo!»⁵²⁶ No último número voltaria ao tema: «Passando dois amigos pela rua nova do Almada virão huma Tableta, que dizia: Exposição de quadros vindos de Roma. Disse então hum delles: pode ser que a esta hora tambem se estejam mostrando em outros Paizes alguns dos que pertencião aos nossos antigos Conventos!»⁵²⁷

VIII.3.4. «Será de moda/ N'outras Nações/ Quando estão pobres/ Dar dotações?»

A voracidade com que os detentores do poder se apropriaram dos antigos bens da coroa e da igreja, declarados bens nacionais, valeu-lhes o cognome de «devoristas». Esta designação, tal como «chamorros» ou «brasileiros» (os amigos políticos de D. Pedro), «aristocratas» (partidários de Palmela), «impossíveis» (coligação daqueles dois com os «saldanhistas») e, à esquerda, «irracionais» e «vândalos», são exemplos de expressões jocosas que conquistaram o centro da discussão política e da referência pública dos movimentos políticos e dos seus protagonistas, caso de Palmela (o «Talleyrand») ou de Rodrigo da Fonseca, a «raposa», também chamado o «rei dos godos».

Entre os grandes beneficiários da venda dos bens nacionais estavam as figuras de proa do novo regime, a começar pelo próprio Palmela que, ao trocar a presidência do

⁵²⁴ *O Quinquilheiro*, 4, p. 8.

⁵²⁵ *Ibidem*, 5, p. 7.

⁵²⁶ *Ibidem*, 4, p. 5.

⁵²⁷ *Ibidem*, 6, p. 6.

ministério pela pasta dos Negócios Estrangeiros no governo de Saldanha, mereceu uma referência humorística n’*O Quinquilheiro*: «O nosso Talleyrand Portuguez he tão afeiçoado aos Estrangeiros, que nada quer Nacional, excepto os Bens!»⁵²⁸

Tal como Palmela, também os marechais Saldanha e Terceira, artífices da vitória das armas liberais, foram contemplados com um fundo de maneio oferecido como preito de gratidão da pátria reconhecida. Em Abril de 1835, as Cortes votaram a dotação de 100 contos de réis⁵²⁹ a cada um, realizáveis na compra de bens nacionais⁵³⁰. *O Quinquilheiro* ironizou: «Se se attende ao estado miseravel da Nação, e ás grandes doações votadas pela maior parte dos nossos Representantes, facilmente se concederá que elles não só merecem o nome de Liberaes, mas até mesmo o de prodigos!»⁵³¹

A prodigalidade da maioria parlamentar scandalizou, contudo, um grupo de deputados encabeçado pelo coronel João Pedro Soares Luna (1792-1848), figura respeitada da esquerda parlamentar e que teria acção destacada durante o setembrismo. O periódico assinalou, com um toque jocoso, o gesto que marcou a diferença:

Em huma Sociedade disse hum amigo da Justiça, e inimigo dos adutores: muito honra o seu author o parecer do Sr. Luna na questão das doações, e deve sentir-se que não fosse approvedo; pois desse modo se faria justiça ao Exercito Libertador. He certo que lhe dará muita honra (respondeo huma Senhora) mas não lhe dará proveito, e por isso teve tão poucos companheiros, que o seguissem (*Ibidem*, 4, p. 5).

Os versos na última página não perdoavam, insistindo no tema abordado antes nos diálogos, seguindo a estrutura habitual de paginação do periódico: «Será de moda/ N’outras Nações/ Quando estão pobres/ Dar dotações?»⁵³²

VIII.3.5. Pasquins

Numa luta constante e assumida pela conquista, mobilização e direcção da opinião pública, os jornais pró-governamentais – «ministeriais» – eram um alvo preferencial das referências satíricas d’*O Quinquilheiro*.

⁵²⁸ *Ibidem*, 5, p. 3.

⁵²⁹ 2.309.986 euros, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (4631,11). Portaria nº 316/2016 de 14 de Dezembro. *Diário da República* [Em linha]. 1.ª série, N.º 238. [Consult. 08.06.2017]. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/105367399>.

⁵³⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Um Homem Singular: Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2013, p. 75.

⁵³¹ *O Quinquilheiro*, 4, p. 4.

⁵³² *Ibidem*, 4, p. 8.

«Em outro tempo punhão-se os Pasquins de noite, e tiravão-se de dia; agora põem-se de dia, e só se tirão de noite: quanto póde a opinião pública!»⁵³³ No número seguinte foi mais explícito, embora menos humorístico:

Huma Senhora que tem hum filho no Pará disse a hum seu compadre, que desejava saber quaes erão os melhores Periodicos para os comprar, pois que seu filho lhos pedia. Ao que respondeo o compadre: se elle gosta de adulação mande-lhe os Ministeriaes; porém se gosta da verdade mande-lhe os da Opposição (*Ibidem*, 4, p. 6).

Mas a ironia nunca se afastava muito das páginas d'*O Quinquilheiro*: «Perguntando certo Taful a huma Joven espirituosa, se nesta Quaresma tinha feito muitas penitencias: Bastantes (respondeo ella) pois minha Tia, que veio ser nossa hospeda, me pedia todos os dias, que lhe lesse os Periodicos Ministeriaes»⁵³⁴. Estava dado o mote para a ridicularização dos jornais apoiantes do governo:

Passando dois amigos pela rua dos Capellistas, disse hum delles apontando para o Escriptorio intitulado o *Tempo*: passo aqui muitas vezes, e ainda não vi huma só pessoa comprando; muito devem perder os seus Redactores! Engana-se, respondeo o outro, nada perdem, antes ganhão bastante, porque trabálhão por conta de outros, que págão com generosidade a quem os serve (*Ibidem*, 3, p. 3-4).

Um dos visados com mais frequência era *O Tempo*, acusado pel'*O Quinquilheiro* de ser estipendiado pelo poder. Publicado desde 4 de Março de 1835, *O Tempo* foi, durante uma primeira fase, um jornal cartista, pró-governamental. Mais tarde virou à esquerda e tornou-se setembrista até ao fim da publicação, em 1839, fundindo-se no ano seguinte com *A Lança* e, pouco depois, com *A Revolução de Setembro*⁵³⁵. Mas, durante o período em que coexistiu com *O Quinquilheiro*, não se livrou dos gracejos do concorrente: «Dizendo huma Senhora, que em sua casa se lião todos os Periodicos, perguntou-lhe hum Brasileiro: que tal he o *Tempo*? He de inverno, respondeo a Senhora!»⁵³⁶

No entanto, *O Tempo* não detinha o exclusivo do humor que *O Quinquilheiro* fazia à custa dos jornais apoiantes da situação:

Amanhã hiremos visitar a tua Madrinha, disse huma Senhora a sua filha. Oh minha querida Mãi! evite-me esse desgosto! E porque temes ter desgosto visitando huma pessoa, que tanto te estima? Pois não se lembra (respondeo a filha) que na ultima vez que a visitámos me fez ler a *Revista*, e o *Periodico dos Pobres*! (*Ibidem*, 3, p. 5).

⁵³³ *Ibidem*, 3, p. 4.

⁵³⁴ *Ibidem*, 5, p. 3.

⁵³⁵ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 486 e p. 516.

⁵³⁶ *O Quinquilheiro*, 3, p. 4.

A Revista (2 de Julho de 1834-4 de Novembro de 1836), que chegou a contar com Rodrigo da Fonseca entre os seus redactores, começou por apoiar o governo de Palmela, passando depois à oposição⁵³⁷. O *Periódico dos Pobres* (30 de Setembro de 1826-31 de Março de 1848) era um jornal cartista, essencialmente noticioso⁵³⁸, cujo êxito editorial decorria do baixo preço que o diferenciava – cada exemplar custava dez réis enquanto os concorrentes se vendiam por 30 ou 40:

Passando dois amigos por hum taberna, e vendo a casa cheia de gente, disse hum delles: aqui deve vender-se bom vinho, pois que tem tanto concurso! Ao que respondeo o outro: o motivo da grande venda não he a boa qualidade do genero, he a sua barateza. Então (replicou o primeiro) he como o Periodico dos Pobres, que se vende por ser barato (*O Quinquilheiro*, 6, p. 3-4).

À agudização da luta política correspondeu um redobrar da agressividade das críticas aos órgãos «ministeriais» e, em contraponto, o elogio dos jornais da oposição:

Entrando certo Negociante em hum Café, em que havia todos os Periodicos, disse ao criado, que o servia: traga-me o *Nacional*, ou a *Guarda Avançada*. Ao que respondeo o criado: ambos se estão lendo; se quer eu lhe dou o *Tempo*. Não quero perder o meu, respondeo o Negociante (*Ibidem*, 4, p. 7).

A referência a *O Nacional* (3 Novembro 1834-30 Dezembro 1842) era obrigatória. Tratava-se do principal periódico da época e foi o primeiro jornal português de dimensão verdadeiramente nacional. De oposição aos governos “devoristas”, tornou-se um órgão da esquerda liberal setembrista. Por outro lado, *A Guarda Avançada* (6 de Fevereiro a 29 de Maio de 1835), manteve uma «independência crítica» face ao poder⁵³⁹. A escolha dos títulos identificava a opção política do leitor – de notar a menção elogiosa d’*O Quinquilheiro*, que classifica de «interessantes» ambos os jornais oposicionistas –, com consequências num meio social em que, como se viu acima, a «protecção» ou, inversamente, a queda em desgraça – era decisiva para a obtenção e manutenção do ambicionado «emprego»:

Encontrando-se em hum Café certo sугeito com hum seu amigo Empregado dos antigos, perguntou-lhe se já tinha lido o *Nacional*, ou a *Guarda Avançada*. Eu não leio esses papeis, respondeo o amigo em voz alta, pizando-lhe o pé ao mesmo tempo. Sahirão juntos, e então disse o Empregado: eu não me atrevo a ler esses interessantes Periodicos em público, porque temo que algum adulator o diga ao Ministro de quem dependo, e por isso me tire o emprego (*O Quinquilheiro*, 5, p. 4-5).

Pelo último número d’*O Quinquilheiro* perpassa já o novo clima político decorrente da chegada ao poder do governo de «esquerda» presidido por José Jorge

⁵³⁷ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 465.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 514.

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 483.

Loureiro, com destaque para o registo jocoso com que se refere aos jornais entretanto caídos em desgraça: «Fallando-se em huma sociedade da mudança do Ministerio, disse huma Senhora: he certo que acabou o *Tempo*? Ao que respondeo outra: he certo, e acabou variando»⁵⁴⁰. Na verdade, *O Tempo* não tinha acabado, mas realmente variou: alterou o rumo da sua orientação, acompanhando os novos ventos que prenunciavam o setembrismo.

VIII.3.6. «Ocupados em virar casacas»

As «farpas» d'*O Quinquilheiro* confirmam a asserção de Northrop Frye segundo a qual a sátira é ironia militante⁵⁴¹, exigindo da parte do satirista um objecto para o seu ataque e o assumir de uma posição de superioridade moral⁵⁴². Exemplo disso é a profusão de diálogos curtos espalhados ao longo do periódico em que sobressaem as referências moralistas. Umas mais irónicas:

Perguntava hum Negociante novo a outro mais antigo, se sabía de algum genero de que houvesse escassez para o fazer vir. Então respondeo o outro: faça vir hum carregamento de vergonha, pois he cousa de que ha muita falta; mas advirto-lhe que póde ser não tenha sahida, por não ser genero de moda (*O Quinquilheiro*, 1, p. 3).

Outras mais directas, como esta parecendo inspirada nos conselhos de Álvaro Pais ao Mestre de Avis, na crónica de Fernão Lopes: «Como poderei eu fazer fortuna em Portugal? perguntava hum joven sahido ha pouco do Collegio a hum velho grande observador. Fazendo quatro cousas, respondeo este, que são: adular, mentir, roubar, e repartir»⁵⁴³.

A corrupção que foi a imagem de marca do pessoal político que alternou no governo durante a primeira fase do regime constitucional pós-guerra civil e que ficaria conhecido por «devorismo» foi um tema glosado com especial efeito irónico n'*O Quinquilheiro*: «Passando duas Senhoras pelo Rocio disse huma: olha, Mana, estão agora limpando o Thesouro por fóra! He verdade, disse a outra; mas o peor he que o

⁵⁴⁰ *O Quinquilheiro*, 6, p 4.

⁵⁴¹ FRYE, Northrop – *Anatomy of Criticism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1957, p. 222.

⁵⁴² «Two things, then, are essential to satire; one is wit or humor founded on fantasy or a sense of the grotesque or absurd, the other is an object of attack. [...] The satirist commonly takes a high moral line» (*Ibidem*, p. 223-224).

⁵⁴³ *O Quinquilheiro*, 1, p. 4. Ver LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I*. Parte Primeira. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. 49.

tenham limpado também por dentro!»⁵⁴⁴. Curiosamente, o citado Palácio do Tesouro, antigo palácio da Inquisição, viria a arder poucos meses depois, a 14 de Julho de 1836.

A crítica social e política aos governos apoiados por um exército de empregados obedientes nomeados pela «protecção» dos detentores do poder motivou sucessivas referências chistosas ao tema da «adulação»: «Acaba de chegar de França hum grande sortimento de adulação da melhor qualidade; he da mesma que se usa no Palacio de Luiz Filipe; mas he util advertir que a nossa, de que ha abundancia, ainda que não he tão fina, produz os mesmos efeitos, e vende-se muito mais barata»⁵⁴⁵.

Os adutores são objecto de escárnio e a sua forma de vida é chamada com ironia uma «preciosíssima arte»:

Cedo sahirá á luz o novo methodo de aprender a adular em poucas lições: a grande utilidade desta preciosissima arte ninguem a póde ignorar em Portugal, vendo as brilhantes fortunas, que tem feito, e o papel que representão muitos figurões, sem terem outro merecimento, que o de possuirem esta arte (*Ibidem*, 5, p. 2-3).

Os «figurões» suscitam um jogo de palavras com vertente sarcástica: «Porque motivo não se farão em Portugal Figurinos, como se fazem em França? He porque a mania em Portugal he de fazer Figurões, e se fazem com mais facilidade, que os Figurinos em França»⁵⁴⁶. E os últimos versos publicado no periódico dedicam-se a verberar o sustentáculo do sistema criticado: «Quiz retratar a Maldade/ Hum excellente Pintor,/ Não vacillou hum instante/ Pintou hum adulator»⁵⁴⁷.

A ironia e a sátira são recorrentes n' *O Quinquilheiro*, que não hesita em insistir no mesmo tema no mesmo número, com pequenas variações:

Encontrando-se dois amigos na Ribeira-Nova, disse hum delles: como vai a nossa Liberdade? Alli tem o seu retrato, respondeo o outro, apontando para hum caranguejo. [...] Perguntou hum amigo a outro: como se observa a nossa Carta? Ao que respondeo este: do mesmo modo que os Frades observavam a Regra (*Ibidem*, 2, p. 3).

Eficaz, o mesmo registo de humor contido é retomado no último número, para mostrar a inacessibilidade da justiça:

Visitando hum Negociante chegado do Brazil a outro seu antigo amigo, reparou que em todas as salas havia magnificos retratos da Justiça, e então disse-lhe: reparo que tenha tantos retratos desta admiravel virtude, sem a qual os homens não podem ser felizes. Eu penso do mesmo modo, (respondeo o amigo) e por isso já que por desgraça não tenho até agora

⁵⁴⁴ *O Quinquilheiro*, 2, p. 2-3.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, 3, p. 1.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, 6, p. 2.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, 6, p. 7.

podido ver o original, contento-me com admirar os seus retratos (*Ibidem*, 6, p. 5).

O *Quinquilheiro* estava ao serviço de uma estratégia: o apoio à oposição dos «radicais» – também chamados «irracionais» – que pretendiam afirmar-se como alternativa de poder à direita conservadora no governo. Nesse sentido, procurou ganhar a opinião pública e dirigi-la, fosse através do apelo directo aos eleitores⁵⁴⁸ (sem esquecer que o voto era censitário), fosse com recurso ao humor. Este podia ser quase ingénuo, não obstante a assertividade da resposta – «Vendo hum Pai que seu filho se hia acostumando a fazer com a mão esquerda, tudo que antes fazia com a direita, disse-lhe com enfado, tu queres ser canhoto? Quero, sim, Senhor, respondeo o Filho. E porque? Porque vejo que a esquerda obra muito melhor que a direita»⁵⁴⁹ – ou usar a ironia para ridicularizar os deputados que se limitavam a aprovar as medidas governamentais:

Em huma sociedade, disse hum homem dependente do Governo: muito trabalharão os nossos Representantes agora no fim da Sessão, e he certo que para fazer tantas cousas era preciso trabalhar depressa. E tão depressa (respondeo huma Senhora) que a maior parte nem teve tempo para ver o que fazia! (*Ibidem*, 4, p. 7).

O ridículo – no caso, o conhecido mote dos vira-casacas, a fazer lembrar o cartoon icónico de João Abel Manta «Sem mãos a medir», publicado na primeira página do semanário *Sempre Fixe*, poucos dias depois do 25 de Abril de 1974⁵⁵⁰ – reaparece como efeito cómico no último número do periódico. Sem data, como os anteriores, mas cujo conteúdo editorial permite estimar ter sido publicado depois das eleições suplementares e do pronunciamento militar de Novembro de 1974 e subsequente tomada de posse do governo presidido pelo coronel José Jorge Loureiro: «Indo certo Taful a casa do seu Alfaiate para que lhe fizesse humas calças com a maior brevidade, respondeo-lhe o Mestre: isso agora he impossivel, porque todos os meus officiaes estão occupados em voltar casacas, depois que se mudou o Ministerio»⁵⁵¹.

A troca de cadeiras ditara a queda dos alvos das críticas mais contundentes d'O *Quinquilheiro*: Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca, os principais ideólogos do «devorismo» e estrategos da «empregadagem», o «Talleyrand» Palmela e o seu parceiro de dotações Saldanha, acompanhados por Jervis de Atouguia, amigo do marechal. Do

⁵⁴⁸ *Ibidem*, 3, p. 5.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, 3, p. 6.

⁵⁵⁰ *Sempre Fixe*. [Em linha]. N.º 5/2ª Série, 4 de Maio de 1974, p. 1. [Consult. 16.06.2017]. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Produtos/edicoes/25Abril_OsdiasdaRevolucaoImprensaPortuguesa.pdf.

⁵⁵¹ *Ibidem*, 6, p. 5.

novo ministério faziam parte destacados elementos da esquerda «radical» e «irracional», incluindo Sá da Bandeira, o marquês de Loulé e, na pasta da Fazenda, Francisco António de Campos, que prometia uma política oposta à de Silva Carvalho, nomeadamente quanto ao endividamento externo. O diálogo traz à memória o lamento «Ai dos vencidos!»:

Em huma reunião de Senhoras, disse huma já idosa: como se apresentarão diante dos Ministros que forão da opposição aquelles homens que tanto fallarão e escrevêrão contra elles? Eu lho digo (respondeo outra de poucos annos) apresentar-se-hão baixando a cabeça, dobrando o joelho, e estendendo a mão! (*Ibidem*, 6, p. 6).

O Quinquilheiro cumprira a sua missão. O humor crítico contribuíra para a conquista e direcção da opinião pública, que se manifestou nas eleições suplementares e também nos clubs que mobilizaram a Guarda Municipal e impulsionaram o pronunciamento dos oficiais do exército em Alcântara. A nova situação política já não justificava uma intervenção nos mesmos moldes e o periódico deixou de publicar-se. As promessas do novo Governo não seriam cumpridas e, poucos meses depois, a direita «devorista» voltou ao poder com o duque da Terceira⁵⁵². Já não seria *O Quinquilheiro* a apoiar o setembrismo.

VIII.4. Uma nova fase do humor periodístico

A análise de *Chegou o Papão* e d'*O Quinquilheiro* ajuda a compreender dois momentos fulcrais do estabelecimento do Estado liberal. Ambos os periódicos são efémeros⁵⁵³ e ambos expoentes da luta, no espaço público da imprensa, pela conquista e direcção da opinião pública e do papel do humor na mobilização dessa opinião pública.

O humor de *Chegou o Papão*, na sua luta parágrafo a parágrafo, dir-se-ia taco-a-taco, com *Ahi vem o papão* é um exemplo da «pulsão intolerante» que, nos meses finais da guerra civil, despertou «uma alegria sarcástica, suficiente para fazer excitar novas ideias, novos pensamentos, novas conflitualidades»⁵⁵⁴. A especificidade de *Chegou o Papão* ou *Advertencia á Advertencia Politica de 13 de Dezembro Ultimo* consiste no facto de ter respondido ao adversário após um lapso de tempo suficientemente prolongado que lhe permitiu, por um lado, conhecer o desfecho do que estava em causa e, por outro, beneficiar desse desfecho, acabando por ser impresso no mesmo local do

⁵⁵² VALENTE – *Op. cit.*, p. 139-170; SILVA, António Martins da – *Op. cit.*, p. 99-100.

⁵⁵³ Sobre o periodismo panfletário efémero ver ALVES – *Glória, Memória e Mito: O periodismo vintista (1820-1823)*. Porto: Media XXI, 2013, p. 188-189.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 12.

seu alvo, após a tomada de Lisboa pelas forças do duque da Terceira, e a poucos meses da derrota final dos miguelistas em Évora Monte.

O humor d'*O Quinquilheiro*, por outro lado, está já mais próximo do humor político moderno. Os alvos da sua sátira são as contradições do Governo de «coalizão» entre «chamorros» e conservadores, chefiado por Palmela e reforçado por Saldanha a partir do momento em que este foi contemplado pelas «doações», como o jornal refere as dotações de 100 contos de réis atribuídas pelas Cortes a Palmela e aos marechais (Saldanha e Terceira); a compra do apoio parlamentar em troca da nomeação de deputados para empregos públicos, arma favorita de Rodrigo da Fonseca Magalhães; a crítica dos pasquins e do jornalismo interesseiro apontada ao órgão ministerial *O Tempo* e outros periódicos; a venda ao desbarato dos bens nacionais; a submissão ao estrangeiro através da política dos empréstimos de Silva Carvalho.

A crítica aos «devoristas» e aos beneficiários do «devorismo» nas páginas d'*O Quinquilheiro* não é uma mera crítica de costumes, como se pôde ler nos capítulos acima, veiculada, de forma jocosa, por periódicos anteriores. Quando a situação governativa cai no descrédito é através do humor que o jornal aponta à opinião pública uma alternativa – a oposição do filho que optou por ser canhoto porque «a esquerda obra muito melhor que a direita»⁵⁵⁵.

Justifica-se a classificação d'*O Quinquilheiro* como «um caso singular, pois na sua matriz de diversão ligeira apresenta uma vertente de sátira política e social, num sentido progressista»⁵⁵⁶. No novo tempo do constitucionalismo, o humor tinha um novo papel a desempenhar, não já de uma mera crítica de costumes, mas ocupando abertamente um lugar no espaço público liberal e mostrando o jogo com o qual, fazendo rir, pretendia influenciar a opinião pública e mobilizá-la para a luta política. A resposta à pergunta se a implantação definitiva do liberalismo correspondeu a uma nova fase do periodismo humorístico é, portanto, afirmativa.

⁵⁵⁵ Ver acima p. 235, nota 548.

⁵⁵⁶ TENGARRINHA – *Op. cit.*, p. 498.

**4ª PARTE. O HUMOR NA INSERÇÃO DE PORTUGAL NOS
CRUZAMENTOS CULTURAIS DO OCIDENTE EUROPEU**

CAPÍTULO IX. DA TRADUÇÃO À APROPRIAÇÃO: LIVROS ESTRANGEIROS EM PERIÓDICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX

IX.1. «Diferentes gostos... e não persistentes»

A circulação de ideias e impressos provenientes de diferentes culturas e línguas europeias em Portugal, no final do século XVIII e início do século XIX, ficou a dever-se, em grande parte, a traduções⁵⁵⁷ publicadas na imprensa periódica. Num país onde um dos livros mais vendidos ao longo dos séculos XVIII e XIX era uma versão traduzida e adaptada da *História do Imperador Carlos Magno*⁵⁵⁸, os periódicos não só traduziam livros completos, em excertos incluídos nas respectivas edições semanais ou mensais, mas também publicavam obras estrangeiras adaptadas de forma mais ou menos livre⁵⁵⁹, por vezes sem qualquer referência ao autor.

O clima cultural reflectia uma mudança lenta e gradual da sociedade portuguesa, em que uma identidade secular e hábitos ancestrais começavam a ser postos em causa por novos gostos e modas vindas de fora. Não sem alguma relutância, o *Almocreve de Petas* reconhecia esse novo ambiente – «Em hum tempo em que as cousas estão todas alteradas [...] este Paiz he composto de differentes gostos, e gostos que não são presistentes» –, numa alegoria que mistura estereótipos da moda e da gastronomia⁵⁶⁰.

⁵⁵⁷ Sobre o conceito e problemas de tradução ver CHARTIER, Roger – *La Main de l'Auteur et l'Esprit de l'Imprimeur*. Paris: Gallimard, 2015, p. 71-105; BRANCO, Lucia Castello (org.) – *A Tarefa do Tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. [Em linha]. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2008. [Consult.10.11.2017]. Disponível em <http://escritoriodelivro.com.br/bibliografia/Benjamin.pdf>; RICOEUR, Paul – *Sur la Traduction*. Paris: Bayard, 2003, *passim*; STEINER, George – *After Babel. Aspects of Language and Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975, *passim*; ECO, Umberto – *Dizer Quase a Mesma Coisa. Sobre a tradução*. Lisboa: Difel, 2005, p. 7-23.

⁵⁵⁸ «[...] o meu alfaiate, o meu çapateiro, o meu barbeiro, o galucho que serve a casa, que tambem sabe ler [...] me confessarão, que já estavam enjoados de ler Carlos Magno» (COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Almocreve de Petas*, CXL, p.2); «[...] de tarde, quando não tinha que fazer, lia Carlos Magno» (*Piolho Viajante*, Tomo I, Carapuça IV, p. 38). Ver ABREU, Márcia – «Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil». *Tempo*. [Em linha]. Vol. 12, nº 24, 2008, p. 84. [Consult. 31.10.2017]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>; *Idem* – «Uma Comunidade Letrada Transnacional». In ABREU, M., e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *A Circulação Atlântica dos Impressos – Conexões*. [Em linha]. Campinas: UNICAMP/Setor de Publicações, 2014, p. 96. [Consult. 19.06.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

⁵⁵⁹ Portugal seguiu, neste aspecto, a tendência verificada na Europa ao longo do século XVIII, com a «publicação de traduções, adaptações, aculturações» (ANSELMO, Artur – «A Palavra Recôndita na Cultura Portuguesa da Época Barroca». In ANSELMO, Artur – *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002, p. 113).

⁵⁶⁰ «Pernambuco 30 de Maio. Carta que de Pernambuco remettêrão ao Editor, a qual foi recebida em 7 de Janeiro [...] não sabe que as Nações Estrangeiras todas differem no gosto, e nas modas; que a

IX.2. «O Traductor, coitadinho»

A constante apropriação de ideias e de obras estrangeiras levava autores e editores a fazerem repetidas declarações de originalidade, respondendo assim às frequentes acusações de que os respectivos periódicos não passavam de traduções. Levantar a suspeita de que um periódico era uma mera tradução tornou-se uma arma de arremesso para pôr em causa a originalidade, a credibilidade e a qualidade literária da concorrência.

Quando uma suposta carta de leitor, publicada no *Barco da Carreira dos Tolos*, critica a falta de gosto de «obras insulsas» como as do editor, José Daniel Rodrigues da Costa, e, a talhe de foice, também de *O Piolho Viajante*⁵⁶¹, aquele defende, indignado, o periódico rival. Mas a generosidade é fingida: José Daniel mostra-se solidário com o editor de *O Piolho* apenas por que, nas suas próprias palavras, ele não é o autor da «ficção», apenas o tradutor⁵⁶².

O Piolho Viajante, em cujas páginas são citados La Rochefoucauld, La Bruyère ou Alexander Pope⁵⁶³, acusou o toque – e replicou com uma declaração de orgulho

Hespanha o seu forte he o pimentão; Napoles a enxova; Genova o espernegado do cucumelo; Veneza o mujangué da forçura; Alemanha a salxixa; Italia o macarrão; Ungria a sua espirituosa agua; Prussia o podim; Paizes-baixos o rim de fricacé; Inglaterra o rosbife; Hollanda o grote; Dinamarca as ostras; Suecia os arenques de molho; Polonia as bringellas estufadas; Russia a mal assada; a America o pirão; a Asia o Xá; e a Africa os cuscus? Não sabe que Portugal, em quanto não adoptou estes gostos, sempre passou com a sua assorda d'alho; e isto naquelle mesmo tempo em que em todos os Paizes se comia ao gosto, e se vestia ao uso? Logo como quer v. m. que tornemos a esse tempo? Em hum tempo em que as cousas estão todas alteradas? Engana-se se intenta quartar, que as Senhoras Portuguezas deixem o uso das mantilhas Hespanholas, dos xales Napolitanos, das capuchinhas Genovezas; dos jaques Venezianos; das luvas Alemãs; das fitas Italianas; das xinellas Ungaras; das capoteiras Prussianas; das tapa-feias Moguncias; dos chapelinhos Inglezes; das toucas Hollandezas; das casaquinhas suecas; dos saiotes Polacos; dos crós Dinamarquezes; das desestradas Russianas; das roupas Turcas; das cintas Asiaticas; e de outras cosinhas que todos sabem que enfeitão muito; v. m. deve saber, que este Paiz he composto de differentes gostos, e gostos que não são presistentes; e por consequencia cada pessoa se vê obrigada a ser arlequim de modas, porque se não já a Senhora não he estimada, já o tafil se não preza» (COSTA – *Almocreve de Petas*, CXXXVII, p. 2).

⁵⁶¹ «[...] até me espanto da cegueira do nosso seculo, em que a gente sem gosto, sem selecção, sem critério se anda entretendo com obras tão insulsas, como por exemplo as suas, e outra que gira nesta Cidade feita não sei por quem, intitulada o *Piolho Viajante*, onde os erros da língua Portugueza se encontram a cada passo» (COSTA – *Barco da Carreira dos Tolos*, X, p. 12-13).

⁵⁶² «Tudo o que V. m. diz a respeito das minhas Obras, nada me estimula; agora o que me faz acudir o sangue á cara he mexer V. m. no Piolho Viajante: agora sim, agora he que pucho da espada em sua defesa, e vai tudo com trezentas mil pipas; que tem V. m. que dizer áquella Obra? Se a acha insulsa, não he culpa do Traductor, mas sim de quem a compôz, que he hum Author Alemão V. m. cuida que era ficção de algum nosso Portuguez? Pois engana-se: o Traductor, coitadinho, o mais que tem feito he arrumar-lhe alguns dos nossos costumes do tempo presente; e não soffro que V. m. ponha a culpa a quem não a tem. He verdade que seria melhor que o Piolho mostrasse os diversos modos de pensar das cabeças, por onde passeia; mas o pobre homem traduzio o que achou» (*Ibidem*, p. 18).

⁵⁶³ *O Piolho Viajante*. Prólogo da Parte III. Tomo III, p. xi e p. xviii.

patriótico: «o Piolho he Portuguez, he filho de Lisboa; he educado na Pátria, e elle se honra muito disso»⁵⁶⁴.

José Daniel Rodrigues da Costa respondeu no *Hospital do Mundo*, num tom conciliador: «O que elle deve fazer he evitar que o *Piolhinho* me dê a sua ferroada [...]. Não pertendo com isto atacar-lhe a Obra, nem exaggerar a minha; porque nisto de composições todo o homem tem graça, se lha quizerem achar. O fim para que elle escreve, he o mesmo que o meu; e por consequencia devemo-nos conservar em paz»⁵⁶⁵.

IX.3. Um dicionário cómico

«Tradução» era uma palavra-chave para as comunidades de leitura e de escrita na passagem do século XVIII para o século XIX e os dicionários eram ferramentas indispensáveis. O *Almocreve de Petas* chegou mesmo a publicar na secção Avisos um anúncio a um dicionário, incluindo uma selecção de entradas de Inglês-Português, Holandês-Português, Italiano-Português e Turco-Português. Trata-se de uma paródia, em que o riso é suscitado pela cacofonia, onomatopeias e palavras foneticamente burlescas⁵⁶⁶.

AVISOS. Sahio á luz *hum Diccionario com barbas, e dentes*, o qual contém a primeira idade dos *Nominativos*, para o uso daquelles, e aquellas, que fallão as linguas Estrangeiras ás apalpadellas, obra de faca, e calhão, analysada ao pé da letra timtim por timtim contém o que adiante se segue, para se demostrar melhor a qualidade da obra.

D I C C I O N A R I O.

A a =: B b, etc.

A letra A = he = a = A letra B = he = b, etc.

Estas letras são bem conhecidas daquelles que sabem muita letra; porém os que as não conhecem, devem forcejar para saberem dizer = beabá; porque Bamebões há muitos, segundo ensina esta Grammatica, a qual he a seguinte:

<i>Inglez.</i>	<i>Portuguez.</i>
Airerusá [How are you, Sir?],	<i>Arroz do Sá.</i>
Veregutesá [Very good, Sir],	<i>Verdades do Sá.</i>
Verilitil [Very little],	<i>Bom leite.</i>
Ópiveriuel [Hope you're very well],	<i>Ao pé do tonel.</i>
<i>Adjectivos Inglezes.</i>	
Veruel são favas. = Verigute são feijões.	

<i>Hollandez.</i>	<i>Portuguez.</i>
Menere?.....	<i>Manoel.</i>
Yamenere?	<i>Como estás Manoel.</i>

⁵⁶⁴ *Ibidem*, Prólogo da Parte IV, Tomo IV, p. xviii.

⁵⁶⁵ COSTA – *Hospital do Mundo*, 4, p. 23-24.

⁵⁶⁶ PAIVA – *Op. cit.*, p. 531-542.

Ya Madama ,..... *Jogar as damas.*
 Nitefrestan,.....*Sahio pela fresta.*
 Nimidal,.....*Morreo o pardal.*
 Os *Adjectivos* Hollandezes são Bem te conheço Flamengo.

Italiano. *Portuguez.*
 Pio caro,.....*Os pintos vão caros.*
 Altrogiorno.....*Ainda está morno.*
 Mia roba,*Meia arroba.*
 Sono bellissimo, *O Senhor Veríssimo.*
 Os *Adjectivos* desta excellentissima lingua são compostos de tal docilidade,
 que se desfazem na boca como torrões de assucar.

Turco. *Portuguez.*
 Alá, alá,.....*Podem alar.*
 Amoina, amoina ,*Os que andão á moina.*
 Salé malé [Salaam Aleikum],*Ainda não he maré.*
 Os *Adjectivos* desta lingua de trapos são trágicos, por que fazem engasgar
 até os Nacionaes.
 Quem quizer saber o mais que este Livro contém, compre-o, porque a taixa
 he mais barata que o prego⁵⁶⁷.

IX.4. As traduções do *Correio Braziliense*

O periódico *Correio Braziliense*, publicado em Londres, contribuiu para a recepção de novas ideias sociais, políticas e económicas entre leitores lusófonos⁵⁶⁸ através da tradução do inglês de *A New View of Society*, de Robert Owen, de *Richesse Commerciale, ou Principes d'Économie Politique appliqués à la législation du commerce*, de Sismondi, a partir da edição de Genebra, ou de *Esprit, origine et progrès des institutions judiciaires des principaux pays de l'Europe*, do jurisconsulto neerlandês J. D. Meyer, a partir da edição em francês publicada em Haia, em 1819.

No final de 1801, pouco antes da sua primeira viagem a Londres, Hipólito da Costa – então ao serviço da Casa Literária do Arco do Cego, em Lisboa, cargo para que fora nomeado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, inspector geral da Real Biblioteca Pública da Corte e presidente da Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia⁵⁶⁹ – traduzira a obra *Essays political, economical and philosophical*, de Benjamin Thompson, conde Rumford. Os quatro volumes originais,

⁵⁶⁷ COSTA – *Almocreve*, CXIII, p. 7-8.

⁵⁶⁸ Sobre a circulação literária entre a Grã-Bretanha e Portugal, mas do ponto de vista das representações de Portugal em Inglaterra, ver RAVEN, James – «Portugal, o Mundo Lusófono e o Romance Inglês: traduções e tradutores em contexto amplo (1750-1830)». In ABREU, M., e DEAECTO, M. M. (org.) – *Op. cit.*, p. 115-128.

⁵⁶⁹ CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, *passim*.

publicados entre 1796 e 1800, deram origem a dois tomos na edição portuguesa, com o título *Ensayos Politicos, Economicos e Philosophicos por Benjamin Conde de Rumford*. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1801-1802.

Ao regressar de Londres, em Julho de 1802, Hipólito da Costa foi detido por ordem do intendente da Polícia, Pina Manique, acusado de ser membro da Maçonaria e preso, primeiro na cadeia do Limoeiro e depois, a partir de Janeiro de 1803, nos cárceres da Inquisição. Conseguiu fugir, provavelmente em Agosto de 1805, atravessou a fronteira para Espanha e chegou a Gibraltar, de onde partiu para Londres, onde se estabeleceu, sob a protecção do duque de Sussex⁵⁷⁰. Em Junho de 1808 iniciou a publicação do *Correio Braziliense*, o primeiro periódico de língua portuguesa não submetido à censura, que circulava entre a comunidade portuguesa em Londres, a burguesia comercial de Lisboa, do Porto e dos portos do Brasil, sendo também lido na corte do Rio de Janeiro⁵⁷¹.

Em Março e Abril de 1813, entre artigos políticos que irritavam o governo da Regência de Lisboa, Hipólito da Costa publicou, em dois números consecutivos do periódico, uma extensa recensão com excertos traduzidos de *A New View of Society*, de Robert Owen⁵⁷².

He sempre na observação das Leis immutaveis da Natureza, que os homens poderaõ estabelecer com segurança os seus systemas de estabelecimentos moraes [...]. E como os vicios, a corrupção dos costumes, e as paixoes dos individuos tendem sempre a destruir os beneficios, que os bons estabelicimentos humanos trazem á sociedade, he sempre util o meditar e comparar as descubertas ou invençoens, que se destinam a remediar estes males, sejam ou naõ aprovadas. [...] Nos sabemos mui bem, que os mãos, interessados nas desgraças da sociedade, ridicularizam sempre as ideas de reforma; posto que convenham na existencia do mal; e até avançam, que he impossível o remedio [...]. Tal he a linguagem da maior parte dos politicos, absorvidos em cogitaçoens sobre o modo de destruir seus inimigos [...]. O philosopho, porém, pensa de outra maneira [...]. O A. parte da hypothese de que as crianças podem ser ensinadas e preparadas de maneira, que adquiram qualquer lingua, sentimentos, e crença, quaes quer habitos corporaes e

⁵⁷⁰ COSTELLA, Antonio F. – «Cronologia Pessoal». In DINES, Alberto, LUSTOSA, Isabel (ed.) – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. XXX, Tomo I. São Paulo e Brasília: Imprensa Oficial do Estado e Correio Braziliense, 2002, p. 175-176.

⁵⁷¹ FERREIRA, João Pedro Rosa – *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: INIC e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

⁵⁷² «Analyse do folheto intitulado “A New View of Society:” ou, Ensaio sobre o principio da formação do character humano, e da applicação do principio á practica; por um dos Juizes-de-paz de S. M. no condado de Lanark. Londres, 1813» (COSTA, Hipólito – *Correio Braziliense*. Vol. X. Londres: W. Lewis, 1813, p. 295-298 e p. 426-430). Ver OWEN, Robert – *A New View of Society: or, Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle to Practice*. By one of His Majesty’s Justices of the Peace for the County of Lanark. London: Printed for Cadell and Davies, Strand; By Richard Taylor and Co., Printer’s Court, Shoe Lane. 1813.

maneiras, que não sejam contrários a natureza humana [...] e daqui estabelece o seu grande principio; e he «que a felicidade individual, claramente entendida, somente se póde obter por um comportamento, que deve promover a felicidade da comunidade»⁵⁷³.

Hipólito sublinha que, segundo Owen, os governos devem estabelecer planos de educação com o objectivo de formar o carácter dos seus súbditos:

Estes planos devem ser inventados para ensinar as crianças desde a mais tenra infancia, a *pensar e obrar* rectamente; para este fim se lhes deve impedir, que adquiram habitos de falsidade e engano, que entretenham o desejo de injuriar o próximo; e que se lhe imprima um ardente desejo de promover a felicidade de todos os individuos; e isto sem a menor sombra de excepção por alguma seita ou partido, paiz ou clima⁵⁷⁴.

O A., enumerado os beneficios, que podem resultar de se adoptarem os seus principios, lembra os seguintes: 1º. que ellescrearão as razoes mais cogentes, para obrigar os homens á charidade geral para com os outros homens: 2º. produzirão, sem coacção, os sentimentos de urbanidade, e de condescendencia para com as pessoas de differente opinião e costumes, em vez do habito de intolerancia, que produz rixas e desavenças ainda pelas causas mais insignificantes: 3º. formarão um character de compaixão pelos nossos semelhantes, e um desejo de seu melhoramento, que nos fará amar até os nossos inimigos⁵⁷⁵.

Portanto, diz o A., (p. 54), não se diga mais, que se não podem precaver as acções más e perniciosas; ou que se não podem formar universalmente, na geração futura habitos racionaveis. Naquelles characteres, que exhibem agora o crime, a culpa obviamente não he do individuo; o defeito procede do systema, em que taes individuos tem sido educados. Removam-se estas circumstancias, que tendem a crear o crime no character humano, e não se crearão crimes [...] ⁵⁷⁶.

Os leitores de língua portuguesa tiveram assim, graças ao *Correio*, um primeiro contacto com a obra daquele reformador social, pioneiro do movimento cooperativo e do «socialismo utópico»:

Eduque-se uma população qualquer racionavelmente, e ella será racional. Subministrem-se-lhe empregos uteis e decentes a estes assim educados, e um e todos eles preferirão taes empregos a occupaçoens deshonorosas e nocivas. He, além de todo o calculo, do interesse de todos os governos o prover aquella educação e aquella sorte de emprego: providenciar ambos he tão facil como practicavel. [...] Passará, pois, ainda outro anno, em que se force o crime na criança, que dentro em dez, vinte, ou trinta annos ao depois virá a soffrer a pena de morte; porque se lhe ensinou o crime?⁵⁷⁷

De 1816 a 1821, o *Correio Braziliense* publicou igualmente 52 excertos – mais de 400 páginas – do livro de Jean Simonde de Sismondi *De la Richesse Commerciale*,

⁵⁷³ COSTA, Hipólito – *Op. cit.*, p. 295-29.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 297.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 426-427.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, pp. 428.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, p. 430.

ou *Principes d'Économie Politique, Appliqués à la Législation du Commerce*⁵⁷⁸. Esta tradução deu a conhecer aos leitores lusófonos o conceito de trabalho produtivo⁵⁷⁹, desenvolvido por Sismondi, então seguidor de Adam Smith, cuja teoria económica viria a criticar pouco depois.

Em Junho de 1819, o *Correio* iniciou a publicação de uma extensa «análise», com a tradução de longos excertos, da obra *Esprit, origine et progrès des institutions judiciaires des principaux pays de l'Europe*, do juriconsulto J. D. Meyer, a partir da edição em francês publicada em Haia, no mesmo ano⁵⁸⁰. Continuada nos meses seguintes, a «análise» prolongou-se até Fevereiro de 1821⁵⁸¹.

Entre as principais fontes de artigos traduzidos pelo *Correio Braziliense*, nomeadamente nas secções Comércio e Artes, Literatura e Ciências e Miscelânea, contam-se alguns dos mais prestigiados periódicos literários e científicos de língua inglesa, com destaque para *Philosophical Transactions*, da Royal Society, *Journal of*

⁵⁷⁸ «Economia Política de Mr. De Simonde». *Correio Braziliense*. Vol. XVI, N.º 95, Abril 1816, p. 338-345; *ibidem*, N.º 96, Maio 1816, p. 452-460; *ibidem*, N.º 97, Junho 1816, p. 587-591; *ibidem*. Vol. XVII, N.º 98, Julho 1816, p. 49-57; *ibidem*, N.º 99, Agosto 1816, p. 198-204; *ibidem*, N.º 100, Setembro 1816, p. 301-317; *ibidem*, N.º 101, Outubro 1816, p. 454-467; *ibidem*, N.º 102, Novembro 1816, p. 619-624; *ibidem*, N.º 103, Dezembro 1816, p. 746-756; *ibidem*. Vol. XVIII, N.º 104, Janeiro 1817, p. 53-62; *ibidem*, N.º 105, Fevereiro 1817, p. 173-181; *ibidem*, N.º 106, Março 1817, p. 243-252; *ibidem*, N.º 107, Abril 1817, p. 391-396; *ibidem*, N.º 108, Maio 1817, p. 520-526; *ibidem*, n.º 109, Junho 1817, p. 643-646; *ibidem*. Vol. XIX, n.º 110, Julho 1817, p. 49-64; *ibidem*, N.º 111, Agosto 1817, p. 173-182; *ibidem*, N.º 113, Outubro 1817, p. 394-398; *ibidem*, N.º 114, Novembro 1817, p. 526-531; *ibidem*, N.º 115, Dezembro 1817, p. 609-613; *ibidem*. Vol. XX, N.º 116, Janeiro 1818, p. 70-75; *ibidem*, N.º 117, Fevereiro 1818, p. 167-172; *ibidem*, N.º 118, Março 1818, p. 271-277; *ibidem*, N.º 119, Abril 1818, p. 371-377; *ibidem*, N.º 121, Junho 1818, p. 585-591; *ibidem*. Vol. XXI, N.º 122, Julho 1818, p. 65-73; *ibidem*, N.º 123, Agosto 1818, p. 171-174; *ibidem*, N.º 124, Setembro 1818, p. 337-342; *ibidem*, N.º 125, Outubro 1818, p. 451-457; *ibidem*, N.º 126, Novembro 1818, p. 526-532; *ibidem*, N.º 127, Dezembro 1818, p. 630-633; *ibidem*. Vol. XXII, N.º 128, Janeiro 1819, p. 67-72; *ibidem*, N.º 129, Fevereiro 1819, p. 192-197; *ibidem*, N.º 130, Março 1819, p. 279-284; *ibidem*, N.º 131, Abril 1819, p. 414-415; *ibidem*, N.º 132, Maio 1819, p. 500-505; *ibidem*, N.º 133, Junho 1819, p. 609-613; *ibidem*. Vol. XXIII, N.º 134, Julho 1819, p. 35-42; *ibidem*, N.º 136, Setembro 1819, p. 238-250; *ibidem*, n.º 137, Outubro 1819, p. 389-402; *ibidem*, n.º 138, Novembro 1819, p. 528-542; *ibidem*, N.º 139, Dezembro 1819, p. 618-631; *ibidem*. Vol. XXIV, N.º 140, Janeiro 1820, p. 43-57; *ibidem*, N.º 141, Fevereiro 1820, p. 139-145; *ibidem*, N.º 142, Março 1820, p. 250-259; *ibidem*, N.º 143, Abril 1820, p. 365-382; *ibidem*, N.º 144, Maio 1820, p. 501-509; *ibidem*, N.º 145, Junho 1820, p. 575-582; *ibidem*. Vol. XXV, N.º 146, Julho 1820, pp. 45-58; *ibidem*, N.º 147, Agosto 1820, pp. 160-167; *ibidem*, N.º 148, Setembro 1820, p. 274-283; *ibidem*, N.º 149, Outubro 1820, p. 427-436; *ibidem*, N.º 150, Novembro 1820, p. 512-527; *ibidem*, N.º 151, Dezembro 1820, p. 688-692. Ver SISMONDI, J. C. L. Simonde – *De la Richesse Commerciale, ou Principes d'Économie Politique, Appliqués à la Législation du Commerce*. À Genève: Chez J. J. Paschoud, Libraire. An XI [1803].

⁵⁷⁹ COSTA, Hipólito – *Correio Braziliense*. Vol. XVI, n.º 96, p. 456.

⁵⁸⁰ «Esprit, origine et progrès des institutions judiciaires des principaux pays de l'Europe. Par J. D. Meyer, Chevalier de l'Ordre Royal du Lion de Belgique, de l'Institut Royal des Pays-Bas, des Academies Royales des Sciences à Nîmes. Tom. I. (Partie Ancienne) Haye, 1819». *Correio Braziliense*. Vol. XXII, N.º 133, Junho 1819, p. 591-609.

⁵⁸¹ *Ibidem*. Vol. XXVI, N.º 153, Fevereiro 1821, p. 107-116. Apesar de fechar com a menção «Continuar-se-ha», a recensão não foi retomada.

the Royal Institution, além da *Edinburgh Review*, *Agricultural Magazine*, *Annals of Philosophy* ou *Transactions of the American Philosophical Society*⁵⁸².

IX.5. Apropriação ou plágio?

Poucos anos antes, o *Almocreve de Petas* oferecera aos seus leitores o essencial das *Aventuras do Barão de Münchhausen* e do «Conto do Vendedor de Indulgências», dos *Contos de Cantuária*, de Chaucer. Com uma diferença: enquanto Hipólito da Costa, no *Correio Braziliense*, citou as edições originais e incluiu notas sobre os autores das obras traduzidas, José Daniel Rodrigues da Costa, no *Almocreve*, não fez qualquer menção de que a narrativa fantástica de «um militar, hóspede de D. Sonho Sonhé, cavalheiro de Braga» e correspondente do *Almocreve*, era uma tradução, adaptada de forma muito livre, do conto alemão⁵⁸³.

Braga 7 de Agosto. Em casa de D. Sonho Sonhé, Cavalheiro de Braga, está de hospede presentemente hum Militar, que por casos adversos se retirou em outro tempo deste Reino, e sendo agora restituído, não cessa de contar as frequentes raridades, que lhe succedêrão nos diferentes Paizes por onde viajou; e por ser toda a sua derrota digna de attenção da curiosidade dos meus Leitores, o mesmo Cavalheiro que o tem hospedado, o obriga por amizade, a que elle me escreva todos os progressos da sua jornada, a fim de que esta seja dividida por alguns destes folhetos; e com estilo lacónico, elle já principiou do modo seguinte. No presente anno de 1799 em que o Inverno foi o mais rigoroso, e o mais pezado por toda a Europa, eu accommettido de trabalhos, caminhava para a Russia: justamente o gelo endurecido como pedra, fazia estradas desconhecidas, que enganavão o mais desembaraçado viajante. Eu bem montado em hum soberbo cavallo tremendo de frio, e vendo sobre mim huma espessa geada, que em toda a parte cahia, pensei que hum acelerado movimento me minorava o ardor, que sentia por força da frialdade, e me dispuz a hum galope todo o dia, até que o escuro da noite lhe poz termo (*Almocreve*, CXVI, p. 6).

⁵⁸² Sobre a circulação da cultura científica e técnica entre a Europa e o Brasil ver NUNES, Maria de Fátima – «Opinião pública, ciência e tecnologia – Portugal XVIII-XX». *Cultura*. Vol. XV, IIª série, 2002, p. 211-223; *idem* – «Instituições científicas em trânsito: Portugal-Brasil, 1808-1821». In CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, e SERRÃO, José Vicente (orgs.) – *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 273-295.

⁵⁸³ Palma-Ferreira admite que o redactor se tenha baseado na versão de Gottfried Bürger, de 1786, intitulada *Wunderbare Reisen zu Wasser und zu Lande, Feldzüge und lustige Abenteuer des Freiherrn von Münchhausen* [*As Maravilhosas Viagens por Mar e por Terra, Campanhas Militares e Aventuras Alegres do Barão de Münchhausen*], «ou a partir de traduções e adaptações noutras línguas (francês, espanhol, etc.) ou de versões correntes em almanaques». O barão de Münchhausen (Karl Friedrich Hieronymus, 1720-1797) não foi uma personagem de ficção: militar alemão, combateu contra os turcos e prestou serviço na Rússia e «é de todos os pícaros europeus o mais simpático, porque as suas aventuras, por força da inverosimilhança, são projectadas para o plano em que realidade e absurdo se confundem [...] é mais pelo ângulo da diversão que José Daniel se aproveita da história do barão, embora não lhe escapem as intenções satíricas» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1974, p. 51-52).

Nos folhetos seguintes narram-se viagens entre lobos, patos bravos e gansos⁵⁸⁴; aventuras na guerra contra os turcos, em que o protagonista foi feito prisioneiro e vendido como escravo para o palácio do sultão⁵⁸⁵. Chegou mesmo a ir à Lua⁵⁸⁶ e, quando navegava no Mediterrâneo, foi engolido por um grande peixe⁵⁸⁷ – tal e qual sucedeu ao famoso barão. Tudo menos o último episódio, em que o «hóspede» do correspondente do *Almocreve* em Braga conta como concluiu a viagem, num *tour de force* bem ao jeito de José Daniel:

Com effeito de terra em terra, com todos estes prazeres, e esperiencias do mundo me acho na minha Patria; quando depois de ver, experimentar, e ler tanta cousa boa, vim a cahir em ser assignante de hum papel, que corre nessa Cidade de Lisboa, intitulado *Almocreve de Petas*; mas confesso, que equivalle ás minhas aventuras a aventura do Author em fazer tanta abundancia destes folhetos; porém elle vai melhor do que eu; porque as minhas não me rendem nada, e as delle ainda hoje lhe rendem *quarenta réis* (*Almocreve*, CXXXIII, p. 4-5).

Outra «peta» insólita do *Almocreve* é inspirada em Chaucer: «Por cartas vindas da America em hum balão, [...] avisão algumas pessoas de todo o credito, hum fenomeno que lá succedêra nos suburbios do Rio de Janeiro, o qual tem merecido o espanto geral daquelles habitantes»⁵⁸⁸. O episódio é muito semelhante – mas não faz qualquer referência – ao «Conto do Vendedor de Indulgências» (*The Pardoner's Tale*), dos *Contos de Cantuária*⁵⁸⁹: três irmãos assaltam uma casa e roubam «cabedal bastante em peças de oiro, e pedras preciosas, como tambem alguma prata»⁵⁹⁰. Retiram-se para um lugar isolado para repartirem o produto do roubo em partes iguais, mas antes mandam o mais novo comprar comida. Na ausência deste, os outros dois combinam matá-lo para dividirem a meias o que tinham roubado. Durante a viagem, o irmão mais novo pensa também em matar os outros dois para ficar sozinho com tudo e decide envenená-los. Quando regressa

⁵⁸⁴ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Almocreve de Petas*, CXXI, p. 2-3.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, CXXVI, p. 4.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 5.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, CXXX, p. 5.

⁵⁸⁸ *Ibidem*, CXXV, p. 4.

⁵⁸⁹ CHAUCER, Geoffrey – «The Pardoner's Introduction, Prologue and Tale». In BENSON, Larry D. (gen. ed.) – *The Riverside Chaucer*. [Em linha]. Boston: Houghton Mifflin, 1986, p. 193-202. [Consult. 21.06.2017]. Disponível em <https://sites.fas.harvard.edu/~chaucer/teachslf/pard-par.htm>. Com base no mesmo tema, também presente no *Orto do Esposo*, de um monge alcobacense anónimo, de finais do século XIV ou inícios do século XV, Eça de Queiroz escreveu o conto «O Tesouro», publicado originalmente na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), em 1894, e incluído no livro póstumo *Contos*, organizado por Luís de Magalhães, em 1902 (QUEIROZ, Eça – *Contos*. [Em linha]. Porto: Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, 1913, p. 123-134. [Consult. 21.06.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/31347/31347-h/31347-h.htm>. Ver PEREIRA, Paulo Alexandre – «Do exemplum ao conto: “O Tesouro”». *forma breve*. Nº 1, 2003, p. 47-63.

⁵⁹⁰ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Almocreve de Petas*, CXXV, p. 5.

Apenas chegou o comer, saltarão os dois mais velhos no mais pequeno, e com hum punhal lhe tirarão a vida: feita esta triste função, forão muito contentes matar a fome, que os apertava, no brodio, que o morto tinha trazido, porém dalli a poucos espaços, quando já estavam a fazer os quinhões, cahirão para a banda em ancias, e allificarão sem vida.... conhecendo-se por este modo a ruina daquelles tres irmãos, e que se a ambição os enriqueceo, a mesma ambição os devorou⁵⁹¹. Agora nada duvido que todos me perguntem, como sube eu para contar o projecto dos tres irmãos, se todos três morrerão, e se matarão em hum sitio tão solitário, que não estava com elles pessoa alguma presente? responderei, que nesse lugar he que a minha peta está fazendo figura, visto que com petas me comprometti a encher estes folhetos (*Almocreve*, CXXV, pp. 4-5).

IX.6. Novas ideias nos cruzamentos culturais transeuropeus e transatlânticos

A imprensa periódica de língua portuguesa desempenhou um papel relevante na circulação, recepção e apropriação da cultura impressa no final do século XVIII e início do século XIX, obras em muitas línguas que até permitiram aos jornais fazer piadas a propósito das modas e costumes estrangeiros⁵⁹².

José Daniel Rodrigues da Costa, autor de *O Espreitador do Mundo Novo*, *Comboy de Mentiras*, *Barco da Carreira dos Tolos*, *Hospital do Mundo* e de outros periódicos humorísticos, além do *Almocreve de Petas*, foi lesto em apontar o dedo ao *Piolho Viajante*, acusando o «piolhinho» de ser uma mera tradução de obra estrangeira. Mas, na verdade, era ele quem publicava traduções adaptadas de livros estrangeiros, sem sequer mencionar o facto ou indicar o autor do original. Curiosamente, foi o próprio Rodrigues da Costa quem respondeu a um «alerta» para a concorrência iminente do *Piolho Viajante* – «de hum Author, a quem V.m. abrio caminho com as suas joviaes producções»⁵⁹³ – com esta declaração:

Se se aproveita das minhas graças he porque as achou dignas do aplauso commum; e faz o mesmo comigo, que eu tenho já feito com outros: elle aproveita muitos dos meus pensamentos, e eu tenho-me aproveitado de muitas lembranças dos nossos antigos: esta he a cadeia do mundo: nós somos os ecos huns dos outros⁵⁹⁴.

⁵⁹¹ *Radix malorum est cupiditas* é a epígrafe do «Conto do Vendedor de Indulgência» nos *Contos de Cantuária*.

⁵⁹² Sobre os problemas dos diferentes tipos de público e da mudança dos gostos dos leitores ver LISBOA, João Luís – «No início, o *Recreio*». In ABREU, M. e DEAECTO, M. M. (org.) – *Op. cit.* [Em linha]. p. 79. [Consult. 22.06.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

⁵⁹³ COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O Espreitador do Mundo Novo*, 8, p. 2.

⁵⁹⁴ *Ibidem*.

Admitir que se tinha «aproveitado» do trabalho de outros e aceitar que outros façam o mesmo com o seu, afirmando que «nós somos os ecos huns dos outros», não é apenas uma opinião peculiar sobre autoria, tanto mais significativa num redactor que, em diferentes ocasiões, sublinhou o valor do trabalho do autor⁵⁹⁵. José Daniel Rodrigues da Costa iniciou a sua carreira literária no início do último quartel do século XVIII, sendo contemporâneo da emergência da «fetichização do manuscrito autógrafo» que deu origem a uma nova economia da literatura, rompendo com velhas práticas como «a escrita em colaboração, o reemprego de histórias já contadas, de lugares-comuns partilhados, de fórmulas repetidas»⁵⁹⁶.

Tendo em conta a recepção dos periódicos de José Daniel, tanto em Portugal como no Brasil⁵⁹⁷, tal afirmação afigura-se como o reconhecimento de uma apropriação irrestrita de ideias, numa época em que a palavra impressa circulava e era disseminada numa Babel de livros e periódicos que atravessava fronteiras e oceanos.

⁵⁹⁵ Ver o capítulo seguinte.

⁵⁹⁶ CHARTIER – *Op. cit.*, p. 13 e p. 107-142.

⁵⁹⁷ O *Almocreve de Petas* chegou pela primeira vez a Pernambuco em 1799 e foi de novo encomendado em 1800. Dois exemplares do *Almocreve*, bem como um do *Comboy de Mentiras* e outro do *Jogo dos Dotes*, todos de José Daniel Rodrigues da Costa, figuram numa lista de livros enviados de Lisboa para Paraíba a 21 de Julho de 1808 pelo livreiro António Manuel Policarpo da Siva, mais tarde identificado como o autor de *O Piolho Viajante* (VERRI, Gilda Maria Whitaker – «Livros na Capitania da Paraíba no Século XVIII». In BARBOSA, Socorro F. P. (org.) – *Livros e Periódicos nos Séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 90 e p. 98-99). Ver também, para os periódicos políticos, ALVES, José Augusto dos Santos – «O periodismo brasileiro de transição na dinâmica da circulação transatlântica do impresso». In ABREU e DEAECTO (org.) – *Op. cit.*, [Em linha]. p. 185-195. [Consult. 22.06.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

CAPÍTULO X. «TENHAM TANTAS FELICIDADES COMO DE 40 RÉIS ME METERAM NA ALGIBEIRA»

X.1. «A desgraça de ser Author»

Na viragem do século XVIII para o século XIX, a população portuguesa andava pelos três milhões de habitantes, dos quais 170 mil (6% da população total) moravam na capital, onde tinham sido repostos os efectivos perdidos com o terramoto de 1755. Se a taxa de urbanização em Portugal era inferior à média europeia, a macrocefalia de Lisboa era uma realidade.

Entre 1770 e 1810, a inflação e a quebra de rendimentos foram generalizadas. Verificou-se uma acentuada perda de poder de compra dos salários, tanto do trabalho qualificado (mestres pedreiros e carpinteiros perderam 50%) como do não qualificado, onde a quebra chegou aos 66%. A aristocracia viu os seus rendimentos caírem entre 21% e 35%: «[...] para o seu endividamento crónico sobressaíram os gastos com a alimentação e sustentação de dependentes que orbitavam como criados na economia doméstica. A racionalidade económica que explica o endividamento é parte integrante da liberalidade que caracterizava o *ethos* do grupo»⁵⁹⁸. Recorde-se, a propósito, a crítica persistente de José Daniel aos que viviam de aparências, ambicionavam o título pseudo-fidalgo de dom e gastavam o que tinham e não tinham com despesas sumptuárias. O «Cálculo da despesa de um Tافل» faz a lista dos gastos necessários para cumprir os ditames da moda e os protocolos sociais a ela associados: além de sustentar criado e contratar fretes com galegos, emprestar, dar esmola, reparar estragos, pagar almoços, ceias, café, licor e rapé. Pelas contas do autor, a diária não ficava abaixo de 6.580 réis⁵⁹⁹.

Numa altura em que «eram ainda a agricultura e as atividades manufatureiras tradicionais que marcavam o ritmo evolutivo das economias europeias»⁶⁰⁰, a escassez de bens de consumo – sobretudo alimentos – uma constante e ainda mais a escassez de

⁵⁹⁸ COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal 1143-2010*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 281-282.

⁵⁹⁹ *Almocreve de Petas*, XXXVII, p. 3-5. O valor indicado corresponde a 152 euros, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (4631,11). Portaria nº 316/2016 de 14 de dezembro – *Diário da República*. [Em linha]. 1.ª série, N.º 238. [Consult. 24.04.2017]. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/105367399>.

⁶⁰⁰ COSTA, Leonor F. *et al.* – *Op. cit.*, p. 209-210.

meios para os adquirir, o valor do trabalho⁶⁰¹ do autor⁶⁰² foi um tema recorrente nos folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa⁶⁰³.

X.2. Homem rico, homem pobre, trabalhadores e mandriões

Integrado na ordem política estabelecida (veja-se a «Canção» dedicada aos irmãos Pina Manique e o epicédio «Na sensível morte do Ilustríssimo Senhor António Joaquim de Pina Manique» nas *Rimas*⁶⁰⁴), o editor apresenta-se como um conformista do ponto de vista social. Exemplo disso é a lista de qualidades do homem rico e do homem pobre que enumera em dois números sucessivos do *Almocreve de Petas*, atribuídas ao sensato «Velho de Remolares», personagem também escolhida como autor das máximas orientadoras do periódico.

Qualidades de homem rico.

He hum homem rico huma viçosa seára da terra, todos o visitão, os que dependem d'elle em tudo lhe achão graça, fervem os respeitos; achão-lhe animo generoso, grande viveza, espirito nobre, duas fallas que profere são Provérbios de Salomão, he applaudido de grandes, e pequenos, hum dito frio he julgado por huma sentença, hum disparate he tido por enigma, infunde alegria em qualquer parte onde esteja, todos lhe abrem a porta, não tem lugar vedado, a cada momento se lhe estende a geração, porque todos querem ser seus parentes, ainda que seja filho de hum arlequim. Veste-se daquella fazenda, que se vende na rua Augusta, a que chamão Nobreza, a esta corresponde o tratamento, todos d'elle fião tudo, todos os obsequios tem por pequenos, esperando que se multipliquem; come do melhor, veste do mais exquisito, não apanha sol, não teme a calma, não molha os pés, resiste ao frio; a opera o diverte, o banquete o entretém, a Musica o distrahe, as lisonjas o recreão, nada o desgasta, a pompa o segue, o fausto o bafeja, e como arbitro da ventura reparte a sorte aos infelices, ampara Orfãos, sustenta Viuvvas, veste mendigos; estes orão por elle emquanto vivo, e depois de morto, ainda o oiro lhe ministra nas esmolos que deixa, nos suffragios que para si reserva, hum proveito eterno, vindo a servir-lhe a riqueza tanto para o corpo, como para a alma, tanto para a vida, como para a morte, se he tão ditoso, que sabe fazer bom uso dos bens que possui, manejando as virtudes

⁶⁰¹ GODELIER, Maurice – «Trabalho». In ROMANO, Ruggiero (dir.) – *Enciclopédia Einaudi. Vol. 7. Modo de Produção. Desenvolvimento/Subdesenvolvimento*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 11-62.

⁶⁰² Este texto é tributário dos conceitos de figuração autoral e de função-autor elaborados por Michel Foucault e discutidos e desenvolvidos por Roger Chartier. Ver FOUCAULT, Michel – *O que é um autor?*. s.l. [Lisboa]: Vega, 1992; CHARTIER, Roger – «Qu'est-ce qu'un auteur? Révision d'une généalogie». *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Nº 4, 2000, p. 1-37; *idem* – *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 42-43 e p. 51-58.

⁶⁰³ Ver SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «“Os Fabricantes dos Gozos da Inteligência” – Alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos». *Análise Social*. [Em linha]. Vol. XIX, Nº 75, 1983, p. 7-28. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461717T2jSC3in9Lg24ME5.pdf>.

⁶⁰⁴ COSTA, J. D. R. da. *Rimas Offerecidas ao Ilustríssimo Senhor Theotónio Gomes de Carvalho*, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1795, pp. 127-136 e pp. 137-143.

com humanidade, como ainda muitos fazem (*Almocreve de Petas*, LVII, p. 5-6).

No folheto seguinte, conforme prometido, apresenta o rol de qualidades do homem pobre:

Qualidades do homem pobre, annunciadas no Folheto antecedente, e achadas ao nosso Velho de Romulares. O homem sem dinheiro he hum corpo dormindo, a todos esquece, confunde todas as suas idéas, representa hum espectro medonho, o semblante he triste, a conversação languida, a companhia pezada, nunca encontra em casa quem visita, quer fallar, he interrompido a cada momento, todos temem delle, que acabe o discurso pedindo esmola, tratão-no de empestado, considerão-no pezo inutil da terra, se tem juizo, nunca tem lugar de o mostrar, se o não tem, he o alvo dos opprobrios; os de máo humor lhe atirão como a cão damnado: os benignos, quando delle fallão, começão-lhe o elogio por encolher os hombros com huma carinha de fastio, como cousa que desagrade ao paladar: a necessidade o desperta de madrugada, a miséria o acompanha até á noite, todos lhe dão o que menos presta, os Mercadores, e Alfayates querem que como os primeiros viventes, elle se vista de folhas de figueira; quando compra qualquer cousa, primeiro lhe pedem a paga, se deve algum resto, he velhaco, em quanto o não satisfaz, os rapazes o perseguem, os mesmos cães lhe ladrão, os parentes o desnegão; todo o testemunho principia nelle, todos o detestão, e finalmente he hum mappa de confusão do mundo o mais triste, como diz aquelle Soneto de hum Poeta dos nossos tempos. – *Para traçar a imagem da tristeza*, etc.⁶⁰⁵. Mas esta mesma pobreza pode degenerar em fortuna, se encontra no abundante os claros conhecimentos da virtude, nobreza de espirito, compaixão, e prudência, porque não ha regra sem excepção (*Almocreve*, LVIII, p. 6).

Em contraste com os «ânimos honrados que se empregam em adquirir o que têm com o suor do seu rosto», são apontados os «mandriões» e «sanguessugas» que passam o tempo nos cafés e botequins. A crítica da ociosidade, a par da do luxo, denota, apesar das frequentes declarações de adesão à ordem dominante, algum distanciamento relativamente ao modelo social baseado numa hierarquia com base no privilégio de nascimento.

12 de Dezembro. Justos motivos que tem dado causa á fermentação da guerra dos Calotes, a qual inda hoje se vê bem longe da paz geral a este respeito, por ter crescido o numero dos Mandriões, flagello eterno dos animos honrados, que tanto se empregão em adquirir o que tem, com o suor do seu rosto. Sabido he de todos que a ociosidade he a raiz lamentavel de

⁶⁰⁵ O poeta é João Xavier de Matos (1730?35?-1789). O soneto é do terceiro tomo das *Rimas*, publicado originalmente em 1783: «Para traçar a Imagem da Tristeza,/ Sei que se convidarão dous Pintores:/ Moêrão tintas, misturarão cores;/ E, tomando os pincéis, entrão na empreza:// Qual imitou melhor a Natureza/ Não sei, porque eu não vi os seus primores;/ Sei que são Mestres, sei que são Auctores/ De mil pinturas, de outra igual destreza:// Mas se negros cyprestes retratarão;/ Se gemêrão, qual passaro agoureiro,/ E de indigesta sombra os Ceos toldarão,// Ficou-lhe a melhor cousa no tinteiro,/ Se no meio de tudo não pintarão/ Qualquer homem de bem, sem ter dinheiro» (MATOS, João Xavier de – *Rimas de João Xavier de Matos, entre os pastores da Arcádia Portuense Albano Erithreo*. [Em linha]. Tomo Terceiro. Lisboa: Na Impressão Regia, 1827, p. 15. [Consult.13.11.2017]. Disponível em <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015063032885;view=1up;seq=27>.

todos os immensos individuos, que entregues a huma languidez se deixão cahir de preguiça nos braços da miseria, levados pelas mãos de seus enormes vícios! [...] Ha em Lisboa nada menos que duas mil casas de café; cada casa destas tem quatro effectivos da palestra de manhã, de tarde, e á noite recostados a huma meza, feitos esponjas dos abrasantes licores, que lhes servem de almoço, jantar, e ceia: Sendo pois as lojas duas mil, e estas a quatro palestrantes cada huma, temos infallivelmente oito mil homens ociosos, e humas esfaimadas sanguexugas, que de continuo se lanção a chupar o sangue [dos] que trabalham para o seu honesto, e decente passadio (*Almocreve*, CXXXIV, p. 1-3).

X.3. «Não faz liga o dinheiro com poesia»: valor literário e valor monetário

Para explicar, com abundância de metáforas, o que entende por «ser autor», José Daniel mobiliza um dos seus proverbiais correspondentes, neste caso um conterrâneo seu, «amigo de Leiria».

Segunda carta, que mandou o amigo de Leiria ao Editor destes folhetos.
Senhor Editor do Almocreve das Petas Como me consta que v. m. dá por acabada a *Collecção dos Almocreves* nestes três Tomos, rogo-lhe se queira lembrar de outra exhibição para nos divertir, já que v. m. cahio na desgraça de ser Author [...] Author! he o mesmo que hum odre que se põe na Praça dos touros muito inchado, para que os bois o tragão de ponta, e o derrubem ainda que o não matem. Author! he como hum homem que vai apartar huma bulha, e leva o seu gilvaz pelos narizes. Author! he como o cavalleiro novato, em potro novo, que se o affaga rincha-lhe, e se o pica dá-lhe dois couces; na verdade foi huma loucura fazer-se v. m. Author no tempo, em que quasi todos tem cara de Réos. Se v. m. se queria entreter, faltão nessa Côte casas de pasto, aonde se debóxe; Assembléas, e partidas, onde se passe o tempo; Feiras onde se tafule; e outros entretenimentos para onde a mocidade de agora caminha a toda a brida? Ter juízo he cousa boa, mas tempere lá com elle a olha da panella, e veja o que aduba? (*Almocreve*, CXXXIX, p. 2)

Entre os autores em geral sobressai um tipo em particular: o poeta é autor à parte, sinónimo de pobre e marginal:

Estamos no caso de hum Poeta, que he o mesmo para muita gente que hum contagio de peste [...] Assente v. m. que **ser Poeta he o mesmo que ser pobretão**; e quando depende, a moeda que logo se lhe dá, he hum *perdoe*, que o deixa com ar de estupor, tolhendo-lhe a falla; moeda esta, que por mais velha que seja, nunca he safada, antes he a que logo corre [...] está o negocio feito; mas ha de riscar de si o nome de Poeta para ser servido [...] Em fim meu querido amigo, a poder-se imprimir tudo quanto elles conversão, assim em letra garrafal, dava-se que fazer todo o anno a hum cego por Lisboa, na venda destes cartapacios, com que o mesmo cego se podia sustentar, e o seu moço em huma sege a cordões, sem pôr mão em sanfona, e ainda deixar-nos algum ganho (*Almocreve*, CXXXIX, p. 2-4).

Come em vão 10 de Setembro. He huma grande prenda fazer versos; mas por que vexames não passa quem os faz! Desgraçada vida! Quantos Poetas ha, que de boamente trocarião a sua sorte pela do seu çapateiro, inda que vivessem em prosa toda a sua vida! Fazer humas chinellas, armar huma

cómoda, polir huma espingarda, talhar huma casaca, fazer huma tocha, pentear huma cabeleira, fundir huns tinteiros, lavrar hum pente, fazer huma barba, lustrar hum chapeo, até mesmo fazer albardas, tudo isto val mais na presente era, que huma Tragedia em verso solto, e que hum Poema em verso rimado. Todas as obras acima ditas admitem molhadura, e ás vezes preço alto no seu custo; porém versos apenas tem huma palmada nas ancas, quando a sorte não dá de rosto; porque então he o fructo do trabalho huma luneta assestada, e hum focinho torcido, como quem diz *não gostei*. Ainda se admira outra circumstancia, que nas obras já nomeadas só mettem dente os do mesmo officio, cada hum na sua classe; porém em versos todos mettem a mão, compõe, e descompõe, louvão, e desacreditão; e muitos como o cego, que na opera ri, porque ouve rir. Não succederia assim se esta Arte tivesse Juiz de Officio, que condemnasse o pedante, e premiasse o discreto (*Comboy de Mentiras*, 18, p. 6-7).

O tema é recorrente na obra de José Daniel Rodrigues da Costa⁶⁰⁶. Começou a glosá-lo ainda antes do início da edição dos periódicos, como se lê nas *Rimas*, publicadas em 1795: «N'uma rua hum bom Velho perseguido/ De rapazes se vio sem ter partido,/ E porque fosse mais injuriado,/ Julgando ser peor, que apedrejado,/ Levantou-se hum rapaz como huma setta,/ Atrás delle a gritar, fora Poeta» (*Rimas*. Ao Leitor, p. IX-X).

E mais claramente ainda: «Já deste damno os mais todos se queixão,/ E dizem, que por certa antipathia,/ Não faz liga o dinheiro com Poesia» (*Rimas*, p. 124).

Sem herança nem meios de fortuna, a venda da própria produção intelectual sob a forma de publicações afigura-se, apesar de tudo, um modo razoável de ganhar a vida.

Aqui vemos não serem fabulosos por nossos grandes peccados, os tristes effeitos, que pouco, e pouco vai causando a carestia de tudo, pela qual até eu me sujeito a ligar-me com o Publico, promettendo-lhe o divertimento *deste Folhetos* por hum anno; e pois que não tive a fortuna de ser Morgado, e daquelles, que por morte dos Pais, achão em que metter a mão com mil cruzados na burra, e fazendas á quem, e além, devo como honrado buscar os meios para subsistir, e achei este o mais próprio [...] Eu faço todo o esforço, para que se possa nesta Obra achar algum sal [...] e eu, que com estas proclamações concorro para a boa harmonia da sociedade, ficarei de peor partido, e chegarei a tempo de não ter um assumptosinho para fazer-vos hum Folheto; porém não importa, pene embora hum, com tanto que soceguem mil (*Comboy*, 4, p. 6-7).

Autor elitista ou autor popular? José Daniel escolheu o seu campo. Órfão e de origem humilde, foi um autodidacta, o que lhe valeu mais tarde ser olhado de soslaio no meio literário em que tentou integrar-se. Adoptou o nome arcádico de Josino Leiriense, mas não foi recebido como um igual no círculo da Nova Arcádia. Reagiu acusando, de

⁶⁰⁶ ARAÚJO, Ana Cristina – *Op. cit.*, p. 167-168.

algum modo, o complexo de inferioridade: respondeu ao legitimar-se com o êxito da recepção da sua obra junto do público, em compensação pelo menosprezo da crítica.

Meus estimadíssimos Leitores, eu vos agradeço muito e muito o bom acolhimento, que tendes feito ás minhas tenues, e fracas produções [...] recaindo a sua difficuldade em ter fallado de iguaes assumptos por espaço de seis annos. Com tudo dicta-me a prudencia que eu cesse de compôr Obras periodicas, pois não só pela minha falta de estudos, e talentos poderei decahir, fazendo perder ás obras antecedentes algum merecimento, que me tendes concedido [...] pois conheço que para as minhas obras terem algum valor, dependerão sempre da benevolencia do judicioso Público, a quem em todo o tempo conservarei o devido respeito, que lhe tem consagrado os Autores mais sabios da nossa antiguidade, de quem eu com mais razão, do pouco que figuro em Litteratura, devo seguir o exemplo (*Barco da Carreira dos Tolos*, XII, p. 29-31).

Da sua vasta obra fazem parte dezenas de textos, sobretudo jocosos, repartidos por folhetos, periódicos, peças de teatro, poesia, polémica, textos patrióticos, apologias e cartas⁶⁰⁷. O seu público era constituído pelas camadas populares pouco exigentes do ponto de vista estético – e por isso foi alvo de críticas⁶⁰⁸. Dai a distinção entre valor literário e valor monetário:

Se algum sábio de condição mais rigorosa proferir que estas quatro folhas de papel trazem tambem algumas cousas insonsas, lembre-se por caridade, (e até para não perder a reputação da sua sabedoria) que esta Obra he para divertimento de gente de todas as classes, e que se se escrevesse só para meia duzia de pessoas, seria mais elegante, mas tocaria assumptos de outra natureza, pelos quaes desmerecesse o Author daquelle louvor, que todos lhe dão por acautelado, e modesto. E para fugir desse perigo, he que elle só na sua correcção comprehende os vicios em geral, que andão mais vulgares; porque logo que mudasse de estilo, baldaria o seu trabalho, a Obra não se gastava, e a Deos tostão! (*Espreitador*, 1, p. 20).

⁶⁰⁷ Apesar disso e do êxito de que gozou no seu tempo, sobretudo enquanto autor de textos jocosos, Rodrigues da Costa foi sempre considerado como um autor menor, ou mesmo ignorado. Exemplo disso é a sua ausência da *Antologia do Humor Português*, em que figuram os seus contemporâneos José Agostinho de Macedo e Bocage. Ver MARTINHO, Vergílio, e SAMPAIO, Ernesto (selecção e notas) – *Antologia do Humor Português*. Lisboa: Edições Afródite, 1969.

⁶⁰⁸ A questão estética continuará a suscitar discussão nas décadas (e séculos) seguintes. Essas polémicas serão, porém, «[...] exteriores ao mundo da edição que faz as suas escolhas sem se preocupar muito com sensibilibidades e subtilizas canónicas da literatura e das academias», porquanto «[...] existem diversos públicos que são sensíveis a títulos, a autores e géneros, mais do que a outros, em Portugal como noutras partes da Europa. E esta consciência é uma das chaves do sucesso» (LISBOA, João Luís – *Op. cit.*, 2014, p. 79).

X.4. «Não há coisa que deixe de valer sempre alguma coisa»: um estímulo para a economia

José Daniel não se coibia de abordar potenciais leitores nas ruas, nos cafés e nos teatros para vender as suas produções⁶⁰⁹ que, além de contribuírem para o seu desafogo económico, ajudaram à sobrevivência de livreiros e vendedores de literatura de cordel e tiveram um papel no êxito comercial de impressores como Simão Tadeu Ferreira, J. F. Monteiro de Campos ou João Nunes Esteves. Na luta pela sobrevivência num quotidiano cheio de dificuldades, o autor demonstra que, graças ao seu trabalho, ganha dinheiro que faz circular na comunidade, contribuindo para dinamizar a economia, sustentando-se e ajudando a sustentar os outros: do alfaiate ao sapateiro, passando pelo barbeiro e pelo galego. E, não menos importante, concorrendo para fazê-los mais felizes:

[...] ao menos compuz hum papel, que me aqueitou a algibeira, e arranjou alguns negalhos, que me fez huma arrumação como lhe não sei dizer; além disso o meu alfaiate, o meu çapateiro, o meu barbeiro, o galucho que serve a casa, que tambem sabe ler, sendo todos cabisbaixos, sorumbaticos, e tristes como o *noite bó*, divertirão-se tanto, que lhe servirão estes folhetos de agua de cerejas pretas contra os flatos hipicondriacos [sic]; e elles mesmos me confessarão, que já estavam enjoados de ler Carlos Magno⁶¹⁰ [...] e como não ha cousa que deixe de valer sempre alguma cousa, por isso lhe puz o preço de quarenta réis⁶¹¹, que á vista da carestia a que chegou a bala de papel, foi o mais pequeno balasio que lhe pude arrumar: agora só me resta pedir perdão ás Senhoras do pouco que fallei nellas em toda a Obra [...] devo igualmente bemquistar-me com os meus Leitores, dando-lhe a entender, que terei o maior gosto em que algum delles continue estes folhetos, munindo-os daquella graça, que se não tem achado nos meus, e com isto não devo incomodallos mais; tenham tantas felicidades, como de quarenta réis me mettêrão na algibeira (*Almocreve*, CXL, p. 2-3).

Em todo o caso, havia um mínimo abaixo do qual não valia a pena trabalhar. E aos que liam sem pagar – um problema que permanece actual mais de 200 anos depois, em pleno século XXI, preocupando quem reflecte sobre a viabilidade económica da actividade editorial em tempo de conteúdos gratuitos em linha –, deu uma explicação simples para as 300 assinaturas necessárias para atingir o ponto de equilíbrio financeiro da publicação. Em verso e usando um serviço de primeira necessidade, o barbeiro, como termo de comparação:

⁶⁰⁹ FERREIRA, Maria Isabel Lopes – *Op. cit.*, p. 91.

⁶¹⁰ *A História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, de autor anónimo, ocupou durante décadas um lugar cimeiro nas listas de livros mais vendidos em Portugal e também enviados para o Brasil (ABREU, Márcia – *Op. cit.*, 2008, p. 84).

⁶¹¹ 92 cêntimos actualmente, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (4631,11). Ver acima, p. 250.

Não prossegue o Almocreve como d'antes,/ Não por falta *de petas*,/ Mas sim porque lhe faltão assignantes:/ Se hum Leitor a ler obras se propõe,/ He preciso animar a quem compõe;/ Que dizer *he bonito*, e ler de graça,/ Basta, que o meu barbeiro o mesmo faça:/ Se no anno seguinte houver quem queira,/ Metta-me assignaturas na algibeira;/ Sem trezentas haver conta não faz,/ Não quero trabalhar, fiquem-se em paz (*Almocreve*, CXL, p. 8).

Antes, porém, foi preciso recorrer a imaginativas manobras para incentivar os potenciais leitores a transformarem-se em assinantes, de modo a garantirem a viabilidade comercial do periódico.

Falla que fez o Almocreve ao Editor seu Amo, despedindo-se de o servir. Senhor Editor, tem V. m. daqui a três semanas completado esta obra ao número promettido de 88 Folhetos; e dou-lhe a infeliz noticia que não deve ficar desvanecido de que o Público gostou della, porque a ser assim, concorrerão á loja da Gazeta mil Assignantes para o seu consumo; porém não só deixarão de apparecer os novos, mas ainda os que havia se derriscarão das taes assignaturas: Em parte não he mal feito para lhe quebrar a presumpção, pois já lhe estava parecendo que isto de fazer 88 Folhetos era huma cousa muito rara: Desengane-se que em se acabando este anno, ha muito quem as vá continuar, supprindo a sua falta com mais graça, com mais arte, e com mais natureza: Lisboa está pilhada de sábios modernos, que não fazem caso destas suas redicularias. Ha rapazes muito estudiosos, que se emprehenderem fazer outro tanto neste genero, hão de desempenhar a empreza melhor do que V.m.: Sim senhor; e de mais deve saber, para não estranhar a pouca venda, que hoje a murmuração, o luxo, e o jogo são as figuras, com que se abre a scena nas assembléas, e tudo o mais he tratado de bagatella: Já se não dança nas funções, já se não canta, já se não glosa, que estas prendas são grifarias; e veja V. m. nas rodas modernas que valor podião ter as suas verdades peteadas? Se V. m. escrevesse no tempo, em que havião calções, então não digo nada; mas querer V. m. no século das pantalonas metter pelos olhos Livros, e Folhetos para a mocidade lêr, olhe, perdoe-me, isto he ser pacovio; mude de vida, se quer ter algum vintem, negoceie em géneros para a boca, venda por 20 o que lhe custou 5, tome exemplo nessas lojas de Mercearia, lugar onde nada importão as suas sedições petas; e fique sabendo que tenho dado por mal empregado o tempo, que estive com V.m., e que desde já me despeço para ser caixeiro de huma destas lojas, então ver-me-ha daqui a dois dias fazer mil petas ao vivo, muito differentes, e mais rendosas que as suas, que são pintadas; trate de me ajustar a minha conta, e peça ao Público perdão de lhe dar a pagina de ler huma insulsa folha de papel, tomando-lhe o tempo, e fazendo-lhe gastar 40 réis cada semana; somma, que tão precisa se lhe faz, para quando apparecerem outros macacos, outro urso, e outro camello, que se não mostram de graça, que eu desde já também lhe peço perdão do mal que o tenho servido nas minhas jornadas (*Almocreve*, LXXXV, p. 7-8).

O mesmo tipo de campanha auto-promocional reaparece noutros periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa, como este discurso de despedida, no folheto de Dezembro d'*O Espreitador do Mundo Novo*, que serve para publicitar o periódico seguinte (*Barco da Carreira dos Tolos*), de modo a angariar as tão necessárias assinaturas:

Acabou-se a obra, acabou-se o anno, e sinto a paciência também quasi extincta com estas Obras Periodicas. Eu bem vejo que o Público necessita de hum divertimento decente, como este; mas esta curiosidade insensivelmente vai arruinando de todo a minha pouca saude. Porém se os meus benignos Assignantes, que tanto me tem lisongeados, e obrigado com as suas promptas assignaturas, quizerem, apezar do meu incómodo, que eu lhes continue este divertimento, vão pôr com muita pressa outros dez tostões⁶¹² na loja da Gazeta, com os nomes das ruas em que morão, e os números das suas portas, que sempre lhes darei á luz para o anno, que vem de 1803 Folhetos, que mereção esta quantia em huma Obra periódica, intitulada: *O Barco da Carreira dos Tólos* (*Espreitador*, 12, p. 16-17).

X.5. «Ornatos»: anedotas, adivinhas, jogos, «sinceridades galantes»

Para manter ou aumentar as vendas havia que encontrar sempre novas secções e novos temas capazes de «agarrar» os leitores. As secções – «ornatos» e «sinceridades galantes», chama-lhes José Daniel na *Câmara Óptica*, a partir do Folheto II (p. 26) – incluem poesias variada (sonetos, décimas, quadras, apólogos, epigramas), anedotas, adivinhas⁶¹³ ou enigmas e até jogos. Ainda no âmbito das iniciativas de promoção editorial merece realce o «Mapa para fazer sonetos», publicado no Folheto 11 do *Comboy de Mentiras*. Trata-se de um jogo que associa uma grelha – o «mapa» – e uma lista («pauta») de 84 versos. O jogador atira o dado e, conforme os números vão saindo, procura na grelha a chave da correspondência na lista de versos, que permitirão compor as quadras e os tercetos até ficar completo o soneto. Há milhares de combinações, isto é, de sonetos possíveis.

[...] o que Vossas Mercês ainda não virão he huma forma de fazer *Sonetos* toda, e qualquer pessoa, ou saiba, ou não, fazer versos; e isto com hum dado só.

Explicação do modo, com que se usa do Mappa que vai neste Folheto.

Neste Mappa de números se achão *quatro columnas ao comprido*, para a *primeira quadra do Soneto*; e de igual modo *outras quatro para a segunda*, e mais *três columnas para o primeiro terceto*, com *outras tres para o segundo*, como aponta o mesmo Mappa [...] Agora bota-se o dado, e sahio, por exemplo, huns – 3 — vai-se á *primeira columna* da primeira quadra, e defronte do número do dado se acha o número — 44 — então se deve ir buscar na *Pauta dos Versos* o verso, que tem – 44 — que he, *Ver finezas, e amor tudo baldado....* Está completa a *primeira quadra* do Soneto, e assim mesmo se tira a *segunda quadra*, e o *primeiro, e segundo terceto*; pois que estudado o Mappa dos números com as declarações, que tem; he preciso que

⁶¹² O preço da assinatura corresponde a 23 euros na moeda actual, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor. Ver acima, p. 250.

⁶¹³ CARDOSO, C. L. – «José Daniel Rodrigues da Costa, presumível autor de adivinhas tidas por “populares”? (uma pesquisa em curso)». Separata do Boletim cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. III Série – Nº LXXXIII, 1977. p. 3-38.

o Leitor seja de hum juizo muito rombo, para deixar de atinar com este divertimento (*Comboy*, 11, p. 4-10. Esta folheto inclui o «Mappa» e a «*Pauta dos versos com os seus números para se buscarem*»).

Note-se a familiaridade do tratamento com que o autor se dirige aos leitores, permitindo-se até insultar os menos perspicazes na compreensão do jogo: «he preciso que o Leitor seja de hum juizo muito rombo, para deixar de atinar com este divertimento».

O jogo dos sonetos, incluído depois no livro *Jogo dos Dotes*, foi porventura a mais criativa proposta de José Daniel, mas todos os folhetos incluíam novidades cujo limite era apenas a imaginação do autor. Ainda no *Comboy de Mentiras* surgem «Vinte enigmas curiosos»: adivinhas em verso, com as soluções no fim.

A vós Leitor que tendes advinhado, e posto a claro quantos esta Corte o meu Almocreve de Petas, e inda alguns destes Comboys; a vós he que se offerecem os seguintes vinte Enigmas com huma Decima no fim, que os descobre a todos, ainda que com algum trabalho, que nisso he que está o divertimento, porque todas as palavras que a Decima tem em grifo, são as significações dos referidos Enigmas. O segredo está em saber dar a cada Enigma a sua significação propria, e como aqui vão todos juntos, e a Decima os explica, lá tomarei ao vosso cuidado, fazer-lhe a combinação. *Vinte Enigmas curiosos* (*Comboy*, 21, p. 6-11).

Um dos últimos enigmas publicados por José Daniel é também dos mais interessantes, uma antecipação do popular quebra-cabeças sudoku:

Só com os nove algarismos/ Se formou este Xadrez,/ De toda a forma que o somes,/ Terás metade de hum mez.

8 1 6

3 5 7

4 9 2⁶¹⁴.

X.6. «Quanto vale uma Obra destas?»

Ao atribuir um valor ao trabalho do autor, José Daniel fá-lo, em alguns textos auto-justificativos, de forma qualitativa: a composição literária é «difícultosa» e, embora «baixa», resulta «galante». Portanto, a Obra (com O maiúsculo) vale «o seu tanto ou quanto»:

Espero com tudo, que a má vontade, e a má condição, não prevaleçam á justiça, que se me deve fazer, porque criticar sem ter critica Judiciosa, he contra todo o Direito da sociedade, e mostrar que se não conhece o

⁶¹⁴ COSTA, José D. R. da – *Idéas Vagas sobre Varios Assumptos para Recreio de Todas as Pessoas de Ambos os Sexos*. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1822, p. 79.

difficultoso desta, ainda que baixa, galante composição; e em huma palavra, roer papel, he mostrar natureza de rato. O Ceo permita a boa viagem deste *Comboy*, e dos mais que se esperão, livrando-os dos caxopos, que tudo despedação, e dos Corsarios, que a tudo abalroão, a fim de que com humanidade o prudente Leitor possa confessar, que para as horas vagas, sempre huma Obra destas, o seu tanto, ou quanto, Vale (*Comboy*, Prólogo, p. 3-4).

Mas na maior parte das «falas ao leitor» do que se trata é de justificar o preço dos folhetos. É tempo de quantificar o seu valor monetário:

Aqui apparecêrão dois Sonetos bem capazes de divertir o Público pelos assumptos, a que forão feitos; e quando este Folheto, que custa meio tostão⁶¹⁵, não tenha nada em prosa, que mereça o dinheiro, parece que estes dois Sonetos, valem muito bem a referida quantia, a vinte cinco réis cada hum (*Comboy*, 15, p. 15).

O *topus* da carestia e do aumento do custo de vida é frequente nos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa como justificação para o preço de venda, por vezes fazendo a comparação entre o preço dos folhetos e o custo dos géneros.

[...] trinta réis [o preço de cada fascículo do *Almocreve de Petas*] custa huma couve boa, trinta réis a folhinha de porta, 30 réis hum copo de Ponche, 30 réis o de Capilé, 30 réis as Trombetinhas da Feira, 30 réis hum arratel de figos, 30 réis a chávena de Café bom, 30 réis huma posta de bacalhão com azeite na Taberna, 30 réis custava a Gazeta, 30 réis huma mão de rábãos, 30 réis hum barril d'agoa em dia de fogo, 30 réis hum quarteirão de tomates, 30 réis huma barba feita em casa, 30 réis hum tacão, e 30 réis hum quartilho do tinto [...] (*Almocreve*, XXXIX, p. 5).

Por cartas vindas do Mundo novo (porque as trouxerão) se tem sabido muitas particularidades, que servem para encher papel, divertir os curiosos, e fazer-lhes exhibir o meio tostão, que custa este Folheto, que he o custo dos miólos de vacca presentemente [...], visto que a carestia anda entretida com tanta cousa, que mudou de preço (*Comboy*, 7, p. 5).

Amabilissimos Leitores, isto de augmento de despesas, de carestias de generos, e de adversidades do tempo, sem accrescentamento de rendas, he muito perigoso, e sempre eu disse cá com os meus botões, que este calculo havia de dar na cabeça a muita gente, entre a qual (a pezar das minhas espertezas) eu estou comprehendido: e eis-aqui temos o poderoso motivo, porque rogo a Vv. mm., que se cheguem á compra destes Folhetos: já se completarão seis mezes desta curiosidade: este he o laço, com que pertendo armar ao dinheiro de Vv. mm.; pois me canço tanto para agradar, e divertir a Vv. mm., o que Vv. mm. tem levado muito a bem, e Vv. mm. mo tem mostrado na concurrencia das assignaturas, por cujo motivo eu me confesso, e confessarei sempre muito obrigado a Vv. mm (*Barco da Carreira dos Tolos*, VII, pp. 1-2).

Senhor Mundo, Vossa Mercê, Vossa Senhoria, ou Vossa Excellencia, quem quer que seja, com quem eu falle: Dou-lhe a saber que com felicidade estou já quasi quasi desobrigado da promessa, que lhe fiz, porque apenas me faltão seis Folhetos para preencher o número, que delles prometi aos meus benignos curiosos, e discretos assignantes; igualmente o devo fazer sabedor

⁶¹⁵ 1,15 euros, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda. Ver acima, p. 250.

dos debates, que tenho tido com gente de orelha grande, que disputão sem alma, nem consciencia sobre alguma frioleira, que nos meus Folhetos encontrão, como se cada hum dos ditos, não tivesse sempre comsigo o valor de meio tostão, em algum pensamento agudo, exposto em prosa, ou em verso. Escreve o Letrado cinco e seis cadernos de papel, leva dez moedas pelas razões, e ás vezes perde a demanda, cujos autos apenas vão por longos annos compôr a estante do Escrivão. Ora diga-me de que serve aquelle papel, e aquella escrita? Escreve o namorado na roda do anno sincoenta cartas de amores á esquiva dama, e vai pagallas, se he bolonio, ao seu mentor muitas vezes a 480 réis cada huma, se he que não leva de encontro tambem adiantado pela prosa, que tem, algum calote; e no fim desta lida ella casa com outro, e elle fica de queixo cahido, e amaldiçoando o tempo, em que andou na rede. Ora diga-me agora de que servio tanta carta, e tanta despeza? calcule, e veja qual val mais, se o que fica exposto, se hum Folheto dos meus por meio tostão, nos quaes em muitas paginas se achão verdades puras, Poesias, que deleitão, e Maximas, que instruem. Não digo que esta Obra seja do primeiro lote, mas sim que entre as inferiores tem hum lugar mais distincto [...] Ora eu, que sou muito amante da paz de espirito, rogo-lhes, que se não cancem com satiras; antes se acharem alguma peta mais dura, a botem de molho, para ficar mais tenra, que eu fico pedindo ao Ceo, que lhe achem tanta graça como eu acho aos sincoenta réis, que recebo por cada Folheto (*Comboy*, 18, p. 1-6).

X.7. «Para lucrar é que trabalho»

Há dois séculos, tal como hoje, o periodismo era já uma actividade de interesse público, mas que não deixava de ter fins lucrativos, a começar pelo sustento do autor. José Daniel não escamoteia o problema – antes pelo contrário, aborda-o de forma explícita dirigindo-se directamente aos leitores em diferentes periódicos:

O gaz de todos os Authores he o lucro; o trabalho he visivel, e parece-me que custoso; o gasto que eu espero nos Folhetos, he a mola real de toda esta fabrica, e por consequencia bem fallou Fedro quando disse: *Nisi utile est, quod facimus, stulta est gloria* [Se não é útil o que fazemos, a glória é vã. *Fábulas*, III, 17, 12] (*Hospital do Mundo*, VII, p. 2).

Talvez haja quem me aconselhe que me calle, que deixe viver quem vive, que os outros se trabalhão, he para fazerem os seus interesses, e que eu se me canço he para o mesmo fim. Ora nesta segunda parte não se enganão, que para lucrar he que trabalho, já que sou tão infeliz, que se por outros caminhos emprehendo alguma cousa, tanto eu como a pertença logo anda tudo com passo de caranguejo: se jogo por me divertir, perco; se me metto em rifas, sempre me ganhão por hum ponto; se entro em loterias, ou me sahe tudo em branco, ou apenas tiro o que arrisquei; e quanto mais calculo, e deito, menos tiro, porque nada acerto: em fim anda a fortuna comigo sempre no grão de color d'agua das Caldas [...] Depois da instancia, que se me tem feito, para que componha alguma cousa, confesso que passei muitas noites antes da visita do somno a considerar qual seria a obra, com que eu pudesse satisfazer a tantos desejos; e depois de rezar, e apagar a luz (porque o azeite não está para graças) fallava comigo mesmo [...] Em fim, estimaveis Senhores, quem trabalha he porque necessita; e certo neste principio, rogo a Vossas mercês que por effeito da sua curiosidade, venhão ser meus

Assignantes [...] Porém indo assim não se descuidem Vossas mercês que chamem a esta minha rogativa pedir esmola, olhem que o meu pensamento he outro: tudo se encerra sómente em vender o meu trabalho a quem o quizer comprar [...] de tudo me sirvo para dar voltas á vida, visto que os tempos requerem estes tráficos (*Câmara Óptica*, Prólogo, p. V–VII).

Este «de tudo me sirvo para dar voltas à vida» inclui uma noção das vantagens da notoriedade, mesmo no caso da publicidade negativa: «Se for certo que as senhoras dessa Cidade rasgão os meus Folhetos, fico contentissimo, e muito satisfeito, porque para se rasgarem he preciso que se comprem, e para se comprarem he preciso que eu aumente a impressão: ergo rosas» (*Câmara Óptica*, VII, p. 17).

Curiosamente (ou não: pode tratar-se de uma afirmação do distanciamento do autor relativamente ao novo regime político entretanto instituído), a necessidade – e vontade – de ganhar dinheiro seriam mais tarde criticadas por José Daniel. Numa publicação escrita em pleno triénio liberal, *Ideias Vagas Sobre Vários Assuntos* (1822), queixa-se da confusão reinante entre virtude e vício, da mistura da verdade com a mentira, que levam o homem a «esquecer-se de si» por causa dos lucros, «como se os bens levassem à sepultura».

Deixou-nos hum Author, por desengano,/ Hum Soneto, que fez, em que dizia/ Que neste Mundo apenas só havia/ Virtude, e vicio, tudo o mais engano⁶¹⁶:// Mas quando isto escreveo o tal fulano,/ Foi porque pouco esperto não previa/ Que o tempo ambas as cousas confundia,/ Pondo o vicio em virtude, e esta em damno:// Hoje quem mais insulta, mais merece,/ Verdade co'a mentira se mistura,/ A probidade em poucos apparece:// Passou a ser officio a magra uzura;/ Por seus lucros de si o homem se esquece,/ Como se os bens levasse á sepultura (*Ideias Vagas Sobre Vários Assumptos*. Soneto XXII, p. 26).

X.8. «Nós somos os ecos uns dos outros»: apropriação, fontes, concorrência, plágio

A apropriação é assumida de forma explícita quando o editor procura diversificar as suas fontes de inspiração – «livros velhos para com eles fazer coisas

⁶¹⁶ José Daniel cita de novo, sem o nomear, João Xavier de Matos (ver acima p. 253 nota 605). O soneto em causa intitula-se «Fidalguia» e foi publicado originalmente em 1789: «Pobre ou rico, vassallo ou Soberano,/ Iguaes são todos, todos são parentes;/ Todos nascêrão ramos descendentes/ Do tronco antigo do primeiro humano.// Saiba, quem de seus titulos ufano,/ Toma por qualidade os accidentes,/ Que duas gerações há so diff'rentes,/ Virtude e vicio; tudo mais he engano.// Por mais que affecte a vã Genealogia,/ Introduzir nas veias a nobreza/ De melhor sangue, do que Adão teria;// Não fará, desmentindo a Natureza,/ Que seja, sem virtude, a Fidalguia,/ Mais que hum triste fantasma da grandeza» (MATOS, João Xavier de – *Op. Cit.* [Em linha]. Tomo Segundo. Nova edição. Lisboa: Na Typografia R. das Sciencias. 1827, p. 47. [Consult. 13.11.2017]. Disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015063032893;view=1up;seq=68>.

novas», até porque, continua logo a seguir, «coisas novas já não se dizem» – na busca de novos temas para captar e manter o interesse dos leitores.

Terça feira passada fui á Feira, e nos lugares dos Adellos andei a escolher Livros velhos para com elles fazer cousas novas; pois tirei esta lição das Casas de Pasto de Lisboa, que dos accrescimos de tres, e quatro dias dão aos Tafûes hum banquete no dia seguinte, que parece feito para alli; tanto podem os adubos, a manteiga, os tomates! cheguei-me mais para o fim da Feira, e achei huma pobre mulher viuva, que vendia os papeis, e Livros de seu marido, que tinha sido hum santo homem, segundo confessava a mesma mulher, porque nunca lhe punha mão, e só lhe mostrava a boa vontade; e balbociando de choro muito saudosa me mostrou hum Livro de folio, já com as primeiras folhas fora, que ella lhe tinha tirado para carapuças da roca, mas assim mesmo lho comprei, porque traz muita cousinha para o nosso caso, que hirem os dando ao Publico pouco a pouco, que nisto não me affasto de cêga opinião de muitos que affirmão, que cousas novas já se não dizem; quero-lhe faltar a vontade, verificar-lhe a sua teima, e chupar-lhe os quarenta réis, que no tempo de hoje he huma mina: farei por agradar, e por cumprir o que prometto, se Cirurgiões, e Boticários não derem cabo de mim primeiro, que são, no meu conceito, huns correios particulares da morte, e muito capazes de me fazerem gastar em vigitaes, e mineraes tudo quanto lucrar nas minhas Petas (*Almocreve*, LXXXIX, p. 1-2).

Um caso de apropriação de uma obra sem indicar a origem foi a publicação da narrativa, misto de literatura de viagens e de aventuras, de um «militar, hóspede de D. Sonho Sonhé, cavalheiro de Braga» e correspondente do *Almocreve*, iniciada no folheto CXVI. Trata-se, na verdade, da tradução e adaptação, por parte de José Daniel Rodrigues da Costa, das *Aventuras do Barão de Münchhausen*⁶¹⁷. Outro exemplo de apropriação sem indicação da fonte encontra-se também no *Almocreve de Petas*: um episódio que, embora apresentado como tendo origem em «cartas vindas da America em hum balão» é demasiado semelhante ao «Conto do Vendedor de Indulgências» (*The Pardoner's Tale*), dos *Contos de Cantuária*, de Chaucer (*Almocreve*, CXXV, p. 4-5)⁶¹⁸.

Numa época em que os conceitos de autoria e de direitos de autor revestiam ainda alguma ambiguidade no universo do negócio do objecto impresso⁶¹⁹, o anúncio do aparecimento de um novo periódico na posição de concorrente directo d'*O Espreitor do Mundo Novo* suscitou uma reflexão curiosa a José Daniel Rodrigues da Costa, com destaque para a expressão «nós somos os ecos uns dos outros. Se eu me queixasse do Piolhinho, muitos engenhos, que estão já nas sepulturas, também se queixariam de mim, se pudessem» (*Espreitor*, 8, p. 1-2).

⁶¹⁷ Ver capítulo anterior, p. 246-247.

⁶¹⁸ *Ibidem*, p. 247-248.

⁶¹⁹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 265-269.

X.9. «Vende-se esta Obra nas lojas seguintes»: indicadores de circulação e recepção

O valor comercial do trabalho do autor é medido, quantitativamente, pelos resultados das vendas. À falta de estatísticas sobre tiragens e distribuição das obras de José Daniel Rodrigues da Costa, o êxito editorial das suas produções literárias pode ser aquilatado pelo número de edições, pelas listas de envios e de encomendas e pelos anúncios colocados nas próprias obras.

O *Almocreve de Petas*, o primeiro e mais famoso dos periódicos do autor, teve, além da primeira edição, de 1797 a 1800, impressa por Simão Tadeu Ferreira, uma segunda edição, em três tomos, na oficina de J. F. M. de Campos, em 1819. O *Comboy de Mentiras*, além da edição original de 1801, teve uma segunda em 1820, nos mesmos impressores, respectivamente, das edições do *Almocreve*. O mesmo sucedeu com *O Espreitor do Mundo Novo*, nas mesmas oficinas, em 1802 e 1819, tal como o *Hospital do Mundo*, em 1805 e 1824, e a *Câmara Óptica*, em 1807 e 1824.

O *Barco da Carreira dos Tolos* teve três edições: além das impressas por Simão Tadeu Ferreira, em 1803, e por J. F. Monteiro de Campos, em 1820, foi ainda publicado pela Tipografia de Elias José da Costa Sanches, em 1850. Êxito semelhante conheceu o periódico *Os Enjeitados da Fortuna Expostos na Roda do Tempo*, com uma primeira edição na Impressão Régia, em 1817-1818, a segunda na Impressão de João Nunes Esteves, em 1826, e terceira edição no mesmo impressor, em 1837.

O *Tribunal da Razão* foi impresso sucessivamente na Impressão da Viúva Neves e Filhos, em 1814, na Impressão Régia, em 1814-1815, e por J. F. Monteiro de Campos, em 1816. A *Revista dos Génios de Ambos os Sexos*, editada pela Impressão Régia em 1815, recebeu o subtítulo de *Segunda Parte do Tribunal da Razão* na edição de 1837, impressa por João Nunes Esteves.

A *Roda da Fortuna*, dada ao prelo na Impressão Régia, em 1816, não foi além da primeira edição.

Além dos periódicos, merece destaque o êxito editorial dos *Ópios*, publicados em seis partes, de 1786 a 1789 (a última é a *Resposta ao Contra Ópio* de António Lopes Caetano).

Outra obra de José Daniel cuja procura justificou uma terceira edição foi *Portugal Enfermo por Vícios e Abusos de Ambos os Sexos*: na Impressão Régia, em 1819, e por João Nunes Esteves, em 1822 e 1829.

A Murmuração entre hum doutor velho, hum capitão, hum frade, hum poeta e hum taful sentados no Passeio Público teve duas edições: na Nova Typografia Silviana, em 1825; e por J. Nunes Esteves, em 1826.

Destaque, ainda, para o sucesso de um livro resultante de passatempos publicados inicialmente nos periódicos: no mesmo volume o *Jogo dos Dotes para Recreio das Sociedades em que se Tiram Lindas Sortes em Verso e Outro Jogo de 40 Perguntas e 40 Respostas*, incluindo *huma invenção de fazer Sonetos toda a qualidade de pessoa com hum dado*, publicado inicialmente no *Comboy de Mentiras*. A primeira edição do *Jogo dos Dotes* foi impressa por Simão Tadeu Ferreira, em 1800, e a segunda pela Typografia Rollandiana, em 1818⁶²⁰.

Os anúncios, ou avisos, publicados habitualmente no fim dos folhetos informam sobre os locais de venda e de registo de assinaturas das obras. Trata-se de outro indicador da circulação e recepção das produções do autor, sobretudo quando se tem em conta a evolução do número e localização desses pontos de venda.

A título de exemplo, veja-se o anúncio incluído na última página do folheto I da *Câmara Óptica* (primeira edição): «Fica-se vendendo avulso na mesma Casa da Gazeta; na loja do Madre de Deos ao Rocio; na do livreiro Antonio Pedro na rua do Ouro; na de Luiz José de Carvalho aos Paulistas; em Alcantara onde se vende a Gazeta; e em Belém na de José Tiburcio» (*Câmara Óptica*, I, p. 32).

Compare-se com o da última página do folheto VIII do mesmo periódico:

Na loja da Gazeta se vendem os Folhetos antecedentes desta Obra, e a sua continuação até o N. 12: igualmente se vende do mesmo Author a primeira, e a segunda Parte da Protecção á Franceza, cujos dois Folhetos póde quem for curioso mandar encadernar no fim desta Obra, logo que esteja completa: Tambem se vendem estes Folhetos na loja do Madre de Deos ao Rocio: na do Livreiro Antonio Pedro, na Rua do Ouro: na de Paulo José de Oliveira,

⁶²⁰ Em 1871 foi publicado por Luiz de Araújo o *Novo Almocreve das Petas. Livro alegre e folgazão no gosto do antigo Almocreve das Petas do célebre José Daniel Rodrigues da Costa*, editado em Lisboa por Joaquim José Bordalo, com nova edição em 1879. Após um longo período de esquecimento, José Daniel Rodrigues da Costa voltou a ser publicado no final do século XX e já no século XXI. Em 1974, João da Palma-Ferreira foi responsável pela selecção, prefácio, leitura de texto e notas de *O Almocreve de Petas e outras prosas*, com vários excertos do *Almocreve* e outros, mais curtos, de *Comboy de Mentiras*, *O Espreitador do Mundo Novo*, *Barco da Carreira dos Tolos*, *Hospital do Mundo*, *Câmara Óptica*, *Tribunal da Razão*, *Roda da Fortuna*, *Os Enjeitados da Fortuna*, *Revista dos Génios de Ambos os Sexos*, *Noite de Inverno Divertida*, *Conversação das Senhoras* e *Avô dos Periódicos*. (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1974). O poema herói-cómico *Balão aos Habitantes da Lua*, de 1798, foi reeditado, com prefácio de Alberto Pimenta, em Lisboa, em 1978 (PIMENTA, Alberto – Prefácio e notas. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O balão aos habitantes da lua*. Lisboa: Edições 70, 1978) e, com introdução de Maria Luísa Malato Borralho e ilustrações de Délia Silva, no Porto, em 2006. Em 2011, a editora Apenas Livros, de Lisboa, publicou três opúsculos de José Daniel: *Suplício do Bacalhau*, *Espelho de Jogadores* e *As Desordens dos Tafuis ou Sete-é-ponto*, os dois últimos com introdução de Fernanda Frazão. Na rede social Facebook há uma página intitulada *Almocreve das Petas*, que sucedeu ao blogue com o mesmo nome.

aos Martyres: na de Luiz José de Carvalho, aos Paulistas: na de Francisco Luiz, em Alcantara; em Belém na loja de José Tiburcio, e no Porto no Livreiro Apollinario Antonio de Moura (*Câmara Óptica*, VIII, p. 32).

Entre a publicação daqueles dois números (início de 1807 e fim de 1808) verificou-se um aumento de 33% de postos de venda (de seis para oito), com o significativo acréscimo de um no Porto, atestando a circulação do periódico nas duas principais cidades do reino.

Os folhetos eram também vendidos pelas ruas pelos membros da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, a quem tinha sido concedido o exclusivo da venda ambulante de folhas volantes, pequenos livros e livros usados⁶²¹.

Em 1822, a obra *Ideias Vagas sobre Vários Assuntos* estava à venda em 11 locais, pelo preço de 200 réis⁶²²:

Vende-se esta Obra nas lojas seguintes: - Na de Antonio Manoel Policarpo da Silva, na rua dos Capellistas = Na de João Henriques, no principio da rua Augusta Nº 1 = Na de Antonio Pedro, na rua do ouro junto á loja do Diario do Governo = Na de João Nunes Esteves, na mesma rua = Na de Caetano Machado na rua da prata Nº 12 = Na de carvalho ao pote das Almas = Na de Francisco Xavier de Carvalho, de frente da rua de S. Francisco da Cidade = Na de Matos na mesma Rua = Na da Viuva e Filhos de Luiz José de Carvalho defrente dos Paulistas = Na de Costa, a Santos Velhos = em Belém na da Viuva de José Tiburcio. (*Ideas vagas*, Contracapa)

As obras de José Daniel Rodrigues da Costa circularam não só em Portugal mas também no espaço lusófono, estando documentado o seu envio para o Brasil. O *Almocreve de Petas* chegou pela primeira vez a Pernambuco em 1799 e teve nova encomenda em 1800. Dois exemplares do *Almocreve*, um do *Comboy de Mentiras* e

⁶²¹ ARAÚJO, Ana Cristina – *Op. cit.*, p. 158; DOMINGOS, Manuela – *Op. cit.*, p. 59; TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 287-288.

⁶²² 4,61 euros, aplicando o coeficiente de desvalorização da moeda em vigor (ver acima, p. 250). Lista das obras de José Daniel Rodrigues da Costa e respectivos preços em Abril de 1808 (entre parênteses o valor actualizado pela aplicação do coeficiente de desvalorização da moeda): «Na loja da Gazeta se achão as Obras deste Author encadernadas, ou em brochura, a saber: Almocreve de Petas, dous tomos em brochura com cento e quarenta Folhetos em quarto 3\$800 (87,77 €)

A mesma obra encadernada 4\$200 (97 €)

O Comboy de Mentiras em brochura 1\$200 (27,71 €)

Dito encadernado 1\$400 (32,33 €)

O Espreitor do Mundo Novo em brochura 1\$200 (27,71 €)

O dito encadernado 1\$400 (32,33 €)

O Barco da Carreira dos Tolos em brochura 1\$200 (27,71€)

Dito encadernado 1\$400 (32,33 €)

O Hospital do Mundo, em brochura 1\$600 (36,95 €)

O dito encadernado 1\$800 (41,57 €)

Ha deste Author hum Livro em oitavo do divertido Jogo dos Dotes; e esta obra da Camara Optica, que ha de constar de doze Folhetos, se vende também na loja da Gazeta, e nas outras lojas já annunciadas.” (*Câmara Óptica*, VI, pp. 31-32). Quando foi, lançado, em 1805, o folheto avulso do *Hospital do Mundo* custava sete vinténs (3,23 euros) e a assinatura oito tostões (18,47 euros).

outro do *Jogo dos Dotes* constam da lista de livros remetidos para a província da Paraíba a 21 de Julho de 1808 pelo livreiro António Manuel Policarpo da Silva⁶²³.

Outros indicadores da recepção das obras de Rodrigues da Costa são o aproveitamento do nome do seu periódico mais afamado para promover uma obra concorrente, o *Retorno do Almocreve de Petas*⁶²⁴, além dos sonetos de Bocage⁶²⁵, ou as críticas que deram título a uma obra dedicada⁶²⁶.

X.10. O valor do trabalho do autor

A valorização do trabalho do autor é um traço característico das obras de José Daniel Rodrigues da Costa⁶²⁷. Sempre que se dirige directamente aos leitores – nos prólogos, nas «falas do editor», nas «falas de despedida» –, envereda pela autopromoção e pelo auto-elogio mal disfarçado por uma falsa modéstia insistente. O tópico da auto-depreciação acompanhada por um apelo à benevolência do leitor ou do espectador é tradicional nas obras literárias e nas representações teatrais⁶²⁸. Mas José Daniel transforma esse tópico, que deixa de ser apenas um expediente retórico prosaico para se tornar num género personalizado, numa espécie de «marca registada». As abundantes referências à «falta de estudos e de talentos», às «fracas produções», ao «pouco que figuro em Literatura» soam a autojustificação pela falta de qualidade literária atribuída às suas obras, compensada pelo valor monetário que delas tira. O que pretende é, como ele próprio confessa, «armar um laço» ao dinheiro do leitor, consciente de que escreve «para divertimento de gente de todas as classes». Reconhece que «se escrevesse só para meia dúzia de pessoas, seria mais elegante», mas «logo que mudasse de estilo, baldaria o seu trabalho, a Obra não se gastava, e adeus tostão!»

Esta valorização é acompanhada por um discurso em que o trabalho do autor começa por ser comparado desfavoravelmente com diversas profissões manuais. Só depois surgem argumentos que conferem valor ao trabalho intelectual: o «difícil» que é fazer uma «galante composição»; o cansaço: «eu, que me canso mais, e por consequência levo sem o menor escrúpulo por mais bem levado o dinheiro de cada um»,

⁶²³ VERRI, Gilda M. – *Op. cit.*, p. 90 e p. 98-99.

⁶²⁴ *Retorno do Almocreve de Petas*. Lisboa: Na Officina Nunesiana, 1798.

⁶²⁵ Ver acima p. 30, nota 125.

⁶²⁶ «Crítica à Obra de José Daniel Rodrigues da Costa». In *Papéis vários*. Lisboa: s.n., 1800. *Apud* BARBOSA, Socorro P. – *Op. cit.*, 2017, p. 685.

⁶²⁷ *Ibidem*, p. 683-688.

⁶²⁸ PAIVA, Maria Helena N. – *Op. cit.*, p. 196-200.

afirma na *Câmara Óptica* (VII, p. 17). Ou, de forma mais simples e directa: «Para lucrar é que eu trabalho».

Por fim, avança para a quantificação. A actividade do autor é apresentada como um trabalho, numa relação mercantil com os leitores, visando a satisfação das necessidades do produtor: «tudo se encerra somente em vender o meu trabalho a quem o quiser comprar». O uso de bens de consumo básico como termo de comparação é eficaz para fazer entender o que está em causa no meio da «carestia geral». Daí a insistência em angariar assinaturas, dinheiro que é, naturalmente, «bem empregado», até porque vai ser posto a circular, dinamizando o circuito económico que ajuda não só a sustentar o autor mas também a manter o alfaiate, o sapateiro, o barbeiro ou o galego dos fretes.

A assinatura dos folhetos era um contrato para honrar em qualquer circunstância. Mesmo que levasse mais tempo a cumprir do que o planeado à partida. Uma situação excepcional, no conjunto das obras de José Daniel, passou-se com a *Câmara Óptica*, cuja publicação esteve suspensa por duas vezes, primeiro durante seis meses, em 1808, quando pôs «a pena em descanso» porque lhe «ditou a prudência», devido ao receio de represálias por parte das autoridades de ocupação francesas; e depois, entre 1809 e 1811, um hiato de dois anos entre os dois últimos folhetos, por razões que não divulgou. O que não deixou de sublinhar foi o cumprimento da obrigação: «[...] existe a minha responsabilidade para com aqueles, de quem recebi as promptas assignaturas, vou a continuar esta mesma Obra [...] até completar o número de doze Folhetos, em que me comprometti com o respeitavel Publico» (*Câmara Óptica*, VIII, p. 1).

A prova de confiança materializada no adiantamento do dinheiro correspondente ao preço da obra ainda por produzir selava um compromisso entre o autor e os leitores. Sinal do reconhecimento do valor do seu trabalho e da sua profissionalização⁶²⁹.

⁶²⁹ Sobre a evolução que permitiu instituir um novo regime literário que permitiu a profissionalização do autor ver FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 218-226; MOORE, Adam D. – «Concepts of Intellectual Property and Copyright». In SUAREZ, Michael F., e WOULDHUYSEN, H. R. (ed.) – *The Book. A Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 183-196; MOLLIER, Jean-Yves – *Une Autre Histoire de l'Édition Française*. Paris: La Fabrique Editions, 2015, p. 105-132. Elaborando sobre o conceito de «fórmula editorial» desenvolvido por Roger Chartier, Socorro Pacífico Barbosa sustenta que José Daniel Rodrigues da Costa construiu a sua própria fórmula editorial, indispensável para a sua profissionalização (BARBOSA – *Op. cit.*, 2017, p. 681).

CAPÍTULO XI. UM PERIÓDICO HUMORÍSTICO FALHADO: O MANUSCRITO DE *O AMOR D'ESTRANJA* E A PROMESSA NÃO CUMPRIDA DOS DRAMAS JOCO-SÉRIOS DE HIPÓLITO DA COSTA

XI.1. Uma «extravagante incursão»

Em *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, obra de referência sobre o precursor da imprensa periódica liberal em Portugal e no Brasil, Carlos Rizzini regista uma «extravagante incursão de Hipólito no terreno da ficção em 1811», remetendo para um «apógrafo adquirido por Plínio Salgado na Feira da Ladra, em Lisboa»⁶³⁰. Trata-se de *O Amor d'Estranja*, uma peça de teatro que ficou manuscrita até 1992 quando, graças a um exemplar gentilmente facultado pelo Prof. Doutor José Esteves Pereira, foi finalmente publicada em impresso⁶³¹. Pretende-se com esta abordagem do texto – e respectivos paratextos, incluindo a dedicatória, as duas epígrafes e o prólogo –, contextualizá-lo no conjunto da obra de Hipólito da Costa e propor uma hipótese de explicação para o facto de o autor tê-lo deixado permanecer na forma de manuscrito, conferindo-lhe um estatuto de obra menor ou, pelo menos, extravagante, na sua produção, a que porventura não terá sido estranha a tentativa de acrescentar às vertentes jornalística, política e maçónica da sua actividade mais uma, menos bem conseguida: a de humorista.

XI.2. O título, a assinatura e a dedicatória

O texto, datado de «Londres, 1811», é apresentado na dedicatória como um «Drama composto pelo Redactor do Correio Braziliense e oferecido às Senhoras Portuguesas para seu divertimento». Ao aventurar-se na escrita humorística, Hipólito da Costa pisava um terreno que, embora não lhe fosse totalmente estranho⁶³², não era o que percorria mais à-vontade⁶³³. No campo literário da época em que desenvolveu a sua

⁶³⁰ RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 45.

⁶³¹ FERREIRA, João P. R. – *Op. cit.*, p. 204-238.

⁶³² Ver abaixo p. 276, nota 653, e p. 277, nota 657.

⁶³³ Apesar de o humor ter desempenhado um papel relevante na luta pela liberdade contra o absolutismo, que dominou a vida cívica de Hipólito: «Laughter and “despotismo” are incompatible» (BAECQUE, Antoine de – «Parliamentary Hilarity inside the French Constitutional Assembly (1789-91)». In BREMMER e ROODENBURG (ed.) – *Op. cit.*, p. 188.

trajectória de autor, Hipólito acumulou o seu capital simbólico noutros géneros⁶³⁴. Mostra-se, aliás, de tal modo consciente da figuração que presume ser-lhe conferida pelo seu estatuto público que não vê sequer necessidade de assinar com o seu nome, antes com a função pela qual é conhecido – e reconhecido – pelos seus leitores, pelos seus pares e pela sociedade: «pelo Redactor do Correio Braziliense»⁶³⁵. No prólogo, o leitor ficará a saber mais sobre o porquê da escolha das «Senhoras Portuguesas» para objecto/alvo da dedicatória.

XI.3. As epígrafes

Em epígrafe, duas citações de autores satíricos ajudam a entender o objectivo do autor e, também, a definir a sua inserção numa tradição cultural determinada⁶³⁶. A primeira cita a *Sátira I^a* do neoclássico português Correia Garção (1724-1772), cultor de Horácio e membro fundador da Arcádia Lusitana, redactor da *Gazeta de Lisboa* entre 1760 e 1762, que acabou por morrer na prisão do Limoeiro sob o consulado de Pombal⁶³⁷: «Que se guardem de mim, porque se peço/ Ao Campeão d'Apúlia a longa espada,/ Com que fendia as costas dos Romanos;/ Nem a maldita fama bolorenta/ De seus célebres nomes esquecidos/ Ilesa deixarei, senão contados/ E a fábula do povo em toda a idade».

A segunda citação é da *Sátira I* do clássico latino Juvenal: «*Tam quis iniquae tam patiens urbis, tam ferrens, ut teneat se*» («É preciso ser-se de ferro para se conter nesta cidade iníqua»). Este verso aparece, também, citado pelo satirista inglês Samuel Johnson em epígrafe ao seu poema *London*, de 1738, que tem como subtítulo «Uma Imitação da Terceira Sátira de Juvenal». De notar, além do conhecimento da obra de Juvenal adquirido porventura durante os estudos na Universidade de Coimbra, a probabilidade de Hipólito da Costa ter lido Johnson durante o exílio londrino⁶³⁸.

⁶³⁴ Ver BOURDIEU, Pierre – «Le champ littéraire». *Actes de la recherche en sciences sociales*. Nº 89, 1991, p. 4-46.

⁶³⁵ Sobre os conceitos de «figuração autoral» e «função autor» ver acima p. 251, nota 602.

⁶³⁶ Sobre o «efeito-epígrafe» como forma de caução indirecta e de reivindicação do prestígio de uma filiação cultural no âmbito da estratégia de legitimação do autor, ao mesmo tempo que, com este paratexto, o autor estabelece um laço com o leitor através de um «gesto mudo» que apela à interpretação daquele ver GENETTE, Gérard – *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987, p. 145.

⁶³⁷ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 71-77; SARAIVA, António José – Introdução. In GARÇÃO, Pedro António Correia – *Obras Completas*. Vol. I. Lisboa: Sá da Costa, 1957, p. I-XLVIII.

⁶³⁸ JOHNSON, Samuel – *London. A Poem in Imitation of the Third Satire of Juvenal*. [Em linha]. Londres, 1738. [Consult. 14.11.2014]. Disponível em <http://www.online-literature.com/samuel->

XI.4. O prólogo

No tom coloquial característico deste paratexto, o prólogo d'*O Amor d'Estranja* informa o leitor que o autor se inspirou num «caderno» recebido juntamente com outra correspondência remetida por amigos de Portugal, contendo «uma colecção de anedotas sumamente bizarras e extravagantes» que lhe provocaram «grandes gargalhadas». E o levaram a compor um drama, uma «obra moral» destinada

em primeiro lugar, aos bons Pais de famílias que quizerem conservar a virtude e a honra illeza nas suas Casas, em segundo lugar pode se-lo também a algumas Senhoras, a quem não obstante servirem as carapuças, que aqui vão talhadas, não as tenha abandonado a Razão [...] em terceiro lugar aos Gavizantes, a quem darei ocasião de tomarem as suas barrigadas de rizo⁶³⁹.

Fica aqui esclarecida a escolha do alvo da dedicatória e também a noção que o autor tem do humor, em linha com os conhecimentos do seu tempo⁶⁴⁰.

O prólogo de *O Amor d'Estranja* é, igualmente, revelador da representação social do autor e da sua «agenda» enquanto cidadão e actor político, ao deixar no ar a «ameaça», com ecos de proclamação ritual – recorde-se o lugar de destaque ocupado por Hipólito da Costa na Maçonaria em Inglaterra e no papel que desempenhou para a formação do Grande Oriente Lusitano⁶⁴¹: «Semilhante a esta sahirá pois todos os mezes hum Drama, no qual farei a devida justiça à virtude, rasgando ao feio vicio a imunda mascara».

[johnson/3246/](#); ENGELL, James – «Satiric Spirits of the Later Eighteenth Century: Johnson to Crabbe». In QUINTERO, Ruben (ed.). *Op. cit.*, p. 233-256.

⁶³⁹ «[...] a mesma sociedade suspende sobre cada um dos seus membros, senão a ameaça de um castigo, pelo menos a perspectiva de uma humilhação que nem por ser leve se torna menos temível. Tal será a função do riso. Sempre algo humilhante para quem é seu objecto, o riso constitui na verdade uma espécie de reprovação social. Daí o carácter equívoco do cómico [...]. É aqui que entra a intenção inconfessada de humilhar, e com ela, sem dúvida, de corrigir, pelo menos exteriormente. É por isso que a comédia está muito mais próxima da vida real do que o drama» (BERGSON – *Op. cit.*, p. 89).

⁶⁴⁰ A expressão «barrigadas de riso», que ainda hoje persiste, remete para a concepção kantiana do humor como manifestação fisiológica visceral, de acordo com a teoria que define o humor como uma forma de alívio: «Pois se se admite que a todos os nossos pensamentos se liga harmonicamente ao mesmo tempo algum movimento nos órgãos do corpo, compreender-se-á razoavelmente como àquela súbita transposição de ânimo ora a um ponto de vista ora a outro para contemplar o seu objecto pode corresponder uma recíproca tensão e distensão das partes elásticas das nossas vísceras, que se comunica ao diafragma (idêntica à que sentem as pessoas que têm cócegas), de modo que o pulmão expele o ar a intervalos rapidamente sucessivos e assim efectua um movimento favorável à saúde, o qual unicamente e não o que ocorre no ânimo é a verdadeira causa do deleite num pensamento, que no fundo não representa nada» (KANT – *Op. cit.*, 1992 [1790], p. 227-228).

⁶⁴¹ DIAS, Graça e José Sebastião da Silva – *Op. cit.*, p. 627-628; DIAS, João José Alves – «A Maçonaria em Portugal de 1727 a 1802». In DINES, A. e LUSTOSA, I. (ed.) – *Op. cit.*, p. 259-267.

Rizzini congratula-se por Hipólito não ter cumprido a promessa, classificando *O Amor d'Estranja* como uma «composição sem nenhuma qualidade, que nada acrescenta à sua reputação»⁶⁴². A preocupação do biógrafo é compreensível em termos estéticos. Já o estudioso da história das ideias não pode deixar de congratular-se por ter à disposição um texto tão revelador de conceitos, preconceitos e sensibilidades⁶⁴³.

XI.5. O texto

Os nomes atribuídos às personagens principais são significativos da respectiva caracterização individual e social: as jovens protagonistas D. Fúfia Britânica e D. Sentenciosa Reticência; EstáPorTudo (pai daquelas); as tias D. Crocodilha Espantosa e D. Seba Azevia; Torneadinho (negociante, amante de Fúfia); Dr. Minuete (um «sujeito de representação», parente das senhoras); Mr. Stronk (cirurgião inglês, também amante de Fúfia). A família de EstáPorTudo refugiou-se em Lisboa na sequência das invasões francesas, tendo abandonado (alegadas) terras e bens em Coimbra. Na capital, pai, filhas, tias e outro parente vivem à custa do abastado Torneadinho, que está apaixonado por Fúfia, vértice de um triângulo amoroso de que também faz parte Mr. Stronk, cirurgião do exército aliado/ocupante.

A intriga denuncia, em termos satíricos, a moralidade ambígua das famílias da alta sociedade portuguesa da época, cujas mulheres – mães e filhas – são apresentadas como presas/predadoras em relações afectivas e sexuais com oficiais ingleses, um fenómeno de moda que também alimentou o ressentimento patriótico contra o ocupante britânico, que culminou com a revolução liberal de 24 de Agosto de 1820, depois da conspiração falhada de Gomes Freire, em 1817. Durante a ocupação de Lisboa na sequência da primeira invasão francesa (fim de Novembro de 1807-Junho de 1808) manifestou-se tendência semelhante para as ligações entre aristocratas portuguesas e a oficialidade francesa, tendo Hipólito da Costa zurzido com ironia, nas páginas do *Correio Braziliense*, a condessa da Ega, notória amante de Junot⁶⁴⁴.

Em 1811, expulsos os exércitos de Napoleão, D. Fúfia respondia assim a D. Seba:

⁶⁴² RIZZINI – *Op. cit.*, p. 45.

⁶⁴³ Palma-Ferreira sublinha a importância da «literatura portuguesa menor», capaz de apresentar, com a sua sátira social, «um retábulo terrível de verdades que a história oficial escondeu ou que a literatura culta nunca se atreveu a divulgar com o mesmo desprazo» (PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 21).

⁶⁴⁴ Ver abaixo p. 276, nota 653.

Mas minha tia he necessario attender à moda, bem sabe que he pratica usada ha 3 annos por todas as Senhoras Portuguezas [...] o tomarem por Chichibeos Officiaes Inglezes, que todas as que os não tem em grande numero são olhadas das outras com desprezo [...]. Eu só com hum volver de meos olhos sou capaz de fazer depor em terra as armas aos Britanicos Guerreiros[...] Assim ainda que Mr. Stronk não seja de grande patente, nem seja rico, entretanto serve-me de chamariz para outros Officiaes Inglezes, mas isto não se oppoem a que eu favoreça hum Negociante tão rico como Torneadinho, antes pelas vossas liçoens, e das outras minhas Tias, eu não só posso, mas devo trazer arrastados, e agrilhoados todos aquelles. de quem nos pode vir algum proveito.

Torneadinho organiza uma excursão a Mafra com a amante e a família desta, mas o eixo de uma das carruagens parte-se durante a viagem. O acidente permite que sejam alcançados por Mr. Stronk que os perseguia, acompanhado por outros oficiais britânicos, depois de ter obrigado uma das tias, que ficara em Lisboa, a revelar o paradeiro de Fúfia. Acabam todos engalfinhados numa cena precursora dos entremezes burlescos dos primórdios do cinema mudo. Depois de agarrar Torneadinho pelas abas da casaca e atirá-lo ao chão, Stronk «sobe a Sege aonde esta D. Fufia, e D. Crocodilha, e começa descarregando sobre ellas um sem numero de bofetoens», ao mesmo tempo que desabafa: «Mas elle [Torneadinho] *no* culpado; estes *putes* sim»⁶⁴⁵.

No terceiro e último acto, o Dr. Espalha, outro parente que participara na excursão e acabara por ser espancado pelos militares ingleses, desfia o seu rol de queixas a um oficial português numa fala que parodia todo o «processo», numa linguagem pseudo-jurídica⁶⁴⁶: «Pois meu amigo o cazo he summario, e com effeito decedio se a demanda em poucas horas, e a pesar de ser Civil, parece criminal porque me foi imposta, e executada a pena, sem appellação, nem agravo, com brevidade espantosa, que admirarião os Praxistas mais celebrados [...]».

O oficial português começa a tirar a moral da história: «Bem hajão os Inglezes, que tal fizerão, nunca as maons lhe doão». E mais adiante:

Diga-me Senhor Dr. Espalha, não merece hir para a caza da estopa, depois de bem açoutada toda essa vil canalha das mencionadas Senhoras que antes merecem outro nome? [...] he ate onde pode chegar a corrupção dos costumes, e o descaramento! [...] humas desavorgonhadas [...] abraçando-se, e beijando-se escandalozamente com esses Bifes que vierão desenvolver em Portugal os germes da devacidão e da imoralidade [...] e não são so as

⁶⁴⁵ Sobre a utilização de linguagem obscena pelas personagens e o seu significado ver BAKHTINE – *Op. cit.*, p. 25.

⁶⁴⁶ «Uma outra forma da mesma rigidez cómica é aquilo a que chamarei a *deformação profissional* [...] o meio mais frequente de tornar cómica uma profissão é acantoná-la, por assim dizer, no interior da linguagem que lhe é própria. Far-se-á com que o juiz, o médico, o soldado, apliquem às coisas correntes a linguagem do direito, da estratégia ou da medicina, como se se tivessem tornado incapazes de falar como toda a gente» (BERGSON – *Op. cit.*, p. 113-114).

Solteiras, mas também as casadas e as Viúvas, que se abandonão a tais loucuras; as Solteiras o fazem diante dos Pais, e Maens, as Cazadas na presença dos Maridos, e as Viúvas vão mesmo ao Templo insultar as cinzas de seos Defuntos Maridos. A tanto chega o desbocamento, a loucura, o desaforo, e a perdição dellas! Tal he a paciencia, sofrimento, e cornudagem delles! oh devassidão! oh desacato! oh pouca vergonha.

O mesmo militar narra então uma história dentro da história com características de humor negro e traços pré-românticos típicos da literatura gótica, cujos primórdios Hipólito terá acompanhado em Londres⁶⁴⁷: uma orgia que termina numa noite de tempestade, com relâmpagos, trovões e um fantasma vingador, num cenário que parece inspirado pela aparição do Comendador em *Don Giovanni*, o libertino castigado – apesar de aquela ópera de Mozart só ter estreado em Londres em 1816 (ao contrário de *Così fan tutte* e de *A Flauta Mágica*, a que Hipólito ali poderia ter assistido precisamente em 1811)⁶⁴⁸:

[...] da affogueda brecha sahe hum grosso Fantasma, que ainda agora me parece, que estou vendo [...] “he o mêo Marido” (exclama a que era d’entre ellas a mais velha) [...] “não contentes com os ultrages que me fizestes durante a vida [...] fazeis que os meos Manes, ainda agora não descancem [...] servindo a minha sombra as outras sombras de irrizão [...] mas ja que sois a cauza da minha vergonha eterna, ouvi de mim o damno apercebido ao vosso desaforo, e desacato: no espaço de poucas luas espero vervos a todas nas ameias reduzidas a penuria a mais extrema, cheias de imundicias, e de inumeros males, sendo o escarneio das gentes, mas não se acabara so nisto o damno da vossa pertinacia, e putaria, que o livro dos destinos detirmina, que acabareis em pouco espaço os vossos dias míseros” [...] ⁶⁴⁹.

Para terminar, antes do coro final, é ainda o oficial português que deixa o aviso: «Conservem-se as Senhoras nos lemites, que prescrevem a honestidade, e o decoro, que eu lhe prometto, que se livrem de ultrajes, e que sejam respeitadas»⁶⁵⁰.

⁶⁴⁷ Sobre a produção, circulação e recepção de histórias de fantasmas e assombrações, típicas da literatura gótica, na Inglaterra do século XVIII, ver HANDLEY, Sasha – *Visions of an Unseen World: Ghost Beliefs and Ghost Stories in Eighteenth Century England*. London: Pickering & Chatto, 2007.

⁶⁴⁸ EINSTEIN, Alfred (1945). *Mozart: His Character, His Work*, New York: Oxford University Press, p. 408.

⁶⁴⁹ Compare-se com a aparição fantasmagórica do Comendador a Don Giovanni: «Ferma un po’/ Non si pasce di cibo mortale/ chi si pasce di cibo celeste./ Altra cure più grave di queste./ altra brama quaggiù mi guidò.//[...] Pèntiti, cangia vita:/ è l’ultimo momento!» (DA PONTE, Lorenzo – *Don Giovanni*. [Em linha]. Acto II, Cena 17. <http://www.librettidopera.it>, 2015 [1787], p. 60-61. [Consult. 14.11.2017]. Disponível em <http://www.librettidopera.it/zpdf/dongiov.pdf>.

⁶⁵⁰ Note-se a convergência do humor moralista desta peça com a teoria da comédia iluminista alemã: «Ce rire d’exclusion sanctionne les manquements aux normes sociales du protagoniste, et le plus souvent aussi, ceux de son entourage; au cinquième acte, le héros fautif sera soit réintégré dans la société des gens vertueux après s’être amendé et avoir reconnu ses fautes, soit exclu, banni par le rire supérieur du spectateur qui, édifié par la comédie, saura à l’avenir se comporter raisonnablement; la vertu est recompensée, le vice châtié» (GRIMBERG, Michel – «Le rire dans la théorie de la comédie de l’Aufklärung (1725-1770)». *Dix-huitième siècle*. N°. 32, 2000, p. 89-90).

XI.6. Contexto, circulação e recepção

Escrito por um brasileiro radicado em Londres, cuja obra tinha como público-alvo a corte do Rio de Janeiro e a burguesia mercantil de Lisboa e do Porto⁶⁵¹, por onde se verificava a sua circulação e recepção, na esteira do *Correio Braziliense*, *O Amor d'Estranja* é também um exemplo da globalização da cultura no início do século XIX. Em 1811, data da redacção do manuscrito, Portugal acabava de se libertar poucos meses antes da terceira e última invasão francesa, graças ao auxílio militar do aliado britânico. Mas por um preço elevado – político, económico e social.

Do ponto de vista político, o reino sofrera a partida do príncipe regente e da família real (acompanhada pela nata das elites nacionais) para o Brasil, tornando-se uma colónia da colónia; se a transferência da corte para o Rio de Janeiro permitiu manter a independência formal do país, significou, na prática, a perda da soberania, patente, por exemplo, nos poderes atribuídos ao general Wellesley (futuro duque de Wellington) e, depois, à entrega do comando supremo do exército português ao general Beresford, também chamado a integrar a Regência.

Do ponto de vista económico, a abertura dos portos brasileiros e os Tratados de Amizade e Aliança e de Comércio e Navegação, ambos assinados em 1810, consagraram a dependência lusitana em relação à Grã-Bretanha por mais de um século (embora estudos recentes perspectivem estes acontecimentos de uma forma mais matizada⁶⁵²).

Do ponto de vista social, a destruição do tecido económico pelo esforço de guerra condenou o país à pobreza. O comércio foi arruinado pela abertura dos portos do Brasil aos navios de países amigos. A indústria nascente foi desmantelada em consequência do Tratado de Comércio, que escancarou o mercado nacional às importações britânicas. A agricultura foi devastada pelas exacções das forças invasoras e o sustento do exército aliado; os campos abandonados por falta de mão-de-obra desviada para o serviço militar ou respectivos serviços de apoio (designadamente a vasta mobilização de braços para a construção das Linhas de Torres, em 1810); colheitas, gado e casas foram na mesma altura estrategicamente queimadas por ordem de Wellesley para impedir o inimigo de se aprovisionar.

⁶⁵¹ FERREIRA, João P. R. – *Op. cit.*, p. 30-31.

⁶⁵² COSTA, Leonor Freire *et al.* – *Op. cit.*, p. 289-300.

É neste contexto que a presença dos aliados começa a ser ressentida pelos portugueses, designadamente pela burguesia urbana de Lisboa, a capital secundarizada pela ausência da corte, a quem coube o «prémio de consolação» de acolher os novos senhores. Já durante a primeira invasão, como atrás foi referido, causara escândalo público o relacionamento íntimo de Junot com a condessa da Ega, mulher de um apoiante da deputação que foi a Bayonne apresentar a Napoleão a «gratidão» da nação portuguesa e pedir-lhe que nomeasse um rei para Portugal em substituição da dinastia de Bragança. Coincidência ou não, é no mesmo ano em que redige *O Amor d'Estranja* que Hipólito da Costa se refere em termos sarcásticos, nas páginas do *Correio Braziliense*, ao conde da Ega, Aires de Saldanha, e a sua mulher, Juliana de Almeida Oyenhausem (filha da poetisa Leonor de Almeida, condessa de Oyenhausem e futura marquesa de Alorna), que acabara de trocar o marido pelo embaixador da Rússia em Madrid, conde Stroganoff, com quem viria a casar-se:

A Condessa deixou Madrid e foi viajar a Italia debaixo da protecção de um nobre Russo que alli estava de Embaixador. Que diria destes factos, se fosse vivo, o seu illustrissimo e excellentissimo parente Marquês de Ponte de Lima, que sendo primeiro Ministro se occupava a jogar o florete, e ter longos interlocutorios, com as figuras pintadas nos panos das paredes; seguramente não desejarão esses grandes senhores unir ás cotas d'armas os tropheos que ornem o capacete dos Egas; Proh pudor! Que grandes de um reyno!!!⁶⁵³

Revela, portanto, coerência, o redactor do *Correio* ao dar conta do mal-estar provocado pela «moda» de as aristocratas e burguesas portuguesas escolherem oficiais britânicos para amantes – não obstante o apreço de Hipólito pelos usos e costumes britânicos, a sua admiração pelo modelo político do liberalismo inglês e a gratidão pelo acolhimento, asilo e protecção encontrados naquele país (determinantes para o «efeito de lugar»⁶⁵⁴), onde chegou como fugitivo dos cárceres da Inquisição e do regime absolutista vigente em Portugal⁶⁵⁵.

⁶⁵³ COSTA, Hipólito da – *Correio Braziliense*. Vol. VI, p. 311. A mesma caricatura do marido enganado foi usada, com o mesmo efeito cómico, um século e meio depois, pelo humorista José Vilhena (VILHENA, José – *História Universal da Pulhice Humana: Pré-História*. Silveira, Torres Vedras: E-primatur, 2015 [1960], p. 144-145; *Idem* – *Os Palitos*. s.l. Ed. do autor, 1973). Ver ZINK, Rui – *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 11-13.

⁶⁵⁴ Sobre este conceito: «On ne peut rompre avec les fausses évidences, et avec les erreurs inscrites dans la pensée substantialiste des lieux, qu'à condition de procéder à une analyse rigoureuse des rapports entre les structures de l'espace social et les structures de l'espace physique» (BOURDIEU, Pierre – «Effets de lieu». In BOURDIEU, Pierre (dir.) – *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993, p. 250.

⁶⁵⁵ Episódio que narrou em livro publicado no mesmo ano da redacção de *O Amor d'Estranja*: COSTA, Hipólito da – *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Natural da Colonia de Sacramento, no Rio da Prata, Prezo e Processado em Lisboa pelo Pretensio Crime de Fra-Maçon ou Pedreiro-Livre*. 2 vols., Londres: W. Lewis, 1811.

Apesar da sua fraca qualidade literária, *O Amor d'Estranja* integra-se na corrente satírica que outros levaram a melhor porto e que o próprio Hipólito da Costa mostrou saber cultivar, nas raras ocasiões em que contrariou a circunspecção que, habitualmente, caracterizava o seu «texto equilibrado e analítico», mesmo quando se envolvia em «polêmicas civilizadas»⁶⁵⁶. Foram, pois, excepcionais, as referências satíricas tanto aos «troféus que ornaram o capacete dos Egas» como, anos depois, ao noticiar no *Correio Braziliense* a publicação do diploma legal de 17 de Junho de 1817, renovando a proibição da circulação do periódico: a «Portaria dos governadores do Reino» viu-se transformada por uma oportuna gralha em «Porcaria»⁶⁵⁷. O efeito da aliteração faria escola na história do humor⁶⁵⁸.

No prólogo do manuscrito, Hipólito declarou a intenção de publicar peças semelhantes, com periodicidade mensal, escritas com base na correspondência recebida de Portugal. Mas não concretizou a «ameaça», nem sequer fez imprimir *O Amor d'Estranja*. Porquê? Provavelmente, por se ter dado conta da evidente falta de qualidade da peça, ou talvez por causa do volume de trabalho que o assoberbou ao longo daquele ano em particular. Além do labor quotidiano para garantir a publicação pontual dos números mensais do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa publicou, sempre em 1811, a autobiográfica *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Natural da Colonia de Sacramento, no Rio da Prata, Prezo e Processado em Lisboa pelo Pretenso Crime de Fra-Maçon ou Pedreiro-Livre*, em edição bilingue (um volume em português e outro em inglês), e ainda deu ao prelo, também na oficina impressora de W. Lewis, uma *Nova Grammatica Portugueza e Ingleza*. A partir de Julho do mesmo ano, Hipólito teve uma nova fonte de preocupações: nesse mês saiu na capital britânica o primeiro número de *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, fundado pelos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha. O *Investigador* era patrocinado pelo governo do Rio de Janeiro, através do representante diplomático de Portugal em Londres, D. Domingos

⁶⁵⁶ LUSTOSA, Isabel – *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 423.

⁶⁵⁷ COSTA, Hipólito da – *Correio Braziliense*. Vol. XIX, p. 3.

⁶⁵⁸ «Il existe aussi un remarquable exemple de mot d'esprit fondé sur une modification de ce type, c'est la célèbre exclamation "Traduttore – Traditore!" [...] La similitude des deux mots, qui va presque jusqu'à l'identité, permet de figurer de manière impressionnante les nécessités auxquelles le traducteur est soumis et qui amènent celui-ci à pécher contre son auteur» (FREUD – *Op. cit.*, p. 86).

de Sousa Coutinho, conde de Funchal, para concorrer directamente com o *Correio Braziliense* e alimentou várias polémicas com este periódico e o seu redactor⁶⁵⁹.

A incessante actividade editorial de Hipólito da Costa poderá, também, tê-lo pressionado financeiramente, conjugando-se com outros factores para ditar a contenção na passagem a letra de forma do manuscrito de *O Amor d'Estranja*⁶⁶⁰. Os elevados custos de produção de livros e periódicos podem ter imposto a necessidade de seleccionar o que imprimir⁶⁶¹. Anos mais tarde, em 1819, desabafará sobre os seus constrangimentos:

Todo o incansável trabalho da redacção, edição, correspondência, etc., deste periódico tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstâncias o obrigaram a viver⁶⁶².

Afinal, a ordem do discurso é sempre uma ordem de materialidade⁶⁶³, o estatuto de autor é inseparável das outras actividades humanas⁶⁶⁴ e ele tem que, antes do mais, «encher a barriga»⁶⁶⁵.

Entende-se, assim, por que é que o drama acabou preterido: um escrito menor, marginalizado pelo próprio Hipólito da Costa na representação da sua figuração autoral

⁶⁵⁹ FERREIRA, João P. R. – *Op. cit.*, p. 24.

⁶⁶⁰ Apesar da persistência dos periódicos manuscritos e da longa coexistência entre periódicos impressos e manuscritos, com vantagens relativas para cada um dos suportes, como salienta João Luís Lisboa a propósito das gazetas. LISBOA, João Luís – «Gazetas feitas à mão». In *Gazetas. A Informação Política nos finais do Antigo Regime. Cadernos de Cultura*. Nº. 4, 2002, p. 31-56.

⁶⁶¹ «Quanto ao *Correio Braziliense*, sabe-se que cada tiragem de 500 exemplares com 128 páginas custaria 51 libras (a 60 *pence* por mil réis teríamos 204 mil réis em 1808) e seriam necessários 300 subscritores apenas para a manutenção material do periódico; somando 150 libras de alugueres e as despesas com o correio, empregados e despesas gerais, e considerando que o redactor, para viver decentemente em Londres, precisaria então de 450 libras anuais, conclui-se que Hipólito necessitaria de 1212 libras, ou seja, o valor de mais de 600 assinaturas» (TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 198); «As assinaturas, ao preço de 2 guinéus, eram, a princípio, subscritas na residência do redator, nº 1, New Inn, Wych Street, Temple-bar, ou na oficina impressora; mais tarde em alguns livreiros. As assinaturas no estrangeiro, tomavam-se com os agentes de paquetes ou correio-mores, que tivessem correspondência com o correio-mor de Londres. Custava o exemplar no Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, a exorbitância de 1\$280 réis (o porte ficava em 110 réis, mais ou menos), segundo anunciava o negociante J.J. Dodsworth» (RIZZINI – *Op. cit.*, p. 19).

⁶⁶² COSTA, Hipólito – *Correio Braziliense*. Vol. XXIII, p. 174.

⁶⁶³ CHARTIER, Roger – «Qu'est-ce qu'un auteur? Révision d'une généalogie». *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Nº 4, 2000, p. 31.

⁶⁶⁴ «Leur statut, leur force novatrice comme leur échec, sont inseparables des autres activités humaines» (ROCHE, Daniel – «Le point de vue de l'historien». In DURANTON, Henri e ROCHE, Daniel – *Le Pauvre Diable: Destins de l'Homme de Lettres au XVIIIe Siècle*. Colloque International Saint-Étienne. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2006, p.16).

⁶⁶⁵ Aplica-se a Hipólito a reflexão de Robert Darnton a propósito dos autores do Iluminismo setecentista: «After all, they were men of flesh and blood, who wanted to fill their bellies, house their families, and make their way in the world» (DARNTON, Robert – *The Literary Underground of the Old Regime*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982, p. 2).

e no processo de produção do sentido e de construção da significação do seu discurso⁶⁶⁶. Correlatamente, as modalidades de recepção do manuscrito foram diferentes das das restantes obras do autor – pelo menos no aspecto quantitativo –, com consequências para a sua apropriação, no sentido em que o conceito é utilizado por Roger Chartier⁶⁶⁷.

Certamente por isso se sabe tão pouco acerca da circulação e recepção de *O Amor d'Estranja*⁶⁶⁸ até à menção, por Rizzini, do exemplar obtido por Plínio Salgado na Feira da Ladra. Exceptuando essa, não se conhecem outras referências à obra durante o quase bissecular período de ostracismo a que foi votado Hipólito da Costa na sequência da polémica sobre a alegada venalidade que pôs em causa a sua dignidade como político liberal, como patriota e como jornalista⁶⁶⁹.

⁶⁶⁶ Sobre estes conceitos ver CHARTIER, Roger – *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 21-24.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, p. 26.

⁶⁶⁸ «[...] será sempre possível vir a encontrar no futuro pelo menos 1/5 dos exemplares impressos produzidos (ou seja 100 em 500), enquanto a memória de exemplares manuscritos muito provavelmente terá desaparecido (*O Anónimo* 1754: nº 14, 1: cit. in Piwnik 1979: 86). Nesta lógica, o manuscrito distingue-se do impresso como a precariedade da conversa se distingue da perenidade da escrita» (LISBOA, João Luís – *Op. cit.*, 2002, p. 55-56).

⁶⁶⁹ Estudos e biografias recentes, porém, já incluem *O Amor d'Estranja* no rol das obras do «patriarca do jornalismo brasileiro», como Hipólito passou a ser designado oficialmente desde a sua reabilitação pública, transladação para o Museu da Imprensa em Brasília e consagração da data do lançamento do primeiro número do *Correio Braziliense* (1 de Junho) como Dia da Imprensa no Brasil. Ver COSTELLA, Antonio F. – «Cronologia Pessoal». In DINES, Alberto e LUSTOSA, Isabel (ed.) – *Op. cit.*, p. 178; PAULA, Sergio Goes de – *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 15.

CONCLUSÃO. CASTIGAR A RIR: DA CRÍTICA DE COSTUMES À CRÍTICA SOCIAL E POLÍTICA

A evolução dos conteúdos humorísticos na imprensa periódica portuguesa entre 1797 e 1835 acompanhou a evolução da sociedade onde esses periódicos eram produzidos, circulavam e que deles se apropriava. A crítica de costumes feita pelo *Almocreve de Petas* e pelos restantes periódicos editados por José Daniel Rodrigues da Costa, tão ao gosto dos leitores que justificou reedições sucessivas até meados do século XIX – a terceira edição do *Barco da Carreira dos Tolos* data de 1850 –, circulou com o mesmo sucesso editorial no Antigo Regime, no triénio vintista, no absolutismo pós-Vilafrancada, na primeira vigência da Carta Constitucional, no miguelismo e, já depois da morte do autor, no liberalismo pós-Guerra Civil, no setembrismo, no cabralismo e na Regeneração⁶⁷⁰. Gerações de leitores apropriaram-se das fórmulas jocosas de José Daniel, apesar do seu silêncio em matéria de «personalidades» e de religião, condição posta pela censura para autorizar a publicação dos segundo e terceiro tomos das suas obras poéticas, em 1796, e que o autor, prudente, respeitou daí em diante. Futuras investigações poderão aclarar a referência de Balbi à influência da mulher de Rodrigues da Costa na sua obra literária⁶⁷¹.

Comum à forma como ridiculariza os alvos identificados que, de algum modo, questionam a padronização dos costumes, sobressai no *Almocreve de Petas* e n’*O Espreitador do Mundo Novo* o preconceito contra o outro, um preconceito sobretudo social, sustentáculo do conformismo político que marca a linha editorial de ambos os periódicos. O outro são os pobres, os saloios, os galegos, os alentejanos, os estrangeiros, os negros, as mulheres, os velhos, os jovens em busca de afirmação. Preconceito contra as modas, contra o que vem de fora, a novidade, a mudança. Mas também, e às vezes de forma inesperada, esse outro – agente de mudança – é apresentado sob traços favoráveis, como no folheto em que elogia a crioula Clara de Luz, a quem atribui uma resposta que constitui um momento de modernidade nas páginas do jornal: «[...] eu não tenho mais nem menos que as outras mulheres»⁶⁷².

Por outro lado, os que vivem do trabalho alheio, além de postos a ridículo, são invariavelmente castigados – enganados, roubados, por vezes sovados – dando-se, deste

⁶⁷⁰ Em pleno século XXI, *Almocreve das Petas* é o título de uma página da rede social Facebook, que sucedeu a um blogue homónimo.

⁶⁷¹ Ver acima p. 27, nota 114.

⁶⁷² COSTA, José D. R. da C. – *Almocreve de Petas*. CI, p. 5).

modo, voz a uma certa vingança dos «de baixo». A crítica jocosa do novo e da mudança (incluindo a mobilidade social) tem como corolário a possibilidade de conceber o outro e a mudança. O humor do *Almocreve* não traz consigo a aceitação do outro, mas, ao constata-lo, cria condições para o reconhecimento da alteridade. Questionar esse humor confirma a dimensão complexa e ambígua do riso⁶⁷³.

Também *O Piolho Viajante* teve uma recepção assinalável, registando-se, além das edições originais de cada um dos quatro tomos entre 1802 e 1804, novas edições dos tomos anteriores à medida que os novos iam sendo publicados e reedições «emendadas» da obra completa em 1821, 1826, 1837, 1846 e 1854. Tamanha procura comprova o alargamento da leitura e da edição e, através delas, da opinião pública que viria a desempenhar um papel no liberalismo. Para o aparecimento dessa opinião pública contribuiu a crítica social, marca diferenciadora do humor do *Piolho Viajante*, cuja 72ª e última carapuça foi originalmente publicada em 1804, inviabilizando a eventualidade, que chegou a ser admitida, de alguns episódios terem sido escritos durante ou depois das invasões francesas ou mesmo no vintismo⁶⁷⁴. Visando diversos tipos sociais da realidade portuguesa na transição do Antigo Regime para o liberalismo, avulta, sobretudo, a crítica aos «de cima», sublinhando que «pobre com rico não faz boa liga».

A sátira social do *Piolho Viajante* nunca esquece que o seu alvo principal são os «alquimistas do dinheiro alheio». Consciente da temporalidade – «o tempo he que faz as cousas [...] vamos como elle quer, visto elle não querer o que eu quero»⁶⁷⁵ –, o riso que resulta da mordidela do Piolho – «se me morder de leve, hei de rir, e se me emendar algum vicio hei de chorar pelo não ter emendado antes, que ele mo anunciasse»⁶⁷⁶ – revela, afinal, a sua eficácia: subverte e esconjura o medo⁶⁷⁷.

Percorrendo o terreno acidentado das fronteiras do humor, percebemos também o lugar da relação entre mentira e verdade nos folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa. O «tempero» das petas realça a «verdade encoberta» sob as convenções das práticas sociais, para lá do ópio, do fingimento, da falsidade, enfim, da mentira, cuja «(in)veracidade»⁶⁷⁸ é questionada. Instrumento de controlo social na sua dimensão de

⁶⁷³ SERNA – *Op. cit.*, p. 14-16; LISBOA – *Op. cit.*, 2015, p.355-357.

⁶⁷⁴ PALMA-FERREIRA – *Op. cit.*, 1973, p. 292.

⁶⁷⁵ *Piolho Viajante*. Tomo III, p. 209-212.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, p. ix.

⁶⁷⁷ PEREIRA, Ricardo A. – *Op. cit.*, p. 107-10.

⁶⁷⁸ DYNEL – *Op. cit.*, 2017, p.83-102.

disciplinador pelo ridículo⁶⁷⁹, por vezes subversivo⁶⁸⁰, o humor é amoral⁶⁸¹ – mesmo que o autor, como no caso de José Daniel, alardeie o intuito moralizador da sua crítica de costumes, destinada a «corrigir os vícios».

Da extensa produção de José Agostinho de Macedo, discutiram-se neste trabalho *A Tripa Virada*, *Tripa por Huma Vez*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, periódicos em que os excessos de linguagem são a parte mais visível de uma utilização amoral do humor ao serviço de uma estratégia política para além do limite entre o sério e o risível. A busca do efeito cómico é instrumental em Macedo – «combato com as armas do ridículo»⁶⁸² –, para quem o riso funciona como uma verdadeira «disciplina do embaraço». A repressão pela comicidade é a contribuição de Macedo para a construção de uma opinião pública favorável, ao mesmo tempo que restringe o acesso ao espaço público, reservado aos seus, nunca ao outro: «Estejão calados!»⁶⁸³. Macedo é um mestre do sarcasmo e da sátira, mas não da ironia⁶⁸⁴. Esta ausência de ironia leva a pensar, em contraponto, no lugar da ironia nos periódicos de José Daniel Rodrigues da Costa e também no *Piolho Viajante*, onde, sobretudo a auto-ironia, cria situações de maior proximidade com o leitor, numa estratégia de simpatia que contrasta com o sarcasmo macediano, recurso favorito do seu riso liberticida, que não pretende respeitar os limites da decência, da crueldade, da obscenidade. Livros e periódicos são para queimar, ossos são para quebrar à cacetada, corpos para enforcar. O outro, o adversário, o que é diferente (pedreiro livre, «malhado», mulher, brasileiro) é desumanizado, mesmo diabolizado – «verdadeiros Demonios com apparencia humana»⁶⁸⁵.

Incapaz de reconhecer o outro, de dialogar, Macedo tinha uma profunda aversão à mudança política e social. Ao mesmo tempo, as suas formas de pensar e agir estavam sustentadas por uma erudição e uma cultura sólidas, servidas por um talento capaz de utilizar recursos literários, sobretudo os jocosos, com destaque para a sátira, o sarcasmo e a troça. Usou-os com eficácia, ao serviço do obscurantismo mais violento. A sua obra, e particularmente os periódicos aqui estudados, desafia uma reflexão sobre o «imoralismo cómico»⁶⁸⁶.

⁶⁷⁹ BILLIG – *Op. cit.*, p. 235.

⁶⁸⁰ DELIGNE – *Op. cit.*, p. 29-46.

⁶⁸¹ BOURGUINAT – *Op. cit.*, p. 290.

⁶⁸² MACEDO, José Agostinho – *Besta Esfolada*. Nº inédito [27], p. 3.

⁶⁸³ *Ibidem*. Nº 12, p. 9.

⁶⁸⁴ ANDRADE – *Op. cit.* 2001, p. 141; JANKÉLÉVITCH – *Op. cit.*, p. 9-37.

⁶⁸⁵ MACEDO – *O Desengano*. Nº 13, p. 2.

⁶⁸⁶ CARROLL – *Op. cit.*, p.106-115.

Esta violência e a diversificação das formas da troça colocam a questão dos efeitos que o humor provoca. Atrás disse-se que, ao fazer troça, tornava-se presente o objecto da troça e dava-se-lhe realidade. E pode o humor funcionar como «normalização» daquilo que se pretende recusar? Esta pergunta aparece numa discussão recente, protagonizada por Gabriel D. Rosenfeld, para quem é contraproducente a «normalização» operada sobre a figura histórica de Hitler, por obra dos inúmeros exemplos do seu tratamento humorístico. Ou seja, como um confronto essencialmente moral de uma ocorrência dramática pode ser atenuada pela repetição da figura cômica da personagem execrável⁶⁸⁷. Pelo contrário, Benjamin Aldes Wurgaft argumenta que os expedientes humorísticos, como outras formas de tratamento estético, longe de atenuar a carga moral da memória, acentuam-na, execrando a personagem⁶⁸⁸. Porque, para que o humor sobre Hitler funcionar, é necessário, como escreveu Mary Douglas, que o leitor reconheça a inversão de valores e o carácter doentio do discurso que se parodia⁶⁸⁹. E aí o humor joga essencialmente num contraste reconhecido e partilhado, e não nas nuances.

A questão coloca-se para a memória como se coloca para o combate das ideias e das formas de poder. Verificamos que o humor não é homogéneo, e que as suas formas se relacionam diferentemente com as circunstâncias. Discute-se se o humor, em vez de reforçar os grandes contrastes (preto/branco, positivo/negativo), não introduziria matizes de sentido que, paradoxalmente, não poderiam contribuir para a humanização dos alvos da troça. Mas somos levados a pensar que não é completamente adquirido um dado efeito, dependendo da relação que a comunidade estabelece com o objecto da graça, do modo como esse objecto absorve e replica esses efeitos, como se revela mais complexo, na esfera da comunicação. Estas distinções estão presentes na diversidade dos objectos e processos que aqui discutimos.

Os periódicos usaram o humor como elemento central da sua «fórmula editorial»⁶⁹⁰ para atrair leitores, ao mesmo tempo que a expansão da leitura na passagem do século XVIII para o século XIX correspondeu, primeiro, à abertura de uma discussão

⁶⁸⁷ ROSENFELD, Gabriel D. – *Hi, Hitler: How the Nazi Past is Being Normalized in Contemporary Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

⁶⁸⁸ WURGAFT, Benjamin Aldes – «Notes on Camps, or, Counterfactual Führers and the Structure of the Joke». *History & Theory*. Vol. 56, Nº 3, 2017, p.433-441. No caso que Rosenfeld e Wurgaft discutem, o problema não será tanto a figura do Führer que se normaliza, mas uma certa memória do Holocausto que se considera incompatível com qualquer forma de humor.

⁶⁸⁹ DOUGLAS, Mary – «The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception». *Man*. New series. Vol. 3, Nº 3, 1968, p. 361-376.

⁶⁹⁰ CHARTIER – *Op. cit.*, 2002, p. 178.

pública em termos morais, uma crítica de costumes. Numa fase posterior, a crítica de costumes evoluiu para uma crítica social. Levado aos limites, o humor viu a sua eficácia testada numa dialéctica do ser com o dever ser em que a ambiguidade do mesmo humor se constrói na consciência da fronteira do lícito e do ilícito, hoje mais difícil de entender.

Presente na construção dos dois pilares da expansão da leitura no período considerado – os periódicos e a política –, o humor constitui-se como problema na relação proximidade/distância. As piadas, a jocosidade, os efeitos cómicos assentes em jogos de sentido que, à partida, requerem proximidade para poderem ser captados (palavras ouvidas, gestos vistos) vão, graças à leitura, poder ser entendidos à distância. Embora se perca necessariamente algo desses jogos de sentido que só se transmitem presencialmente e na oralidade⁶⁹¹, a leitura permite, no entanto, entender uma parte significativa deles. Apesar da distância, torna-se possível a pertença à mesma «comunidade de riso»⁶⁹². Há piadas que continuam a ter o mesmo efeito cómico hoje como há duzentos anos e, tal como então, usamos lugares-comuns como «vender gato por lebre», «burro velho não aprende línguas», «gato escaldado de água fria tem medo», «para bom entendedor, meia palavra basta» e, até, em momentos de maior excitação, ainda se ouve alguém ameaçar «ir ao canastro» a um terceiro, sendo este capaz de deixar tudo «em papos de aranha»⁶⁹³.

Além do efeito cómico, os recursos humorísticos podem potenciar a eficácia política: empurrando o humor para além dos limites da decência e do suportável, José Agostinho de Macedo foi pioneiro no uso da expressão «opinião pública». Um seu discípulo – embora não tão talentoso nem tão extremista no uso da língua –, o autor de *Ahi vem o papão*, também se revelou pioneiro, desta vez na utilização do termo «chamorro» para designar os partidários de D. Pedro, tal como passou a ser usado logo a seguir à guerra civil, com intenção política de ofender os membros de uma facção do liberalismo. Em sentido inverso, o humor de *Chegou o Papão* retribuiu com juro os ataques aos miguelistas, tão bem-humorados quanto o seu autor anónimo foi capaz de ser. Ambos os periódicos foram efémeros e ambos expoentes da luta, no espaço público

⁶⁹¹ *Idem* – *Op. cit.*, 1998, p. 18-19.

⁶⁹² WILK- RACIEŃSKA – *Op. cit.*

⁶⁹³ Ver Parte 1ª, capítulo 3. Note-se a explicação de José Daniel para «papos», corruptela de palpos (*Almocreve*, LIV, p. 6), o que nos mostra que os dois usos já então coexistiam e se justificavam, palpo como parte dos apêndices da aranha, e papo como «pequenos sacos da aranha», segundo aquele autor.

da imprensa, pela conquista e direcção da opinião pública e do papel do humor na mobilização política dessa opinião.

O humor na imprensa periódica portuguesa teve também um papel na circulação e apropriação da cultura impressa no final do século XVIII e início do século XIX, obras em muitas línguas que até permitiram aos jornais fazer piadas a propósito das modas e costumes estrangeiros. Fiel ao lema «nós somos os ecos huns dos outros»⁶⁹⁴, José Daniel Rodrigues da Costa publicou traduções adaptadas de livros estrangeiros sem sequer mencionar o facto ou indicar o autor do original, admitindo que se tinha «aproveitado» do trabalho de outros e aceitando que outros, como o *Piolho Viajante*, fizessem o mesmo com o seu, numa apropriação irrestrita de ideias testemunhada pela recepção destes periódicos em Portugal e no Brasil.

As reflexões de José Daniel sobre o valor material do seu trabalho encaram o leitor como consumidor e integram o autor como profissional do «novo regime literário»⁶⁹⁵. A indicação de bens de consumo básico como termo de comparação do preço dos folhetos é eficaz para fazer entender o que está em causa: esse dinheiro é «bem empregado» porque vai dinamizar o circuito económico que ajuda não só a sustentar o autor, mas também a manter o alfaiate, o sapateiro, o barbeiro ou o galego dos fretes.

Mesmo um periódico humorístico falhado, como o antecipado pelo manuscrito de *O Amor d'Estranja*, cujo prólogo prometia a publicação mensal de dramas jocosos, mas que acabaria por não ser dado à estampa por Hipólito da Costa, é representativo de uma crítica política, ao ecoar o ressentimento de sectores da burguesia urbana portuguesa, nomeadamente lisboeta, face ao comportamento dos aliados/ocupantes britânicos durante a Guerra Peninsular. Escrito por um brasileiro radicado em Londres cujo periódico *Correio Braziliense* circulava entre a corte do Rio de Janeiro e a burguesia mercantil de Lisboa e do Porto, *O Amor d'Estranja* é, também, um exemplo da globalização da cultura no início do século XIX. A fraca qualidade literária do drama, aliada às pressões financeiras sentidas pelo autor, terá contribuído para a sua marginalização pelo próprio Hipólito da Costa na representação da sua figuração autoral.

Independentemente de se entender o sentido de piadas contadas há dois séculos, o que se conclui do cruzamento dos temas e processos desenvolvidos pelo formato

⁶⁹⁴ COSTA, J. D. R. da C – *O Espreitor do Mundo Novo*. 8, p. 2.

⁶⁹⁵ BARBOSA – *Op. cit.*, 2017, p. 675-688.

periódico, nas suas semelhanças e diferenças, consoante as estratégias que serviam, é a possibilidade de perceber o humor na afirmação – ou desocultação – de verdades já não apenas morais, mas aberta e crescentemente políticas. O confronto moral/costumes passa para o campo da discussão política e é nessa dimensão que, em 1835, se afirma um periódico como *O Quinquilheiro*, exemplo do funcionamento do humor enquanto recurso da crítica política, tornada possível na sociedade liberal, face a um poder dessacralizado. A nova realidade está patente na resposta do filho justificando ao pai ter escolhido tornar-se canhoto porque «a esquerda obra muito melhor que a direita»⁶⁹⁶.

No novo tempo da expansão da leitura e do constitucionalismo, sendo certo que «novos leitores fazem novos textos, com novos significados em função das suas novas formas»⁶⁹⁷, o humor tinha um novo papel a desempenhar. Não já o de uma mera crítica de costumes, mas, ocupando abertamente um lugar no espaço público liberal e mostrando o jogo com o qual, fazendo rir, pretendia marcar novo encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor para construir novos sentidos⁶⁹⁸, influenciar a opinião pública e mobilizá-la para a acção política. Nesse período, que antecedeu imediatamente a «abertura à contemporaneidade»⁶⁹⁹, afirmou-se o sucesso de um género até aí não existente – o do periódico humorístico, sustentado pela relação quotidiana da expectativa do leitor e da aposta do editor –, a par do sucesso do periodismo em geral e da expansão da leitura. Daí resultou outra novidade: o papel abertamente político do humor, não como uma simples incursão do humor na política, mas o humor formatado para a política e reconhecido como tal na discussão política.

⁶⁹⁶ *O Quinquilheiro*. Nº 3, p. 6.

⁶⁹⁷ McKENZIE, Donald F. – *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 29.

⁶⁹⁸ CHARTIER – *Op. cit.*, 1989, p. 1509-1511.

⁶⁹⁹ TENGARRINHA – *Op. cit.*, 2013, p. 473-498.

BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

I. 1. Manuscrita

Requerimento de Jozé Daniel Rodrigues da Costa, em que pede Licença para imprimir O Segundo, e terceiro tomo das suas obras Poeticas. 1796. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Desembargo do Paço, Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 682, caixa 603.

I. 2. Impressas

Chegou o papão. Porto: Imprensa do Gandra & Filhos, 1832.

Chegou o Papão ou Advertência à Advertência Política de 13 de Dezembro Último. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1833.

Chronica Constitucional de Lisboa. Nº 16, 13 de Agosto de 1833.

COSTA, Caetano Ferreira da – *Palestras Críticas e Semi-Jocozas.* Lisboa: Na Offic. De Caetano Ferreira da Costa, 1771.

COSTA, Hipólito José da – *Correio Braziliense.* Vols. I-XXIX Londres: W. Lewis, L. Thompson e R. Greenlaw, 1808-1822.

– *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Natural da Colonia de Sacramento, no Rio da Prata, Prezo e Processado em Lisboa pelo Pretenso Crime de Fra-Maçon ou Pedreiro-Livre.* 2 vols. Londres: W. Lewis, 1811.

COSTA, José Daniel Rodrigues da – *Rimas Offerecidas ao Illustrissimo Senhor Theotónio Gomes de Carvalho por José Daniel Rodrigues da Costa, Entre os Pastores do Tejo, Josino, Leiriense.* Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1795.

– *Almocreve de Petas, ou Moral Disfarçada, Para Correção Das Miudezas da Vida.* Segunda Edição. Lisboa: Na Officina de J. F. M. de Campos, 1819 [1797-1800].

- *Jogo dos Dotes para Recreio das Sociedades em que se Tiram Lindas Sortes em Verso e Outro Jogo de 40 Perguntas e 40 Respostas*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1818 [1800].
- *Comboy de Mentiras, Vindo do Reino Petista com a Fragata Verdade Encoberta por Capitania*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1801.
- *O Espreitador do Mundo Novo. Obra Critica, Moral, e Divertida*. Segunda edição, Lisboa: Na Officina de J.F.M. de Campos, 1819 [1802].
- *Barco da Carreira dos Tolos. Obra Critica, Moral, e Divertida*. Nova Edição. Lisboa: Typographia de Elias José da Costa Sanches, 1850 [1803].
- *Hospital do Mundo. Obra critica, moral, e divertida, em que he Medico o Desengano, e Enfermeiro o Tempo*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1805.
- *Camara Optica. Onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas*. [2ª edição] Lisboa: Na Officina de J. F. M. de Campos, 1824 [1807-1811].
- *Tribunal da Razão*. Lisboa: Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1814; Impressão Régia, 1814-1815; J. F. Monteiro de Campos, 1816.
- *Revista dos Génios de Ambos os Sexos*. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1837 [1815].
- *Roda da Fortuna*. Lisboa: Impressão Régia, 1816.
- *Os Enjeitados da Fortuna Expostos na Roda do Tempo*. 3ª edição. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1837 [1817-1818].
- *Portugal Enfermo por Vícios e Abusos de Ambos os Sexos*. Lisboa: João Nunes Esteves. 1829 [1819].
- *Idéas Vagas sobre Varios Assumptos para Recreio de Todas as Pessoas de Ambos os Sexos*. Lisboa: Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1822.
- *A Murmuração entre hum doutor velho, hum capitão, hum frade, hum poeta e hum taful sentados no Passeio Público*. Lisboa: J. Nunes Esteves, 1826 [1825].

- *O Avô dos Periódicos*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1826.

- MACEDO, José Agostinho de – *Motim literário em forma de solilóquios*. [em linha]. 3^a edição. Vol. 2. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1841 [1811]. [Consult. 28.03.2017]. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320144/or1320144.pdf.

- *O Espectador Portuguez*. [em linha]. Lisboa: Na Impressão de Alcobia, 1816-1817. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em <https://archive.org/stream/oespectadorportu00mace#page/n5/mode/2up>.

- *Cartas Escriptas ao Senhor Pedro Alexandre Cavroé Mestre Examinado do Officio de Carpinteiro de Moveis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

- *Exorcismos Contra Periodicos e Outros Maleficios*. Lisboa: Na Off. da Viuv. de Lino da Silva Godinho, 1821.

- *Manifesto á Nação, ou Ultimas Palavras Impressas de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Na Typogr. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

- *A Tripa Virada*. Lisboa: Na Officina da Horrorosa Conspiração, 1823.

- *Tripa por Huma Vez*. Lisboa: Na Officina da Horrorosa Conspiração, 1823.

- *Cartas de J. A. D. M. a Seu Amigo J. J. P. L.*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1827.

- *A Besta Esfolada*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1828.

- *O Desengano. Periodico Politico, e Moral*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1830-1831.

- *Os Burros*. Lisboa: Na Typographia da Rua direita do Salitre, 1837.

- *Obras Ineditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e Opusculos Documentando as Memorias para a sua Vida Intima e Successos da Historia Litteraria e Politica do seu Tempo. Com uma Prefação Critica por Teophilo Braga*. [em linha]. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900. [Consult. 10.04.2017]. Disponível em <https://archive.org/stream/obrasineditasde01braggoog#page/n9/mode/1up>.

[QUEIROZ, José Luiz Pinto de] – *Ahi Vem o Papão ou Advertencia Politica Sobre Huma Intentada Aggressão Contra Portugal*, Lisboa: Impressão Regia, 1831-1832.

O Quinquilheiro. Lisboa: Na Imprensa de João Maria Rodrigues e Castro, Rua dos Fanqueiros N° 129 B, 1835.

Retorno do Almocreve de Petas. Lisboa: Na Officina Nunesiana, 1798.

SANTA CATARINA, Lucas de – *Anatomico Jocosos, Que Em Diversas Operaçoens Manifesta A Ruindade Do Corpo Humano, Para Emenda do Vicioso*. Lisboa: Na Officina do Doutor Manoel Alvares Solano, 1755-1758.

[SILVA, António Manuel Policarpo da] – *O Piolho Viajante: Divididas as viagens em mil e huma carapuças*. Tomo I. Lisboa: Nova Of. de João Rodr. Neves, 1805; Imprensa Nevesiana, 1846.

– Tomo II. Segunda edição emendada. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1803; Nova edição emendada. Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1821.

– Tomo III. Lisboa: Oficina de João Procopio Correia da Silva, 1803; Nova edição emendada. Lisboa: Tipographia de J. B. Morando, 1854.

– Tomo IV. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1804; Nova edição emendada. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1837.

II. Estudos

II. 1. Humor

ADORNO, Theodor A. – «Is Art Lighthearted?». *In Notes to Literature*. Vol. 2. New York: Columbia University Press, 1992, p. 247-256.

AMIR, Lydia B. – «Philosophy's attitude towards the comic. A re-evaluation». *The European Journal of Humour Research*. [em linha]. Vol. 1, N° 1, 2013, p. 6-21. [Consult.15.11.2017]. Disponível em

<http://www.europeanjournalofhumour.org/index.php/ejhr/article/view/Lydia%20Amir/Lydia%20Amir>.

- ANDRIES, Lise – «État des recherches». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 7-18.
- ARAÚJO, Ana Cristina – «Vocabulário, imagens e modalidades irónicas de comunicação política em finais de Antigo Regime. O caso de José Daniel Rodrigues da Costa». In *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães - Do Absolutismo ao Liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009, p. 147-173.
- ARAÚJO, Luiz – *Novo Almocreve das Petas. Livro alegre e folgazão no gosto do antigo Almocreve das Petas do célebre José Daniel Rodrigues da Costa*. Lisboa: Joaquim José Bordalo, 1871.
- ATTARDO, Salvatore – «The Violation of Grice's Maxims in Jokes». *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 1990, p. 355-362.
- *Linguistic Theories of Humor*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1994.
- *Humorous Texts: A Semantic and Pragmatic Analysis*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2011.
- (ed.) – *Encyclopedia of Humor Studies*. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington DC: Sage, 2014.
- e RASKIN, Victor – «Script theory revis(it)ed: joke similarity and joke representation model». *Humor-International Journal of Humor Research*. Vol. 4, N° 3, 1991, p. 293-347.
- BAECQUE, Antoine de – «Parliamentary Hilarity inside the French Constitutional Assembly (1789-91)». In BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman (dir.) – *A Cultural History of Humour*. Cambridge: Polity Press, 1997, p. 179-199.
- BAKHTINE, Mikhail – *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970.
- BAPTISTA, Abel Barros – *Ensaio Facetos*. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico – «José Daniel Rodrigues da Costa e a imprensa periódica jocosa de Portugal do século XVIII». *Gragoatá*. Vol. 22, N° 43, 2017, p. 672-695.

- BERGER, Peter Ludwig – *Redeeming Laughter: The Comic Dimension of Human Experience*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1997.
- BERGSON, Henri – *O Riso*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991 [1900].
- BILLIG, Michael – *Laughter and Ridicule: Towards a Social Critique of Humour*. London: Sage, 2005.
- BOURGUINAT, Elisabeth – «Rire et pouvoir: La leçon du persiflage libertin». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 279-290.
- BOYLE, Frank – «Jonathan Swift». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 196-211.
- BREMMER, Jan – «Jokes, Jokers and Jokebooks in Ancient Greek Culture». In BREMMER e ROODENBURG (ed.) – *A Cultural History of Humour*. Cambridge: Polity Press, 1997, p. 11-28.
- BREMMER, Jan e ROODENBURG, Herman (ed.) – *A Cultural History of Humour*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BRIAN, Isabelle – «Le rire du prédicateur». In SERNA, Pierre (dir.) – *La Politique du Rire*. Ceyzérieu: Champ Vallon, 2015, p. 119-136.
- CAMERON, Keith (ed.) – *Humour and History*. Oxford: Intellect Books, 1993.
- CARROLL, Noël – *Humour. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- CARVALHO, José Adriano – «A picaresca tardia em Portugal: O Piolho Viajante». *Colóquio/Letras*. [em linha]. N° 19, 1974, p. 69-73. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em http://coloquio.gulbenkian.pt/grafica/cl/revistas/19/lg_19_p69.jpg.
- CAVE, Christophe – «Le rire des anti-philosophes». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 227-239.
- CHABROL, Claude – «Humour et médias». *Questions de Communication*. [em linha] N° 10, 2006, p. 7-17. [Consult. 15.09.2016]. Disponível em <http://questionsdecommunication.revues.org/7687>.

- CHAPMAN, George – *An Humorous Day's Mirth*. (Quarto1, 1599). Ed. Eleanor Lowe [em linha]. Digital Renaissance Editions, s.d. [Consult.20.07.2017]. Disponível em http://digitalrenaissance.uvic.ca/doc/AHDM_Q1/scene/Titlepage/.
- COULSON, Shea – «Funnier than Unhappiness: Adorno and the Art of Laughter». *New German Critique*. [em linha]. Nº 100, 2007, p. 141-163. [Consult. 29.05.2016]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27669190>.
- DELIGNE, Alain – «De que maneira o riso pode ser considerado subversivo?». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 29-46.
- DELON, Michel – «Le rire sardonique ou la limite du rire». *Dix-huitième Siècle*. Nº 32, 2000, p. 255-264.
- DOUGLAS, Mary – «The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception». *Man*. New series. Vol. 3, Nº 3, 1968, p. 361-376.
- DRUCKER, A., FEIN, O., BERGERBEST, D. e GIORA, R – «On sarcasm, social awareness, and gender». *Humor-International Journal of Humor Research*. Vol. 27, Nº 4, 2014, p. 551-573.
- DUVAL, Edwin M. – «Rabelais and French Renaissance Satire». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 70-85.
- DYNEL, Marta – «Isn't it ironic? Defining the scope of humorous irony». *HUMOR International Journal of Humor Research*. Vol. 27, Nº. 4, 2014, p. 619-639.
- «But seriously: On conversational humour and (un)truthfulness». *Lingua*. [em linha]. Vol. 197, 2017, p. 83-102. [Consult. 11-10-2017]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2017.05.004>.
- EASTMAN, Max – *Enjoyment of Laughter*. New York: Halcyon House, 1936.
- ECO, Umberto – «Ironia Intertextual e Níveis de Leitura». In *Sobre a Literatura*, Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 199-218.

- ENGELL, James – «Satiric Spirits of the Later Eighteenth Century: Johnson to Crabbe». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *A Companion to Satire Ancient and Modern*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 233-256.
- ESCARPIT, Robert – *L'Humour*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.
- ESTEVES, Elisa Nunes, DIAS, Isabel Barros e REFFÓIOS, Margarida (coord.) – *O Riso. Teorizações. Leituras. Realizações*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, e CHASSIN, Joëlle (coord.) – *L'Avènement de l'Opinion Publique. Europe et Amérique XVIIIe-XIXe siècles*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- FERRAZ, Wagner de Angeli – «O riso: da loucura à clínica». *Cogito*. [em linha]. Vol. 10, 2009, p. 83-90. [Consult. 19.04.2017]. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792009000100015&lng=pt&nrm=iso.
- FOURNIER, Édouard – *L'Esprit des Autres*. [em linha]. Paris: E. Dentu Éditeur, 6e. éd., 1881. [Consult. 01.08.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202362p/f2.image>.
- FREUD, Sigmund – *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Paris: Gallimard, 2005 [1905].
- GABORA, Liane e KITTO, Kirsty – «Toward a Quantum Theory of Humor». *Frontiers in Physics*. [em linha]. Vol. 4, nº 53, 2017. [Consult. 26.07.2017]. Disponível em <http://journal.frontiersin.org/article/10.3389/fphy.2016.00053/full>.
- , THOMPSON, Samantha and KITTO, Kirsty – «A layperson introduction to the quantum approach to humor». In RUCH, Willibald (ed.) – *Humor: Transdisciplinary approaches*. [em linha]. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia Press, 2017. [Consult. 26.07.2017]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316187880_A_Layperson_Introduction_to_the_Quantum_Approach_to_Humor.
- GEIER, Manfred – *Do que Riem as Pessoas Inteligentes?*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011.

- GENDREL, Bernard e MORAN, Patrick – «Humour: Panorama de la notion». In *Fabula*. Paris: École Normale Supérieure, 2007. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em http://www.fabula.org/atelier.php?Humour%3A_panorama_de_la_notion.
- GOATLY, Andrew – *Meaning and Humour*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- GOLDBERG, Brenda – «A Genealogy of the Ridiculous: From “Humours” to Humour». *Outlines. Critical Social Studies*. [em linha]. Vol. 1. Nº 1, 1999, p. 61. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/outlines/article/view/3845/3338>.
- GRAF, Fritz – «Cicero, Plautus and Roman Laughter». In BREMMER e ROODENBURG – *Op. cit.*, p. 29-39.
- GRIMBERG, Michel – «Le rire dans la théorie de la comédie de l’Aufklärung (1725-1770)». *Dix-huitième siècle*. Nº 32, 2000, p. 85-96.
- GUREVICH, Aaron – «Bakhtin and his Theory of Carnival». In BREMMER e ROODENBURG – *Op. cit.*, p. 54-60.
- HART, Marjolein’t e BOS, Dennis (ed.) – *International Review of Social History: Supplement 15: Humour and Social Protest*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- HERZOG, Rudolph – *Dead Funny. Humor in Hitler’s Germany*. New York: Melville House, 2011.
- HUNT, Tamara L. – «Desumanizando o outro: A imagem do “oriental” na caricatura inglesa». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 407-438.
- HURLEY, Matthew M., DENNETT, Daniel C. e ADAMS, Reginald B. Jr. – *Inside Jokes: Using Humor to Reverse-Engineer the Mind*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2011.
- JANKÉLÉVITCH, Vladimir – *L’Ironie*. Paris: Flammarion, 1964.

- JOHNSON, Samuel – *London. A Poem in Imitation of the Third Satire of Juvenal*. [em linha]. London, s.n., 1738. [Consult. 15.11.2017]. Disponível em <http://www.online-literature.com/samuel-johnson/3246/>.
- JONSON, Ben – *Every Man In His Humour*. [em linha]. Project Gutenberg, 2009 [1601]. [Consult. 20.07. 2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/3694>.
- *Every Man Out of His Humour*. [em linha]. Project Gutenberg, 2009[1600]. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/3695>.
- KEANE, Catherine – «Defining the Art of Blame: Classical Satire». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *Op. cit.*, p. 31-51.
- KENDRICK, Laura – «Medieval Satire ». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *Op. cit.*, p. 52-69.
- KIERKEGAARD, Sören – *The Concept of Irony With Continual Reference to Socrates. Together with Notes of Schelling's Berlin Lectures*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- *Post-scriptum définitif et non scientifique aux miettes philosophiques*. Paris: Editions de l'Orante, 1977.
- LATTA, Robert – *The Basic Humor Process. A Cognitive-Shift Theory and the Case against Incongruity*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1999.
- LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- LAUTERWEIN, Andréa (dir.) e STRAUSS-HIVA, Colette (colab.) – *Rire, Mémoire, Shoah*. [em linha] Paris: Éditions de l'Éclat, 2009. [Consult. 30.10.2017]. Disponível em <http://www.lyber-eclat.net/lyber/rirememoireshoah/avertissement.html>.
- LE GOFF, Jacques – «Une enquête sur le rire». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Vol. 52, N° 3, 1997, p. 449-455.
- «Laughter in the Middle Ages». In BREMMER e ROODENBURG (ed.) – *Op. cit.*, p. 40-53.

- LISBOA, João Luís – «O *Anatómico* entre os papéis jocosos setecentistas». In LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 391-406.
- «Read, watch and laugh (with eighteenth century humorous books)». In FERRÃO, Leonor e BERNARDO, Luís M. (ed.) – *Views on Eighteenth Century Culture, Design, Books and Ideas*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015, p. 346-357.
- LUSTOSA, Isabel (org.) – *Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MARQUES JÚNIOR, Ivan – *O riso segundo Cícero e Quintiliano: tradução e comentários de De Oratore, livro II, 216-291 (De ridiculis) e da Institutio Oratoria, livro VI, 3 (De risu)*. [em linha]. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008, p. 48. [Consult. 30-10-2017]. Disponível em file:///C:/Users/Maria%20Ferreira/Downloads/IVAN_NEVES_MARQUES_JUNIOR.pdf.
- MARTINHO, Vergílio, e SAMPAIO, Ernesto (selecção e notas) – *Antologia do Humor Português*. Lisboa: Edições Afrodite, 1969.
- MENNINGHAUS, Winfried – «Le mouvement du rire chez Kant». *Dix-huitième siècle: Le Rire*. N° 32, 2000, p. 265-277.
- MINOIS, Georges – *Histoire du Rire et de la Dérision*. Paris: Fayard, 2000.
- NASCIMENTO, Aires A. – «O riso do homem medieval». In ESTEVES, Elisa Nunes, DIAS, Isabel Barros e REFFÓIOS, Margarida (coord.) – *O Riso. Teorizações. Leituras. Realizações*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015, p. 13-43.
- MORGADO, Paulo – *O Riso em Bergson. Mecanismos do Cómico*. Lisboa: Verbo, 2011.
- MORREALL, John – *Taking Laughter Seriously*. Albany: State University of New York Press, 1983.

- NEUENDORF, Kimberley A., SKALSKI, Paul D., ATKIN, David, JEFFRES, Leo W.
 – «Public opinion, Media Use, and the Senses of Humor». [em linha]. Paper presented to the Mass Communication Division of the International Communication Association. Boston, 2011. [Consult. 26.06.2017] Disponível em <http://academic.csuohio.edu/kneuendorf/vitae/NeuendorfSkalskiAtkinetal11.pdf>.
- PAIVA, Maria Helena Novais – *Contribuição para uma Estilística da Ironia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos/Instituto de Alta Cultura, 1961.
- PALMA-FERREIRA, João – Prefácio, glossário e notas. In SILVA, António Manuel Policarpo da – *O Piolho Viajante. Divididas as Viagens em Mil e Uma Carapuças*. Lisboa: Estúdios Cor, 1973.
- Selecção, prefácio, leitura e notas. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O Almocreve de Petas e outras prosas*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.
- *Obscuros e Marginados*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.
- *Do pícaro na literatura portuguesa*. Lisboa: ICALP, 1981.
- PALMERI, Frank – «Narrative Satire in the Nineteenth Century». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *Op. cit.*, p. 361-376.
- PEREIRA, Ricardo Araújo – *A Doença, o Sofrimento e a Morte Entram num Bar*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- PIMENTA, Alberto – Prefácio e notas. In COSTA, José Daniel Rodrigues da – *O balão aos habitantes da lua*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- PINHARANDA, João, SANTOS, José Manuel dos, SILVA, Nuno Artur e CRESPO, Nuno – «Riso: modos de usar». In CRESPO, Nuno (coord.) – *Riso*. Lisboa: Tinta da China, 2012, p. 20-41.
- PIRANDELLO, Luigi e NOVEL, Teresa – «On Humor». *The Tulane Drama Review*. Vol.10, Nº 3, 1966, p. 46-59.
- POSSENTI, Sírio – *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.
- QUINTERO, Ruben – «Introduction: Understanding Satire». In QUINTERO, Ruben (ed.) – *Op. cit.*, p. 1-11.

- RICHARDOT, Anne – «Un philosophe au purgatoire des Lumières: Démocrite». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 197-212.
- ROCHE, Daniel – «Le rire bleu. Comique et transgression dans la littérature de colportage». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 19-32.
- ROSENFELD, Gabriel D. – *Hi, Hitler: How the Nazi Past is Being Normalized in Contemporary Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- ROUGEMONT, Martine de – «Le rire de la parodie. Freud ou Bergson?». *Dix-huitième siècle*. N° 32, 2000, p. 51-66.
- SALIBA, Elias Thomé – *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- «História cultural do humor: Balanço provisório e perspectivas de pesquisas». *Revista de História (São Paulo)*. [em linha]. N° 176, a01017, 2017, p. 1-39. [Consult: 21.11.2017]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332>.
- SANTOS, Maria do Carmo dos, e BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico – «A Sátira e a técnicas retóricas nas cartas jocosas de O Almocreve de Petas (1798-1799)», *Cadernos Literários*. Vol. 23, N° 1, 2015, p. 60-84.
- SERNA, Pierre – «Ou, morts... d'en rire !». In SERNA, Pierre (dir.) – *Op. cit.*, p. 11-47.
- SHAFTESBURY, Anthony Ashley Cooper – «*Sensus Communis*; an Essay on the Freedom of Wit and Humour». In *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*, [em linha]. Fourth edition. s.l., 1727 [1709], p. 63. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em http://books.google.pt/books?id=PvsyAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- SKINNER, Quentin – «Hobbes and the classical theory of laughter». In *Visions of Politics. Volume 3: Hobbes and Civil Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 142-176.

- SPENCER, Herbert – «The Phisiology of Laughter». *In Essays, scientific, political and speculative*. Vol. VII (The Works of Herbert Spencer XIV). Osnabrück: Otto Zeller, 1966, p. 452-466.
- STORA-SANDOR, Judith – «Humour: état des lieux. Balade dans un labyrinthe». *Humoresques*. Nº 35, 2012, p. 5-12.
- SUSLOV, I.M. – «Computer Model of “a Sense of Humour”. I. General Algorithm». *Biofizika SSSR*. [em linha]. Vol. 37, nº 318, 1992. [*Biophysics*, 37, 242, 1992]. [Consult. 24.07.2017]. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/0711.2058v1.pdf>.
- «Computer Model of “a Sense of Humour”. II. Realization in Neural Networks». *Biofizika SSSR* [em linha]. Vol. 37, nº 325, 1992. [*Biophysics* 37, 249, 1992]. [Consult. 24.07.2017]. Disponível em <https://arxiv.org/pdf/0711.2061v1.pdf>.
- SWIFT, Jonathan – *A Modest Proposal for preventing the Children of Poor People from being a Burden to their Parents or Country, and for making them Beneficial to the Publick*. [em linha]. Dublin: S.Harding, 1729. [Consult. 07.11.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/1080/1080-h/1080-h.htm>.
- TOWNSEND, Mary Lee – «Humour and the Public Sphere in Nineteenth-Century Germany». In BREMMER e ROODENBURG (ed.) – *Op. cit.*, p. 200-221.
- VILHENA, José – *História Universal da Pulhice Humana: Pré-História*. Silveira, Torres Vedras: E-primatur, 2015 [1960].
- *Os Palitos*. s.l. Edição do autor, 1973.
- WEISFELD, Glenn E., WEISFELD, Miriam B., – «Does a humorous element characterize embarrassment?». *HUMOR. International Journal of Humor Research*. Vol. 27, Nº 1, 2014, p. 65-85.
- WILK-RACIEŃSKA, Joanna – «La definición de comunidad de risa reformulada». In FERREIRA, João P. R., e VIEIRA, Thaís L. (org.) – *Humor, Língua e Linguagem: Representações culturais*. São Paulo: Edições Verona, 2017, p. 109-124.
- WILKINS, John – «Abusive Criticism and the Criticism of Abuse». In CAMERON, Keith (pres.) – *Humour and History*. Oxford: Intellect Books, 1993, p. 41-55.

WURGAFT, Benjamin Aldes – «Notes on Camps, or, Counterfactual Führers and the Structure of the Joke». *History & Theory*. Vol. 56. Nº 3, 2017, p.433-441.

ZINK, Rui – *O Humor de Bolso de José Vilhena*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

II. 2. Outras obras de referência

ABREU, Márcia – *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAPESP, 2008.

– «Livros ao mar – circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil». *Tempo*. [em linha]. Vol. 12, Nº 24, 2008, p. 74-97. [Consult. 31.10.2017]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>.

– «Conectados pela ficção: circulação e leitura de romances entre a Europa e o Brasil». *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*. [em linha]. Vol. 22, Nº. 1, 2013, p. 15-39. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5363/4769

– «Uma Comunidade Letrada Transnacional». In ABREU, M., e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *A Circulação Atlântica dos Impressos – Conexões*. [em linha]. Campinas: UNICAMP/Setor de Publicações, 2014, p. 96. [Consult. 19.06.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

– e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) – *Cultura letrada no Brasil: objetos e praticas*. Campinas: Mercado de Letras e ALB, São Paulo: FAPESP, 2005.

ADDISON, Joseph – *Spectator*. [em linha]. Nº 23, 27 de Março de 1711. [Consult. 30.10.2017]. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/12030/12030-h/SV1/Spectator1.html#section23>.

AGOSTINHO, Santo – «On Lying (De Mendacio)». In SCHAFF, Philip (ed.) – *Nicene and Post-Nicene Fathers First Series. Vol. III. St. Augustine*. [em linha]. New York: Cosimo Classics, 2007, p. 457-477. [Consult. 03.1.2017]. Disponível em http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnfl03/Page_457.html.

- ALVES, José Augusto Santos – *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- *Glória, Memória e Mito: O periodismo vintista (1820-1823)*. Porto: Media XXI, 2013.
- «O periodismo brasileiro de transição na dinâmica da circulação transatlântica do impresso». In ABREU, Márcia e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *A Circulação Atlântica dos Impressos – Conexões*. [em linha]. Campinas: UNICAMP/Setor de Publicações, 2014, p. 185-195. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.
- *A Opinião Pública em Portugal: Da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Porto: Media XXI, 2015.
- ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de – *José Agostinho de Macedo. Um Iluminista Paradoxal*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- *A Contra-revolução em Português. José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- «Macedo e Bocage: um duelo de vaidades». In MALATO, Maria Luísa (ed.) – *Leituras de Bocage*. [em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2007, p. 12-23. [Consult. 30.05.2017]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4823.pdf>.
- ANSELMO, Artur – *História da Edição em Portugal. I – Das Origens até 1536*. Porto: Lello Editores, 1991
- «Fronteiras da História do Livro». *Cultura*. Vol. IX, II série, 1997, p. 15-22.
- *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.
- *Livros e Mentalidades*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- *História do Livro e Filologia*. Lisboa: Guimarães, 2015.
- AQUINO, Thomas J., SOUSA, Manuel de Faria – *Vida de Camões*. [em linha]. Porto: Imprensa Commercial, 1880, p. 47. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em

[http://archive.org/stream/avidadecames00sousgoog/avidadecames00sousgoog_djvu.t](http://archive.org/stream/avidadecames00sousgoog/avidadecames00sousgoog_djvu.txt)
[xt](#).

AQUINO, S. Tomás de – *Summa Theologica*. [em linha.]. Translated by Fathers of the English Dominican Province. I-II. Q. 14, art. 1, ad. 3. [Consult. 07.11.2017]. Disponível em http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1225-1274,_Thomas_Aquinas,_Summa_Theologiae_%5B1%5D,_EN.pdf.

ARANHA, Brito – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo XIII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

ARISTÓTELES – *Poética*. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

BALBI, Adrien – *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. [em linha]. Tome Second. Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=otViAAAacAAJ&pg=PP9&lpg=PP9&dq=adrien+balbi+essai+statistique+sur+le+royaume+de+portugal&source=bl&ots=f5dS81yzPv&sig=Vmo618ApjrFBMBAATHJU23HQGrM&hl=en&sa=X&ved=0ahUKewjr-qXBmavQAUB74MKHbQTDPAQ6AEITTAH#v=onepage&q=adrien%20balbi%20essai%20statistique%20sur%20le%20royaume%20de%20portugal&f=false>.

BAPTISTA, Abel Barros – «‘Vem de longe a marca do suporte material’: Uma entrevista com João Luís Lisboa». *MATLIT: Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura*. [em linha]. Centro de Literatura Portuguesa. Vol. 2, Nº 1, 2014, p. 159-164. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em http://dx.doi.org/10.14195/2182-8830_2-1_8.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. (org.) – *Livros e Periódicos nos Séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

- BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da Censura Intelectual em Portugal (Ensaio sobre a compressão do pensamento português)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- Bíblia Sagrada em Português Corrente*. Trad. António Augusto Tavares *et al.*. Lisboa: Difusora Bíblica (Franciscanos Capuchinhos), 1996.
- BIGNOTTO, Cilza – O Piolho Viajante, agora na rede. [em linha]. Margens do Cânone. Campinas: Unicamp. s.d. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>.
- BOBBIO, Norberto – *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- BOCAGE, M. M. Barbosa du – *Obras Completas*. Ed. Daniel Pires. Vol. 1. Porto: Caixotim, 2004.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Um Homem Singular: Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2013.
- *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Lisboa: Texto Editores, 2010.
- BOURDIEU, Pierre – *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris : Les Editions de Minuit, 1979.
- «L’opinion publique n’existe pas». In BOURDIEU, Pierre – *Questions de sociologie*. [em linha]. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984, p. 222-235. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/questions/opinionpub.html>.
- «Le champ littéraire». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. [em linha]. Nº 89, 1991, p. 3-46. [Consult. 15.11.2017]. Disponível em http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1991_num_89_1_2986.
- (dir.) – *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- e CHARTIER, Roger – «A leitura: uma prática cultural». In CHARTIER, Roger (org.) – *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 231-253.

- BRANCO, Lucia Castello (org.) – *A Tarefa do Tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. [em linha]. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2008. [Consult.10.11.2017]. Disponível em <http://escritoriolivro.com.br/bibliografia/Benjamin.pdf>.
- CABRAL, Maria Luísa – *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.
- CARDOSO, C. L. – «José Daniel Rodrigues da Costa, presumível autor de adivinhas tidas por “populares”? (uma pesquisa em curso)». Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. III Série, Nº LXXXIII, 1977. p. 3-38.
- CARVALHO, Mário de – *Casos do Beco das Sardinheiras*. Lisboa: Caminho, 1991.
- CHARTIER, Roger – *Lectures et Lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*. Paris : Seuil, 1987.
- «Le monde comme représentation». *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [em linha]. 44e. Année. Nº 6, 1989, p. 1505-1520. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1989_num_44_6_283667.
- «La révolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité?». *Cultura*. Vol. IX, II série, 1997, p. 265-271.
- *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- (coord.) – *As Utilizações do Objecto Impresso*. Lisboa: Difel, 1998.
- «Qu'est-ce qu'un auteur? Révision d'une généalogie». *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Nº 4, 2000, p. 1-37.
- *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- (org.) – *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- *La Main de l'Auteur et l'Esprit de l'Imprimeur*. Paris: Gallimard, 2015.
- CHAUCEER, Geoffrey – «The Pardoner's Introduction, Prologue and Tale». In BENSON, Larry D. (gen. ed.) – *The Riverside Chaucer*. [em linha]. Boston:

- Houghton Mifflin, 1986, p. 193-202. [Consult. 21.06.2017]. Disponível em <https://sites.fas.harvard.edu/~chaucer/teachslf/pard-par.htm>.
- CONSTANT, Benjamin – *Des Réactions Politiques*. [em linha]. Paris: s.n., 1796. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6267088v/>.
- COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- COSTELLA, Antonio F. – «Cronologia Pessoal». In DINES, Alberto, e LUSTOSA, Isabel (ed.) – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. XXX, Tomo I, São Paulo e Brasília: Imprensa Oficial do Estado e Correio Braziliense, 2002, p. 173-182.
- CURTO, Diogo Ramada (2007). *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DARNTON, Robert – *The Literary Underground of the Old Regime*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- *The Devil in the Holy Water, or the Art of Slander from Louis XIV to Napoleon*. Philadelphia: Penn – University of Pennsylvania Press, 2010.
- DELEUZE, Gilles – *Foucault*. Lisboa: Vega, 1987.
- DERRIDA, Jacques – *Histoire du Mensonge. Prolegomènes*. Paris: Editions Galilée, 2012.
- DESCARTES, René – *Les Passions de l'Ame*. [em linha]. Paris: Chez Henry Le Gras, 1649. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8601505n/f295.image.r=descartes%20les%20passions%20de%20l%27ame.langFR>.
- Diário da República*. [em linha]. 1.ª série, N.º 238, 14 de Dezembro de 2016. [Consult. 24.04.2017]. Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/105367399>.
- DIAS, Graça e José Sebastião da Silva – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

- DIAS, João José Alves – «A Maçonaria em Portugal de 1727 a 1802». In DINES, A. e LUSTOSA, I. (ed.) – *Op. cit.*, p. 259-267.
- DOMINGOS, Manuela – *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- ECO, Umberto – *Dizer Quase a Mesma Coisa. Sobre a tradução*. Lisboa: Difel, 2005.
- FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean – *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FERREIRA, António – *Poemas Lusitanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FERREIRA, António Mega – *Macedo: Uma biografia da infâmia*. Lisboa: Sextante Editora, 2011.
- FERREIRA, João Pedro Rosa – *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.
- FERREIRA, Maria Isabel Lopes – *José Daniel Rodrigues da Costa (1755/56-1832). Um autor ao serviço da «educação dos povos»*. Dissertação de Mestrado em Estudos Românicos. Departamento de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- FONSECA, Fernando Taveira da – «Elite e classes médias». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. 5º Volume. O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 459-477.
- FOUCAULT, Michel – «Nietzsche, la généalogie, l'histoire». In BACHELARD, Suzanne *et al.* – *Hommage à Jean Hyppolite*. Paris : Presses Universitaires de France, 1971, p. 145-172.
- *Histoire de La Folie à l'Age Classique*. Paris: Gallimard, 1977.
- *O que é um autor?*. s.l. [Lisboa]: Veja, 1992.
- «Le pouvoir: comment s'exerce-t-il?» In DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul – *Michel Foucault. Un parcours philosophique*. Paris : Gallimard, 1984, p. 308-321.

- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- GARDINER, Michael E. – «Wild Publics and Grotesque Symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and the public sphere». *The Sociological Review*. [em linha]. Vol. 52, Nº 1, 2004, p. 28-48. [Consult. 26-06-2017.] Disponível em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-954X.2004.00472.x>.
- GARRETT, J. B. L de Almeida – *Viagens na Minha Terra*. Mem Martins-Sintra: Publicações Europa-América, 1976 [1846].
- GENETTE, Gérard – *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- GERALDES, Sofia Mendes – «La guerre des lettres au Portugal. Un épisode du combat de la propagande pendant les Invasions Françaises». *Rives Méditerranéennes*. Nº 36, 2010, p. 43-57.
- GUTHRIE, W.K.C. – *A History of Greek Philosophy. Volume II: The Presocratic Tradition from Parmenides to Democritus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- HABERMAS, Jürgen – «The Public Sphere: An Encyclopedia Article (1964)». *New German Critique*. [em linha]. No. 3, 1974, p. 49-55. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em [http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20\(1964\)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf](http://www.socpol.unimi.it/docenti/barisione/documenti/File/2008-09/Habermas%20(1964)%20-%20The%20Public%20Sphere.pdf).
- *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1962].
- *La technique et la science comme «idéologie»*. Paris: Denoël, 1973.
- HANDLEY, Sasha – *Visions of an Unseen World: Ghost Beliefs and Ghost Stories in Eighteenth Century England*. London: Pickering & Chatto, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – *Morceaux Choisis*. Vol. II. Paris: Gallimard, 1969.
- HESPANHA, António Manuel (coord.) – «O Antigo Regime». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. Quarto Volume*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

- (ed.) – *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HOBBS, Thomas – *Leviathan*. Harmondsworth: Penguin Books, 1981 [1651].
- HUME, David – «Essay IV. Of the First Principles of Government». In *Essays and Treatises on Several Subjects*. [em linha]. Vol.1. London: Printed for T. Cadell, 1777. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.davidhume.org/texts/etv1.html>.
- HUTCHESON, Francis – «Hibernicus' Letters». In *Collected Works*. Vol. 7. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1971.
- KANT, Immanuel – «Resposta à pergunta: O que são as Luzes?». Apresentação, tradução e notas de José Esteves Pereira. *Cultura*. Vol. III, 1984 [1784], p. 160-168.
- *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução e notas de António Marques e Valério Rohden. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- *Sobre um Suposto Direito de Mentir por Amor à Humanidade*. Trad.: Artur Morão. [em linha]. s.l.: Lusosofia, 1997. [Consult. 03.11.2017]. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_sobre_um_suposto_direito_de_mentir.pdf.
- KNOWLES, Elizabeth M. – *The Oxford Dictionary of Quotations*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KOESTLER, Arthur – *The Act of Creation*. Londres: Hutchinson & Co, 1964.
- KOSELLECK, Reinhart – *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2011.
- KRÖLL, Heinz – *O Eufemismo e o Disfemismo no Português Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- LA METTRIE, Julien Offray de – *L'homme-machine*. [em linha]. Paris: Frédéric Henry, 1865 [1747]. [Consult: 26-06-2017]. Disponível em <http://archive.org/stream/lhommemachine00lame#page/n7/mode/2up>.
- LAFARGUE, Paul – *Le droit à la paresse*. [em linha]. Chicoutimi, Québec, 2002 [1883]. [Consult. 14.11.2017]. Disponível em

http://classiques.ugac.ca/classiques/lafargue_paul/droit_paresse/le_droit_a_la_paresse.pdf.

LIPPMAN, Walter – *Public opinion*. [em linha]. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.archive.org/stream/publicopinion00lippgoog#page/n6/mode/2up>.

LISBOA, João Luís – «Gazetas feitas à mão». In *Gazetas. A Informação Política nos finais do Antigo Regime. Cadernos de Cultura*. Nº. 4, 2002, p. 31-56.

– «Tanta virtude... em papéis correndo. (Persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)». In ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (org.) – *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras e ALB, São Paulo: FAPESP, 2005, p. 277-291.

– «No início, o *Recreio*». In ABREU, Márcia e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *A Circulação Atlântica dos Impressos – Conexões*. [em linha]. Campinas: UNICAMP/Setor de Publicações, 2014, p. 73-79. [Consult. 22.06.2017]. Disponível em https://issuu.com/marciaabreu/docs/circulacao_transatlantica_dos_impre.

– «From publishing to the publisher – Portugal and the changes in the world of print in the 19th century». In ABREU, Márcia, e SILVA, Ana Cláudia Suriani da – *The Cultural Revolution of the 19th century: Theatre, the Book-trade and Reading in the Transatlantic World*. London: I. B.Tauris Publishers, 2016, p. 69 - 86.

LOCKE, John – *An Essay Concerning Humane Understanding*. [em linha]. Vol. I. Book II, Cap. 28. London: Printed by Eliz. Holt for Thomas Basset, 1690, p. 213. [Consult. 26.06.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/ebooks/10615>.

LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I*. Parte Primeira. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

LOURENÇO, Eduardo – Prefácio. In ANDRADE, Maria Ivone de Ornellas de – *José Agostinho de Macedo. Um Iluminista Paradoxal*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 11-14.

LUSTOSA, Isabel – *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- MACHADO, Adelaide, e SILVA, Júlio Rodrigues da – «Representations of the world and alterity in the global daily world as read through the Press». In ABREU, Márcia, e SILVA, Ana Cláudia Suriani da (ed.) – *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: theatre, the book-trade and reading in the Transatlantic world*. London: I. B. Tauris Publishers, 2016, p. 166-183.
- MAQUIAVEL – *Le Prince*. Paris: Gallimard, 1980 [1532].
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.
- MARX, Karl – *O Capital*. [em linha] Edição dirigida por J. Barata-Moura e F. Melo. Moscovo-Lisboa: Edições Progresso-Editorial «Avante!», 1990. [Consult: 03.11.2017]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>.
- MATOS, João Xavier de – *Rimas de João Xavier de Matos, entre os pastores da Arcádia Portuense Albano Erithreo*. [em linha]. Tomo Segundo. Nova edição. Lisboa, Na Typografia R. das Sciencias. 1827. [Consult. 13.11.2017]. Disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015063032893;view=1up;seq=68>.
- [em linha]. Tomo Terceiro. Lisboa: Na Impressão Regia, 1827. [Consult.13.11.2017]. Disponível em <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015063032885;view=1up;seq=27>.
- MATTEUCCI, Nicola – «Opinião Pública». In BOBBIO, Norberto, PASQUINO, Gianfranco, MATTEUCCI, Nicola (dir.) – *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 842-845.
- McKENZIE, Donald F. – *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MENDES, J. Amado – «As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. 5º Volume. O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 493-496.

- MESQUITA, Pedro Teixeira – *A Trombeta Lusitana*. [em linha]. Lisboa: Hemeroteca Municipal, 2014. [Consult: 02.04.2017]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ATrombetaLusitana.pdf>.
- MILLER, Geoffrey – *The Mating Mind: How sexual choice shaped the evolution of human nature*. Londres: Heineman, 2000.
- MIRANDA, Jorge – *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Livraria Petrony, 1984.
- MOLLIER, Jean-Yves – *Une Autre Histoire de l'Édition Française*. Paris: La Fabrique Editions, 2015.
- MONTAIGNE, Michel de – *Essais*. Livre I. Paris: Gallimard, 1965 [1595].
- MOORE, Adam D. – «Concepts of Intellectual Property and Copyright». In SUAREZ, Michael F., e WOULDHUYSEN, H. R. (ed.) – *The Book. A Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 183-196.
- MOSS, Ann – *Printed Commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich – «Acerca da Verdade e da Mentira no sentido extramoral (versão de 1873)». In *O Nascimento da Tragédia e Acerca da Verdade e da Mentira*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997, p. 213-222.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth – *The Spiral of Silence: Public Opinion – Our Social Skin*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- NUNES, Maria de Fátima – «Opinião pública, ciência e tecnologia – Portugal XVIII-XX». *Cultura*. Vol. XV, IIª série, 2002, p. 211-223.
- «Instituições científicas em trânsito: Portugal-Brasil, 1808-1821». In CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, e SERRÃO, José Vicente (orgs.) – *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 273-295.
- OLAVO, Carlos – *A Vida Turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, s.d. [1938].

- OLIVEIRA, Luiz Eduardo – *O Mito de Inglaterra. Anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- OWEN, Robert – *A New View of Society: or, Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle to Practice*. By one of His Majesty's Justices of the Peace for the County of Lanark. London: Printed for Cadell and Davies, Strand; By Richard Taylor and Co., Printer's Court, Shoe Lane, 1813.
- OZOUF, Mona – «Espírito público». In FURET, François, e OZOUF, Mona (dir.) – *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989, p. 690-699.
- PAULA, Sergio Goes de – *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PEREIRA, José Esteves – *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- «Kant e a “Resposta à pergunta: O que são as Luzes?”». *Cultura*. Vol. III, 1984, p. 153-160.
- *Sobre a História das Ideias*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 1992.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – «Mateus da Assunção Brandão versus José Agostinho de Macedo – Uma polémica em torno da Revolução». In *Actas do Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil II*. Porto: Universidade do Porto, 1992, p. 305-321.
- PEREIRA, Paulo Alexandre – «Do *exemplum* ao conto: “O Tesouro”». *forma breve*. Nº 1, 2003, p. 47-63.
- PLATÃO – *Oeuvres de Platon Traduites par Victor Cousin*. [em linha]. T. 2. Paris: Rey, 1846, p. 408-413. [Consult. 20.07.2017]. Disponível em <http://archive.org/stream/worksfrenc1846o1a2platuoft#page/412/mode/2up>.
- *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- POÇAS, Licínio – *Vade-Mécum de Lugares-comuns*. Lisboa: Arcádia, 2012.

- POPE, Alexander – «Alexander Pope and Oliver Cromwell». In SHERBURN, George (ed.) – *Pope. Correspondence*. Vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1956.
- QUEIROZ, Eça – *Contos*. [em linha]. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1913, p. 123-134. [Consult. 21.06.2017]. Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/31347/31347-h/31347-h.htm>.
- RAFAEL, Gina Guedes, e SANTOS, Manuela – *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2002.
- RAVEN, James – «Portugal, o Mundo Lusófono e o Romance Inglês: traduções e tradutores em contexto amplo (1750-1830)». In ABREU, M., e DEAECTO, Marisa Midori (org.) – *Op. cit.*, p. 115-128.
- RICOEUR, Paul – *Sur la Traduction*. Paris: Bayard, 2003.
- RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- ROCHE, Daniel – «Le point de vue de l'historien». In DURANTON, Henri e ROCHE, Daniel – *Le Pauvre Diable: Destins de l'Homme de Lettres au XVIIIe Siècle*. Colloque International Saint-Étienne. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2006, p.15-18.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Du contrat social*. Paris: Garnier-Flammarion, 1966 [1762].
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – «“Os Fabricantes dos Gozos da Inteligência” – Alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos». *Análise Social*. [em linha]. Vol. XIX, Nº 75, 1983, p. 7-28. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461717T2jSC3in9Lg24ME5.pdf>.
- «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)». *Análise Social*. [em linha]. Vol. XV, Nº 57, 1979, p. 69-115. [Consult. 08.11.2017]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989683G4pJI3dx8It15TY4.pdf>.

- SANTOS, Maria do Rosário Calisto Laureano – *A Comédia Ulissipo de Jorge Ferreira de Vasconcelos. Estudo e edição crítica*. [em linha]. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa do Séc. XV e XVI. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006. [Consult. 15.1.2017]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/15004>.
- SARAIVA, António José – Introdução. In GARÇÃO, Pedro António Correia – *Obras Completas*. Vol. I. Lisboa: Sá da Costa, 1957, p. I-XLVIII.
- SCHOPENHAUER, Arthur – *O mundo como vontade e como representação*. Tomo I. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol.VI. Lisboa: Editorial Verbo, 1982.
- SILVA, António Martins da – «A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. 5º Volume: O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 89-105.
- «A desamortização». In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. 5º Volume: O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 339-353.
- SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomos IV-V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.
- *Memórias para a Vida Íntima do Padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.
- SISMONDI, J. C. L. Simonde de – *De la Richesse Commerciale, ou Principes d'Économie Politique, Appliqués à la Législation du Commerce*. À Genève: Chez J. J. Paschoud, Libraire. An XI [1803].
- SKINNER, Quentin – *Visões da Política. Sobre os métodos históricos*. Lisboa: Difel, 2005.
- *Hobbes and Republican Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- STEINER, George – *After Babel. Aspects of Language and Translation*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- TENGARRINHA, José – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- TINHORÃO, José Ramos – *Domingos Caldas Barbosa: o poeta da viola, da modinha e do lundu (1740-1800)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- TORGAL, Luís Reis, *A Contra-revolução Durante o Período Vintista. Notas para uma investigação*, Coimbra, 1978.
- VALENTE, Vasco Pulido – *A Revolução Liberal (1834-1836) – Os «Devoristas»*. Lisboa: Alêtheia, 2007.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker – «Livros na Capitania da Paraíba no Século XVIII». In BARBOSA, Socorro F. P. (org.) – *Livros e Periódicos nos Séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 63-116.
- VILLERS, Charles – *Philosophie de Kant. Ou Principes Fondamentaux de la Philosophie Transcendentale*. [em linha]. Metz: Collignon, 1801. [Consult. 19.04.2017]. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k114359k/f4.image>.
- WITTGENSTEIN, Ludwig – *Cultura e Valor*. Lisboa: Edições 70, 2000.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreu, Márcia 3, 37, 170, 171, 172, 176, 189, 209, 239, 242, 248, 249, 256, 301, 302, 310, 311, 314

Adams, Reginald 15, 295

Addison, Joseph 10, 301

Adorno, Theodor 2, 17, 18, 290, 293

Agostinho, Santo 90, 301

Agostinho, José de Santo ver Macedo, José Agostinho de

Alcuíno 162

Almeida, Teodoro de 209

Alorna, Leonor de Almeida, condessa de Oyenhausen, marquesa de 276

Alves, José Augusto dos Santos 3, 17, 67, 103, 161, 169, 209, 236, 249, 302

Amir, Lydia B. 290

Andrade, Gomes Freire de 112, 272

Andrade, Maria Ivone de Ornelas de 104, 105, 106, 108, 119, 124, 131, 138, 139, 153, 154, 156, 221, 282, 302, 310

Andries, Lise 291

Angoulême, Louis Antoine de Bourbon, duque de 109

Anselmo, Artur 4, 91, 239, 302

Aquino, S. Tomás de 163, 303

Aquino, Tomás José de 93, 302

Aranha, Pedro Wenceslau de Brito 172, 303

Araújo, Ana Cristina 3, 21, 26, 28, 67, 69, 102, 169, 254, 266, 291

Araújo, Luiz 30, 31, 265, 291

Aristóteles 8, 144, 303

Atkin, David 170, 298

Atouguia, António Aloísio Jervis de 235

Attardo, Salvatore 2, 15, 27, 90, 291

Bachelard, Suzanne 6, 307

Baecque, Antoine de 269, 291

Bakhtin, Mikhail 9, 161, 273, 291, 295, 308

Balbi, Adrien 27, 171, 172, 280, 303

Balzac, Honoré de 168

Baptista, Abel Barros 3, 4, 291, 303

Barata-Moura, José 94, 311

Barbosa, Domingos Caldas 33, 34, 316

Barbosa, Socorro de Fátima Pacífico 26, 30, 36, 81, 249, 267, 268, 285, 291, 299, 303, 316

Barjona, António Joaquim 224

Barreto, José Trazimundo de Mascarenhas ver Fronteira, marquês de

Basto, José Ferreira Pinto 154

Bastos, José Timóteo da Silva 172, 175, 210, 304

Beckett, Samuel 18

Belas, António de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa, 2º marquês de 119

Benjamin, Walter 239, 305

Benson, Larry D. 247, 305

Beresford, William 275

Berger, Peter Ludwig 11, 292

Bergerbest, D. 293

Bergson, Henri 2, 12, 13, 14, 27, 63, 92, 159, 271, 273, 292, 297, 299

Bernardo, Luís M. 3, 297

Biancolelli, Domenico 10

Bignotto, Cilza 209, 304

Billig, Michael 18, 27, 58, 59, 95, 101, 156, 282, 292
 Bobbio, Norberto 161, 162, 304, 311
 Bocage, Manuel Maria Barbosa du 30, 32, 81, 107, 206, 221, 255, 267, 302, 304
 Bonaparte, Napoleão 49, 64, 79, 272, 276
 Bonifácio, Maria de Fátima 20, 226, 230, 304
 Bordalo, Joaquim José 31, 265, 291
 Borges, José Ferreira 111, 114
 Bos, Dennis 18, 295
 Bourdieu, Pierre 4, 78, 167, 270, 276, 304
 Bourguinat, Elisabeth 101, 155, 282, 292
 Boyle, Frank 164, 292
 Braga, Teófilo 119, 289
 Branco, Lucia Castello 239, 305
 Brandão, Frei Mateus da Assunção 145, 146, 313
 Bremmer, Jan 5, 8, 9, 67, 168, 269, 291, 292, 295, 296, 300
 Brian, Isabelle 116, 292
 Brito, José Sanches de 172
 Bruno, José Pereira de Sampaio 172
 Bürger, Gottfried 246
 Burke, Edmund 166

 Cabral, Maria Luísa 242, 305
 Cabreira, Sebastião Drago 111
 Cadaval, Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, 6º duque de 119, 124
 Caetano, António Lopes 264
 Cameron, Keith 19, 292, 300
 Camões, Luís de 93, 100, 108, 125, 126, 127, 152, 153, 302

Campos, Francisco António de 228, 236

Campos, J. F. Monteiro de 20, 26, 28, 30, 65, 256, 264, 287, 288

Canning, George 125, 126

Canto, Ernesto do 213

Cardoso, C. L. 258, 305

Cardoso, José Luís 246, 312

Carlos Magno 37, 162, 209, 239, 256

Carlota Joaquina, rainha de Portugal 113, 117, 124

Carneiro, Manuel Borges 116

Carroll, Noël 19, 47, 48, 137, 190, 282, 292

Carvalho, António da Visitação Freire de 173

Carvalho, Francisco Xavier de 29, 266

Carvalho, José Adriano 202, 211, 292

Carvalho, José da Silva 111, 142, 214, 215, 227, 228, 229, 235, 236, 237

Carvalho, Luiz José de 265, 266

Carvalho, Mário de 185, 305

Carvalho, Teotónio Gomes de 57, 251, 287

Castro, Bernardo José de Abrantes e 277

Castro, João Maria Rodrigues e 20, 223, 290

Cave, Christophe 69, 116, 292

Cavroé, Pedro Alexandre 127, 128, 289

Chabrol, Claude 292

Chaillou, Jean-Jacques Amelot de 165

Chapman, George 7, 293

Chartier, Roger 4, 86, 170, 207, 239, 249, 251, 268, 278, 279, 283, 286, 304, 305

Chassin, Joëlle 160, 294

Chaucer, Geoffrey 246, 247, 263, 305

Cícero 8, 9, 100, 295, 297,
 Constant, Benjamin 90, 306
 Cordeiro, João Paulo 154
 Costa, Caetano Ferreira da 20, 287
 Costa, Hipólito da 21, 24, 106, 127, 242, 243, 244, 245, 246, 269, 270, 271, 272,
 276, 277, 278, 279, 285, 287, 306, 314
 Costa, José Daniel Rodrigues da 3, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34,
 36, 46, 50, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85,
 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 169, 173, 175,
 184, 188, 193, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 239, 240, 241, 242, 246, 247,
 248, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266,
 267, 268, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 291, 298, 305, 307
 Costa, Leonor Freire 250, 275, 306
 Costella, Antonio F. 243, 279, 306
 Coulson, Shea 2, 18, 293
 Cousin, Victor 8, 313
 Coutinho, Rodrigo de Sousa 242
 Crespo, Nuno 5, 298
 Croce, Giulio Cesare 192
 Cruz, Frei Joaquim da 118, 119, 124
 Cunha, Vicente Pedro Nolasco da 277
 Curto, Diogo Ramada 306

 Da Ponte, Lorenzo 274
 Darnton, Robert 2, 278, 306
 Deaecto, Marisa Midori 3, 239, 242, 248, 249, 301, 302, 310, 314
 Deleuze, Gilles 156, 306
 Deligne, Alain 2, 17, 101, 282, 293
 Delon, Michel 19, 293

Demócrito 8, 9, 145
 Demóstenes 100, 174
 Dennett, Daniel 15, 295
 Derrida, Jacques 90, 306
 Descartes, René 9, 306
 Dias, Graça Silva 20, 104, 271, 306
 Dias, Isabel Barros 19, 294, 297
 Dias, João José Alves 271, 307
 Dias, José Sebastião da Silva 20, 104, 172, 271, 306
 Dines, Alberto 243, 271, 279, 306, 307
 Domingos, Manuela 30, 266, 307
 Douglas, Mary 283, 293
 Dreyfus, Hubert 4, 307
 Drucker, A. 55, 293
 Durantón, Henri 278, 314
 Duval, Edwin M. 9, 293
 Dynel, Marta 5, 90, 100, 281, 293

 Eastman, Max 14, 15, 293
 Eco, Umberto 221, 239, 293, 307
 Ega, Aires de Saldanha, conde da 276
 Ega, Juliana de Almeida Oyenhause, condessa da 272, 276
 Einstein, Alfred 274
 Empédocles 6
 Engell, James 271, 294
 Eritreu, Albano ver Matos, João Xavier de
 Escarpit, Robert 6, 13, 91, 294

Esteves, Elisa Nunes 19, 294, 297
 Esteves, João Nunes 256, 264, 266, 288

 Febvre, Lucien 4, 268, 307
 Fein, O. 293
 Fénelon, François 209
 Fernández Sebastián, Javier 160, 294
 Fernando VII, rei de Espanha 109
 Ferrão, Leonor 3, 297
 Ferraz, Wagner de Angeli 142, 294
 Ferreira, António 27, 28, 307
 Ferreira, António Mega 104, 105, 106, 108, 113, 118, 119, 124, 128, 131, 139, 140, 153, 155, 157, 307
 Ferreira, João Pedro Rosa 21, 243, 269, 275, 278, 307
 Ferreira, Maria Isabel Lopes 27, 206, 256, 307
 Ferreira, Simão Tadeu 28, 57, 65, 93, 251, 256, 259, 264, 265, 287, 288
 Fonseca, Fernando Taveira da 185, 307
 Fonseca, Manuel Silveira Pinto da 224
 Foucault, Michel 4, 6, 142, 156, 190, 197, 251, 306, 307
 Fournier, Édouard 10, 294
 França, José-Augusto 60, 172, 195, 308
 Frazão, Fernanda 265
 Freire, Agostinho José 215, 227
 Freud, Sigmund 14, 27, 102, 159, 160, 277, 294, 299
 Fronteira, José Trazimundo Mascarenhas Barreto, marquês de 125, 303
 Frye, Northrop 233
 Funchal, Domingos de Sousa Coutinho, conde de 277, 278

Furet, François 166, 313

Gabora, Liane 16, 294

Galeno 6

Galhardo, António Rodrigues 118, 171, 208, 289, 290

Galland, Antoine 176, 209

Garção, Pedro António Correia 270, 315

Gardiner, Michael E. 161, 308

Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida 203, 308

Geier, Manfred 8, 294

Gendrel, Bernard 7, 295

Genette, Gérard 270, 308

Geraldes, Sofia Mendes 169, 308

Giora, R. 293

Girão, António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira 116

Goatly, Andrew 27, 32, 63, 295

Godelier, Maurice 251

Godinho, Lino da Silva 130, 289

Gogol, Nikolai 168

Goldberg, Brenda 6, 295

Graf, Fritz 9, 295

Grey, Charles 139

Grimberg, Michel 274, 295

Gurevich, Aaron 9, 295

Guthrie, W. K. C. 162, 308

Habermas, Jürgen 4, 23, 67, 160, 161, 163, 166, 308

Handley, Sasha 274, 308
 Hardy, Oliver 196
 Hart, Marjolein't 18, 295
 Hegel, Georg Wilhelm Friedrich 166, 308
 Henriques, João 29, 266
 Herzog, Rudolph 18, 295
 Hespanha, António Manuel 20, 308
 Hipócrates 6
 Hitler, Adolf 18, 283, 295, 299
 Hobbes, Thomas 9, 10, 163, 299, 309, 315
 Hogarth, William 175, 210
 Homero 100
 Horácio 65, 91, 94, 270
 Huber, Ulrik 143, 144
 Hulrico, Ulberto ver Huber, Ulrik
 Hume, David 165, 166, 309
 Hunt, Tamara 136, 295
 Hurley, Matthew 15, 295
 Hutcheson, Francis 11, 309

 Jankélévitch, Vladimir 2, 13, 88, 102, 156, 282, 295
 Jefferson, Thomas 111
 Jeffres, Leo W. 170, 298
 João VI, rei de Portugal 109, 113, 152, 218
 José I, rei de Portugal 52
 Johnson, Samuel 270, 294, 296
 Jonson, Ben 7, 296

Judas Iscariotes 134, 219, 225

Junot, Andoche 272, 276

Juvenal 91, 113, 270, 296

Kafka, Franz 18

Kant, Immanuel 11, 12, 13, 90, 144, 159, 160, 166, 271, 297, 309, 313, 316

Keane, Catherine 8, 296

Kendrick, Laura 9, 296

Kierkegaard, Sören 2, 12, 64, 296

Kitto, Kirsty 16, 294

Knowles, Elizabeth M. 163, 309

Koestler, Arthur 15, 309

Koselleck, Reinhart 5, 6, 309

Kröll, Heinz 46, 309

La Bruyère, Jean de 174, 175, 240

La Mettrie, Julien Offray de 159, 309

La Rochefoucauld, François de 174, 175, 240

Lafargue, Paul 193, 309

Lains, Pedro 250, 306

Latta, Robert 11, 296

Laurel, Stan 196

Lausberg, Heinrich 81, 296

Lauterwein, Andréa 2, 18, 296

Le Goff, Jacques 5, 9, 160, 296

Leão, Desidério Marques 29

Leiriense, Josino (ver Costa, José Daniel Rodrigues da)

Lépeaux, Louis-Marie de la Réveillère 122
 Lesage, Alain-René 189, 209
 Lewis, W. 277, 287
 Linhares, 1º conde de ver Coutinho, Rodrigo de Sousa
 Linhares, Vítor de Sousa Coutinho, 2º conde de 225, 227
 Lippman, Walter 167, 310
 Lisboa, João Luís 3, 4, 5, 20, 26, 64, 92, 95, 192, 210, 248, 255, 278, 279, 281, 297, 303, 310
 Locke, John 163, 164, 165, 310
 Lopes, António Pedro 29
 Lopes, Fernão 233, 310
 Lopes, Joaquim José Pedro 139, 146, 153, 154, 157, 213, 214, 289
 Loulé, Nuno José de Moura Barreto, marquês de 236
 Loureiro, João Bernardo da Rocha 116, 117
 Loureiro, José Jorge 228, 232, 233, 235
 Lourenço, Eduardo 105, 310
 Lucas, São 19
 Luís XV, rei de França 165
 Luís Filipe I, rei dos Franceses 234
 Luiz, Francisco 266
 Luna, João Pedro Soares 230
 Lustosa, Isabel 2, 3, 5, 17, 20, 136, 243, 271, 277, 279, 293, 295, 297, 306, 307, 310
 Mably, Gabriel Bonnot de 128
 Macedo, José Agostinho de 21, 23, 30, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146,

147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 213, 215, 220, 221, 255, 282,
284, 289, 302, 310, 312, 313, 315

Macedo, Manuel 115, 117

Machado, Adelaide 170, 311

Machado, Caetano 266

Magalhães, Luís de 247

Magalhães, Rodrigo da Fonseca 109, 215, 224, 227, 230, 232, 235, 237, 304

Malato, Maria Luísa 221, 265, 302

Manique, António Joaquim de Pina 57, 62, 72, 206, 251

Manique, Diogo Inácio de Pina 57, 62, 72, 80, 107, 188, 206, 243, 251

Manta, João Abel 235

Maquiavel, Nicolau 162, 311

Marat, Jean-Paul 128

Maria, Frei Henrique de Jesus 124, 157

Maria II, rainha de Portugal 125, 133, 139

Marques Júnior, Ivan 8, 297

Martin, Henri-Jean 4, 268, 307

Martinho, Vergílio 255, 297

Martins, Maria Teresa Esteves Payan 29, 91, 92, 311

Marx, Karl 94, 311

Matos, João Xavier de 252, 262, 311

Matteucci, Nicola 162, 166, 167, 311

Mattoso, José 20, 185, 226, 307, 308, 311, 315

McKenzie, Donald F. 286, 311

Melo, Francisco Manuel de 208

Melville, Herman 168

Menchenio ver Mencke, Johann Burckhardt

Mencke, Johann Burckhardt 106

Mendes, J. Amado 185, 311

Mendizábal, Juan Álvarez 227, 228

Menezes, Francisco Alpoim de 109

Menninghaus, Winfried 11, 297

Mesquita, Pedro Teixeira 109, 312

Metastasio, Pietro 151

Meyer, J. D. 242, 245

Miguel I, rei de Portugal 105, 109, 111, 112, 113, 119, 120, 124, 126, 133, 137, 139, 157, 216, 217, 218, 219, 221

Miller, Geoffrey 15, 312

Minois, Georges 2, 94, 95, 100, 190, 297

Miranda, Jorge 122, 312

Miranda, Susana Münch 250, 306

Mollier, Jean-Yves 268, 312

Monicelli, Mario 192

Moniz, Nuno Álvares Pereira Pato 107, 110, 115, 117

Montaigne, Michel de 9, 163, 312

Monteiro, João César 84

Monteiro, Nuno Gonçalo 246, 312

Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, barão de 128, 143, 144, 202

Monthy Python 11

Moore, Adam D. 268, 312

Moran, Patrick 7, 295

Morando, João Baptista 171, 209, 290

Morão, Artur 90, 309

Morgado, Paulo 13, 297

Morreall, John 11, 297

Moss, Ann 81, 87, 312

Moura, Apolinário António de 266

Moura, José Joaquim Ferreira de 111

Mozart, Wolfgang Amadeus 274

Müller, João Guilherme 171, 175, 209

Münchhausen, Karl Friedrich Hieronymus, barão de 246, 263

Nascimento, Aires A. 19, 297

Neuendorf, Kimberley A. 170, 298

Neves, Januário da Costa 109

Neves, João Rodrigues 171, 208, 290

Nietzsche, Friedrich 6, 90, 307, 312

Noelle-Neumann, Elisabeth 165, 312

Nogueira, Ricardo Raimundo 119

Novel, Teresa 102, 298

Nunes, Maria de Fátima 246, 312

Olavo, Carlos 104, 131, 139, 153, 155, 312

Oliveira, Francisco Xavier de 64, 91

Oliveira, Luiz Eduardo 126, 313

Oliveira, Paulo José de 265

Ostade, Adriaen van 175

Ovídio 17

Owen, Robert 242, 243, 244, 313

Ozouf, Mona 166, 313

Paiva, Maria Helena Novais 31, 36, 46, 64, 241, 267, 298

Palma-Ferreira, João 3, 20, 26, 63, 64, 79, 96, 171, 172, 173, 184, 188, 190, 192, 195, 200, 205, 207, 208, 211, 246, 265, 272, 281, 298

Palmela, Pedro de Sousa Holstein, conde, marquês e duque de 120, 124, 125, 126, 127, 225, 227, 229, 230, 232, 235, 237

Palmeri, Frank 67, 168, 298

Pará, princesa do ver Maria II

Parménides 162

Pasquino, Gianfranco 162, 311

Paula, Sergio Goes de 279, 313

Pedro, António 265, 266

Pedro I, imperador do Brasil ver Pedro IV

Pedro IV, rei de Portugal 105, 119, 126, 139, 149, 209, 212, 214, 215, 216, 218, 220, 227, 229, 284

Pereira, José Esteves 20, 108, 159, 160, 269, 309, 313

Pereira, Maria da Conceição Meireles 146, 313

Pereira, Maria Helena da Rocha 162, 313

Pereira, Paulo Alexandre 247, 313

Pereira, Ricardo Araújo 19, 196, 211, 281, 298

Pimenta, Alberto 3, 265, 298

Pinharanda, João 5, 298

Pirandello, Luigi 102, 298

Pitágoras 6

Pizarro, Rodrigo Pinto 127

Platão 8, 162, 313

Plauto 9, 295

Poças, Licínio 81, 313

Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de 52, 270

Pope, Alexander 10, 173, 240, 314
 Portugal, Marcos 122
 Possenti, Sírío 3, 298

 Queiroz, Eça de 247, 314
 Queiroz, José Luís Pinto de 213, 214, 217, 223, 290
 Quintero, Ruben 8, 9, 67, 94, 164, 271, 292, 293, 294, 296, 298
 Quintiliano 8, 192, 297

 Rabelais, François 9, 291, 293
 Rabinow, Paul 4, 307
 Rafael, Gina Guedes 20, 314
 Raskin, Victor 15, 16, 291
 Raven, James 242, 314
 Raynal, Guillaume-Thomas 143, 144
 Reffóios, Margarida 19, 294, 297
 Richardot, Anne 8, 299
 Ricoeur, Paul 239, 314
 Rizzini, Carlos 269, 272, 278, 279, 314
 Robespierre, Maximilien 128
 Rocha, António José da 289
 Roche, Daniel 29, 278, 299, 314
 Roldão, Caetano 91
 Romano, Ruggiero 251
 Roodenburg, Herman 5, 8, 9, 67, 168, 269, 291, 292, 295, 296, 300
 Rosenfeld, Gabriel D. 283, 299
 Rothschild, Nathan Mayer 228

Rougemont, Martine de 14, 299

Rousseau, Jean-Jacques 142, 143, 144, 165, 314

Ruch, Willibald 16, 294

Rumford, Benjamin Thompson, conde de 242, 243

Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de 228, 236

Saldanha, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, conde, marquês e duque de 120, 228, 230, 235, 237

Salgado, Plínio 269, 279

Saliba, Elias Thomé 3, 102, 299

Sampaio, Ernesto 255, 297

Sanches, Elias José da Costa 264, 288

Santa Catarina, Lucas de 20, 290

Santeuil, Jean de ver Santeuil, Jean de

Santeuil, Jean de 10

Santos, António Nunes dos 172

Santos, António Ribeiro dos 20, 108, 313

Santos, José Manuel dos 5, 298

Santos, Manuela 20, 314

Santos, Maria de Lourdes Lima dos 201, 251, 314

Santos, Maria do Carmo 36, 81, 299

Santos, Maria do Rosário Calisto Laureano 86, 315

Saraiva, António José 270, 315

Saraiva, Frei Francisco de S. Luís 108, 110, 146

Saraiva, cardeal ver Saraiva, frei Francisco de S. Luís

Schaff, Philip 90, 301

Schapochnik, Nelson 301, 310

Schiller, Friedrich 17

Schopenhauer, Arthur 12, 315

Serna, Pierre 2, 19, 64, 102, 117, 281, 292, 299

Serra, Abade Correia da 110

Serra, José Correia da ver Serra, abade Correia da

Serrão, Joaquim Veríssimo 52, 315

Serrão, José Vicente 246, 312

Shaftesbury, Anthony Ashley Cooper, conde de 10, 299

Sherburn, George 10, 314

Silva, Ana Cláudia Suriani da 171, 310, 311

Silva, António Manuel Policarpo da 3, 21, 29, 30, 172, 173, 205, 209, 249, 266, 267, 290, 298

Silva, António Martins da 185, 226, 236, 315

Silva, Délia 265

Silva, Inocêncio Francisco da 104, 105, 106, 118, 153, 154, 172, 173, 209, 210, 213, 214, 217, 221, 315

Silva, João Procópio Correia da 171, 172, 173, 208, 290

Silva, Júlio Rodrigues da 170, 311

Silva, Nuno Artur 5, 298

Silva, Robson P. 22, 300

Sismondi, Jean Simonde de 242, 244, 245, 315

Skalski, Paul D. 170, 298

Skinner, Quentin 10, 20, 299, 315

Smith, Adam 245

Solano, Manuel Álvares 290

Sotto Maior, João da Cunha de 110

Sousa, Manuel de Faria e 93, 302

Souto, Inácio Ferreira 151

Spencer, Herbert 13, 14, 16, 300
 Steiner, George 124, 239, 316
 Stora-Sandor, Judith 300
 Strauss-Hiva, Colette 2, 18, 296
 Stroganoff, conde 276
 Suarez, Michael F. 268, 312
 Suslov, I. M. 16, 300
 Sussex, Augustus Frederick, duque de 243
 Swift, Jonathan 164, 202, 292, 300

 Tagídeo, Elmiro ver Macedo, José Agostinho de
 Talleyrand, Charles-Maurice de Périgord 229, 230, 235
 Tavares, António Augusto 19, 304
 Teiguera ver Macedo, José Agostinho de
 Teigueira, José Agostinho ver Macedo, José Agostinho de
 Tengarrinha, José 3, 20, 26, 112, 124, 128, 153, 154, 161, 169, 171, 172, 209, 212, 223, 231, 232, 237, 263, 266, 270, 278, 286, 316
 Teniers, David 175
 Terceira, António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, conde de Vila Flor e duque da 120, 230, 236, 237
 Thompson, Samantha 16, 294
 Tibúrcio, José 29, 265, 266
 Tinhorão, José Ramos 34, 316
 Tognazzi, Ugo 192
 Tomás, Manuel Fernandes 111, 115, 118, 214
 Torgal, Luís Reis 147, 316
 Townsend, Mary Lee 67, 168, 169, 300

Vale, António Xavier do 172
 Valente, Ana Maria 303
 Valente, Vasco Pulido 20, 226, 228, 236, 316
 Verri, Gilda Maria Whitaker 30, 249, 267, 316
 Vieira, Thaís Leão 22, 300
 Vila Flor, conde de ver Terceira, duque da
 Vila Real, José Luís de Sousa, conde de 224, 225
 Vilhena, José 3, 276, 300, 301
 Villers, Charles de 144, 316
 Virgílio 99, 100
 Voltaire, François-Marie Arouet 30, 143, 144, 157, 202

 Weisfeld, Glenn E. 116, 300
 Weisfeld, Miriam B. 116, 300
 Wellington, Arthur Wellesley, duque de 139, 275
 Wilk-Racięska, Joanna 22, 284, 300
 Wilkins, John 19, 300
 Wittgenstein, Ludwig 15, 316
 Woudhuysen, H. R. 268, 312
 Wurgaft, Benjamin Aldes 283, 301

 Zink, Rui 3, 276, 301

LISTA DE ANEXOS – VOLUME II

1. *Almocreve de Petas* (excertos)
2. *Comboy de Mentiras* (excertos)
3. *O Espreitador do Mundo Novo* (excertos)
4. *Barco da Carreira dos Tolos* (excertos)
5. *Hospital do Mundo* (excertos)
6. *Camara Optica* (excertos)
7. *O Piolho Viajante* (excertos)
8. *A Tripa Virada* (excertos)
9. *Tripa Por Huma Vez* (excertos)
10. *A Besta Esfolada* (excertos)
11. *O Desengano* (excertos)
12. *Chegou o Papão* (excertos)
13. *Chegou o Papão ou Advertencia á Advertencia Politica de 13 de Dezembro Ultimo* (excertos)
14. *O Quinquilheiro* (excertos)